



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella,
Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550
Telefones: (86) 3215-5525/3215-5526

E-mail: assessoriaufpi@gmail.com ou comunicacao@ufpi.edu.br

BOLETIM DE SERVIÇO

Nº 1253 - Setembro/2025
Resoluções - Nº 916 a 939/2025
(CAMEN/UFPI)

Teresina, 19 de setembro de 2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 916, DE 22 DE AGOSTO DE 2025

Autoriza Mudança de Turno de Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, ***ad referendum***, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo nº 23111.029558/2025-98;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a mudança do turno **VESPERTINO** para o turno **NOTURNO**, da discente **CELISMAR COSTA SILVA**, matrícula nº **20239057951**, do Curso de **LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**, do Centro de Ciências da Educação “Prof. Mariano da Silva Neto” - **CCE**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella – **CMPP**, desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 22 de agosto de 2025.

GARDENIA DE SOUSA
PINHEIRO:000692533
23

Assinado de forma digital por
GARDENIA DE SOUSA
PINHEIRO:00069253323
Dados: 2025.08.25 11:13:30
-03'00'

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 917, DE 22 DE AGOSTO DE 2025

Autoriza Mudança de Turno de Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, **ad referendum**, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo nº 23111.029801/2025-36;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a mudança do turno **MATUTINO** para o turno **NOTURNO**, da discente **LAYLA LARISSA DA CONCEICAO SANTOS**, matrícula nº **20239057236**, do Curso de **LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**, do Centro de Ciências da Educação “Prof. Mariano da Silva Neto” - **CCE**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella – **CMPP**, desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 22 de agosto de 2025.

GARDENIA DE SOUSA
PINHEIRO:000692533
23

Assinado de forma digital por
GARDENIA DE SOUSA
PINHEIRO:00069253323
Dados: 2025.08.25 11:13:55 -03'00'

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 918, DE 22 DE AGOSTO DE 2025

Autoriza Mudança de Turno de Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, ***ad referendum***, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo nº 23111.029972/2025-75;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a mudança do turno **VESPERTINO** para o turno **MATUTINO**, da discente **FLAVIA ELLEN MARTINS SANTOS**, matrícula nº **20239049360**, do Curso de **LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**, do Centro de Ciências da Educação “Prof. Mariano da Silva Neto” - **CCE**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella – **CMPP**, desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 22 de agosto de 2025.

GARDENIA DE SOUSA
PINHEIRO:000692533
23

Assinado de forma digital por
GARDENIA DE SOUSA
PINHEIRO:00069253323
Dados: 2025.08.25 11:14:40
-03'00'

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 919, DE 22 DE AGOSTO DE 2025

Autoriza Mudança de Turno de Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, ***ad referendum***, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo nº 23111.039568/2025-70;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a mudança do turno **MATUTINO** para o turno **VESPERTINO**, da discente **ISABELLE ARAUJO DIAS VIANA**, matrícula nº **20209063626**, do Curso de **LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**, do Centro de Ciências da Educação “Prof. Mariano da Silva Neto” - **CCE**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella – **CMPP**, desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 22 de agosto de 2025.

GARDENIA DE SOUSA
PINHEIRO:00069253323

Assinado de forma digital por
GARDENIA DE SOUSA
PINHEIRO:00069253323
Dados: 2025.08.25 11:14:59 -03'00'

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 920, DE 22 DE AGOSTO DE 2025

Autoriza Quebra de Pré-Requisito de Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, ***ad referendum***, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo nº 23111.037493/2025-29;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a quebra de pré-requisito **DNU0071 - DIETOTERAPIA II**, para o componente curricular **DNU0075 - ESTAGIO SUPERVISIONADO EM NUTRICAÇÃO CLÍNICA**.

Art. 2º Autorizar a matrícula da discente **ISABELA HENRIQUE NUNES DA SILVA**, matrícula nº **20159049014**, nos componentes curriculares mencionados no Artigo 1º, referente ao período **2025.2**, do Curso de **BACHARELADO EM NUTRIÇÃO**, vinculado ao Centro de Ciências da Saúde – CCS, do Câmpus Ministro Petrônio Portella (CMPP), desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 22 de agosto de 2025.

GARDENIA DE SOUSA
PINHEIRO:00069253323

Assinado de forma digital por
GARDENIA DE SOUSA
PINHEIRO:00069253323
Dados: 2025.08.25 11:14:22 -03'00'

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 921, DE 22 DE AGOSTO DE 2025

Autoriza Quebra de Pré-Requisito de Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, ***ad referendum***, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo nº 23111.035927/2025-19;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a quebra de pré-requisito **DNU0074 - VIGILANCIA NUTRICIONAL E SAUDE PUBLICA** para o componente curricular **DNU0077 - ESTAGIO SUPERVISIONADO EM NUTRICAO SOCIAL**.

Art. 2º Autorizar a matrícula da discente **LETICIA BEZERRA LACERDA**, matrícula nº **20209068462**, nos componentes curriculares mencionados no Artigo 1º, referente ao período **2025.2**, do Curso de **BACHARELADO EM NUTRIÇÃO**, vinculado ao Centro de Ciências da Saúde – CCS, do Câmpus Ministro Petrônio Portella (CMPP), desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 22 de agosto de 2025.

GARDENIA DE SOUSA
PINHEIRO:00069253323

Assinado de forma digital por GARDENIA
DE SOUSA PINHEIRO:00069253323
Dados: 2025.08.25 11:15:19 -03'00'

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 922, DE 29 DE AGOSTO DE 2025

Autoriza Alteração de Projeto Pedagógico de Curso.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, ***ad referendum***, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo Nº 23111.044801/2023-17;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a alteração no Projeto Pedagógico do Curso de **MEDICINA**, do Câmpus Amílcar Ferreira Sobral - **CAFS**, desta Universidade, conforme ANEXO e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 29 de agosto de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br GARDÊNIA DE SOUSA PINHEIRO
Data: 29/08/2025 12:17:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL



**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA
UFPI/CAFS – PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**



Documento assinado digitalmente

DJANIRA DO ESPIRITO SANTO LOPES CUNHA

Data: 29/08/2025 11:36:45-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

FLORIANO-PI - 2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL



REITORA

Prof.^a Dr.^a Nadir do Nascimento Nogueira

VICE-REITOR

Prof. Dr. Edmilson Miranda de Moura

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Marcos Antônio Tavares Lira

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Msc. Larissa Naiana Mendes de Sousa

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Gardênia de Sousa Pinheiro

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Rodrigo de Melo Souza Veras

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Profa. Dra. Waleska Ferreira de Albuquerque

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof. Dr. Emídio Marques de Matos Neto

DIRETORA DO CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL

Profa. Dra. Edmilsa Santana de Araújo

VICE-DIRETOR DO CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL

Prof. Dr. Alyson Luiz Santos de Almeida



COMISSÃO DE REFORMULAÇÃO DA PROPOSTA

Prof. Dr. Edmilson Miranda de Moura - Presidente
Profa. Dra. Gardênia de Sousa Pinheiro - Membro
Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro - Membro
Profa. Dra. Poliana Cristina de Almeida Fonseca - Membro
Profa. Dra. Edmilsa Santana de Araújo - Membro
Profa. Dra. Patrícia Maria Santos Batista - Membro
Prof. Dr. Renato Mendes dos Santos - Membro
Profa. Dra. Fátima Regina Nunes de Sousa - Membro
Prof. Dr. Lauro César de Moraes - Membro
Profa. Dra. Jardeliny Correa da Penha - Membro
Profa. Dra. Izabel Cristina Falcão Juvenal Barbosa - Membro

ATOS DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO

Ato da Reitoria Nº 404, de 14/03/2023
Ato da Reitoria Nº 730, de 25/05/2024
Ato da reitoria Nº 1.917, de 05/12/2024



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL



IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga,
s/n; CEP: 64049-550

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: reitoria@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br



IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Bacharelado em Medicina

TÍTULO ACADÊMICO: Bacharel(a) em Medicina

MODALIDADE: Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO: Mínimo: 6 anos

Máximo: 9 anos

Médio: 7,5 anos

Para alunos com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do Prazo máximo de permanência no Curso.

ACESSO AO CURSO:

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC e de acordo com o Edital específico da UFPI.

REGIME LETIVO: Crédito

TURNOS DE OFERTA: Integral

LOCAL DE FUNCIONAMENTO: CAFS/UFPI (Floriano – Piauí)

VAGAS AUTORIZADAS: 30 vagas por ano (??)

INÍCIO DO CURSO: 2º semestre de 2025

CARGA HORÁRIA: 7.650 Horas

SISTEMATIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Componentes Curriculares	Carga Horária	Créditos
Módulos Teórico-Práticos	3.390	226
Disciplinas Optativas	120	8
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60	4
Atividades Complementares (AC)	120	8
Estágio Obrigatório (internato)	3.195	213
Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	765	51
Total	7.650 h	510



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Justificativa	10
1.2 A Universidade Federal Piauí e a Formação Médica	13
1.2.1 Universidade Federal do Piauí: 55 anos de história no Estado do Piauí	13
1.2.2 <i>Campus</i> Amílcar Ferreira Sobral: 15 anos de história no município de Floriano-PI	19
1.2.3 Educação Médica no Estado do Piauí: contexto atual e perspectivas para avançar	23
1.3 Organização da Atenção à Saúde no Estado do Piauí	28
1.3.1 O Estado do Piauí e a Regionalização em Saúde	28
1.3.2 Macrorregião dos Cerrados: novo campo de atuação para o Ensino Médico	31
1.3.3 O Território do Vale dos Rios Piauí e Itaueira e a cidade de Floriano...	33
2 CONCEPÇÃO DO CURSO	42
2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso	42
2.2 Princípios norteadores do Curso.....	42
2.3 Objetivos do Curso	49
2.3.1 Objetivo Geral	49
2.3.2 Objetivos Específicos	49



2.4	Perfil do Formando Egresso/Profissional	50
2.5	Competências e Habilidades	51
2.5.1	Competências e Habilidades Gerais	51
2.5.2	Competências e Habilidades Específicas.....	53
2.6	Perfil do Corpo Docente	55
2.6.1	Corpo docente para os dois primeiros anos do Curso.....	56
3	PROPOSTA CURRICULAR.....	58
3.1	Estrutura e Organização do Curso	58
3.2	Matriz Curricular do Curso	60
3.2.1	Organização da Matriz Curricular do Curso por Período.....	60
3.3	Fluxograma Curricular	66
3.4	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	67
3.5	Atividades Curriculares de Extensão - ACE.....	70
3.6	Atividades Complementares	72
3.7	Trabalho de Conclusão do Curso	76
3.8	Metodologia do Curso	77
4	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	84
4.1	Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão	84
4.2	Apoio aos Discentes	89
4.3	Infraestrutura do CAFS para o Curso.....	92
5	SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO.....	97



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL



5.1	Avaliação da Aprendizagem.....	97
5.2	Avaliação do Curso	100
6	EMENTÁRIOS DAS DISCIPLINAS.....	101
	REFERÊNCIAS	191
	ANEXOS	196
	ANEXO I – REGULAMENTO DO INTERNATO	197
	ANEXO II – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TCC.....	212
	ANEXO III – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO – ACE.....	219

APRESENTAÇÃO

Este documento, intitulado Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em Medicina, é resultado da construção coletiva dos membros da Comissão de Elaboração do Projeto, constituída pelos Atos da Reitoria de números 404, de 14/03/2023; 730, de 25/05/2024; e 1.917, de 05/12/2024.

Sua estrutura aborda os aspectos organizacionais, estruturais e pedagógicos do curso empregados na formação dos graduandos. Tais aspectos estão articulados com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), contemplado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024), e às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação em Medicina (BRASIL, 2014), prezando pela inserção regional da instituição e de seus egressos.

Como Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), orientada pelas normas emanadas pelo Ministério da Educação (MEC), a Universidade Federal do Piauí (UFPI) adota um modelo de gestão baseado em decisões colegiadas e organiza seus cursos de graduação em regime de créditos. No entanto, em alguns casos, a organização ocorre no formato seriado semestral (ou em blocos), com atividades presenciais, semipresenciais e a distância (PDI-UFPI, 2020-2024). Atualmente, a UFPI oferta cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância, nos graus de bacharelado e licenciatura, totalizando 113 cursos. Apesar desse número expressivo, há demandas significativas para a oferta de novas graduações, considerando o contexto socioeconômico e as necessidades regionais.

Os cursos de graduação são sustentados por uma proposta que envolve a justificativa de sua implantação, o histórico e o relato institucional, bem como o perfil profissional que se pretende formar. Os currículos dos cursos são discutidos no âmbito dos Colegiados das Unidades Acadêmicas e dos Conselhos Superiores da Universidade, enfatizando tanto sua dimensão geral quanto sua especificidade profissionalizante.

A proposta de criação do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina para o *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMEDCAFS/UFPI), apresentada neste Projeto Pedagógico do Curso (PPC), fundamenta-se nos documentos supracitados (PDI, PPI e DCN), em algumas normativas internas da UFPI (Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012, nº 053/2019 e nº 297/2022), nas demandas da população piauiense, especialmente do município de Floriano-PI e de sua microrregião, e nas perspectivas de docentes, discentes

e gestores da instituição, especificamente do CAFS, bem como de profissionais atuantes no Sistema Único de Saúde (SUS).

Este documento sistematiza a organização didático-pedagógica, os processos de avaliação, a infraestrutura e os recursos humanos necessários à criação e implementação do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMEDCAFS/UFPI). Além disso, apresenta um panorama do sistema de saúde do município de Floriano-PI, evidenciando suas demandas, condições e potencialidades, que justificam a criação do curso e garantem sua implementação, especialmente no que se refere aos espaços de atuação e às práticas acadêmico-profissionais.

A presente proposta contempla uma matriz curricular integrada, estruturada para proporcionar uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, fundamentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na articulação entre teoria e prática ao longo de toda a formação e na vinculação ao Programa Mais Médicos, em conformidade com as normatizações do SUS e com o contexto de inserção do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral.

Cientes da dinâmica do cenário atual e da importância da reflexão crítica sobre as diretrizes do PPC de Medicina do CAFS/UFPI, considera-se fundamental um processo contínuo de revisão e aprimoramento do documento, de modo a atender às demandas emergentes decorrentes dessas reflexões e das necessidades práticas do curso.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa

A Universidade Federal do Piauí (UFPI), através da integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional. A instituição tem como visão a busca pela excelência no ensino básico, técnico e tecnológico, educação superior e pós-graduação, qualificando pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão (PDI/UFPI, 2020- 2024).

A UFPI tem o compromisso social de atender às demandas locais e regionais nas quais estão inseridos seus *campi*, oferecendo à comunidade cursos de educação profissional técnica de nível médio, extensão, superior e pós-graduação. O ensino de graduação visa à obtenção de qualificação universitária específica, sendo aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio, ou equivalente, e obtido classificação em processo seletivo, seja através de vagas universais ou de vagas reservadas a ações afirmativas.

Essa instituição de ensino superior foi estruturada em uma região que vivencia, ao longo dos anos, dificuldades socioeconômicas importantes e histórias de superação de tais dificuldades. Por isso, é fundamental que sejam resgatadas a sua história e a expansão de seus *campi*, *relacionando* os cursos ao próprio perfil regional e ao enfrentamento dos desafios locais, buscando a articulação entre os diversos atores públicos e privados no sentido de propor projetos de interesse mútuo.

Os municípios do Estado do Piauí, bem como dos Estados circunvizinhos, são marcados pelo empobrecimento social, com problemas como saneamento básico, moradia, transporte, acesso à saúde, à educação, ao emprego e com a geração de renda, o que torna necessário o aumento das oportunidades de ensino de graduação nas diversas áreas, principalmente de ciências da saúde, em específico de Medicina.

Além disso, o Curso de Graduação Bacharelado em Medicina para o *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, (CGBMEDCAFS/UFPI) se insere na iniciativa de expansão da quantidade

de vagas para formação de médicos no Brasil, que visa à formação de profissionais para enfrentar os desafios atuais do SUS no Brasil e permanecer em áreas carentes.

Diante do exposto, o Curso de Graduação Bacharelado em Medicina da UFPI, do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, justifica-se por razões nacionais e regionais. No que concerne às razões, em nível nacional, podemos elencar as seguintes:

- 1) A consolidação do SUS como um sistema universal de atenção à saúde, tornando o Brasil reconhecido mundialmente como o único país com mais de 214,3 milhões de habitantes que mantém uma estrutura de tal porte, embora ainda haja um conjunto de desafios a ser enfrentado para a sua real efetivação, destacando-se a formação dos profissionais para atuação no cuidado integral à população brasileira, capazes de trabalhar em equipe e nos espaços tradicionalmente desassistidos;
- 2) O Plano de Expansão da Educação em Saúde – Plano Nacional de Expansão dos Cursos de Medicina, instituído pela Portaria MEC n. 109/2012 (BRASIL, 2012c), que, entre outros objetivos, busca melhorar a relação médico/habitante no Brasil; e
- 3) O Plano Nacional de Expansão das Escolas Médicas em todas as regiões do interior do país, com vistas a atender em 100% a meta de vagas em IFES em regiões prioritárias para a expansão das referidas escolas.

No que tange às razões regionais para justificar a criação do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina da UFPI, do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, apresentamos as seguintes:

- 1) O município de Floriano-PI, e região circunvizinha, apresenta carência de profissionais médicos, com baixa fixação e alta rotatividade, o que faz com que grande parte da população procure assistência médica na região norte do Estado, onde a concentração destes profissionais é bem maior;
- 2) Há uma concentração de Cursos de Medicina na região norte do Estado, o que requer que indivíduos do sul do Estado, região em que se encontra o município de Floriano-PI, com desejo de se tornarem médicos, migrem para tais cidades ou ainda para Estados vizinhos;
- 3) Floriano é o município que tem maior população e de maior extensão territorial da Macrorregião dos Cerrados, uma das 4 macrorregiões de saúde do Estado, entretanto não foi contemplada com o ensino médico;

- 4) Embora o município de Floriano tenha 3 IES públicas, UFPI/CAFS, Instituto Federal do Piauí (IFPI) e Universidade Estadual do Piauí (UESPI); e 15 IES do setor privado, algumas dessas ofertando cursos de graduação na área da saúde, como Graduação em Enfermagem, nenhuma delas oferta Curso de Graduação Bacharelado em Medicina (CADASTRO DO E-MEC, 2023);
- 5) A UFPI, através do CAFS, quer (e precisa) contribuir com o fortalecimento do atendimento à saúde da população brasileira, especialmente em regiões carentes, buscando implementar a filosofia proposta pelas Políticas de Expansão da Educação em Saúde e Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas das IFES em todas as regiões do interior do país;
- 6) O fato de o município de Floriano-PI dispor de uma rede hospitalar com serviços e ações de alta complexidade ambulatorial e hospitalar, mas sobretudo, de assistência à atenção primária, com adesão ao “Programa Mais Médicos”, que constituem campos propícios de ensino da prática médica (internato).

Todas as razões expostas revelam a necessidade e as condições básicas para a oferta de um Curso de Medicina em Floriano-PI, com vistas à consolidação do CAFS/UFPI como centro formador de médicos em todo o Sul do Estado do Piauí e a cidade de Floriano como um polo de referência à assistência à saúde da Macrorregião dos Cerrados.

1.2 A Universidade Federal do Piauí e a Formação Médica

1.2.1 Universidade Federal do Piauí: 54 anos de história

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) é uma Instituição de Educação Superior Brasileira, situada no Estado do Piauí, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), instituída pela Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, assinada pelo então Presidente do Brasil, o excelentíssimo Sr. Costa e Silva, e instalada em 1º de março de 1971, que tem como finalidade ofertar Cursos de Graduação nas modalidades presencial e a distância (Bacharelados e Licenciaturas), Cursos de Pós-graduação *Lato sensu* (Especializações e Residências) e *Stricto sensu* (Mestrados e Doutorados), além dos Cursos de Ensino Básico,

Técnico e Tecnológico (EBTT), por meio de seus três (03) colégios técnicos a ela vinculados (PDI, 2020-2024).

No percurso da sua trajetória histórico-normativa tem-se os seguintes destaques:

I – Credenciamento das Faculdades isoladas existentes no Piauí (Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina, de Teresina; e Faculdade de Administração de Parnaíba), por meio do Decreto nº 17.551, de 9 de janeiro de 1945;

II – Credenciamento como Universidade, com a fusão das faculdades isoladas e, em 12 de novembro, por meio da Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968;

III – Aprovação do seu primeiro Estatuto pelo Decreto nº 72.140, de 26 de abril, e publicado no DOU, de 27 de abril de 1973;

IV – Alteração do seu Estatuto, por meio das Portarias MEC nº 453, de 30 de maio, e publicado no DOU, de 02 de junho e nº 180, de 05 de fevereiro de 1993, e publicado no DOU, de 08 de fevereiro;

V – Adaptação do Estatuto à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996), por meio da Resolução do Conselho Universitário (CONSUN) nº 15, de 25 de março de 1999 e pelo Parecer nº 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC nº 1.225, de 30 de julho de 1999, publicado no DOU nº 147-E, de 03 de agosto de 1999;

VI – Aprovação do atual Regimento Geral da UFPI, adaptado à LDB de 1996 (BRASIL, 1996), por meio da Resolução do CONSUN nº 45, de 16 de dezembro de 1999, e alterado posteriormente pela Resolução nº 21, de 21 de setembro de 2000;

VII – Recredenciamento, por meio da Portaria MEC nº 645, de 2012, pelo prazo de dez (10) anos;

VIII – Avaliação externa *in loco* para o Recredenciamento da UFPI, no período de 26 a 28 de junho de 2023, com Relatório publicado.

Nesta trajetória, a UFPI passou, também, por mudanças significativas, ampliando seu campo de atuação, a oferta de seus cursos, a sua missão e a sua importância para a região, que a legitimam como uma IES que promove uma educação de excelência.

A legitimação da UFPI como uma IES de promoção de uma Educação de Excelência tem-se evidenciado nos avanços que a instituição vem desenvolvendo no que tange aos Índices Geral de Cursos e, especialmente, na nota máxima atingida no último credenciamento institucional ocorrido neste ano, quando avançou da nota 3 (três) para a nota 5 (cinco), conforme Relatório emitido pelos avaliadores do MEC, após a avaliação externa *in loco*, realizada no período de 26 a 28 de junho de 2023. Tal avanço foi resultado dos processos formativos que a UFPI oferece, qualificando pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania, comprometidas com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional (PDI 2020-2024). Para tanto, afigura-se com princípios norteadores da sua trajetória institucional: a autonomia universitária; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a pluralidade e democracia; o respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais; a excelência; o compromisso social; e, por fim, a valorização de seus docentes, técnico-administrativos e discentes (PDI, 2020-2024).

Posto isto, tem seus valores destacados na direção do compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização; inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre outros, pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado; e, na sequência, respeito à pluralidade de pensamento e natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União (PDI, 2020-2024).

Alinhada à melhoria da qualificação do seu corpo docente e ampliação da sua infraestrutura, a UFPI vem, de forma gradativa, ampliando sua área de atuação, articulando a consolidação dos cursos e programas existentes, com a implantação de novos, tanto em nível de graduação, pós-graduação, quanto de EBTT, como também, por meio da definição de linhas de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, além da prestação de serviços à comunidade, sempre numa perspectiva de articular crescimento com desenvolvimento (PDI, 2020-2024).

De acordo com o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2022, a UFPI oferta 233 cursos, sendo 98 de ensino de graduação (81 presenciais e 17 a distância), 15 cursos de EBTT e 116 de Pós-Graduação.

Os cursos de graduação e programas de pós-graduação são ministrados no *Campus* sede, *Campus* Ministro Petrônio Portella (CMPP), no município de Teresina, com área total de 4.009.337,45 m² e área construída de 189.252,54 m², e em 3 (três) *campi* sediados no interior do Piauí: *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CAFS), na cidade de Floriano, a 247 km de distância de Teresina, com área total de 1.630.000,00 m² e área construída de 20.735,14 m²; *Campus* Professora Cinobelina Elvas (CPCE), em Bom Jesus, a 604 km de Teresina, com área total de 4.730.293,59 m² e área construída de 27.802,81 m²; e o *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), na cidade de Picos, a 314 km de Teresina, com área 123.938,59 m² e área construída de 16.938,30 m².

Os cursos de EBTT funcionam nos 3 (três) Colégios Técnicos, sendo 1 (um) localizado em Teresina e 2 (dois) no interior do Estado, nos municípios de Floriano e de Bom Jesus, cujas estruturas acadêmico-administrativas localizam-se respectivamente nas proximidades do CAFS e CPCE. Recentemente, o *Campus* Ministro Reis Velloso (CMRV), de Parnaíba, foi desvinculado da UFPI para se transformar na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), de acordo com a Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU nº 70, seção 1, de 12 de abril de 2018 (PDI, 2020).

No que comporta à estrutura organizacional e instâncias de decisão da UFPI, a administração da Universidade realiza-se nos planos de deliberação e execução, tanto em nível superior, quanto em nível de unidades de ensino. E, em conformidade com os documentos oficiais, os órgãos da administração superior têm jurisdição, no âmbito de sua competência, sobre toda a Universidade, sendo descentralizada a execução das atividades administrativas sem prejuízo da integração, que se opera através da supervisão, da coordenação e do controle exercido pelos órgãos da administração superior, em qualquer nível, e da articulação entre os órgãos do mesmo nível (PDI, 2020-2024).

No CMPP, funciona a Administração Superior da UFPI distribuída em prédios que ocupam uma área total de 36.150,80 m², nas quais ficam as instalações da Reitoria, 7 (sete) Pró-Reitoras: de Ensino de Graduação (PREG); de Ensino de Pós-Graduação (PRPG); de Pesquisa e Inovação (PROPESQI); de Extensão e Cultura (PREXC); de Administração (PRAD); de Planejamento e Orçamento (PROPLAN); e de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC); 4 (quatro) superintendências: Superintendência de Recursos Humanos (SRH), Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), Superintendência de Comunicação Social (SCS) e Superintendência de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (SEBTT), além dos Órgãos Assessores e Suplementares da Universidade (PDI, 2020-2024).

No âmbito acadêmico, o CMPP possui 7 (sete) Centros de Ensino, distribuídos conforme área de atuação dos cursos, ocupando uma área total de 147.995,60 m². O Centro de Tecnologia (CT) conta com 16.385,88 m² de área construída, o Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) com 15.575,44 m² de área construída, o Centro de Ciências da Educação (CCE) com 13.609,20 m² de área construída, o Centro de Ciências da Natureza (CCN) com 53.040,94 m² de área construída, o Centro de Ciências da Saúde (CCS) com 23.030,64 m² de área construída, o Centro de Ciências Agrárias (CCA) com 22.353,50 m² de área construída, e o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) com aproximadamente de 4.000 m² de área construída. O Colégio Técnico de Teresina (CTT) possui 8.106,14 m² de área construída, acomodando no mesmo espaço físico setores administrativos e áreas acadêmicas como salas de aulas e laboratórios. Nos demais *campi* (CAFS, CPCE e CSHNB) e Colégios Técnicos (CTF e CTBJ), os setores administrativos e acadêmicos compartilham o mesmo espaço físico (PDI, 2020-2024).

Assim sendo, frente ao cumprimento da sua missão institucional, a UFPI enseja em um trabalho pedagógico norteado por eixos de inserção regional, princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais e políticas acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão e inovação, síncronas ao seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), constante no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024), no sentido de vigorar aspectos da realidade institucional, na afirmativa de princípios, diretrizes e compromissos a serem desvelados na concretude e no avanço do trabalho desenvolvido pela Universidade.

Nesse percurso, assume o compromisso social de atender às demandas locais e regionais nas quais estão inseridos seus *campi*, oferecendo à comunidade cursos de educação profissional técnica de nível médio, extensão, superior e pós-graduação.

No que tange, especialmente, a seus cursos de graduação superior, como Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), orientada pela LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pelo Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (Parecer CNE/CES nº 67/2003), atua com base em decisões colegiadas e organiza seus cursos nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, em regime de créditos, buscando atender às necessidades da sociedade contemporânea, no que concerne ao desenvolvimento de competências e ao estímulo de processos cognitivos mais elaborados (análise, avaliação, criação), proporcionando, assim, aprendizagem significativa, duradoura e cidadã. Busca, também, a contínua articulação entre as áreas de conhecimento e os níveis

de ensino oferecidos, bem como sua indissociabilidade com a pesquisa e a extensão, garantindo a interdisciplinaridade. Nesse ponto, a integração se faz imprescindível para que a formação se mostre como base para os processos de desenvolvimento cultural, econômico, social e ambiental, evidenciando a necessidade de discussão sobre novas trajetórias de ensino, inovação curricular e práticas de aprendizagem.

Para além disto, tem promovido a internacionalização, por meio do fortalecimento de relações que extrapolam fronteiras, consolidando e ampliando cooperações com instituições internacionais, com programas de mobilidade acadêmica e programas internacionais, com a inclusão de cursos e disciplinas em línguas estrangeiras (PDI, 2020-2024).

Por fim, a UFPI no cumprimento da sua missão, vem enfatizando a excelência nos processos de ensino e de aprendizagem com compromisso no atendimento das necessidades pedagógicas emergentes, uma vez que se encontra voltada para formação integral, respeitando e valorizando as diferenças individuais e sociais, tendo como horizonte a excelência e qualidade na repercussão do exercício social e profissional dos futuros egressos da Universidade (PDI, 2020/2024).

1.2.2 *Campus* Amílcar Ferreira Sobral: 15 anos de história no município de Floriano-PI

O CAFS é o mais novo *Campus* fora de sede da Universidade Federal do Piauí e único a ter suas instalações iniciais financiadas completamente com recursos do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI-II), correspondente ao último ciclo da expansão da rede universitária no Brasil, ocorrida entre os anos 2007 e 2012. Em especial, sua implantação oportunizou a consolidação de uma política nacional de reestruturação e expansão do desenvolvimento socioeconômico do Estado do Piauí, sobretudo da região do Médio Parnaíba (PDU, 2020).

Esse *Campus* iniciou suas atividades no dia 10 de março de 2009, na BR 343, Km 3,5 s/n, Bairro Meladão, CEP: 64.808-605, no município de Floriano, no Estado do Piauí, com 4 (quatro) Cursos de Graduação presenciais (Licenciaturas em Ciências Biológicas e Pedagogia; Bacharelados em Administração e Enfermagem), com o código e-MEC1002561. Nesse período, as instalações do *Campus* ainda estavam em fase de construção, iniciando as suas atividades, acadêmicas e administrativas, nas instalações do Colégio Técnico de Floriano (CTF), também pertencente à UFPI (PDU, 2020).

Em 2012, houve a aprovação nacional das Licenciaturas em Educação do Campo (LEDOCs) e, no ano de 2013, foi regulamentada a criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, do CAFS, pela Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPI (CEPEX/UFPI), nº 215/2013, sendo implantado, somente, em 2014 (PDI 2015-2019, p. 51). Em 2017, foi aprovado o Curso de Especialização em Gestão de Pequenas e Médias Empresas, do Curso de Bacharelado em Administração, pela Resolução Nº 94/2017 CEPEX/UFPI (PDU, 2020).

Em 2020, aconteceu a aprovação do primeiro Curso em nível de Pós- Graduação *Stricto Sensu*, na área de Biodiversidade, o Programa de Pós-graduação em Biodiversidade e Conservação (PPGBC), do Curso de Ciências Biológicas, pela Resolução nº 108/2019 do CEPEX/UFPI e Portaria de nº 539-2020, do Ministério da Educação (MEC) (PDU, 2020).

O *Campus*, juntamente com o Colégio Técnico de Floriano (CTF), compreende uma área total de 1.630.000,00 m² e área construída de 20.735,14 m². A infraestrutura física do CAFS é composta da seguinte forma: 1 – infraestrutura administrativa, com uma área total de 5.239,01 m² (compreendendo os setores administrativos do Bloco 01/térreo e superior, Núcleo de Assistência Estudantil, Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Auditório, Restaurante Universitário, Garagem, Gabinete, Laboratório Multidisciplinar de Administração (LABOMA), composto pelo Laboratório de Produção e da Loja Conceito, e Parte Integrada; 1) 2 – infraestrutura acadêmica, com uma área total de 4.921,06 m² (compreendendo Salas de Aula, Laboratórios de Ensino, Laboratórios de Pesquisa e Miniauditório); 3 – Residência Universitária, com uma área total de 1.714,39 m², a qual atende a comunidade estudantil de beneficiárias (os) do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (PDU, 2020-2022).

Visando garantir a permanência dos estudantes na instituição, o CAFS oferece benefícios a seus discentes, distribuídos entre Residência Universitária, Benefício Assistencial Estudantil, Auxílio Creche, Isenção da Taxa de Alimentos, Apoio à Participação em Eventos Científicos, Bolsa de Inclusão Social (para o acompanhamento pedagógico de alunos com deficiência) e Bolsa de Incentivo às Atividades Multiculturais Acadêmicas. A seleção dos candidatos é realizada pelo Núcleo de Assistência Estudantil (NAE), a qual compete descentralizar os programas, projetos e ações que integram a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e desenvolver ações de assistência estudantil de acordo

com as normas vigentes para cada serviço, odontológico, social, pedagógico e psicológico (PDU, 2020-2022).

A implantação do CAFS corrobora para o desenvolvimento educacional, socioeconômico, cultural, tecnológico e sustentável do município de Floriano-PI e demais municípios adjacentes (tanto do Piauí quanto do Maranhão), por promover ações transformadoras para (e com) comunidade acadêmica, por meio da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão (PDU, 2020-2022).

Tem como missão promover o processo formativo e a capacitação ao exercício profissional de sujeitos, com conhecimentos humano-históricos e científicos, capazes de intervir na realidade social com liberdade, autonomia intelectual, ética e consciência política. E, como visão, ser referência na formação superior regional, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, por meio da excelência no ensino, pesquisa e extensão. Sendo os valores, base para concretude institucional como Universidade Federal, os seguintes: autonomia; respeito; transparência; ética; humanização; excelência; solidariedade; compromisso Social; universalidade; coletividade, e sustentabilidade (PDU, 2020-2022).

O cumprimento dessa missão e a visão do CAFS evidenciam a relevância do processo de democratização do acesso no contexto da interiorização do ensino superior federal do país. As novas Universidades e os novos *Campi* trazem a oportunidade de estudos universitários a discentes que vivem fora dos grandes centros urbanos e de outros estados, contribuindo para a melhoria da vida dos seus alunos.

Outrossim, tal fenômeno da expansão e interiorização traz, para além da possibilidade de acesso, contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas essas unidades acadêmicas, uma vez que, juntamente com o ensino, se desenvolvem a pesquisa, a extensão e a inovação. Desse modo, o REUNI constituiu-se em um programa que possibilita às IFES cumprir seu papel de apoio ao desenvolvimento dos Estados, das regiões e do país.

É válido ressaltar que a expansão das universidades federais é um processo contínuo e cumulativo, até que sejam atingidas as principais metas previstas para o ensino superior pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), a saber:

- **Meta 12:** “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18

(dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurando a qualidade de oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público”.

- **Meta 13:** “Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de doutores”.

- **Meta 14:** “Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores”.

Enfim, o *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, da Universidade Federal do Piauí, tem demonstrado sua capacidade em responder aos anseios da sociedade e contribui não só para propiciar uma formação técnico-científica de qualidade, condizente com o mundo de trabalho contemporâneo e para o atingimento das metas previstas no PNE, mas, também, para a construção de uma sociedade mais democrática, mais equânime, mais inclusiva e solidária.

É importante ressaltar que a atuação do CAFS/UFPI contribui, ainda, com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, apenas 9,61% tinham curso superior completo. Sobre o assunto, vale destacar que, apesar de não termos esses percentuais referentes a 2022 ainda divulgados, acreditamos que o aumento da população de Floriano com ensino superior completo tenha sido significativo nestes últimos doze anos. Só em 2022, por exemplo, o CAFS conseguiu formar 1.960 alunos nos cursos de graduação que oferece, sem contar na formação oferecida pelas outras IES existentes na cidade. Defendemos, pois, que a criação do Curso de Graduação Bacharelado em medicina, no município de Floriano, contribuirá para ampliar, mais ainda, o percentual de pessoas residentes no município com curso superior, favorecendo uma melhor capacitação em educação e em saúde e interferindo, assim, satisfatoriamente no IDHM.

1.2.3 Educação Médica no Estado do Piauí: contexto atual e perspectivas para avançar

O ensino da Medicina no Piauí acontece desde outrora, tempos antigos, destacando-se o período colonial, em que crianças e jovens, filhos de brancos, nativos e escravos,

aprenderam a arte da cura com missionários, capelães, homens letrados, mulheres prestandas, preceptores particulares, tios, pais e mães, os quais eram denominados de mestres. Entre estes, cita-se a figura do negro forro, Antônio José, o qual era considerado, pelas autoridades dirigentes, um Mestre na arte da cura, sendo convocado pelo Governo da Capitania de São José do Piauí, para ensinar meninos e meninas, que habitavam aldeias indígenas, o curandeirismo, que naqueles tempos significava fazer sangria, usar corretamente ervas nativas e remédios produzidos na Metrópole (VIEIRA, 2013).

Nesse ínterim, só era possível tratar os males do corpo pela ação de homens práticos com poucos conhecimentos sobre doenças e curas, mezinheiras e parteiras que revestiam suas ações com elementos pertinentes ao imaginário supersticioso, fazendo uso de ervas, sementes, cascas e raízes de árvores, excrementos de gado e simpatias. Eram, pois, práticas nativas misturadas ao conhecimento importado da Europa (ALMEIDA, 2010).

Já no século XVIII, na cidade de Oeiras, sede da Capitania de São José do Piauí, a Medicina era desenvolvida por cirurgiões em um hospital militar, diferentemente daquela praticada no âmbito das aldeias, sítios e fazendas. Neste serviço, havia um soldado, que atuava como enfermeiro e dois índios, como serventes, além dos cirurgiões, os quais tratavam dos militares feridos nas guerras ou quando doentes de sezão, infecções e diarreias (NUNES, 2007).

No século XIX, os médicos também eram responsáveis pelo tratamento das enfermidades individuais, mas, em âmbito federal, houve ampliação para assegurar medidas que visavam à boa saúde e à longevidade populacional, em função da elevada incidência de epidemias que resultaram no aumento das taxas de mortalidade. Isto produziu iniciativas de saúde pública no Brasil, sob a chancela do governo central (CHALHOUN, 2006; MARINHO, 2021).

Essas discussões higienistas federais pareceram contribuir positivamente para uma alteração da condição da saúde pública no Piauí (MARINHO, 2021). Assim, em princípios do século XIX, destacam-se a figura de cirurgiões, como Francisco José Furtado, na cidade de Oeiras (ALMEIDA, 1944).

Em 1822, o deputado do Piauí nas Cortes Portuguesas, Padre Domingos da Conceição, apresentou em sessão da Assembleia o pleito de que fossem criados no Piauí dois empregos necessários para a conservação da saúde daqueles povos, prioritariamente dos militares enfermos, a saber: um Físico-Mor, que residirá na cidade de Oeiras, capital da

Província; outro de Cirurgião-Mor do Estado, que residirá na Vila da Parnaíba, a 120 léguas distantes. O Padre, na ocasião, elaborou um anteprojeto de lei abrangendo a criação dos cursos superiores de Medicina e Cirurgia Prática.

Em 1832, houve ampliação do serviço, pois foi criado o cargo de Cirurgião Público para a cidade de Oeiras, com respectiva nomeação do Cirurgião-Mor José Luís da Silva. Sua nomeação estava vinculada ao desempenho de funções não somente junto aos militares, como também no tratamento de todas as pessoas pobres que fossem recolhidas no hospital militar e no hospital de caridade a ser instalado na referida cidade. E na década de 1840, exerceu a Medicina na cidade de Oeiras, José Sérvio Ferreira, que assumiu o cargo de Médico do Hospital de Caridade e das Enfermarias Militares, além do cargo público de Médico da cidade (COSTA, 1909; 1974).

Nota-se que, até aqui, a atuação dos médicos se dava em atendimentos privados, nas enfermarias militares, onde se atendiam os presos e soldados, e no Hospital de Caridade. A formação deles vinculava-se, especialmente, às Faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, assim como em outros países, e seu retorno era bastante prestigiado pela sociedade (SANTANA, 2017).

Nesse contexto, há que se mencionar também outros dois médicos de grande destaque no cenário piauiense, foram eles: Simplício de Sousa Mendes, que atuou como professor no Liceu, depois, como diretor da Instrução Pública, e posteriormente, foi médico do Partido Público e também Deputado Geral pelo Piauí; e Areolino Antônio de Abreu, que foi Vice-Governador do Piauí e um dos principais articuladores na fundação de um espaço para recolher os doentes mentais em Teresina, ambos formados na Bahia (SANTANA, 2017).

Por conseguinte, ocorreu a transferência da capital do Piauí de Oeiras para Teresina, quando então o Hospital de Caridade foi reduzido a uma enfermaria, extinta posteriormente em 1861 (COSTA, 1909; COSTA, 1974), o que levou à ampliação dos serviços médicos nesse último município.

Anos mais tarde, por volta de 1920, a campanha pelo saneamento resultou na constituição de agências administrativas e de políticas em saúde pública no interior do país, com atuação médica (MARINHO, 2021; PIAUHY, 1925; SANTOS; 2004). Para Silva (2014), ocorre, então no Piauí, a construção de uma cultura sanitarista de forma mais organizada. Portanto, entre os séculos XIX e as primeiras décadas do século XX, ocorreu uma

medicalização da sociedade teresinense, mas de forma a atender momentos de calamidades.

A primeira iniciativa dessa cultura sanitarista foi a instalação do Posto de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas e, em seguida, o Serviço de Profilaxia da Tuberculose. Tais serviços localizavam-se na capital, mas prestavam atendimento às populações de outros municípios, inclusive Parnaíba. Posteriormente, houve o desejo de ampliar os serviços para o interior do Estado, porém, foi instalado em 1925, apenas mais um Posto de Saúde em Parnaíba (MARINHO, 2021; PIAUHY, 1925; SANTOS, 2004).

Ao passo que havia ampliação de serviços médicos no Estado, crescia também a demanda por novos profissionais, os quais continuavam a buscar outros locais para terem sua formação, pois, somente em 1966 foi instituído um Grupo de Trabalho com fins de planejar a criação e o funcionamento da Faculdade de Medicina do Piauí (BRITO, 1995).

Em 11 de agosto daquele ano, foi criada a Faculdade de Medicina no Piauí pelo Decreto Estadual nº 694, sediada na cidade de Teresina, e mantida através da Fundação Estadual de Ensino Superior do Piauí (FESPI), nos termos da Lei Estadual nº 2.745, de 10 de agosto de 1966 (PIAÚÍ, 1966a; 1966b). A referida Faculdade teve seu funcionamento autorizado, em 19 de novembro de 1966, pelo Conselho Estadual de Educação (CNE), através do parecer nº 1/66 (CNE, 1966), mas somente dois anos depois, em 1968, realizou-se o primeiro vestibular (BRITO, 1995). E na década seguinte, especificamente, em 26 de agosto de 1974, através do Decreto n.º 74.466 foi reconhecido oficialmente pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) o Curso de Medicina da UFPI.

Em 12 de novembro de 1968, foi criada a UFPI, pela Lei Federal nº 5.528/68, e, assim, extinguiu-se, automaticamente, a FESPI. Poucos anos depois, em 26 de agosto de 1974, através do Decreto nº 74.466, foi reconhecido oficialmente pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) o Curso de Medicina da FUFPI (PPC MEDICINA, 2015).

Nos anos 1990 e 2000, 3 (três) outros Cursos de Medicina foram iniciados, todos na capital do Piauí, a saber: o da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em 1999; o do Centro Universitário UNINOVAFAPÍ, inicialmente denominada Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí, em 2004; e o do Centro Universitário Facid Wyden, em 2005 (BRASIL, s.d.).

Há que se destacar aqui o Programa “Mais Médicos”, institucionalizado pela Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e implementado pela Portaria Interministerial nº 1.369,

de 8 de julho de 2013. Este Programa tem a finalidade de formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde (SUS), sendo, portanto, um dos seus objetivos aprimorar a formação médica no País e proporcionar maior experiência no campo de prática médica durante o processo de formação (BRASIL, 2013a; 2013b).

Frente a isso, um dos eixos estratégicos do Programa Mais Médicos, o segundo, visa a ampliação de vagas e Cursos de Medicina, com reformas na Educação Médica, na graduação e na residência (SEPARAVICH; COUTO, 2021). Estes autores afirmam que existiram avanços, a partir do referido Programa, tanto na expansão dos Cursos de Medicina e na ampliação de vagas para a Residência de Medicina de Família e Comunidade (MFC) quanto na adoção de práticas pedagógicas que proporcionam o contato e a vivência do futuro médico com os segmentos sociais rural e periférico das grandes cidades (SEPARAVICH; COUTO, 2021).

Mourão Netto *et al.* (2018) verificaram que, de 2013 a 2016, em virtude da implementação do Programa Mais Médicos, foram criados 70 novos Cursos de Medicina, com oferta de 5.540 novas vagas, ou seja, houve crescimento da quantidade de vagas de Medicina de 0,83 por 10.000 habitantes em 2012 para 1,07 por 10.000 habitantes em 2015.

Muitas desses novos cursos e vagas foram ofertados nas regiões mais necessitadas de assistência médica, como a região Nordeste do Brasil. A implantação desses novos Cursos de Medicina, nesta região, foi muito exitosa, pois permitiu a interiorização das vagas e também inovações pedagógicas (ALENCAR; GUIMARÃES; MUCARI, 2017; MOURÃO NETTO *et al.*, 2018).

Como exemplo desse crescimento na região Nordeste, cita-se o Estado do Piauí, o qual, após a implementação do Programa Mais Médicos, teve os seguintes Cursos de Medicina iniciados: um na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR), localizado em Parnaíba, que iniciou em 2014; nesta mesma cidade há outro, na Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí, que começou em 2015; e um, em Picos, ofertado pelo *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros da UFPI, que iniciou em 2016 e teve sua primeira turma formada no período 2022/2, o qual foi concluído em maio de 2023, por conta da Pandemia de COVID-19. Em Teresina, conforme disponibilizado no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC), há um outro Curso na Faculdade de Tecnologia de Teresina (Faculdade CET), que ainda não foi iniciado (BRASIL, s.d).

Pelo exposto, observa-se que há uma concentração de Cursos de Medicina na região norte do Estado e há a existência de apenas um curso no centro-sul, o que requer que indivíduos do sul, com amplo desejo e sonho de se tornarem médicos, migrem para tais cidades ou ainda para Estados vizinhos. Há, também, uma concentração de profissionais médicos na região norte do Estado, em detrimento da falta destes nas cidades localizadas mais ao sul do Estado. Em face disso, espera-se que o Piauí tenha a oportunidade de ampliar, para outros locais, o ensino médico, contribuindo para o fortalecimento das Redes de Atenção em Saúde em todo o Estado, de modo a proporcionar melhor assistência a toda população das diferentes macrorregiões e dos seus territórios de desenvolvimento.

1.3 Organização da Atenção à Saúde no Estado do Piauí

1.3.1 O Estado do Piauí e a Regionalização em Saúde

O Estado do Piauí tem uma área de 251.577,738 Km², distribuídos em 224 municípios, com uma população estimada de 3.289.290 habitantes. Está localizado no noroeste da região nordeste e tem como limites o oceano Atlântico ao norte; Ceará e Pernambuco ao leste; Bahia ao sul e sudeste; Tocantins, a sudoeste; e o Maranhão, ao oeste e noroeste (IBGE, 2021).

Considerando as características ambientais, culturais, econômicas, dentre outras, desse Estado, o Governo do Estado do Piauí, seguindo o proposto no Pacto pela Saúde, que busca a regionalização em saúde solidária e cooperativa (BRASIL, 2006), instituiu, através da Lei Complementar nº 87/2007, a sua regionalização em 12 regiões denominadas de “Territórios de Desenvolvimento”, sendo eles: Carnaubais, Cocais, Chapada das Mangabeiras, Entre Rios, Planície Litorânea, Serra da Capivara, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Vale do Canindé, Vale do Rio Guaribas, Chapada Vale do Rio Itaim, Vale do Sambito, Vale dos Rios Piauí e Itaueira (ver Figura 1) (GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, 2007).

Os 12 Territórios de Desenvolvimento do Piauí se encontram distribuídos em 4 (quatro) macrorregiões de saúde: **Macro Litoral** (Cocais e Planície Litorânea), **Macro Meio Norte** (Carnaubais e Entre Rios), **Macro Semiárido** (Vale do Canindé, Vale do Rio Guaribas, Chapada Vale do Rio Itaim e Vale do Sambito), **Macro Cerrados** (Vale dos Rios Piauí e

Itaueira, Chapada das Mangabeiras, Serra da Capivara e Tabuleiros do Alto Parnaíba) (Figura 2).

Figura 1. Regiões de saúde, Piauí.



Fonte: Plano Estadual de Saúde do Piauí – 2020 a 2023.

Figura 2. Macrorregiões de saúde, Piauí.



Fonte: Plano Estadual de Saúde do Piauí – 2020 a 2023.

É importante destacar que essa regionalização transcende os limites político-administrativos do Estado do Piauí, de modo a abranger parte do leste do Estado do Maranhão e parte do noroeste do Estado do Ceará, reforçando a prevalência dos critérios físico-ambientais em sua instituição (NOBRE; CARVALHO, 2020). Assim, o Piauí atende ainda populações desses locais.

A regionalização na perspectiva de “Regiões de Saúde”, tem-se como objetivo funcional expresso na máxima oferta e disponibilidade de ações de saúde para a população

de um dado território, instrumentalizada por uma rede, articulada e integrada. É compreendida como uma estratégia eficaz na formação de sistemas de saúde eficientes e de relações intergovernamentais mais cooperativas. Prevista, constitucionalmente, no contexto das políticas de redemocratização que o País vem vivenciando desde a outorga da Constituição Federal de 1988, prevê maior autonomia aos três entes Federados, definindo suas competências. Assim, Estados e Municípios devem ser capazes de assumirem, efetivamente, os papéis que lhes cabem na definição e execução das ações referentes à saúde, em seus respectivos territórios.

Os Municípios que compõem cada uma das 12 Regiões de Saúde oferecem serviços e ações de média complexidade ambulatorial e hospitalar, historicamente já ofertados, além de atuarem, à luz da nova proposta de agregação regional do Plano Diretor de Regionalização (PDR/2015), como municípios de referência nas macrorregiões de saúde.

Tem-se, como municípios de referência Macrorregional para a Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, Teresina, Parnaíba, Picos e Floriano, municípios, os quais tem no elenco de responsabilidade a oferta de serviços e ações de Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar. Dessa forma, passaram a atuar como referência macrorregional, à medida que se efetivaram e efetivam os investimentos financeiros por parte do Estado, indispensáveis à estruturação das condições físicas, materiais e humanas para essa atuação.

Ao todo, segundo o Plano Estadual de Saúde do Piauí (2020 a 2023), para o atendimento à saúde da população, o Estado, contemplando todas os Territórios de Desenvolvimento, dispõe de uma rede assistencial e de atenção em saúde composta de 2.650 unidades/estabelecimentos/núcleos/equipes de saúde, dos quais: 60,8% são públicos, sendo 106 Hospitais Gerais, 22 Hospitais Especializados, 7 Maternidades, além de leitos obstétricos localizados em 49 Hospitais Gerais. No âmbito da Atenção Primária à Saúde, atualmente, possui: 152 Academias da Saúde habilitadas, 82 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Tipo I, 58 NASF Tipo II e 99 NASF Tipo III. Conta ainda com 03 NASF Intermunicipais, 943 Equipes de Saúde da Família habilitadas, 46 Equipes de Saúde da Família do Programa de Valorização dos Profissionais na Atenção Básica (PROVAB); 304 Equipes de Saúde da Família do Programa Mais Médicos, 1.010 Equipes de Saúde Bucal Modalidade I, 55 Equipes de Saúde Bucal Modalidade II, 7.166 agentes comunitários, 31 Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e 62 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Integra, ainda, a capacidade instalada de Serviços do Sistema Estadual de Saúde, o Complexo Regulador Estadual, instituído mediante Resolução Comissão Intergestora Bipartite (CIB) nº 37, de 2013, em observância ao disposto na Portaria nº 1.559, de 1º de agosto de 2008, do Ministério da Saúde, que estabeleceu a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde.

O Complexo Regulador Estadual tem por atribuições: fazer a gestão da ocupação de leitos e agendas das unidades de saúde; absorver ou atuar de forma integrada aos processos autorizativos; efetivar o controle dos limites físicos e financeiros; estabelecer e executar critérios de classificação de risco; e executar a regulação médica do processo assistencial (CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE, 2016). Colaborando, assim, para maior fiscalização e interligação das informações em saúde de todos os Territórios de Desenvolvimento.

1.3.2 Macrorregião dos Cerrados: novo campo de atuação para o Ensino Médico

Dentre as 4 (quatro) Macrorregiões de Saúde, a Macrorregião dos Cerrados (Figura 3), em que o município de Floriano faz parte com a maior população, ainda não foi contemplada com o Ensino Médico. Na defesa da aprovação deste Projeto Educacional, tem-se que a região é a maior em extensão territorial das Macrorregiões de Saúde do Estado do Piauí, compreendendo 4 (quatro) regiões de saúde: Vale dos Rios Piauí e Itaueira (28 municípios), Serra da Capivara (18 municípios), Chapada das Mangabeiras (23 municípios) e Tabuleiros do Alto Parnaíba (5 municípios), perfazendo assim, um total de 74 municípios (GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, 2019).

Figura 3. Macrorregião dos Cerrados, Piauí.



Fonte: Plano Estadual de Saúde do Piauí – 2020 a 2023.

A Macrorregião dos Cerrados tem uma população estimada de 590.124 habitantes (GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, 2019). É uma das macrorregiões que transcendem o limite territorial do Piauí, com 114,6 mil km² nesse Estado e 58,8 mil km² no Maranhão.

A rede assistencial e de atenção à saúde, no que tange aos serviços hospitalares, um dos campos de atuação para o ensino médico, por Território de Desenvolvimento, no caso, 'Vale do Rios Piauí e Itaueira' com 12 Unidades Mistas Municipais, 2 (dois) Hospitais Gerais Estaduais, 2 (dois) Hospitais Gerais Municipais, um Hospital Geral privado, 2 (dois) Hospitais Especializados privados e uma Clínica Especializada; na 'Chapada das Mangabeiras' com 11 Unidades Mistas, sendo 3 (três) Estaduais, e 3 (três) Hospitais Gerais Estaduais; na 'Serra da Capivara' com 4 (quatro) Unidades Mistas Municipais, 2 (dois) Hospitais Gerais Estaduais, 3 (três) Hospitais Gerais privados e um Hospital Especializado Municipal; e no 'Tabuleiros do Alto Parnaíba' com 2 (duas) Unidades Mistas Municipais e um Hospital Geral Estadual.

Os Territórios de Desenvolvimento acima citados contam ainda com a rede assistencial e de atenção à saúde no âmbito da Atenção Primária, outro campo de atuação do Ensino Médico, a qual necessita de ampliação no tocante à contratação de novos profissionais, bem como de adoção de outras estratégias que permitam esse crescimento e cobertura total da população de cada município. Nesse ínterim, ressalta-se que o Estado participará como pioneiro do projeto elaborado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), sobre a Planificação da Atenção Primária à Saúde, com ênfase na Segurança do Paciente (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, 2021).

Os municípios da Macrorregião dos Cerrados são os mais distantes da Capital do Estado, o que gera dificuldade da população no acesso aos serviços de saúde, educação, dentre outros. Do mais, é fundamental destacar que está em pleno desenvolvimento, não somente no setor saúde, mas também econômico, especialmente, pela expansão das plantações de grãos nos Territórios da Chapada das Mangabeiras e Tabuleiros do Alto Parnaíba, com tímida plantação no Território do Vale dos Rios Piauí e Itaueira, bem como pelas suas grandes riquezas naturais, como; o Parque Nacional da Serra da Capivara, nos municípios de São Raimundo Nonato e Coronel José Dias; o Parque Nacional da Serra das Confusões, em Caracol e Guaribas; e o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, localizado na divisa dos Estados do Piauí, do Maranhão, da Bahia e do Tocantins.

1.3.3 O Território do Vale dos Rios Piauí e Itaueira e o município de Floriano

O Território dos Vales dos Rios Piauí e Itaueira é composto de 19 municípios, são eles: Arraial, Brejo do Piauí, Canto do Buriti, Flores do Piauí, Floriano, Francisco Ayres, Itaueira, Nazaré do Piauí, Nova Santa Rita, Paes Landim, Pajeú do Piauí, Pavussu, Pedro Laurentino, Ribeira do Piauí, Rio Grande do Piauí, São José do Peixe, São Miguel do Fidalgo, Socorro do Piauí e Tamboril do Piauí. A população destes municípios está especificada no Quadro 1. Vale destacar que esse território serve de referência para outros municípios dos Estados do Maranhão e Ceará.

Nestes municípios, a rede de assistencial e de atenção à saúde contempla serviços de atenção primária, assim como de média e alta complexidade, nas quais se incluem os serviços hospitalares, em que, segundo o Plano de Saúde do Estado do Piauí (2020 a 2023), a região conta com unidades mistas, hospitais especializados e gerais, contabilizando ao todo, 411 leitos, sendo 391 leitos do Sistema Único de Saúde.

Os principais municípios dessa região de saúde são Canto do Buriti e Floriano. Esta última é a maior cidade dentre as 74 que compõem a Macrorregião dos Cerrados, a qual se destaca tanto na economia quanto na oferta de serviços na área da educação e de saúde, atraindo muitas pessoas de todo o Sul do Piauí.

O município de Floriano está situado na Região Fisiográfica do Médio Parnaíba, à margem direita desse mesmo rio, em frente à cidade de Barão de Grajaú, Maranhão. Fica a 234 km de Teresina. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Floriano é 0,700, em 2010, segundo dados do IBGE 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Intermediário (IDHM entre 0,700 e 0,799). Ademais, integra-se como cidade território de desenvolvimento (TD 9) entre os Vales dos Rios Piauí e Itaueira.

Os municípios limítrofes de Floriano são: ao norte Amarante e o Estado do Maranhão com o município de Barão de Grajaú; a Leste com Francisco Ayres, Nazaré do Piauí e São José do Peixe; a oeste com Jerumenha e o Estado do Maranhão e ao sul, com Itaueira e Flores do Piauí. A Figura 4 indica a localização de Floriano no Estado do Piauí e os municípios limítrofes.

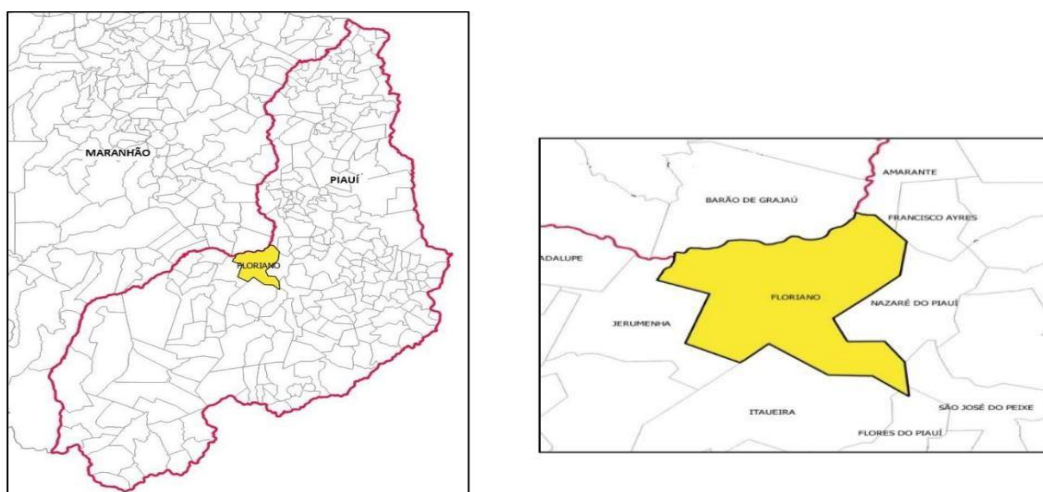
O município de Floriano-PI possui 45 (quarenta e cinco) bairros, incluindo os conjuntos habitacionais. É o segundo porto fluvial do Pi, ligando a Teresina pelas rodovias federais BR-230 e BR-343. O Quadro 2 apresenta os bairros que compõem o município de Floriano.

Quadro 1. População dos municípios do Vales dos Rios Piauí e Itaueira.

Estado/Município	População
Arraial	4.520
Brejo do Piauí	3.904
Canto do Buriti	19.365
Flores do Piauí	4.414
Floriano	62.036
Francisco Ayres	4.412
Itaueira	10.323
Nazaré do Piauí	6.665
Nova Santa Rita	4.076
Paes Landim	4.088
Pajeú do Piauí	3.000
Pavussu	3.628
Pedro Laurentino	2.458
Ribeira do Piauí	4.055
Rio Grande do Piauí	5.801
São José do Peixe	3.297
São Miguel do Fidalgo	2.829
Socorro do Piauí	4.141
Tamboril do Piauí	2.949
TOTAL	155.961

Fonte: IBGE, 2022.

Figura 4. Mapas com os municípios limítrofes geográficos de Floriano-PI.



Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico de Floriano/PI (2021).
(https://www.floriano.pi.gov.br/download/202201/SF18_4b448226ad.pdf)

Quadro 2. Bairros que compõem o município de Floriano-PI, 2023.

Alto da Cruz	Alto da Guia	Bom Lugar	Bosque Santa Teresinha
Caixa d'Água	Campo Velho	Cancela	Canoas
Catumbi	Centro	Conjunto Aparecida Procópio	Conjunto Filadelfo Freire de Castro
Conjunto Hermes Pacheco	Conjunto José Pereira da Silva	Conjunto Jacob Demes	Conjunto Paraíso
Conjunto Pedro Simplício	Curador	Curtume	Ibiapaba
Irapuá I	Irapuá II	Juá	Manguinha
Matadouro	Meladão	Morro do Tiro	Nossa Senhora da Guia
Pau Ferrado	Planalto Sambaíba	Princesa do Sul	Rede Nova
Riacho Fundo	Sambaíba Nova	Sambaíba Velha	Santa Rita
São Borja	São Cristóvão	Taboca	Tamboril
Terra Preta	Tiberão	Via Azul	Vila Leão
Vila Parnaíba			

Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico de Floriano/PI (2021).

A população de Floriano era 59.064 pessoas em 2010, em 2022 a população passou para 62.036 pessoas. Houve um crescimento discreto da população nos últimos anos, indicando um controle no crescimento populacional, como aponta o Quadro 3 da série histórica da população, de acordo com o Censo do IBGE, 2022.

Quadro 3. Distribuição da Série Histórica da População Residente. Floriano-PI.

Ano da pesquisa	População (pessoas)	Crescimento Populacional	% de Crescimento da População
1970	35.850	-	-
1980	43.129	7.279	20%
1991	51.494	8.365	19%
2000	54.591	3.097	6%
2010	57.690	3.099	6%
2022	62.036	4.346	8%

Fonte: IBGE, 2022.

Atualmente, Floriano é um influente polo de desenvolvimento, considerado município emergente, e sua sede é ponto de convergência de vasta área do sul do Piauí e Maranhão. A rede de ensino do município atende não apenas os municípios do Sul do Estado do Piauí, como os do Estado do Maranhão, consolidado como grande polo educacional, atendendo desde o nível fundamental, médio normal e profissionalizante, bem como o ensino superior de qualidade, através de universidades públicas e particulares, contribuindo para que o município detenha um dos maiores índices de estudantes *per capita*.

Dentre as cidades do Estado do Maranhão para as quais o município de Floriano é referência, citam-se as da Macrorregião Leste, Região de Saúde São João dos Patos, conforme o Quadro 4.

Sobre os serviços de saúde, a cidade de Floriano possui 66 (sessenta e seis) estabelecimentos, sendo 28 (vinte e oito) públicos, 3 (três) de âmbito Estadual e o restante Municipal. Dos 38 (trinta e oito) estabelecimentos privados, apenas dois não têm fins lucrativos e 29 (vinte e nove) são amparados pelo Sistema Único de Saúde (CNES, 2023).

Quadro 4. Macrorregião Leste, Região de Saúde São João dos Patos.

MACRORREGIÃO LESTE - REGIÃO DE SAÚDE SÃO JOÃO DOS PATOS	População
Barão de Grajaú	19.310
Benedito Leite	5.472
Buriti Bravo	22.427
Colinas	40.322
Jatobá	8.239
Lagoa do Mato	10.583
Mirador	20.998
Nova Iorque	4.308
Paraibano	19.330
Passagem Franca	17.244
Pastos Bons	18.724
São Domingos do Azeitão	7.937
São João dos Patos	25.452
Sucupira do Norte	10.247
Sucupira do Riachão	4.966
TOTAL	235.559

Fonte: IBGE, 2022.

Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), a Rede de Atenção Municipal é composta de uma base avançada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), 24 Unidades Básicas de Saúde, 26 Equipes da Estratégia de Saúde da Família, 24 Equipes de Saúde Bucal, 1 Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAD), 1 Equipe Multiprofissional de Apoio (EMAP), 3 Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), 1 Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II), 1 CAPS Ad III, 1 Centro de Testagem e Aconselhamento para Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST/AIDS (CTA), 1 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 1 Centro de Controle de Zoonoses, 2 Academia Popular, 1 Academia de Saúde, 1 Central de Rede de

Frio, um Centro de Especialidades Odontológicas, 1 Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e 1 Policlínica Municipal.

Cabe destacar que estes dois últimos serviços foram inaugurados em 2022, a Unidade de Pronto Atendimento “Dr. Ademar Pereira da Silva” (UPA) que foi inaugurada em março de 2022, a estrutura conta com uma sala de estabilização com quatro leitos, sala amarela com nove leitos, uma observação pediátrica com seis leitos, laboratório, Raio X e uma equipe multidisciplinar, com suporte para garantir a nossa população de Floriano e região um atendimento de qualidade, agilidade e eficiência e a Policlínica Municipal de Floriano que atualmente atende 34 municípios (28 municípios do território Vales dos Rios Itaueira e Piauí e 6 municípios da região do Alto Parnaíba) (FLORIANO, 2022).

A cidade conta com 3 (três) Hospitais Gerais, sendo 1 (um) mantido pelo governo do Estado, com atenção de média e alta complexidade e 2 (dois) privados. O município possui também clínicas de atendimento especializado, como: nefrologia, oftalmologia, gastroenterologia, ortopedia, prevenção do câncer, que se inserem na natureza privada, conveniados ao SUS.

Entre os Hospitais Gerais, cita-se o Hospital Regional Tibério Nunes (HRTN), que concentra a maioria dos leitos de internação do Vale dos Rios Piauí e Itaueira, 208 leitos. Este hospital é, portanto, a maior instituição de saúde da Macrorregião dos Cerrados, servindo como um serviço de referência macro na rede hospitalar. Este serviço conta com um setor específico de Urgência e Emergência, UTI adulto e neonatal, Centro de Referência de Parto Normal, Casa da Gestante, cirurgias de várias especialidades, serviço de tomografia, laboratório próprio, dentre outros.

Além disso, ainda no setor saúde, a cidade ainda conta com muitos serviços de retaguarda, como o Centro de Hemoterapia do Piauí (Hemocentro), várias clínicas privadas, uma estruturada rede de laboratórios bioquímicos e clínicas especializadas em exames por imagem.

Dados do relatório de gestão de 2022, do município de Floriano, evidenciam que a Atenção Básica se destacou com 44.605 atendimentos médicos, 35.543 atendimentos de enfermagem, 30.286 procedimentos técnicos de enfermagem, 13.302 atendimentos odontológicos e com a realização de 59.342 procedimentos diversos. No que se refere aos serviços especializados, estes foram ampliados, na Policlínica que atualmente disponibiliza 17 especialidades (Vascular, Ginecologia, Ortopedia, Otorrino, Cardiologia, Endocrinologia

pediátrica, Oftalmologia, Neurologia, Pediatria, Obstetrícia, Neuropediatria, Dermatologia, Gastroenterologia, Cirurgia oncológica, Cirurgia geral, Urologia e Radiologia). Em 2022, foram realizados 13.974 atendimentos especializados e 23.722 exames especializados (FLORIANO, 2022).

Cabe ainda mencionar que houve a realização do Mutirão de Consultas e Exames Oftalmológicos, com mais de 700 pessoas atendidas e, também, sucesso nas campanhas de vacinação: contra a pólio que atingiu 85% de cobertura vacinal, a melhor taxa entre as maiores cidades do Piauí; os quatro mutirões de vacinação para a COVID-19 totalizando 4.900 vacinas aplicadas e a vacinação antirrábica na zona urbana que atinge 13 mil vacinas aplicadas em um só dia (FLORIANO, 2022).

Quanto à educação de nível superior, seja presencial ou à distância, Floriano, atualmente, conta com instituições de ensino, sendo: UFPI/CAFS; UESPI/*Campus* Dra. Josefina Demes; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI); Faculdade de Ensino Superior de Floriano (FAESF); Anhanguera; UniCesumar; Centro Universitário Internacional (UNINTER); Faculdade Três Marias; Centro Universitário Fael; Centro Universitário Leonardo da Vinci; Centro Universitário UNIBTA; Centro Universitário SENAC, Universidade de Taubaté; Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu; Centro Integrado de Ensino Superior de Floriano; Faculdade do Vale do Jaguaribe; Universidade Estácio de Sá e Claretiano – Centro Universitário. Algumas dessas instituições ofertam cursos de graduação na área da saúde, a exemplo do Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem pela UFPI/CAFS, mas nenhuma delas oferta Curso de Graduação Bacharelado em Medicina (CADASTRO DO E-MEC, 2023).

Esse cenário revela a necessidade da oferta de um curso de Medicina em Floriano, com vistas na consolidação da assistência à saúde no Território do Vale dos Rios Piauí e Itaueira, em toda a Macrorregião dos Cerrados, além de outros Estados, especialmente, o Sul do Estado do Maranhão, visando contribuir para a ampliação do polo do setor saúde e proporcionando a solidificação de Floriano enquanto centro formador de Profissionais de Saúde em todo o sul do Estado do Piauí.

Revela, ainda, que a rede hospitalar e os serviços de atendimento à saúde, do município de Floriano, propiciam condições favoráveis à criação do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina no *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMEDCAFS/UFPI), constituindo-se um bom cenário para a prática do estágio curricular supervisionado

obrigatório (internato), tão necessária no processo formativo dos profissionais da área Médica.

2. CONCEPÇÃO DO CURSO

Neste Capítulo, buscou-se fornecer subsídios que culminaram na elaboração da proposta inovadora e atualizada de formação médica, intitulado Curso de Graduação Bacharelado em Medicina (CGBMEDCAFS/UFPI). Para tanto, elencou-se a estrutura, os objetivos do curso, o perfil do egresso, as competências e habilidades e o perfil do corpo docente incorporados no programa de formação.

Como documentos legais norteadores desta proposta, estão a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL,1996), o Parecer Nº 1.133/2001 CNE/CES, nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição (BRASIL, 2001), os Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares (BRASIL, 2010), a Lei 12.871, que institui o Programa Mais Médicos (BRASIL, 2013), as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina (BRASIL, 2014), as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução Nº 7 de dezembro de 2018 do CNE/MEC), as Resoluções Nº 053/2019 e 297/2022 CEPEX/UFPI, que regulamentam a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos cursos de graduação da UFPI; e a Resolução Nº 177/12 CEPEX/UFPI que regulamenta o funcionamento dos cursos de graduação da UFPI.

2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso

Curso: Bacharelado em Medicina

Título Acadêmico: Bacharel(a) em Medicina

Modalidade: Ensino Presencial

Duração do Curso:

Tempo Mínimo de Integralização: 6 anos

Tempo Máximo de Integralização: 9 anos

Para alunos com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no Curso.

Acesso ao Curso:

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC e de acordo com o Edital específico da UFPI.

Regime letivo: Crédito

Turnos de oferta: Integral

Vagas: 30 vagas por ano

Local de Funcionamento: CAFS/UFPI (Floriano-PI)

Início do Curso: 2º semestre de 2025

Carga Horária: 7.650 Horas

Quadro 5. Sistematização da Carga Horária.

Componentes Curriculares	Carga Horária	Créditos
Módulos Teórico-Práticos	3.390	226
Disciplinas Optativas	120	8
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60	4
Atividades Complementares (AC)	120	8
Estágio Obrigatório (Internato)	3.195	213
Atividades de Extensão (ACE)	765	51
Total	7.650	510

Fonte: Elaborado pela comissão.

Mantenedora: FUFPI

Razão Social: Universidade Federal do Piauí **Sigla:** UFPI

Natureza Jurídica: Pública **CNPJ:** 06.517.387/0001-34

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP: 64049-550

Cidade: Teresina

Telefone: (86) 3215-5511

E-mail: reitoria@ufpi.edu.br

Página eletrônica: www.ufpi.br

2.2 Princípios norteadores do Curso

O Curso de Bacharelado em Medicina para o *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI) foi delineado de acordo com as Normas estabelecidas pelo Grupo de Trabalho de Expansão da Educação Médica nas IFES (GTEM), mediante a adoção de um modelo caracterizado por quatro eixos: clínico, institucional, social e pessoal, que articulados entre si conduzem para uma formação ampla, englobando as dimensões epistêmica, tecnológica, subjetiva, humanística e política da prática médica.

Seu currículo é orientado pela racionalidade pedagógica prático-reflexiva na perspectiva crítica, que deverá tomar a reflexão-ação como elemento norteador da construção de competências profissionais, através da constituição de saberes específicos das necessidades de saúde dos indivíduos e das populações e de habilidades para intervenções efetivas sobre a situação individual ou coletiva.

Nesta perspectiva, no desenvolvimento curricular do Curso de Medicina devem ser considerados os seguintes princípios:

- **Integralidade do cuidado como reflexo da relação dialética entre teoria e prática e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**

A articulação entre a teoria e a prática retoma para a categoria **cuidado** como dispositivo integrador da produção do saber, da utilização de tecnologias necessárias e adequadas e do processo de trabalho médico por meio do qual se define a intervenção, deve ser centrada na investigação de evidências que denotem boas práticas de saúde. Como processo de formação este princípio reflete no desenvolvimento, desde o início do Curso, de atividades articuladas e integradas com a Rede de Atenção à Saúde, de modo que os alunos desenvolvam o espírito investigativo na realidade em que atuam, buscando o conhecimento e a compreensão dos problemas existentes nas unidades de saúde e das necessidades de sua população e elaborando ações de intervenção que possam minimizar tais problemas e necessidades.

Sob este princípio o território no qual se localizam as Regiões e as Redes de Atenção à Saúde é considerado espaço de articulação do ensino, da pesquisa e da extensão possibilitando o desenvolvimento de competências relativas ao cuidado das pessoas e dos grupos sociais, à responsabilidade social e à organização do trabalho em saúde em equipe e em cenários diversificados, à capacidade investigativa das necessidades de saúde, além do aprendizado na construção de projetos e protocolos terapêuticos, fortalecendo a capacidade de respostas da rede de saúde pública.

É relevante que esta articulação se constitua no sentido de concretizar os princípios de universalidade, equidade e integralidade explícitos no SUS, proporcionando a utilização tácita dos conhecimentos produzidos e compartilhados, na melhoria das condições de saúde da população, na organização dos serviços e na qualidade da prática profissional.

Este princípio é fortemente observado na utilização de abordagens problematizadoras que têm se apresentado como resposta inovadora e sido indicadas como importantes na reestruturação curricular, viabilizam a produção de conhecimento que fortalece a transformação das práticas educativas em saúde nos termos requeridos em tempos atuais e contribuem para a incorporação de outros modos de apropriação e construção de conhecimentos.

As abordagens problematizadoras guardam coerência com o princípio que considera o trabalho em saúde como uma prática social na qual os sujeitos se constituem e transformam a sociedade na qual vivem, valorizando o conhecimento prévio dos sujeitos, o favorecimento do pensamento crítico, reflexivo e contextualizado, o fortalecimento da participação, do diálogo e da contextualização do saber-fazer vividos por profissionais de saúde, professores, alunos e a população.

Além disso, guardam a potencialidade de serem capazes de redirecionar o olhar dos sujeitos permitindo sensibilizar aquele que olha, que passa a perceber ou captar de forma mais significativa as incoerências, as necessidades, as iniquidades e a fragmentação do cuidado, cujas explicações precisam ser reconhecidas, analisadas, desconstruídas ou compreendidas. Se um problema ou um fenômeno se expressa de determinada forma e assume tal proporção ou produz dada situação, é possível, a partir de sua problematização, descobri-lo.

- **Formação profissional para a cidadania: responsabilidade social**

A UFPI tem o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual para que o profissional, por meio do questionamento permanente dos fatos, possa contribuir para o atendimento das necessidades sociais. A cidadania é construída pela participação ativa nas atividades curriculares, uma vez que ser cidadão é ser sujeito responsável, ético, comprometido com a coletividade. Isso significa que o eixo de desenvolvimento curricular inclui dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania.

Este princípio é fortalecido no eixo orientador aluno-comunidade em que é promovida a constituição de vínculos com a comunidade, incluindo ações nos territórios e no entorno da Rede de Atenção à Saúde, seja como serviços de atendimento, seja no desenvolvimento de projetos e ações de extensão. A participação social no SUS, apreendida por meio do acompanhamento das ações dos conselhos locais, fóruns e conferências de saúde, reflete na compreensão desses espaços como *locus* onde se define o significado e a extensão objetiva do direito à saúde, vinculando o exercício da prática profissional aos valores imanentes às relações de cidadania.

O eixo que orienta as relações da formação com a dimensão institucional da prática médica favorece o compromisso com a cidadania na medida que a categoria *cuidado* pressupõe uma longitudinalidade que inclui, além das condições de vida da população, o acesso e a qualidade do atendimento nos serviços de saúde.

Isto implica que para o desenvolvimento do currículo torna-se fundamental o conhecimento da dimensão normativa legal do SUS e da prática médica que se objetivam nas ações da Rede de Atenção. Os aspectos éticos, legais, normativos e regulatórios ao serem vivenciados nos distintos cenários, com distintos graus de responsabilização, deixam de ser vistos como estranhos à prática e passam a ser instrumentos importantes para a efetividade das ações seguindo critérios de eficiência e eficácia.

Este princípio encontra-se presente na abertura de canais de interlocução e construção entre o Curso e a sociedade por meio do diálogo e da construção compartilhada de planos e projetos de intervenção, formação e avaliação.

- **Interdisciplinaridade**

Os problemas de saúde do mundo contemporâneo são complexos e não estruturados, exigindo para seu enfrentamento ações mais complexas e interdisciplinares. Coerente com este pensamento tal princípio demonstra que o diálogo entre os conteúdos e campos de

saberes possibilita apreensão mais totalizante dos objetos de estudo e dos problemas cotidianos sob diversos olhares, constituindo-se em reflexões permanentes que permitem a (re)criação do conhecimento. Implica que os conteúdos disciplinares são articulados em torno de problemas e questões reais de modo que a análise e a intervenção daí decorrentes resultam em ações integradas e interdisciplinares. Integralidade no sentido vertical de afirmar as dimensões física, psíquica, espiritual e afetiva do ser humano e no sentido horizontal das relações intersubjetivas dos seres humanos mediadas pela ética, pelo direito e pela política.

Este princípio significa o devir idealizado da formação e ação da Medicina do século XXI. Nesta proposta, em que a organização curricular se caracteriza como transição e adequação a um modelo menos disciplinar e mais integrado e integrador à interdisciplinaridade é um desafio, que vai se enfrentando com base na busca ativa do conhecimento e na compreensão de fundamentos técnicos e científicos nos quais as conexões entre os níveis de complexidade dos problemas de saúde sejam o espaço de atuação do profissional médico, humanista, generalista, crítico, comprometido com a ética e criativo.

Na reconstituição da complexidade dos problemas, na estratégia integralizadora do processo de formação é fundamental a atuação do professor tutor, pois a ele cabe a tarefa de articular os conhecimentos obtidos nos módulos com a objetividade dos problemas e necessidades de saúde inerentes aos diversos níveis de complexidade da atenção e cuidado em saúde.

- **Articulação entre ensino e serviço como cenário para a aprendizagem significativa, a construção de competências e habilidade e o desenvolvimento da prática profissional**

Este princípio encontra-se presente em todos os eixos orientadores do Curso. A vivência nos serviços, a aproximação com os problemas reais, a reflexão e discussão sobre as possíveis resoluções e sua avaliação são etapas que se expressam no ato de exercício da prática médica e acontecem privilegiadamente no ambiente dos serviços, em que os conhecimentos, habilidades e competências são transformadas em ações fundamentadas no conhecimento e na experiência, mas validadas pelo contexto.

A articulação com o Sistema Único de Saúde e a formação tem como referência a região de saúde na qual o Curso Médico encontra-se integrado, na qual existem mapas de

ofertas de serviços de saúde configurando uma rede de atenção que tem base territorial. É na dinâmica de organização e funcionamento desta Rede que o aluno tem oportunidade de conviver com o trabalho em equipe multiprofissional, operar o trabalho médico de maneira integral, de tomar decisões, de exercitar processos de liderança e desencadear ações comunicativas com seus pares, com os pacientes e com a comunidade.

A concepção da rede de atenção como cenário de aprendizagem contribui para a diminuição da distância existente entre a *episteme* que fundamenta a racionalidade da prática médica, a tecnologia necessária e a satisfação do envolvidos nesta prática: profissionais e usuários, representando acúmulos para a construção em cada um do seu próprio perfil profissional.

A região onde se encontra o Curso apresenta cenário real para a aprendizagem de habilidades e competências necessárias para a formação profissional dentro do perfil desejado (MEC/MS, 2009), compreendendo territórios para a ação comunitária, unidades básicas de saúde que compõem uma rede de atenção primária existente em todos os municípios, rede com pontos de pronto atendimento em alguns municípios referências na região, redes de média complexidade e suplementar no município sede da região, onde se localizam o atendimento às urgências e emergências.

A Educação Permanente em Saúde, vetor fundamental para a consolidação da relação entre formação e organização dos serviços de saúde, ressignifica esses serviços como espaços de aprendizagem, tomando como objeto de suas ações o processo de trabalho em saúde e, em particular, o trabalho médico. Dessa forma a aquisição de conhecimentos, as habilidades adquiridas e as competências necessárias são resultados do diálogo entre as condições idealizadas e preconizadas nas reflexões teóricas e o contexto real no qual se incluem as condições estruturais, os processos e os profissionais.

2.3 Objetivos do Curso

2.3.1 Objetivo Geral

Formar profissionais médicos com elevado padrão de conhecimentos técnico-científicos, capazes de prestar atenção integral à saúde, atuar na promoção, prevenção e recuperação da saúde, pautado nos princípios da ética e bioética, na atualização tecnológica

e científica e na responsabilidade social, de acordo com as diretrizes nacionais preconizadas para os Cursos de Medicina.

2.3.2 Objetivos Específicos

1. Formar um profissional capacitado a prestar atenção integral à Saúde, com plena capacidade científica e técnica, atualização tecnológica, ética e responsabilidade social;
2. Formar profissionais capazes de compreender as múltiplas dimensões envolvidas no processo de saúde e de doenças dos indivíduos e suas famílias e atuar nos serviços de atenção primária, secundária e terciária;
3. Capacitar médicos para atuarem em situações emergenciais, garantindo um atendimento básico de qualidade em regiões de escassez de assistência à saúde, fortalecendo o Programa Mais Médicos e a atenção primária e contribuindo para a promoção da saúde e do bem-estar da população em condições de vulnerabilidades;
4. Possibilitar, no primeiro ciclo, uma formação geral em cultura humanística, artística e científica, articulada a saberes concernentes ao campo da saúde, com vistas ao desenvolvimento de uma consciência cidadã, numa perspectiva pedagógica de Autonomia, Participação, Cooperação e Responsabilidade; e
5. Oferecer, no segundo ciclo, uma formação específica para o profissional médico com foco na Atenção Primária à Saúde, capacitando-o a compreender a questão da Saúde numa perspectiva ampliada e a lidar com os fenômenos da Saúde-Enfermidade-Cuidado com competência técnica, política, ética e humanística.

2.4 Perfil do Formando Egresso/Profissional

O Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, da UFPI, (CGBMED/CAFS/UFPI) tem como perfil do formando egresso/profissional o Médico, com formação generalista, humanista, crítica, reflexiva, competente, capacitado a atuar, pautado nos princípios éticos, nos determinantes sociais do processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde, nos âmbitos individual e coletivo, na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano (DCN, 2014).

Nesse sentido, a formação do médico no *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI) se pautará na articulação de conhecimentos, habilidades e atitudes requeridos para o exercício profissional, objetivando desenvolver uma prática competente concernente aos princípios da **atenção à saúde** (do acesso universal e equidade em saúde, da integralidade e humanização do cuidado, da qualidade e segurança, da preservação da biodiversidade ambiental com sustentabilidade e melhoria de qualidade de vida, da ética profissional, da promoção da saúde e do cuidado centrado na pessoa sob cuidados), **com foco na atenção primária**; da **gestão em saúde** (gestão do cuidado, valorização da vida, tomada de decisões, comunicação); da **educação em saúde e educação continuada** (aprender a aprender, aprendizagem interprofissional, aprender com o erro, envolvimento na formação, mobilidade acadêmica e formação de redes).

Para construir a identidade profissional do Médico “[...] capaz de dialogar com a realidade social e com os problemas e as políticas de saúde do país” (DCN. 2014, p.12), torna-se necessário proporcionar aos discentes uma formação técnica voltada para área biológica e clínica articulada com uma formação geral, humanística e política, de tal forma que estes desenvolvam competências suficientes para o planejamento de intervenções políticas e sociais voltadas para a promoção da saúde e da qualidade de vida atinentes aos desafios da realidade política, econômica e social do Brasil contemporâneo.

2.5 Competências e Habilidades

2.5.1 Competências e Habilidades Gerais:

- *Atenção à saúde*: os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual quanto coletivo;
- *Tomada de decisões*: o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da

força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

- *Comunicação:* os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de novas tecnologias digitais da comunicação e informação;
- *Liderança:* no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;
- *Administração e gerenciamento:* os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativa, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a ser empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde;
- *Educação permanente:* os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

2.5.2 Competências e Habilidades Específicas:

- Promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos seus clientes/pacientes quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social;
- Atuar nos diferentes níveis de atendimento à saúde, com ênfase nos atendimentos primário e secundário;
- Comunicar-se adequadamente com os colegas de trabalho, os pacientes e seus familiares;

- Informar e educar seus pacientes, familiares e comunidade em relação à promoção da saúde, prevenção, tratamento e reabilitação das doenças, usando técnicas apropriadas de comunicação;
- Realizar com proficiência a anamnese e a consequente construção da história clínica, bem como dominar a arte e a técnica do exame físico;
- Dominar os conhecimentos científicos básicos da natureza biopsicosocio ambiental subjacentes à prática médica e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas da prática médica e na sua resolução;
- Diagnosticar e tratar corretamente as principais doenças do ser humano em todas as fases do ciclo biológico, tendo como critérios a prevalência e o potencial mórbido das doenças, bem como a eficácia da ação médica;
- Reconhecer suas limitações e encaminhar, adequadamente, pacientes portadores de problemas que fujam ao alcance da sua formação geral;
- Otimizar o uso dos recursos propedêuticos, valorizando o método clínico em todos seus aspectos;
- Exercer a Medicina utilizando procedimentos diagnósticos e terapêuticos com base em evidências científicas;
- Utilizar adequadamente recursos semiológicos e terapêuticos, validados cientificamente, contemporâneos, hierarquizados para atenção integral à saúde, no primeiro, segundo e terceiro níveis de atenção;
- Reconhecer a saúde como direito e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência entendida como conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- Atuar na proteção e na promoção da saúde e na prevenção de doenças, bem como no tratamento e reabilitação dos problemas de saúde e acompanhamento do processo de morte;
- Realizar procedimentos clínicos e cirúrgicos indispensáveis para o atendimento ambulatorial e para o atendimento inicial das urgências e emergências em todas as fases do ciclo biológico;

- Conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnicos-científicos e a participação na produção de conhecimentos;
- Lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de saúde;
- Atuar no sistema hierarquizado de saúde, obedecendo aos princípios técnicos e éticos de referência e contrarreferência;
- Cuidar da própria saúde física e mental e buscar seu bem-estar como cidadão e como Médico;
- Considerar a relação custo-benefício nas decisões médicas, levando em conta as reais necessidades da população;
- Ter visão do papel social do Médico e disposição para atuar em atividades de política e de planejamento em saúde;
- Atuar em equipe multiprofissional; e,
- Manter-se atualizado com a legislação pertinente à saúde.

Com base nestas competências, a formação do Médico deverá contemplar o sistema de saúde vigente no país, a atenção integral da saúde num sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contrarreferência e o trabalho em equipe.

2.6 Perfil do Corpo Docente

Considerando que são os docentes que, em última instância, tornam concreto o projeto educativo da instituição e também do Curso, o perfil docente almejado necessita ser explicitado de forma que os objetivos do Curso e o perfil do egresso possam ser concretizados por ações, concepções, posturas e escolhas de ordem técnica, pedagógica, política e ética.

O corpo docente, a Coordenação do Curso, a Direção do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral e as Pró-Reitorias de Ensino de Graduação, de Extensão e Cultura e de Pesquisa são igualmente responsáveis pela formação profissional dos egressos do Curso, na medida em que compartilham posturas, concepções e objetivos educativos, atuando em um processo único, no qual a formação profissional e cidadã constituem a ação

impulsionadora do processo. Daí decorre a definição de um perfil pedagógico desejável para o corpo docente do Curso de Medicina, que tenha:

- Comprometimento ético com a profissão e com a docência;
- Disponibilidade para desenvolver trabalhos em equipes, preferencialmente em equipes multidisciplinares, compreendendo as relações entre as áreas de saber do Curso e de áreas afins;
- Domínio teórico e técnico da área com a qual vai atuar no curso;
- Ampla e crítica compreensão dos métodos que produziram o conhecimento que é objeto de sua área de atuação, de modo a introduzir o estudante nos fundamentos e métodos que produziram e produzem a ciência;
- Preparação para trabalhar o conhecimento científico com os estudantes em formação e influenciá-los positivamente pela cultura, ética e cidadania, incentivando o trabalho em equipe nas experiências em projetos e atividades extraclases. Ser ético e sentir-se responsabilizado socialmente;
- Visão generalista da área que possibilite o diálogo com professores de outras áreas do curso;
- Formação acadêmica necessária para o exercício da docência no ensino superior, preferencialmente em nível de mestrado ou doutorado;
- Atuação no Curso não apenas no ensino, mas em programas e projetos de pesquisa e extensão, como um professor pesquisador da sua realidade e comprometido com os problemas da sociedade, seu atendimento e transformação social;
- Disponibilidade para o aprender contínuo, pela capacitação e atualização profissionais continuadas;
- Habilidades didático-pedagógicas relacionais comunicabilidade, liderança, tolerância e respeito às diversidades; e,
- Sensibilidade de escuta e de atendimento frente aos problemas vivenciados pela população e pelo seu alunado.

2.6.1 Corpo Docente do Curso de Medicina CAFS

O corpo docente necessário para o funcionamento do Curso no *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI) é aquele requerido pelas orientações da Câmara de

Acompanhamento e Monitoramento de Escolas Médicas (CAMEM/MEC) para a fase de autorização de Cursos de Graduação, conforme sumarizado no Quadro 6 que segue:

Quadro 6. Docentes do Curso.

Ano letivo	Docentes	Disciplinas
Primeiro ano (2025.2)	10*	Habilidades Médicas I Atenção Primária à Saúde I Bases dos Processos Biológicos I Abordagem em Cuidados Paliativos Seminário de Introdução do Curso
Segundo ano (2026)	10*	Habilidades Médicas II Atenção Primária à Saúde II Bases dos Processos Biológicos II Bases dos Processos Psicossociais I Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção I Habilidades Médicas III Atenção Primária à Saúde III Bases dos Processos Biológicos II Bases dos Processos Psicossociais II Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção II
Terceiro ano (2027)	10*	Habilidades Médicas IV Atenção Primária à Saúde IV Bases dos Processos Psicossociais III Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção III Bases da Prática Médica II Habilidades Médicas V Atenção Primária à Saúde V Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção IV Bases da Prática Médica III
Quarto ano (2028)	13*	Habilidades Médicas VI Atenção Primária à Saúde VI Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção V Bases da Prática Médica IV Técnicas de Imaginologia e Inteligência Artificial I Habilidades Médicas VII Atenção Primária à Saúde VII Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção VI Bases da Prática Médica V Técnicas de Imaginologia e Inteligência Artificial II

Ano letivo	Docentes	Disciplinas
Quinto ano (2029)	07	Habilidades Médicas VIII Atenção Primária à Saúde VIII Bases da Prática Médica VI Clínica Médica I Clínica Toco-Ginecológica I Atenção Primária à Saúde I
Sexto ano (2030)	00 (Internato)	Urgência e Emergência I Clínica Cirúrgica I Clínica Pediátrica I Clínica Médica II Urgência e Emergência II Clínica Cirúrgica II Clínica Pediátrica II Saúde Coletiva
Sétimo ano (2031.1)	00 (Internato)	Clínica Toco-Ginecológica II Atenção Primária à Saúde II Saúde Mental Optativo TCC I TCC II
Total Geral	50	

* **Em regime de 40h ou Dedicação Exclusiva-DE**

15 – Dedicação Exclusiva
10- em regime de 40h
25- em regime de 20h

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e Organização do Curso

A estrutura curricular do Curso de Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI) está organizada, conforme exibido no Quadro 7, em 5 (cinco) eixos temáticos: (1) Bases dos Processos Biológicos, (2) Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção, (3) Bases dos Processos Psicossociais, (4) Bases da Prática Médica e (5) Unidade Integradora (TCC). Esses eixos estão distribuídos em oito (08) períodos letivos que incluem os conteúdos fundamentais para o Curso de Medicina relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade e referenciados na realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em saúde.

Para além disso, os alunos serão inseridos no Seminário de Introdução ao Curso e no Estágio Obrigatório em regime de internato, a ser realizado nos quatro (04) últimos períodos do Curso, nas áreas a seguir: Atenção Primária à Saúde (APS), Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Ginecologia-Obstetrícia, Pediatria, Urgência e Emergência e Saúde Mental.

Os alunos deverão, ainda, desenvolver atividades de extensão, voltados para as diversas comunidades externas à UFPI, principalmente para as comunidades mais vulneráveis, como componentes curriculares obrigatórios, equivalente a 10% da carga horária total do Curso, ou seja, 765 horas. Tais atividades deverão obrigatoriamente ter os alunos como executores/organizadores e serem realizadas presencialmente, conforme preconiza a Resolução 07/2018 CNE/MEC. Deverão, também, estar relacionadas aos eixos temáticos que compõem a estrutura curricular do Curso e/ou às áreas que compõem o estágio obrigatório (internato).

3.1.1 - CONTRATO ORGANIZATIVO DE AÇÃO PÚBLICA ENSINO-SAÚDE (COAPES)

Considerando a Portaria Interministerial Nº 1.127/MEC/MS, de 04 de agosto de 2015, que institui as diretrizes para celebração de contratos organizativos de ação pública de ensino-saúde (COAPES), para o fortalecimento da integração ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); o fortalecimento do Programa Mais Médicos, a UFPI procedeu com a celebração do COAPES envolvendo as Secretarias

Municipais de Saúde de Floriano - PI e Barão de Grajaú - MA, além do Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Saúde.

Quadro 7. Eixos Temáticos da Matriz Curricular do Curso.

EIXO	OBJETIVOS	COMPONENTE CURRICULAR
Bases dos Processos Biológicos	Compreender criticamente e intervir nos PROCESSOS BIOLÓGICOS responsáveis pelo crescimento, formação e desenvolvimento do ser humano.	Forma -> Anatomia
		Composição -> Histologia, Embriologia e Bioquímica
		Funcionamento -> Fisiologia, Biofísica e Bioquímica
Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção	Adquirir habilidades, atitudes e competências para compreender criticamente e intervir nos PROCESSOS DE AGRESSÃO, DEFESA E PROTEÇÃO.	Interações internas -> Biologia Molecular, Microbiologia e Imunologia
		Interações com o meio interno -> Genética
		Interação com o meio externo -> Farmacologia, Parasitologia, Patologia dos Processos Gerais e Doenças Infecciosas e Parasitárias
Bases dos Processos Psicossociais	Adquirir habilidades, atitudes e competências para analisar criticamente e intervir com BASES DOS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS.	Ler, apreender e produzir conhecimentos -> Metodologia Científica, Antropologia Social, e Saúde e Sociedade
Bases da Prática Médica	Adquirir habilidades, atitudes e competências para analisar criticamente e intervir formando as BASES DA PRÁTICA MÉDICA.	Articular conhecimento e tecnologia definidos para o exercício das especificidades médicas -> Dermatologia, Bases da Técnica Cirúrgica, Oftalmologia, Oncologia, Pediatria, Ginecologia, Obstetrícia, Geriatria, Otorrinolaringologia, Psiquiatria, Neurologia, Ortopedia, Medicina Ocupacional, Urgências e Emergências
Unidade Integradora (TCC)	Aplicar conhecimentos aprendidos em diferentes componentes curriculares ao longo do curso em um projeto único com duração pré-estabelecida.	Trabalho de Conclusão de Curso

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Medicina UFPI/CSHNB, 2021.

Durante a passagem pelos eixos, os conteúdos serão compartilhados entre alunos e professores, os quais atuam como orientadores tendo por base as questões de cada eixo reconstruídas em temas de natureza interdisciplinar, possibilitando ao aluno o protagonismo na construção do conhecimento por meio de consulta a diversas fontes de pesquisa (livros, periódicos, *internet*, e os conteúdos das outras áreas e campos de saber).

3.1.2 - ABORDAGEM CURRICULAR QUANTO ÀS POLÍTICAS EDUCACIONAIS TRANSVERSAIS: MEIO AMBIENTE, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, ENSINO DE HISTÓRIA, E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA; RELAÇÕES DE GÊNERO.

A abordagem destes conteúdos serão oferecidos como disciplinas optativas, disciplinas obrigatórias, atividades curriculares de extensão e atividades complementares. Dentre os princípios do Curso está previsto o reconhecimento da importância da questão do combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação na agenda brasileira de redução das desigualdades. A aprovação da Lei 10639/03 (BRASIL, 2003) tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Básica. Em março de 2008, entrou em vigor a Lei 11.465/08 (BRASIL, 2008), que acrescentou a obrigatoriedade do estudo de História e Cultura Indígena, juntamente com o estudo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Esta legislação foi um passo importante e teve na sequência a aprovação das Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e Indígena (BRASIL, 2004) pelo Conselho Nacional de Educação, traduzindo os princípios da lei, de forma a colaborar para a sua implementação nas escolas. Partindo destas prerrogativas, são leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de a escola promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos. Os princípios humanistas que orientam o PPC do Curso de Medicina do CAFS baseiam na educação em direitos humanos cuja perspectiva se materializa na atenção básica à saúde.

3.2 Matriz Curricular do Curso

A matriz curricular do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina no *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI) está organizada na forma de períodos semestrais, onde estão relacionados os módulos educacionais, cargas horárias e pré-requisitos.

3.2.1 Organização da Matriz Curricular do Curso por Período

Quadro 8. Matriz Curricular do Curso.

Período	Módulos	CH Total	Créditos	Prerrequisito
I	Habilidades Médicas I	105	3.3.0.1	-
	Atenção Primária à Saúde I	90	2.2.0.2	-
	Bases dos Processos Biológicos I	240	10.4.0.2	-
	Abordagem em Cuidados Paliativos	60	2.1.0.1	-
	Seminário de Introdução do Curso	15	1.0.0.0	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		510h	18.10.0.6	-
II	Habilidades Médicas II	105	3.3.0.1	Habilidades Médicas I
	Atenção Primária à Saúde II	90	2.2.0.2	Atenção Primária à Saúde I
	Bases dos Processos Biológicos II	105	4.2.0.1	Bases dos Processos Biológicos I
	Bases dos Processos Psicossociais I	45	2.0.0.1	-
	Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção I	105	2.4.0.1	Habilidades Médicas I
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		450	13.11.0.6	-
III	Habilidades Médicas III	105	3.3.0.1	-
	Atenção Primária à Saúde III	90	2.2.0.2	-
	Bases dos Processos Biológicos III	105	4.2.0.1	-
	Bases dos Processos Psicossociais II	45	2.0.0.1	Bases dos Processos Psicossociais I
	Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção II	105	4.2.0.1	-
	Bases da Prática Médica I	60	2.1.0.1	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		510	17.10.0.7	-
IV	Habilidades Médicas IV	105	3.3.0.1	-
	Atenção Primária à Saúde IV	90	2.2.0.2	-
	Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção III	105	3.3.0.1	-
	Bases da Prática Médica II	105	3.3.0.1	-
	Bases dos Processos Psicossociais III	60	3.0.0.1	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		465	14.11.0.6	-

Período	Módulos	CH Total	Créditos	Prerrequisito
V	Habilidades Médicas V	120	3.3.0.2	-
	Atenção Primária à Saúde V	75	2.2.0.1	-
	Bases da Prática Médica III	180	5.5.0.2	-
	Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção IV	135	3.5.0.1	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		510	13.15.0.6	-
VI	Habilidades Médicas VI	120	3.3.0.2	-
	Atenção Primária à Saúde VI	75	2.2.0.1	-
	Bases dos Processos de Agressão Defesa e Proteção V	150	3.5.0.2	-
	Bases da Prática Médica IV	180	5.5.0.2	-
	Técnicas de Imaginologia e Inteligência Artificial I	60	3.1.0.0	-
	Trabalho de Conclusão de Curso I	30	1.1.0.0	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		615	17.17.0.7	-
VII	Habilidades Médicas VII	120	3.3.0.2	-
	Atenção Primária à Saúde VII	90	2.2.0.2	-
	Bases da Prática Médica V	300	9.9.0.2	-
	Técnicas de Imaginologia e Inteligência Artificial II	60	3.1.0.0	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		570	17.15.0.6	-
VIII	Habilidades Médicas VIII	90	2.2.0.2	-
	Atenção Primária à Saúde VIII	90	2.2.0.2	-
	Bases da Prática Médica VI	375	11.11.0.3	-
	Trabalho de Conclusão de Curso II	30	0.2.0.0	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		585	16.18.0.7	-
IX	Internato em Clínica Médica I	255	0.0.17.0	Todos os Módulos do 1º ao 8º Período
	Internato em Clínica Toco-Ginecológica I	255	0.0.17.0	
	Internato em Atenção Primária à Saúde (IAPS) I	270	0.0.18.0	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		780	0.0.52.0	-
X	Internato em Urgência e Emergência I	210	0.0.14.0	Todos os Módulos do 1º ao 8º Período
	Internato em Clínica Cirúrgica I	195	0.0.13.0	
	Internato em Clínica Pediátrica I	195	0.0.13.0	
	Internato em Clínica Médica II	180	0.0.12.0	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		780	0.0.52.0	-

Período	Módulos	CH Total	Créditos	Prerrequisito
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		780	0.0.52.0	-
XI	Internato em Urgência e Emergência II	210	0.0.14.0	Todos os Módulos do 1º ao 8º Período
	Internato em Clínica Cirúrgica II	210	0.0.14.0	
	Internato em Clínica Pediátrica II	210	0.0.14.0	
	Internato em Atenção Primária à Saúde (IAPS) II	165	0.0.11.0	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		795	0.0.53.0	-
XII	Internato em Clínica Toco-Ginecológica II	270	0.0.18.0	Todos os Módulos do 1º ao 8º Período
	Internato em Atenção Primária à Saúde (IAPS) III	270	0.0.18.0	
	Internato em Saúde Mental	180	0.0.12.0	
	Internato Optativo	120	0.0.8.0	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		840	0.0.56.0	-

Quadro 9. Resumo da Carga Horária Total do Curso.

1. Módulos Teórico-Práticos	3390h ou 226 créditos
2. Módulos Integradores	
2.1 Optativas	120h ou 8 créditos
2.2 Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)	60h ou 4 créditos
2.3 Estágio Obrigatório (Internato)	3.195h ou 213 créditos
2.4 Atividades Complementares (AC)	120h ou 8 créditos
2.5 Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	765 h ou 51 créditos
TOTAL GERAL	7.650 h ou 510 créditos

Quadro 10. Módulo Integrador Optativo.

Nomenclatura	Créditos	Carga Horária
Ciência, espiritualidade e saúde	3.1.0.0	60
Dependência Química	1.3.0.0	60
Empreendedorismo Médico	3.1.0.0	60
Gênero, Relações Étnico-raciais e Saúde	3.1.0.0	60
Inglês Médico-Instrumental	1.1.0.0	30
LIBRAS	2.2.0.0	60
Medicina do Sono	2.2.0.0	60
Medicina Desportiva	2.2.0.0	60
Práticas Integrativas e Complementares em Saúde	2.2.0.0	60
Prática Laboratorial	1.3.0.0	60
Política de Desenvolvimento Socioeconômico e Impactos na Saúde da População	2.2.0.0	60
Saúde Ambiental	1.1.0.0	30
Telemedicina	3.1.0.0	60

3.3 Fluxograma Curricular

I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII			
ABP 60h 2.1.0.1	BPP I 45h 2.0.0.1	→ BPP II 45h 2.0.0.1	→ BPP III 60h 3.0.0.1					INTERNATO*	INTERNATO*	INTERNATO*	INTERNATO*			
APS I 90h 2.2.0.2	→ APS II 90h 2.2.0.2	→ APS III 90h 2.2.0.2	→ APS IV 90h 2.2.0.2	→ APS V 75h 2.2.0.1	→ APS VI 75h 2.2.0.1	→ APS VII 90h 2.2.0.2	→ APS VIII 90h 2.2.0.2							
HM I 105h 3.3.0.1	→ HM II 105h 3.3.0.1	→ HM III 105h 3.3.0.1	→ HM IV 105h 3.3.0.1	→ HM V 120h 3.3.0.2	→ HM VI 120h 3.3.0.2	→ HM VII 120h 3.3.0.2	→ HM VIII 90h 2.2.0.2							
					→ TIIA I 60h 3.1.0.0	→ TIIA II 60h 3.1.0.0								
SEM 15h 1.0.0.0	→ BPM I 60h 2.1.0.1		→ BPM II 105h 3.3.0.1	→ BPM III 180h 5.5.0.2	→ BPM IV 180h 5.5.0.2	→ BPM V 300 9.9.0.2	→ BPM VI 375h 11.11.0.3							
→ BPADP I 105h 2.4.0.1		→ BPADP II 105h 4.2.0.1	→ BPADP III 105h 4.2.0.1	→ BPADP IV 135h 3.5.0.1	→ BPADP V 150h 3.5.0.2									
BPB I 240h 10.4.0.2	→ BPB II 105h 4.2.0.1	→ BPB III 105h 4.2.0.1												
		OPTATIVA I	OPTATIVA II	OPTATIVA II OU III	OPTATIVA II OU III	OPTATIVA II OU III								



3.4 Estágio Curricular Supervisionado (Internato)

O Estágio Curricular Supervisionado é uma atividade da graduação obrigatória na qual os alunos têm contato com a vivência da profissão. É uma oportunidade para os alunos desenvolverem na prática os conhecimentos vistos ao longo do curso. A atividade é realizada dentro de um ambiente de trabalho relacionado a alguma das áreas de atuação do Curso. Com a supervisão de um professor das atividades realizadas nesse espaço, o aluno cumpre algumas tarefas utilizando os conceitos teóricos aprendidos na graduação.

O Estágio Obrigatório do Curso de Medicina também é denominado de Internato e possuirá uma regulamentação específica, a qual deverá ser aprovada pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) e pelo CEPEX/UFPI. Deverá ocorrer no final do curso, a partir do nono semestre letivo, mediante supervisão direta dos preceptores do campo de atuação e professores orientadores do Curso de Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI). Estas atividades perfazem um total de **3.195 horas** (40 horas/semana).

O Estágio Supervisionado (Internato) será realizado essencialmente nas áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Ginecologia-Obstetrícia, Pediatria, Saúde Coletiva/Atenção Primária, Urgência e Emergência e Saúde Mental, nos períodos IX a XII do Curso, conforme apresentado no item 3.2.1 deste PPC, em regime de tempo integral, nas instituições de saúde conveniadas com a UFPI.

Os objetivos do Estágio Curricular Supervisionado são:

- Garantir a relação entre teoria e prática dos processos de ensino e aprendizagem;
- Vivenciar a prática profissional e as tendências do mercado de trabalho;
- Experienciar uma nova modalidade de aprendizagens interdisciplinares;
- Oportunizar o desenvolvimento de competências e habilidades de liderança (a saber: participativa, crítica, reflexiva, criativa, compartilhada, sinérgica e com segurança); e
- Promover a participação no gerenciamento da assistência à saúde prestada ao paciente, à família e comunidade (negociar, inovar, ousar, estudar, visão holística, visão crítica, desenvolver estratégias nas ações, ter consciência sócio-

político-cultural, interagir permanentemente com o cliente, família e comunidade).

De acordo com o Art. 24 da Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Medicina, o Curso deverá incluir, como etapa integrante da graduação, o Estágio Curricular obrigatório de formação em serviço, em regime de internato, sob supervisão, em serviços próprios, conveniados ou em regime de parcerias estabelecidas por meio de Contrato Organizativo da Ação Pública Ensino-Saúde com as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

Para tal, será necessário cumprir com todos os critérios abaixo:

§ 1º A preceptoria exercida por profissionais do serviço de saúde terá supervisão de docentes próprios da Instituição de Educação Superior (IES);

§ 2º A carga horária mínima do estágio curricular será de 35% (trinta e cinco por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Medicina;

§ 3º O mínimo de 30% (trinta por cento) da carga horária prevista para o internato médico da Graduação em Medicina será desenvolvido na Atenção Básica e em Serviço de Urgência e Emergência do SUS, respeitando-se o mínimo de dois anos deste internato;

§ 4º Nas atividades do regime de internato previsto no parágrafo anterior e dedicadas à Atenção Básica e em Serviços de Urgência e Emergência do SUS, deve predominar a carga horária dedicada aos serviços de Atenção Básica sobre o que é ofertado nos serviços de Urgência e Emergência;

§ 5º As atividades do regime de internato voltadas para a Atenção Básica devem ser coordenadas e voltadas para a área da Medicina Geral de Família e Comunidade;

§ 6º Os 70% (setenta por cento) da carga horária restante do internato incluirão, necessariamente, aspectos essenciais das áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Ginecologia-Obstetrícia, Pediatria, Saúde Coletiva e Saúde Mental, em atividades eminentemente práticas e com carga horária teórica que não seja superior a 20% (vinte por cento) do total por estágio, em cada uma destas áreas;

§ 7º O Colegiado do Curso de Graduação em Medicina poderá autorizar a realização de até 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total estabelecida para o estágio fora da Unidade da Federação em que se localiza a IES, preferencialmente nos serviços do Sistema Único de Saúde, bem como em instituição conveniada que mantenha programas de Residência, credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica, ou em outros programas de qualidade equivalente em nível internacional;

§ 8º O colegiado acadêmico de deliberação superior da IES poderá autorizar, em caráter excepcional, percentual superior ao previsto no parágrafo anterior, desde que devidamente motivado e justificado;

§ 9º O total de estudantes autorizados a realizar estágio fora da Unidade da Federação em que se localiza a IES não poderá ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) das vagas do internato da IES para estudantes da mesma série ou período;

§ 10. Para o estágio obrigatório em regime de internato do Curso de Graduação em Medicina, assim caracterizado no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), a jornada semanal de prática compreenderá períodos de plantão que poderão atingir até 12 (doze) horas diárias, observado o limite de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;

§ 11. Nos estágios obrigatórios na área da saúde, quando configurar como concedente do estágio órgão do Poder Público, poderão ser firmados termos de compromisso sucessivos, não ultrapassando a duração do curso, sendo os termos de compromisso e respectivos planos de estágio atualizados ao final de cada período de 2 (dois) anos, adequando-se à evolução acadêmica do estudante.

A regulamentação do Estágio Supervisionado Obrigatório para o Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI) foi estabelecido no Anexo I deste PPC.

Além do Estágio Supervisionado Obrigatório, o aluno do CGBMED/CAFS/UFPI poderá realizar Estágio Não Obrigatório, em empresas ou instituições de pesquisa. As horas realizadas no referido Estágio são

integralizadas como Atividades Complementares, conforme Quadro 11 do item 3.6 deste PPC.

3.5 Atividades Curriculares de Extensão – ACE

As Atividades de Extensão, enquanto componentes curriculares obrigatórios, são relevantes no processo de formação acadêmica por promoverem qualidade na formação integral dos estudantes universitários e possibilitar a formação de sujeitos críticos, interventivos e comprometidos com as demandas da sociedade.

A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, enfatiza, no seu Art 4º, que as atividades de extensão deverão compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da Matriz Curricular dos Cursos, devendo:

I - promover a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Na Universidade Federal do Piauí – UFPI, as Resoluções nº 053/2019 e 297/2022, do CEPEX/UFPI, regulamentam a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos Cursos de Graduação da instituição. De acordo com as mencionadas normativas, estas atividades objetivam:

- Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;

- Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para cidadania e o seu papel social;
- Proporcionar a busca de novos objetos de investigação e inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedades;
- Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina do *Campus* Amilcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI), com o intuito de atender ao que é imposto na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e nas Resoluções nº 053/2019 e 2972022 - CEPEX/UFPI, destina a carga horária de **765 horas** para a realização das Atividades de Extensão como componente curricular obrigatório (ACE). Tal carga horária compreende 10% da carga horária total do Curso de Medicina, conforme Matriz Curricular exposta neste PPC.

Vale ressaltar que as atividades de extensão, para serem integralizadas como componentes curriculares obrigatórios, deverão:

- 1) ter os estudantes como executores das ações;
- 2) ter público-alvo os segmentos sociais e as comunidades externas à UFPI;
- 3) ser realizadas presencialmente, diferindo assim das atividades de extensão a serem integralizadas como "atividade complementar" que poderá ter o aluno como público e ser realizada na modalidade à distância.

As Atividades de extensão obrigatórias deverão ser desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso de Graduação em Medicina do *Campus* Amilcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI) e durante todo o período da formação, contabilizando um total de 765 (setecentos e sessenta e cinco) horas, as quais serão necessárias para a integralização curricular.

A conclusão do Curso pelo aluno do CGBMED/CAFS/UFPI dependerá da integralização total da carga horária das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório, definidas neste PPC.

A integralização das **765 horas** poderão ser feitas das seguintes formas:

- 1) Como cumprimento do componente denominado Atividade Curricular de Extensão (ACE), conforme define a Resolução nº 053/2019 CEPEX/UFPI, cabendo à Coordenação do Curso assegurar a oferta de, pelo menos, uma ACE a cada semestre; e,
- 2) Como cumprimento das atividades de extensão previstas no artigo 8º da Resolução CNE/MEC nº 7, de 18 de dezembro de 2018, cabendo ao Coordenador do Curso, ou a outro docente por ele delegado, efetuar o cadastro das horas de extensão para fins de integralização curricular no histórico do aluno.

A regulamentação das atividades de extensão como componentes curriculares obrigatórios para o Curso de Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI) será melhor descrita no Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão, no anexo III.

3.6 Atividades Complementares

As Atividades Complementares nos Cursos de Graduação constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do aluno, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação. Frente a isso, percebe-se que essas atividades permitirão ao aluno o fortalecimento da interrelação teoria e prática por meio de atividades extracurriculares, sejam elas de ensino, pesquisa e extensão, entre outras, de modo a ampliar seu processo formativo, conforme suas afinidades e interesses.

As Atividades Complementares (AC) desenvolvidas pela IES possibilitam ao estudante fazer escolhas, conforme suas motivações e necessidades pessoais e profissionais no contexto das opções acadêmicas. Tais atividades ampliam o espaço de participação do aluno nos processos de ensino e de aprendizagem, o qual deve ser sujeito da relação pedagógica, consoante a tendência da legislação e das políticas educacionais no sentido de flexibilizar os Cursos, dando oportunidade ao aluno de buscar uma formação de acordo com suas escolhas profissionais. Assim, as atividades complementares constituem

prática relevante para o aprendizado e desenvolvimento permanente de conhecimentos, além de proporcionar autonomia e flexibilidade para o aluno integralizar o curso.

São previstas, para integralização curricular, as Atividades Complementares (AC) que são compostas por: atividades de iniciação à docência e à pesquisa, participação em eventos (com ou sem apresentação de trabalhos), trabalhos publicados, premiações científicas, bem como a residência pedagógica; mobilidade estudantil; e atividades artísticas e culturais que visem a apropriação das diferentes linguagens do processo formativo e que no seu conjunto agregam e, ao mesmo tempo, compõem as áreas de conhecimento do Curso, conforme os artigos 92-96 da Resolução CEPEX/UFPI Nº 177/2012.

As atividades complementares deverão ser desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, da UFPI, (CGBMED/CAFS/UFPI) e durante todo o período da sua formação, contabilizando um total de **120 (cento e vinte) horas** ou **8 créditos**, que serão necessárias para a integralização curricular.

Poderão ser desenvolvidas, como atividades complementares do CGBMED/CAFS/UFPI, as seguintes atividades descritas no quadro que segue:

Quadro 11. Pontuação de Atividades Complementares

DISCIPLINAS / ATIVIDADES	Pontuação da Atividade	Pontuação Máxima por Atividade
Atividade de iniciação à docência		60h
Monitoria no curso remunerada ou não (cada período de monitoria, com declaração do SIGAA e/ou relatório parcial e/ou final, equivale a 10 horas)	10h/semestre	20h
Disciplina Eletiva cursada em outro curso da UFPI ou por outra IES, com apresentação de documento oficial comprobatório	10h/disciplina	20h
Participação em projetos e eventos de ensino cadastrados na Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFPI	10h/ano	20 h

Participação em Programa de Iniciação à Docência – PIBID	20/ano	40h
Atividades de Pesquisa		60h
Iniciação Científica com bolsa ou voluntária (com relatório parcial/final homologado pela Pro-reitoria de Pesquisa e Inovação da UFPI (PROPESQI))	20h/ano	40h
Participação em grupo de estudo e pesquisa cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	20h/ano	20h/ano
Participação em Grupo/Núcleo de pesquisa cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQI), orientado por professor da UFPI (cada ano equivale a 20 horas)	20h/ano	20h
Atividades de Produção Intelectual/Cultural		90h
Trabalho publicado em cadernos ou capítulos de livros (cada publicação equivale a 20 horas)	20h/publicação	60
Trabalhos publicados em periódicos científicos indexados (cada publicação equivale a 20 horas)	20h/publicação	60
Resumos publicados em anais de eventos nacionais ou internacionais (cada publicação equivale a 10 horas)	10h/publicação	40
Resumos publicados em anais de eventos locais ou regionais (cada publicação equivale a 5 horas)	5h/publicação	20
Produção ou elaboração de vídeos, <i>softwares</i> , exposições, poesia, música, cordel e programas radiofônicos, entre outros produtos patenteados	10h/patente	20h
Produção ou elaboração de vídeos, <i>softwares</i> , exposições, poesia, música, cordel e programas radiofônicos, entre outros produtos que apresentam certificação por Professor Orientador da UFPI	5h/produção	10h
Apresentação de trabalhos (como autor ou co-autor) em eventos nacionais ou internacionais (cada apresentação equivale a 10 horas)	10h/ trabalho	40h
Apresentação de trabalhos (como autor ou co-autor) em eventos regionais ou locais (cada apresentação equivale a 10 horas)	10h/ trabalho	20h

Atividades de Extensão e Cultura		90
Participação em programa ou projeto de extensão, cadastrado na PREXC, com ou sem bolsa (cada ano do programa equivale a 20 horas)	20h/ano	60h
Participação em evento de extensão como organizador, ministrante, instrutor ou monitor, cadastrado na PREXC (cada evento ou curso equivale a 5 horas)	20h	40h
Participação em curso de extensão como ministrante na área de formação (cada curso equivale a 10 horas)	20h/curso	40h
Participação em Ligas Acadêmicas cadastradas na PREXC (cada ano da liga equivale a 20 horas)	30h/ano	60h
Participação no Programa de Educação Tutorial (PET)-(cada ano do programa equivale a 20 horas)	30h/ano	60h
Participação em Empresas Juniores cadastradas na PREXC (cada ano equivale a 10 horas)	10h/ano	40h
Participação em grupo/núcleo de extensão cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC), orientado por Professor da UFPI (cada ano equivale a 20 horas)	20h/ano	20h
Participação, como público, em evento ou curso de extensão na área ou áreas afins local, regional, nacional ou internacional	10/evento	20h
Organização de atividades artístico-culturais e esportivas (cada evento equivale a 10 horas)	10h/evento	20h
Apresentação de atividades artístico-culturais e esportivas (cada evento equivale a 10 horas)	10h/evento	20h
Experiências Profissionais e/ou Complementares		40
Realização de estágio não obrigatório, cadastrado na PREG (cada 120 horas equivale a 30 horas)	30h/120 horas	60
Atividades de Gestão		40
Representação em Conselhos Universitários (cada período de um ano equivale a 20 horas)	20h/ano	40
Desempenho de cargo de representação	10h/ano	40

estudantil (cada período de um ano equivale a 10 horas)		
Participação em comissões institucionais da UFPI de curta duração (cada participação equivale a 5 horas)	5h/participação	10
Realização de avaliação institucional (cada 1 avaliação equivale a 1 hora)	1h/avaliação	5
Outras Atividades		40
Participação em Atléticas	10h/ano	20h
Participação em eventos nacionais ou internacionais (cada evento equivale a 5 horas)	10h/evento	20h
Participação em eventos regionais ou locais (cada evento equivale a 5 horas)	5/evento	10h

As atividades de extensão não poderão ser integralizadas em duplicidade. Assim, as atividades de extensão realizadas presencialmente e que envolvem o aluno como executor (e não como público), seja ministrando oficinas, minicursos, palestras, seja organizando eventos, quando integralizadas como atividade curricular obrigatória não poderão ser integralizadas como atividade complementar ou vice-versa.

Ressalta-se ainda que em cada calendário acadêmico será estipulado, a cada período letivo, um prazo para registro de Atividades Complementares (AC) de graduação pelo aluno no sistema eletrônico de cadastro. Além disso, o mesmo calendário definirá o período de avaliação e homologação das referidas atividades pela Coordenação do Curso.

3.7 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) envolve o desenvolvimento de um produto acadêmico que expresse as competências e habilidades dos alunos e os conhecimentos por eles adquiridos durante o Curso de Graduação, o que se respalda nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina, as quais exigem que, para promoção do pensamento científico e crítico

e apoio à produção de novos conhecimentos, o Graduando em Medicina deve (BRASIL, 2014):

- I- estimular e aplicar o raciocínio científico, formulando perguntas e hipóteses e buscando dados e informações;
- II- analisar criticamente as fontes, os métodos e os resultados, no sentido de avaliar evidências e práticas no cuidado, na gestão do trabalho e na educação de profissionais de saúde, pessoa sob seus cuidados, famílias e responsáveis;
- III- identificar a necessidade de produção de novos conhecimentos em saúde, a partir do diálogo entre a própria prática, a produção científica e o desenvolvimento tecnológico disponíveis; e,
- IV- favorecer o desenvolvimento científico e tecnológico voltado para a atenção das necessidades de saúde individuais e coletivas, por meio da disseminação das melhores práticas e do apoio à realização de pesquisas de interesse da sociedade.

Neste íterim, o TCC proporcionará, ao aluno do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, da UFPI, (CGBMED/CAFS/UFPI), o contato com a iniciação científica, por meio da elaboração de um produto acadêmico ou trabalho científico, que obedecerá às normas técnico-científicas e beneficiará o pensamento crítico e reflexivo e o fortalecimento da prática baseada em evidências.

É importante destacar que o TCC do CGBMED/CAFS/UFPI será desenvolvido em duas disciplinas: Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), cada uma com carga horária de 30h. É indispensável a aprovação nas duas disciplinas para a realização da colação de grau de qualquer aluno matriculado no referido curso.

O TCC será desenvolvido individualmente e orientado por um Professor vinculado ao Curso de Graduação em Medicina. Obrigatoriamente, na disciplina de TCC II, **deverá haver a defesa pública do trabalho científico perante banca examinadora.**

A Regulamentação específica sobre TCC do CGBMED/CAFS/UFPI se apresenta no Anexo II deste PPC.

3.8 Metodologia do Curso

A metodologia do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, da UFPI, (CGBMED/CAFS/UFPI) foi delineada a partir de um modelo pedagógico inovador, caracterizado por 4 eixos:

1) **Eixo clínico** – refere-se às dimensões epistêmica, tecnológica e subjetiva da prática médica. Volta-se para a dinâmica e as especificidades que se definem na relação entre Médico, Paciente/Usuário e Equipe de Saúde mediadas pelo mundo do trabalho médico e sua interação com a sociedade e suas organizações. Neste eixo são constituídas ações e espaços estruturantes/instituintes das novas relações entre Profissionais e Usuários sob a égide do direito, da dignidade, do respeito, da diversidade e do diálogo, com base em 3 vetores: o **vetor 1** no qual a educação, com base em comunidade, é desenvolvida por meio de conceitos, experiências e vivências que permitem compreender a diversidade dos modos de adoecer e morrer, as multiplicidades de saberes e as especificidades da prática médica; o **vetor 2** articula a academia com a rede de serviços, a qual proporciona espaço real para este diálogo, possibilitando a convivência do aluno com práticas de saúde interdisciplinares, interculturais desenvolvidas nos serviços e na sociedade. É o vetor que oferece visibilidade da articulação entre o ensino, o serviço e o usuário, transformando o espaço do serviço em espaço de aprendizagem e de produção de conhecimentos; e o vetor 3 volta-se para a excelência da prática médica por meio da articulação com Programas de Residência Médica desenvolvida com a Rede de Atenção, fortalecendo a qualidade e resolutividade dos serviços de saúde mais especializados existentes e organizando os serviços a partir da Rede de Atenção Básica.

2) **Eixo institucional** – orienta o aluno para o mundo institucional das relações que ocorrem no campo da saúde e onde se desenvolvem competências, habilidades e atitudes que refletem imediatamente no mundo objetivo. Dessa forma, o **vetor 1** é a integração ensino e serviço como cenário de práticas docentes, de gestão, de educação permanente; o **vetor 2** é a integração entre teoria e prática, que também decorre da compreensão que o espaço de serviço é espaço de ensino, no qual a dimensão subjetiva da prática

médica é posta em questionamento em ato; e o **vetor 3** que fortalece a imagem por meio da articulação em rede utilizando as Novas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (NTIC's), aprimorando e testando novas linguagens comunicacionais e pedagógicas.

3) Eixo social – representa a oportunidade de preparação e interação do aluno com o mundo da vida no qual o Curso encontra-se inserido, em que as práticas médicas significam intervenções técnicas e sociais com reflexos na vida individual, organizacional e coletiva. O **vetor 1** trata da pesquisa como forma de produção de conhecimentos para o enfrentamento dos determinantes da saúde e doença que se objetivam em cada contexto; o **vetor 2** representa a extensão das ações da universidade proporcionando uma formação em intervenções voltadas para a organização dos serviços e suporte para as boas práticas de saúde; e o **vetor 3** diz respeito à missão de incluir por meio de suas ações de cooperação indivíduos, grupos e organizações excluídas do sistema de saúde.

4) Eixo pessoal – volta-se para o desenvolvimento do profissional com capacidade de utilizar os conhecimentos, competências e habilidades orientados pela lógica científica mediada pelas oportunidades e contextos nos quais o conhecimento e a tecnologia se aplicam. É o eixo que prepara para o diálogo entre as dimensões da epistema, da tecnologia e da práxis médica. O **vetor 1** é o mundo institucional das regras, normas e códigos institucionais; o **vetor 2**, da afetividade e sensibilidade, é a base para as atitudes do profissional de saúde que traz a criatividade, a inventividade e a solidariedade como valores que devem reger as relações institucionais e profissionais; e o **vetor 3** diz respeito ao mundo profissional em que a prática médica dialoga com o mercado de trabalho, com o aprimoramento técnico e científico e com as oportunidades de trocas e experiências.

A articulação desses eixos orientadores do Projeto Pedagógico do Curso se fará em dois sentidos de integralidade: horizontal, em que os conteúdos necessários para o desenvolvimento de competências requeridas vão se acumulando e aprofundando à medida que estas se tornam mais complexas no decorrer de toda a formação; e integralidade vertical, em que os conteúdos debatidos e habilidades adquiridas permeiam a viabilidade da competência

esperada diante de problemas que fazem sentido para os envolvidos no processo – alunos, orientadores, tutores, preceptores e comunidades.

A integralidade horizontal ocorre nos Módulos Sequenciais em que os conteúdos se articulam e evidenciam suas interfaces em temas relacionados ao processo de desenvolvimento integral do ser humano, à saúde como elemento inerente a este desenvolvimento e à prática médica como ação técnica e social voltada para a promoção da qualidade de vida de indivíduos, grupos e comunidades. A articulação dos conteúdos que tradicionalmente compõem o *corpus* de conhecimentos reconhecidos e necessários à formação médica ocorreu por meio de perguntas que geraram a formatação de cada Módulo em termos de conteúdo, práticas pedagógicas, cenários de práticas.

Os conteúdos dos Módulos sequenciais, por sua vez, são integrados entre si de maneira dinâmica e articulados com o contexto no qual se encontram envolvidos alunos e professores nos **Estudos Tutoriais**. Os estudos tutoriais representam **unidades integradoras**, configurando um Módulo, espaços presentes do primeiro ao oitavo período, desenvolvidos com o propósito de provocar, acordar, vincular, sensibilizar e instigar os alunos na busca de respostas às questões problematizadoras suscitadas no início de cada período do Curso.

Seu conteúdo é construído de forma compartilhada entre alunos e professores que atuam como tutores, tendo por base as questões de cada Módulo reconstruídas em temas de natureza interdisciplinar, possibilitando ao aluno o protagonismo na construção do conhecimento por meio de consulta a diversas fontes de pesquisa (livros, periódicos, *internet*, e os conteúdos das outras áreas e campos de saber).

Outra atividade integradora é o Seminário de Introdução do Curso que ocorre no primeiro período com o objetivo de acolher, informar e discutir o processo de formação, proporcionando um diálogo entre o aluno, a estrutura e os processos da universidade.

Outra atividade integradora é a elaboração do TCC, que tem o objetivo de integrar as interfaces entre conteúdos disciplinares, teoria e prática e construir a síntese do conhecimento de cada aluno. Seu processo se inicia desde a

introdução do aluno no Curso, cujos acúmulos se expressam na Matriz Curricular com carga horária específica no último período do Curso.

Em síntese, no Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, da UFPI, (CGBMED/CAFS/UFPI), a exemplo do Curso de Medicina de Picos-PI, existem como atividades que compõe as unidades integradoras:

a) Estudos Tutoriais que, além do propósito de articular os diferentes conteúdos discutidos nos módulos, objetiva integrar a teoria e a prática, pondo em relação distintas áreas do conhecimento, espaços e sujeitos como a universidade, serviços de saúde, trabalhadores e gestores, num processo de formação flexível e interdisciplinar, levando em conta os saberes, as necessidades individuais de aprendizagem e os problemas da realidade;

b) Seminário de Introdução ao Curso – que integra o aluno ao mundo institucional e com o mundo das relações humanas;

c) TCC – que integra conhecimento, saberes, vivências e possibilitando a construção de novas sínteses e questões; e,

d) Atividades Curriculares de Extensão (obrigatórias) – que promovem o diálogo, a troca de conhecimentos com os diversos segmentos sociais e impactos acadêmicos e sociais.

A partir do primeiro ano do Curso, sob supervisão, os alunos são inseridos em atividades práticas, tanto de laboratórios quanto em serviços de saúde e na comunidade, mantendo contato com pacientes e grupos, comunidade. São oferecidas oportunidades de aprimoramento por meio de laboratórios de habilidades, estudos de problemas reais ou construídos nos grupos tutoriais e inserção na rede de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS), desde a atenção primária à atenção hospitalar.

Esta metodologia proporciona ao aluno lidar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes como agente prestador de cuidados e atenção em diferentes cenários de ensino e de aprendizagem, permitindo conhecimentos compatíveis com seu grau de autonomia, que se consolida na graduação com o internato.

A partir do oitavo período os alunos do CGBMED/CAFS/UFPI são dedicados integralmente a atividades de aprimoramento da prática profissional – Internato. O Internato ou Estágio Supervisionado, representa o momento de radicalização e de aprofundamento das práticas profissionais vivenciadas desde o início do Curso, agora com grau maior de autonomia e capacidade de articulação dos diferentes arranjos tecnológicos do trabalho do médico, em diferentes contextos.

Estas atividades integram o conhecimento, habilidades e competências e expressam em ato a trajetória percorrida, desenvolvidas nos serviços de saúde que integram as Redes de Atenção à Saúde e a Rede de Urgência e Emergência do SUS. O Internato representa a unidade integradora dos Módulos transversais integrando os conteúdos acumulados nos Módulos de Atenção Primária à Saúde e Habilidades Médicas.

Outras atividades que se caracterizam como unidades integradoras da experiência vivenciada no Curso e se caracterizam como transversais, são **as atividades optativas**, com o objetivo de proporcionar cultura geral ou ampliar conhecimentos específicos. Correspondendo a **8 (oito) créditos**, o que equivale à **120 horas** de atividades optativas no Curso e as atividades complementares que correspondem a 120 horas, elas incidem diretamente sobre a realidade subjetiva de cada aluno e na objetividade do contexto, são os momentos em que o aluno exercita sua autonomia de traçar seu próprio percurso de aprendizagem, “áreas verdes”, que representam as horas semanais, reservadas para tempo de estudos da escolha dos estudantes. Estas atividades integram o MÓDULO COMPLEMENTAR.

Entende-se que a forma como se organiza o processo de ensino é tão educativo quanto os próprios conteúdos que veicula. E a organização metodológica constitui tarefa complexa, em específico quando se assume como ponto central da ação emancipatória dos sujeitos envolvidos no processo formativo. Desse modo, a produção do conhecimento científico a ser possibilitada pelo CGBMED/CAFS/UFPI tomará como base o processo de ensino-aprendizagem enquanto processo dialético, considerando as dimensões

subjetiva e relacional. Em outras palavras, significa compreender a aula como um encontro, uma dialética entre estudantes, conhecimentos e professores.

Nessa perspectiva, pressupõe-se, na aula, autonomia para problematizar, questionar, experimentar, decidir, organizar tempo e espaços que potencializam os processos de ensino e de aprendizagem, no ambiente universitário em diálogo permanente com as redes de saúde, permitindo aos estudantes e professores, no plano epistemológico, avançar na construção do seu conhecimento e, no plano político, fazer este conhecimento atender às demandas da população, no que tange à saúde, e modificar a realidade concreta, gerando alternativas que favoreçam melhores condições de vida.

Ao longo do Curso, a relação dialética entre teoria e prática estará presente em todos os componentes curriculares, assim como penetrando no cotidiano das unidades de saúde, na prática reflexiva, propondo a vivência de situações reais inserindo o estudante no mundo do trabalho de modo a fomentar a formação de vínculo e corresponsabilidade com a realidade médica e de atendimento à saúde, na direção da formação ética, humana, política, social e estética.

O trabalho interdisciplinar, por meio de atividades complementares e de extensão, pesquisa, aula de campo, entre outros, possibilitará: a construção coletiva de conhecimentos interdisciplinares e mediado pela reflexão crítica, na intenção de romper com a cultura do isolamento ainda marcante nas instituições; assegurar a diversificação de metodologias, a inovação dos processos pedagógicos e a interação com as tecnologias ativas da informação que auxiliem na construção do projeto formativo coletivo, crítico e emancipador, respaldadas nas seguintes ações: elaboração de projetos, estudos de caso, aulas de campo, estágio curricular supervisionado em diferentes espaços da rede de saúde, leitura seguida de debate, exposição oral, entre outras.

A diversificação dos procedimentos de ensino para atender diferenças cognitivas, culturais, sociais, entre outras, se configura como escolha político-pedagógica necessária para recriar novos processos que possibilitem gerar ensino e aprendizagem que ultrapasse a razão pedagógica conservadora

instituída. Isso nos coloca diante da exigência de rompimento do trabalho isolado e, conseqüentemente, a referência de planejamento e ação compartilhada.

Diante do exposto, é função do aluno no processo de construção de conhecimento, assumir uma postura de curiosidade epistemológica, marcada pelo interessar-se por novas aprendizagens e desenvolver a capacidade de trabalhar coletivamente, atitudes de ética e de humanização, responsabilidade e espírito crítico-reflexivo. Por sua vez, o papel do professor está condicionado a uma inteligibilidade ou a um saber-fazer que fomenta saberes, além de saberes éticos, morais e técnico-científicos, estéticos, lúdicos, artísticos e biossociais, saberes afetivos, interpessoais, pessoais, comunicacionais e dialógicos, inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo para que a relação estabelecida entre alunos e professores possa favorecer os processos de ensino e aprendizagem.

O Curso inclui métodos e práticas de ensino e aprendizagem que incorporem o uso integrado das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação - NTDIC para a realização dos objetivos pedagógicos, material didático específico para a mediação de docentes e profissionais da saúde com formação e qualificação em nível compatível com o previsto no PPC e no plano de ensino dos componentes curriculares.

Assim, neste PPC, tais saberes assumem relevância social e política, posto que os professores, agindo como mediadores do conhecimento, podem desempenhar a função de orientadores, seja dos processos de ensino e de aprendizagem, situados na ecologia de sala de aula, no ambiente acadêmico ou nas instituições onde é realizado o Estágio Supervisionado, seja no acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Portanto, é função do professor criar as condições para produção do conhecimento por meio da reflexão crítica, valorizando o ensino, a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao desenvolvimento do profissional Médico e da prática médica.

3.8.1 - Metodologias de ensino-aprendizagem

O processo de avaliação de ensino-aprendizagem conforme o disposto na Resolução nº 177/12 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Piauí, a qual estabelece que o aproveitamento acadêmico é avaliado através do acompanhamento contínuo de desempenho do aluno e do resultado obtido nas verificações parciais e no exame final, expressos por nota, obedecendo a uma escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). A assiduidade é aferida através de frequência às atividades didáticas programadas para o período letivo (PPC, p 88).

Quanto à metodologia de ensino-aprendizagem, o PPC do Curso de Medicina da UFPI, assim como de grande parte das universidades brasileiras utilizará o método PBL (*Problem-Based Learning*), que é uma abordagem de ensino utilizada em diversas áreas. O PBL é caracterizado por ser centrado no estudante, promovendo a aprendizagem ativa e o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas. No contexto da medicina, o PBL é frequentemente utilizado em cursos de graduação e pós-graduação para preparar os estudantes para a prática médica. Neste método, os estudantes são apresentados a casos clínicos reais ou simulados, nos quais eles são desafiados a identificar problemas, formular hipóteses diagnósticas, buscar informações relevantes e propor soluções. Uma das principais vantagens do PBL é que ele estimula o raciocínio clínico, a tomada de decisão e a colaboração entre os estudantes.

Além disso, o método PBL também incentiva a pesquisa independente, a autoavaliação e a reflexão crítica. o método PBL na medicina é uma abordagem de ensino que coloca os estudantes no centro do processo de aprendizagem, incentivando a resolução de problemas, a colaboração e o desenvolvimento de habilidades clínicas essenciais.

3.8.2 - Instrumentos avaliativos para o processo ensino-aprendizagem

A modalidade, o número e a periodicidade das verificações parciais são explicitados no Plano de Ensino, de acordo com a especificidade de cada módulo. Esse plano contendo, no mínimo, a ementa, os objetivos, conteúdo programático,

procedimento de ensino, sistemática de avaliação e bibliografia, é entregue aos alunos no início de cada período letivo. O número de verificações parciais é proporcional à carga horária do módulo, sendo no mínimo de: duas, quando a carga horária é igual ou inferior a 45 horas; três, nos módulos com carga horária entre 60 e 75 horas; quatro, quando a carga horária do módulo é superior a 75 horas.

A aprovação nos módulos ocorre quando o aluno obtém frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do módulo e uma média igual ou superior a 7,0 (sete) nas verificações parciais. Caso o aluno não consiga essa média nas verificações parciais, mas possua a frequência já citada, ele é submetido a exame final, desde que tenha uma média mínima de 4,0 (quatro). Neste caso, será aprovado se a média resultante da nota do exame final com a média das verificações parciais for igual ou superior a 6,0 (seis).

Na avaliação do estudante, cujo currículo é orientado por competência profissional, deve ser verificado o desempenho esperado para cada módulo educacional. O docente deve avaliar como o estudante mobiliza articuladamente os recursos cognitivos, psicomotores e afetivos desenvolvidos nas atividades de ensino aprendizagem, em situações reais ou simuladas do mundo do trabalho. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) exigem que dentro de seu âmbito profissional os graduandos de medicina devem desenvolver competências relativas à: Atenção à saúde (individual e coletiva); tomada de decisões; Comunicação, Administração e Gerenciamento; e Educação Permanente.

Para formalizar o sistema de avaliação do curso de medicina da UFPI/Floriano, serão utilizados instrumentos que servirão para coletar dados e registrar informações do processo ensino-aprendizagem do estudante nos módulos educacionais. Estes instrumentos serão construídos para cada processo de aprendizagem realizada nos domínios cognitivos, psicomotores e afetivos (subjetivo) com o Núcleo Docente Estruturante do Curso, tendo como referência a avaliação das competências requeridas inferidas por meio do desenvolvimento das habilidades necessárias ao cumprimento das tarefas no âmbito individual, coletivo e dos serviços de saúde, considerando seu desempenho, avaliando-as na dimensão individual e no trabalho em equipe/grupo. (PPC, p. 90)

Além desses instrumentos de avaliação da aprendizagem a IES se insere dentro do Contexto de avaliação do ensino superior através de instrumentos como: Autoavaliação Institucional – organizada e aplicada pela CPA – Comissão Própria de

Autoavaliação Institucional, Avaliação de Cursos através do IGC e CPPC e o Exame Nacional de Avaliação dos Estudantes – Enade.

4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão

A UFPI atua nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. O ensino é ministrado nos seguintes níveis:

I – Graduação: destinado à formação acadêmica e profissional, aberto à matrícula de candidatos que tenham concluído o Ensino Médio regular ou equivalente e que tenham obtido classificação em processo seletivo;

II – Básico, Técnico e Tecnológico: busca capacitar o aluno com conhecimentos teóricos e práticos em diversas atividades do setor produtivo para que ingressem, rapidamente, no mercado de trabalho. Na UFPI tem-se três modalidades de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

- Concomitante: voltado para quem já concluiu a primeira série do Ensino Médio, pode ser feito paralelamente ao restante do ensino médio (segunda e terceira série). O aluno realiza dois cursos ao mesmo tempo, cumprindo jornada dupla de aulas. Ao concluir cada um dos cursos, o aluno recebe o diploma correspondente (diploma do ensino médio e diploma de técnico). Tem duração de três anos.
- Subsequente: voltado para quem já tem o certificado de conclusão do Ensino Médio e deseja se preparar para o mercado de trabalho. Tem duração de dois anos e ao terminar o curso, o estudante recebe um diploma de técnico de nível médio;
- Formação Inicial e Continuada – FIC.

III – De Extensão: destinado à ampliação da ação da IES na comunidade, diante de programações científicas, culturais ou técnicas, que satisfaçam os requisitos estabelecidos em cada caso, segundo as normativas da FIES.

IV – De Pós-Graduação:

- *Stricto Sensu*: compreende Programas de Mestrado e Doutorado abertos a candidatos diplomados em Cursos Superiores de Graduação;
- *Lato Sensu*: destinado à formação de especialidade profissional e ao aprofundamento de conhecimentos e técnicas em áreas determinadas do saber,

aberto à matrícula de candidatos diplomados em Cursos de Graduação, que atendam às exigências de cada programa.

As atividades de pesquisa devem envolver docentes, técnico-administrativos, acadêmicos de graduação e de pós-graduação em associação com estratégias didáticas e metodológicas sérias e éticas para que haja uma produção de conhecimento consistente.

Deve ser estimulada a formação de grupos de pesquisa intra e interdisciplinar e associação a outros órgãos nacionais e internacionais e fortalecer os grupos já existentes. Há um estímulo para que os Projetos Pedagógicos dos Cursos incluam, mesmo quando não obrigatório pelas Diretrizes Curriculares, o Trabalho de Conclusão de Curso como exigência para conclusão da graduação em forma de pesquisa, demandando dos acadêmicos competências e habilidades inerentes à pesquisa em diferentes áreas, abordagens diversas e objetivos preocupados com a relevância social dos projetos desenvolvidos.

Dessa forma, garante-se que o aluno vivencie os aspectos relacionados aos projetos de pesquisa, o que poderá influenciar na sua vida profissional. Além disso, a pesquisa muitas vezes possibilita, também, experimentar as etapas da elaboração de projetos, especialmente nos casos em que a distribuição é feita pelos órgãos de fomento, o que exige planejamento e busca por estes recursos.

A gestão universitária precisa considerar as necessidades institucionais para elaborar estratégias que favoreçam a aproximação dos pesquisadores aos órgãos de fomento. Sendo assim, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQI) incumbe-se do objetivo de apoiar, formular, coordenar e executar as ações relacionadas à pesquisa, infraestrutura, propriedade intelectual, desenvolvimento tecnológico, inovação, incubação de negócios e empreendedorismo relacionados à política de pesquisa e inovação, e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A política de inovação e empreendedorismo busca o fortalecimento de uma cultura empreendedora no ambiente interno da instituição. Nesse aspecto, pode ser vista como uma estratégia para o desenvolvimento de pesquisas com caráter inovador, com geração de patentes, com o intuito de aumentar a inserção da UFPI na solução de problemas postos pela sociedade, contribuindo para o

desenvolvimento regional. No que se refere à inovação, a UFPI, como instituição de educação científica e tecnológica, tem a missão de promover e fortalecer a interação entre a sua capacidade científica e tecnológica com as atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação em prol das necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável do país.

Quanto à Política de Extensão, é importante destacar que a UFPI considera a extensão como um de seus alicerces, sendo a presença em todas as esferas do contexto social uma de suas marcas institucionais. Por isso, a política de extensão busca ampliar a integração com todos os níveis e ambientes acadêmicos e todos os segmentos da sociedade, principalmente com as comunidades portadoras de vulnerabilidade social, tendo linhas prioritárias para o desenvolvimento de programas, projetos e outras ações de extensão indissociáveis com o ensino e a pesquisa e voltadas para o atendimento às necessidades dos diversos segmentos sociais.

É importante o estímulo a programas e projetos que impliquem relações multidisciplinares ou interdisciplinares com setores da universidade e da sociedade, além do incentivo a novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, ampliando o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social. Além disto, existe a possibilidade de implementação de ações conjuntas que incentivem o empreendedorismo entre os alunos, docentes e técnico-administrativos, como forma de estimular o uso de tecnologias sociais especialmente em locais de vulnerabilidade social e econômica.

A execução da política universitária de extensão pela PREXC é fundamentada na Resolução nº 35/2014-CEPEX/UFPI, que aprova as Diretrizes da Política de Extensão Universitária na UFPI; na Resolução nº 7, de dezembro de 2018, CNE/MEC; na Resolução Nº 053/2019 CEPEX/UFPI que inclui as atividades de extensão como componente curricular obrigatório e no Plano Nacional de Extensão Universitária, em consonância com o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, que explicita: "[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial

e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988).

A extensão universitária é a atividade que se integra à matriz curricular dos Cursos de Graduação das IES brasileiras, como componente obrigatório, constituindo-se em um "[...] processo educativo, cultural, científico, tecnológico e político que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade" (PNEX, 2000-2001).

As diretrizes da extensão universitária definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), as quais estão pautadas em princípios gerais norteadores elaborados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), estão sistematizadas em quatro eixos:

- I. Interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos e saberes, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II. Formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III. Impacto e transformação social, marcada e constituída pela produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais voltadas para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Frente à complexidade e à diversidade da realidade essa diretriz consolida a orientação para cada ação da extensão universitária. Assim, se faz necessário eleger as questões prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social; e,
- IV. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, de geração e socialização de conhecimento, tecnologia, protagonismo estudantil e compromisso social.

4.2 Apoio ao Discente

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) é responsável pela gestão da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Piauí. Essa política constitui um conjunto de princípios e diretrizes, positivados por meio do Decreto nº 7.234/2010, que norteiam a implementação de ações para garantir a permanência e a conclusão de Curso de Graduação pelos estudantes universitários, agindo preventivamente nas situações de repetência e evasão decorrentes das condições de vulnerabilidade socioeconômica do estudante. A PRAEC tem, em sua organização, a Coordenadoria de Assistência Comunitária (CACOM), Coordenadoria de Nutrição e Dietética (CND) e Núcleo de Acessibilidade (NAU).

A Coordenadoria de Assistência Comunitária (CACOM), vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), é responsável pela execução das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no âmbito da UFPI. Para desenvolver as ações, a CACOM se constitui de diversos setores, que são:

- a) Setor Pedagógico (SEPE), responsável pelo atendimento, acompanhamento e orientação educacional a todos os estudantes da UFPI, prioritariamente aqueles vinculados aos benefícios que a PRAEC oferece. Sua finalidade é auxiliar os estudantes para concluir seus Cursos com êxito, em tempo hábil, minimizando as retenções e eliminando possibilidades de evasão;
- b) Setor de Serviço Social (SES), responsável pelo planejamento, coordenação e execução dos programas sociais, desenvolvidos para os estudantes com dificuldades socioeconômicas, garantindo assim sua permanência na instituição e sucesso na conclusão dos Cursos;
- c) Setor Psicológico (SAPSI), que presta atendimento à comunidade universitária por meio de ações psicopedagógicas, com a finalidade de contribuir para a superação de dificuldades dessa natureza, surgidas durante o processo de formação acadêmica;
- d) O Setor Odontológico (SEOD), que presta atendimento gratuito à comunidade universitária, incluindo alunos, professores, servidores e seus dependentes nos seus *Campi*, entre eles o *Campus* Amílcar Ferreira

Sobral, em Floriano- PI. O SEOD também é responsável pelos editais do benefício “Kit Odontológico”, que visa fornecer, em regime de comodato, um kit contendo os principais instrumentais necessários às disciplinas clínicas do Curso de Odontologia;

- e) Setor de Amamentação da UFPI (SAMA), realiza atendimento às mães discentes e servidoras que estão amamentando, disponibiliza informações, acompanhamento e espaço adequado para coleta e estocagem de leite materno; e,
- f) Divisão de Gestão e Avaliação (DGA), tem como objetivos planejar, acompanhar e avaliar sistematicamente, ações da política de assistência estudantil, no âmbito da UFPI, para adequar os recursos financeiros do PNAES destinados às bolsas de apoio aos estudantes comprovadamente em situação de vulnerabilidade social.

A Assistência Estudantil da UFPI tem como perspectiva a inclusão social, promoção da igualdade, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente nas situações de retenção e evasão.

Essa política destina-se prioritariamente aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Tem como premissa contribuir para a inclusão social pela educação, democratizando as condições de acesso e permanência dos estudantes. Isso inclui a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação média, técnica e tecnológica, de graduação e de pós-graduação, contribuindo para melhorar os índices de retenção e evasão da Universidade.

Além das ações voltadas para permanência, equidade e democratização do ensino, as ações de Assistência Estudantil devem ter, também, um caráter de integrar os estudantes à vida universitária, promovendo a formação integral dos alunos e articulando atividades e projetos de ensino, pesquisa e extensão. Assim, como devem ser levadas em consideração, o desenvolvimento de parcerias com a representação estudantil, com a sociedade civil e com o poder público, junto a ações de atenção à qualidade de vida do estudante e projetos de inclusão, cidadania e sustentabilidade.

Destaca-se, ainda, o Núcleo de Acessibilidade da UFPI (NAU), vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) que tem como finalidade garantir o acesso, a permanência, o desenvolvimento pessoal e a aprendizagem de estudantes público-alvo da educação especial (deficiências, transtorno do espectro autista – TEA e altas habilidades/superdotação). O NAU é constituído por equipe multidisciplinar – composta por assistentes sociais, pedagoga e psicóloga – que realizam o acompanhamento individualizado dos processos de ensino e de aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial.

Importante destacar que o *Campus* Amílcar Ferreira Sobral possui o Núcleo de Acessibilidade (NAU) e o Núcleo de Assistência Estudantil (NAE), ambos vinculados à PRAEC, que têm como objetivo descentralizar os Programas, Projetos e Ações que integram a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como forma de garantir o apoio e o atendimento necessários aos alunos beneficiários dos Programas, Projetos e Ações de Assistência, entre os quais destacam-se os serviços de benefícios aos estudantes, serviço psicossocial, serviço médico e odontológico, serviço de apoio a pessoas com deficiência, serviço de Restaurante Universitário, entre outros.

Além destes apoios aos discentes, o CAFS/UFPI conta com programas especiais ofertados como: Programa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Iniciação Científica (PIBIC), PIBEX (Programa Institucional de Bolsas de Extensão), Programa de Bolsas de Monitoria, dentre outros.

Em relação às atividades referentes ao nivelamento dos alunos, conforme necessidades diagnosticadas pela Coordenação de Cursos, dentro das possibilidades, têm sido criadas ações para atendê-los, com o apoio da Direção do *Campus*, assim como de outros programas vinculados à UFPI.

A UFPI conta, ainda, com o Programa de Acompanhamento de Egressos, que busca analisar o perfil e a atuação efetiva dos profissionais formados por ela. Por meio da política de acompanhamento de egressos, a UFPI pode avaliar o impacto das ações de ensino, pesquisa e extensão na formação dos profissionais, identificando se os egressos estão inseridos no mercado de trabalho. Com isto poderá traçar políticas internas e ações estratégicas de

formação inicial e continuada, alinhadas às demandas da sociedade e o mundo do trabalho.

4.3 Infraestrutura do CAFS para o Curso

O *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, juntamente com o Colégio Técnico de Florianópolis (CTF), compreende uma área total de 1.630.000,00 m² e área construída de 20.735,14 m². A infraestrutura física do CAFS é composta da seguinte forma:

1 – infraestrutura administrativa, com uma área total de 5.239,01 m² (compreendendo os setores administrativos do Bloco 01/térreo e superior, Núcleo de Assistência Estudantil, secretaria acadêmica, biblioteca, auditório, biotério, Restaurante Universitário, garagem, gabinete, loja conceito, laboratório de produção);

2 – infraestrutura acadêmica, com uma área total de 4.921,06 m² (compreendendo salas de aula, laboratórios de ensino, laboratórios de pesquisa e miniauditório);

3 – Residência Universitária, com uma área total de 1.714,39 m². Na sequência, a ilustração na disposição dos quadros (PDU, 2020-2022).

A infraestrutura acadêmica está voltada principalmente ao público docente e discente, na vivência dos processos de ensino e de aprendizagem, com salas de aula, laboratórios de ensino, laboratórios de pesquisa e miniauditório. Acrescenta-se a esse conjunto estrutural a Residência Universitária, a qual atende a comunidade estudantil de beneficiárias (os) do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

INFRAESTRUTURA ACADÊMICA					
LOCALIZAÇÃO	CENTRO/CAMPUS	DESCRIÇÃO DO AMBIENTE	TIPO	QUANTIDADE	ÁREAS (M2)
BLOCO 01 - SUPERIOR	CAFS	SALAS DE AULA	SALA DE AULA	6	468.27
BLOCO 02 - TÉRREO	CAFS	SALAS DE AULA	SALA DE AULA	8	1088.43
	CAFS	LABORATÓRIO DE SIMULAÇÃO BÁSICA EM ENFERMAGEM I	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE SIMULAÇÃO BÁSICA EM ENFERMAGEM II	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE SIMULAÇÃO BÁSICA EM ENFERMAGEM III	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE SIMULAÇÃO AVANÇADA EM ENFERMAGEM - LABENF	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	DEPÓSITO	DEPÓSITO	1	
	CAFS	BANHEIROS	BANHEIROS	2	
BLOCO 02 - SUPERIOR	CAFS	SALAS DE AULA	SALA DE AULA	12	1088.43
	CAFS	BANHEIROS	BANHEIRO	2	

Fonte: Plano de Desenvolvimento da Unidade- PDU, 2020-2022.

INFRAESTRUTURA ACADÊMICA					
LOCALIZAÇÃO	CENTRO/CAMPUS	DESCRIÇÃO DO AMBIENTE	TIPO	QUANTIDADE	ÁREAS (M2)
BLOCO 03 - TÉRREO	CAFS	LABORATÓRIO DE BOTÂNICA	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	1088.43
	CAFS	LABORATÓRIO DE MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE ESTEREOMICROSCOPIA	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE ZOOLOGIA	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE MICROSCOPIA	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE ANATOMIA	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE QUÍMICA E BIOQUÍMICA	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR	LABORATÓRIO DE PESQUISA	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE BIOECOLOGIA E SISTEMÁTICA ASTRÓPODES	LABORATÓRIO DE PESQUISA	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE BIOQUÍMICA	LABORATÓRIO DE PESQUISA	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE ESTERILIZAÇÃO	LABORATÓRIO DE PESQUISA	1	
	CAFS	DEPÓSITO	DEPÓSITO	1	
	CAFS	BANHEIROS	BANHEIRO	1	

Fonte: Plano de Desenvolvimento da Unidade- PDU, 2020-2022.

INFRAESTRUTURA ACADÊMICA					
LOCALIZAÇÃO	CENTRO/CAMPUS	DESCRIÇÃO DO AMBIENTE	TIPO	QUANTIDADE	ÁREAS (M2)
BLOCO 03 - SUPERIOR	CAFS	BRINQUEDOTECA	SALA	1	1088.43
	CAFS	RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA	SALA	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE ARTES	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	1	
	CAFS	MINIAUDITÓRIO	AUDITÓRIO	1	
	CAFS	COLEÇÃO DE HISTÓRIA NATURAL DA UFPI (CHNUFPI) - EXPOSIÇÃO	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	COLEÇÃO DE HISTÓRIA NATURAL DA UFPI (CHNUFPI) - ACERVO CIENTÍFICO	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE HERPETOLOGIA	LABORATÓRIO DE PESQUISA	1	
	CAFS	SALA MULTIUSO	SALA	1	
	CAFS	BANHEIROS	BANHEIRO	2	
BIOTÉRIO	CAFS	LABORATÓRIO DE PALEONTOLOGIA	LABORATÓRIO DE PESQUISA	1	99.07
ÁREA TOTAL					4921.06

Fonte: Plano de Desenvolvimento da Unidade- PDU, 2020-2022.

INFRAESTRUTURA DA RESIDÊNCIA				
LOCALIZAÇÃO	CENTRO/CAMPUS	DESCRIÇÃO DO AMBIENTE	QUANTIDADE	AREA (M2)
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA - TÉRREO	CAFS	QUARTOS	24	923.44
		SALA DE ESTUDOS	2	
		COPA	1	
		LAVANDERIAS	2	
		CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	1	
		HALL DE ENTRADA	1	
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA - SUPERIOR	CAFS	QUARTOS	24	790.95
		SALA DE ESTUDOS	2	
		COPA	1	
			AREA TOTAL	1714.39

Fonte: Plano de Desenvolvimento da Unidade- PDU, 2020-2022.

Salas de aula

O Campus Amílcar Ferreira Sobral – CAFS/UFPI disponibiliza 29 (vinte e nove) salas de aula, que são utilizadas pela comunidade acadêmica dos cursos de Graduação e ficam localizadas no piso superior do Bloco e I e no térreo e piso

superior do Bloco II. Cada sala de aula possui capacidade média de 50 (cinquenta) alunos. Todas são climatizadas e equipadas com projetor de multimídia, quadros de acrílico, ponto de rede de internet a cabo ou Wi-Fi, portas de madeira com visualizador em vidro, 50 carteiras para os discentes, mesa de apoio, cadeira do docente, caixa para guardar controle do projetor de multimídia, ar condicionado com trancas e lixeira. Atendem aos requisitos de iluminação, limpeza, conservação, acústica e acessibilidade.

Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O CAFS/UFPI dispõe de um laboratório de informática, contendo 27 computadores disponíveis para uso da comunidade universitária e com acesso à internet.

Infraestrutura de Laboratórios especializados da saúde

A infraestrutura laboratorial encontra-se em pleno funcionamento e atende aos requisitos de iluminação, limpeza, conservação e acústica, sendo utilizados periodicamente pelos Cursos de Graduação do *Campus* (Administração, Ciências Biológicas, Enfermagem e Educação no Campo). Ademais, as estruturas supracitadas, também são adequadas para a realização de atividades pesquisas e de extensão. Os laboratórios que, atualmente, estão sendo utilizados nas atividades dos Cursos, são:

1. Laboratórios de Simulação em Enfermagem I com 80 m².
2. Laboratório de Simulação em Enfermagem II com 80 m².
3. Laboratório de Simulação em Enfermagem III com 80 m².
4. Laboratório de Simulação Realística de Alta Fidelidade.
5. Laboratório de Anatomia Humana.
6. Laboratório de Parasitologia.
7. Laboratório de Microbiologia e Imunologia.
8. Laboratório de Bioquímica
9. Laboratório de Biofísica.
10. Laboratório de Citologia e Embriologia.

Conforme mencionado, ao todo, são dez (10) laboratórios que integram a infraestrutura do *Campus* e que subsidiam as atividades práticas dos Cursos de Graduação no CAFS. Cabe destacar, que cada Laboratório possui normas de funcionamento, devidamente regulamentada e aprovadas pelos Colegiados dos Cursos e pelo Conselho Diretor do *Campus*, que garantem a sua utilização com segurança, e atendem, de maneira suficiente, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: quantidade de equipamentos adequada aos espaços físicos e a dimensão da comunidade acadêmica.

Com o objetivo de solucionar a questão dos espaços físicos, formalizamos a solicitação (Ofício n.º 033/2025/GR/UFPI) para a cessão do prédio da Unidade Escolar Paulo Ferraz, na cidade de Floriano-PI (que no momento encontra-se fechada e sem funcionamento) localizado ao lado do Hospital Estadual Tibério Nunes. Esse espaço será utilizado como apoio para docentes e discentes que atuarão junto ao hospital ao longo dos cursos de graduação.

A solicitação já conta com o compromisso da Secretaria Estadual de Educação, que prevê a cessão do colégio para a UFPI a partir do segundo período de 2025. No local, funcionarão duas salas de aula e quatro salas destinadas aos preceptores.

Auditório

O *Campus* Amílcar Ferreira Sobral – CAFS dispõe de um auditório com capacidade para 230 pessoas. É munido de tela de projeção, multimídia, mesa de plenário e computador, onde são realizados eventos e, quando necessário, adaptado para reuniões internas e externas, dependendo do quantitativo de participantes.

Gabinete de docentes

No que tange aos gabinetes de trabalho para os professores, o *Campus* disponibiliza 30 (trinta) salas para 60 docentes em Regime de Tempo Integral (TI/40h).

Biblioteca

A Biblioteca Setorial do CAFS está instalada no prédio principal do *Campus* e tem, entre outras, a função de atuar na promoção de acesso à informação e dar suporte às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão no âmbito do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, contribuindo para o desenvolvimento cultural, econômico e social do Micorregião.

Funciona de segunda a sexta, de 08:00h às 22:00h, disponibilizando aos alunos os acervos bibliográficos que irão contribuir para o enriquecimento de seus conhecimentos.

A biblioteca disponibiliza um grande acervo bibliográfico em diferentes áreas, incluindo a área de saúde, que servirá de suporte para o ensino, à pesquisa e à extensão a serem desenvolvidos no Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral.

Os discentes do CGBMED/CAFS/UFPI contará, também, com a infraestrutura da Biblioteca Central da UFPI, *Campus* Ministro Petrônio Portella, que tem um acervo bastante significativo na área de Medicina.

5. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é uma atividade permanente e constituinte do processo de ensino aprendizagem. Permite o acompanhamento desse processo, tornando visíveis avanços e dificuldades para promover ações no sentido de redimensionar o ato educativo. Assim, deve ser entendida como um meio para verificação dos níveis de assimilação da aprendizagem, da formação de atitudes e do desenvolvimento de habilidades que se expressam por meio da aquisição de competências. Nesse sentido, assume um caráter diagnosticador, formativo e somativo. Essas três formas de avaliação estão intimamente vinculadas para garantir a eficiência do sistema de avaliação e a eficácia do processo ensino-aprendizagem, eliminando assim o caráter excludente do processo avaliativo.

A avaliação da aprendizagem, conforme o disposto na Resolução nº 177/12 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Universidade Federal do Piauí, a qual estabelece que o aproveitamento acadêmico é avaliado através do acompanhamento contínuo de desempenho do aluno e do resultado obtido nas verificações parciais e no exame final, expressos por nota, obedecendo a uma escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). A assiduidade é aferida através de frequência às atividades didáticas programadas para o período letivo.

A modalidade, a quantidade e a periodicidade das verificações parciais são explicitados no Plano de Ensino, de acordo com a especificidade de cada Módulo. Esse plano contendo, no mínimo, a ementa, os objetivos, conteúdo programático, procedimento de ensino, sistemática de avaliação e bibliografia, é entregue aos alunos no início de cada período letivo.

A quantidade de verificações parciais é proporcional à carga horária do Módulo, sendo, no mínimo, duas, quando a carga horária é igual ou inferior a 45 horas; três, nos módulos com carga horária entre 60 e 75 horas; quatro, quando a carga horária do Módulo é superior a 75 horas.

A aprovação nos Módulos ocorre quando o aluno obtém frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do Módulo e uma média igual ou superior a 7,0 (sete) nas verificações parciais. Caso o aluno não

consiga essa média nas verificações parciais, mas possua a frequência já citada, ele é submetido a exame final, desde que tenha uma média mínima de 4,0 (quatro). Neste caso, será aprovado se a média resultante da nota do exame final com a média das verificações parciais for igual ou superior a 6,0 (seis).

Na avaliação do estudante, cujo currículo é orientado por competência profissional, deve ser verificado o desempenho esperado para cada Módulo educacional. O docente deve avaliar como o estudante mobiliza articuladamente os recursos cognitivos, psicomotores e afetivos desenvolvidos nas atividades de ensino e aprendizagem, em situações reais ou simuladas do mundo do trabalho. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) exigem que dentro de seu âmbito profissional os graduandos de Medicina devem desenvolver competências relativas à: Atenção à saúde (individual e coletiva); Tomada de Decisões; Comunicação, Administração e Gerenciamento; e Educação Permanente.

A avaliação do estudante deve se constituir como um meio adequado para compatibilizar a responsabilidade institucional de certificar a qualificação de seus graduados com a necessária liberdade que deve ser assegurada aos estudantes, na Avaliação Baseada em Problemas (ABP), para selecionar os aspectos ou tópicos relacionados ao problema que ele se propõe a estudar. Nesta perspectiva, a proposta é que a avaliação seja formativa.

Compreendida como fonte de regulação dos processos de ensino e de aprendizagem, a avaliação formativa permite a intervenção do professor e o redirecionamento da aprendizagem em curso. Ela deve informar ao professor e ao estudante sobre o desenvolvimento da aprendizagem no decorrer das atividades acadêmicas, permitindo a localização das fragilidades e possibilitando sua correção e recuperação. Desta maneira, a avaliação formativa influi na progressão do estudante para etapas subsequentes, pois permite que o mesmo receba a prescrição do professor e recupere o conhecimento necessário ao desenvolvimento de suas competências.

A competência é inferida por meio da observação do desempenho em cada uma das tarefas propostas, organizadas e desenvolvidas em um grau crescente de domínio e autonomia ao longo do Curso. Os dois eixos transversais do Curso - Atenção Primária à Saúde e Habilidades Médicas –

sintetizam as competências, habilidades e atitudes construídas de modo integrado nos Módulos sequenciais e servirão como parâmetro avaliador de desempenho.

Com vistas à sistematização e formalização do processo de avaliação do estudante, esta deve ser realizada por meio de uma composição de documentos institucionais (instrumentos e registros) que possibilitam a observação e a análise do desempenho deste nas atividades de ensino e de aprendizagem.

Para formalizar o sistema de avaliação do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, serão utilizados instrumentos que servirão para coletar dados e registrar informações dos processos de ensino e de aprendizagem do estudante nos Módulos educacionais. Estes instrumentos serão construídos para cada processo de aprendizagem realizado nos domínios cognitivos, psicomotores e afetivos (subjetivo) com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso, tendo como referência a avaliação das competências requeridas inferidas por meio do desenvolvimento das habilidades necessárias ao cumprimento das tarefas no âmbito individual, coletivo e dos serviços de saúde, considerando seu desempenho, avaliando-as na dimensão individual e no trabalho em equipe/grupo.

Dentre estes instrumentos encontram-se exercício de Avaliação Cognitiva (AC), da Avaliação da Prática Profissional (APP), da Avaliação Baseada em Problemas (ABP), Avaliação do Desenvolvimento da Problematização (ADP); Avaliação da Atuação em Equipe e (AAE) e Portfólio Reflexivo. As informações coletadas nesses documentos contribuem para a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem, revelando as fortalezas e as áreas que necessitam de atenção e melhoria.

5.2 Avaliação do Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral tem a finalidade de indicar alternativas de ação com vistas à melhoria qualitativa do currículo e deve se

constituir em um trabalho rotineiro de análise crítica de todo o processo de desenvolvimento do Curso, observando a relação entre os princípios norteadores do Projeto Pedagógico, objetivos, perfil do egresso, competências, conteúdos, estrutura curricular, etc. Nesse sentido, algumas estratégias devem ser desenvolvidas, tais como:

- Realização de fóruns abertos de avaliação PLANEJADOS, DESDE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ppc ATÉ A SUA IMPLEMENTAÇÃO, envolvendo a comunidade acadêmica;
- Avaliação do desempenho acadêmico, semestral por meios de questionários de avaliação e autoavaliação para professores e alunos, os dados obtidos serão analisados e discutidos em seminários, sendo utilizados para corrigir as falhas detectadas;
- Realização de reuniões pedagógicas com objetivos de discutir problemas pertinentes ao currículo do Curso e somar esforços para enfrentamento dos desafios do ensino superior, na área de saúde; e,
- Avaliação do PPC após a conclusão de duas turmas (SÉTIMO E OITAVO ANO APÓS IMPLEMENTAÇÃO), em períodos consecutivos, objetivando detectar o grau de satisfação dos egressos e do mercado de trabalho com relação à otimização do currículo.

Caberá ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) planejar, organizar e coordenar ações para a implantação, desenvolvimento e avaliação desse currículo, assim como, sistematizar resultados e propor novos encaminhamentos.

Além desta avaliação do Curso e do PPC, serão realizadas a autoavaliação institucional pela UFPI e a avaliação de Cursos e o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) pelo MEC, que trarão indicadores importantes sobre a situação do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, da UFPI, e subsídios para a sua melhoria.

6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

O ementário e as bibliografias que seguem são relativos aos módulos oferecidas pelo curso de Medicina. Entretanto, no decorrer do curso em decorrência do processo avaliativo, algumas ementas, bibliografias poderão ser modificadas para adequar o currículo à realidade, assim como também alguns dos campos de atuação acadêmico do módulo optativo poderão ser ou não oferecidos e acrescentados outros. Esta decisão irá depender da avaliação do currículo feita pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e colegiado do curso.

PERÍODO I

DISCIPLINA		
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
1.0.0.0	15h	Não tem
EMENTA		
Projeto Pedagógico do Curso de Medicina. Redes locais de saúde como cenários de prática. Possibilidades de inserção do aluno em projetos de pesquisa e extensão. Mercado de trabalho.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
UFPI. Projeto Pedagógico do Curso de Medicina, 2023. UFPI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Plano de Desenvolvimento Institucional(PDI) 2020-2024 . Disponível em: https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PDI/PDI_2020_2024_UFPI_vf3.pdf . 2020. Acesso em 04/08/2023. UFPI. Resolução CEPEX nº 177/12. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí , de 05 de novembro de 2013. Disponível em: https://www.ufpi.br/images/arquivos_download/ct/Normas_Gradua%C3%A7%C3%A3o.pdf >. Acesso em: 14 de janeiro de 2025. UFPI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Guia do Calouro . 2018. Disponível em: https://ufpi.br/guia-do-calouro . Acesso em: 14 de janeiro		

de 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

UFPI. **Relatório de Autoavaliação da UFPI**, 2022. Disponível

Em:https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/2024/Relatorio_Autoavalia%C3%A7%C3%A3o_CPA_2023_FINAL.pdf Acesso em: 14 de janeiro de 2025.

UFPI. **Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão**. Resolução Nº 053/2019.

Regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Disponível em: https://prexc.ufpi.br/images/conteudo/PREXC/Legisla%C3%A7%C3%A3o/2022/Resolu%C3%A7%C3%A3o_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_obrigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ACulo_s_dos_cursos_de_graduac%C3%A3o_da_UFPI_-_07-2022.pdf. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.

UFPI. **Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão**. Resolução nº 170/2018.

Regulamenta o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX da Universidade Federal do Piauí. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/CPPEC/RESOLU%C3%87%C3%83O/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_170-2018_-_com_altera%C3%A7%C3%B5es_07-2023.pdf. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.

UFPI. **Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão**. Resolução nº 76/2015.

Regulamenta o Programa Institucional de Monitoria da Universidade Federal do Piauí. Disponível em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/caap/arquivos/files/RESOLUCAO%2076_2015.pdf. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.

UFPI. **Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão**. Resolução nº 345/2022.

Regulamenta as normas sobre a concessão de bolsas no âmbito da Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação da UFPI. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PROPESQ/Res_345_-_2022_-_Ad_Referendum_Regulamenta_as_normas_sobre_a_concess%C3%A3o_de_bolsas_no_%C3%A2mbito_da_PROPESQI.pdf. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.

DISCIPLINA		
HABILIDADES MÉDICAS I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.3.0.1	105h	Não tem
EMENTA		
Habilidades de comunicação interpessoal e grupal. Princípios básicos da relação médico-paciente. As qualidades do médico e seu compromisso com a vida. O prontuário médico. Os direitos do paciente. Noções preliminares sobre ética. O bem; a norma; a obrigação moral; a consciência moral; a responsabilidade moral (Ética). Princípios de conduta estudantil e ética médica. O estudante de medicina e as entidades médicas (Conselho Regional e Federal de Medicina, Sindicato dos médicos, Associação Médica Brasileira e suas representações regionais). A responsabilidade médica e o sigilo profissional. Introdução à consulta médica e suas fases: Anamnese (Coleta e interpretação da anamnese básica, identificação, queixa principal e duração história da doença atual, antecedentes mórbidos pessoais e familiares e a revisão dos sistemas, exame físico e hipóteses diagnósticas). Abordagem do paciente. Conhecimento dos sinais e sintomas mais comuns na prática clínica. Habilidades técnicas da higienização básica das mãos. Aferição dos sinais vitais. Verificação de índices antropométricos. Aferição capilar da glicemia. Habilidades técnicas de acesso venoso periférico. Conhecimento de conceitos básicos e as suas principais características semiológicas de modo a possibilitar a sua adequada investigação ao longo da anamnese: dor, febre, edema, perda e ganho de peso, astenias, fraqueza, tontura, vertigem, síncope, dispneia, palpitações, anemia, tosse, expectoração, cianose, icterícia, disfagia, anorexia, náuseas, vômitos, regurgitação, pirose, dispepsia, diarreia, constipação, sangramentos respiratórios, digestivos e ginecológicos, alterações urinárias e menstruais, hábitos de vida. Introdução aos principais exames bioquímicos de interesse na clínica médica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

ALMEIDA, Eros Antonio; WNADERLY, Jamiro da Silva. Semiologia Médica e as Síndromes Clínicas. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2023.

BETÔNICO, GUSTAVO NAVARRO; BETÔNICO, CAROLINA DE CASTRO ROCHA. Semiologia médica e raciocínio clínico. São Paulo: Editora dos editores, 2023.

LEITE, A.J.M. (Org.); CAPRARA, A.(Org.); COELHO FILHO, J.M(Org.). **Habilidades de comunicação com pacientes e famílias.** São Paulo: Sarvier, 2007.

PORTO, C.C. (Ed.); PORTO, A. L. (Ed.). **Semiologia Médica:** habilidades para o exame clínico. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Higienização das mãos em serviços de saúde.** Brasília:[s.n.].

HELMAN, C. G. **Cultura, saúde e doença.** Tradução de Claudia Buchweitz; Pedro M Garcez. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

MARZZOCO, A., TORRES, B. B. **Bioquímica Básica.** 3.ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 2007.

MELLO FILHO, J.; BURD, M. **Psicossomática hoje.** 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

SGRECCIA, E. **Manual de Bioética.** Tradução de Orlando Soares Moreira. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009. v.1. ISBN:978-85-15-01285-5.

SMITH, Collen. **Bioquímica Médica Básica de Marks:** uma abordagem clínica. 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2007.

STEWART, M. et al. **Medicina centrada na pessoa:** transformando o método clínico. Tradução de Anelise Teixeira Burmeister. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

SWARTZ, MARK H. **Tratado de semiologia médica: história e exame clínico.** 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS BIOLÓGICOS I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
10.4.0.2	240h	Não tem
EMENTA		
Locomoção: Embriogênese dos ossos e cartilagens. Características gerais microscópicas (histologia) do Tecido Ósseo, Articular e Muscular. Introdução ao Estudo da Anatomia. Terminologia Anatômica. Posição anatômica. Planos e eixos anatômicos. Anatomia do Sistema Esquelético. Elementos descritivos de todos os ossos do esqueleto axial e apendicular. Anatomia do Sistema Articular. Tipos e características das Juntas. Principais movimentos corporais. Anatomia do Sistema Muscular. Tipos de Músculos. Classificação Morfológica e Funcional dos Músculos. Descrição dos grupos musculares da cabeça, pescoço, tórax, abdome, dorso, membro superior e inferior. Origem e inserção muscular. Anatomia funcional dos músculos. Fisiologia: Bioeletrogênese e Estrutura de Membrana Transporte, Potenciais eletroquímicos na célula, Potencial de ação, Transmissão Sináptica e Contração Muscular. Imagens do aparelho locomotor. Concepção e formação do ser humano: Estrutura e função dos componentes celulares. Morfofisiologia do sistema reprodutor (masculino e feminino). Concepções culturais de anatomia e fisiologia relacionadas ao ciclo reprodutivo e sexual. Divisão celular (mitose e meiose). Gametogênese. Eixo hipotálamo-hipófise-gônada. Ciclo ovariano e menstrual. Desenvolvimento inicial do ser humano: fertilização, clivagem, implantação, formação e destinos das camadas germinativas embrionárias, dobramento do embrião, morfogênese e organogênese inicial até a oitava semana do desenvolvimento embrionário, períodos embrionário e fetal. Anexos embrionários. Gravidez gemelar: tipos de gêmeos. Teratógenos. Metabolismo: Anatomia, histologia e fisiologia do sistema digestório e glândulas anexas. Fisiologia da digestão (degradação e absorção de carboidratos, lipídeos e proteínas). Estrutura e características dos carboidratos, lipídeos e compostos nitrogenados. Biossíntese dos ácidos graxos (cofatores necessários, enzimas responsáveis, fonte de NADPH, lipogênese – ação da insulina e glucagon, dislipidemias); cetogênese (importância		

clínica, oxidação do ácido graxo, enzimas responsáveis para a beta oxidação, corpos cetônicos, produção de ATP, reações de beta oxidação); glicólise (aeróbica e anaeróbica, enzimas reguladoras, produto final do metabolismo na aerobiose e anaerobiose, quantidade de ATP produzidos na glicólise e pelo NAD). Integração do metabolismo aos aspectos clínicos da bioquímica. Ciclo do ácido cítrico. Cadeia transportadora de elétrons. Ciclo de Cori. Glicemia normal e alterada, dosagem de glicose pelo método de leitura rápida. Perfil lipídico normal e alterado, coleta de sangue e dosagem de colesterol e triglicerídeos. Diabetes mellitus (conceito, tipos, fatores desencadeantes, resistência à insulina, sintomas, diagnóstico e tratamento). Programa Hiperdia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DALLEY, Arthur F.; AGUR, Anne M. R. **Moore Anatomia orientada para a clínica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.

GARCIA, Ana Lúcia Rampazzo et al. **Bioquímica Clínica**. 3 ed. Atheneu, 2022.

GUYTON, A. C.; HALL, J.E. **Tratado de Fisiologia Médica**. Elsevier. 14. ed. 2021.

NETTER, Frank H. N. **Atlas de Anatomia Humana: Abordagem Topográfica Clássica**. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2024.

ROSS, M. H.; PAWLINA, W. **Histologia: texto e atlas: em correlação com biologia celular e molecular**. 8. ed. Guanabara Koogan, 2021.

SADLER, T.W. **Langman Embriologia médica**. 14. ed. Guanabara Koogan, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAMS, Peter H. **Atlas clínico de anatomia humana**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BAYNES, J. DOMINICZAK, M. H. **Bioquímica Médica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BURTIS, C. A., ASHWOOD, E. R. & BRUNS, D. Tietz. **Fundamentos de Química Clínica**. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DANGELO, José Geraldo. **Anatomia humana sistêmica e segmentar**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.

GARDNER, E. G.; DONALD J. O.; RAHILLY, R. **Anatomia Estudo Regional do**

Corpo Humano: Métodos de Dissecção. 23. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

GUYTON, A.C.; HALL, J.E. **Perguntas e Respostas em Fisiologia.** Rio de Janeiro, GuanabaraKoogan, 2009.

MARZZOCO, A., TORRES, B. B. **Bioquímica Básica.** 3.ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 2007.

MOORE, K. L; DALLEY, A. F.; AGUR, A. M. R. **Anatomia Orientada para a Clínica.** 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.

NELSON, D.L., COX, M.M. Lehninger. **Princípios de Bioquímica.** 5.ed. São Paulo ARTMED, 2011. 1.273p.

SMITH, Collen. **Bioquímica Médica Básica de Marks:** uma abordagem clínica.2. ed. PortoAlegre: Artmed. 2007.

TORTORA, G. J.; DERRICKSON, B. **Corpo Humano:** fundamentos de anatomia e fisiologia. 8.ed. São Paulo, Editora Artmed, 2012.

VOET, D.;VOET, J.G.; PRATT, C.W. **Fundamentos de Bioquímica.** 4 ed. Porto Alegre: Artmed,2014.

DISCIPLINA		
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.2	90h	Não tem
EMENTA		
Determinação social da saúde. A emergência da prática médica: aspectos teóricos e históricos. Sujeitos e as Práticas de Saúde. A complexidade da atenção e saúde comunitária. Elemento de Pesquisa em atenção básica. A situação de saúde. modelo assistencial, regionalização e municipalização de saúde, níveis de assistência. Sistemas de Saúde.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIA DE SAÚDE. Atenção Primária e Promoção da Saúde, Brasília: CONASS, 2011(coleção para entender a gestão do SUS 2011).		

CAMPOS, G. W.S. **Tratado de saúde coletiva**. 2. ed. revista e aumentada. São Paulo: Hucitec, 2017.

DUNCAN, Bruce B. (coord.) *et al.* **Medicina ambulatorial 1 & 2**: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

Nilton Pereira Júnior & Gastão Wagner de Sousa Campos. **Políticas públicas e gestão hospitalar**: evidências e experiências do SUS. São Paulo: Hucitec, 2022.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. **História da saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACOSTA AR, VITAL E FMA, (Org). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 5. ed. Cortez: São Paulo, 2010.

BERTOLLI FILHO, C. **História da saúde pública no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2011.

BRASIL. **CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIA DE SAÚDE**. Vigilância em Saúde, Brasília: CONASS, 2011 (coleção para entender a gestão do SUS 2011).

CORTES S.V (org). **Participação e saúde no Brasil**. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2009.

MERHY, E.E. **A saúde pública como política**: um estudo de formuladores de políticas. São Paulo: Hucitec, 1992.

MARTINS CM, STAUFFER AB. **Educação em saúde**. FIOCRUZ/Escola Politécnica Joaquim Venâncio. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2007.

DISCIPLINA		
ABORDAGEM EM CUIDADOS PALIATIVOS		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.1.0.1	605h	Não tem
EMENTA		
Origem, evolução histórica e filosófica dos cuidados paliativos. Processo de trabalho, trabalho interdisciplinar e atendimento humanizado em cuidados paliativos. Avaliação do paciente em cuidados paliativos. Abordagem aos cuidados paliativos na perspectiva da clínica ampliada. Controle farmacológico e não farmacológico dos sintomas em cuidados paliativos. Tecnologias em saúde e o seu		

uso em cuidados paliativos. Atitudes diante do processo da morte e do morrer sob diferentes perspectivas: científica, cultural, filosófica, religiosa e espiritual. Morte, morrer, luto e família.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPONERO, R.; BIFULCO, V. A. **Cuidados paliativos**: conversas sobre a vida e a morte na saúde. São Paulo: Manole, 2015.

CARVALHO, R.; PARSONS, H. **Manual de Cuidados Paliativos**. 2. ed. São Paulo: Academia Nacional de Cuidados Paliativos, 2012.

FERREIRA, G.; MENDONÇA, G. **Cuidados Paliativos** - Guia de Bolso. 1. ed. São Paulo: Academia Nacional de Cuidados Paliativos, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **A avaliação do paciente em cuidados paliativos**. Rio de Janeiro: INCA, 2022.

D'ALESSANDRO, M.P.S. *et al.* **Manual de Cuidados Paliativos**. São Paulo: Hospital Sírio-libanês, Ministério da Saúde, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, M.F.; SOARES, J.C. Livre como uma borboleta: simbologia e cuidado paliativo. **Rev. bras. geriatr. Gerontol.**, v. 18, n. 3, p. 631-641, 2015.

KUBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CHACON NETO, O.H. **Dor e Cuidados Paliativos**. São Paulo: Manole, 2024.

SANTOS, F.S. **Cuidados paliativos**: diretrizes, humanização e alívio dos sintomas. São Paulo: Atheneu, 2011.

PERÍODO II

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS BIOLÓGICOS II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)

4.2.0.1	105h	BASES DOS PROCESSOS BIOLÓGICOS I
EMENTA		
Módulo Funções Biológicas: Anatomia, histologia e fisiologia dos sistemas cardiovascular, respiratório e renal. Canais iônicos; bioeletrogênese; Membrana plasmática; permeabilidade celular; pressão osmótica; músculo estriado cardíaco: miofilamentos, miofibrilas e junções celulares. Regulação nervosa dos sistemas circulatório, respiratório e renal; contração muscular; músculo esquelético, músculo liso e músculo cardíaco; sistema cardiovascular; hemodinâmica da circulação; bioeletrogênese cardíaca; ciclo cardíaco; curva pressão/volume; pressões no sistema cardiovascular; regulação da pressão arterial; débito cardíaco, retorno venoso e trabalho cardíaco; microcirculação e trocas entre os tecidos; sistema respiratório; mecânica respiratória; transporte de gases; regulação da respiração; sistema renal; características morfofuncionais dos rins; filtração glomerular e clearance; reabsorção e secreção tubular; papel dos rins no controle da pressão arterial; regulação da osmolaridade da urina; mecanismo de contracorrente; sistema renina-angiotensina; micção e diurese; mecânica respiratória; transporte de gases; regulação da respiração: acidose e alcalose respiratória. Princípios gerais da ação dos fármacos: farmacocinética e farmacodinâmica; fármacos que interferem no funcionamento dos sistemas cardiovascular, respiratório e renal.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
AMARAL Deborah; TRISTÃO, Adriana Rodrigues. Citologia, Histologia e Embriologia facilitadas em forma de exercícios. São Paulo, Rona Editora, 2022. DALLEY, Arthur F.; AGUR, Anne M. R. Anatomia orientada para a clínica. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024. JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. Histologia Básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023. MOORE, Keith; PERSAUD, T.V.N. ; TORCHIA, Mark. Embriologia Clínica. 11 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. Princípios de Anatomia e Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Friedrich Paulsen; Jens Waschke. Sobotta Atlas de Anatomia Humana. 25 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023. YOUNG, B; LOWE, J. S. ;STEVENS, A; HEATH, J. W.W. Histologia Funcional: Texto e Atlas em Cores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. ZORZETTO, N. L. Curso de Anatomia Humana. 9. ed. Presidente Prudente: Cientbook, 2014.

DISCIPLINA		
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.2	90h	ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE I
EMENTA		
Atenção Primária à Saúde: aspectos históricos e conceituais. A organização dos sistemas de saúde e os níveis de atenção. Princípios e organização da APS. A APS no Brasil: os serviços de saúde e níveis de promoção da saúde.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
AVIGO, Deoclecio; OLIVEIRA, Aline de Souza; VALLADÃO JÚNIOR, José Benedito Ramos. Manual de Condutas em Atenção Primária à Saúde. São Paulo: Atheneu, 2022. BRASIL. CONASS. Atenção Primária e Promoção de Saúde (Coleção para entender a gestão do SUS, Brasília: MS, 2011. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de atenção básica. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. MANDIA, Tatiana Milla Mandia; VALLADÃO JÚNIOR, José Benedito Ramos; WALCH, Renato. Urgências e emergências na atenção primária - atendimento pré-hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2021. STARFIELD. B. Atenção Primária em Saúde: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologias. UNESCO/MINISTÉRIO DA SAÚDE, Brasília 2002.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CARDOSO, Angélica de Oliveira; EIZERIK, Débora Chedid; DETTMER, Débora. Contextos e Condutas em Atenção Primária à Saúde . São Paulo: EdIPURCS, 2019.
GIOVANELLA, Lígia; MENDONÇA, Maria Helena Magalhães; GONDIM, Roberta; MATTA, Gustavo Corrêa. Atenção primária à saúde no Brasil conceitos, práticas e pesquisa . Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2018.
MENDES, E.V. As redes de atenção à saúde . Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.
VASCONCELOS E.M.; PRADO, E.V. A Saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde . HUCITEC: São Paulo, 2017.
CAMPOS, G.W.S; GUERRERO, A.V.P. (Org.). Manual de Práticas de atenção básica: saúde ampliada e compartilhada . São Paulo: Hucitec, 2013.

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS DE AGRESSÃO, DEFESA E PROTEÇÃO I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.4.0.1	105h	HABILIDADES MÉDICAS I
EMENTA		
Anatomia e Histologia do Sistema Imune; Células Sanguíneas do Sistema Imune; Complexo Principal de Histocompatibilidade; Citocinas; Sistema Complemento; Anticorpos; Vacinação; Soroterapia; Estrutura geral das bactérias, tipos morfológicos e mecanismos de virulência; Antibióticos; Mecanismos de resistência aos antibióticos; <i>Mycobacterium tuberculosis</i> e tuberculose; <i>Mycobacterium leprae</i> e hanseníase; <i>Neisseria gonorrhoea</i> e gonorreia; <i>Treponema pallidum</i> e sífilis; Estrutura e replicação viral; HIV e AIDS; HPV e condiloma acuminado; Virose transmitidas por <i>Aedes aegypti</i> (Dengue, Zika e Chikungunya); Estrutura e reprodução dos fungos; Métodos para o diagnóstico de micoses; Antimicóticos; <i>Candida albicans</i> e candidíase; Estrutura e biologia dos Protozoários; <i>Giardia lamblia</i> e giardíase; <i>Entamoeba</i> sp. e amebíase; <i>Trichomonas vaginalis</i> e tricomoníase; <i>Leishmania</i> sp. e leishmanioses; <i>Trypanosoma cruzi</i> e Doença de		

Chagas; *Plasmodium* sp. e Malária; *Toxoplasma gondii* e Toxoplasmose; Características gerais dos helmintos (Filo Nematoda, Classe Cestoda, Classe Trematoda); *Schistosoma mansoni* e esquistossomose; *Taenia* sp. e teníase/cisticercose; Nematódeos de importância médica (*Ascaris lumbricoides*, ancilostomídeos, *Trichuris trichiura*, *Strongyloides stercoralis* e *Wuchereria bancrofti*); Métodos de diagnóstico de infecções helmínticas; Antihelmínticos; Entomologia médica (moscas e miíases; triatomíneos; culicídeos; flebotomíneos; pulgas e piolhos; ácaros e carrapatos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARCHANJO, Anderson Barros; BORÇOI, Aline Ribeiro; MENDES, Suzanny Oliveira. Avanços metodológicos em biologia molecular e biotecnologia. São Paulo; Editora Athena, 2021.

CARNEIRO, J.; JUNQUEIRA, L. C. **Biologia Celular e Molecular**. 10. ed. Guanabara Koogan, 2023.

DI ROBERTIS, E. **Bases da biologia Celular e Molecular**. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.

GARCIA, Eduardo A.C. **Biofísica**. 2 ed. São Paulo: Editora Sarvier, 2015.

SOUZA, Rogerio Fernandes. Práticas de genética, biologia molecular, biotecnologia e evolução. Paraná: Editora Edue, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DURAN, J.H.R. **Biofísica: conceitos e aplicações**. 2 ed. Pearson, 2011.

EÇA, LP. et al. **Biologia Molecular**. Guia prático e didático. Rio de Janeiro, Revinter, 2004.

FARAH, SB. **DNA - Segredos e Mistérios**. 2 ed. São Paulo, Editora Sarvier, 2007.

GARTNER, Leslie P. **Tratado de Histologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

HENEINE, I. F. Biofísica Básica. São Paulo: Atheneu YOUNG, B; LOWE, J. S.; STEVENS, A; HEALTH, J. W. Wheater. **Histologia Funcional: Texto e Atlas em Cores**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

KAMOUN. **Bioquímica e Biologia Molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,

2006.

LIMA, J.J.P.; BOTELHO, M.F. **Biofísica Médica: Exercícios Práticos**. Imprensa, Universitária, 2010.

MALECINSKI, GM. **Fundamentos de Biologia Molecular**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DISCIPLINA		
HABILIDADES MÉDICAS II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.3.0.1	105h	Habilidades Médicas I
EMENTA		
Aperfeiçoamento da relação médico-paciente e fundamentos de ética A técnica da anamnese abrangente. Exame físico: abordagem e visão geral. Método para um exame Físico minucioso. Equipamentos para exame físico. Exame físico específico com a propedêutica específica de cada órgão e sistema. Método de raciocínio clínico. Exames bioquímicos de interesse na clínica médica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
HANS, Jons. Técnica, Medicina e Ética: Sobre a Prática do Princípio Responsabilidade . São Paulo: Paulus Editora, 2013. LÓPEZ, M, LAURENTYS-MEDEIROS, J. Semiologia Médica: As bases do diagnóstico clínico . 6. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2009. PORTO, C.C. (Ed.); PORTO, A.L.(Ed.). Semiologia médica: habilidades para o exame clínico . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. ROCCO, José Rodolfo. Semiologia médica . 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. THALER, Malcolm S. Diagnóstico diferencial no eletrocardiograma . São Paulo: Artmed, 2023.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BURTIS, CARL A; ASHWOOD, EDWARD R; BRUNS, DAVID E. TIETZ. Fundamentos de química clínica . Tradutor et al: Alexandre Vianna Aldighieri Soares et al. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA. Resolução Conselho Federal de Medicina nº		

1246/88.

FRIEDMANN, A.A.; GRINDLER, J.; OLIVEIRA, C.A.R. **Diagnóstico diferencial no eletrocardiograma**. São Paulo: Manole, 2007.

LEITE, A.J.M.; CAPRARA, A.; COELHO FILHO, J.M. (ORGs.). **Habilidades de comunicação com pacientes e famílias**. São Paulo: Sarvier, 2007.

HARTMANN, H.R. **Lições de estética filosófica**: uma pedagogia da sensibilidade e expressão. Londrina: Ed. UEL, 2001.

RUBIN, EMANUEL (Ed.). **Rubin patologia**: bases clinicopatológicas da medicina. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

SGRECCIA, E. **Manual de bioética**: aspectos médico-sociais. São Paulo: Loyola, 2009.

SWARTZ, MARK H. **Tratado de semiologia médica**: história e exame clínico. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.0.0.1	45 h	Não tem
EMENTA		
História da ciência, ciência e sociedade, métodos científicos, caracterização e instrumentalização: leitura, documentação, trabalho científico. Pesquisa em saúde. Metodologia da pesquisa científica: elaboração de projetos de pesquisa e artigos científicos. Testes e Medidas em pesquisa em saúde: medidas de tendência central e de dispersão; noções de probabilidade; distribuição normal; binominal; qui-quadrado; associações; intervalo de confiança. Levantamento de dados; formas de apresentação de dados Habilidades de utilização e navegação de ambientes virtuais: bases de dados científicos nacionais e internacionais. Aspectos éticos e legislação em pesquisa com seres humanos. Plataforma lattes e a Plataforma Brasil.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
GARCIA, Márcia C. Estatística, bioestatística e sistemas de informação em saúde . São Paulo: Editora SENAC, 2024.		

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2022.

MARTINEZ, Edson Zangiacomi. **Bioestatística para os cursos de graduação da área da saúde**. São Paulo: Editora Blucher, 2021.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. Cortez, 2018.

VIEIRA, S. **Bioestatística: tópicos avançados**. 5.ed. Elsevier, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência**. Filosofia e Prática da Pesquisa. Penso, 2011.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1999.

DALY, Leslie. **Interpretação e Aplicações da Estatística em Medicina**. Rio de Janeiro: Instituto Piaget, 2007.

LEÃO, Lourdes Meireles. **Metodologia do estudo e pesquisa**: Facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019

MARCONI, MA; LAKATOS, E.M. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, M. C. De Souza & Outro (org). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

PAULA, Marlúbia Corrêa de; RAMOS, Maurivan Güntzel; LIMA, Valderez Marina do Rosário. **Métodos de Análise em Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2022.

PERÍODO III

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS BIOLÓGICOS III		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
4.2.0.1	105h	Não tem
EMENTA		
Módulo Nascimento, crescimento e desenvolvimento: ciclo gestatório: modificações no organismo materno, idade gestacional e data da provável do parto, estática fetal.		

Mecanismo do parto: contratilidade uterina, parto, indução do parto, analgesia e anestesia, puerpério e lactação. Tipos de gravidez. Anatomia do parto. Fármacos utilizados no parto. Marcos de desenvolvimento neuropsicomotor de 0 à 2 anos. Módulo Percepção, consciência e emoção: Anatomia, histologia e fisiologia do sistema nervoso central e periférico; Sinapses elétricas e químicas; Bases funcionais da propriocepção e sentidos especiais. Conceitos básicos da neurociência. Ciclo sono-vigília. Neurobiologia da emoção e cognição. Teorias fisiológicas das emoções. Influência das drogas nos estados de percepção e consciência. Mecanismos básicos da dependência química. Adicção e etilismo. Relação entre patologias e anormalidades sensoriais. Métodos de avaliação das funções cerebrais (eletroencefalograma, polissonografia e imagenologia).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H.; PILLAI, Shivi. Imunologia Celular e Molecular. Rio Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.

BERNE, M.R. ; LEVY, M.N. **Fundamentos de Fisiologia**. 4. ed. Rio Janeiro: Elsevier, 2008.

KOPPEN, BRUCE M.; STANTON, BRUCE A. **Fisiologia**. 7 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2018.

TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. **Princípios de Anatomia e Fisiologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.

VOLTARELLI, J.C.; DONADI, E.A. **Imunologia Clínica na Prática Médica**. ATHENEU, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONSTANZO, L.S. **Fisiologia**. Rio Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

DE ROBERTIS, E.D.P. **Bases da Biologia Celular e Molecular**. 2. ed. Rio de Janeiro:Guanabara Koogan, 2003.

DOAN, T.; MELVOLD, R.; VISELLI, S.; WALTENBAUGH, C. **Imunologia Ilustrada**. Porto Alegre:Artmed, 2008.

GUYTON, A.C.; HALL, J.E. **Perguntas e Respostas em Fisiologia**. 3.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2017.

JANEWAY, C. A.; TRAVERS, P.; WALPORT, M.; CAPRA, J.D.: **Imunobiologia: O sistema imunológico na saúde e na doença**. 7. ed. Porto Alegre, Artmed, 2010.

PANTHON, H. D. **Textbook of Fisiology**. 21. ed. Philadelphia: Sauders, 2000.
 PARSLow, T.G.; STITES, D.; TERR, A.I.; IMBODEN, J.B. **Imunologia Médica**.
 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS DE AGRESSÃO DEFESA E PROTEÇÃO II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
4.2.0.1	105h	Não tem
EMENTA		
Hereditariedade, Carcinogênese. Mutações. Oncogenes. Genes supressores de tumor. Ciclo celular. Regulação celular. Morte celular. Angiogênese. Metástases. Estadiamento, prevenção, <i>screening</i> e princípios de tratamento oncológico. Complicações do tratamento oncológico. Neoplasias prevalentes: mama, próstata, colo de útero, cólon e pulmão. Imunologia tumoral. Técnicas de biologia molecular.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ALTERTHUM, F. Microbiologia . 7. ed. São Paulo: Atheneu, 2024. LACAZ, C. S.; MARTINS, J. E. Micologia Médica . 8. ed. São Paulo: Sarvier, 2022. MURRAY, P. R. ROSENTHAL, K. S. Microbiologia Médica . 9.ed. Guanabara Koogan, 2023. NEVES, D. P.; MELO, Alan Lane de.; LINARDI, Pedro Marcos. Parasitologia Humana . 14. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2022. TORTORA, G.J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia . 14. ed. São Paulo: Artmed, 2025.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CASE, C.L.; FUNKE, B.R.; TORTORA, G.J. Microbiologia . 12. ed. São Paulo: Artmed, 2017. FERREIRA, Marcelo Urbano. Parasitologia Contemporânea . 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. MURRAY, Patrick R. Microbiologia Médica Básica . 3 ed. Editora Atheneu, 2018. NEVES, David Pereira; BITTENCOURT NETO, João Batista. Atlas didático de		

parasitologia. 3 ed. Editora Atheneu, 2019.

REY, Luis. **Bases da Parasitologia Médica.** 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo; GOMES, Andréia Patrícia; SANTOS, Sávio; SANTANA, Luiz Alberto. **Parasitologia:** Fundamentos e Prática Clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

VERONESI, R. **Tratado de Infectologia.** 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.

DISCIPLINA		
HABILIDADES MÉDICAS III		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.3.0.1	105h	Não tem
EMENTA		
Aspectos gerais da fisiopatologia dos sistemas muscular esquelético, tegumentar cardiovascular, respiratório, digestório, endócrino, genito-urinário, sistema nervoso autônomo e somático, hematopoético, imunológico, locomotor, nervoso e o exame psiquiátrico correlacionando seus sinais e sintomas (exame clínico). Coleta e interpretação da anamnese básica, identificação, queixa principal, história da doença atual, antecedentes e revisão dos sistemas. Realização sistematizada do exame físico geral e dos sistemas. Técnicas da relação médico-paciente. Conhecimento dos sinais e sintomas mais comuns na prática clínica. Noções de exame complementares, através da realização e interpretação do eletrocardiograma, hemograma, sumário de urina, oximetria de pulso e gasometria. Procedimentos básicos: sondagem transuretral, injeções e suturas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CORREA, Aida Lopes Sirotheau; THOLLIUS, Beatriz Siems; MONTEIRO, Bruna Nogueira et al. Clínica médica: manual do estudante de medicina - Exame físico. São Paulo: Editora Atheneu, 2023. DUNCAN, Bruce B. (coord.) et al. Medicina ambulatorial 1 & 2: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. LAURENTYS-MEDEIROS, J.; LÓPEZ, M. Semiologia Médica - As bases do diagnóstico clínico. 5.ed. São Paulo: Revinter, 2015.		

LOPEZ, Mario; MEDEIROS, J. Laurentys. **Semiologia Médica: As Bases do Diagnóstico Clínico**. 5 ed. Thieme Revinter, 2015.

PORTO, C.S; **Semiologia Médica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BATES, B. Propedêutica Médica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. CAMPERO, Walter E. Hinojosa. Fisiopatologia Clínica. 5. ed. São Paulo: Grupo Guia, 2004. BRANCO, R.F.G. A Relação com o paciente. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. MARTINS, Milton de Arruda; QUINTINO, Carla Romagnolli. Semiologia clínica. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2021. NORRIS, Tommie. Porth – Fisiopatologia. 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. ROCCO, José Rodolfo. Semiologia médica. 2 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2022.

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.0.0.1	45h	Bases dos Processos Psicosociais I
EMENTA		
Ciência e sociedade. O humano entre unidade biológica e diversidade cultural e as relações étnico-raciais. Princípios gerais de antropologia da saúde: a construção social do corpo, da enfermidade e das estratégias terapêuticas. Técnicas e modalidades de registro de leituras e produção de trabalhos científicos. A universidade e a produção de conhecimentos na pesquisa em saúde.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BALINT, M. O médico, seu paciente e a doença . Rio de Janeiro: Atheneu, 2001. BOLTANSKI, L. As classes sociais e o corpo . Rio de Janeiro: Paz e Terra,		

2008. CANGUILHEM, G. O normal e o patológico . 7. ed. Rio de Janeiro: Editora ForenseUniversitária, 2024.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CANGUILHEM, G. Escritos sobre a medicina . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. CHAUÍ, M. Convite à Filosofia . 14 ed. São Paulo: Ática, 2019. FLAUZINO, Candido Jeronimo. O médico e a morte : contribuições da psicologia fenomenológica. São Paulo: Editora APPRIS, 2020. STAKE, R.E. Pesquisa Qualitativa : Estudando como as Coisas Funcionam. Penso, 2016.

DISCIPLINA		
BASES DA PRÁTICA MÉDICA I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.1.0.1	60h	Não tem
EMENTA		
Introdução ao estudo da Farmacologia. Vias de introdução de fármacos. Farmacocinética. Farmacodinâmica. Relação dose-resposta. Farmacologia do sistema nervoso autonômico, periférico e central. Fundamentos da técnica cirúrgica, da anestesiologia, da metabologia e dos processos patológicos gerais em pacientes cirúrgicos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
AULER Jr, COSTA José Otávio e MIYOSHI, Érika. Manual teórico de anestesiologia para o aluno de graduação. Livraria: Atheneu. 2001. FERRAZ, Álvaro Antonio Bandeira, FERRAZ, Edmundo Machado. Bases da Técnica Cirúrgica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005 BARASH, P.G., et al. Manual de Anestesiologia Clínica : São Paulo: McGraw-Hill Interamericana, 2014. GOLFF, F.S. Técnica Cirúrgica : Bases Anatômicas, Fisiopatológicas e Técnica Cirúrgica. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2007. HARDMAN, J.G.; LIMBIRD, L.E. (Ed.). Goodman & Gilman. As Bases		

Farmacológicas daTerapêutica. 13. ed., Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2018.
TOWNSEND, Courtney M.; BEAUCHAMP, R. Daniel; EVERS, B. Mark et al.
Tratado de Cirurgia: A Base Biológica da Pratica Cirúrgica Moderna. 21 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRETO, Priscila. **Nutrição enteral e parenteral na prática clínica.** Rio de Janeiro: Editora Manole, 2023.

FINKEL, R.; CUBEDDU, L.X.; CLARK, M.A. **Farmacologia Ilustrada.** 6. ed. Porto Alegre:Artmed, 2016.

FUNCHS, F.D.; WANNMACHER, I. **Farmacologia Clínica.** Fundamentos de Terapêutica Racional. 5. ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2017.

GOLAN, David E.; TASHJIAN, Armen H.; ARMSTRONG Ehrin J.; ARMSTRONG, April W. **Princípios de Farmacologia.** A Base Fisiopatológica da Farmacoterapia. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

KNOBEL, E. **Condutas no paciente grave.** 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2016.

PITREZ, F.A.B.; PIONER, S.R. **Pré e Pós-operatório em cirurgia especializada.** 2. ed. PortoAlegre: Artmed, 2009.

TAVARES, W. **Manual de Antibióticos e Quimioterápicos Anti-infecciosos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2009.

TOWNSEND, C.M.; BEAUCHAMP, M.P.; et al. **Tratado de Cirurgia:** A Base Biológica da Prática Cirúrgica Moderna. 20. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

SILVA, P. **Farmacologia.** 8 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2010.

DISCIPLINA		
ATENÇÃO PRIMARIA À SAÚDE III		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.2	90h	Não tem
EMENTA		
Noções de planejamento em saúde. Avaliação e monitoramento da gestão do SUS. Gestão Participativa em Saúde. Importância do controle social - Conselhos de		

Saúde. Fenômenos ambientais que afetam a saúde dos seres humanos: determinantes físico-químicos, biológicas e sociais. Vigilância em saúde ambiental no nível local do território.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Aline dos Santos; ROMANI-DIAS, Marcello; ALBUQUERQUE, Nina. Gestão Estratégica de Serviços. São Paulo: Freitas Bastos, 2023.
CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2023.

CRUZ, Tadeu. Manual de Planejamento Estratégico: Ferramentas Para Desenvolver, Executar e Aplicar. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

TEIXEIRA, Sonia Fleury. Reforma sanitária: em busca de uma teoria. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

VECINA NETO, Gonzalo; **MALIK, Ana Maria. Gestão em Saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AVILA-PIRES, FERNANDO DIAS DE. **Princípios de ecologia médica**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Atenção Básica em Saúde**. Brasília, 2006.

CORTES, S. M. V (ORG). **Participação em saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

DAMAZIO, L. **Desafios da gestão estratégica em serviços de saúde: caminhos e perspectivas**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2012.

MINAYO, M..C. S. ; MIRANDA, A.C. **Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

PEDROSA, J. I. S., PEREIRA, E. D. S. Atenção básica e o controle social em saúde: um diálogo possível e necessário. **Revista Brasileira de Saúde da Família** (Brasília), v.VIII, p.7- 22, 2007.

PAIM, J.S. **Reforma sanitária brasileira: contribuição para sua compreensão e crítica**. EDUFBA/FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2008.

PHILIPPI JR., **Saneamento, Saúde e Meio Ambiente: Fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo. Ed. Manole, 2005.

PERIODO IV

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS DE AGRESSÃO DEFESA E PROTEÇÃO III		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.3.0.1	105h	Não tem
EMENTA		
Fisiopatologia, epidemiologia e diagnóstico de: Infecções de vias aéreas superiores; Estafilococcias e Estreptococcias; Infecção do Trato Urinário; Pneumonia Adquirida na Comunidade (PAC); Meningite e Meningoencefalite aguda; Febre Amarela; Leptospirose; Endocardite bacteriana; Febre reumática; Mononucleose infecciosa e síndrome monolike; Tétano; Febre tifoide; Doenças exantemáticas: Sarampo; Rubéola; Herpes; Varicela; Citomegalovírus. Particularidades anatômicas do recém-nascido. Crescimento intrauterino. Fisiologia da amamentação. Fisiologia do crescimento. Fisiologia da gravidez e hormônios placentários. Fisiologia do parto. Fisiologia fetal. Metabolismo das bilirrubinas. Imunização e vacinação da criança. Crescimento e desenvolvimento até 2 anos de idade. Infecções congênitas. Assistência na sala de parto.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
GRIFFITHS, Anthony J. F.; DOEBLEY, John; PEICHEL, Catherine et al. Introdução à Genética. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. KATZUNG, Bertram G.; VANDERAH, Todd W. Farmacologia Básica e Clínica. 15. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2022. KUMAR, V. Robbins; ABBAS, A.K.; ASTER, Jon C. Patologia: Bases Patológicas das doenças. 10. ed. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2023. SCHAEFER, G. Bradley; THOMPSON JÚNIOR, James; VARGAS, Andréia Escosteguy; GIUGLIANI, Roberto. Genética Médica: Uma Abordagem Integrada. São Paulo: AMGH, 2015. THOMPSON, M. W. Genética Médica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

HAMMER, Gary D. Hammer; MCPHEE, Stephen J.; SELIGMAN, Renato et al.; **Fisiopatologia da Doença: Uma Introdução à Medicina Clínica.** 7 ed. São Paulo: AMGH, 2015.

COTTRAN, R.S.; KUMARVINAY, R.S. Robbins. **Patologia Estrutural e Funcional.** 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

FARIA, J.L. **Patologia geral fundamentos das doenças com aplicações clínicas.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

GELEHRTER, THOMAS D; COLLINS, FRANCIS S. **Fundamentos da Genética Médica.** 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

KUMAR, V.; COTRAN, R.S. & KUMAR, V. **Patologia básica.** 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

NUSSBAUM, R. MCINNES, R.R. WILLARD, H.F. Thompson & Thompson: **Genética médica.** 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

ROBBINS, S. L. **Fundamentos de Robbins: patologia estrutural e funcional.** 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

RUBIN, Emanuel (Ed.). **Robbins patologia: bases clínico-patológicas da medicina.** 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

bDISCIPLINA		
BASES DA PRÁTICA MÉDICA II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.3.0.1	105h	Não tem
EMENTA		
Fundamentos da técnica cirúrgica, da anestesiologia, da metabologia e dos processos patológicos gerais em pacientes cirúrgicos, assim como da fisiologia patológica do trauma operatório e dos cuidados pré e pós operatórios. Generalidades sobre tumores. Farmacologia dos sistemas cardio-vascular, respiratório, gênito-urinário, digestório. Farmacologia dermatológica. Farmacologia da inflamação e da dor. Quimioterápicos antibacterianos, antifúngicos e antivirais. Fisiologia patológica do trauma operatório e dos cuidados pré e pós-operatórios. Generalidades sobre tumores.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BARASH, P.G., et al. Manual de Anestesiologia Clínica. 7. ed. São Paulo: Artmed, 2014. CULLEN, Bruce F.; STOCK, M. Christine. Anestesia clínica. Espanha: Lippincott Williams & Wilkins, 2018. GOLFF, F.S. Técnica Cirúrgica: Bases Anatômicas, Fisiopatológicas e Técnica Cirúrgica. 4.ed. São Paulo: Atheneu, 2004. HARDMAN, J.G.; LIMBIRD, L.E. (Ed.). Goodman & Gilman. As Bases Farmacológicas daTerapêutica. 13 ed. Rio de Janeiro: AMGH, 2018. TOWNSEND, C.M.; BEAUCHAMP, M.P.; et al. (SABISTON). Tratado de Cirurgia: A Base Biológica da Prática Cirúrgica Moderna. 20. ed. Rio de Janeiro: ElsevierLtda, 2019.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
DEF. DICIONÁRIOS DE ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS. 39. ed. Rio de Janeiro: Publicações Médicas Ltda, 2015/2016. FINKEL, R.; CUBEDDU, L.X.; CLARK, M.A. Farmacologia Ilustrada. 4. ed. Porto Alegre:Artmed, 2010. FUNCS, F.D.; WANNMACHER, I. Farmacologia Clínica. Fundamentos de Terapêutica Racional. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. GOLAN D, TASHJIAN A, ARMSTRONG E, ARMSTRONG A. Princípios de Farmacologia: A Base Fisiopatológica da Farmacoterapia. 5. ed. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2017. KNOBEL, E. Condutas no paciente grave. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2016. PITREZ, F.A.B.; PIONER, S.R. Pré e Pós-operatório em cirurgia especializada. 2. ed. PortoAlegre: Artmed, 2009. TAVARES W. Manual de Antibióticos e Quimioterápicos Anti-infecciosos. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2014. WAITZBERG, D.I. Nutrição enteral e parenteral na prática clínica. 5. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

DISCIPLINA

BASES DOS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS III		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.0.0.1	60h	Não tem
EMENTA		
Princípios gerais de antropologia da saúde: a construção social do corpo, da enfermidade e das estratégias terapêuticas. Processos psicossociais: as interações individuais e coletivas. As dimensões da ciência psicológica e prática médica através das determinações sociais do processo saúde-doença. O normal e o patológico.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BOTEGA, N.J. Prática Psiquiátrica no Hospital Geral: intercorrências e emergências. 3 ed. São Paulo: Artmed, 2011. CAIXETA, M. Psicologia Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2024. PEREIRA, Ana Telma; MACEDO, António Ferreira de; MADEIRA, Nuno. Psicologia na medicina. São Paulo: Lidel, 2018.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BALINT, M. O médico, seu paciente e a doença. Rio de Janeiro: Atheneu, 2001. BLUMENFIELD, Michael. Medicina psicossomática. 2.ed. São Paulo: Armed, 2009. BOLTANSKI, L. As classes sociais e o corpo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. MILLAN, L. et al. O universo psicológico do futuro médico. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.		

DISCIPLINA		
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE IV		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.2	90h	Não tem
EMENTA		

Vivência nos Serviços de Saúde do Município, principalmente nas Unidades de Saúde da Família, estabelecendo correlações entre o aprendizado teórico do curso, a situação real dos serviços de saúde e a comunidade, através de visitas domiciliares, ações de educação em saúde para indivíduos e grupos, promoção da saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEHRY, E.E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PELICIONI, M.C.F.; MIALHE, F.L. (org). **Educação e Promoção da Saúde: teoria e prática**. São Paulo: Santos, 2012.

SILVA, André Ribeiro da; MOURA, Bernard Pereira Barros; DIEGUEZ, Letícia Ferreira Guimarães. **Estratégias de Saúde da Família: modelos de planos de ações no Sistema Único de Saúde**. São Paulo: Editora Atena, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMA-ATA. **Cuidados primários de saúde: Relatório da Conferência Internacional sobre cuidados primários de Saúde**. Alma-Ata, URSS, 6-12 de setembro de 1978. Brasília: UNICEF, 1979.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica em Saúde**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cartas de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

CAMPOS, G.W.S.; GUERRERO, A.V.P. **Manual de práticas de atenção básica**. Saúde ampliada e compartilhada. São Paulo: Hucitec, 2013.

COSTA, E. M. A. e CARBONE, M. H. **Saúde da Família**. Rio de Janeiro: Rúbio, 2004.

DESLANDES, S.F. **Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas**. Riode Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

LUNA, R.L.; SABRA, R. **Medicina de família: saúde do adulto e do idoso**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

STARFIELD, B. **Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, p. 726, 2002.

DISCIPLINA		
HABILIDADES MÉDICAS IV		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.3.0.1	1050h	Não tem
EMENTA		
Testes imunológicos utilizados para diagnóstico de doenças infecciosas e parasitárias, vacinas. Programa Nacional de Imunização, Vacinação Básica. Fisiopatologia e características das síndromes clínicas, correlacionando seus sinais e sintomas. Procedimentos básicos em sedação e anestesiologia, manejo no cuidado pré e pós operatório, incisões e suturas. A Entrevista Médica. Dinâmica da relação médico-paciente. Entrevistas psicológicas. Formação de grupos Balint. Interconsultas. A questão da sexualidade. A relação médico-paciente em cirurgia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CAIXETA, M. Psicologia Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. GOLFF, F.S. Técnica Cirúrgica: Bases Anatômicas, Fisiopatológicas e Técnica Cirúrgica. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2007. VOLTARELLI, J.C.; DONADI, E.A. et al. Imunologia Clínica na Prática Médica. Porto Alegre: Atheneu, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BARASH, P.G., et al. Manual de Anestesiologia Clínica: São Paulo: McGraw-Hill Interamericana, 2014. BOLTANSKI, L. As classes sociais e o corpo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. JANEWAY, C. A.; TRAVERS, P.; WALPORT, M.; CAPRA, J.D.: Imunobiologia: O sistema imunológico na saúde e na doença. 8. ed. Porto Alegre, Artmed, 2014. PARSLOW, T.G.; STITES, D.; TERR, A.I.; IMBODEN, JB. Imunologia Médica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. RIOS, Izabel Cristina; SCHRAIBER, Lilia Blima. Humanização e humanidades em medicina: A formação médica na cultura contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2012.		

PERÍODO V

DISCIPLINA		
BASES DA PRÁTICA MÉDICA III		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
5. 5.0.2	180h	Não tem
EMENTA		
Semiologia cutânea. Dermatoses infecto-contagiosas. Hanseníase. Dermatoses alérgicas e doenças parasitárias. Anatomia, histologia, embriologia, fisiologia, propedêutica do bulbo ocular e anexos. Vícios de refração, lente de contato. Urgências. Catarata, leucocoria, glaucoma, neuroftalmologia e visão sub-normal, doenças da retina e úvea, tumor do bulbo ocular e anexos. Doenças oftalmológicas da criança, noções de profilaxia, higiene, prevenção das moléstias do bulbo ocular, anexos e cegueira. Câncer como problema de saúde pública. Tumores: diagnóstico e tratamento. História clínica do portador de neoplasia. Princípios de biologia tumoral. Propedêutica do paciente oncológico. Clubes de revista e discussão de casos clínicos. Representações Sociais da Loucura e Institucionalização da Loucura. História da psiquiatria, psicopatologia, etiologia, diagnóstico, prognóstico terapêutica e profilaxia dos transtornos mentais. Transtornos neuróticos, psicóticos e de personalidade. Transtornos psicóticos e depressivos. Disfunções sexuais. Psiquiatria da infância e adolescência. Experiências de Desinstitucionalização da Loucura.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BARROSO-SOUSA, Romualdo; FERNANDES, Gustavo. Oncologia: princípios e prática clínica. São Paulo, Manole, 2022. DE BELDA JUNIOR, Walter; DI CHIACCHIO, Nilton; CRIADO, Paulo Ricardo. Tratado De Dermatologia. 4.ED. São Paulo, Editora Atheneu, 2023. FITZPATRICK, T.B. Tratado de Dermatologia.8.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2019. HOFF, Paulo Marcelo Gehm; CHAMMAS, Roger; BONADIOS, Renata Rodrigues da Cunha Colombo. Tratado de oncologia. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2022. KAPLAN, H.; SADOCK, B. Manual de Psiquiatria Clínica. 5.ed. Rio de Janeiro: Medsi 2023. NARDI, Antonio Egidio; SILVA, Antônio Geraldo; QUEVEDO, João. Tratado de		

psiquiatria. São Paulo: Artmed, 2021.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ANELLI, A. Manual prático de condutas em oncologia clínica. São Paulo: Lemar, 2000. BEREK, J.S.; HACKER, N.F. Oncologia Clínica. 5. Ed. Rio de Janeiro: Lippincott Williams & Wilkins, 2009. BOYER, K.L.; et al. Oncologia na clínica geral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. CONSELHO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA. Série Oftalmologia Brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2008. DESVIAT, M. A reforma psiquiátrica. São Paulo: Hucitec, 2015. DIOGENES, M.J.M.; GUILHON, R.M.P.; GONÇALVES, H.S.; NEVES, R.G. 2.ed. Atlas de dermatopatologia tropical. Fortaleza: INOVA; 2001. FITZPATRICK, J.E.; AELING, J.L. Segredos em Dermatologia. 4.ed. São Paulo: Artmed, 2012. KANSKI, J.J. Oftalmologia Clínica: uma abordagem sistematica. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. SPENCE, LAWRENCE, C.M.; COX, N.H. Diagnóstico Clínico em Dermatologia: Atlas colorido e texto. São Paulo: Artes Médicas, 2023. ROCHA, Eduardo Melani Rocha; RODRIGUES, Maria de Lourdes Veronese. Atlas de Oftalmologia Clínica. Rio de Janeiro: Medbook, 2015. VAUGHAN, D.; ASBURY, T.; RIORDAN-EVA, P. Oftalmologia Geral. 17. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. SADOCK, B.J.; SAADOCK, V.A. Compêndio de Psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS DE AGRESSÃO, DEFESA E PROTEÇÃO IV		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.5.0.1	135h	Não tem

EMENTA
Fisiopatologia de doenças mais prevalentes e aspectos relevantes relacionados às desordens nutricionais e metabólicas, diarreia, vômitos, icterícia, distúrbios sensoriais, motores e de consciência. Com foco em etiopatogenia, quadro clínico, métodos diagnósticos, condutas terapêuticas, medidas preventivas e o impacto psicossocial desses agravos. O objetivo é a compreensão dos sinais e sintomas observados nessas entidades e ser capaz de trazer o plano diagnóstico e terapêutico para o manejo clínico adequado.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ABBAS, A.K.; LICHTMAN, A.; PILLAI, H. Imunologia Celular e Molecular. 10. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2023. KUMAR, V. Robbins; ABBAS, A.K.; ASTER, Jon C. Patologia: Bases Patológicas das doenças. 10. ed. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2023. RUBIN, Emanuel (Ed.). Robbins patologia: bases clinicopatológicas da medicina. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. VOLTARELLI, J.C.; DONADI, E.A. Imunologia Clínica na Prática Médica. Porto Alegre: Atheneu, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ABBAS, A.K.; KUMAR, V. FAUSTO, N. Patologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. BENJAMINI, E.; COICO, R.; SUNSHINE, G. Imunologia. 6. ed. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2010. BEVILACQUA, F.; BEMSONSSAN, E & JANSEN, J. M. Fisiopatologia clínica. 5. ed. Riode Janeiro: Atheneu, 1998. COTTRAN, R.S.; KUMARVINAY, R.S. Robbins. Patologia Estrutural e Funcional. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. SILVA, W. D.; MOTA, I.. Bier, O. Imunologia Básica e Aplicada. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. DOAN, T.; MELVOLD, R.; VISELLI, S.; WALTENBAUGH, C. Imunologia Ilustrada. Artmed, 2008. FARIA, J.L. Patologia geral fundamentos das doenças com aplicações

clínicas. 4 ed. Riode Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

JANEWAY, C. A.; TRAVERS, P.; WALPORT, M.; CAPRA, J.D.: **Imunobiologia**: O sistema imunológico na saúde e na doença. 7. ed. Porto Alegre, Artmed, 2010.

FORTE, W.N. **Imunologia do básico ao aplicado**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

ROBBINS, S. L. **Fundamentos de Robbins**: patologia estrutural e funcional. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

PARSLOW, T.G.; STITES, D.; TERR, A.I.; IMBODEN, JB. **Imunologia Médica**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

DISCIPLINA		
HABILIDADES MÉDICAS V		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.3..0.2	120h	Não tem
EMENTA		
História natural da doença, epidemiologia, etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico diferencial, laboratorial, tratamento e complicações das doenças de maior prevalência, do aparelho tegumentar, aparelho digestório e endócrino-metabólicas. Métodos complementares de diagnóstico e propedêutica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BICKLEY, Lynn.S.; SZILAGYI, Peter G.; HOFFMAN, Richard M. Bases da Propedêutica Médica . 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. MASSON, Antonio Augusto; MUXFELDT, Elizabeth; SUBILHAGA, Janice. Semiologia Essencial na Prática Médica : O Que Todo Clínico Deve Saber. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2021. PORTO, C.C. (Ed.); PORTO, A.L.(Ed.). Semiologia médica : habilidades para o exame clínico. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. PORTO, C.C. (Ed.); PORTO, A.L.(Ed.). Semiologia médica : habilidades para o exame clínico. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. VILLINS, Margarete; ZOMBINI, Edson Vanderlei; CORREA NETO, Isaac José Felipe. As Interfaces da Semiologia e Propedêutica Médica . São Paulo: Editora dos Editores, 2022.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ARGENTE, Horacio; ÁLVAREZ, Marcelo E. Semiologia Médica. 12 ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2021. BEVILACQUA, F. Manual do Exame Clínico. 13. ed. Cultura Médica. 2003. EPSTEIN, O.; PERKIN, G.D.; COOKSON, J.; DE BONO, D.P. Exame clínico. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. LOPEZ, M.; LAURENTNTYS, M.J. Semiologia Médica: As Bases do Diagnóstico Clínico. 5. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2015.

DISCIPLINA		
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE V		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.1	75h	Não tem
EMENTA		
Política de Saúde Mental no Brasil, Atenção Psicossocial e Psiquiatria comunitária. Noções em psiquiatria forense e legislação mental. Alcoolismo e dependência de outras drogas. Dermatoses infectocontagiosas Hanseníase. Dermatoses alérgicas e doenças parasitárias. Vivência nos Serviços de Saúde do Município, principalmente nos Núcleos de Apoio à da Família, Centros de Atenção Psicossocial, Centro de Testagem e Aconselhamento HIV/AIDS, e demais Programas de Saúde, estabelecendo correlações entre o aprendizado teórico do curso, a situação real dos serviços de saúde e a comunidade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRASIL. CONASS. Atenção Primária e Promoção de Saúde (Coleção para entender a gestão do SUS), Brasília: MS, 2011. CAMPOS, G. S.; GUERRERO, A. V. P. (Orgs). Manual de práticas de atenção básica: saúde ampliada e compartilhada. Hucitec, 2013. PINHEIRO, R. (Org.). Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CARVALHO, Sergio Resende; FERIGATO, Sabrina; BARROS, Maria Elisabeth.		

Conexões:saúde coletiva e políticas de subjetividade. São Paulo: HUCITEC, 2009.

FITZPATRICK, T.B. **Tratado de Dermatologia**.8.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2019.

PESSINI, L.; BERTACHINI L. (Org.). **Humanização e cuidados paliativos**. 6.ed. São Paulo:Loyola, 2004.

SADOCK, B.J.; SAADOCK, V.A. **Compêndio de Psiquiatria:** ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

SILVA, J.A.A.; DALMASO, A.S.W. **Agente Comunitário de Saúde:** o ser, o saber, o fazer.Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

PERÍODO VI

DISCIPLINA		
TÉCNICAS DE IMAGINOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.1.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Histórico e introdução ao diagnóstico por imagem; bases físicas, aplicabilidade, indicações clínicas, riscos e benefícios dos exames de imagem (radiologia convencional; ultrassonografia). Diagnóstico por imagem em radiologia convencional. Diagnóstico por imagem da caixa torácica (pulmões; pleura; mediastino); diagnóstico por imagem do abdômen e retro peritônio (pâncreas; fígado e vias biliares; baço; rins e vias e do tubo gastro-entérico); diagnóstico por imagem do sistema musculo esquelético.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
HERRING, William. Radiologia Básica: Aspectos Fundamentais. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.		
LEE, Peter; GOLDBERG, Carey; KOHANE, Isaac; ISLABÃO, André Garcia. A Revolução da Inteligência Artificial na Medicina: GPT-4 e Além. São Paulo: Artmed, 2023.		

MELO JÚNIOR, CARLOS M. **Radiologia Básica**. 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2016. MELO, R. **Radiologia caso a caso**. Ed. DMP, 2021.

TOPOL, Eric; ISLABÃO, André Garcia. **Medicina Profunda - Deep Medicine: Como a Inteligência Artificial Pode Reumanizar os Cuidados de Saúde**. São Paulo: Artmed, 2024.

ZATAR, L. & et al. **Radiologia diagnóstica prática: Manual da residência do Hospital Sírio Libanês**. 2.ed. São Paulo: Manole, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANT, William E.; HELMS, Clyde A. Fundamentos de Radiologia, 4ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015.

CERRI, Giovanni G.; LEITE, Claudia da C.; ROCHA, Manoel de S. Tratado de Radiologia, Volume 1: Neurorradiologia, Cabeça e Pescoço. Barueri: Editora Manole, 2017.

CHEN, Michael Y M.; POPE, Thomas L.; OTT, David J. LANGE: Radiologia Básica. Porto Alegre: Grupo A, 2010.

CERRI, Giovanni G.; LEITE, Claudia da C.; ROCHA, Manoel de S. Tratado de Radiologia, Volume 2: Pulmões, Coração e Vasos, Gastrointestinal, Uroginecologia. Barueri: Editora Manole, 2017.

CERRI, Giovanni G.; LEITE, Claudia da C.; ROCHA, Manoel de S. Tratado de Radiologia, Volume 3: Obstetrícia, Mama, Musculoesquelético. Barueri: Editora Manole, 2017.

CERRI, G. G. & et al. **Tratado de radiologia**. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2017.

CHEW, FELIX S. & et al. **Imaginologia musculoesquelética: Estudo de casos**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2016. GOODMAN, L. R. Felson's. **Princípios de Radiologia Torácica**. Um Texto Programado. Editora Di Livros. 2016.

KOCH, Hilton. A. **Radiologia e Diagnóstico por Imagem na Formação do Médico Geral**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2011.

MARCHIORI, Edson. **Introdução à Radiologia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

PRANDO, A. A. CBR - Fundamentos de Radiologia e Diagnóstico por Imagem. Ed. GEN GUANABARA KOOGAN. 2. ed. 2014.

DISCIPLINA		
BASES DA PRÁTICA MÉDICA IV		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
5.5.0.2	180h	Não tem
EMENTA		
Etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico, tratamento e prognóstico das doenças do aparelho digestório, da cavidade peritoneal e da parede abdominal. Técnicas cirúrgicas e complicações pós-operatórias. Semiologia obstétrica pré-natal; clínica de puerpério e lactação; patologias obstétricas; doenças intercorrentes no ciclo gravídico-puerperal. Anatomia, fisiologia e propedêutica ginecológica. Aspectos clínicos e fisiopatológicos, diagnósticos e terapêuticos das doenças benignas e malignas que atingem a mulher. Mama, os órgãos genitais femininos e seus anexos. Urgências.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
REZENDE FILHO, J. Obstetrícia. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. NOVAK. B. Tratado de Ginecologia . 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2021. SILVA FILHO, Agnaldo Lopes; TRIGINELLI, Sérgio Augusto Triginelli; TRAIMAN, Paulo Traiman. Manual de cirurgia ginecológica . São Paulo: Medbook, 2023. TOWNSEND, C.M.; BEAUCHAMP, D.; EVERS, B. M.; MATTOX K. SABISTON tratado de Cirurgia: A Base Biológica da Prática Cirúrgica Moderna . 20.ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2019.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BASTOS, Á.C. Ginecologia . 10. ed. São Paulo: Atheneu, 1998. BEREK, J.S. Tratado de Ginecologia . 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. CANGIANI, L.C.; et al. Tratado de anestesiologia . 9.ed. São Paulo: Atheneu,		

2021.

CHAVES, C.P.; MANSO, J.E. F.;EULALIO J. M.R. **Clinica cirúrgica**: fundamentos teóricos e práticos. São Paulo: Atheneu, 2002.

DOHERTY, G.M. **Cirurgia**: diagnóstico e tratamento. 13.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

FREITAS, Fernando; PASSOS, Eduardo Pandolfi; RAMOS, Jose Geraldo Lopes; MARTINS-COSTA, Sergio H.; MAGALHAES, Jose Antonio. **Rotinas em Obstetrícia**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

JORGE FILHO, Isaac. **Cirurgia geral**: pré e pós-operatório. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2011.

FRASSON, Antônio; NOVITA, Guilherme; MILLEN, Eduardo; ZERWES, Felipe. **Doenças da Mama**: Guia de Bolso Baseado em Evidências. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2022.

GOFFI, F. **Técnica Cirúrgica**: bases anatômicas e fisiopatológicas e técnicas de cirurgia. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2004.

KULAY JÚNIOR, Antonio Lapa Luiz; KULAY, Maria. **Drogas na Gravidez e na lactação**: guia prático. Febrasgo. São Paulo: Ponto, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e AIDS. **Guia de tratamento**: Recomendações para profilaxia e transmissão materno-infantil do HIV e Terapia anti-retroviral em gestantes. 2001.

NEME, B. **Obstetrícia básica**. 3.ed. São Paulo: Sarvier, 2006.

NEVES, Joaquim. **Ginecologia fundamental**. Rio de Janeiro:Ledel,2019.

OKUMURA, M.; ZUGAIB, M. **Ultra-sonografia em obstetrícia**. São Paulo: Sarvier, 2000.

PASTORE, A.R.; CERRI, G. **Ultrassonografia Obstétrica- Ginecológica**. 2.ed. São Paulo:Sarvier, 2015.

REZENDE, J.; Montenegro, C.A.B.;REZENDE. **Obstetrícia Fundamental**. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

ZERBINI, Eurycles de Jesus. **Clínica Cirúrgica**. Alípio Correia Neto. 4. ed. São Paulo:Sarvier, 1994.

ZUGAIB, M.; RUOCCO, R. **Pré-natal**: clínica obstétrica da faculdade de medicina da USP. 3.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005.

WILLIAMS, C. **Obstetrícia**. 25. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS DE AGRESSÃO, DEFESA E PROTEÇÃO V		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.5.0.2	150h	Não tem
EMENTA		
Introdução à Medicina Legal, perícias médicas, documentos médico-legais, psicologia e psiquiatria forense, ética médica, impeditivos médico-legais do matrimônio, investigação de paternidade, sexologia anômala. Conceitos; ambiente de trabalho e saúde; acidentes de trabalho; anamnese ocupacional; Toxicologia ambiental e ocupacional; monitoramento clínico e epidemiológico das substâncias químicas; e noções de Biossegurança.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CROCE, D. Manual de medicina legal . 8.ed. São Paulo: Saraiva. 2012. MARANO, V.P. Doenças Ocupacionais . 2. ed. Editora LTR, 2007. MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAG, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais . 11ed. São Paulo: Saraiva, 2023. PEREIRA, Gerson; CAMPOS JÚNIOR, Marcos Roberto. Medicina Legal e perícias médicas . São Paulo: Sarvier, 2020.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ALCANTARA, H.R. Pericia Medica Judicial . 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Kogan, 2006. ALCANTARA, H.R. Deontologia e Diceologia . S. Paulo: ANDREI, 1979. BENSOUSSAN, E. Manual de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho . 2.ed. São Paulo: Atheneu, 1997. BITTAR, N. Medicina legal descomplicada . 2.ed. São Paulo: Rideel, 2011. COSTA, M A F. Qualidade em Biossegurança . Rio de Janeiro, Qualitymark:, 2000. FRANÇA, DOUGLAS, W.; GRECO, R.; CALHAU, L.B.; KRYMCHANTOWSKI, A.;		

ANCILLOTTI, R. **Medicina legal**. 15.ed. Niteroi: Impetus, 2022.

HOEPPNER, M G. **Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho**. 4.ed. São Paulo: Editora Ícone, 2010.

HERCULES, Hygino de C. **Medicina Legal: Texto e Atlas**. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2014.

SAWAYA, M.C.T.; ROLIM, M.R.S. **Manual prático de medicina legal no laboratório**. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2009.

DISCIPLINA		
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE VI		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.1.	75h	Não tem
EMENTA		
Vivência nos Serviços de Saúde do Município, principalmente nas atividades planejamento, administração e gestão da saúde. Saúde da Mulher. Incidência e prevalência de câncer feminino. Programas de Prevenção. Vivências nos Serviços de Saúde do Município, principalmente voltado política de promoção da equidade, acolhimento as populações socialmente vulneráveis (negros, índios, população de rua, população do campo e da floresta, população LGBTQIAPN+), estratégias de inclusão social pelo acesso e atenção integral.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
KESTELMAN, H. N. et al. Planejamento e gestão estratégica em organizações de saúde. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016. PINHEIRO, Roseni; LOPES, Tatiana; MÜLLER NETO, Júlio S. Construção Social da demanda por cuidado: revisitando o direito à saúde, o trabalho em equipe, os espaços públicos e a participação. Rio de Janeiro: Abrasco, 2013. REZENDE FILHO, J. Obstetrícia. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. 2 ed. Brasília, 2013.		

BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília, 2012.

BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília, 2013.

BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.

MELAMED, C.; PIOLA, S. F. (Org). **Políticas públicas e financiamento federal do Sistema Único de Saúde**. Brasília: IPEA, 2011.

RIVERA, F.J.U. **Análise estratégica em saúde e a gestão pela escuta**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

DISCIPLINA		
HABILIDADES MÉDICAS VI		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.3.0.2	120h	Não tem
EMENTA		
História natural, etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico clínico e laboratorial, métodos complementares de diagnóstico, tratamento e complicações das doenças de maior prevalência do sistema respiratório, cardiovascular e renal. Propedêutica cardiovascular, renal e respiratória.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
GODMAN, Cecil. Tratado de Medicina Interna . 25. ed., Guanabara: 2016. RIELLA, M.C. Princípios de Nefrologia e Distúrbios hidroeletrolíticos . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 2024. TANAGHO, E.M.; MCANINCH, J.W. Urologia geral de Smith . 18.ed. porto Alegre: Artmed, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BALLINGER, A.; PATCHETT, S. Manual de Fundamentos de Clínica Médica . 3 ed. São Paulo: Livraria Santos Editora, 2003. HACHUL, M.; ORTIZ, W. Sistema urinário: bases da medicina integrada . Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.		

LAWRY, L. **Exame músculo esquelético sistemático**. Rio de Janeiro: Mcgraw-Hill, 2012.

TARANTINO, A.B. **Doenças Pulmonares**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

TOY, E.C.; PATLAN JUNIOR, J.T. **Lange**: casos clínicos em medicina interna. 4.ed. PortoAlegre: Artmed, 2013.

DISCIPLINA		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
1.1.0.0	30h	-
EMENTA		
Ciência e conhecimento científico em medicina. Delineamentos e métodos de pesquisas em medicina. Estrutura de um projeto de pesquisa. Normalização de trabalhos científicos. Ética em pesquisa com seres humanos. Plataforma Brasil e submissão de projeto de pesquisa em comitê de ética em pesquisa com seres humanos. Elaboração de projeto de pesquisa.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6023 : informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.		
BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e normas reguladoras de pesquisa envolvendo seres humanos , Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Brasília: Diário Oficial da União nº 112, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis12.html Acesso em: 15 fev. 2021.		
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Manual de usuário : pesquisador. Plataforma Brasil, versão 3.2. Disponível em:		

PERÍODO VII

DISCIPLINA
TÉCNICAS DE IMAGINOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL II

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.1.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Histórico e introdução ao diagnóstico por imagem; bases físicas, aplicabilidade, indicações clínicas, riscos e benefícios dos exames de imagem tomografia computadorizada; cintilografia, ressonância magnética). Diagnóstico por imagem com ênfase em tomografia computadorizada, ressonância magnética e cintilografia. Diagnóstico por imagem da caixa torácica (pulmões; pleura; mediastino); diagnóstico por imagem do abdômen e retro peritônio (pâncreas; fígado e vias biliares; baço; rins e vias e do tubo gastro-entérico); diagnóstico por imagem do sistema musculo esquelético. Diagnóstico por imagem em ginecologia e obstetrícia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
JÚNIOR, CARLOS M. Radiologia Básica. 2.ed. São Paulo: Thieme Revinter, 2016. KOCH, H. A. Radiologia e Diagnóstico por Imagem na Formação do Médico Geral. São Paulo: Ed Revinter, 2012. LEE, Peter; GOLDBERG, Carey; KOHANE, Isaac; ISLABÃO, André Garcia. A Revolução da Inteligência Artificial na Medicina: GPT-4 e Além. São Paulo:		
Artmed, 2023. MELO, R. Radiologia caso a caso. São Paulo: Ed. DMP, 2017. RUSSELL, Stuart J. ; NORVIG, Peter. Inteligência Artificial: Uma Abordagem Moderna. 4.ed. São Paulo: GEN LCT, 2022. TOPOL, Eric; ISLABÃO, André Garcia. Medicina Profunda - Deep Medicine: Como a Inteligência Artificial Pode Reumanizar os Cuidados de Saúde. São Paulo: Artmed, 2024.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

CHEW, FELIX S. et al. **Imaginologia musculoesquelética: Estudo de casos.** 3.ed. São Paulo: Editora Manole, 2016.

GOODMAN, L. R. **Felson's Princípios de Radiologia Torácica.** Um Texto Programado. São Paulo: Di Livros, 2016.

PRANDO, A. A. C.B.R. **Fundamentos de Radiologia e Diagnóstico por Imagem.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

ZATAR, L. & et al. **Radiologia diagnóstica prática: Manual da residência do Hospital Sírio Libanês.** 2.ed. São Paulo: Manole, 2022. CERRI, G. G. & et al. **Tratado de radiologia.** São Paulo: Editora Manole, 2017.

DISCIPLINA		
BASES DA PRÁTICA MÉDICA V		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
9.9.0.2	300h	Não tem
EMENTA		
Semiologia do sistema endócrino. Etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico, tratamento e prognóstico das doenças do sistema endócrino. Semiologia do sistema musculoesquelético. Lesões traumáticas: diagnóstico, cuidados iniciais, indicações terapêuticas e complicações. Etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento das lesões orgânicas em traumatizados. Patologias osteoarticulares mais comuns na prática ambulatorial. Etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico, tratamento e prognóstico das doenças mais prevalentes em crianças, adolescentes e homens. Assistência integral à saúde da criança e do adolescente. Higiene e prevenção de acidentes na infância. Assistência integral à saúde do homem e semiologia do sistema reprodutor masculino.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

MACIEL, R.M.B.; MENDONÇA, B.B.; SAAD, M.J.A. **Endocrinologia – Princípios e Práticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

BUNIK, M.; LEVIN, M. J.; HAY JR, W.W.; ABZUG, M.J. CURRENT Pediatria: Diagnóstico e Tratamento. 26.ed. São Paulo: Artmed, 2024.

MAGEE, D.J.; MANSKE, R.C. **Avaliação musculoesquelética**. São Paulo: Manole, 2023.

OLIVEIRA, R.A.; MOURA, F.; FIGUEIREDO FILHO, R.T.; ALVARENGA, C. **Manual Prático de Saúde do Homem: Indo Além da Testosterona**. Rio de Janeiro: RUBIO, 2023.

VITALLE, M.S.S. *et al.* **Medicina do Adolescente: Fundamentos e Prática**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HEBERT, S.; LECH, O. Ortopedia e Traumatologia: Princípios e Prática. 6. ed. São Paulo: Dilivros, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Atenção à saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: Plano de Ação Nacional 2009-2011**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação**. Brasília, 2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica**. 2. ed. Brasília: MS, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. Caderno de

Atenção Básica, nº 33. Brasília: MS, 2012.

LAWRY. L. **Exame músculo esquelético sistemático**. Rio de Janeiro: Mcgraw-Hill, 2012.

HEBERT, S.; LECH, O. Ortopedia e Traumatologia: Princípios e Prática. 6. ed. São Paulo: Dilivros, 2025.

DISCIPLINA		
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE VII		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.2	90h	Não tem
EMENTA		
Saúde da criança no território, assistência integral à saúde da criança e do adolescente. Higiene e prevenção de acidentes na infância. Crescimento e desenvolvimento infantil. Exames Laboratoriais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
LANDIN, F.L.P.; CATRIB, A.M.F.; COLLARES, P.M.C. Promoção da Saúde na diversidade humana e na pluralidade de itinerários terapêuticos. Saberes Ed. Campinas, 2013. MARCONDES, Eduardo. Pediatria Básica. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2005. SMITH, C., MARKS, A. D., LIEBERMAN, M. Bioquímica Médica Básica de Marks 6. ed.Porto Alegre: Artmed, 2023. NICOLL, Diana Nicoll; MARK LU, Chuanyi; MCPHEE, Stephen J. Manual de Exames Diagnósticos.7.ed. São Paulo: AMGH, 2019. SOUZA, Aspásia Basile Gesteira. Acidentes na Infância: Melhor Prevenir do que Remediar. Rio de Janeiro: Atheneu, 2020.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. BURTIS C.A., ASHWOOD E.R. e BRUINS D. TIETZ, Fundamentos de Química		

Clínica. 6. ed. São Paulo: Elsevier, 2008. MOREIRA, E.; WATANABE, T.(Org). Ambiente, Trabalho e Saúde. João Pessoa: Universitária UFPB, 2006. NOVACZYK, A.B; GAÍVA, M. A.M; as tecnologias inter-relacionais na assistência à criança na atenção básica: análise de documentos oficiais.Cienc Cuid Saude, 2010 Jul/Set; 9(3):560- 568.

DISCIPLINA		
HABILIDADES MÉDICAS VII		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.3.0.2	120h	Não tem
EMENTA		
Propedêutica, etiologia, mecanismos fisiopatológicos, quadro clínico, diagnóstico e tratamentodas doenças hematológicas, reumatológicas e das urgências médicas. Exames complementares em reumatologia, hematologia, e urgências médicas. Urgências Clínicas. Habilidades em manobras avançadas de ressuscitação cardio-respiratória.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
LANE, J.C. Manual de Reanimação Cardio-Respiratória. F. E. Byk, 1987. LORENZI, T. Manual de Hematologia – propedêutica e clínica. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2006. RAPAPORT, S.I. Introdução à Hematologia. 2. ed. São Paulo: Roca, 1990. RODGERS, Griffin P. Manual Bethesda de Hematologia Clínica. 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BRITO, F.C.; GIACAGLIA, M.P.N. Tratado de medicina e urgência do idoso. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. HOFFBRAND, A.V.; MOSS, P.A.H. Fundamentos em hematologia. 6.ed. Porto Alegre:Artmed, 2013. JANNINI, P.; JANNINI FILHO, P. Interpretação Clínica do Hemograma: São Paulo:Sarvier, 2008. JEVON, P.; EWENS, B. Monitoramento do paciente crítico. 2. ed. Porto Alegre: Artmed,2009.		
ZAGGO. Fundamentos de Hematologia. 19. ed., Atheneu: 2001.		

DISCIPLINA		
BASES DA PRÁTICA MÉDICA V		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)

9.9.0.2	300h	Não tem
EMENTA		
Epidemiologia, etiologia, fisiopatologia, diagnóstico, tratamento e profilaxia das doenças infecciosas e parasitárias prevalentes no Brasil. Métodos complementares de diagnóstico. Geriatria, Gerontologia, Epidemiologia do envelhecimento, envelhecimento do SNC, Demências, Depressão, Parkinson, Síndromes geriátricas, prevenção de acidentes, vacinação do idoso, estatuto do idoso. Propedêutica, patologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento das doenças neurológicas de maior prevalência. Etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento das lesões orgânicas em traumatizados. Anatomia, fisiologia, do aparelho urinário e reprodutor e a fisiopatologia, patologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento das doenças urológicas. Urgências.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ADAMS, R.D.; VICTOR, M.; ROPPER, A.H. Princípios de neurologia. 6. ed. Rio de Janeiro: Dilivros, 2021. FOCACCIA, R.; VERONESI, R. Veronesi: tratado de Infectologia. 6. ed. São Paulo: Atheneu, 2020. FREITAS, E.V.; PI, L. Tratado de geriatria e gerontologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. NITRINI, R.; BACHESCHI, A. A Neurologia que todo Médico Deve Saber. 4.ed. São Paulo, Atheneu, 2024. PAGLIOLI NETO, Eliseu, CENDES, Fernandes. Tratamento das Doenças Neurológicas. 3.ed. São Paulo, 2013. RIELLA, Miguel Carlos. Princípios de Nefrologia e Distúrbios Hidroeletrólitos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

ALMEIDA, M.H.M. **Validação do C.I.C.Ac.** Instrumento para Classificação de Idosos quanto à Capacidade para o AUTOCUIDADO. São Paulo; 2003. [Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

BEAUVOIR, S. **A velhice**. 2.ed. São Paulo: Difel, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19).

BRITO, F.C.; GIACAGLIA, M.P.N. **Tratado de medicina e urgência do idoso**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

COURA J.R. **Síntese das Doenças Infecciosas e Parasitárias**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

FALOPPA, F. (coord). **Guia de ortopedia e traumatologia**. São Paulo: Mande, 2008.

FONSECA, L. F.; CUNHA FILHO, J.M.; PIANETTI, G.; VAL FILHO, J.A.C. **Manual de Neurologia Infantil**. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2006.

FONSECA, F.; XAVIER, C.C.; PIANETTI, G. **Compêndio de Neurologia infantil**. 2. ed. São Paulo: Editora MedBook, 2011.

GOLDMAN, L.; AUSIELLO, D.C, **Tratado de medicina interna**. 22. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2005.

HEBERT, Sizinio; LECH, Osvandré. Ortopedia e Traumatologia: Princípios e Prática. 6. ed. São Paulo: Dilivros, 2025.

HINRICHSEN, S.L. DIP - **Doenças Infecciosas e Parasitaria**. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2005.

HOPPENFELD, S; BOER,P; BUCKLEY, R. **Surgical exposures in orthopaedic: theanatomic approach**. 4.ed. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2016.

LAWRY. L. **Exame músculo esquelético sistemático**. Rio de Janeiro: Mcgraw-Hill, 2012.

RACHID, M., SCHECHTER, M. **Manual de HIV/AIDS**. 8. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

RHODEN, E.L.; et al. **Urologia**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

NEVES, J. **Diagnósticos e Tratamento das Doenças Infecciosas e Parasitárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

NETTER, F.H.; GREENE, W. **Netter Ortopedia**. Elsevier, 2008.

SLAVE, E.M.; STONE, S.C.; LOPEZ, F.A. **Doenças infecciosas: diagnóstico e tratamento nos setores de emergência**. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

TAVARES, W. **Antibióticos e Quimioterápicos para o Clínico**. 3.ed. São Paulo: Atheneu, 2014.

PERÍODO VIII

DISCIPLINA		
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE VIII		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.2	90h	Não tem
EMENTA		
Saúde do Idoso: programas de prevenção e promoção da saúde na AB. Prevenção de acidentes, vacinação do idoso, estatuto do idoso. Saúde do Homem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE/SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem . Brasília, 2008.		
FREITAS, E.V.; PI, L. Tratado de geriatria e gerontologia . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.		
TANAGHO, E.M.; MCANINCH, J.W. Urologia geral de Smith . 18.ed. porto Alegre: Artmed, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ALMEIDA, M.H.M. Validação do C.I.C.Ac . Instrumento para Classificação de Idosos quanto à Capacidade para o AUTOCUIDADO. São Paulo; 2003. [Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].		
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa .		

Ministério daSaúde, 2006.

FERRÍGNO, J.C.**Co-educação entre gerações**. São Paulo: SESC, 2003.

HACHUL, M.; ORTIZ, W. **Sistema urinário**: bases da medicina integrada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SCHIER J. **Tecnologia de educação em saúde**: O Grupo Aqui e Agora. Porto Alegre: Sulina,2004.

DISCIPLINA		
HABILIDADES MÉDICAS VIII		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.2	90h	Não tem
EMENTA		
Fisiopatologia, patologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento das doenças genito-urológicas prevalentes na região e na rede de serviços. Urgências ambulatoriais. Etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento das lesões musculares e ósseas. Propedêutica, patologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento das doenças neurológicas de maior prevalência..		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
HEBERT, Sizínio; LECH, Osvandré. Ortopedia e Traumatologia: Princípios e Prática. 6. ed. São Paulo: Dilivros, 2025. NITRINI, R.; BACHESCHI, A. A Neurologia que todo Médico Deve Saber . 4.ed. São Paulo,Atheneu, 2024. REZENDE, S.E. (Org.). Tratamento das Desordens Neurológicas . 2.ed. São Paulo, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
DEBERT, G.G. Envelhecimento e representação da velhice. Ciência Hoje . 8(44): 61-68.São Paulo, 1988. ESHERICK, J.S;. CLARK,D. S; SLATER,E.D .CURRENT: Diretrizes Clínicas em AtençãoPrimária à Saúde (Lange).10. ed.. Editora: McGraw-Hill, 2013. FONSECA, F.; XAVIER, C.C.; PIANETTI, G. Compêndio de Neurologia infantil , 2. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2011. HACHUL, M.; ORTIZ, W. Sistema urinário : bases da medicina integrada. Rio de		

Janeiro: Elsevier, 2009.

DISCIPLINA		
BASES DA PRÁTICA MÉDICA VI		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
11.11.0.3	375h	Não tem
EMENTA		
Semiologia do sistema urinário. Etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico, tratamento e prognóstico das doenças do sistema urinário. Geriatria, gerontologia, epidemiologia do envelhecimento e envelhecimento do sistema nervoso central. Etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico, tratamento e prognóstico das demências, depressão, Parkinson, síndromes geriátricas. Prevenção de acidentes e vacinação do idoso. Semiologia do sistema neurológico. Propedêutica, patologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento das doenças neurológicas de maior prevalência.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ADAMS, R.D.; VICTOR, M.; ROPPER, A.H. Princípios de neurologia. 6. ed. Rio de Janeiro: Dilivros, 2021. FREITAS, E.V.; PI, L. Tratado de geriatria e gerontologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. NITRINI, R.; BACHESCHI, A. A Neurologia que todo Médico Deve Saber. 4.ed. São Paulo, Atheneu, 2024. RIELLA, <u>M.C.</u> Princípios de Nefrologia e Distúrbios Hidroeletrólitos. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024. FREITAS, E.V.; PI, L. Tratado de geriatria e gerontologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BEAUVOIR, S. A velhice. 2.ed. São Paulo: Difel, 2018. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília:		

Ministério da Saúde, 2006. (Série Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19).

BRITO, F.C.; GIACAGLIA, M.P.N. **Tratado de medicina e urgência do idoso**. Rio de Janeiro:Guanabara Koogan, 2019.

FONSECA, L. F.; CUNHA FILHO, J.M.; PIANETTI, G.; VAL FILHO, J.A.C.

Manual de Neurologia Infantil. Rio de Janeiro: Guanabara koogan,2006.

FONSECA, F.; XAVIER, C.C.; PIANETTI, G. **Compêndio de Neurologia infantil**. 2. ed. São Paulo: Editora MedBook, 2011.

MCANINCH, J.W.; LUE, T.F. **Urologia geral de Smith e Tanagho**. 18. ed. Porto Alegre: AMGH Ed., 2024.

DISCIPLINA		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.2.0.0	30h	Todos os Módulos do 1º Período
EMENTA		
Execução da pesquisa: coleta e análise dos dados, construção dos resultados, elaboração do relatório final, com entrega do Trabalho de Conclusão do C TCC (monografia ou artigo científico), obedecendo às normas e regulamentos metodológicos. Defesa do respectivo trabalho perante banca avaliadora.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.		
BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e normas reguladoras de pesquisa envolvendo seres humanos , Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012. Brasília: Diário Oficial da União nº 112, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis12.html Acesso em fev. 2021.		
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Manual de usuário: pesquisador. Plataforma Brasil, versão 3.2. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos Acesso em fev. 2021.		
GUERRIERO, I.C.Z. Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016 que trata das especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras que utilizam metodologias próprias dessas áreas. Ciência & Saúde Coletiva , 21, n. 8, p. 2619-2629, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/csc/v21n8/1413-8123-csc-21-08-2619.pdf Acesso em fev. 2021.		

PERÍODO IX

DISCIPLINA		
INTERNATO EM CLÍNICA MÉDICA I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.17.0	255h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período

EMENTA
Cardiologia - Insuficiência cardíaca (IC). Edema agudo de pulmão (EAP). Hipertensão arterial sistêmica (HAS). Aterosclerose. Cardiopatia isquêmica. Valvulopatias. Arritmias cardíacas. Pneumologia - Revisão de semiologia respiratória e função pulmonar. Imagenologia normal de tórax. Asma. Doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC). Pneumonias infecciosas adquiridas na comunidade (PAC). Tuberculose (TB). Câncer de pulmão. Doenças pulmonares intersticiais (DPI). Tromboembolia pulmonar (TEP). Micoses sistêmicas. Derrames pleurais. Bases para escolha adequada dos dispositivos inalatórios. Nefrologia - Equilíbrio ácido-base. Equilíbrio hidro-eletrolítico. Exames complementares em nefrologia. Síndrome Nefrítica e Síndrome Nefrótica. Infecção urinária. Injúria renal aguda (IRA). Doença renal crônica (DRC). Glomerulopatias primárias e secundárias. Litíase renal. Drogas e Rim. Hematologia – Hematopoese. Anemias. Policitemia. Leucocitose e leucopenias. Trombocitopenias e transtornos trombóticos. Transfusões sanguíneas. Oncologia clínica - Impacto do câncer em saúde pública. Oncogênese e Fisiopatologia do câncer. Estadiamento e avaliação de status do paciente oncológico. Principais neoplasias malignas do adulto. Princípios de oncologia cirúrgica. Princípios de radioterapia. Princípios da oncologia Clínica (conceitos, quimioterapia, imunoterapia e terapia alvo). Urgências oncológicas. Conceitos de cuidados paliativos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LONG, Dan L. et al. **Medicina Interna de Harrison**. 21.ed. Porto Alegre-RS: AMGH, 2023.

McPHEE, Stephen J.; PAPADAKIS, Maxine A. **CURRENT Diagnosis & Treatment:Medical**. 62.ed. Lange Current Series/ McGraw-Hill, 2023.

PORTO, Celmo Celeno. **Semiologia Médica**. 8. ed. Guanabara Koogan, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRUNTON, L.L. Goodman & Gilman. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. 13. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2018.

CECIL, Goldman. **Textbook of medicine**. 25. ed. Elsevier, 2015.

DISCIPLINA

INTERNATO CLÍNICA TOCO-GINECOLÓGICA I

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.17.0	255h	Todos os Módulos do 1º ao 8º Período

EMENTA

Ginecologia: embriologia e malformações genitais; consulta em ginecologia e semiologia ginecológica; aspectos éticos; ciclo menstrual e alterações; corrimento vaginal e doença inflamatória pélvica; distopias genitais; planejamento familiar/reprodutivo e anticoncepção; climatério; abordagem do casal infértil; neoplasia maligna e benigna do útero, ovários, vulva e mamas; sangramento uterino anormal; incontinência urinária; abordagem sindrômica e infecções sexualmente transmissíveis; alterações na sexualidade e disfunções sexuais femininas.

Obstetrícia: anatomia e fisiologia da gestante e puérpera; embriologia e desenvolvimento morfológico fetal; consulta de pré-natal e puerpério; patologias e complicações no ciclo gravídico-puerperal; aconselhamento genético; mecanismo de parto e assistência ao parto normal; anormalidade no trabalho de parto e avaliação do bem-estar fetal ante e intraparto; cirurgia cesariana; infecções sexualmente transmissíveis e gestação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEREK, J.S. **Tratado de Ginecologia**. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

DE FREITAS, G.B.L.; ALMEIDA, C.C. **Doenças infecciosas e parasitárias**. São Paulo: Pasteur, 2024.

FERNANDES, César Eduardo; SÁ, Marcos Felipe Silva de (editores). **Tratado de Ginecologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.

BRASIL. **Manual de gestação de alto risco** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA ALBERT EINSTEIN. **Nota Técnica Para Organização Da Rede De Atenção À Saúde Com Foco Na Atenção Primária À Saúde E Na Atenção Ambulatorial Especializada – Saúde**

Da Mulher Na Gestação, Parto E Puerpério. São Paulo: Hospital Israelita Albert Einstein, Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)**. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARACAT, E.C. **Condutas em Ginecologia Baseadas em Evidências: Protocolos Assistenciais Clínica Ginecológica do Hospital das Clínicas**. FMUSP. São Paulo: Atheneu, 2016.

BRUNTON, L.L. **Goodman & Gilman. As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. 13. ed. Riode Janeiro: McGraw-Hill, 2018.

CUNNINGHAM, F.G. *et al.* **Obstetrícia de Williams**. 24 ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

PASSOS, E.P. *et al.* **Rotinas em ginecologia**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

REZENDE FILHO, J. **Obstetrícia**. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

ZUGAIB M. Zugaib. **Obstétrica**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2019.

DISCIPLINA

INTERNATO EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE I

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.18.0	270h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		
Práticas de Saúde da Família. Organização, Administração, Gerenciamento e Financiamento. Temas da Atenção Primária em Saúde envolvendo os principais grupos de cuidado (crianças e adolescentes, mulheres, adultos e idosos), além dos emergentes: NASF, Saúde Mental na Atenção Primária, Violência e Saúde.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CECÍLIO, L.C.O (org) et al. Inventando a Mudança na Saúde . São Paulo:		

HUCITEC, 1994.

DUNCAN, Bruce B. (coord.) *et al.* **Medicina ambulatorial 1 & 2**: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

GORDIS, Leon. **Epidemiologia**. FERREIRA, Cid Vaz; AZAMBUJA, Juliana de; SAMPAIO, Paulo Marcos Ribeiro et al (tradutor). 5 ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2017.

KLOETZEL, Kurt. **Medicina ambulatorial**: princípios básicos 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.

WHINNEY, Ian R; FREEMAN, Thomas. **Manual de Medicina de Família e Comunidade**. BURMEISTER, Anelise Teixeira (tradutor). 4.ed. Porto Alegre: ARTMED, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACOSTA AR, Vital E FMA (Org). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 6. ed. Cortez:São Paulo, 2015.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIA DE SAÚDE. **Vigilância em Saúde**. Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadernos de Atenção Básica em Saúde**. 2018.Disponível em: <www.saude.gov.br/dab>. Acesso em: 20. mar. 2023.

BORGES, Luciana (org). **Saúde da Família e comunidade**. Manole, 2017.

CORTES S.V (org). **Participação e saúde no Brasil**. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2009.

DOMINGUEZ, B.N.R.. **Programa de Saúde da Família: como fazer**. São Paulo: Parma,1998.

MARTINS CM, STAUFFER AB. **Educação em saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

MENDES, E.V. (org.) et al. **Distrito Sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde**. São Paulo: Hucitec, 1995.

MERHY, E.E. **A saúde pública como política: um estudo de formuladores de políticas**. São Paulo: Hucitec, 1992.

MERHY, E.E.; ONOCKO, R. (Orgs.). **Agir em Saúde: um desafio para o público**. São Paulo:HUCITEC, 2007.

MERHY, E.E.; MAGALHÃES JR, H.M.; RIMOLO, J. FRANCO, T.B. **O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano**. 4. ed. São Paulo:

HUCITEC, 2007.

SILVA JR., A.G. **Modelos Tecnoassistenciais em Saúde: o debate no campo da saúde coletiva**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

SOUTH-PAUL, Jeannette E; MATHENY, Samuel C; LEWIS, Evelyn L. **Current. Diagnóstico e Tratamento: Medicina de Família e Comunidade**. VASCONCELOS, Márcio Moacyr de (tradutor). 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

TURATO, E.R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde humana**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

DISCIPLINA		
INTERNATO EM CLÍNICA CIRÚRGICA I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.13.0	195h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		
Identificação e avaliação do risco cirúrgico. Preparo do paciente cirúrgico. Indicações e prescrição de dietas (oral e enteral). Indicações e prescrição de reposição volêmica e correção de distúrbios eletrolíticos e acidobásicos. Sedação superficial/moderada e analgesia. Antibioticoprofilaxia/terapia. Cuidados com estomas. Identificação de complicações pós- operatórias imediatas e tardias. Identificação precoce de choque circulatório, as diversas etiologias e tratamento inicial. Identificação de risco, profilaxia e diagnóstico de tromboembolia venosa. Indicações e procedimentos iniciais de suporte ventilatório não invasivo e invasivo. Atendimento inicial aos pacientes traumatizados nos ambientes pré e intra-hospitalar. Identificação e conduta inicial em situações suspeitas de maus-tratos. Atendimento inicial dos pacientes queimados. Princípios de triagem do paciente traumatizado. Controle do fluxo de pacientes, gerenciamento dos leitos e vaga zero. Princípios de medicina de catástrofe. Princípios de segurança do paciente cirúrgico.		
Critérios de agendamento cirúrgico. Termo de consentimento informado para a realização dos procedimentos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
MIRANDA, Marcelo Eller; OLIVEIRA, Reynaldo Gomes de. Blackbook: Cirurgia/AndyPetroianu. Belo Horizonte: Blackbook Editora, 2008. SABISTON, JR., D. C. Atlas de Cirurgia Geral. 20.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. TOWNSEND JR, C. M.; BEAUCHAMP, R. D.; EVERS, B. M.; MATTOX, K. L. Sabiston Tratado de Cirurgia: A Base Biológica Prática da Cirurgia Moderna. 20 ed. Rio de Janeiro:Elsevier, 2019.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

CAMPBELL, Toy Liu. **Casos clínicos em cirurgia**. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

NASCIMENTO AGUILAR, José Eduardo; CAPOROSSI, Cervantes; BICUDO, Alberto (organizadores). **Acerto: acelerando a recuperação total pós-operatória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2016.

UTIYAMA, Edivaldo M.; RASSLAM, Samir; BIROLINI, Dario. **Atualização em cirurgia geral, emergência e trauma**. Rio de Janeiro: Manole, 2022.

HIGA, Elisa Mieke Suemitsu; ATALLAH, Ávaro Nagib. **Guia de medicina de urgência**. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

UTIYAMA, Edivaldo M; RASSLAN, Samir; BIROLINI, Dario. **Atualização em cirurgiageral, emergência e trauma**. Barueri, SP: Manole, 2022.

UTIYAMA, Edivaldo M; RASSLAN, Samir; BIROLINI, Dario. **Procedimentos básicos em cirurgia**. 2. ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2012.

DISCIPLINA		
INTERNATO EM CLÍNICA PEDIÁTRICA I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.13.0	195h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		

Aleitamento materno; Exame físico em neonatologia; Infecções congênitas; Assistência ao recém-nascido, Hiperbilirrubinemia neonatal, Hiperglicemia e hipoglicemia neonatal, Triagem neonatal; Alimentação complementar; Imunizações; Crescimento e desenvolvimento infantil; Infecções de vias aéreas superiores e inferiores; Diarreia aguda; Desnutrição; Parasitoses, Anemias, Doenças do trato genito-urinário, Patologias dermatológicas, consulta do adolescente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURNS, Dennis Alexander Rabelo; CAMPOS JÚNIOR, Dioclécio; SILVA, Luciana Rodrigues et. al. **Tratado de Pediatria**: Sociedade Brasileira de Pediatria. 4. ed. São Paulo: Manole, 2017.

CARNEIRO- SAMPAIO, Magda; SUMITA, Nairo Massakazu; SLHESARENKO, Natasha Sumita; GOMES, Filumena Maria da Silva; DUARTE, Alberto José da Silva. **Medicina Laboratorial em Pediatria**. São Paulo: Manole, 2022.

SEGRE, Conceição, A. M.; COSTA, Helenice de Paula Fiod; LIPPI, Umberto Gazi. **Perinatologia**: Fundamentos e Prática. 3.ed. São Paulo: Sarvier, 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Tratado de Pediatria**. 5.ed. São Paulo: Manole, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AKRE,James. **Alimentação Infantil-Bases Fisiológicas**. Organização da Saúde, Genebra, 1997.

ENNIO, C.J.E.; VIANA M.B.Mota; JOAQUIM, A.C. **Pediatria Ambulatorial**, 3.ed. BeloHorizonte: Coopmed, 2013.

FIGUEIRA, Fernando. **Pediatria**. 4. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2011.

MARCONDES, E.; VAZ, Flávio Adolfo Costa; RAMOS, José Lauro Araujo; OKAY, Yassuhiko. **Pediatria Básica**. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2002.

RODRIGUES, Pedro Paulo Bastos; RODRIGUES, Yvon Toledo. **Semiologia Pediátrica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

DISCIPLINA

INTERNATO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA I

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.14.0	210h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		

FCCS, ATLS, síndromes hemorrágicas agudas, desidratação moderada a grave (distúrbio hidroeletrólítico), insuficiência renal aguda ou insuficiência renal crônica agudizada, retenção urinária aguda, nefrolitíase, cetoacidose diabética / coma hiperosmolar, hipoglicemia, hipertensão intracraniana, meningite, compressão raquimedular, acidente vascular cerebral, crise convulsiva, alteração do nível de consciência, lipotímia/síncope, dor precordial (tamponamento cardíaco/pericardite aguda/angina/IAM), insuficiência cardíaca, edema agudo de pulmão, crise hipertensiva, arritmias cardíacas, parada cardiorrespiratória, embolia pulmonar, oclusão arterial aguda, trombose venosa profunda, insuficiência respiratória aguda, asma, pneumonias, abscessos pulmonares, pneumotórax, abdômen agudo e obstrução intestinal, neutropenia febril, síndrome infecciosa grave, estados consumptivos (caquexia quando puser o paciente em risco iminente), choque, encefalopatia hepática, emergências psiquiátricas, fraturas, luxações, manuseio do paciente queimado, diarreia, hepatites, curativos e suturas: técnica e princípios básicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURIHAN, E; RAMOS, R.R. **Condutas em Cirurgia**. São Paulo: Atheneu, 2001.

COUTO RC; BOTONI FA; SERUFO JC et al. **Emergências médicas e terapia intensiva**. São Paulo: Medsi, 2008.

CHADDAD NETO, Feres; DA COSTA, Marcos Devanir Silva. **Microneuroanatomia e Cirurgia**. São Paulo: Di Livros, 2024.

FREIRE, E. **Trauma: Cirurgia do Século**. São Paulo: Atheneu, 2003.

GELDER Michael; MAYOU, Richard e COWEN, Philip. **Tratado de Psiquiatria**. 4.ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2006.

GOLDMAN, Cecil. **Tratado de Medicina Interna**. 26. ed., Rio de Janeiro: Elsevier. 2021.

HIGA, Elisa Mieko Suemitsu; ATALLAH, Ávaro Nagib. **Guia de medicina de urgência**. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

LONG, Dan L. et al. **Medicina Interna de Harrison**. 21.ed. Porto Alegre-RS: AMGH, 2023.

MARTINS, M. A. **Clínica Médica**. Barueri: Manole, 2016.

VILAR, Lúcio. **Endocrinologia Clínica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ATLS. 10. ed. Chicago: American College of Surgeons, 2018.

DISCIPLINA		
INTERNATO EM CLÍNICA MÉDICA II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.12.0	180h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		
Cardiologia - Insuficiência cardíaca (IC). Edema agudo de pulmão (EAP). Hipertensão arterial sistêmica (HAS). Aterosclerose. Cardiopatia isquêmica. Valvulopatias. Arritmias cardíacas. Pneumologia - Revisão de semiologia respiratória e função pulmonar. Imagenologia normal de tórax. Asma. Doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC). Pneumonias infecciosas adquiridas na comunidade (PAC). Tuberculose (TB). Câncer de pulmão. Doenças pulmonares intersticiais (DPI). Tromboembolia pulmonar (TEP). Micoses sistêmicas. Derrames pleurais. Bases para escolha adequada dos dispositivos inalatórios. Nefrologia - Equilíbrio ácido-base. Equilíbrio hidro-eletrolítico. Exames complementares em nefrologia. Síndrome Nefrítica e Síndrome Nefrótica. Infecção urinária. Injúria renal aguda (IRA). Doença renal crônica (DRC). Glomerulopatias primárias e secundárias. Litíase renal. Drogas e Rim. Hematologia – Hematopoese. Anemias. Policitemia. Leucocitose e leucopenias. Trombocitopenias e transtornos trombóticos. Transfusões sanguíneas. Oncologia clínica - Impacto do câncer em saúde pública. Oncogênese e Fisiopatologia do câncer. Estadiamento e avaliação de status do paciente oncológico. Principais neoplasias malignas do adulto. Princípios de oncologia cirúrgica. Princípios de radioterapia. Princípios da oncologia Clínica (conceitos, quimioterapia, imunoterapia e terapia alvo). Urgências oncológicas. Conceitos de cuidados paliativos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

LONG, Dan L. et al. **Medicina Interna de Harrison**. 21.ed. Porto Alegre-RS: AMGH, 2023.

McPHEE, Stephen J.; PAPADAKIS, Maxine A. **CURRENT Diagnosis & Treatment:Medical**. 53.ed. Lange Current Series/ McGraw-Hill, 2014.

PORTO, C.C. (Ed.); PORTO, A.L.(Ed.). **Semiologia médica: habilidades para o exame clínico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRUNTON, L.L. Goodman & Gilman. As Bases Farmacológicas da Terapêutica . 12. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.
CECIL, Goldman. Textbook of medicine . 25. ed. Elsevier, 2015.

PERÍODO XI

DISCIPLINA		
INTERNATO EM CLÍNICA CIRÚRGICA II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.14.0	210h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		
Identificação e avaliação do risco cirúrgico. Preparo do paciente cirúrgico. Indicações e prescrição de dietas (oral e enteral). Indicações e prescrição de reposição volêmica e correção de distúrbios eletrolíticos e acidobásicos. Sedação superficial/moderada e analgesia. Antibiótico/profilaxia/terapia. Cuidados com estomas. Identificação de complicações pós-operatória imediata e tardia. Identificação precoce de choque circulatório, as diversas etiologias e tratamento inicial. Identificação de risco, profilaxia e diagnóstico de tromboembolia venosa. Indicações e procedimentos iniciais de suporte ventilatório não invasivo e invasivo. Atendimento inicial aos pacientes traumatizados nos ambientes pré e intra-hospitalar. Identificação e conduta inicial em situações suspeitas de maus-tratos. Atendimento inicial dos pacientes queimados. Princípios de triagem do paciente		
traumatizado. Controle do fluxo de pacientes, gerenciamento dos leitos e vaga zero. Princípios de medicina de catástrofe. Princípios de segurança do paciente cirúrgico. Critérios de agendamento cirúrgico. Termo de consentimento informado para a realização dos procedimentos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

MIRANDA, Marcelo Eller; OLIVEIRA, Reynaldo Gomes de. **Blackbook: Cirurgia/AndyPetroianu**. Belo Horizonte: Blackbook Editora, 2008.

TOWNSEND JR, C. M.; BEAUCHAMP, R. D.; EVERS, B. M.; MATTOX, K. L. **Sabiston Tratado de Cirurgia: A Base Biológica Prática da Cirurgia Moderna**. 20 ed. Rio de Janeiro:Elsevier, 2019.

SABISTON, JR., D. C. **Atlas de Cirurgia Geral**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.SABISTON, JR., D. C. **Atlas de Cirurgia Geral**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPBELL, Toy Liu. **Casos clínicos em cirurgia**. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

NASCIMENTO, José Eduardo de Aguiar; CAPOROSSI, Cervantes; BICUDO, Alberto(organizadores). **Acerto: acelerando a recuperação total pós-operatória**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011.

SAMIR, R.; BIROLINI, Dario. **Atualização em cirurgia geral, emergência e trauma**. Manole, ano 6, 2012. VitalBook file.

HIGA, Elisa Mieko Suemitsu; ATALLAH, Ávaro Nagib. **Guia de medicina de urgência**. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

UTIYAMA, Edivaldo M; RASSLAN, Samir; BIROLINI, Dario. **Atualização em cirurgiageral, emergência e trauma**. Barueri, SP: Manole, 2018.

UTIYAMA, Edivaldo M; RASSLAN, Samir; BIROLINI, Dario. **Procedimentos básicos emcirurgia**. 2. ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2012.

DISCIPLINA

INTERNATO EM CLÍNICA PEDIÁTRICA II

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.14.0	210h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		

Avaliação clínica na emergência; Terapia de reidratação oral e venosa; Sequência rápida de intubação; Estado mal epilético na infância; Hipertensão arterial; Queimaduras; Afogamento; Intoxicação; Acidentes com animais peçonhentos, Doenças infectocontagiosas; Febre reumática; Kawasaki; Cardiopatias congênitas e adquiridas; Diabetes *melitus*; Parada cardiorrespiratória na criança; Anafilaxia; Abuso sexual; Traumatismo craniano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURNS, Dennis Alexander Rabelo; CAMPOS JÚNIOR, Dioclécio; SILVA, Luciana Rodrigues et. al. **Tratado de Pediatria**: Sociedade Brasileira de Pediatria, 4. ed., Barueri, SP: Manole, 2017.

WERTHER, B.C; Souza, R.L; Souza, N. **Emergência e Terapia intensiva pediátrica**. 3. ed., Atheneu, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCHVARTSMAN C, Reis A.G; FARHAT C. L. **Pronto-Socorro**. 3. ed., São Paulo: Manole, 2018.

MARCONDES E. et al. **Pediatria básica**: pediatria clínica especializada - Tomo III. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2004.

NELSON, Richard E.; BEHRMAN, Hal B.; JENSON, Robert Kliegman. **Tratado de Pediatria**. 19. ed. Elsevier, 2013.

DISCIPLINA

INTERNATO EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE II

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.11.0	165h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período

EMENTA

Práticas de Saúde Coletiva. Organização, Administração, Gerenciamento e Financiamento. Perfil Epidemiológico, Ambiental e Sanitário da população.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
DUNCAN, Bruce B. (coord.) <i>et al.</i> Medicina ambulatorial 1 & 2: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. KLOETZEL, Kurt; JATENE, Adib Domingos. Medicina ambulatorial: princípios básicos. EPU (ISBN: 8512408200). GORDIS, Leon. Epidemiologia. FERREIRA, Cid Vaz; AZAMBUJA, Juliana de; SAMPAIO, Paulo Marcos Ribeiro et al (tradutor). 5 ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2017. Current medical diagnosis and treatment. Mcgraw-Hill/Lange Medical Books, 2010 (ISBN:9780071624442).		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ACOSTA AR, VITAL E FMA, (Org). Família: redes, laços e políticas públicas. 5. ed. Cortez: São Paulo, 2010. BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIA DE SAÚDE. Vigilância em Saúde. Brasília: CONASS, 2011. BORGES, Luciana (org). Saúde da Família e comunidade. Manole, 2017. CORTES S.V (org). Participação e saúde no Brasil. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2009. MARTINS CM, STAUFFER AB. Educação em saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. MERHY, E.E.; MAGALHÃES JR, H.M.; RIMOLO, J. FRANCO, T.B.; O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.		

DISCIPLINA		
INTERNATO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.14.0	210h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		

FCCS, ATLS, síndromes hemorrágicas agudas, desidratação moderada a grave (distúrbio hidroeletrólítico), insuficiência renal aguda ou insuficiência renal crônica agudizada, retenção urinária aguda, nefrolitíase, cetoacidose diabética / coma hiperosmolar, hipoglicemia, hipertensão intracraniana, meningite, compressão raquimedular, acidente vascular cerebral, crise convulsiva, alteração do nível de consciência, lipotímia / síncope, dor precordial (tamponamento cardíaco/pericardite aguda/angina/IAM), insuficiência cardíaca, edema agudo de pulmão, crise hipertensiva, arritmias cardíacas, parada cardiorrespiratória, embolia pulmonar, oclusão arterial aguda, trombose venosa profunda, insuficiência respiratória aguda, asma, pneumonias, abscessos pulmonares, pneumotórax, abdômen agudo e obstrução intestinal, neutropenia febril, síndrome infecciosa grave, estados consumptivos (caquexia quando puser o paciente em risco iminente), choque, encefalopatia hepática, emergências psiquiátricas, fraturas, luxações, manuseio do paciente queimado, diarreia, hepatites, curativos e suturas: técnica e princípios básicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURIHAN, E; RAMOS, R.R. **Condutas em Cirurgia**. São Paulo: Atheneu, 2001.

COUTO RC; BOTONI FA; SERUFO JC et al. **Ratton: Emergências médicas e terapiaintensiva**. Medsi, 2008.

GOLDMAN, Cecil. **Tratado de Medicina Interna**. 26. ed., Rio de Janeiro: Elsevier. 2021.

LONG, Dan L. et al. **Medicina Interna de Harrison**. 21.ed. Porto Alegre-RS: AMGH, 2023.

MARTINS, M. A. **Clínica médica doenças cardiovasculares, doenças respiratórias, emergências e terapias intensivas**. Barueri: Manole, 2009.

VILAR, Lúcio. **Endocrinologia Clínica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2024

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GELDER Michael; MAYOU, Richard e COWEN, Philip. **Tratado de Psiquiatria**. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2006.

HIGA, Elisa Mieko Suemitsu; ATALLAH, Ávaro Nagib. **Guia de medicina de urgência**. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

MARTINS, Herlon Saraiva; BRANDÃO NETO, Rodrigo Antonio; SCALABRINI NETO, Augusto; VELASCO, Irineu Tadeu. **Emergências Clínicas**. São Paulo: Manole, 2013.

PERÍODO XII

DISCIPLINA		
INTERNATO EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE III		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.18.0	270h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		
Práticas de Saúde da Família. Organização, Administração, Gerenciamento e Financiamento. Temas da Atenção Primária em Saúde envolvendo os principais grupos de cuidado (crianças e adolescentes, mulheres, adultos e idosos), além dos emergentes: NASF, Saúde Mental na Atenção Primária, Violência e Saúde.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CECÍLIO, L.C.O (org) et al. Inventando a Mudança na Saúde . São Paulo: HUCITEC, 1994. DUNCAN, Bruce B. (coord.) et al. Medicina ambulatorial 1 & 2 : condutas de atenção primária baseadas em evidências. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. GORDIS, Leon. Epidemiologia . FERREIRA, Cid Vaz; AZAMBUJA, Juliana de; SAMPAIO, Paulo Marcos Ribeiro et al (tradutor). 5 ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2017. KLOETZEL, Kurt. Medicina ambulatorial : princípios básicos. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024. MCWHINNEY, Ian R; FREEMAN, Thomas. Manual de Medicina de Família e Comunidade . Tradução de Análise Teixeira Burmeister. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. SILVA JÚNIOR, A.G. Modelos Tecnoassistenciais em Saúde : o debate no		

campo da saúde coletiva. São Paulo: Hucitec, 2008.

SOUTH-PAUL, Jeannette E; MATHENY, Samuel C; LEWIS, Evelyn L. **Current.**

Diagnóstico e Tratamento: Medicina de Família e Comunidade. VASCONCELOS, Márcio Moacyr de (tradutor). 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACOSTA AR, Vital E FMA (Org). **Família:** redes, laços e políticas públicas. 7. ed. Cortez: São Paulo, 2018.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIA DE SAÚDE. **Vigilância em Saúde.** Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadernos de Atenção Básica em Saúde.** 2018. Disponível em: <www.saude.gov.br/dab>. Acesso em: 20. mar. 2023.

BORGES, Luciana (org). **Saúde da Família e comunidade.** Rio de Janeiro: Manole, 2017.

CORTES S.V (org). **Participação e saúde no Brasil.** FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2009.

DOMINGUEZ, B.N.R. **Programa de Saúde da Família:** como fazer. São Paulo: Parma, 1998.

MARTINS C.M.; STAUFFER AB. **Educação em saúde.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

MENDES, E.V. (org.) et al. **Distrito Sanitário:** o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. São Paulo: Hucitec, 1995.

MERHY, E.E. **A saúde pública como política:** um estudo de formuladores de políticas. São Paulo: Hucitec, 1992.

MERHY, E.E.; ONOCKO, R. (Orgs.). **Agir em Saúde:** um desafio para o público. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MERHY, E.E.; MAGALHÃES JR, H.M.; RIMOLO, J. FRANCO, T.B. **O trabalho em saúde:** olhando e experienciando o SUS no cotidiano. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

TURATO, E.R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde humana.** Petrópolis: Vozes, 2003.

DISCIPLINA		
INTERNATO CLÍNICA TOCO-GINECOLÓGICA II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.18.0	270h	Todos os Módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		
<u>Ginecologia</u>: embriologia e malformações genitais; consulta em ginecologia e semiologia ginecológica; aspectos éticos; ciclo menstrual e alterações; corrimento vaginal e doença inflamatória pélvica; distopias genitais; planejamento familiar/reprodutivo e anticoncepção; climatério; abordagem do casal infértil; neoplasia maligna e benigna do útero, ovários, vulva e mamas; sangramento uterino anormal; incontinência urinária; abordagem sindrômica e infecções sexualmente transmissíveis; alterações na sexualidade e disfunções sexuais femininas. <u>Obstetrícia</u>: anatomia e fisiologia da gestante e puérpera; embriologia e desenvolvimento morfológico fetal; consulta de pré-natal e puerpério; patologias e complicações no ciclo gravídico-puerperal; aconselhamento genético; mecanismo de parto e assistência ao parto normal; anormalidade no trabalho de parto e avaliação do bem-estar fetal ante e intraparto; cirurgia cesariana; infecções sexualmente transmissíveis e gestação		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BEREK, J.S. Tratado de Ginecologia. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. DE FREITAS, G.B.L.; ALMEIDA, C.C. Doenças infecciosas e parasitárias. São Paulo: Pasteur, 2024. FERNANDES, César Eduardo; SÁ, Marcos Felipe Silva de (editores). Tratado de Ginecologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020. BRASIL. Manual de gestação de alto risco [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA ALBERT EINSTEIN. Nota Técnica Para Organização Da Rede De Atenção À Saúde Com Foco Na Atenção Primária À Saúde E Na Atenção Ambulatorial Especializada – Saúde		

Da Mulher Na Gestação, Parto E Puerpério. São Paulo: Hospital Israelita Albert Einstein, Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARACAT, E.C. **Condutas em Ginecologia Baseadas em Evidências:**

Protocolos Assistenciais Clínica Ginecológica do Hospital das Clínicas. FMUSP. São Paulo: Atheneu, 2016.

BRUNTON, L.L. **Goodman & Gilman. As Bases Farmacológicas da Terapêutica.** 13. ed. Riode Janeiro: McGraw-Hill, 2018.

CUNNINGHAM, F.G. *et al.* **Obstetrícia de Williams.** 24 ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

PASSOS, E.P. *et al.* **Rotinas em ginecologia.** 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

REZENDE FILHO, J. **Obstetrícia.** 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

ZUGAIB M. Zugaib. **Obstetrícia.** 4. ed. São Paulo: Manole, 2019.

DISCIPLINA		
INTERNATO EM SAÚDE MENTAL		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.12.0	180h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		
Saúde mental: Estudo dos principais sintomas, síndromes e transtornos psiquiátricos. Sua classificação, epidemiologia, fatores etiológicos e patogênicos. Fundamentos do diagnóstico psiquiátrico e bases da terapêutica psiquiátrica. Rede de Atenção Psicossocial. Legislação em saúde mental.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5-TR: Texto Revisado. 5.ed.Rio de Janeiro: Artmed, 2023. CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DO COMPORTAMENTO DA CID-10. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. FIGUEIRA, Maria Luisa; AFONSO, Pena; TEIXEIRA, João Marques. Manual de Psicofarmacologia na pratica Clínica. Rio de Janeiro: Lidel, 2019. KAPLAN, H.; SADOCK, B. Manual de Psiquiatria Clínica. 5.ed. Rio de Janeiro: Medsi 2023. QUEVEDO, João. Emergências Psiquiátricas. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. SADOCK, B.J.;SAADOCK, V.A. Compêndio de Psiquiatria: ciências do comportamento epsiquiatria clínica. 11.ed.Porto Alegre: Artmed, 2017.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. Diagnostic and Statistical Manual of Mentaldisorders -DSM-5. 5th.ed. Washington: American Psychiatric Association, 2013. CHENIAX E. Manual de Psicopatologia. 6. ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2020. CORDIOLI, A.V; cols. Psicofármacos: Consulta Rápida. Rio de Janeiro: Artmed, 2015. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2018. LKIS & LOUZÃ (orgs.). Psiquiatria Básica. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. FOUCAULT, M. História da Loucura na Idade Clássica. 9. ed.; São Paulo: Perspectiva,2010. KOLB, L.C. Psiquiatria Clínica. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. MIGUEL EC; GENTIL V; GATTAZ WF. Clínica Psiquiátrica. São Paulo: Manole, 2011. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Prevenção do suicídio: Manual dirigido aos profissionais de saúdeMental. Brasil, 2006. Disponível em<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_editoracao.pdf>. Acesso em: 30. mar. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). Sistema Integrado de Bibliotecas. **Manual de normalização de monografia, dissertação e tese**. Teresina: UFPI, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRENNER E.M.; JESUS, D.M.N. **Manual de Planejamento e Apresentação de Trabalho Acadêmico**: Projeto Pesquisa, Monografia e Artigos. Atlas, 2007.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

TOASSI, R.F.C; PETRY, P.C. **Metodologia científica aplicada à área da Saúde**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

MÓDULO INTEGRADOR OPTATIVO

DISCIPLINA		
CIÊNCIA, ESPIRITUALIDADE E SAÚDE		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.1.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Definição de ciência, espiritualidade e saúde. Abordagem na história clínica e respeito à espiritualidade do paciente. Relação entre espiritualidade e os processos de saúde e doença: impacto da espiritualidade na fisiologia humana e nos processos fisiopatológicos, bem como na adesão aos tratamentos e desfecho clínico, e espiritualidade na promoção da saúde e na prevenção de doenças. Tanatologia e espiritualidade. Instrumentos aplicados em pesquisas para mensuração da espiritualidade em sua expressão cognitiva, comportamental e afetiva.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

BLOISE, P. Saúde integral. **A medicina do corpo, da mente e o papel da espiritualidade**. São Paulo: Ed SENAC, 2011.

KOENIG, H.G. **Espiritualidade no cuidado com o paciente**. São Paulo: FE Editora Jornallística Ltda, 2013.

KOENIG, H.G. **Medicina, religião e saúde**: o encontro da ciência e da espiritualidade. São Paulo: Templenton Press, 2012.

PEREIRA, F.M.T.; BRAGHETTA, C.C.; ANDRADE, P.A.S.; BRANCO, T.P.

Tratado de Espiritualidade e Saúde - Teoria e Prática do Cuidado em Espiritualidade na Área Da Saúde. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2021.

SANTOS, A.L.F.; SERAFIM, A.; CARDOSO, C.A. **Medicina e espiritualidade baseada em evidências**. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KABAT-ZINN, J. **Viver a catástrofe total**. São Paulo: Ed Palas Athena, 2017.

JUNG, C.G. **Espiritualidade e transcendência**. São Paulo: Ed Vozes, 2015.

GONÇALVES, J.P.B.; LUCCHETTI, G.; MENEZES, P.R.; VALLADA, H. Religious and spiritual interventions in mental health care: a systematic review and meta-analysis of randomized controlled clinical trials. **Psychological Medicine**, v. 45, p. 2937–2949, 2015.

FENWICK, P. As experiências de quase morte (EQM) podem contribuir para o debate sobre a consciência?. **Rev. psiquiatr. clín.**, v. 40, n. 5, p. 203-207, 2013.

MOREIRA-ALMEIDA, A. Explorando a relação mente-cérebro: reflexões e diretrizes. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 40, n. 3, p. 105-109, 2013.

MOREIRA-ALMEIDA, A.; KOENIG, H.G.; LUCCHETTI, G. Clinical implications of spirituality to mental health: review of evidence and practical guidelines. **Rev Bras Psiquiatr.**, v. 36, n. 2, p. 176-82, 2014.

KATHLEEN, I.; JENNIFER, H.; LUBETKIN, E. Incorporating Spirituality in Primary Care. **Relig Health.**, v. 55, n. 3, p. 1065–1077, 2016.

MONOD, S.; BRENNAN M.; ROCHAT, E. Instruments Measuring Spirituality in Clinical Research: A Systematic Review. **J Gen Intern Med.**, v. 26, n. 11, p. 1345-1357, 2011.

DISCIPLINA

DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
1.3.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Política de Drogas no Brasil. Paradigma da Abstinência e Paradigma da Redução de Danos. Questão da droga no Brasil. Abordagem de portadores de dependência química. Epidemiologia. Drogas: benzodiazepínicos, tabaco, álcool, maconha, cocaína, anfetaminas, crack e drogas emergentes. Diagnóstico, Instrumentos de Avaliação e Busca Ativa. Terapêutica farmacológica, psicoterapia individual e de grupo estratégias de prevenção. Manejo da Fissura. Reabilitação e Reinserção Psicossocial.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BOSSO, Rogério Adriano; SANTOS, Juliano Pereira dos. O tratamento da dependência química: um guia de boas práticas. São Paulo: Appris editora, 2020. DIEL, Alessandra; CORDEIRO, Daniel Cruz; LARANJEIRA, Ronaldo. Dependência Química: Prevenção, Tratamento e Políticas Públicas. 2.ed.Rio de Janeiro: Artmed, 2018. KALINA, E., & Kovadloff, S. Drogadição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. SEVERIANO, C. J. S., BARCELOS, I. I., MORAIS, J.G., FOLLY, N.S.G., MORAIS, U.R.P. Dependência Química: As Comunidades Terapêuticas de Reabilitação. Projeto de Pesquisa. Faculdade Pitágoras, 2007. TANCREDI, F.B. As Toxicomanias do ponto de vista da Medicina e da Saúde Pública. In Drogas e Drogados: o indivíduo, a família e a sociedade. São Paulo: EPU, 1984. ZANELATTO, Neide A.; LARANJEIRA, Ronaldo Laranjeira. O Tratamento da Dependência Química e as Terapias Cognitivo-Comportamentais: Um Guia para Terapeutas. 2.ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2018.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
FERIGOLO, M; RHODEN, C; GOMEZ, R; TRAPP, MA; BARROS, HMT. Centros de Atendimento da Dependência Química. Porto Alegre: Gráfica e Editora Brasil, 2001. LABATE, Beatriz Caiuby; RODRIGUES, Thiago. Políticas de Drogas no Brasil:		

Conflitos e Alternativas. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2018.

RIBEIRO, M.; LARANJEIRA, R. (Org.). **O tratamento do usuário de crack**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DISCIPLINA		
EMPREENDEDORISMO MÉDICO		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.1.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Gestão de custos em saúde voltados para procedimentos técnicos. Gestão de pessoas em saúde. Inovação e desenvolvimento de produtos em saúde e sua aplicabilidade. Planejamento e gestão estratégica em saúde. Gestão financeira básica para médicos. Empreendimento acadêmico e técnicas de consultoria na área de saúde para uma empresa. Processos de desenvolvimento e estudo de viabilidade de negócios. Comportamento empreendedor; <i>Startups</i> , negócios digitais e negócios tradicionais; Modelos de negócios – <i>business Model Canvas</i> ; Planejamento Estratégico; Gestão de estabelecimentos Médicos; Projeto de negócios.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
JUNIOR CARLO, WILSON CARLO. Manual do médico empreendedor . São Paulo: Editora Satiús, 2006. BLANK, Steve. Startup: Manual do Empreendedor o guia passo a passo para construir uma grande companhia. Steve Blank e Bob Dorf. – Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2014. EJCHEL, FÁBIO K. O Que Todo Médico Deve Saber Sobre Impostos, Taxas e Contribuições . 3 .ed. São Paulo: Blucher, 2014. TAJRA,SANMYA FEITOSA . Gestão Estratégica na Saúde - Reflexões e Práticas para uma Administração Voltada para a Excelência . Rio de Janeiro: Editora Érica, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
Banco Central do Brasil. Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças		

Pessoais (Conteúdo Básico). Brasília. BCB. 2013. Disponível em:

www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf Acesso: 20 de fev.2025.

Guia do Empreendedor Criativo. 2015. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. Disponível em:

[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e1bb929711a641ae93eb6dbb5853db3d/\\$File/5442.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e1bb929711a641ae93eb6dbb5853db3d/$File/5442.pdf) Acesso: 20 de fev.2025.

DISCIPLINA		
GÊNERO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E SAÚDE		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.1.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Saúde, relações étnico-raciais, gêneros e diversidade cultural. História e cultura africana e afro-brasileira. História e cultura indígena no Brasil. Movimentos sociais e gêneros. Necessidades de saúde, vulnerabilidades e desigualdades étnico-raciais e de gêneros. Violências e exclusão social. Consequências do preconceito e discriminação na prática médica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRAVO, M.I.S.; MENEZES, J.S.B. Saúde, serviço social, movimentos sociais e conselhos : desafios atuais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. CIASCA, S.V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JUNIOR, A. Saúde LGBTQIA+Práticas de cuidado transdisciplinar . 1. ed. São Paulo: Manole: 2021. HEUFEMANN, N.E.C.; FERLA, A.A.; LIMA, K.M.S.; MARTINS, F.M.; LEMOS, S.M. Saúde Indígena : educação, gestão e trabalho. Porto Alegre: Editora Rede UNIDA, 2020. PAIM, J.S. Saúde coletiva : teoria e prática. Rio de Janeiro: Medbook, 2014. RODRIGUES, R. Nós do Brasil : estudo das relações étnico-raciais: São Paulo: Moderna, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.		

Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política para o SUS. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. 1. ed., 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, 2002.

DANIEL, F. *et al.* **A questão indígena**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

GAEDE NETO, R. **Diaconia no contexto afro-brasileiro**: um estudo baseado nas comunhões de mesa de Jesus. Rio Grande do Sul: Sinodal, 2014.

DISCIPLINA		
INGLÊS MÉDICO-INSTRUMENTAL		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
1.1.0.0	30h	Não tem
EMENTA		
Considerações gerais sobre Inglês Instrumental. Elementos linguísticos constitutivos da estrutura básica da Língua inglesa, com ênfase nos mecanismos de estruturação textual, no vocabulário técnico e nas expressões idiomáticas. Uso de dicionário. Gramática básica. Vocabulário médico básico: doenças, profissões, medicamentos. Leitura, interpretação, análise e tradução de textos básicos de medicina em inglês.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
TORRES, F.R. Dicionário de Termos Médicos Inglês – Português . São Paulo: Roca, 2011.		
PERROTTI-GARCIA, A.J. Curso de Inglês Médico . Rio de Janeiro: Contexto médico, 2014.		
BRITTO, M.M.J. Michaelis Inglês : Gramática prática. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2016.		

LOPES, C. **Inglês instrumental**: leitura e compreensão de textos. Fortaleza: IFCE, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TORRES, N. **Gramática prática da língua inglesa**: o inglês descomplicado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

TORRES, N. **Michaelis**: dicionário prático inglês, inglês-português, português-inglês. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

GUANDALINI, E.O. **Técnicas de leitura em inglês**: Estágio 1. 1. ed. São Paulo: Texto Novo, 2004.

DISCIPLINA

LIBRAS

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0	60h	Não tem

EMENTA

Aspectos teóricos-históricos, clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. Perspectiva cultural e linguística dos surdos. Língua de sinais enquanto língua dos surdos. Aspectos da organização educacional e cultural dos surdos. Aspectos gramaticais da língua de sinais (morfologia, fonologia, sintaxe e semântica). Literatura Surda. Atividades práticas para a aprendizagem da Libras para uso no cotidiano ou relacionado ao ambiente de trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ÃO, Flávia. Dicionário Ilustrado de Libras: Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Global Editora, 2022.

GESSER, Audrei. **Libras?**: que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua desinais e da realidade surda: São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HOUGH, Izildinha; SIPANS, Priscila. **O Grande Livro de Libras- Língua brasileira de sinais**: Suplementos e Guias de estudo. São Paulo: Camelot Editora, 2021.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SKLIAR, C. (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 6.ed. Porto Alegre:

Editora Mediação, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
AHLGREEN, I. & HYLSTENSTAM, K. (eds). Bilingualism in deaf education. Hamburg:signum-verl., 1994. BRASIL. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, (1944: Salamanca). Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativasespeciais. 2. ed. Brasília: CORDE., 1997. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto no 5.626, de 22 dedezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. BOTELHO, P. Segredos e silêncios na educação dos surdos. Minas Gerais: Editora Autêntica,1999. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: o mundo dos surdos em Libras. São Paulo: Vitae: Fapesp: Capes: EDUSP, 2005. FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. LIBRAS em contexto. Curso Básico. Brasília: Ministérioda Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001. FERREIRA-BRITO, L. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010. LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão. In: LACERDA, C.B.F. de; GÓES, M. C. R. de (Org.). Surdez: Processo Educativos e Subjetividade. São Paulo: Editora Lovise, 2000. p. 51-8. PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. Curso de LIBRAS 1 – Iniciante. 3 ed. rev. e atualizada. Porto Alegre: Editora Pallotti, 2008. QUADROS, R.M. Aquisição de L1 e L2: o contexto da pessoa surda. Anais do SeminárioDesafios e Possibilidades na Educação Bilíngue para Surdos. Rio de Janeiro: INES, 1997. SACKS, O.W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DISCIPLINA

MEDICINA DO SONO		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Estudo da importância e fisiologia do sono, avaliação, distúrbios e intervenções fisioterapêutica e multiprofissional para promoção da saúde do sono. Identificar os principais distúrbios do sono e suas implicações clínicas. Estudo das habilidades para avaliação e intervenções fisioterapêuticas em pacientes com distúrbios do sono. Educação em saúde para a prevenção.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
AMERICAN ACADEMY OF SLEEP MEDICINE. International Classification of Sleep Disorders. Third Edition, 2014. DUARTE, R.L.M. et al. Consenso em distúrbios respiratórios do sono da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. J. Bras. Pneumol. n.48, v. 4, 2022. KRYGER, M.; ROTH, T.; DEMENT, W. C. Principles and Practice of Sleep Medicine. Elsevier. 2011. NERBASS, F. B., PICCIN, V.S., et. al. Atuação da Fisioterapia no tratamento dos distúrbios respiratórios do sono. ASSOBRAFIR Ciência, vol.6., n.2, p.13-30, 2019. PINTO-JÚNIOR, L. R. Sono atualização terapêutica. Série Sono. Associação Brasileira do Sono. Atheneu, 2023. TAVARES, A., ZANCANELLA, E., GENTA, P.R., POYARES, D. Medicina do sono. Diagnóstico e manejo. Associação Brasileira de Psiquiatria. Editora Artmed, 2023. TUFIK, S., ANDERSEN, M.L. Sono da neurobiologia à prática médica. Di Livros, 2022.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
FRANGE, C., FRANCO, A. M., BARSIL, E. Recomendações práticas para a o papel da Fisioterapia no manejo dos distúrbios de sono. Diretrizes da Associação Brasileira do Sono, 2022. HADDAD, F.L.M., GREGÓRIO, L.C. Manual do Residente Medicina do Sono. 2. ed. Manole, 2022. TOGEIRO, S. M. G. P., GENTA, P.R., LORENZI-FILHO, G. Sono. v. 12. Série atualização e reciclagem em pneumologia – SPPT. Editora Atheneu, 2017.		

DISCIPLINA		
MEDICINA DESPORTIVA		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Conceitos e divisões da medicina desportiva: preventiva, terapêutica e educativa. Princípios gerais e tipos de acidentes de acidentes na prática desportiva: gerais e tipos de acidentes na prática desportiva: neurológico, oftalmológico, otorrinolaringológico, dermatológico, torácico, abdominal, urológico, vascular, osteoarticular. Atendimentos especializados e prevenções. Prevenção de lesões desportivas, atendimento, tratamento, evolução, avaliação. Aparelho Locomotor x Esporte Competitivo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
AMATUZZI, MM. Carazzato J.C. Medicina do Esporte. São PAULO: Roca, 2004. CARAZZATO, J.C. Idade ideal para o início da prática esportiva. Rev. Hosp. Clin. Fac. Med. São Paulo, 46:311-314, 1991. CARAZZATO, J.C. Medicina Esportiva: noções básicas para o ortopedista. Rev. Bras. Ortp., 28:697-706, 1993.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ENOKA, Roger. Bases Neuromecânicas da Cinesiologia. São Paulo: Ed. Manole, 2000. PRETICE, W. Manoile. Técnicas de Reabilitação em Medicina Desportiva. 2002. WITHITING; ZERNICKE. Biomecânica da Lesão Musculoesquelética. Rio de Janeiro:Guanabara, Koogan 2001. TUBINO, Manoel. Metodologia Científica do Treinamento Desportivo. Rio de Janeiro:Guanabara Koogan, s/d.		

DISCIPLINA		
PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)

2.2.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Princípios filosóficos da Medicina Tradicional Chinesa e introdução as Práticas Integrativas e Complementares na Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde. Aspectos Éticos e legais no uso dos métodos terapêuticos. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: acupuntura, antroposofia, apiterapia, aromaterapia, arteterapia, Ayurveda, biodança, bioenergética, constelação familiar, cromoterapia, dança circular, fitoterapia, geoterapia, hipnoterapia, homeopatia, imposição de mãos, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, ozonioterapia, quiropraxia, reflexologia, Reiki, shantala, terapia comunitária integrativa, terapia de florais, termalismo e yoga		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. MELO, A.R.C. Práticas Integrativas E Complementares em Saúde. Rio de Janeiro: Manole, 2022. POSSO, M.B.S. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no Tratamento da Dor. São Paulo: Atheneu, 2023. RODHE, C.B.S.; MARIANI, M.M.C.; GHELMAN, R.G. Medicina integrativa na prática clínica. Rio de Janeiro, Manole, 2021.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
SILVA, G. K. F. Da et al. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafios em 30 anos do SUS. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 30, n. 1, p. e300110, 2020. UFRN. Cartilha Ser-Mente: Inserindo práticas integrativas no seu dia a dia.		

Mossoró. RN: EDUERN, 2020.

TELESI JUNIOR, E. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. **Estud. av. [online]**., v. 30, n. 86, p. 99-112, 2016.

CONTATORE, O.A.; MALFITANO, A.P.S.; BARROS, N.F. Por uma sociologia do cuidado: reflexões para além do campo da saúde. **Trab. Educ. Saúde.**, 2019

DISCIPLINA		
PRÁTICA LABORATORIAL		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
1.3.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Prática de laboratório: organização e padronização laboratorial, coleta de materiais biológicos; determinações bioquímicas, microbiológica, hematológicas, imunológica, colorações, reações, precipitação, aglutinação, análises e interpretação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BALLINGER, A. Manual de Fundamentos de Clínica Médica .3.ed. São Paulo: Santos, 2003.		
MILLER, O. Laboratório para o Clínico . 8.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1999.		
NICOLL, Diana Nicoll; MARK LU, Chuanyi; MCPHEE, Stephen J. Manual de Exames Diagnósticos .7.ed. São Paulo: AMGH, 2019.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
FERRAZ, F. C. Técnicas de segurança em laboratórios : regras e práticas. São Paulo: EditoraHemus, 2004.		
GALIZZI, J.; CANÇADO, J.R. Métodos de Laboratório aplicados à clínica : técnica e interpretação. 8.ed. Rio de Janeiro:Guanabara Koogan, 2001.		
HOCHSTEIN, E. Manual de Exame do Paciente . Rio de Janeiro: Atheneu, 1985.		
MILLER, O.; GONÇALVES, R.R. Laboratório para o clínico . São Paulo: Atheneu, 2005.		
MOURA, R. A. Técnica de Laboratório . 3.ed. São Paulo: Atheneu, 2001.		

RAVEL, R. **Laboratório Clínico**. Aplicações Clínicas de Dados Laboratoriais. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

ZUBRICK, J. W. **Manual de Sobrevivência no Laboratório de Química Orgânica**. 9. e d. São Paulo: Editora LTC, 2016.

DISCIPLINA		
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E IMPACTOS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Análise das políticas de desenvolvimento econômico e social implementadas no Brasil e no Mundo na atualidade e seus impactos na saúde da população.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FURTADO, Celso. Brasil: a construção interrompida . 2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A (Org.). Polarização mundial e crescimento . Petrópolis: Vozes, 2001. HENRIQUES, R. Desigualdade e pobreza no Brasil . IPEA, Rio de Janeiro, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
FUJITA, M. Krugman. Economia Espacial: Urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano . São Paulo: Editora Futura, 2002. FURTADO, C. Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. NERO, Carlos Del. (2002). "O que é Economia da saúde". In: PIOLA, SÉRGIO F. e VIANNA, Solon M. Economia da Saúde Conceito e contribuições para a Gestão de Saúde . IPEA, Brasília – 2002. PIOLA, Sérgio F.; VIANNA, Solon M. (org.). Economia da saúde: conceitos e contribuição para a gestão da saúde . 3. ed. Brasília: IPEA, 2002. VANNA, A. Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil .		

Estratégias de Bem-Estar e Políticas Públicas. Revan, Ucam, Iuperj, Rio de Janeiro, 1998.

DISCIPLINA		
SAÚDE AMBIENTAL		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
1.1.0.0	30h	Não tem
EMENTA		
Aspectos históricos e conceituais da saúde ambiental. Conceitos básicos de higiene, saneamento básico, saúde humana e ecologia. Desenvolvimento sustentável e meio ambiente. Degradação ambiental e impactos na saúde da população. Saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos). Gerenciamento de resíduos sólidos em serviços de saúde.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CARVALHO, I.C.M. Educação ambiental : a formação do sujeito ecológico. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2016. PHILLIPPI JÚNIOR, R. Saneamento, saúde e ambiente : fundamentos para um desenvolvimento sustentável. 2 ed. São Paulo: Manole, 2017. SETUBAL, M.A.; RESEK, J. Educação e sustentabilidade : Princípios e valores para a formação de educadores. São Paulo: Peiropólis, 2015. SCHNEIDER, V.E.; STEDILE, N.L.R. Resíduos de serviços de saúde : um olhar interdisciplinar sobre o fenômeno. 3. ed. Caxias do Sul: Educs, 2015.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CAVINATTO, V.M. Saneamento Básico . 2.ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2012. BRASIL, Ministério da Saúde. REFORSUS. Saúde Ambiental e Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde . Brasília: Ministério da Saúde, 2002. DIAS, G.F. Educação ambiental : princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2010. SCHNEIDER, V.E. Manual de gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde . 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.		

MINAYO, M.C.S. **Saúde e Ambiente sustentável**: estreitando nós. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

SISINNO, C.L.S. **Resíduos sólidos, ambiente e saúde**: uma visão multidisciplinar. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

DISCIPLINA		
TELEMEDICINA		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.1.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Conhecimento dos recursos tecnológicos para prover serviços mediados por tecnologia, desenvolvimento e a aplicação da telemedicina e telessaúde como recurso de educação, assistência e pesquisa multicêntrica à distância. Habilidades relacionadas a promover o conhecimento do projeto de Telessaúde Brasil do Ministério da Saúde (Telemedicina e Telemática aplicada à Atenção Primária). Comunicação Educacional baseada no modelo de teleeducação interativa baseada na Internet, usando o Tutor Eletrônico. Aprendizado baseado em problema usando o sistema de ambulatório virtual e/ou web conferência para fins de segunda opinião formativa baseada na Internet. Conhecer estratégias e recursos que propiciem o desenvolvimento de protocolos multicêntricos através da Internet.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
RASHID L.;BASHSHUR, JAY H.; SANDERS,GARY W. SHANNON. Telemedicine: Theory and practice. / Editores:. Editora: Charles C Thomas Publisher Ltda. Springfield – Illinois – USA. KAVAMOTO, C.A; CHAO L.W; BATTISTELLA, L.R; BÖHM,G.M. A Brazilian model of distance education in physical medicine and rehabilitation based on videoconferencing and internet learning. Journal of Telemedicine and Telecare, 2005; 11:S1:80-82. TALEB, A.C; BÖHM,G.M; AVILA, M; CHAO, L.W. The efficacy of telemedicine for ophthalmology triage by a general practitioner. Journal of Telemedicine and Telecare, 2005; 11:S1:83-85.		

CHAO, L.W. **Telemedicina na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Telessaúde – um instrumento de Suporte Assistencial e Educação Permanente.** Editora UFMG, 247-256, novembro 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TIDD, JOE; BESSANT, JOHN; PAVITT, KEITH. **Gestão da Inovação**, 3. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, Porto Alegre, 2018.

MENDES, ISABEL AMÉLIA COSTA; CARVALHO, EMILIA CAMPOS. **Comunicação como meio de promover saúde.** 7º SIBRACEN (Simpósio Brasileiro de Comunicação em Enfermagem). Ribeirão Preto: FIERP, 2000,.

CHAO LUNG WEN. **Modelo de ambulatório virtual (cyber ambulatório) e tutor eletrônico (cyber tutor) para aplicação na interconsulta médica, e educação à distância mediada por tecnologia.** [tese] apresentada à Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, I. (Org.). **Escola Reflexiva e Nova Racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ALARCÃO, I. (Org.). **Professores Reflexivos em uma escola reflexiva**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ALMEIDA, C. B. S. **Medicina mestiça**. Saberes e práticas curativas nas minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 2010. p. 23.
- ALMEIDA, Tito Franco de. **O conselheiro Francisco José Furtado**: biografia e estudo de história política contemporânea. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, 138 p.
- AZEVEDO, O. **O papel da Medicina e das terapias alternativa**. Disponível em:
<http://curaquanticaestelar.blog.com/O%20papel%20da%20Medicina%20e%20das%20Terapias%20Alternativas>. Acessado em 16 de janeiro de 2009.
- BAFFA, A. M. **Internato médico**: desafios da avaliação da aprendizagem em serviço. Dissertação de Mestrado. PUC-Campinas, 1998.
- BATISTA, S.H. Aprendizagem, ensino e formação em saúde: das experiências às teorias em construção. In: BATISTA, N.A.; BATISTA, S.H. (ORG). **Docência em Saúde: temas e experiências**. São Paulo; Ed SENAC, 2004.
- BLASCO, P.G. **A Medicina de Família: um caminho para humanizar a medicina**.. Disponível em <<http://www.hottopos.com/notand9/pablo.htm>> Acesso em 15.11.2012.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. *Diário Oficial República Federativa do Brasil*, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996.
- BRASIL . Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica**. Disponível em <http://dab.saude.gov.br/sistemas/Pmaq/> Acesso em 23.11.2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Graduação em Medicina** (Resolução CNE/CES Nº. 04, de 7 de novembro de 2001).

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.** *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 72, seção 1, p. 3-4, 15 jan. 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA Educação. Secretaria de Ensino Superior. Ministério da Saúde. Secretaria da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. **Matriz de correspondência curricular para fins de revalidação de diplomas de médico obtidos no exterior.** Brasília: MEC, MS, 2009, 69 p.

BRASIL. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação.** 5. ed. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009, 328 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. **Proposta de Expansão de vagas no ensino Médico nas Instituições Federais de Ensino Superior.** Brasília: SESU, 2012, 51 p.

BRASIL. **Resolução nº 03 de 20 de junho de 2014** que aprova as DCNs para os cursos de Medicina. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 07 de 18 de dezembro de 2018** que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 DA Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação -PNE 2014-2024 e dá outras providências.

CADERNO DO CURSO DE MEDICINA. **Centro de Ciências Biológicas-Coordenação da Graduação em Medicina.** São Carlos: UFSCAR, 2007.

CARVALHO, A.D. As racionalidades pedagógicas da formação docente: **Tese de Doutorado.** UFC, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Demografia médica no Brasil.** V. 1, CFM, 2011 < http://www.cremesp.org.br/pdfs/demografia_2_dezembro.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº. 04, de 7 de novembro de 2001.** *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 de novembro de 2001. Seção 1, p. 38.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior.** São Paulo: Cortez, 2003.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA. Brasília: Ministério da Educação; 2014.

FERNANDEZ J.C.A.; MENDES R. (Org.) **Promoção da saúde e gestão local.** São Paulo: Hucitec-Cepedoc, 2007.

FEURY S, LOBATO, L,V,C, (org), **Participação, democracia e saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2009.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FUNDAÇÃO CEPRO. Piauí em números. 8. ed, 2011. Disponível em <CEPRO%20%28Teresina%29.%22&qFacets=autoria:%22 20%28Teresina %29.%22&sort=&paginacao=t&paginaAtual=1>. Acesso em 16.11. 2012.

GOHN, M.G. (Organizadora). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais** – 2003/2008 disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/visualiza.hp?id_noticia=1717 &id_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/visualiza.hp?id_noticia=1717&id_pagina=1)>. Acesso em 20.11.2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo_2010/default.shtm> Acesso em 08.08.2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da População 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>. Acesso em 12.10.2012.

LAMPERT J. B.; COSTA , N.M.S.C; PERIM, G.L.; ABDALLA, I.G.; AGUILAR-DA-SILVA, R.H. ; STELLA , R.C.R.Tendências de Mudanças em um Grupo de Escolas Médicas Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Médica**. v. 33, Suplem. 1, p. 19-34, 2009.

LIFSHITZ, A. "The human, humanistic, humanist and humanitarian in medicine" **GacMedMex** v. 133, n. 3, p 237-243, 1999.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Informação em Saúde**. Caderno de Informação em Saúde. Disponível em http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/cadernos_map.htm>. Acesso em 22.11.2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Organização do SUS: Regiões de Saúde, Planejamento Regional e Mapa da Saúde. 2012. Brasília, MS, 31 p. disponível em http://portal.saude.gov.br/portalArquivos/dr/organizacao_doSUSRegioesdesaudeDAISGEP.pdf. Acesso em 30.11. 2012.



OLIVEIRA, T. T. P; NASCIMENTO, M. S. B; NOBREGA, M. C. O. P, NASCIMENTO, T.T. **Mental**. v.9, n. 17, 2011, p. 523-536. Disponível em: <http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=42023679002>, Redalyc. Acesso em 29.11.2012.

PERRENOUD, P. **Formar professores em contextos sociais em mudança prática reflexiva e participação crítica**. Tradução Catanil, Denise Bárbara. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Genebra, 1999. (Mimeo).

PIAUÍ. Carta ao tenente João Rodrigues Bezerra da Missão dos Gueguês, manuscrita em 23 de novembro de 1771 pelo governador da capitania [Gonçalo Lourenço Botelho de Castro] ordenando a remoção do mestre da escola do gentio Gueguês e contratando para seu lugar o preto forro chamado Antônio José. In: **Livro de correspondência da Capitania do Piauí (1769-1773)**. Piauí: Arquivo Público do Estado do Piauí, [1774].

PIMENTA, S. G. formação de professores: identidade, saberes e docência. In: PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2002.

PREARO, A.Y.; MONTI, F.M.F; BARRAGAN, E.É possível desenvolver a autorreflexão no estudante de primeiro ano que atua na comunidade? um estudo preliminar. Rev. Bras. Educ. Med. v.36 n.1, Rio de Janeiro, 2012.

PROJETO PEDAGÓGICO do Curso de Medicina. Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. **Coordenação do Curso de Medicina**: UFPI, 2021.

RESTES, Nadja, M. H. **Educação e racionalidade**: conexões e possibilidades de uma razão comunicativa na escola. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

RIBEIRO, Lourival. **Medicina no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: GB, 1971; SANTOS FILHO, Lycurgo. **Pequena história da medicina brasileira**. São Paulo: DESA/Edusp, 1966.; __. História geral da medicina brasileira. São Paulo: Edusp/HUCITEC, 1991.; __. História da medicina no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1947.; __. Medicina Colonial. in HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira (tomo I, vol. 2) - Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1960.

SCHÖN, D.. A. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Tradução Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Artes Médicas, 2000.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. **Pesquisa**. SOARES. Ana Carolina Pinto. **A universidade e a promoção da cultura de humanização em saúde na formação médica**. Teresina: UFPI, 2013. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em Ciências da Saúde.



STARFIELD, B. **Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia.** Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Coletânea: Estatuto da UFPI. Regimento Geral da UFPI. Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Regimento do Conselho de Administração da UFPI. Regimento do Conselho Universitário da UFPI. Estatuto da FUFPI. Regimento do Conselho Diretor da FUFPI.** Teresina: Gráfica da UFPI, 12 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional –PDI- 2020-2025.** Teresina: UFPI, 2020, 232 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório de Gestão 2022** Teresina: UFPI, 2022, 165 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução do CEPEX nº 177/2012** que trata das normas de funcionamento dos cursos de graduação da UFPI. Teresina: UFPI, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução do CEPEX nº 053/2019**, de 12 de abril de 2019, que inclui a extensão como componente curricular obrigatório nos cursos de graduação da UFPI. Teresina: UFPI, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução do CEPEX nº 297/2022** que altera a Resolução CEPEX/UFPI nº 22/18 de 16 de fevereiro de 2018, Resolução CEPEX/UFPI nº 021/18 de 16 de fevereiro de 2018, Resolução CEPEX/UFPI nº 053/19, de 12 de abril de 2019 e dá outras providências.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ/UFPI. **Plano Diretor de Unidade do Campus Amilcar Ferreira Sobral 2020-2022.** Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Zm_QeKnErtCql3qxoVbmQcJMqV8gk1Ky/view
Acesso: 23 de ago. 2023.



ANEXOS



ANEXO I

REGULAMENTO DO INTERNATO

CAPÍTULO I

Das Definições

Art. 1º O Internato é o último ciclo do curso de graduação em Medicina, correspondendo ao quinto e sexto ano, livre de disciplinas acadêmicas, durante o qual o discente deve receber treinamento intensivo, contínuo, sob supervisão em instituição de saúde.

Art. 2º O internato, segundo artigo 24 das DCN do curso de graduação de medicina 2014, é o estágio obrigatório em serviços de saúde conveniados à Universidade Federal do Piauí (UFPI) *Campus Amílcar Ferreira Sobral* (CAFS) com prioridade aos serviços públicos, destinado a complementar e aprimorar as habilidades, atitudes e conhecimentos apreendidos nos períodos anteriores do curso de graduação.

Parágrafo único – O Internato será desenvolvido preferencialmente na Rede Pública de Saúde de Floriano-PI e outros municípios do Médio Parnaíba ou em instituição privada que estejam conveniadas com a universidade ou em fase de tramitação e disponha de atendimento direto aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). O convênio deve ser firmado após apreciação e autorização da Comissão do Internato, dando-se preferência àquelas da mesma região geográfica da Instituição de Ensino.

Art. 3º Constituem Rede Pública de Saúde: as unidades hospitalares, os serviços especializados, as unidades básicas de saúde e os serviços de gestão, federal, estadual ou municipal do SUS.



Art. 4º Atividades cumulativas são todas aquelas não contempladas no internato e que se sobreponham às atividades pré-definidas, tais como plantões extracurriculares, estágios não curriculares e outras atividades.

Art. 5º Coordenador de área é o profissional responsável por manter contato com os possíveis preceptores de estágio da área.

Art. 6º Estágio externo opcional é aquele realizado em instituições externas, fora do âmbito dos municípios do Médio Parnaíba.

CAPÍTULO II

Da Natureza e dos Objetivos

Art. 7º A formação dos discentes do Curso de Medicina do CAFS/UFPI incluirá, como etapa integrante da graduação, estágio curricular obrigatório de treinamento em serviço, em regime de internato, em serviços conveniados, e supervisão direta dos docentes e preceptores não docentes, profissionais qualificados, a serem designados pelos coordenadores. Os coordenadores de área deverão apresentar a relação nominal de todos os professores e preceptores não docentes, atualizada semestralmente, à Coordenação do Curso de Medicina e ao Coordenador do Internato.

Art. 8º Compreende-se por atividades teóricas as reuniões clínicas, seminários, clubes de revista, tutorias, discussões de casos clínicos, etc., que proporcionem o desenvolvimento de competências cognitivas (conhecimento) e que sirvam de suporte às atividades desenvolvidas na área do estágio.

I - Representar a última etapa da formação acadêmica do médico geral, dando-lhe capacidade de resolver, ou bem encaminhar, os problemas de saúde da população a que vai servir;

II - Oferecer oportunidades para ampliar, integrar e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de graduação;

III - Desenvolver as técnicas e habilidades indispensáveis ao exercício da medicina;

IV - Promover o aperfeiçoamento, ou aquisição, de atitudes adequadas à assistência aos pacientes;



- V - Possibilitar a prática de assistência integrada, pelo estímulo à interação dos diversos profissionais da equipe de saúde;
- VI - Proporcionar uma experiência acadêmico-profissional através da vivência no mercado de trabalho hospitalar e demais setores da área da saúde;
- VII - Estimular o interesse pela promoção e preservação de saúde e pela prevenção das doenças;
- VIII - Desenvolver a consciência das limitações, responsabilidades e deveres éticos do médico, perante o paciente, a instituição e a comunidade;
- IX - Aprimorar hábitos e atitudes éticas e humanas;
- X - Fortalecer a ideia da necessidade de aperfeiçoamento profissional continuado.

CAPÍTULO III

Da Duração e Da Frequência

Art. 9º O Internato será realizado pelo prazo mínimo de vinte e dois meses ininterruptos (excluídas as férias), com a carga horária mínima de 35% (trinta e cinco por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Medicina. Ele terá a duração total de 21 meses, sendo dividido em Internato 1, no quinto ano, com duração de 11 meses mais 1 mês de férias, e Internato 2, no sexto ano com duração de 10 meses mais 1 mês de férias, perfazendo um total de 3.195 horas.

§ 1º Este Regulamento observará o disposto na Lei nº 11.788/08, art. 10, § 1º, respeitando como carga horária semanal máxima as quarenta horas entre as atividades práticas e teóricas. As atividades teóricas devem ocupar 20% da carga horária semanal, sob supervisão docente e de preceptores.

§ 2º A carga horária estabelecida legalmente no estágio é de 8 horas diárias, de segunda a sexta-feira. As atividades que envolvem o acompanhamento e/ou evolução de pacientes internados poderão, excepcionalmente, mediante mútuo acordo entre aluno e preceptor, serem desenvolvidas aos sábados, domingos e feriados, desde que não ultrapassem a carga horária semanal determinada neste Regulamento.



§ 3º - Cada área do internato será dividida entre as 6 grandes áreas (Clínica Médica, Cirurgia, Pediatria, Tocoginecologia, Saúde mental e Saúde Coletiva e Atenção Primária em Saúde), a serem cumpridas no 5º e 6º ano do Curso.

§ 4º - O internato iniciar-se-á impreterivelmente, no primeiro dia útil do calendário semestral elaborado pela comissão do internato.

§ 5º - Cada área de estágio terá número equivalente de alunos para que não haja sobrecarga nem oscilação na proporção alunos-pacientes-docentes em cada setor.

§ 6º - As atividades no decorrer do Internato deverão oferecer um caráter de aquisição de habilidades progressivas.

Art. 10 Só poderá matricular-se no Internato o estudante que tenha cumprido todas as atividades acadêmicas do 1º ao 8º período.

Art. 11 O cumprimento integral da carga horária (40 horas/semanais) é obrigatório, devendo o total de horas acumuladas de estágio curricular de cada discente corresponder a carga horária global do programa do internato geral e em cada área específica, portanto todas as faltas, independentemente do motivo, deverão ser repostas para completar a carga horária.

Art. 12 O programa do Internato será realizado, obrigatoriamente, em quarenta (40) horas semanais, uniformemente, em todos os rodízios, no primeiro e no segundo ano. O cronograma a ser seguido será estabelecido pelo próprio serviço, evitando assim transtornos operacionais na dinâmica da unidade.

Art. 13 Durante o internato, não será permitido acumular quaisquer outras atividades em horário que coincidam com as atividades do internato.

Art. 14 O cumprimento da carga horária do programa é obrigatório, não podendo colar grau o estudante em débito até que as horas devidas sejam repostas.

§ 1º – A reposição de até 1/4 da carga horária de cada área poderá ser feita mediante programação especial, elaborada pelo supervisor da área, desde que essas faltas sejam justificadas.

§ 2º – O estudante que tiver faltado a mais de 1/4 da carga horária proposta para a área, ficará obrigado a repeti-la, sem o que não poderá colar grau.

§ 3º – A participação do estudante em Congressos ou outras atividades só será feita com a concordância do Supervisor da área.



§ 4º – As solicitações de afastamento deverão ser feitas em requerimento padrão, com antecedência mínima de 30 dias e dirigidas ao Supervisor da área e com ciência do Coordenador do Internato.

§ 5º - O período de afastamento será, obrigatoriamente, repostado para manter a carga horária prevista e a execução da programação proposta.

§ 6º - Ausências ocasionadas por outras motivações deverão ser analisadas pelo coordenador da área e encaminhadas para a Comissão de Internato para parecer final.

§ 7º No caso de faltas ao estágio que não tenham ultrapassado os 25% da carga horária total da área, a reposição pode ser realizada mediante planejamento a ser elaborado pelo coordenador da área, em conjunto com o serviço onde o interno esteja realizando o seu estágio, na sequência do mesmo módulo ou nos subsequentes.

§ 8º O discente que ultrapassar 25% de faltas no módulo será reprovado, não podendo tal quantitativo de faltas ser repostado em outro momento. Nesta situação, o discente terá de repetir completamente o estágio referente a sua reprovação, sem o qual não poderá colar grau.

Art. 15 Somente será permitido que o discente falte nas seguintes situações:

- I – Incapacidade física e/ou mental comprovada (CID 10);
- II – Luto por falecimento de cônjuge, filho, pais e irmãos;
- III – Convocação pelo Poder Judiciário, Militar ou pelos órgãos colegiados da UFPI;
- IV – Casamento do discente.

CAPÍTULO IV

Das áreas

Art. 16 Durante o Internato o discente realizará estágios rotatórios contínuos nas áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Pediatria, Tocoginecologia, Saúde mental e Saúde Coletiva e Atenção Primária em Saúde, para tanto, as seguintes disposições a seguir relacionadas:

- I - O mínimo de 30% (trinta por cento) da carga horária prevista para o internato médico da Graduação em Medicina será desenvolvido na Atenção Básica e em



Serviço de Urgência e Emergência do SUS, respeitando-se o mínimo de dois anos deste internato, devendo predominar a carga horária dedicada aos serviços de Atenção Básica;

II - As atividades do regime de internato voltadas para a Atenção Básica devem ser coordenadas e voltadas para a área da Medicina de Família e Comunidade;

III - Os 70% (setenta por cento) da carga horária restante do internato incluirão, necessariamente, aspectos essenciais das áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Pediatria, Tocoginecologia, Saúde mental e Saúde Coletiva, em atividades eminentemente práticas e com carga horária teórica que não seja superior a 20% (vinte por cento) do total por estágio, em cada uma destas áreas;

IV - A ordem dos estágios rotatórios será definida pela Comissão de Internato ou por indivíduos delegados por ela;

V - Além dos estágios citados no caput deste artigo, os discentes poderão realizar um estágio de três meses em área de sua opção, Estágios Optativos, observando-se a concordância da Comissão de Internato para locais externos às Instituições conveniadas usuais.

CAPÍTULO V

Do estágio externo opcional

Artigo 17 O estágio pode ser realizado em instituições nacionais e internacionais.

§ 1º – Para que o estágio seja aceito é necessário que a Instituição seja credenciada pelo Ministério da Educação, no caso de nacionais, ou que seja conveniada com a Universidade Federal do Piauí.

§ 2º Os estudantes poderão, após análise do cumprimento integral dos pré-requisitos conforme os artigos 19 e 20, estagiar em até 25% da carga horária prevista para o internato.

§ 3º O estudante só poderá realizar estágio externo em uma determinada grande área no período correspondente a mesma no internato.

§ 4º O estágio externo, nas grandes áreas citadas no inciso 2º, será exclusivamente cumprido no internato, respeitando o princípio de aquisição de habilidades progressivas.



Art. 18 O estágio em Instituições nacionais deverá ser solicitado com um mínimo de quarenta e cinco (45) dias de antecedência, mediante requerimento dirigido à Coordenação do Internato, julgado pela Supervisão da Área em foco e se regerá pelas disposições abaixo:

- I. Declaração de aceite emitido pela instituição recebedora;
- II. Local credenciado pelo Ministério da Educação e que disponha de Internato Médico e Residência Médica na área pretendida pelo candidato;
- III. Descrição das atividades programáticas emitidas pela instituição recebedora;
- IV. Avaliação e frequência.

Art. 19 O estágio em Instituições estrangeiras deverá ser solicitado com 90 dias de antecedência, mediante requerimento à Coordenação do Internato, julgado pela Supervisão da área em foco e se regerá pelas disposições abaixo:

- I. Declaração de aceite emitido pela instituição recebedora;
- II. Que a instituição seja conveniada com a Universidade Federal do Piauí;
- III. Descrição das atividades programáticas emitidas pela instituição recebedora;
- IV. Avaliação e frequência.

Art. 20 Os custos financeiros com passagens, hospedagem e contatos com a instituição recebedora correrão às custas do estudante.

CAPÍTULO VI

Da organização

Art. 21 Durante o 8º semestre os discentes receberão orientações da Coordenação do Curso de Medicina sobre os Estágios Curriculares quanto ao seu funcionamento e tomarão ciência dos termos deste Regulamento. A turma deverá ser dividida de forma equânime em grupos para o Internato 1 e para o Internato 2.

Art. 22 A definição da ordem dos estágios será realizada com a participação dos discentes e em caso de impasse ocorrerá um sorteio público organizado pela Coordenação do Curso.

Art. 23 Qualquer solicitação de troca do módulo deve ocorrer no mínimo 45 dias antes do início do estágio obrigatório.



Art. 24 A solicitação de estágio opcional em instituição do âmbito da UFPI ou que tenha convênio com a UFPI deve ser realizada até 30 dias antes do início previsto.

Parágrafo único. A solicitação de estágio optativo em instituição que não se enquadra no Art. 24 deverá ocorrer no mínimo 4 meses antes da data prevista para o início, tendo em vista a necessidade de trâmites internos na UFPI e da aprovação da Comissão de Internato.

Art. 25 As avaliações e a comprovação das presenças nos estágios deverão ser entregues pelo discente via SIGAA, em até 30 dias após o término das atividades práticas do estágio. Somente após esta entrega será considerado que o estágio foi encerrado, caso o discente tenha sido aprovado.

CAPÍTULO VII DA AVALIAÇÃO

Art. 26 A avaliação é parte integrante do processo pedagógico, devendo ser efetivada sob dois enfoques:

- I - Avaliação do Internato;
- II - Avaliação dos discentes.

Art. 27 A avaliação do Internato será realizada através de instrumento aplicado por Comissões Institucionais específicas, visando subsidiar o Curso de Graduação em Medicina de informações e dados que possam contribuir para a melhoria do processo de formação e qualificação profissional.

Parágrafo único. É estimulado que ao final de cada grupo de módulo de estágio o Coordenador da área faça uma avaliação do estágio com os discentes e preceptores do mesmo para apontar pontos de melhoria.

Art. 28 A avaliação dos discentes será feita ao final de cada estágio, o processo avaliativo deverá contemplar as habilidades, atitudes e conhecimentos necessários para cada área, que será elaborada pelo docente e ou preceptor responsável por cada estágio.

Parágrafo Único - Os estudantes que fizerem estágio complementar em outra instituição terão que apresentar uma avaliação em documento padronizado pela



UFPI que terá seu valor correspondendo a 40% da nota. Os estudantes, obrigatoriamente, devem apresentar um Diário de Campo, com valor de 10% da nota. Os estudantes que fizeram esse estágio terão que realizar obrigatoriamente avaliação de suficiência do estágio realizado externamente, que será elaborado pelo supervisor de cada área do internato.

Art. 29 A aprovação em cada área do Internato está condicionada a obtenção de nota mínima 7 (sete) correspondente à média ponderada das avaliações expressas no parágrafo I, alíneas a e b do artigo 30. Desconsidera-se, porém, a aprovação com média 5 (cinco), já que a avaliação se dá sob regime de estágio, não havendo, portanto, avaliação final.

§ 1º – O estudante que não obtiver média mínima 7 (sete) no rodízio será reprovado e repetirá esta área ao final do internato, não podendo utilizar o período de férias para tal.

§ 2º – O Internato é parte integrante da graduação do Curso de Medicina. Sendo assim, em caso de reprovação e tendo em vista que esta fase do curso segue uma programação contínua e anual, a reprovação em uma área inevitavelmente implica impossibilidade de colação de Grau pelo estudante conjuntamente com sua turma dentro do prazo previsto.

§ 3º – Obrigam-se os Supervisores de área a fornecerem o resultado da avaliação dos Internos até no máximo de oito (08) dias úteis após a conclusão do estágio, desde que não haja prejuízo na colação de grau do estudante.

CAPÍTULO VIII

Da Comissão de Internato

Art. 30 O Internato será coordenado pelo Coordenador do Curso de Medicina e por uma Comissão de Internato, assim constituída:

I-Coordenador do Curso de Medicina;

II-Vice-Coordenador do Curso de Medicina;

III-Docentes representantes de cada área do Internato, indicados pelo respectivo Departamento;

IV - Discentes representantes do primeiro e segundo anos do Internato, em número total de 2 (dois), indicados pelos seus respectivos pares.



§ 1º Para cada membro titular indicado pelo Curso ou pelos discentes deverá ser indicado um suplente.

§ 2º Os representantes docentes terão mandato de 2 (dois) anos e para os representantes discentes será de 1 (um) ano, permitida a recondução em ambos os casos, por igual período.

§ 3º A Comissão de Internato será designada pela Reitoria através de ato formal próprio.

Art. 31 A Comissão de Internato reunir-se-á, ordinariamente, segundo calendário estabelecido pelo Coordenador ou, extraordinariamente, por convocação do Coordenador ou por solicitação de 1/3 (um terço) de seus membros, devendo-se, em ambos os casos, ser divulgado o temário.

I - A Comissão deliberará por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros;

II - O não comparecimento a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 5 (cinco) intercaladas, por parte de qualquer integrante, sem motivo justificado, acarretará perda de mandato, declarada de ofício, por seu Coordenador;

III - Nas faltas ou impedimentos do Coordenador do Curso de Medicina, a coordenação dos trabalhos será exercida pelo Vice-Coordenador.

Art. 32 Compete à Comissão de Internato exercer as seguintes atribuições:

I - Aprovar as atividades das diversas áreas do Internato;

II - Supervisionar, acompanhar e avaliar a execução das atividades do Internato;

III - Identificar e solucionar os problemas existentes no Internato;

IV - Apoiar os preceptores no exercício de suas atribuições;

V - Propor medidas com a finalidade de aperfeiçoar o processo pedagógico do Internato;

VI - Zelar pelo cumprimento da legislação relativa ao Internato, do Regimento da UFPI, deste Regulamento e das normas de organização e funcionamento das instituições onde ocorre o Internato.

CAPÍTULO IX

DA COORDENAÇÃO DO INTERNATO



Art. 33 O Coordenador do Internato será o Coordenador do Curso de Medicina e desempenha as seguintes atribuições:

- I - Convocar e presidir as reuniões da Comissão de Internato;
- II - Manter um sistema de informações relativas ao acompanhamento e desenvolvimento do Internato;
- III - Articular-se com os Departamentos Acadêmicos que atuam no Programa de Internato, visando aperfeiçoar o processo de formação e qualificação profissional;
- IV - Articular-se com o Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PREG, visando dirimir dúvidas no cumprimento da legislação relativa ao Internato;
- V - Adotar as providências cabíveis quando houver transgressões disciplinares dos discentes;
- VI - Elaborar relatório anual das atividades da Comissão de Internato, para efeito de encaminhamento;
- VII - Colaborar, em estreita articulação com os órgãos competentes da UFPI, os processos de avaliação do Programa de Internato.

CAPÍTULO X

DO DISCENTE DO INTERNATO

Art. 34 Sendo o estudante do Internato regido por esse instrumento, cabe ao mesmo:

- I. Cumprir fielmente suas atribuições no que concerne aos horários e participação na programação;
- II. Manter-se atento ao não cumprimento por parte da instituição do programa acordado;
- III. Respeitar as normas dos locais onde estiver desenvolvendo as atividades;
- IV. Dar conhecimento à Supervisão do Internato de possíveis desvios de ação e função;
- V. Avaliar fielmente as áreas de estágio e seus respectivos preceptores;



- VI. Portar-se com urbanidade, respeito e consideração;
- VII. Trajar vestimenta adequada;
- VIII. Cumprimento dos horários estabelecidos, bem como dos plantões que lhes forem destinados;
- IX. Cumprimento do calendário da UFPI;
- X. Dedicação aos estudos e às atividades programadas;
- XI. Frequência obrigatória aos cursos, reuniões e outros eventos incluídos no Programa de Internato;
- XII. Relacionamento ético e cortês para com os pacientes, docentes, servidores, colegas e demais discentes da Universidade;
- XIII. Cumprimento das disposições contidas neste Regulamento, no Regimento da UFPI e nas normas de organização e funcionamento das instituições onde ocorre o Internato.

Art. 35 Serão assegurados aos discentes os seguintes direitos:

- I - Seguro de acidentes pessoais coletivo nos ambientes de prática;
- II - Férias de 4 semanas em cada ano do Internato;
- III - Atividades práticas e teóricas que não ultrapassem 40 horas semanais;
- IV - Em caso de acidente de trabalho no ambiente de estágio, está assegurado a assistência no mesmo fluxo que um profissional do serviço;
- V - Encaminhamento de qualquer recurso por direitos violados à Comissão de Internato, em primeira instância e, em segunda instância, à Reitoria.

CAPÍTULO XI

DOS CONVÊNIOS

Art. 36 O CAFS/UFPI poderá realizar convênio com Instituições de Saúde, desde que obedecidas às normas do Conselho Nacional de Educação e as especificidades definidas pela Comissão de Internato, conforme descrito abaixo:

- I. Atividades nas seis áreas básicas constando de: Pediatria, Clínica Médica, Cirurgia, Tocoginecologia, Saúde Mental e Saúde Coletiva, Atenção Primária em Saúde,



- II. Existência de pessoal médico para exercer a função de orientador a juízo da Comissão do Internato;
- III. Relação Orientador / Interno, no máximo 1:10 unidades/ enfermaria;
- IV. Relação aluno / Paciente no mínimo 02 e no máximo 05 em unidades de Enfermaria;
- V. Existência de Comissão de Internato para fazer e avaliar o Programa do Internato;
- VI. Manter Convênios com Escolas Médicas de Universidades Federais ou credenciadas pela Comissão Nacional de Residência Médica, obedecendo, porém, o critério de existência das áreas básicas;
- VII. Apresentar programação especificada, onde se definam objetivos, modelo didático e formas de avaliação, para as diversas áreas de estágio, juntamente com os preceptores responsáveis e respectivos currículos;
- VIII. Existência de ambulatório geral onde as atividades do Internato possam ser desenvolvidas;
- IX. Arquivos médicos organizados;
- X. Encaminhamento da avaliação de aproveitamento do Interno, em formulário próprio a ser fornecido pela Instituição de Ensino, ao término de cada área de estágio;
- XI. Em casos especiais, analisados pela Comissão de Internato, o credenciamento de uma Instituição de Saúde poderá ser feito em uma ou mais áreas de estágio.
- XII. Situações outras que porventura não tenham sido contempladas neste Regimento serão julgadas pela Comissão do Internato à luz dos seus méritos.

CAPÍTULO XII

Das Disposições Gerais

Art. 37 Observadas as disposições contidas na legislação pertinente, no Regimento da UFPI e neste Regulamento, compete à Comissão de Internato



estabelecer normas, de caráter complementar e procedimental, objetivando a plena e efetiva consecução dos objetivos do Internato do Curso de Graduação em Medicina.

Art. 38 Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Comissão de Internato.



ANEXO II

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Este documento tem por objetivo normatizar a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina (CGBMED/CAFS/UFPI). É fundamento na Norma Técnica Brasileira (NBR) 14724/2011, a qual “especifica os princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros), visando sua apresentação à instituição (banca, comissão examinadora de professores, especialistas designados e/ou outros)” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, 2011).

Este regulamento se fundamenta ainda no “Manual de normalização de monografia, dissertação e tese” (UFPI, 2020) e nos seguintes referenciais: NBR 10520 (ABNT, 2023), que trata da elaboração das citações; NBR 6023 (ABNT, 2018), que orienta acerca da organização das referências; NBR 6027 (ABNT, 2012b), da criação de sumários; NBR 6024 (ABNT, 2012a), que discorre sobre numeração progressiva das seções de um documento; e a NBR 6028 (ABNT, 2003), acerca da elaboração dos resumos.

CAPÍTULO 1 – Das Disposições Preliminares

Art. 1º O presente regulamento disciplina o processo de elaboração, apresentação e avaliação de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Graduação Bacharelado em Medicina do CAFS/UFPI.

Parágrafo único. O TCC é uma atividade acadêmica curricular obrigatória, portanto, a aprovação nas disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II é indispensável para a integralização curricular.



Art. 2º O TCC é individual podendo abordar tema teórico ou teórico-prático, com orientação dos docentes do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina e elaborado e apresentado sob a forma de uma MONOGRAFIA ou ARTIGO CIENTÍFICO.

§ 1º No caso de monografia, o acadêmico deverá seguir as normas atualizadas da ABNT.

§ 2º E no caso de artigo científico, deverão ser utilizadas no TCC as normas técnicas recomendadas pela revista para a qual o manuscrito será submetido.

CAPÍTULO 2 – Dos Alunos e Professores Orientadores

Art. 3º Os acadêmicos de Graduação Bacharelado em Medicina do CAFS/UFPI serão submetidos ao processo de orientação de TCC quando matriculados nas disciplinas de TCC I e II, mediante escolha do tema e do professor orientador.

Art. 4º O aluno, dentre outros, tem os seguintes deveres específicos:

- I. Cumprir o calendário divulgado pela coordenação do curso e plano de disciplina apresentado pelo orientador, para realização das atividades propostas nas disciplinas de TCC I e II;
- II. Manter contatos/encontros semanais com o professor orientador para discussão do trabalho acadêmico em desenvolvimento;
- III. Elaborar o projeto de pesquisa, na disciplina de TCC I, e a versão final da monografia ou artigo científico, na disciplina de TCC II, obedecendo às normas e instruções deste regulamento e outras, aprovadas pela coordenação do curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- IV. Comparecer em dia, hora e local determinados pelo professor orientador para apresentar e defender o projeto de pesquisa (qualificação), bem como a versão final de sua monografia ou artigo científico, perante banca examinadora;
- V. Entregar uma cópia em CD-ROM/DVD-ROM da versão final aprovada pelo orientador na biblioteca do *campus*, com capa no modelo padronizado pela



instituição (ANEXO A).

Art 6º Todos os professores do curso de Graduação - Bacharelado em Medicina do CAFS/UFPI são orientadores, desde que possuam **no mínimo curso de especialização**.

§ 1º A orientação far-se-á adequando o interesse do orientador, sua área de atuação e disponibilidade.

§ 2º Poderá haver substituição do orientador mediante concordância deste, do orientador substituto escolhido pelo acadêmico e do coordenador do curso, salientando que a troca de orientador não pode interferir nos prazos estabelecidos para a entrega TCC. Esta troca ficará documentada por escrito.

Art. 7º Cabe ao professor orientador:

- I. Orientar os alunos na escolha do tema e na elaboração e execução do TCC I, na forma de projeto de pesquisa, e TCC II, de monografia ou artigo científico;
- II. Acompanhar o desenvolvimento dos TCC por meio de reuniões semanais de orientação em dia e hora combinados com o acadêmico;
- III. Participar de reuniões, convocadas pelo coordenador do curso para análise do processo de TCC, assim como da avaliação dos acadêmicos;
- IV. Providenciar agendamento das apresentações e defesas do TCC I e II, assim como toda documentação necessária, como a ata de defesa (APÊNDICE A);
- V. Solicitar ao coordenador do curso a inclusão da banca examinadora do TCC II no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) por do envio das seguintes informações: título do trabalho, resumo, quantidade de páginas, nomes dos membros da banca examinadora, local, data e horário da apresentação e defesa;
- VI. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.



CAPÍTULO 3 – Do Projeto de Pesquisa

Art. 8º O aluno deve elaborar seu projeto de pesquisa de acordo com este regulamento e as recomendações do seu professor orientador.

Parágrafo único. A estrutura formal do projeto de pesquisa deve seguir os critérios técnicos estabelecidos pelas normas em vigor da ABNT.

Art. 9º A estrutura do projeto de Monografia compõe-se de:

- I. Capa (obrigatório);
- II. Folha de rosto (obrigatório);
- III. Sumário (obrigatório);
- IV. Introdução, contendo descrição do objeto de estudo, justificativa, questão de pesquisa e relevância (obrigatório);
- V. Objetivos geral e, se necessários, específicos (obrigatório);
- VI. Revisão de literatura ou Estudo da Arte (obrigatório);
- VII. Referencial Teórico (quando se fizer necessário);
- VIII. Metodologia ou Material e Métodos (obrigatório);
- IX. Cronograma de atividades (obrigatório);
- X. Orçamento;
- X. Referências (obrigatório);
- XI. Apêndices e Anexos (quando se fizer necessário).

Art. 10 O projeto de pesquisa deve possuir a seguinte formatação:

- I. Espaçamento de 1,5cm;
- II. Papel de tamanho A4;
- III. Fonte Times New Roman ou Arial, na cor preta, 12 pontos;
- IV. E margens superior e esquerda de 3cm e margens inferior e direita de 2cm.

CAPÍTULO 4 – Da Monografia ou Artigo Científico

Art. 11 A monografia deve ser elaborada considerando-se a estrutura formal e os critérios técnicos estabelecidos pela ABNT em vigor e os postos neste regulamento.

Art. 12 O TCC no formato de artigo científico deverá ser redigido seguindo as normas da revista científica para a qual será submetido.

CAPÍTULO 5 – Da Defesa e Entrega Final do TCC

Art. 13 O projeto de pesquisa deverá ser apresentado para uma banca examinadora composta por 03 (três) membros, sendo um deles o professor orientador.



§ 1º A entrega do projeto de pesquisa será feita à banca examinadora com antecedência de no mínimo 10 (dias) dias úteis da apresentação de TCC, em 03 (três) vias encadernadas em espiral simples, respeitando as normas exigidas neste regulamento, ou em formato digital, conforme concordância dos membros da banca.

§ 2º Compete aos membros da banca examinadora, a entrega de um parecer e preenchimento de dois formulários de avaliação (APÊNDICES B e C) ao professor orientador e acadêmico.

§ 3º As notas atribuídas pelos membros da banca deverão ser registradas pelo professor orientador no SIGAA, assim como as frequências do acadêmico.

§ 4º A partir das duas notas atribuídas por cada membro da banca examinadora será calculada uma média. A média de cada membro equivalerá a uma avaliação parcial a ser registrada no SIGAA.

Art. 14 A monografia ou o artigo científico deverá ser apresentado para uma banca examinadora composta por 03 (três) membros, sendo um deles o professor orientador.

§ 1º A entrega da monografia ou do artigo científico será feita à banca examinadora com antecedência de no mínimo 10 (dias) dias úteis da apresentação de TCC, em 03 (três) vias encadernadas em espiral simples, respeitando as normas exigidas neste regulamento, ou em formato digital, conforme concordância dos membros da banca.

§ 2º Compete aos membros da banca examinadora, a entrega de um parecer e preenchimento de dois formulários de avaliação (APÊNDICES B e E) ao professor orientador e acadêmico.

§ 3º As notas atribuídas pelos membros da banca deverão ser registradas pelo professor orientador no SIGAA, assim como as frequências do acadêmico.

§ 4º A partir das duas notas atribuídas por cada membro da banca examinadora será calculada uma média. A média de cada membro equivalerá a uma avaliação parcial a ser registrada no SIGAA.

Art. 15 Após a defesa e aprovação da monografia ou do artigo científico o aluno terá um prazo máximo 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da defesa, para os devidos ajustes e, em seguida, entregar a versão definitiva na biblioteca do campus.

Parágrafo único. Junto à cópia da versão final em CD-ROM/DVD-ROM, o acadêmico deverá entregar cópia da ata de defesa e Termo de Autorização para Publicação no Repositório Institucional da UFPI devidamente preenchidos (ANEXO B).



Art. 16 O professor orientador possui plena autonomia e poder para impedir que um TCC entre em processo de avaliação ou mesmo para reprovar o aluno a qualquer tempo, desde que com substância para tal decisão justificada, encaminhada e discutida na coordenação de curso.

CAPÍTULO 6 – Das disposições Gerais

Art. 17 É de inteira responsabilidade do acadêmico a verificação dos prazos e obrigações junto à secretaria acadêmica, coordenação do curso e professor orientador.

Art. 18 Todas as suspeitas de fraude acadêmica, seja a utilização de trabalhos já realizados, nesta ou em outras instituições, seja o recorte de partes de outros trabalhos, serão rigorosamente verificadas.

Parágrafo único. Em caso de confirmação das suspeitas será nomeada uma comissão de ética, com a presença do coordenador do curso e do professor orientador do TCC, que irá analisar a extensão e a gravidade do plágio acadêmico, ficando o acadêmico passível de aplicação das normas disciplinares da UFPI, que vão desde suspensão por um semestre das atividades até o cancelamento de matrícula.

CAPÍTULO 7 – Das disposições Finais

Art. 19 Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pela coordenação do curso, com auxílio do Colegiado, cabendo recurso, em instância final, para o conselho diretor do *campus*.



ANEXO III

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE

As Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral da Universidade Federal do Piauí (CGBMEDCAFS/UFPI) obedecerão criteriosamente o que está exposto na Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e as Resoluções Nº 053/2019 e Nº 297/2022 - CEPEX/UFPI, que regulamentam a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição.

Considerando as Resoluções citadas, as Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) do CGBMEDCAFS/UFPI seguirão as seguintes normas:

1. As Atividades Curriculares de Extensão deverão promover a interação dialógica da comunidade acadêmica com os diferentes segmentos sociais, troca de conhecimentos, vivências interprofissionais e interdisciplinares e conhecimento e comprometimento com as demandas sociais e da saúde pública, em especial da atenção primária à saúde, através de ações interventivas.

2. Os alunos do CGBMEDCAFS/UFPI deverão integralizar, até o 8º semestre, **765** horas de atividades curriculares de extensão - componentes curriculares obrigatórios, como condição de conclusão do curso e obtenção do título de Bacharel em Medicina.

3. As atividades de extensão para serem integralizadas no currículo dos alunos deverão ser realizadas **presencialmente**, voltadas para o **público externo** à UFPI e os alunos serem **executores** (monitores, ministrantes, palestrantes) ou organizadores das respectivas atividades.

4. As atividades de extensão para serem integralizadas no currículo dos alunos deverão ser coordenadas por docentes ou por técnico-administrativos, desde que na equipe tenha docente, exceto nos cursos de extensão de “Iniciação” e em eventos de extensão, que poderão ser coordenados por



entidades estudantis com representação comprovada, sem necessidade de docente na equipe;

5. A integralização das 750 horas poderão ser feitas como cumprimento do componente denominado ACE, conforme define a Resolução Nº 055/2019 CEPEX/UFPI e/ou como cumprimento das atividades de extensão previstas no artigo 8º da Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, conforme define a Resolução Nº 297/2022 - CEPEX/UFPI;

6. A integralização das horas a partir do componente denominado ACE obedecerá às seguintes condições:

a) A atividade de extensão deverá ser cadastrada como ACE na PREXC, no módulo SIGAA de Extensão, referente a uma das seguintes modalidades:

- programa de extensão
- projeto de extensão
- curso de extensão
- evento de extensão
- prestação de serviços à comunidade externa e/ou atividade prática em disciplina que envolve diretamente atendimento à comunidade externa, desde que esteja vinculado a um programa ou projeto de extensão cadastrado na PREXC e não contabilizado como carga horária da disciplina;

b) Deverá ser criado no CGBMEDCAFS/UFPI um **Coordenador de Extensão de curso** que fará o acompanhamento na oferta, execução e integralização das ACEs, buscando alternativas para

os problemas surgidos no processo, conforme as atribuições definidas na Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI (§ 3, art. 2);

c) A oferta de ACE no SIGAA será semestral, obedecendo ao calendário da UFPI e aos regramentos da PREXC para este fim;



d) A Coordenação do CGBMEDCAFS/UFPI **oferecerá obrigatoriamente, a cada semestre, uma ACE**, no mínimo, conforme resolução vigente;

e) As ACEs a serem ofertadas pela Coordenação do Curso contemplarão o perfil do profissional que o curso objetiva formar, garantindo a interdisciplinaridade e interprofissionalidade e deverão se voltar para os seguintes Eixos Temáticos:

- Saúde, Ética e Cidadania;
- Inovação tecnológica em Saúde;
- Políticas públicas em saúde;
- Práticas médicas;
- Saúde e inclusão social;
- Saúde coletiva;
- Atenção primária à saúde;
- Saúde e comunidades sociais vulneráveis;
- Promoção e proteção à saúde;
- Diagnóstico, tratamento e manutenção da saúde;
- Humanização em saúde.

f) Os alunos não serão obrigados a participarem das ACEs ofertadas pela Coordenação do Curso, podendo participar de outras ofertadas pela UFPI, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados pelo coordenador da ACE. A integralização das horas será feita desde que estas ACEs estejam relacionadas a um dos eixos temáticos definidos neste Regulamento.

g) Os alunos envolvidos nas ACEs poderão concorrer a bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), devendo para isto seguir os regramentos do referido Programa e o do seu respectivo Edital;

7. A integralização como cumprimento das atividades de extensão previstas no artigo 8º da Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 compreende as seguintes modalidades:

- programas de extensão



- projetos de extensão
- cursos e oficinas
- eventos
- prestação de serviços

8. Na integralização como cumprimento das atividades de extensão previstas no artigo 8º da Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, caberá ao **Coordenador do CGBMEDCAFS/UFPI**, ou a quem este delegar, efetuar o cadastro das horas de extensão para serem integralizada no currículo dos alunos.

9. Os alunos poderão requerer, junto ao **Coordenador de Extensão de Curso**, o aproveitamento das atividades de extensão desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior, desde que:

- a) a solicitação de aproveitamento seja feita via processo até um ano antes da previsão para conclusão do curso;
- b) o processo da solicitação esteja instruído com o relatório da atividade de extensão desenvolvida assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração da atividade executada.

10. Nos casos de transferência interna de curso ou mudança de curso, o aluno poderá solicitar, junto ao **Coordenador de Extensão de Curso**, o aproveitamento das atividades curriculares de extensão já integralizadas, ou não, no currículo do curso de origem.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 923, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza Alteração de Projeto Pedagógico de Curso.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião do dia 03/09/2025, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo Nº 23111.043136/2025-55;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a alteração no Projeto Pedagógico do Curso de **BACHARELADO EM ENGENHARIA MECÂNICA**, do Centro de Tecnologia – **CT**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella - **CMPP**, desta Universidade, conforme ANEXO e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 08 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br GARDÊNIA DE SOUSA PINHEIRO
Data: 08/09/2025 16:35:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação

TABELA OPTATIVAS

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)	NÍVEL VINCULADO (Período letivo ao qual será ofertado)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA		
Curso de Engenharia de Materiais / CT	Disciplina	A ser criado	Fluidos de Perfuração e Completação	3.1.0	60h	(CEM/CT023 Engenharia e Ciência dos Materiais II)	A partir do 4º período
Curso de Engenharia de Materiais / CT	Disciplina	A ser criado	Introdução ao Petróleo e Gás Natural e CO ₂	3.1.0	60h	(CEM/CT023 Engenharia e Ciência dos Materiais II)	A partir do 4º período
Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental/CT	Disciplina	A ser criado	Avaliação de impactos ambientais no setor de petróleo	3.1.0	60h	(CEM/CT023 Engenharia e Ciência dos Materiais II)	A partir do 4º período
Curso de Engenharia Mecânica / CT	Disciplina	A ser criado	Introdução ao Método dos Elementos Finitos (MEF) Aplicado ao Setor de Petróleo e Gás	3.1.0	60h	(CEM/CT024 Resistência dos Materiais I); (DMAT/CCN041 Métodos Numéricos)	A partir do 5º período
Curso de Engenharia Mecânica / CT	Disciplina	A ser criado	Análise de Estruturas e Vasos de Pressão no Setor de Energia	3.1.0	60h	(CEM/CT024 Resistência dos Materiais I); (CEM/CT029 Resistência dos Materiais II); (DMAT/CCN041 Métodos Numéricos)	A partir do 6º período
Curso de Engenharia Mecânica / CT	Disciplina	A ser criado	Análise e Gerenciamento de Riscos	3.1.0	60h	Sem Pré-requisitos	A partir do 4º período
Curso de Engenharia Mecânica / CT	Disciplina	A ser criado	Energia Eólica	3.1.0	60h	Sem Pré-requisitos	A partir do 4º período
Curso de Engenharia de Materiais / CT	Disciplina	A ser criado	Materiais para Engenharia de Petróleo	3.1.0	60h	(CEM/CT023 Engenharia e Ciência dos Materiais II)	A partir do 5º período
Curso de Engenharia de Materiais / CT	Disciplina	A ser criado	Engenharia de Materiais Cerâmicos Nanoestruturados Aplicados ao Setor Energético	3.1.0	60h	(CEM/CT023 Engenharia e Ciência dos Materiais II)	A partir do 5º período
Curso de Engenharia de Materiais / CT	Disciplina	A ser criado	Gestão Ambiental de Águas, Efluentes e Emissões	3.1.0	60h	(CEM/CT023 Engenharia e Ciência dos Materiais II)	A partir do 4º período
Curso de Engenharia de Materiais / CT	Disciplina	A ser criado	Biocombustíveis: Caracterização e Controle de Qualidade	3.1.0	60h	(CEM/CT023 Engenharia e Ciência dos Materiais II)	A partir do 4º período
TOTAL				33.11.0	660h		

Documento assinado digitalmente



DJANIRA DO ESPIRITO SANTO LOPES CUNHA
Data: 01/09/2025 11:46:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Disciplinas optativas

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Materiais / CT
Fluidos de Perfuração e Completação		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	CEM/CT023 ENGENHARIA E CIÊNCIA DOS MATERIAIS II	
EMENTA: Fundamentos de fluidos de perfuração e completação. Sistemas terrestres e marítimos de circulação de fluidos. Química coloidal dos fluidos. Interface rocha-fluido. Tipos de fluidos de perfuração e completação. Reologia dos fluidos. Controles de sólidos. Condicionamentos do poço. Problemas operacionais de poços.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
RENPU, Wan. Engenharia de completação de poços. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. 744 p. CAENN, Ryen; DARLEY, H. C. H.; GRAY, George R. Fluidos de perfuração e completação. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 712 p. THOMAS, José Eduardo. Fundamentos de engenharia de petróleo. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. 272 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ROCHA, Luiz Alberto Santos; AZEVEDO, Cecília Toledo de. Projetos de poços de petróleo: geopressões e assentamento de colunas de revestimentos. 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2016. 696 p. PALMER, Andrew Clennel. Introduction to Petroleum Exploration and Engineering. Singapore: World Scientific Publishing Company, 2016. 156 p.ROCHA, Luiz Alberto Santos; AZUAGA, D.; ANDRADE, R.; VIEIRA, J. L. B.; SANTOS, O. L. A. Perfuração direcional. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Petrobras; IBP, 2008. 323 p. CORRÊA, O. Petróleo: noções sobre exploração, perfuração, produção e microbiologia. Rio de Janeiro: Interciência, 2003. 92 p. MACHADO, José Carlos Vieira. Reologia e escoamento de fluidos: ênfase na indústria do petróleo. Rio de Janeiro: Interciência, 2002. 258 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Materiais / CT
Introdução ao Petróleo e Gás Natural e CO ₂		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	CEM/CT023 ENGENHARIA E CIÊNCIA DOS MATERIAIS II	

EMENTA: Origens do Petróleo e sua Acumulação. As atividades da indústria: exploração, performance e desenvolvimento de reservatórios, perfuração e completação de poços, avaliação de formações, elevação natural e artificial, processamento, transporte, distribuição. Sistemas de produção de petróleo. Contratos e regulamentação. Atividades de Exploração e Produção de Gás Natural. Atividades de processamento de gás natural. Sistemas logísticos de distribuição e transporte de gás natural. Usos finais de petróleo e gás natural e suas externalidades socioambientais. O CO₂ e os gases de efeito estufa, e estratégias de descarbonização e mitigação de emissões.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MOUTINHO DOS SANTOS, Edmilson; PEYERL, Drielli; NETTO, Anna Luisa Abreu. Oportunidades e desafios do gás natural e do gás natural liquefeito no Brasil. São Paulo: RCGI, 2020. 180 p.

COSTA, Hirdan Katarina de Medeiros (Org.). Transição energética, justiça geracional e mudanças climáticas: o papel dos fósseis e a economia de baixo carbono. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. 364 p.

INDIO DO BRASIL, Nilo; ARAÚJO, Maria Adelina Santos. Processamento de petróleo e gás. São Paulo: Editora XYZ, 2018. 400 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LYONS, William C.; PLISGA, Gary J. Standard handbook of petroleum and natural gas engineering. 2. ed. Burlington: Elsevier Science & Technology, 2004. 1568 p.

GAUTO, Marcelo Antunes; APOLUCENO, Daniela de Melo; AMARAL, Messias Candido; AURIQUIO, Paulo Cezar. Petróleo e gás: princípios de exploração, produção e refino. Porto Alegre: Bookman, 2016. 246 p.

FARAH, Marco Antônio. Petróleo e seus derivados: definição, constituição, aplicação, especificações e características de qualidade. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 282 p.

GONG, Binlei. Shale energy revolution: the rise and fall of global oil and gas industry. Singapore: Springer, 2020. 217 p.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental/CT
Avaliação de impactos ambientais no setor de petróleo		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	CEM/CT023 ENGENHARIA E CIÊNCIA DOS MATERIAIS II	

EMENTA: Introdução à avaliação de impactos ambientais: educação ambiental e direitos humanos. Diagnóstico ambiental e sua contextualização. O diagnóstico ambiental pré-empreendimento. O diagnóstico ambiental pós-empreendimento. Práticas de diagnósticos pré- e pós-empreendimentos no âmbito do setor de petróleo e gás. Conceitos e contextualização de avaliação de impactos. Eia/rima. Métodos de avaliação de impactos ambientais; matrizes de interação; superposição de cartas; redes de interação; modelos de simulação. Levantamento de passivo ambiental. Sistemas de gerenciamento ambiental. Estudo de casos referentes a impactos devidos a petróleo e derivados. Monitoramento e auditoria ambiental. A variabilidade natural e a dificuldade na identificação de impactos. Planejamento amostral e modelos de desenho amostral na avaliação de impacto de vazamentos. Caracterização, diagnóstico e monitoramento ambiental. Impactos na prospecção, produção, refino e transporte em terra e no mar. Metodologias de avaliação de impactos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Guia de avaliação de impacto ambiental: relação causal de referência de petróleo e gás – produção. Brasília: IBAMA, 2023. 132 p.

FERREIRA, Larissa Sarmento; SIMAS, Joemes de Lima; ALMEIDA, Ana Carolina Monte; et al. Identificação de riscos e impactos ambientais na indústria do petróleo. 1. ed. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2021. 60 p.

WALTER, Tatiana; CALDASSO, Liandra Peres; VERLY, Jéssica Fischer (Orgs.). Avaliação de impactos ambientais sob uma perspectiva crítica. São Paulo: Pod Editora, 2024. 274 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RAHMAN, Israa; ALANBARI, Mohammad Ali. Uma abordagem LCA para avaliar os impactos ambientais da indústria petrolífera: Estudo de caso Refinaria Al-Daura. Saarbrücken: Novas Edições

Acadêmicas, 2024. 120 p.

GUIMARÃES, José Iveraldo. Avaliação e análise de impactos ambientais. 1. ed. Natal: Instituto Tecnológico Brasileiro, 2014. 171 p.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de impactos ambientais: conceitos e métodos. 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 495 p.

GARCIA, Katia Cristina; LA ROVERE, Emílio Lèbre. Petróleo: acidentes ambientais e riscos à biodiversidade. Rio de Janeiro: Interciência, 2011. 232 p.

MARIANO, Jaqueline Barboza. Impactos ambientais do refino de petróleo. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2005. 228 p.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia Mecânica /CT
Introdução ao Método dos Elementos Finitos (MEF) Aplicado ao Setor de Petróleo e Gás		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	CEM/CT024 RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS I; DMAT/CCN041 MÉTODOS NUMÉRICOS	
EMENTA: Introdução ao Método dos Elementos Finitos. Conceitos Fundamentais do MEF. Elementos Finitos Simples Aplicados à Análise Estrutural. Modelagem de Estruturas no Setor de Petróleo e Gás. Introdução à Análise Modal e de Vibração . Introdução ao Uso de Softwares de MEF. Aplicações Práticas e Estudos de Caso.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BITTENCOURT, Marco Lúcio. Análise Computacional de Estruturas: Com Aplicação do Método de Elementos Finitos. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.			
MACHADO, Marcos Vitor Barbosa. Modelagem numérica de reservatórios de petróleo: prática integrada de simulação. Rio de Janeiro: Clube de Autores, 2024. 292 p.			
LOGAN, Daryl L. A first course in the finite element method. 5. ed. Boston: Cengage Learning, 2017. 954 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BENAROYA, Haym; WEI, Tim; HAN, Seon M. Probability models in engineering and science: applications to offshore structures. Boca Raton: CRC Press, 2010. 504 p.			
CHANDRUPATLA, Tirupathi R.; BELEGUNDU, Ashok D. Introduction to finite elements in engineering. 4. ed. Boston: Pearson, 2011. 466 p.			
BATHE, Klaus-Jürgen. Finite element procedures. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2006. 1037 p.			
NUNES, Giovani Cavalcanti; MEDEIROS, José Luiz de; ARAÚJO, Ofélia de Queiroz Fernandes. Modelagem e controle da produção de petróleo: aplicações em MATLAB. São Paulo: Blucher, 2010. 426 p.			
BATHE, Klaus-Jürgen. Finite element procedures. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2006. 1037 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia Mecânica /CT
Análise de Estruturas e Vasos de Pressão no Setor de Energia		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	CEM/CT024 RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS I; CEM/CT029 RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS II; DMAT/CCN041 MÉTODOS NUMÉRICOS	
EMENTA: Introdução aos Vasos de Pressão e Tubulações na Indústria de Energia; Análise de Tensões em Vasos de Pressão; Avaliação de Integridade Estrutural e Métodos de Inspeção; Modelagem Computacional de Vasos de Pressão e Tubulações; Estudo de Fadiga e Corrosão em Vasos de Pressão; Estudos de Caso e Aplicações Industriais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO – IBP. Vasos de pressão não sujeitos a chama. Rio de Janeiro: IBP, 2017. 93 p. (Guia de Inspeção, n. 08).			
MOSS, Dennis R.; BASIC, Michael. Pressure vessel design manual. 4. ed. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2013. 768 p.			
LIMA, Ivo Andrei de Oliveira Lino. Projeto mecânico de vasos de pressão: princípios, fundamentos e filosofia do ASME. 2. ed. São Paulo: Editora Dialética, 2023. 320 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
GROEHS, Ademar Gilberto. Resistência dos materiais e vasos de pressão. 2. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014. 888 p.			
MEGYESY, Eugene F. Pressure vessel handbook. 14. ed. Tulsa: Pressure Vessel Publishing Inc., 2011. 448 p.			
YOUNG, Warren C.; BUDYNAS, Richard G. Roark’s formulas for stress and strain. 8. ed. New York: McGraw-Hill, 2011. 864 p.			
BICKFORD, John H. Introduction to the design and behavior of bolted joints. 4. ed. Boca Raton: CRC Press, 2008. 568 p.			
DEN HARTOG, Jacob Pieter. Advanced strength of materials. Mineola: Dover Publications, 1985. 416 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia Mecânica /CT
Análise e Gerenciamento de Riscos		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	SEM PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA: Introdução à Análise e Gerenciamento de Riscos. Fundamentos de Análise de Riscos. Análise qualitativa de riscos. Análise quantitativa de riscos. Gestão de Riscos. Ferramentas e Técnicas para Análise de Riscos. Estudos de Caso e Aplicações Práticas. Elaboração de um Plano de Gerenciamento de Riscos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FIGUEIREDO, Marcelo. A face oculta do ouro negro: trabalho, saúde e segurança na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos. 2. ed. Niterói: Eduff, 2016. 367 p.			
PONTE JUNIOR, Gerardo Portela da. Gerenciamento de riscos na indústria de petróleo e gás: conceitos e casos offshore e onshore. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2015. 368 p.			
MORAES, Giovanni. Sistema de gestão de riscos: estudos de análise de riscos "offshore e onshore". 2. ed. Rio de Janeiro: GVC Editora, 2013. 304 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
AMERICAN SOCIETY OF SAFETY PROFESSIONALS – ASSP. ANSI/ASSP Z590.3:2019 – Prevention through design: guidelines for addressing occupational hazards and risks in design and redesign processes. Park Ridge: ASSP, 2019.			
SANTOS, Otto Luiz Alcântara. Segurança de poço na perfuração. São Paulo: Blucher, 2013. 208 p.			
DEPARTMENT OF DEFENSE (USA). MIL-STD-882E:2012 – System safety: standard practice. Washington, D.C.: U.S. Department of Defense, 2012.			
DEPARTMENT OF DEFENSE (USA). MIL-STD-882E:2012. System safety: standard practice. Washington, D.C.: U.S. Department of Defense, 2012.			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 17505:2013 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis – Partes 1 a 7. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia Mecânica /CT
Energia Eólica		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	SEM PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA: Introdução à Energia Eólica. Recurso Eólico. Recurso Eólico. Parques Eólicos. Turbinas Eólicas. Impactos Ambientais. Estudos de Caso e Aplicações Práticas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
TAVARES, André Luiz. Energia eólica: princípios e operação. São Paulo: Érica, 2019. 304 p.			
PINTO, Milton de Oliveira. Fundamentos de energia eólica. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 254 p.			
CUSTÓDIO, Ronaldo dos Santos. Energia eólica para produção de energia elétrica. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Synergia, 2013. 320 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BURTON, Tony; JENKINS, Nick; SHARPLES, David; BOSSANYI, Eann. Wind energy handbook. 2. ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2011. 768 p.			
MANWELL, James F.; MCGOWAN, Jon G.; ROGERS, Anthony L. Wind energy explained: theory, design and application. 2. ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2010. 704 p.			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. ABNT NBR IEC 61400-1:2023 – Sistemas de geração de energia eólica – Parte 1: Requisitos de projeto. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. ABNT NBR IEC 61400-12-1 – Aerogeradores – Parte 12-1: Medições do desempenho de potência de aerogeradores. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.			
LOPEZ, Ricardo Aldabó. Energia eólica. 2. ed. São Paulo: Artliber, 2012. 366 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Materiais / CT
Materiais para Engenharia de Petróleo		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	CEM/CT023 ENGENHARIA E CIÊNCIA DOS MATERIAIS II	

EMENTA: Propriedades dos materiais: físicas, químicas e mecânicas. Caracterização dos materiais metálicos, poliméricos, cerâmicos e conjugados. Conformação mecânica. Usinagem de materiais metálicos. Equipamentos e processos de soldagem. Critérios de seleção de materiais. Seleção de materiais (metálicos, poliméricos, cerâmicos e conjugados) para atender às solicitações: resistência mecânica, fadiga, tenacidade, desgaste, altas temperaturas, corrosão. Seleção de materiais para a indústria de petróleo. Inspeção de materiais e componentes. Tratamento de superfície.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PELLICCIONE, André da Silva; SILVA, Paulo Sérgio Carvalho Pereira da. Análise de falhas: trincas e fraturas em equipamentos metálicos. Rio de Janeiro: Universidade Petrobras, 2024. 240 p.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. Normas técnicas para materiais avançados na indústria de petróleo e gás. Edição atualizada. Rio de Janeiro: ANP, 2023.

DWIVEDI, Deepak; RANJAN, Amit; SANGWAI, Jitendra S. (Eds.). Functional Materials for the Oil and Gas Industry: Characterization and Applications. 1st ed. Boca Raton: CRC Press, 2022. 320 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERRANTE, Maurizio. Seleção de materiais. 3. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2021. 256 p.

TEMIZEL, Cenk; SARI, Mufrettin Murat; CANBAZ, Celal Hakan; SAPUTELLI, Luigi; TORSATER, Ole. (Eds.). Sustainable Materials for Oil and Gas Applications. 1st ed. Cambridge, MA: Gulf Professional Publishing, 2021. 276 p.

JAVAHERDASHTI, Reza; NWAHA, Chikezie; TAN, Henry. (Eds.). Corrosion and Materials in the Oil and Gas Industries. Boca Raton: CRC Press, 2016. 721 p.

GERWICK, Ben C. Construction of marine and offshore structures. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2007. 840 p.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. Materiais para equipamentos de processo. 6. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2003. 276 p.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL	
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Materiais / CT	
Engenharia de Materiais Cerâmicos Nanoestruturados Aplicados ao Setor Energético		Presencial		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):		
3.1.0	60h	CEM/CT023 ENGENHARIA E CIÊNCIA DOS MATERIAIS II		

EMENTA: Fundamentos da síntese e caracterização de materiais cerâmicos nanoestruturados, com ênfase em aplicações no setor de petróleo, gás e energias renováveis. Técnicas avançadas de processamento, incluindo sol-gel, deposição química e mecanoquímica. Estrutura, propriedades físico-químicas e mecanismos de crescimento de nanocerâmicas funcionais. Métodos de caracterização por difração de raios X (DRX), microscopia eletrônica de varredura e transmissão (MEV/TEM), espectroscopia de absorção e fluorescência de raios X, além de técnicas térmicas. Aplicações estratégicas em catalisadores, sensores, membranas cerâmicas e materiais para armazenamento e conversão de energia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. Normas técnicas para materiais avançados na indústria de petróleo e gás. Edição atualizada. Rio de Janeiro: ANP, 2023.

NIJMEIJER, Arie; KREUITER, Laurens. *Nanostructured ceramic membranes for gas and liquid separation*. Amsterdam: Elsevier, 2021. 325 p.

REIS, Sérgio Tadashi; MARTINS, João Roberto. *Nanocerâmicas e aplicações tecnológicas*. São Paulo: Blucher, 2021. 212 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SINGH, Mrityunjay; ASTHANA, Rajiv; AGARWAL, Rajiv. *Advanced processing and manufacturing technologies for structural and multifunctional materials*. Hoboken: Wiley, 2019. 472 p.

HENCH, Larry L.; WEST, Jack Kenneth. *Principles of electronic ceramics*. Hoboken: Wiley, 2019. 560 p.

RAO, Chintamani Nagesa Ramachandra; MÜLLER, Achim; CHEETHAM, Anthony Kevin. *The chemistry of nanomaterials: synthesis, properties and applications*. Weinheim: Wiley-VCH, 2006. 992 p.

CAHN, Robert William; HAASEN, Peter; KRAMER, Edward J. *Materials science and technology*:

structure and properties of ceramics. Weinheim: Wiley-VCH, 2012. 512 p.

CHOKSHI, Atul Harshadrai. Ceramic processing and sintering. Boca Raton: CRC Press, 2016. 284 p.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Materiais / CT
Gestão Ambiental de Águas, Efluentes e Emissões		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	COEM/CT010 CIÊNCIA DOS MATERIAIS II	
EMENTA: Estudo dos princípios e diretrizes regulatórias para a gestão de águas, efluentes e emissões atmosféricas no setor de petróleo, gás e biocombustíveis. Avaliação crítica dos impactos ambientais, metodologias de monitoramento e tecnologias de mitigação. Análise de legislações nacionais e internacionais, com ênfase em normativas da ANP, CONAMA e órgãos correlatos. Aplicação de estratégias para otimização de processos industriais, visando a sustentabilidade hídrica e a minimização da carga poluidora. Estudos de caso e práticas inovadoras na gestão de resíduos líquidos e gasosos, considerando os desafios impostos pelas mudanças climáticas e a transição energética.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRAGA, Benedito; HESPANHOL, Ivanildo. Introdução à engenharia ambiental. São Paulo: Pearson 2021. 416 p.			
INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS – IBP. Caderno de boas práticas de E&P: revitalização das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres (REATE). Rio de Janeiro: IBP, 2020. 108 p.			
BITTENCOURT, Cláudia; SILVA, Maria Aparecida. Tratamento de água e efluentes: fundamentos de saneamento ambiental e gestão de recursos hídricos. São Paulo: Érica, 2018. 272 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
MOTA, Suzana. Tratamento de efluentes gasosos. São Paulo: ABES, 2017. 288 p.			
VON SPERLING, Marcos. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2016. 452 p.			
METCALF & EDDY. Wastewater engineering: treatment and resource recovery. 5. ed. New York: McGraw-Hill, 2014. 2016 p.			
ARARUNA JÚNIOR, José Tavares; BURLINI, Patrícia. Gerenciamento de resíduos na indústria de petróleo e gás: os desafios da exploração marítima no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier; PUC-Rio, 2014. 240 p.			
SINCERO, Armando P.; SINCERO, Gregoria A. Environmental engineering: a design approach. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2002. 852 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Materiais / CT
Biocombustíveis: Caracterização e Controle de Qualidade		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	COEM/CT010 CIÊNCIA DOS MATERIAIS II	

EMENTA: Fundamentos dos biocombustíveis e seu papel na matriz energética global e nacional. Principais rotas tecnológicas para a produção de biodiesel, com ênfase na transesterificação e matérias-primas oleaginosas. Caracterização físico-química do biodiesel e seus parâmetros de qualidade segundo normativas da ANP e ASTM. Técnicas analíticas para avaliação da composição e estabilidade do biodiesel, incluindo cromatografia gasosa, espectroscopia no infravermelho e termogravimetria. Desempenho do biodiesel em motores ciclo Diesel e impacto nas emissões. Aspectos regulatórios, normas ambientais e políticas públicas para a produção e comercialização. Sustentabilidade e desafios tecnológicos na ampliação da utilização de biocombustíveis no setor energético. Estudos de caso e práticas laboratoriais para controle de qualidade e certificação do biodiesel.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RAMOS, Luiz Pereira. Biodiesel: fundamentos e processos de produção. Rio de Janeiro: Interciência, 2021. 280 p.

DEMIRBAS, Ayhan. Biodiesel: a realistic fuel alternative for diesel engines. 2. ed. Cham: Springer, 2020. 336 p.

MA, F.; HANNA, M. A. Biodiesel production: fundamentals and principles. Cham: Springer, 2019. 124 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGRAWAL, Vandana; PATHARIYA, Anoop Kumar. Uma introdução aos bio-combustíveis. São Paulo: Edições Nosso Conhecimento, 2023. 76 p.

MURTA, Luciano. Biocombustíveis de segunda geração: conceitos e caminhos para aproveitamento da biomassa. São Paulo: Saraiva Conteúdo, 2022. 210 p.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. Regulamentos técnicos e especificações para biodiesel.

MENDES, Pietro Adamo Sampaio. Sustentabilidade na produção e uso do biodiesel. São Paulo: Interciência, 2021. 198 p.

KNOTHE, Gerhard; KRAHL, Johannes; VAN GERPEN, Jon. The biodiesel handbook. 2. ed. Urbana: AOCS Press, 2015. 494 p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 924, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza Alteração de Projeto Pedagógico de Curso.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião do dia 03/09/2025, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo Nº 23111.049808/2020-55;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a alteração no Projeto Pedagógico do Curso de **BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**, do Centro de Ciências Humanas e Letras – **CCHL**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella - **CMPP**, desta Universidade, conforme ANEXO e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 08 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **GARDENIA DE SOUSA PINHEIRO**
Data: 08/09/2025 16:35:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PERÔNIO PORTELLA - CMPP
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO



**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
MODALIDADE PRESENCIAL MATUTINO/VESPERTINO/NOTURNO**

TERESINA – 2024

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PERÔNIO PORTELLA - CMPP
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Administração, na modalidade presencial, da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Ministro Petrônio Portella, no município de Teresina - Piauí, a ser implementado a partir de 2025.2.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

REITOR

Profa. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

VICE-REITOR

Prof. Dr. Edmilson Miranda de Moura

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Marcos Antonio Tavares Lira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Msc. Larissa Naiana Mendes de Sousa

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Gardênia de Sousa Pinheiro

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Rodrigo de Melo Souza Veras

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA

Profa. Dra. Waleska Ferreira de Albuquerque

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof. Dr. Emídio Marque de Matos Neto

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Gardênia de Sousa Pinheiro

Pró-Reitora de Ensino de Graduação - PREG

Marli Clementino Gonçalves

Coordenador Geral de Graduação - CGRAD

Poliana Cristina de Almeida Fonseca

Coordenador Geral de Estágio – CGE

Rita de Cássia Alves da Silva

Coordenador de Estágio Não Obrigatório

Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular – CDAC

Francisco Gleison da Costa Monteiro

Diretor de Administração Acadêmica - DAA

Edivan Carvalho Vieira

Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar – CAAC

Willian Mikio Kurita Matsumura

Coordenador de Seleção e Programas Especiais – CSPE

ASSESSORIA TÉCNICA E PEDAGÓGICA

Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular – CDAC

Adelaide Maria de Sousa Costa

Técnica em Assuntos Educacionais

Francisca Beatriz da Silva Sousa

Técnica em Assuntos Educacionais

Maira Danuse Santos de Oliveira

Técnica em Assuntos Educacionais

Vando Milhomem Santos

Assistente em Administração

**CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

Profa. Dra. Edna Maria Goulart Joazeiro
Diretor

Prof. Dr. João Benvindo de Moura
Vice-Diretor

Profa. Dra. Maria de Lourdes de Melo Salmito Mendes
Coordenador do Curso

Prof. Dr. Maurício Mendes Boavista de Castro
Subcoordenador do Curso

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

Profa. Dra. Maria de Lourdes de Melo Salmito Mendes - Presidente

Prof. Dr. Maurício Mendes Boavista de Castro - Vice-presidente

Prof. Dr. Antônio Vinicius Oliveira Ferreira - Membro

Prof. Dra. Fabiana Rodrigues de Almeida Castro - Membro

David Barbosa Lima - Representante discente

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

Profa. Dra. Maria de Lourdes de Melo Salmito Mendes - Presidente

Prof. Dr. Maurício Mendes Boavista de Castro - Vice-presidente

Prof. Dr. Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva - Membro

Prof. Dr. Márcio Vinicius Brito Pessoa - Membro

Prof. Dr. Alexandre Rabêlo Neto - Membro

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

ATO DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO

Portaria nº 02/2019 CCHL

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Profª. Dra. Fabiana Rodrigues de Almeida Castro

Presidente

Prof. Dr. Antônio Vinícius Oliveira Ferreira

Membro

Prof. Dr. Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva

Membro

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro: Ininga s/n
CEP: 64049-550

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Bacharelado em Administração

CÓDIGO DO CURSO (INEP): 18373

CRIAÇÃO DO CURSO

Resolução N° 007 CEPEX/UFPI

Publicação: 02/04/1996

RECONHECIMENTO DO CURSO

Portaria MEC N° 2.008 06/07/2004.

Publicação: 07/07/2004 DOU

RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO

Portaria MEC N° 211, de 25/06/2020

Publicação: 07/07/2020 DOU

TÍTULO ACADÊMICO MASCULINO: Bacharel em Administração

TÍTULO ACADÊMICO FEMININO: Bacharela em Administração

MODALIDADE

Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO

Mínimo: 4 (quatro) anos

Média: 5,5 (cinco) anos e meio

Máximo: 7 (sete) anos; Com 50% a mais do tempo para integralização dos alunos com necessidades especiais de aprendizagem (Resolução CEPEX n° 054/2017).

ACESSO AO CURSO

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC e, de acordo com Edital específico da UFPI.

REGIME LETIVO: Sistema de Crédito

VAGAS AUTORIZADAS: 100 (cem)

OFERTA DO CURSO:

SEMESTRE LETIVO	TURNO(S) (matutino/vespertino/noturno)	VAGAS
1º SEMESTRE	Matutino/Vespertino	50
2º SEMESTRE	Noturno	50

ESTRUTURA CURRICULAR:

Ano/período de implantação:	Carga horária por período letivo		
	Mínima	Média	Máxima
2025.2	300h	330	360

OBS: No sétimo e oitavo períodos, o aluno cursará, respectivamente, 420h e 345h em virtude das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I e II.

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2100h	140
Disciplinas Optativas	60h	04
Atividade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	120h	08
Atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	300h	20
Atividades Complementares	120h	08
Atividades Curriculares de Extensão	300h	20
TOTAL	3.000h	200

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

*** REGIME LETIVO: CRÉDITO** - Unidade Didática Pedagógica (15h de trabalho tanto para as atividades de aulas teóricas, como para as atividades práticas e estágios. Resolução nº 177/2012-CEPEX).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA	13
1.2 CONTEXTO REGIONAL E LOCAL	14
1.3 HISTÓRICO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFPI E DO CURSO	16
2 CONCEPÇÃO DO CURSO	18
2.1 PRINCÍPIOS CURRICULARES E ESPECIFICIDADES DO CURSO	18
2.2 OBJETIVOS DO CURSO	21
2.3 PERFIL DO EGRESSO	22
2.4 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	23
2.5 PERFIL DO CORPO DOCENTE	25
3 PROPOSTA CURRICULAR	25
3.1 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	25
3.1.1 Conteúdos Curriculares Básicos	26
3.1.2 Conteúdos Curriculares Profissionais	26
3.1.3 Conteúdos Curriculares de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias	26
3.1.4 Conteúdos Curriculares de Formação Complementar	27
3.2 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – Turno Matutino/Noturno	27
3.3 FLUXOGRAMA	34
3.4 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO, ATIVIDADES COMPLEMENTARES, ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	35
3.4.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	35
3.4.2 Atividades Complementares	37
3.4.3 Atividade Curricular de Extensão	38
3.4.4 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	40
3.5 METODOLOGIA	41
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	43
4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	43
4.1.1 Ensino	43
4.1.1.1 Ensino de Graduação	43
4.1.1.2 Ensino de Pós-graduação	44
4.1.2 Pesquisa e Inovação Tecnológica	45
4.1.3 Extensão	46
4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE APOIO À COMUNIDADE ACADÊMICA	47
4.2.1 Apoio aos Docentes	47
4.2.2 Apoio aos Discentes	49
5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	52
5.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	52

5.2	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	52
5.3	AVALIAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO	52
5.4	AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	53
5.5	AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	54
6	EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS	56
6.1	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	56
6.2	DISCIPLINAS OPTATIVAS	84
7	CORPO DOCENTE	94
7.1	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	94
7.2	ATUAÇÃO E REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR	95
7.3	PERFIL DO CORPO DOCENTE	95
8	INFRAESTRUTURA FÍSICA	97
8.1	LOCAL DE FUNCIONAMENTO E INFRAESTRUTURA FÍSICA	97
8.2	BIBLIOTECA	99
8.2.1	8.2.1 Biblioteca Virtual – Minha Biblioteca	101
9	DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	103
9.1	CLAÚSULA DE VIGÊNCIA	103
9.1.1	9.1.1 Plano de Implementação do Currículo do Curso de Bacharelado em Administração	103
9.2	EQUIVALÊNCIA ENTRE PROJETOS PEDAGÓGICOS	104
	REFERÊNCIAS	111
	APÊNDICES	112
	APÊNDICE A - Regimento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	113
	APÊNDICA B - Regulamento das Atividades Complementares	127
	APÊNDICE C - Regimento do Trabalho de Conclusão de Curso	137
	APÊNDICA D - Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão	144

APRESENTAÇÃO

As alterações propostas neste Projeto Pedagógico do Curso (PPC) são necessárias para adequar os PPC vigentes (matutino e noturno), do Curso de Bacharelado em Administração - CBA/UFPI, às diretrizes curriculares, tendo em vista que a Coordenação do Curso e a Coordenação de Currículo detectaram a necessidade de ajustes em alguns componentes e a inclusão de outros. Tendo em vista a necessidade de realizar os ajustes solicitados pelas coordenações, procedeu-se à reformulação do PPC a fim de alterar/incluir os componentes ausentes, visando à melhoria da qualidade e adequação do curso às diretrizes institucionais. Convém ressaltar que será realizada a unificação dos Currículos 3130.3 e 3130.4, (matutino e noturno, respectivamente) vigentes no CBA da UFPI/*Campus* Ministro Petrônio Portella. Desse modo, cita-se as alterações/inclusões decorrentes dos motivos acima explicitados:

- 1) Forma de ingresso no curso;
- 2) Inclusão do item Princípios e Valores, de acordo com o PDI/UFPI 2020-2024;
- 3) Inclusão das disciplinas Libras e Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade, como disciplinas optativas;
- 4) Inclusão da Contextualização da Instituição;
- 5) Melhor detalhamento das Atividades Complementares;
- 6) Alterar o regime de bloco para crédito (situação aprovada anteriormente pelo Colegiado do Curso, mas no projeto ainda constava bloco);
- 7) Incluir o item Apoio ao Discente;
- 8) Incluir o item Integralização Curricular;
- 9) Incluir o item Avaliação Institucional;
- 10) Incluir o item Avaliação do Curso de Administração;
- 11) Incluir o item Recursos Humanos;
- 12) Incluir o item Infraestrutura para o Funcionamento do Curso;
- 13) Incluir o Regimento de Estágio;
- 14) Incluir a Bibliografia conforme disponível na Biblioteca;
- 15) Incluir as Normas do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC;
- 16) Incluir as Referências;
- 17) Incluir os quadros de equivalência dos currículos matutino/vespertino e noturno;
- 18) Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Administração (RESOLUÇÃO Nº 5, de 14 de Outubro de 2021).

Diante do exposto, tem-se, a seguir, a proposta de reformulação do PPC do Curso de Bacharelado em Administração presencial, descrita neste documento.

1 INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA

Esta é uma proposta de reformulação do Projeto Pedagógico - PP do Curso de Bacharelado em Administração, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, ofertado no *Campus* Ministro Petrônio Portella, nos turnos matutino e noturno, na modalidade presencial, formatado pelo atual Projeto Pedagógico de 2009, elaborado a partir das disciplinas de formação específica, aplicadas e técnicas, contemplando, também, as disciplinas voltadas à pesquisa, buscando proporcionar aos alunos o interesse pelos conhecimentos gerais, pela pesquisa, pelo desenvolvimento das atividades operacionais e gestoras, fornecendo ao aluno formado condições de gerenciar, planejar, dirigir e operacionalizar as organizações.

Este PP também está alinhado com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UFPI, cujas diretrizes para o ensino de graduação, estabelece como ação inicial, a necessidade de ampliação da oferta de cursos de graduação de forma a garantir o cumprimento das ações de responsabilidade social da UFPI.

Dessa forma, o Curso de Bacharelado em Administração privilegia um equilíbrio entre as disciplinas que proporcionarão a base teórica para o desenvolvimento das capacidades profissionais dos alunos, concomitantemente com as disciplinas práticas, que lhes permitirão ingressar no campo das atividades das organizações, em condições otimizadas de atuação no mercado de trabalho.

No campo dos aspectos éticos e sociais serão oferecidas condições de aprendizagem para que o Bacharel em Administração tenha a compreensão da ética profissional expandida para a sociedade, a família, a economia e a todos os outros setores da vida pessoal e social.

Portanto, o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração está sintonizado com uma formação globalizada e crítica dos graduandos, de forma que seja permitido o exercício da cidadania como sujeitos de transformação da realidade, com respostas para os grandes problemas atuais.

Como instrumento de ação política, este documento deve propiciar condições para que o cidadão, ao desenvolver suas atividades acadêmicas e profissionais, paute-se na competência, na habilidade e na cooperação, tendo a perspectiva da educação/formação como processo contínuo para o desempenho de suas funções.

1.2 CONTEXTO REGIONAL E LOCAL

A UFPI é uma IES de natureza federal, de estrutura multi *campi*, mantida pelo Ministério da Educação - MEC, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí -FUFPI, com sede e foro na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí e com três outros *campi*, instalados nas cidades piauienses de Picos, Bom Jesus e Floriano. Oferta cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância, conferindo os graus de bacharel e licenciado, de pós-graduação *lato sensu* (especialista) e outorga títulos de mestre e doutor aos concluintes dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

O seu credenciamento ocorreu em 1945 (Decreto nº 17.551, de 09.01.1945) como Faculdade isolada; em 1968, como Universidade (Lei 5.528, de 12.11.68) e reconhecida em 2012, através da Portaria MEC nº 645, de 18/05/2012, pelo prazo de dez anos. Seu primeiro Estatuto foi aprovado através do Decreto nº 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27/04/73 e sofreu ulteriores alterações (Portaria MEC nº 453, de 30/05/78, publicado no DOU de 02/06/78; Portaria MEC nº 180, de 05/02/93, publicada no DOU nº 26, de 08/02/1993). A reformulação, objetivando a adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN/1996 foi autorizada pela Resolução CONSUN nº 15/99, de 25/03/99 e Parecer nº 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CNE, aprovado pela Portaria MEC nº 1.225, de 30/07/99, publicada no DOU nº 147-E, de 03/08/99. O atual Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDBEN/1996 através da Resolução CONSUN nº 45/99, de 16/12/99, e alterado, posteriormente, pela Resolução nº 21, de 21/09/2000. O Estatuto da FUFPI foi aprovado pela Portaria MEC nº 265, de 10 de abril de 1978, e alterado pela Portaria MEC nº 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU nº 26, de 08 de fevereiro de 1993. Considerando a ampliação da infraestrutura e dos órgãos gestores internos, a UFPI está trabalhando na sua nova legislação estatuinte.

Segundo o seu Estatuto, no art. 3º, a UFPI tem por objetivo “[...] cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado” (BRASIL, 1973, p. 2) e dentre as suas funções específicas, estão: “[...] a) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; b) formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; c) incentivar a pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura [...]; d) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicação ou de outras formas de comunicação; [...]; f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular

os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; g) promover extensão, aberta à participação da sociedade, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 2013).

A missão da UFPI, segundo o PDI 2020-2024, é “[...] promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional” (BRASIL, 2020, p. 31).

A UFPI é a única instituição de educação superior de organização administrativa federal, caracterizada como “universidade” no Estado do Piauí. Ressalte-se, que, o Estado do Piauí é o terceiro do Nordeste em extensão e detém uma área territorial de 251.529 km². Está subdividido em quatro mesorregiões e 15 (quinze) microrregiões homogêneas, abrangendo um total de 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios e uma população da ordem de 3.273.227 habitantes. Considerando-a como instância maior de produção e difusão do conhecimento, o Estado do Piauí tem a sua Universidade Federal como referência e lhe confere reconhecimento e prestígio pelos relevantes serviços prestados na formação de recursos humanos e geração de conhecimentos e tecnologias voltadas ao seu desenvolvimento. Como detentor de grande área geográfica, o Estado do Piauí tem a sua economia baseada no setor de serviços, na indústria (sobretudo a química, têxtil, de bebidas) e na agropecuária. O setor terciário é responsável por quase 70% da formação de renda do Estado e os setores primário e secundário, embora minoritários na formação da renda total, absorvem parcelas significativas da mão de obra formada.

A cidade de Teresina, onde está instalado o *campus* sede da UFPI, situa-se na região centro-norte do Estado do Piauí e é conhecida como a “capital do sol e da luz” e, ainda, como “cidade verde”, “cidade menina”, sendo uma das primeiras cidades planejadas do Brasil. Seu IDH (0,751) é considerado alto pelo Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2010). Teresina possui uma população estimada em 868.075 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2020), somente na capital, e se aproxima de um milhão e duzentos mil habitantes ao se considerar o seu entorno, ou seja, a região metropolitana de Teresina ou região integrada da grande Teresina, que congrega 13 municípios, sendo 12 do Estado do Piauí, que são: Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Teresina e União e mais um do Estado do Maranhão: Timon, sendo o último separado de Teresina apenas pelo Rio Parnaíba.

Dentre os serviços que compõem a economia piauiense ressaltam-se os direcionados para a área da saúde, pelo fato de Teresina possuir uma ampla rede de prestação de serviços de saúde, constituída por diversos hospitais, clínicas, policlínicas, unidades mistas, centros e postos de

saúde, além de laboratórios de análises clínicas e estabelecimentos farmacêuticos, vinculados ao Estado, ao Município e à iniciativa privada, o que a torna um importante centro de atendimento em saúde, nas mais diversas áreas. Por essas características, aliadas à sua localização geográfica, Teresina recebe pessoas vindas de diversos Estados, sobretudo do Norte e Nordeste em busca de serviços de saúde, sendo que o público advindo de fora do Estado chega a representar 40% do atendimento médico dos seus hospitais.

Os serviços de saúde da capital têm como referência o ensino ministrado pela UFPI, através de seu curso de graduação em Medicina, que está entre os mais conceituados do país, e de outros cursos da área, como Enfermagem, Farmácia, Nutrição e Odontologia, os quais contribuem para Teresina tornar-se um importante centro médico do Nordeste e o maior da Região Meio Norte. No âmbito do setor agropecuário, ressaltam-se as atividades de produção vegetal (grãos, fruticultura, exploração de carnaúba e cana-de-açúcar) e animal (caprino ovinocultura, suinocultura bovinocultura e avicultura) que formam a vocação original do Estado.

No extrativismo mineral, sobressai-se o níquel (segunda maior reserva nacional) mármore, amianto, ardósia, talco, entre outros. Com 43 anos de fundação, a UFPI ocupa lugar de destaque no cenário piauiense e desempenha com afinco as funções de promotora do conhecimento para alavancar o crescimento do Estado, admitindo a sua responsabilidade social como universidade pública, investida na tarefa de contribuir para a promoção do desenvolvimento da região e transformação da realidade social. Situado na Região Meio Norte do Brasil, a UFPI utiliza como palco e como exemplo para projetar e desenvolver seu trabalho, a oferta de cursos de graduação, programas de pós-graduação, cursos técnicos profissionalizantes e atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e de extensão e, assim, atingir o objetivo de formar profissionais cidadãos.

1.3 HISTÓRICO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFPI E DO CURSO

O sistema educacional brasileiro vem passando por grandes mudanças, principalmente, nos últimos anos, devido à política expansionista adotada pelos últimos governos. Todo o esforço visa ao incremento do contingente de pessoas com mais acesso à educação, bem como à melhoria dos níveis de qualidade do ensino desenvolvido no Brasil.

A UFPI é uma Instituição Federal de Ensino Superior sediada na cidade de Teresina - Estado do Piauí e com *campi* nas cidades de Picos, Floriano e Bom Jesus. A Instituição é mantida pela Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI (criada pela Lei nº 5.528, de 12/11/1968) e financiada com recursos do Governo Federal.

A UFPI foi instalada em 01 de março de 1971, a partir da fusão de algumas faculdades isoladas que existiam no Estado - Faculdade de Direito, Faculdade Católica de Filosofia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Administração (Parnaíba) e Faculdade de Medicina.

A UFPI, de forma arrojada e sem precedentes, desenvolve no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, uma reestruturação e expansão de sua política de resgatar a cidadania da sociedade piauiense, principalmente. Entendendo esse processo como uma oportunidade ímpar, os cursos de Bacharelado em Administração da UFPI não podem ficar confortavelmente atrelados aos padrões burocráticos do passado. Sendo assim, aproveitamos esta oportunidade para, a partir do atual Projeto Pedagógico, formatado para ser ofertado no *campus* de Teresina, nos turnos matutino e noturno, assegurar níveis de qualidade e de competitividade aos alunos do Curso de Bacharelado em Administração da UFPI.

A conscientização sobre esse novo cenário e a adaptação a ele é fundamental para que o CBA alcance seus objetivos e sobrevivência em uma sociedade em constante transformação. Assim, a UFPI oferta o CBA voltado para a formação de sólidas competências, tanto em nível de ensino de graduação quanto em nível da educação permanente, preocupando-se com a preparação do futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições do exercício profissional.

O PP do CBA, na modalidade presencial, da UFPI, no *Campus* Ministro Petrônio Portella, em Teresina, foi elaborado com base na Resolução nº 2, de 04.10.1993, do Conselho Federal de Educação, que fixou o conteúdo mínimo e a sua duração, ofertando, 100 (cem) vagas anuais, em duas “entradas”. A Proposta desse Currículo Mínimo do CBA, na modalidade presencial, está composta por:

1. Disciplinas de Conteúdo de Formação Básica e Instrumental - 540 h;
2. Disciplinas de Conteúdo de Formação Profissional - 1200 h;
3. Disciplinas de Conteúdo de Estudos Quantitativos e Suas Tecnologias - 240 h
4. Disciplinas de Conteúdo Curriculares de Formação Complementar - 540 h
5. Disciplinas Optativas - 60 h;
6. Atividades Complementares - 120 h;
7. Atividade Curricular de Extensão - 300 h;

Os blocos estão formados de acordo com a orientação do CNE, iniciando o Primeiro Período (Bloco I) com as disciplinas de Conteúdo Formação Básica e Instrumental mesclando-se às de Conteúdo de Formação Profissional e Complementar (obrigatórias e optativas) para que o aluno tenha uma visão conjunta de todas as disciplinas do Curso.

O Curso de Bacharelado em Administração da UFPI, do *Campus* Ministro Petrônio Portella, em Teresina, obteve o seu reconhecimento provisório por três anos, através da Portaria nº 2008, de 06 de julho de 2004. Em 2005, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração - Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005, e por recomendação da Pró Reitoria de Ensino de Graduação - PREG, o Colegiado do Curso realizou a Primeira Reforma Curricular. No segundo período de 2008, foi aprovada a oferta do CBA, na modalidade presencial, no turno acadêmico noturno e, em 2009, iniciou a oferta do Curso no turno noturno. Em 2012, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração, o Curso se adequou às novas normas.

A missão do Curso de Bacharelado em Administração da UFPI é “[...] disponibilizar aos egressos a formação profissional com visão ampla e percepção crítica da realidade, como também, uma educação integral de qualidade, ensejando a formação do cidadão preparado para viver plenamente sua cidadania” (BRASIL, 2014). Essa realidade leva a uma reflexão sobre a importância da Universidade Federal do Piauí como espaço essencial, onde mais do que modificar atividades é necessário mudar a maneira de compreender e edificar tais processos, promovendo uma pedagogia dinâmica e inovadora calcada nos processos de ensino e aprendizagem.

Nesse novo contexto, o professor tem um papel muito nítido e definido que é o de mediador no processo de construção do conhecimento. Faz-se necessário que o educador tenha sempre em vista a ideia de que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante dinamismo e mutação. Essa assertiva norteará a sua maneira de trabalhar os conteúdos, numa perspectiva de abertura, interdependência e movimento, e nunca de forma fechada e acabada. O CBA, por outro lado, defende que o aluno seja o centro do processo educacional e sujeito ativo da própria aprendizagem. Nessa perspectiva, o aluno não é um mero receptor de conhecimentos, mas sim um agente transformador que está continuamente interagindo com o ambiente no qual está inserido. Desta forma, intenta-se propiciar ao sistema ensino-aprendizagem um processo dinâmico e transformador voltado para a formação de profissionais inquiridores, proativos, críticos, abertos a mudanças e a desafios no mundo, e preocupados com a construção de seu próprio futuro.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 PRINCÍPIOS CURRICULARES E ESPECIFICIDADES DO CURSO

Os princípios curriculares que norteiam o Curso de Bacharelado em Administração estão guiados pelo PDI/UFPI 2020-2024, pelos princípios da escola da Administração e pelos princípios que reforçam a sua função social e o seu papel frente à sociedade. Assim, o CBA preza pela:

a) Formação e desenvolvimento da pessoa humana: o processo de formação do Bacharel em Administração, prima pelo desenvolvimento de valores éticos, tendo como base o respeito à dignidade da pessoa humana em suas diferentes dimensões. Nesse sentido, reconhecemos que o egresso deve ter um perfil com saberes específicos que lhes sejam capazes de compreender e interpretar a realidade na qual está inserido, pois esta mesma realidade é conteúdo significativo de seu processo de formação profissional. Assim, o Bacharel em Administração deve preocupar-se com o desenvolvimento, intelectual, social, cultural, político e ambiental da sociedade e das organizações nela inseridas, considerando suas diversas especificidades sociais e religiosas. Espera-se, pois, do Bacharel em Administração, que seja consciente de seus direitos e deveres, que tenha autonomia intelectual e que possa atuar de forma honesta, qualificada e com compromisso social.

b) Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente: a ética é norteadora de toda a ação institucional, em todas as suas relações internas e externas com a sociedade. E, em especial, daquelas relativas aos processos de ensino e aprendizagem, à condução de pesquisas e à produção e socialização do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade. No CBA, preza-se pela construção de projetos e realização de ações coletivas dotadas de sustentação ética e respeito à dignidade e às diferenças, procurando responder à complexidade das relações sociais e minimizar as desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em permanente transformação. Dessa forma, o egresso do CBA deve dispensar tratamento digno e respeitoso aos seus pares e, principalmente, à comunidade (cidadãos), devendo, portanto, compreender e respeitar as diferenças étnico-raciais, sociais em geral e religiosa presentes em seu contexto social e de trabalho.

c) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão: em atendimento aos princípios basilares da universidade pública brasileira e na tentativa de atender às demandas da sociedade contemporânea, o CBA oferece uma formação que tem como base a articulação entre teoria e prática, cujo intuito é que os estudantes consolidem sua formação por meio dos fundamentos, teóricos metodológicos e práticos que sustentam a produção de conhecimentos em Administração. A formação do aluno deve ir além do cumprimento das disciplinas exigidas nos currículos. Na concepção da prática educativa e pedagógica deve estar presente a prática como parte constituinte e integrante da busca sistemática, crítica e criativa e da pesquisa como atividade cotidiana, como princípio científico e educativo. A capacidade de gerar e socializar conhecimento por meio de processos investigativos (pesquisa) e de criar uma relação entre a comunidade e a universidade, desenvolvendo ações que possibilitem uma troca de conhecimentos (extensão), induz a uma referência dinâmica da relação docente-discente-comunidade, oportunizando contextos de diálogo e de ensinar a aprender. Nesse

sentido, o CBA volta-se ao desenvolvimento de pesquisas que estimulem e garantam a participação dos discentes, principalmente, no âmbito da Iniciação Científica e da Extensão.

d) Interdisciplinaridade e transversalidade: a interdisciplinaridade é uma estratégia de articulação dos saberes de cada área, definindo a melhor forma de atender aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea. A interdisciplinaridade admite uma visível melhoria na ideia de integração curricular, conservando os interesses de cada disciplina. A transversalidade diz respeito à possibilidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). A transversalidade e a interdisciplinaridade são modos de trabalhar o conhecimento, que buscam reintegração de procedimentos acadêmicos que ficaram isolados uns dos outros pelo método disciplinar. E essa reintegração possibilita intervir na realidade para transformá-la. Os objetivos e conteúdos dos temas transversais, quando pertinentes, devem estar inseridos em diferentes cenários de atividades. A transversalidade e a interdisciplinaridade têm como eixo educativo a proposta de uma educação comprometida com a cidadania, conforme defendem os Parâmetros Curriculares. Assim, o CBA articula, através de sua grade curricular, o fortalecimento do entrelaçamento de conhecimentos das áreas do saber que se relacionam com a Ciência da Administração.

e) Uso de tecnologias de comunicação e informação: objetiva a formação de um viés entre educação, comunicação, tecnologias inteligentes e construção do conhecimento. No CBA tem-se a tecnologia como uma aliada às organizações e aos administradores, estando presente direta e indiretamente em muitas disciplinas ao longo do curso. Além disso, as ferramentas tecnológicas (TIC) são utilizadas no curso enquanto ferramentas que auxiliam processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o uso das TIC como recursos didáticos, tem sido uma constante no CBA pela utilização de distintas mídias e tecnologias, bem como ambientes virtuais de aprendizagem e suas ferramentas. Dentre as ferramentas utilizadas, cita-se: a plataforma do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA (fóruns, *blogs*, *chats*, *podcasts*), *Google Meet* e Rede Nacional de Pesquisa - RNP; videoconferências, softwares de computadores, entre outros recursos que auxiliam no cotidiano educacional do curso.

f) Avaliação: o processo de avaliação inclui as experiências sistematizadas de registro e acompanhamento humanizado do processo de aprendizagem, ultrapassando a concepção quantitativa e classificatória de avaliação. Nesse sentido, a preocupação principal dos professores do CBA centra-se no estabelecimento de um processo sistemático de avaliação que não esteja alicerçado apenas na concepção quantitativa, mas que tenha um caráter qualitativo do processo de aprendizagem do aluno. Com esta concepção de avaliação, os professores têm autonomia para,

dentro de suas especificidades e em conformidade com a Resolução CEPEX nº 177/2012, desenvolver o processo avaliativo respeitando as especificidades das disciplinas, bem como dos sujeitos envolvidos no processo.

g) Articulação entre teoria e prática: a articulação da teoria com a prática possibilita que os discentes se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções dos problemas epistemológicos e práticos. Assim, o estudante sai da simples condição de mero receptor de informações e passa a sujeito da produção desse conhecimento. Nesse sentido, o CBA sabe que a prática não se limita ao Estágio e que deve ir além das práticas profissionais previstas para uma determinada área. Assim, ver-se-á a relação teoria-prática para além dos “muros” da universidade, reforçando a importância do conhecimento e da compreensão sobre o mundo contemporâneo nos diversos contextos acadêmicos e profissionais vivenciados pelo estudante em favor de sua autonomia intelectual.

h) Flexibilização curricular: a flexibilização curricular pressupõe uma liberdade maior para o estudante articular suas escolhas e construir sua identidade, valorizando a vivência universitária. A flexibilização se propõe a desenvolver a transmissão de conteúdo, desenvolver habilidades específicas e gerais, extrapolando áreas específicas do saber e adequar o currículo à evolução acelerada do conhecimento e das práticas profissionais, sobretudo, atentando para o fato de que se trata de uma relação temporalmente delimitada entre o aluno e a universidade. O CBA enxerga a flexibilização curricular para além da oferta de disciplinas optativas ou o aumento/redução de carga horária de disciplinas e a inclusão de atividades complementares no decurso formativo dos estudantes. A flexibilização do curso ocorre pelo respeito à individualidade no percurso de formação; pela utilização da modalidade de educação a distância (20% da carga horária); pela flexibilização das ações didático-pedagógicas; pela mobilidade ou intercâmbio estudantil; pela incorporação de experiências extracurriculares creditadas na formação; pela adoção de formas contemporâneas de organização curricular e pela previsão e oferta de atividades curriculares de extensão.

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

O objetivo do CBA, na modalidade presencial, é o de formar profissionais capazes de atuar no campo da Administração – em qualquer de suas áreas – no contexto local ou não. Esses Bacharéis em Administração devem buscar a integração efetiva entre teoria e prática nas abordagens disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares, absorvendo, analisando, criticando e aplicando os conteúdos teórico-práticos que surgirem ao longo da vida acadêmica do

futuro profissional com perfil empreendedor dentro das perspectivas da sociedade pós-capitalista e sociedade pós-moderna que constrói o novo milênio.

2.3 PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso do CBA está em conformidade com as DCNs para os Cursos de Administração, Resolução CNE/CES nº 5/2021 e deve expressar um conjunto coerente e integrado de conteúdos (saber), competências (saber fazer), habilidades (saber fazer bem) e atitudes (querer fazer), que inclua as capacidades fundamentais descritas nestas Diretrizes e que seja coerente com o ambiente profissional para o qual o egresso será preparado, seja ele local, regional, nacional ou global. O conjunto de conteúdos, competências e habilidades que constituem o perfil do egresso deve apresentar um equilíbrio adequado de competências humanas, analíticas e quantitativas.

Em concordância, o CBA foi criado com o objetivo principal de capacitar um profissional que possa atuar em um mercado globalizado, multicultural e multidisciplinar aplicando conceitos, técnicas e métodos de uma maneira integrada e focalizada. O CBA enfatiza teoria e prática visando capacitar os profissionais para atuarem em um mercado globalizado, aberto e cada vez mais competitivo.

O CBA se propõe a habilitar graduados competentes a acompanhar e implementar as transformações necessárias em um mundo de incessantes mudanças e repleto de desafios capazes de estabelecer relacionamentos que transcendam às fronteiras geográficas; administrar unidades de informação e negócios, além de identificar e elaborar estratégias que satisfaçam às necessidades e usos das necessárias atividades profissionais. Objetiva, desta maneira, integrar o futuro Bacharel em Administração neste contexto imprevisível visando tanto lhe propiciar os conhecimentos e ferramentas necessárias para enfrentar as novas exigências da sociedade, como capacitá-lo a atuar numa ampla gama de organizações e atividades.

Considerando a importância desse profissional no contexto socioeconômico e político do país, como cidadão comprometido com os interesses e desafios da sociedade, o CBA visa formar Bacharéis em Administração com perfil de liderança, visão generalista das organizações e senso prático de solucionadores de problemas empresariais. Para tanto, apresenta uma ampla gama de conhecimentos relacionados à ética profissional e responsabilidade social das organizações, combinados com uma cadeia de conhecimentos técnicos de complexidade crescente. Este conjunto de conceitos e técnicas constitui-se de ferramentas indispensáveis para a atuação profissional.

2.4 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O conjunto de competências exigidas pelo mercado de trabalho aos graduados no CBA está além da dimensão cognitiva, compreendendo os seguintes elementos:

I) Integrar conhecimentos fundamentais ao Administrador - Para além de apenas deter conhecimentos fundamentais, o egresso deve ser capaz de integrá-los para criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, operacionais e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões social, ambiental, econômica e cultural. Entre os conhecimentos fundamentais incluem-se os de Economia, Finanças, Contabilidade, Marketing, Operações e Cadeia de Suprimentos, Comportamento Humano e Organizacional, Ciências Sociais e Humanas e outros que sirvam às especificidades do curso;

II) Abordar problemas e oportunidades de forma sistêmica - Compreender o ambiente, modelar os processos com base em cenários, analisando a interrelação entre as partes e os impactos ao longo do tempo e analisar problemas e oportunidades sob diferentes dimensões (humana, social, política, ambiental, legal, ética, econômico-financeira);

III) Analisar e resolver problemas - Formular problemas e/ou oportunidades, utilizando empatia com os usuários das soluções, elaborar hipóteses, analisar evidências disponíveis, diagnosticar causas prováveis e elaborar recomendações de soluções e suas métricas de sucesso passíveis de testes;

IV) Aplicar técnicas analíticas e quantitativas na análise de problemas e oportunidades - Julgar a qualidade da informação, diferenciando informações confiáveis de não confiáveis, e de que forma ela pode ser usada como balizadora na tomada de decisão. Identificar, sumarizar, analisar e interpretar informações qualitativas e/ou quantitativas necessárias para o atingimento de um objetivo inicial. Julgar a relevância de cada informação disponível, diferenciando meras associações de relações causais. Comunicar suas conclusões a partir da construção e análise de gráficos e de medidas descritivas. Identificar os contextos em que técnicas de inferência estatística possam ser utilizadas e, por meio delas, julgar até que ponto os resultados obtidos em uma amostra podem ser extrapolados para uma população;

V) Ter prontidão tecnológica e pensamento computacional - Compreender o potencial das tecnologias e aplicá-las na resolução de problemas e aproveitamento de oportunidades. Formular problemas e suas soluções, de forma que as soluções possam ser efetivamente realizadas por um agente de processamento de informações, envolvendo as etapas de decomposição dos problemas, identificação de padrões, abstração e elaboração de sequência de passos para a resolução;

VI) Gerenciar recursos - Estabelecer objetivos e metas, planejar e priorizar ações, controlar o desempenho, alocar responsabilidades, mobilizar as pessoas para o resultado;

VII) Ter relacionamento interpessoal - Usar de empatia e outros elementos que favoreçam a construção de relacionamentos colaborativos, facilitando o trabalho em time e a gestão de conflitos;

VIII) Comunicar-se de forma eficaz - Compartilhar ideias e conceitos de forma efetiva e apropriada à audiência e à situação, usando argumentação suportada por evidências e dados, deixando claro quando suportada apenas por indícios, com a preocupação ética de não usar dados para levar a interpretações equivocadas;

IX) Aprender de forma autônoma - Ser capaz de adquirir novos conhecimentos, desenvolver habilidades e aplicá-las em contextos novos, sem a mediação de professores, tornando-se autônomo no desenvolvimento de novas competências ao longo de sua vida profissional.

2.5 PERFIL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente do CBA é formado por 15 (quinze) professores, dos quais 15 (quinze) são formados na área da Ciência da Administração e 1 em Ciências Econômicas, lotados na Coordenação do Curso de Administração. Do total de 15 docentes, tem-se que são 13 (treze) doutores, 1 (um) é mestre e 1 (um) é especialista, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Docentes e Área de Formação

* Cedida para a Universidade Federal do Ceará – UFC por ordem judicial.

	DOCENTE	CPF	FORMAÇÃO	RE	TITULAÇÃO
1	Alexandre Rabêlo Neto	299.794.553-49	Administração	DE	Doutor
2	Ana Cristina de Araújo Pacheco Barros*	462.769.393-15	Administração	TI 20	Mestre
3	Antônio Vinícius Oliveira Ferreira	016.490.563-46	Administração	TI 40	Doutor
4	Denise Lustosa de Figueiredo	306.688.593-34	Administração	DE	Mestre
5	Evandro Tajra Hidd	293.450.736-04	Administração	DE	Especialista
6	Evelyn Seligmann Feitosa	112.675773-04	Economia	DE	Doutora
7	Fabiana Rodrigues de Almeida Castro	286.295.823-91	Administração	DE	Doutora
8	Francisca Maria Cosme de Carvalho	565.144.413-00	Administração	DE	Doutora
9	Francisco Tavares de Miranda Filho	212.343.453-15	Administração	DE	Doutor
10	Isidro José B. M. Fortaleza do Nascimento	715.046.303-78	Administração	DE	Doutor
11	Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva	822.107.993-68	Administração	DE	Doutor
12	Leonardo Victor de Sá Pinheiro	014.527.803-40	Administração	DE	Doutor
13	Marcio Vinicius Brito Pessoa	411.701.303-30	Administração	TI 40	Doutor
14	Maria de Lourdes de Melo Salmito Mendes	130.084.803-06	Administração	DE	Doutora
15	Mauricio Mendes Boavista de Castro	138.867.543-91	Administração	DE	Doutor
16	Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes	470 588 463 91	Administração	DE	Doutor

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso de Bacharelado em Administração foi formatado tendo como base a Resolução nº 5, de 14 de outubro de 2021 - CNE, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior em sua organização curricular.

O CBA funcionará na modalidade presencial, nos turnos matutino/vespertino e noturno, em regime de crédito, com uma carga horária mínima de 3.000 horas-aula, distribuídas entre a Matriz Curricular do Curso, com 2.580h; as Atividades Complementares, com 120h e as Atividades Curriculares de Extensão, com 300h. A carga horária do curso se encontra assim distribuída, conforme mostrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição da Carga Horária do CBA

Período	Carga Horária
Período I	315h
Período II	300h
Período III	300h
Período IV	300h
Período V	300h
Período VI	300h
Período VII	420h
Período VIII	345h

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

A distribuição das disciplinas nos períodos, permite ao aluno concluir o curso em um tempo mínimo de 4 (quatro) e, de no máximo, 7 (sete) anos.

As disciplinas curriculares constituem-se de conteúdos eminentemente teóricos, conteúdos teórico-práticos e conteúdos eminentemente práticos no campo profissional, sendo esta caracterização identificada pela distribuição dos créditos em três dígitos, no formato 1.1.1, no qual o primeiro dígito corresponde aos conteúdos teóricos; o segundo, corresponde aos conteúdos teórico-práticos; e, o terceiro, corresponde aos conteúdos práticos sob a forma de estágio.

São disciplinas de conteúdo teórico: Seminário de Introdução ao Curso, Sociologia Aplicada à Administração, Introdução à Economia, Psicologia Aplicada à Administração, Teorias da Administração I, Matemática Aplicada à Administração, Direito para Administração I, Economia Brasileira e Piauiense, Contabilidade Geral e Análise das Demonstrações Contábeis, Teorias da Administração II, Estatística Aplicada à Administração, Pesquisa Aplicada à

Administração, Direito para Administração II, Comunicação Organizacional, Ética nas Organizações, Matemática Financeira, Contabilidade Gerencial e de Custos, Administração Financeira e Orçamentária I, Administração Financeira e Orçamentária II, Empreendedorismo, Projeto de Pesquisa em Administração, Gestão Ambiental e Sustentabilidade, Administração Pública, Tópicos Especiais em Administração, Optativa, e Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

São disciplinas de conteúdo teórico-prático: Organização, Sistemas e Métodos, Gestão de Pessoas I, Administração de Marketing I, Gestão de Pessoas II, Sistemas de Informações, Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais, Administração de Marketing II, Administração de Serviços, Administração da Produção I, Elaboração e Administração de Projetos, Logística, Administração da Produção II, Administração Estratégica.

As disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I e II são disciplinas práticas e, atendendo ao disposto no art. 5º, da Resolução nº 13/2005 - CNE, as disciplinas estão classificadas em:

3.1.1 Conteúdos Curriculares Básicos

Sociologia Aplicada à Administração. Ética nas Organizações. Psicologia Aplicada à Administração. Direito para Administração I. Direito para Administração II. Introdução à Economia. Economia Brasileira e Piauiense. Contabilidade Geral e Análise das Demonstrações Contábeis. Contabilidade Gerencial e de Custos.

3.1.2 Conteúdos Curriculares Profissionais

Teorias da Administração I. Teorias da Administração II. Organização, Sistemas e Métodos. Gestão de Pessoas I. Gestão de Pessoas II. Administração Pública. Administração de Marketing I. Administração de Marketing II. Sistemas de Informações. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais. Administração de Serviços. Administração Financeira e Orçamentária I. Administração Financeira e Orçamentária II. Administração da Produção I. Administração da Produção II. Elaboração e Administração de Projetos. Logística. Empreendedorismo. Administração Estratégica. Gestão Ambiental e Sustentabilidade.

3.1.3 Conteúdos Curriculares de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias

Estatística Aplicada à Administração. Pesquisa Aplicada à Administração. Matemática Aplicada à Administração. Matemática Financeira.

3.1.4 Conteúdos Curriculares de Formação Complementar

Seminário de Introdução ao Curso. Comunicação Organizacional. Tópicos Especiais em Administração. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II. Projeto de Pesquisa em Administração. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

As Atividades Complementares e as Atividades Curriculares de Extensão são obrigatórias para a integralização curricular do CBA cujas cargas horárias estão inseridas na estrutura curricular do curso.

3.2 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – Turno Matutino/Noturno

A Matriz Curricular do CBA, por período, está sumarizada no Quadro 3.

Quadro 3 - Matriz Curricular do Curso de Administração – Turno
Matutino/Vespertino/Noturno*

1º PERÍODO

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ- REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESP.	TIPO (disc./ atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CH	
CCA	D	CCA0103	Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	-
DCS	D	DCS0215	Sociologia Aplicada à Administração	4.0.0	60	-
DCEC	D	-----	Introdução à Economia	4.0.0	60	-
DFE	D	DFE0216	Psicologia Aplicada à Administração	4.0.0	60	-
CCA	D	-----	Teorias da Administração I	4.0.0	60	-
DMAT	D	DMA0038	Matemática Aplicada à Administração	4.0.0	60	-
			TOTAL	21.0.0	315	

2º PERÍODO

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESP.	TIPO (disc./atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CH	
DCJ	D	-----	Direito para Administração I	4.0.0	60	-
CCCCON	D	-----	Contabilidade Geral e Análise das Demonstrações Contábeis	4.0.0	60	-
DCEC	D	-----	Economia Brasileira e Piauiense	4.0.0	60	Código - Introdução à Economia
CGBEST	D	-----	Estatística Aplicada à Administração	4.0.0	60	DMA0038- Matemática Apl. à Administração
CCA	D	-----	Teorias da Administração II	4.0.0	60	Código - Teorias da Admin. I
			TOTAL	20.0.0	300	

3º PERÍODO

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESP.	TIPO (disc./atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CH	
DCJ	D	-----	Direito para Administração II	4.0.0	60	Código - Direito para Admin. I
CCA	D	-----	Organização, Sistemas e Métodos	3.1.0	60	Código - Teorias da Admin. II
CCA	D	-----	Comunicação Organizacional	4.0.0	60	Código - Teorias da Admin. II
CCA	D	-----	Pesquisa Aplicada à Administração	4.0.0	60	Código - Estatística Aplicada à Admin.
CCA	D	-----	Gestão de Pessoas I	3.1.0	60	Código - Teorias da Admin. II
			TOTAL	18.2.0	300	

4º PERÍODO

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESP.	TIPO (disc./atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CH	
DFI	D	-----	Ética nas Organizações	4.0.0	60	DCS0215 – Sociologia Aplicada à Admin.
DMAT	D	DMA0007	Matemática Financeira	4.0.0	60	DMA0038 - Matemática Apl. à Admin.
CCCCON	D	-----	Contabilidade Gerencial e de Custos	4.0.0	60	Código - Contab. Geral e Análise das Demon. Contábeis
CCA	D	CCA0133	Administração de Marketing I	3.1.0	60	Código - Teorias da Admin. II
CCA	D	-----	Gestão de Pessoas II	3.1.0	60	Código - Gestão de Pessoas I
			TOTAL	18.2.0	300	

5º PERÍODO

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESP.	TIPO (disc./atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CH	
CCA	D	-----	Sistemas de Informações	3.1.0	60	Código - Teorias da Admin. II
CCA	D	-----	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	3.1.0	60	Código - Organização, Sistemas e Métodos
CCA	D	CCA0078	Administração de Serviços	3.1.0	60	Código - Teorias da Admin. II
CCA	D	CCA0136	Administração de Marketing II	3.1.0	60	CCA0133 - Admin.de Marketing I
CCA	D	CCA0040	Administração Financeira e Orçamentária I	4.0.0	60	DMA0007 Matemática Financeira/ Código - Contab. Geral e Análise das Demon.

						Contábeis
			TOTAL	16.4.0	300	

6º PERÍODO

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESP.	TIPO (disc./atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CH	
CCA	D	-----	Administração da Produção I	3.1.0	60	Código - Admin. de Rec. Mater. e Patrimoniais
CCA	D	-----	Logística	3.1.0	60	Código - Admin. de Rec. Mater. e Patrimoniais
CCA	D	-----	Administração Pública	4.0.0	60	Código - Teorias da Admin. II
CCA	D	-----	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4.0.0	60	Código - Teorias da Admin. II
CCA	D	CCA0106	Administração Financeira e Orçamentária II	4.0.0	60	CCA0040 - Admin. Financeira e Orçamen. I
			TOTAL	18.2.0	300	

7º PERÍODO

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESP.	TIPO (disc./atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CH	
CCA	D	-----	Administração da Produção II	3.1.0	60	Código - Admin. da Produção I
CCA	D	-----	Optativa	4.0.0	60	Código - Teorias da Admin. II
CCA	D	-----	Elaboração e Administração de Projetos	3.1.0	60	Código - Admin. de Rec. Materiais e Patrimon. Código - Gestão de Pessoas II CCA0136 – Admin. de Marketing II CCA0106 - Admin.

						Financ. e Orçament. II
CCA	D	-----	Projeto de Pesquisa em Administração	4.0.0	60	Código - Pesquisa Apl. à Admin.
CCA	A	-----	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	0.0.12	180	CCA0136 - Administração de Marketing II Código - Administração Pública Código - Admin. da Produção I CCA0106 - Administração Financeira e Orçamentária II
			TOTAL	14.2.12	420	

8º PERÍODO

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESP.	TIPO (disc./ atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CH	
CCA	D	-----	Administração Estratégica	3.1.0	60	Código - Teorias da Admin. II
CCA	D	-----	Tópicos Especiais em Administração	3.0.0	45	Código - Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I
CCA	D	-----	Empreendedorismo	4.0.0	60	Código - Teorias da Admin. II
CCA	A	-----	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	4.0.0	60	Código - Projeto de Pesquisa em Administração
CCA	D	-----	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	0.0.8	120	Código - Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I
			TOTAL	14.1.8	345	

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

As disciplinas optativas do CBA encontram-se dispostas no Quadro 4.

Quadro 4 – Disciplinas Optativas

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)	NÍVEL VINCULADO (Período letivo ao qual será ofertado)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA		
CCLL	Disciplina	-----	LIBRAS	4.0.0	60	-	7º Período
DEFI	Disciplina	-----	Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	4.0.0	60	Código - Ética nas Organizações	7º Período
CCA	Disciplina	-----	Administração de Micro e Pequenas Empresas	4.0.0	60	Código - Teorias da Admin. II	7º Período
CCA	Disciplina	CCA0082	Desenvolvimento Gerencial	4.0.0	60	Código - Teorias da Admin. II	7º Período
CCA	Disciplina	-----	Gestão de Franquias	4.0.0	60	Código - Teorias da Admin. II	7º Período
CCA	Disciplina	-----	Criatividade e Inovação	4.0.0	60	Código - Empreendedorismo	7º Período
CCA	Disciplina	-----	Mercado de Capitais	4.0.0	60	CCA0106 - Administração Financeira e Orçamentária II	7º Período
CCA	Disciplina	CCA0035	Comércio Exterior	4.0.0	60	Código - Teorias da Admin. II	7º Período
CCA	Disciplina	-----	Comportamento do Consumidor	4.0.0	60	CCA0136 – Administração de Marketing II	7º Período
DEFI	Disciplina	-----	Educação em Direitos Humanos	4.0.0	60	Código - Ética nas Organizações	7º Período
DCJ	Disciplina	-----	Legislação Trabalhista e Previdenciária	4.0.0	60	Código - Direito para Administração II	7º Período
CCA	Disciplina	CCA0124	Consultoria Organizacional	4.0.0	60	Código - Teorias da Admin. II	7º Período
CCA	Disciplina	-----	Jogos Empresariais	4.0.0	60	Código - Teorias da Admin. II	7º Período

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

Por sua vez, a carga horária do CBA se encontra distribuída conforme **Quadro 5**.

Quadro 5 - Distribuição da Carga Horária do CBA

Carga Horária Obrigatória	Total (horas)
Carga Horária de Disciplinas Obrigatórias	2100
Carga Horária de Trabalho de Conclusão de Curso	120
Carga Horária de Disciplinas Optativas	60
Somatório Parcial das Disciplinas	2280
Carga Horária de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	300
Carga Horária de Atividades Complementares	120
Carga Horária de Atividades Curriculares de Extensão	300
TOTAL	3000

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

A hora-crédito corresponde a 60 (sessenta) minutos de trabalho escolar efetivo, conforme definição do regime didático-científico da UFPI no qual uma unidade de crédito corresponde a 15 horas-aula. Respeitadas as condições de pré-requisitos, o aluno poderá integralizar até 28 (vinte e oito) créditos por semestre letivo. Conforme Resolução 177/12 Art. 38 §2º, não será permitida a quebra de pré-requisitos para realização de matrícula(s).

3.3 FLUXOGRAMA

FLUXOGRAMA DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO / CCHL – TURNOS MATUTINO/NOTURNO*

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre	
01 Seminário de Introdução ao Curso 15h (1.0.0) -	07 Direito para Administração I 60h (4.0.0) -	12 Direito para Administração II 60h (4.0.0) 07	17 Ética nas Organizações 60h (4.0.0) 02	22 Sistemas de Informações 60h (3.1.0) 11	27 Administração da Produção I 60h (3.1.0) 23	32 Administração da Produção II 60h (3.1.0) 27	37 Administração Estratégica 60h (3.1.0) 11	
02 Sociologia Aplicada à Administração 60h (4.0.0) -	08 Contabilidade Geral e Análise das Demonstrações Contábeis 60h (4.0.0) -	13 Organização, Sistemas e Métodos 60h (3.1.0) 11	18 Matemática Financeira 60h (4.0.0) 06	23 Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais 60h (3.1.0) 13	28 Logística 60h (3.1.0) 23	33 Optativa 60h (4.0.0) 11	38 Tópicos Especiais em Administração 45h (3.0.0) 36	
03 Introdução à Economia 60h (4.0.0) -	09 Economia Brasileira e Piauiense 60h (4.0.0) 03	14 Comunicação Organizacional 60h (4.0.0) 11	19 Contabilidade Gerencial e de Custos 60h (4.0.0) 08	24 Administração de Serviços 60h (3.1.0) 11	29 Administração Pública 60h (4.0.0) 11	34 Elaboração e Administração de Projetos 60h (3.1.0) 21/23/25/31	39 Empreendedorismo 60h (4.0.0) 11	
04 Psicologia Aplicada à Administração 60h (4.0.0) -	10 Estatística Aplicada à Administração 60h (4.0.0) 06	15 Pesquisa Aplicada à Administração 60h (4.0.0) 10	20 Administração de Marketing I 60h (3.1.0) 11	25 Administração de Marketing II 60h (3.1.0) 20	30 Gestão Ambiental e Sustentabilidade 60h (4.0.0) 11	35 Projeto de Pesquisa em Administração 60h (4.0.0) 15	40 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC 60h (4.0.0) 35	
05 Teorias da Administração I 60h (4.0.0) -	11 Teorias da Administração II 60h (4.0.0) 05	16 Gestão de Pessoas I 60h (3.1.0) 11	21 Gestão de Pessoas II 60h (3.1.0) 16	26 Administração Financeira e Orçamentária I 60h (4.0.0) 08/18	31 Administração Financeira e Orçamentária II 60h (4.0.0) 26	36 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I 180h (0.0.12) 25/27/29/31	41 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II 120h (0.0.8) 36	
06 Matemática Aplicada à Administração 60h (4.0.0) -	a							
Disciplinas Obrigatórias: 2100 h Disciplinas Optativas: 60 h Trabalho de Conclusão de Curso: 120 h Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório: 300 h Atividades Complementares: 120 h Atividades Curriculares de Extensão: 300 h TOTAL: 3.000 h		Duração: 4 a 7 anos / Vagas: 100 (50 por semestre) Reconhecimento do Curso: Portaria SERES/MEC nº 2.008 de 06/07/2004, DOU de 07/07/2004. Renovações de Reconhecimento: - Portaria SERES/MEC nº 305 de 02/08/2011, DOU de 18/08/2011. - Portaria SERES/MEC nº 689 de 07/07/2017, publicada no DOU de 10/07/2017. - Portaria nº 211, de 25/06/2020, publicada no DOU de 07/07/2020.					Nome da Disciplina	LEGENDA: a - Número da Disciplina b - Carga Horária c - Créditos d - Pré-requisito

3.4 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO, ATIVIDADES COMPLEMENTARES, ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

3.4.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do CBA está regulamentado de acordo com a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, e o Regulamento Geral da Graduação da UFPI, Resolução CEPEX nº 177/12, atualizada em 20 de junho de 2018.

A legislação e documentação vigentes referentes ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório estão disponíveis no site da Coordenadoria Geral de Estágio/UFPI (<https://ufpi.br/cge>). De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Administração (Resolução nº 5, de 14 de outubro de 2021, do Conselho Nacional de Educação - CNE / Câmara de Educação Superior - CES), o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é um ato escolar educativo desenvolvido no ambiente de trabalho, com o objetivo de preparar o estudante para o mercado de trabalho, por meio do desenvolvimento de competências inerentes à atividade profissional e da contextualização curricular.

Segundo o art. 72, do Regulamento Geral da Graduação da UFPI, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ser desenvolvido em até 20% (vinte por cento) da carga horária do currículo pleno de cada curso. Desta forma, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório para o Curso de Bacharelado em Administração será caracterizado como uma atividade acadêmica obrigatória, de orientação individual, e possuirá uma carga horária de 300 horas. Além disso, para a realização da atividade, o discente deverá integralizar, com aprovação, todos os componentes curriculares (disciplinas) até o sexto período do curso.

A realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório pelo aluno do CBA visa atingir os seguintes objetivos:

- a) Integrar o conhecimento acadêmico com atividades profissionais;
- b) Vivenciar a prática profissional e as tendências do mercado;
- c) Vivenciar uma nova modalidade de aprendizagem com experiências para o alcance dos objetivos educacionais, tendo em vista a interdisciplinaridade;
- d) Oportunizar o desenvolvimento das habilidades de liderança (atuar de forma participativa, crítica, reflexiva, criativa, compartilhada, sinérgica e com segurança);

e) Participar do gerenciamento da assistência prestada ao cliente (negociar, inovar, ousar, estudar, desenvolver estratégias nas ações e visão crítica, ter consciência sócio político-cultural, interagir permanentemente com o cliente);

f) Desenvolver habilidades e competências necessárias para o exercício imediato de uma função relacionada à sua formação no mercado de trabalho.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ser realizado em instituições públicas ou privadas que exerçam atividades correlacionadas com a Administração e que estejam devidamente cadastradas na Coordenadoria Geral de Estágio - CGE, vinculada à PREG. A atividade será realizada entre a Instituição de ensino e as pessoas jurídicas de direito público e privado através de instrumento jurídico denominado Termo de Convênio, periodicamente reexaminado, no qual estejam acordadas todas as condições de realização do estágio. O referido convênio a ser firmado será de acordo com a legislação vigente, nos termos da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e das resoluções UFPI que versam sobre a matéria, mediante assinatura de Termo de Compromisso com interveniência obrigatória da CGE.

As atividades a serem desenvolvidas durante o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverão estar enquadradas nas áreas de atuação profissional correlatas com a Ciência da Administração. De acordo com o art. 68, do Regulamento Geral da Graduação da UFPI, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ter acompanhamento de um docente do quadro efetivo da UFPI (Orientador do Estágio) e por um Supervisor de Campo da parte concedente.

O Orientador do Estágio é o elo entre o órgão formador e a instituição que recebe o aluno para a realização do Estágio Supervisionado. É o responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno; deve avaliar periodicamente o desempenho dos alunos através de instrumento específico; orientar o aluno na elaboração do relatório de conclusão do estágio e propor alternativas pedagógicas de acordo com as necessidades e/ou cultura institucional no decorrer da atividade, garantindo o alcance dos objetivos propostos.

Por sua vez, o Supervisor de Campo deverá ser um profissional graduado lotado no local de realização do estágio e será responsável pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento da atividade.

A avaliação final do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é de responsabilidade do Orientador do Estágio (professor da UFPI) e será realizada com base na qualidade do relatório de conclusão do discente, bem como no desenvolvimento e conclusão das atividades planejadas e executadas no âmbito do estágio, a serem avaliadas pelo Supervisor de Campo. Assim, a nota final

do aluno será obtida através do cálculo da média aritmética entre a nota do Relatório de Estágio (elaborado pelo discente) e a nota apresentada pelo Supervisor de Campo da instituição.

A entrega do Relatório de Estágio é obrigatória e necessária para a constituição da nota do aluno. É vedada a solicitação pelo aluno de dispensa da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório por quaisquer motivos e/ou situações.

Com relação aos discentes que realizarão o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, compete a estes:

- Obedecer às rotinas e normas internas da instituição onde realiza o estágio, sob pena de interrupção e desligamento por transgressão dessas normas;
- Cumprir rigorosamente a programação de estágio, conforme planejamento específico;
- Submeter-se aos instrumentos de controle e avaliação estabelecidos pela UFPI e/ou unidade concedente;
- Entregar Relatório Final à instituição na qual realiza o estágio e ao Coordenador de Estágio do CBA da UPFI;
- Realizar o estágio com responsabilidade profissional, sujeitando-se ao código de ética específico, às normas e regulamentos da instituição.

Toda a legislação e documentação vigentes referentes ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório estão disponíveis no sítio da CGE, da Universidade Federal do Piauí. Encontra-se disponível, no Apêndice A, deste PP, o Manual de Estágio do Curso de Bacharelado em Administração.

3.4.2 Atividades Complementares

As Atividades Complementares da graduação da UFPI estão regulamentadas de acordo com o Regulamento Geral da PREG (Resolução nº 177/12 - CEPEX), e a Resolução nº 150/06 - CEPEX, que dispõe sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais dos cursos de graduação da instituição.

De acordo com o art. 92, da Resolução nº 177/12 - CEPEX/UPFI, as Atividades Complementares da graduação a serem desenvolvidas durante o período da formação, constituem o conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessários a sua formação. Para integralização curricular, poderão ser reconhecidos pela UFPI, no âmbito das Atividades Complementares, outros conhecimentos não previstos na Matriz

Curricular do Curso de Bacharelado em Administração, como os estudos complementares, as visitas técnicas, cursos realizados em outras áreas afins e que proporcionem o reconhecimento de habilidades e competências, desde que submetidos à Coordenação do Curso e estejam em conformidade com a Resolução nº 150/06 - CEPEX/UFPI.

Por meio das Atividades Complementares amplia-se o espaço de participação do aluno no processo didático-pedagógico, o qual deve ser sujeito da relação pedagógica, de acordo com a legislação e com as políticas educacionais, no sentido de flexibilizar os cursos, dando oportunidade ao aluno de buscar uma formação de acordo com suas aptidões. Segundo o §1º, do art. 93, da Resolução nº 177/12 - CEPEX, os Colegiados dos cursos de graduação devem estipular a carga horária referente às Atividades Complementares que integrarão seus currículos até o percentual de 10% (dez por cento) da carga horária total do currículo, tendo como patamar mínimo 120 (cento e vinte) horas.

Dessa forma, o Colegiado do CBA definiu que, para integralização curricular, o aluno deverá cumprir uma carga horária mínima de 120 horas de Atividades Complementares. O registro das Atividades Complementares deverá ser efetuado pelos discentes através do SIGAA dentro do período estipulado no Calendário Acadêmico vigente.

À Coordenação do CBA caberá a avaliação das Atividades Complementares durante o período estipulado pelo Calendário Acadêmico. Cabe ao Coordenador do Curso avaliar o desempenho do aluno nas Atividades Complementares e emitir decisão de deferido/indeferido, estipulando a carga horária a ser aproveitada, de acordo com as normas de aproveitamento estabelecidas neste documento e, homologando no SIGAA, para que seja incluída no histórico escolar do aluno, conforme § 1º à 3º, do art. 96, da Resolução 177/12 - CEPEX.

O Regulamento das Atividades Complementares para o CBA está descrito no Apêndice B.

3.4.3 Atividade Curricular de Extensão

De acordo com a Resolução nº 07/2018, do CNE/CES, em seu art. 3º, a “[...] extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à Matriz Curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa” (BRASIL, 2018, [n.p.]). Ainda, segundo a referida Resolução, no art. 7º, são consideradas Atividades de Extensão as intervenções que envolvam

diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias (BRASIL, 2018).

As Atividades Curriculares de Extensão – ACEs, do Curso de Bacharelado em Administração, são regidas pela Resolução nº 53/2019, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a qual regulamenta a inclusão das Atividades de Extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Nesse sentido, ao discente compete a obrigatoriedade de integralizar a carga horária estipulada pelo curso, enquanto requisito para conclusão do mesmo.

De acordo com a Resolução nº 07/2018, do CNE/CES, as Atividades Curriculares de Extensão devem compor o mínimo de 10% da carga horária do curso, devendo, portanto, fazer parte da sua Matriz Curricular. Assim, exige-se a integralização, pelo discente, de 300 horas referentes às ACEs. Em conformidade com o art. 4º (Resolução nº 53/2019 CEPEX/UFPI), são consideradas Atividades Curriculares de Extensão aquelas cadastradas na PREXC nas seguintes modalidades:

I - Programas de extensão

II - Projetos de extensão

III - Curso de extensão

IV - Eventos de extensão

V- Prestação de serviços à comunidade externa

VI - Atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina, mas como ACE.

Compete ao CBA, semestralmente, a oferta a seus discentes de Atividades Curriculares de Extensão. Na tentativa de sistematização da realização das ACEs, sugere-se uma divisão da carga horária por semestres. A divisão sugerida não significa que os alunos devem, obrigatoriamente, realizar essa quantidade de horas a cada semestre, caracterizando-se apenas como uma sugestão, já que a realização das ACEs depende da oferta das mesmas. Assim sendo, o aluno poderá realizar mais ou menos horas por semestre.

Todas as Atividades Curriculares de Extensão deverão, obrigatoriamente, estar vinculadas à Coordenação de Extensão em Administração - CEA, a qual foi instituída pelo curso para contemplar todas as atividades de extensão propostas pelo Curso de Bacharelado em Administração. No Quadro 6 é apresentada a proposta da distribuição das Atividades Curriculares de Extensão, por período, para o CBA.

Quadro 6 - Distribuição das Atividades Curriculares de Extensão, por período

Período	CH mínima	Atividade Curricular de Extensão
1º	-----	Nesse primeiro período, por ainda estarem conhecendo a instituição e o próprio curso, não será exigido que o aluno esteja envolvido em atividades de extensão, no entanto, se o aluno desejar participar de alguma atividade, programa ou projeto de extensão, não lhe será negado esta possibilidade.
2º	50	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREXC/UFPI.
3º	50	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREXC/UFPI.
4º	50	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREXC/UFPI.
5º	50	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREXC/UFPI.
6º	50	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREXC/UFPI.
7º	50	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREXC/UFPI.
8º	-----	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREXC/UFPI.

Fonte: Elaborado pela comissão, 2024.

3.4.4 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

De acordo com a Resolução nº 177/12 - CEPEX, o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação.

O TCC é um instrumento de iniciação científica que integra diversas áreas do conhecimento a fim de permitir que o aluno possa desenvolver e aplicar os conhecimentos científicos, técnicos e culturais adquiridos ao longo do curso.

No caso do Curso de Bacharelado em Administração, o TCC será desenvolvido ao longo de duas disciplinas obrigatórias, nomeadas de Projeto de Pesquisa em Administração (7º período) e Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (8º período), que deverão ser aproveitadas com sucesso para a integralização curricular. O TCC do Curso de Bacharelado em Administração deverá ser elaborado pelo discente e, obrigatoriamente, deverá ser um artigo científico em conformidade com as especificações apresentadas no Manual de Normas para o Trabalho de Conclusão.

O Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso disciplina o processo de elaboração, apresentação e avaliação dos trabalhos dos discentes do CBA. Esse regulamento poderá ser

alterado através de propostas e voto da maioria absoluta dos membros do Colegiado do Curso, quando requerida a necessidade e referendado pelo NDE. As atividades necessárias ao cumprimento do Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso cabem à Coordenação do CBA. A referida norma está descrita no Apêndice C.

3.5 METODOLOGIA

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área de Administração (Resolução nº 5, de 14 de outubro de 2021, do Conselho Nacional de Educação - CNE / Câmara de Educação Superior - CES), a metodologia de ensino deve ser centrada no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiada no professor como facilitador do processo de ensino-aprendizagem.

O CBA deve ensinar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

De uma forma geral, o aluno deve ser estimulado a resolver os problemas apresentados, tornando-se independente e criativo e o professor deve apresentar as aplicações dos conteúdos teóricos, ser um mediador, estimular a competição, a comunicação, provocar a realização do trabalho em equipe, motivar os alunos para os estudos e orientar o raciocínio, e desenvolver as capacidades de comunicação e negociação. Dessa forma, o aluno deve aprender a lidar com as tecnologias disponíveis e aplicá-las nas organizações a fim de desenvolver novos produtos e executar serviços e processos, observando as contribuições da interdisciplinaridade para sua formação profissional.

O CBA possui uma diversidade de áreas, que envolvem conteúdos mais teóricos e, por vezes, outros com enfoques mais práticos. Dessa forma, o professor deve ter uma flexibilidade metodológica de ensino e aprendizagem para suas disciplinas, aplicando as atividades mais adequadas ao conteúdo e ao contexto da aula, a fim de otimizar os resultados de acordo com o perfil desejado do egresso. Nesse ínterim, as atividades didáticas para o CBA, quando pertinente, devem ser fundamentadas em:

- Aulas teóricas expositivas, utilizando os recursos tecnológicos disponíveis, tais como quadro de acrílico, data show, computadores e outros dispositivos, nos quais os conteúdos serão

expostos e discutidos. Além disso, o professor deve conectar o conteúdo teórico para as aplicações práticas e os assuntos de outras disciplinas;

- Aulas práticas e experimentais, para que o aluno possa vivenciar, na prática, os conteúdos teóricos, através de estudos de casos e apresentação de situações reais que exijam dos alunos tomadas de decisões assertivas;

- Seminários, individuais ou em grupos, baseados em literatura científica clássica e atual, no qual os fundamentos básicos das aulas expositivas subsidiarão discussões mais aprofundadas em temáticas voltadas para a formação do profissional da Administração, bem como desenvolvendo a capacidade de reflexão do aluno sobre temáticas atuais, ensinando como aprender a aprender e a reaprender. Além disso, os seminários contribuirão na prática de desenvolvimento de ideias, organização, estilo e adaptação à exposição pública de ideias;

- Atividades práticas extraclasse que permitam aos discentes o aprofundamento do conteúdo e a busca de soluções adequadas para os problemas apresentados, como por exemplo, visitas técnicas acompanhadas pelo docente e que esteja constando no Plano de Disciplina;

- Aulas em vídeo e/ou documentários, que permitam ao aluno ter acesso adicional aos conteúdos teóricos abordados nas disciplinas;

- Grupos de estudos orientados por professores do CBA, que permitam a grupos de alunos o aprofundamento em determinados conteúdos, difundir conhecimento e resolver problemas em conjunto.

Destarte, as metodologias de ensino deverão sempre abordar a aplicabilidade direta e indireta do conhecimento adquirido na formação e atuação do profissional da Administração, permitindo a aprendizagem da arte de aprender. Nesse sentido, podem ser desenvolvidos: 1) Exercícios teóricos e/ou práticos; 2) Trabalhos de pesquisa bibliográfica e/ou sistemáticas; 3) Estudos dirigidos; 4) Grupos de discussão; 5) Elaboração de trabalhos práticos com temas atuais.

Os alunos também serão incentivados a participar de projetos científicos, através dos programas de Iniciação Científica - IC. A Iniciação Científica é uma importante ferramenta para que o aluno da graduação possa emergir e vivenciar o universo da pesquisa científica. A IC possibilita ao aluno um amadurecimento científico, possibilitando um maior desenvolvimento do poder crítico e da capacidade de tomadas de decisões. Além disso, a IC é um importante passo inicial para o aluno que pretenda seguir na área da pesquisa e almeja ingressar em cursos de mestrado e doutorado, por exemplo. Assim, o aluno terá oportunidade de participar diretamente de projetos de pesquisas coordenados pelos professores do CBA e aplicar os principais conceitos adquiridos ao longo do curso.

Outra ação são os projetos de monitoria de disciplinas, os quais permitem que os alunos do CBA possam melhorar os seus conhecimentos já adquiridos e transmitir para outros discentes. A monitoria engloba o acompanhamento da dinâmica de uma disciplina junto ao docente responsável, através do atendimento aos alunos matriculados na disciplina em questão e o auxílio na definição, execução, acompanhamento e correção de atividades específicas.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

4.1.1 Ensino

4.1.1.1 Ensino de Graduação

No âmbito na Universidade Federal do Piauí, a PREG supervisiona e coordena o ensino de graduação da UFPI. Além disso, desenvolve políticas que favoreçam a matrícula em disciplinas, a avaliação de professores e de estágios - que estimulem, garantam a qualidade do ensino e insiram os alunos no mercado de trabalho.

Nesse pensar, a universidade deve estar sintonizada com o desenvolvimento das novas fronteiras científicas, com ênfase na interdisciplinaridade, consoante a sua política de internacionalização.

Com vistas a nortear o alcance de suas atribuições em busca da excelência, a PREG adotou algumas políticas, a saber: implantação do SIGAA, o qual permitiu que a tecnologia assumisse uma importante função no apoio pedagógico aos discentes. Outra política implementada no ensino de graduação foi a correção do fluxo curricular objetivando a redução da retenção e a elevação da taxa de sucesso.

Existem diversas formas de ingresso na UFPI, regulamentadas por seu estatuto, pelo Regimento Geral e a Resolução nº 177/2012 - CEPEX que tratam das normas relativas ao ensino de graduação. Os ingressos especiais ocorrem por meio de cotas, vestibular para alunos do campo e do curso de Libras, convênios para alunos estrangeiros e cotas definidas de acordo com a Lei nº 12.711/2012.

O ingresso nos cursos de graduação na modalidade presencial ocorre através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Em observância à política de inclusão social, a UFPI destina 50% das vagas dos cursos presenciais às cotas. São formas regulares de ingresso: (redação dada aos

incisos pela Resolução nº139/16-CEPEX e pela Resolução nº 089/18-CEPEX): I - vestibular ou SiSU; II - transferência ex-officio; III- transferência voluntária; IV - reingresso automático; V - ingresso para portador de curso superior; VI - remoção; VII - reintegração; VIII - outras, para aproveitamento de vagas remanescentes, nos termos do art. 33, ou definidas mediante convênio ou determinadas por lei.

Para ampliar o processo de internacionalização, atualmente, existem, na UFPI, 7 (sete) convênios com instituições estrangeiras enviando e recebendo alunos e docentes para realização de intercâmbio e participação em publicações internacionais.

Destaca-se, também, que a questão ambiental, como tema transversal, deve estar presente em todos os PPCs da UFPI, de forma interdisciplinar, articulando os conhecimentos de disciplinas diversas com as questões ambientais.

4.1.1.2 Ensino de Pós-Graduação

No âmbito da UFPI, a Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação - PRPG é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, supervisão e fiscalização dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, *lato sensu* e Residências Médicas Uni e Multiprofissionais. Também, é responsável pela coordenação das atividades de capacitação de servidores (docentes e técnico-administrativos) em nível de Pós-Graduação e pela emissão e registro de Diplomas e Certificados.

Em 2017, foi implantado o Comitê de Assessoramento da PRPG, que objetiva apoiar os processos de Avaliação de Proposta de Cursos Novos – APCN, da Capes, Seminários de Acompanhamento da PRPG, avaliação de projetos interinstitucionais, elaboração do Plano Estratégico da Pós-Graduação e em outros processos de avaliação, proporcionando melhorias nas ações e, conseqüentemente, fortalecendo os Programas de Pós-Graduação - PPGs.

A política de Pós-Graduação da UFPI visa garantir sua expansão e consolidação, tendo no horizonte a internacionalização e o aprofundamento das relações com a graduação e o ensino básico, técnico e tecnológico. Todas as iniciativas na área da internacionalização da Pós-Graduação, no âmbito da UFPI, estão alinhadas com os preceitos e orientações da política nacional para difundir a produção científica, tecnológica e cultural de maneira a tornar transparente o conhecimento que permite o crescimento profissional e desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Piauí e no Brasil.

Para a consolidação e excelência da Pós-Graduação *stricto sensu* da UFPI é importante o fortalecimento da interação entre os programas e o incentivo à iniciação científica, através do estímulo ao envolvimento de pesquisadores no processo de orientação a estudantes da graduação

e, também, o apoio à realização de colaborações técnico-científicas que possam resultar em convênios de cooperação, além da introdução de novas metodologias científicas no âmbito das linhas de pesquisas. Para isso, preza-se pela ampliação da divulgação da oferta de editais que permitam a captação de recursos em diferentes órgãos de fomento.

A UFPI apoia propostas de Mestrado Interinstitucional - MINTER e Doutorado Interinstitucional - DINTER, com o objetivo de contribuir com a formação de recursos humanos em instituições conveniadas em diversas regiões do país. Os programas de doutorado e mestrado interinstitucionais são estimulados quando do interesse público ou da necessidade de potencializar grupos de pesquisas e programas de pós-graduação promissores. São estratégias importantes para a elevação da qualidade dos PPGs locais, pela via da articulação interinstitucional, que podem contribuir com a elevação dos conceitos dos programas nas avaliações da Capes.

O desenvolvimento de uma política institucional de pós-graduação *lato sensu*, contemplando Cursos de Especialização e Residências Multiprofissionais, visa informatizar e aperfeiçoar os procedimentos de submissão de propostas e respectivos formulários, bem como assessorar as Coordenações dos Cursos, de forma a reduzir os prazos para emissão dos diplomas e regularizar o envio dos relatórios parciais e finais dos cursos. Esses cursos atendem demandas da sociedade piauiense cada vez mais ávida por formação continuada que focalize na formação de profissionais para a academia e para o mercado de trabalho.

4.1.2 Pesquisa e Inovação Tecnológica

No âmbito da UFPI, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - PROPESQI tem como missão institucional promover a construção do conhecimento por meio da pesquisa, potencializando o desenvolvimento humano, científico e tecnológico, de forma sustentável.

As atividades de pesquisa devem envolver docentes, técnico-administrativos, acadêmicos de graduação e de pós-graduação em associação com estratégias didáticas e metodológicas sérias e éticas para que haja uma produção de conhecimento consistente. Deve ser estimulada a formação de grupos de pesquisa intra e interdisciplinar e associação a outros órgãos nacionais e internacionais e fortalecer os grupos existentes.

Há um estímulo para que os Projetos Pedagógicos dos Cursos incluam, mesmo quando não obrigatório, pelas Diretrizes Curriculares, o Trabalho de Conclusão de Curso como exigência para conclusão da graduação em forma de pesquisa, demandando, dos acadêmicos, competências e habilidades inerentes à pesquisa em diferentes áreas, abordagens diversas e objetivos preocupados com a relevância social dos projetos desenvolvidos. Desta forma, garante-se que o

aluno vivencie os aspectos relacionados aos projetos de pesquisa, o que poderá influenciar na sua vida profissional.

É importante destacar, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -PIBIC, que faz parte da política de Pós-Graduação da UFPI e que tem por objetivo fomentar e consolidar a formação de discentes da graduação para que tenham continuidade de sua formação na Pós-Graduação. O PIBIC tem sido ampliado a cada ciclo (editais anuais), com o objetivo de atender a toda demanda qualificada de projetos de pesquisa submetidos ao programa, tendo em vista o crescente número de docentes e discentes envolvidos na Iniciação Científica.

Como forma de divulgação das pesquisas realizadas na UFPI para a sociedade, a PROPESQI realiza anualmente o Seminário de Iniciação Científica da UFPI, um dos maiores e melhores eventos da categoria no Piauí. O Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia - NINTEC é o órgão da UFPI gestor da propriedade intelectual. Considerando suas atribuições normativas, o NINTEC participa de programas, tais como: Rede NIT-NE: Fase II - FINEP, no qual as metas, em sua maioria, coincidem com as ações do próprio NINTEC/UFPI. Vale enfatizar que é seguido na UFPI um plano de gestão considerando as demandas e limitações, porém, com a meta principal de tonar o NINTEC, a partir do próximo quinquênio, um centro de referência e excelência na área de propriedade intelectual e licenciamento de tecnologias no Mercado.

4.1.3 Extensão

A UFPI considera a extensão como um de seus alicerces, sendo a presença em todas as esferas do contexto social uma de suas marcas institucionais. Por isso, a política de extensão busca ampliar a integração com todos os níveis e ambientes acadêmicos e todos os segmentos da sociedade, principalmente, com as comunidades de vulnerabilidade social, tendo linhas prioritárias para o desenvolvimento de programas, projetos e outras ações de extensão indissociáveis com o ensino e a pesquisa e voltadas para o atendimento às necessidades dos diversos segmentos sociais.

No âmbito da UFPI, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PREXC é o órgão responsável por articular e coordenar as atividades de extensão e cultura de diversos setores da universidade com outros segmentos da sociedade, através de programas, projetos, cursos, eventos, atividades culturais, prestação de serviços, etc., em todas as suas áreas de atuação. Nesta articulação, abre espaço para o diálogo entre a Universidade e a Sociedade, trazendo questões a serem pensadas, conhecendo e acompanhando de forma interativa as produções da comunidade, reduzindo distâncias através da ação extensionista e intervindo nas realidades, com vistas à transformação social.

A execução da política universitária de extensão pela PREXC é fundamentada na Resolução nº 35/2014-CEPEX, que aprova as Diretrizes da Política de Extensão Universitária na UFPI, na Resolução CNE/MEC nº 7, de 18 de dezembro de 2018, e no Plano Nacional de Extensão Universitária, em consonância com o art. 207, da Constituição Brasileira de 1988, que explicita: "[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988, p. [online]).

Para a organização e construção de sua política, a extensão utiliza a interação entre ensino e pesquisa baseada nos seguintes aspectos: a) Identificação e participação em editais para financiamento de programas e projetos de órgãos e agências de fomento dos governos federal, estadual e municipal, atuando junto aos ministérios, prefeituras e secretarias de governo; b) Participação em editais para atividades de extensão financiadas por empresas estatais, privadas ou de economia mista; c) Internamente, busca a articulação permanente com a Reitoria, Pró-Reitorias, Superintendências, Unidades Acadêmicas, *campi* e Núcleos de Extensão, dentre outros.

Ressalta-se, ainda, que a inclusão das Atividades de Extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI (Resolução nº 53/2019-CEPEX/UFPI) é uma importante ação para o fortalecimento e crescimento das ações extensivas no âmbito da UFPI em associação com a comunidade piauiense.

4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE APOIO À COMUNIDADE ACADÊMICA

4.2.1 Apoio aos Docentes

O regime de trabalho dos docentes do CBA obedece à Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas federais e legislação correlata. Na UFPI, a Superintendência de Recursos Humanos -SRH é o órgão executivo responsável pela gestão e desenvolvimento dos Recursos Humanos e tem como competência orientar, promover, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas à administração de pessoal desenvolvida pelas Coordenações e demais unidades administrativas sob sua supervisão.

De acordo com os arts. 183 e 185, da Lei nº 8.112/90, a União manterá o Plano de Seguridade Social para o servidor e sua família, que compreendem: a) aposentadoria; b) auxílio-natalidade; c) salário-família; d) licença para tratamento de saúde; e) licença à gestante, à adotante

e licença-paternidade; f) licença por acidente em serviço; g) assistência à saúde; h) garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias (BRASIL, 1990).

A SRH é uma unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor -SIASS, instituído pelo Decreto nº 6.833/2009, e que tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida em lei.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC, também, oferece serviços de assistência ao servidor da UFPI, que contribuem significativamente para o seu bem-estar, tais como assistência odontológica, pedagógica, psicológica e alimentação nos Restaurantes Universitários. Com relação aos afastamentos para capacitação profissional e para exercício de mandato eletivo, a UFPI permite os seguintes:

- Para estudo ou missão no exterior: (baseado nos arts. 95 e 96, Lei nº 8.112/90) é o tipo de afastamento no qual o servidor não poderá se ausentar do país para estudo ou missão oficial sem autorização da autoridade competente. A ausência não poderá exceder 4 (quatro) anos e, finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência (BRASIL, 1990);
- Para exercício de mandato eletivo: (baseado no art. 94, Lei nº 8.112/90) é o afastamento concedido ao servidor investido em mandato eletivo federal, estadual, municipal ou distrital (BRASIL, 1990);
- Para servir a outro órgão/entidade: (baseado no art. 93, Lei nº 8.112/90) é a cessão do servidor para exercício de cargo em comissão ou função em confiança em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, mediante solicitação da autoridade interessada, especificando o motivo da requisição (BRASIL, 1990);
- Para participação em Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* no país: (baseado no art. 96, Lei nº 8.112/90) é o afastamento, com remuneração, para participação em Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no país, a interesse da Administração Superior da UFPI (BRASIL, 1990).

4.2.2 Apoio aos Discentes

O CBA possui algumas vertentes que possibilitam apoio aos discentes no que diz respeito à operacionalização extraclasse, permitindo complementar seu conhecimento em relação ao curso e a própria instituição de ensino, UFPI. Os programas têm apoio da própria UFPI que utilizam recursos próprios e verbas governamentais dependendo da modalidade.

O gerenciamento desses recursos é feito através da PRAEC que concede os benefícios para os estudantes cadastrados e que atendem às exigências legais para recebê-los. As inscrições para os Benefícios de Permanência (bolsas e auxílios) ocorrem anualmente, no primeiro semestre, com possibilidade de abertura de inscrições no segundo semestre (em caso de disponibilidade de vagas), destinando-se, exclusivamente, aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica de todos os *campi* da UFPI.

Para ser beneficiário, o estudante deve estar matriculado em, no mínimo, 4 disciplinas ou em 300 horas (por semestre), além de não ser portador de diploma de curso superior. Além das bolsas e auxílios, a PRAEC também oferece serviços de assistência ao estudante da UFPI, que contribuem significativamente para o sucesso acadêmico, tais como assistência odontológica, pedagógica, psicológica e alimentação nos Restaurantes Universitários.

De maneira geral, os Benefícios de Permanência (bolsas e auxílios) ofertados aos discentes estão apresentados no Quadro 7.

Quadro 7 – Benefícios de Permanência

Programa	Ação
Bolsa de Apoio Estudantil - BAE	Auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00 mensais, concedido por 24 meses.
Isenção da Taxa de Alimentação - ITA	Isenção do valor cobrado para acesso aos Restaurantes Universitários para os estudantes de baixa renda e desconto parcial para demais estudantes.
Auxílio Creche - AC	Auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00 mensais concedido a estudantes com baixa renda familiar que sejam pais ou mães de crianças de até 3 anos e onze meses de idade.
Residência Universitária - REU	Residência e alimentação para estudantes oriundos de outros municípios do estado do Piauí ou outros estados da federação, em relação ao <i>campus</i> onde o mesmo está matriculado.
Bolsa de Incentivo a Atividades Multiculturais e Acadêmicas - BIAMA	Auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00 mensais para alunos que desenvolvem atividades em projetos supervisionados por docentes/técnicos da UFPI, na sua área de formação, oportunizando a integração entre conhecimento e prática.
Bolsa de Inclusão Social - BINCS	Auxílio financeiro de R\$ 400,00 destinado ao estudante regularmente matriculado na UFPI que presta auxílio acadêmico a um estudante com necessidade educacional

	especial (NEE) desta Instituição. O auxiliar é indicado pelo estudante com NEE, com quem tenha afinidade e manifeste habilidades para assisti-lo durante o curso.
Bolsa de Inclusão Social - BINCS (Estudantes Surdos)	Auxílio financeiro de R\$ 400,00 destinado ao estudante regularmente matriculado na UFPI que presta auxílio acadêmico a um estudante surdo, desta Instituição. Para concorrer à BINCS o candidato deve ter habilidades em LIBRAS.
Apoio à Participação em Eventos Científicos - APEC	Ajuda de custo para auxiliar nas despesas relativas à participação do estudante em eventos acadêmicos fora do <i>campus</i> onde cursa a graduação.
Bolsa de Incentivo às Atividades Socioculturais e Esportivas - BIASE	Auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00 mensais para estimular a participação dos/as estudantes em projetos de atividades socioculturais e/ou esportivas, supervisionadas por docentes ou técnicos/as da UFPI, e visa incentivar atividades voltadas a um dos dez eixos do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.
Auxílio ao Estudante Estrangeiro	Atendimento odontológico, psicossocial e pedagógico, além de bolsa de apoio estudantil, desde que se enquadre nos requisitos exigidos pela Lei.
Programa Bolsa Permanência - PBP para Quilombolas e Indígenas	Bolsa de R\$ 900,00 mensais, até a conclusão do curso, paga pelo programa bolsa permanência do Governo Federal (PBP/MEC), com recursos oriundos do FNDE.

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

Adicionalmente, existe o Núcleo de Acessibilidade - NAU que promove ações institucionais que possibilitam o acesso e a permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais dentro da UFPI. Também, conta com o Serviço Psicossocial - SEPS que promove ações para superação das dificuldades psicopedagógicas enfrentadas pelos alunos durante sua formação acadêmica.

O SEPS é dividido em dois serviços: 1) Serviço de Apoio Psicológico - SAPSI: tem como objetivo a promoção da saúde mental dos discentes por meio de ajuda às dificuldades emocionais relacionadas à vivência acadêmica contribuindo para o enfrentamento e superação destas promovendo uma melhor qualidade de vida para estes; 2) Serviço Pedagógico - SEPE: realiza o acompanhamento e orientação educacional dos estudantes da UFPI buscando que estes concluam o curso em tempo hábil, minimizar as retenções e evasões.

São realizados os seguintes acompanhamentos do rendimento acadêmico dos estudantes beneficiados pelos Programas da Assistência Estudantil: diagnóstico das necessidades educacionais; orientação educacional aos estudantes com baixo rendimento; encaminhamento das demandas aos demais serviços internos ou externos à UFPI e registro das informações para os setores que trabalham com a política de assistência estudantil, quando solicitado.

Os estudantes do CBA também contam com apoio para iniciação científica através da PROPESQI. Para o desenvolvimento das potencialidades de pesquisa e inovação, a saber:

- Tipo de bolsas e incentivos à pesquisa para o discente: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica de Ações Afirmativas - PIBIC(Af), Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI, além do programa de Iniciação Científica Voluntária - ICV e Programa de Iniciação Tecnológica Voluntária - ITV. O CBA também conta com bolsas para incentivo a projeto de extensão em parceria com a PREXC, no qual os alunos desenvolvem trabalhos que tem objetivo trazer melhorias para coletividade.

- Tipo de bolsas e Incentivos à extensão para o discente: Programa Institucional de Bolsa de Extensão - PIBEX, o Programa de Extensão Voluntária - PEV e Bolsas com parceria da Prefeitura Universitária - PREUNI.

Além das possibilidades de bolsas existentes apresentadas anteriormente, os estudantes do Curso de Bacharelado em Administração podem realizar intercâmbio em outras Instituições de Ensino Superior no Brasil por intermédio do Programa Santander Universities. Paralelamente a isso, também, se tem a possibilidade de realizar intercâmbio em universidades estrangeiras, tais como os programas Brasil-México - BRAMEX e Brasil-Colômbia - BRACOL.

É importante mencionar que o Curso de Bacharelado em Administração também tem o apoio regular da PREUNI na aquisição de transporte para participação dos discentes em eventos científicos da área. A realização de tais atividades permite complementar a formação dos discentes, além de oferecer uma vantagem competitiva para os mesmos ao ingressarem no mercado de trabalho. Ressalta-se que, em muitas disciplinas profissionais ao longo do curso, os alunos são orientados a desenvolverem trabalhos científicos nos quais visam publicações em eventos científicos ou periódicos de âmbito nacional e internacional.

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é entendida como a atividade política que tem por função básica subsidiar a tomada de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais dos cursos de graduação numa abordagem didático-pedagógica, como também, a dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissional.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisão relativos aos cursos de graduação, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação da infraestrutura e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração.

5.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A auto-avaliação institucional é uma atividade que se constitui em um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo. Na UFPI, a avaliação institucional tem como objetivo:

- Identificar o seu perfil e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, observados os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e as singularidades da UFPI;
- Avaliar a eficácia e efetividade acadêmica e social das ações educacionais desenvolvidas pela UFPI para definir o seu perfil institucional;
- Manter-se em sintonia com a política nacional de avaliação da educação superior;
- Subsidiar o planejamento da gestão acadêmica e administrativa e, ao mesmo tempo, prestar contas à sociedade sobre a qualidade dos serviços educacionais.

5.3 AVALIAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

A avaliação do CBA tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso. Para tanto, será utilizada a Avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada com os atores do processo ensino-

aprendizagem, entre eles, estudantes, professores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e
- eficácia do curso

Como instrumentos de avaliação serão utilizados: questionários, entrevistas, reuniões pedagógicas e periódicas, levantamento de índices de desempenho, entre outros. Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar o Curso de Bacharelado em Administração, objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

5.4 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem no CBA deve estar de acordo com as normas gerais de avaliação dos cursos de graduação da UFPI, obedecendo à Resolução nº 177/12 - CEPEX, a qual estabelece que a avaliação do rendimento escolar seja feita por período letivo, em cada disciplina, através da verificação do aproveitamento e da assiduidade às atividades didáticas e que a assiduidade seja aferida através da frequência às atividades didáticas programadas.

Na verificação do aprendizado poderão ser utilizados os seguintes instrumentos: provas teóricas e práticas, seminários, trabalhos práticos, entrevistas, relatórios de atividades práticas, dentre outros. A avaliação dos alunos deve ocorrer de forma contínua, não se limitando aos referidos instrumentos, mas incentivando e valorizando a participação e interesse nas atividades executadas em sala de aula.

O aproveitamento escolar é avaliado através do acompanhamento contínuo do desempenho do aluno e do resultado obtido nas verificações parciais e no exame final, expressos por nota, obedecendo a uma escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos. A assiduidade é aferida através de frequência às atividades didáticas do período letivo, com o mínimo de 75% de presença para aprovação.

A modalidade, o número e a periodicidade das verificações parciais são explicitados no Plano de Ensino, de acordo com a especificidade da disciplina. O Plano de Ensino deve conter os seguintes elementos: nome da disciplina, carga horária, créditos, período, docente, ementa, objetivos, conteúdo programático, procedimentos de ensino, sistemática de avaliação, bibliografia

básica e complementar. O mesmo deverá ser aprovado pela Assembleia Departamental e entregue aos alunos no início de cada período letivo.

O número de verificações parciais é proporcional à carga horária da disciplina, sendo, no mínimo, 02 (duas), quando a carga horária da disciplina for igual ou inferior a 45 horas; 03 (três) nas disciplinas com carga horária entre 60 e 75 horas e 04 (quatro) nas disciplinas com carga horária superior a 75 horas.

A aprovação nas disciplinas ocorrerá quando o aluno obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total da disciplina e média igual ou superior a 7,0 (sete) pontos nas verificações parciais. Caso o aluno não consiga alcançar a média 7,0 (sete) ao final do semestre letivo, mas tenha alcançado média acima ou igual a 4,0 (quatro) nas verificações parciais, e possua a frequência igual ou acima de 75%, é submetido a exame final. Neste caso, obterá aprovação se o somatório da Nota do Exame Final - NEX com a Média das Verificações Parciais (MVP) for igual ou superior a 6,0 (seis).

$$\text{Aprovado: } \text{NEX} + \frac{\text{MVP}(p1+p2+p3...)}{2 \text{ ou } 3...} \geq 6$$

A reprovação dar-se-á em três situações:

1) Quando o aluno obtiver frequência inferior a 75% da carga horária total da disciplina;

Quando mesmo obtendo frequência igual ou superior a 75%;

2) A média do somatório das avaliações parciais for inferior a 4,0;

3) Tendo feito avaliação final, o somatório da média das avaliações parciais com a nota obtida no exame final for inferior a 6,0.

O resultado da avaliação das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será registrado em apenas uma nota, em escala de zero a dez, calculada através da média aritmética entre a nota do relatório de estágio elaborado pelo aluno e a nota apresentada pela empresa referente ao desempenho do aluno no estágio.

5.5 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação curricular se constitui em trabalho rotineiro de análise crítica de todo o processo de desenvolvimento do curso. Nesta perspectiva, a avaliação é concebida como um processo contínuo e parte integrante do processo educativo e é entendido, ainda, enquanto processo participativo de análise crítica em que todo o grupo envolvido julga a prática pedagógica do curso

em seus diferentes níveis que buscam, criticamente, alternativas para a superação dos problemas identificados, com o objetivo e a adequação do currículo durante o processo de execução (avaliação formativa), e não apenas ao final do mesmo (avaliação somativa). No início de cada período letivo, serão realizadas reuniões com professores visando à elaboração dos planos de curso, integração das disciplinas afins e cumprimento das ementas. Os Planos de Ensino das disciplinas serão distribuídos aos alunos na primeira semana de aula, assim como serão disponibilizados no SIGAA, nas respectivas turmas, e funcionarão como instrumentos de discussão e acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, no decorrer do período letivo.

Ao final de cada período letivo, realizar-se-á, também, a avaliação da atuação do professor pelos estudantes através da aplicação de questionários específicos. Os dados obtidos identificarão as dificuldades e serão analisados e discutidos em encontros pedagógicos, sendo utilizados para melhorar as necessidades detectadas. O resultado alcançado através da avaliação de cada semestre letivo servirá como subsídio para as devidas correções.

Ao final de cada ano letivo realizar-se-á avaliação, objetivando detectar o grau de satisfação dos egressos e do mercado de trabalho em relação à otimização do currículo.

Quanto ao egresso, o objetivo é verificar se a sua atuação é compatível com as necessidades do mercado de trabalho e as aspirações da comunidade, bem como se os conhecimentos adquiridos durante o curso ofereceram condições para um desempenho profissional satisfatório. Assim, visualizar-se-á o conjunto de resultados previstos e realizados, permitindo um julgamento eficaz de todas as atividades desenvolvidas.

Caberá ao Núcleo Docente Estruturante - NDE planejar, organizar e coordenar ações para a implantação, desenvolvimento e avaliação desse currículo, assim como, sistematizar resultados e propor novos encaminhamentos. O NDE elaborará um relatório anual sobre o resultado da avaliação, o qual será discutido no seminário de avaliação do novo currículo. Com base nas conclusões do relatório, serão tomadas as decisões sobre as reformulações necessárias para o aperfeiçoamento do projeto.

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

Na sistematização do ementário, as disciplinas foram agrupadas por categorias e períodos, conforme apresentado abaixo.

6.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Seminário de Introdução ao Curso	CCA0103	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.0.0	15h	-----	
EMENTA: Currículo do Curso de Graduação em Administração; Instâncias do CCHL e da UFPI e suas competências envolvidas com o Curso; Seminário envolvendo os temas: Teorias da Administração e Organização; Administração de Recursos Humanos; Administração de Marketing; Administração Financeira e Orçamentária e Tecnologias da Informação e da Comunicação.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
UFPI. Regulamento da graduação: resolução Nº 177/2012. Disponível em: < http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg >.			
UFPI. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Disponível em: < http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg >.			
UFPI. Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração. Disponível em: < https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR >.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
UFPI. Manual do calouro. Disponível em: < http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg >.			
UFPI. Guia do aluno. Disponível em: < http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg >.			
UFPI. Manual do aluno. Disponível em: < http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg >.			
UFPI. Regulamento de monitoria. Disponível em: < http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg >.			
UFPI. Biblioteca Central BCCB. Disponível em: < http://ufpi.br/biblioteca-bccb >.			
UFPI. Manual de estágio do Curso de Administração. Disponível em: < https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR >.			
UFPI. Manual de Trabalho de Conclusão do Curso de Administração. Disponível em: < https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR >.			
UFPI. Normas das Atividades Complementares. Disponível em: < https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR >.			
UFPI. Normas das Atividades Curriculares de Extensão. Disponível em: < https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR >.			
CHIAVENATO, I. Introdução a Teoria Geral da Administração. 8. ed. São Paulo: Campus, 2011.			

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	DCS
Sociologia Aplicada à Administração	DCS0215	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	-----	
EMENTA: Sociologia geral e aplicada a Administração. Conceitos fundamentais da Teoria Sociológica. Organização Social: organização (privada e pública) e Sociedade. A cultura da sociedade e a cultura da organização. Processos sociais na empresa. A ordem econômica internacional e a organização empresarial.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BERNARDES, C.; MARCONDES, R. C. Sociologia aplicada à Administração . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.			
BOTTOMORE, T.B. Introdução à Sociologia . 9. ed. Rio de Janeiro, 1983.			
STEINER, P. A Sociologia Econômica . São Paulo: Atlas, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BRYM, R. Sociologia: sua bússola para um novo mundo . São Paulo: Thompson, 2006.			
DAHL, R. A. Sobre a democracia . Brasília, DF: Editora UnB, 2001.			
DEJOURS, C. A Loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do Trabalho . 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.			
FLERY, M. T.; FISCHER, R. M. (Orgs.). Cultura ou poder das organizações . São Paulo: Atlas, 1992.			
HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico . 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.			
LAKATOS, E. M. Sociologia da Administração . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.			
RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo . São Paulo: Ática, 2004.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	DCEC
Introdução à Economia	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	-----	
EMENTA: Conceitos básicos e problemas econômicos fundamentais. Microeconomia: oferta, demanda e elasticidades: equilíbrio de mercado e controle de preços; organização dos mercados; concorrência pura, monopólios e monopólios naturais, oligopólios, cartéis, teoria dos jogos e concorrência monopolística. Macroeconomia: contas nacionais, fluxo circular da renda, PIB, deflator implícito e inflação. Política Monetária: instrumentos e regime de metas de inflação. Política fiscal e cambial: dívida e déficit público, taxa de câmbio, regimes cambiais. Balanço de pagamentos e mercado financeiro: estrutura do balanço de pagamentos, fluxo internacional de poupanças e principais taxas de juros no Brasil.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
MOCHON, F. Princípios de Economia . São Paulo: Pearson, 2008.			
MANKIW, N. G. Introdução à Economia . São Paulo: Thomson, 2007.			
ROSSETTI, J. P. Introdução à Economia . São Paulo: Atlas, 2000.			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
FORTUNA, EDUARDO. Mercado financeiro . 16. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.		
GARÓFALO, E. Câmbio : princípios básicos do mercado cambial. São Paulo: Saraiva, 2005.		
GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças públicas : teoria e prática no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.		
LIMA, R. A. S.; BACHA, C. J. C. Macroeconomia : teorias e aplicações à economia brasileira. Campinas: Alínea, 2009.		
MANKIW, N. G. Macroeconomia . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.		
TROSTER, R. L.; MOCHON, F. Introdução à economia . 4. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2004.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	DFE
Psicologia Aplicada à Administração	DFE0216	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	-----	
EMENTA: Introdução à Psicologia. Influência da Personalidade e efeitos sobre a Administração. Aplicação da Tecnologia Social nas Organizações Humanas. As Empresas e as psicopatologias. Processos Grupais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FIORELLI, J. O. Psicologia para administradores: integrando teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
ROBBINS, S. P. Fundamentos do comportamento organizacional. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.			
SPECTOR, P. E. Psicologia nas organizações. 3. ed. São Paulo: Ed Saraiva, 2010.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BOCK, A.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999.			
COSTA, S. G. Psicologia aplicada à Administração. Rio de Janeiro: Campus, 2011.			
SIQUEIRA, M. M. M. (Org.). Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2008.			
LANE, S. T. M.; CODO, W. Psicologia social: o homem em movimento. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.			
ZANELLI, J. C., BORGES-ANDRADE, J. E., BASTOS, A.V.B. (Org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Teorias da Administração I	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	-----	
EMENTA: Organização e Administração. Bases históricas. Abordagens clássica e humanista. Teoria Neoclássica. Modelo burocrático. Uma visão sobre as funções organizacionais e sobre os processos de Administração. Planejamento. Liderança. Comunicação, tomada de decisão, poder e autoridade. Controle.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CHIAVENATO, I. Introdução a Teoria Geral da Administração . 8. ed. São Paulo: Campus, 2011.		
_____. Introdução à Teoria Geral da Administração . Edição compacta. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.		
MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à Administração . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. Administração: novo cenário competitivo . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
CARAVANTES, G. R. Administração: teorias e processos . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.		
CHIAVENATO, I. Princípios da administração: o essencial em teoria geral da administração . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.		
FARIA, J. C. Administração: introdução ao estudo . 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.		
MORGAN, G. Imagens da organização . São Paulo: Atlas, 1996.		
STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. Administração . 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	DMAT
Matemática Aplicada à Administração	DMA0038	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	-----	
EMENTA: Conjuntos numéricos. Funções e representações gráficas. Limites. Derivadas. Aplicações das derivadas. Introdução ao estudo das integrais. Revisão de conteúdos sobre a Teoria dos Conjuntos, Raciocínio Lógico, Proporcionalidade, Regra de Três, Porcentagem. Aplicações de todo o conteúdo em problemas de Administração.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRADLEY, T. Matemática aplicada à administração: a matemática que o administrador precisa entender. São Paulo: Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.			
MORETIN, P.; HAZZAN, S.; BUSSAB, W. Introdução ao cálculo para Administração, Economia e Contabilidade. São Paulo: Saraiva, 2014.			
MUROLO, A.; BONETTO, D. Matemática aplicada à Administração, Economia e Contabilidade. São Paulo: Cengage Learning, 2008.			
SILVA, F. C. M.; ABRÃO, M. Matemática básica para decisões administrativas. São Paulo: Atlas, 2008.			
VERAS, L. L. Matemática aplicada à Economia. São Paulo: Atlas, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
DEMANA, F.; FOLEY D.; WAITS B.; KENNEDY D. Pré Cálculo. São Paulo: Pearson, 2013.			
GUIDORIZZI, H. L. Matemática para Administração. Rio de Janeiro: LTC, 2002.			
IEZZI, G.; Dolce O.; DEGENSZAJN, D.; PÉRIGO, R.; ALMEIDA, N. Matemática ciência e aplicações. V I, II e III – São Paulo. 6. ed. Saraiva, 2014.			
LEITE, A. Aplicações da matemática: administração, economia e ciências contábeis. São Paulo: Cengage Learning, 2008.			

MORETTIN, P. A.; HAZZAN, S.; BUSSAB, W. O. **Cálculo: funções de uma e várias variáveis**. São Paulo: Saraiva, 2005.

WEBER, J. E. **Matemática para economia e administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	DCJ
Direito para Administração I	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	-----	
EMENTA: Noções de Direito: acepções da palavra direito; conceito e definição; direito positivo, natural, objetivo e subjetivo; distinção entre direito e moral. Acepções de Justiça. Noções de Direito Constitucional: Constituição, Estado e Governo. Princípios Constitucionais. Noções de Direito Administrativo: Administração Pública: princípios; poderes. Noções de Direito Civil: coisas; obrigações. Direito do Consumidor: noções; elementos Jurídicos básicos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BONAVIDES, P. Teoria geral do estado . São Paulo: Malheiros, 2018.			
CARVALHO FILHO, J. S. Manual de direito administrativo . São Paulo: Atlas, 2017.			
FILOMENO, J. G. B. Manual de direitos do consumidor . São Paulo: Atlas, 2010.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BARROSO, L. R. Curso de direito constitucional contemporâneo . São Paulo: Saraiva, 2019.			
DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo . São Paulo: Atlas, 2019.			
GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. Manual de direito civil . São Paulo: Saraiva, 2019.			
LENZA, P. Direito constitucional esquematizado . São Paulo: Saraiva, 2018.			
MARTINS, S. P. Instituições de direito público e privado . São Paulo: Saraiva, 2018.			
MELLO, C. A. B. Curso de direito administrativo . São Paulo: Malheiros, 2019.			
MORAES, A. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2019.			
SILVA, J. A. Curso de direito constitucional positivo . São Paulo: Malheiros, 2019.			
THEODORO JUNIOR, H. Direitos do consumidor . Rio de Janeiro: Forense, 2017.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCCCON
Contabilidade Geral e Análise das Demonstrações Contábeis	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	-----	

EMENTA: Funções, campo de atuação e usuários da contabilidade; O processo de tomada de decisões na gestão econômica; Livros contábeis; Regimes de contabilidade (em relação a apuração de resultado); Escrituração; Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Método de Análise das Demonstrações Contábeis; Análise Horizontal e Análise Vertical; Índices de Liquidez e Endividamento; Índices de Estrutura Patrimonial.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. BRAGA, H. R. Demonstrações contábeis : estrutura, análise e interpretação. São Paulo: Atlas, 2012. LOPES, C. C. V. M.; MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, S. Curso de Contabilidade para não contadores : para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CREPALDI, S. A. Curso básico de contabilidade : gestão empresarial, exercícios e questões com respostas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBECKE, E. R. Manual de contabilidade das sociedades por ações . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2018. MARION, J. C. Análise das demonstrações contábeis . 8. ed. São Paulo Atlas, 2019. MARION, J. C. Contabilidade empresarial : instrumento de análise, gerência e decisão. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018. MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. Análise didática das demonstrações contábeis . 2. ed. São Paulo Atlas, 2018. MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços : abordagem básica e gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	DCEC
Economia Brasileira e Piauiense	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Introdução à Economia – (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Estudo dos aspectos característicos e históricos da evolução da economia brasileira. Modernidade no Brasil e a trajetória econômica ao longo do século XX. Economia agroexportadora e o processo de substituição de importações. Da crise ao milagre (1960-1973). Planos de estabilização, abertura econômica. O modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. Diferenças econômicas- regionais. História econômica do Piauí: ciclo da pecuária e extrativismo; análise estrutural dos setores produtivos. Economia piauiense e seu alinhamento com o desenvolvimento brasileiro recente.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CANO, W. (2010). Uma agenda nacional para o desenvolvimento . Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, N. 183, agosto 2010.			
CEPRO. Equipe técnica. Estudo socioeconômico dos principais produtos do extrativismo vegetal do Piauí . Teresina: CEPRO, 1979.			
CNI (2010). Economia Brasileira . Edição Especial do Informe Conjuntural. Ano 26, no. 04, Dezembro de 2010			
LANZANA, A. E. T.; LOPES, L. M. Economia brasileira : da estabilização ao crescimento. São Paulo: Atlas, 2009.			
MENDES, F. Economia e desenvolvimento do Piauí . Teresina: PMT, 2003.			
PIRES, M. C. Economia brasileira : da colônia ao governo Lula. Saraiva: São Paulo: Saraiva, 2010.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ABREU, M. P. A ordem do progresso : cem anos de política econômica republicana 1889-1989. RJ; Campus, 13. ed. 1990.			
CEPRO. A estrutura agrária e o desenvolvimento econômico e social do Piauí . Teresina: Fundação CEPRO. 1983			

- GIAMBIAGI, F. (Org.). **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JUNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- QUEIROZ, T. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. Teresina: EDUFPI, 1993.
- SANTOS, A. P. S. **Estudo sócio-econômico dos principais produtos do extrativismo vegetal do Piauí: Carnaúba**. Teresina: CEPRO, 1979.
- SOUZA, N. A. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Atlas, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CGB
Estatística Aplicada à Administração	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Matemática Aplicada à Administração - DMA0038	
EMENTA: Conceitos preliminares: Estatística; População; Amostra. Estatística indutiva e dedutiva. Tabelas e gráficos. Distribuição de frequência. Medidas de dispersão. Probabilidades. Distribuição de probabilidade: normal; binomial; e de Poisson. Teorias de amostragem. Interferência estatística: estimação pontual; estimação por intervalos. Teste de hipóteses: significância de médias; significância por proporções. Análise da variância. Teoria da correlação e da regressão.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CRESPO, A. A. Estatística fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. SPIEGEL, M. R. Estatística . 4. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2009. TOLEDO, G. L. Estatística básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
LARSON, R.; FARBER, E. Estatística aplicada . 4. ed. São Paulo: Pearson, 2012. MARTINS, G. A.; DONARE, D. Princípios de estatística . São Paulo: Atlas, 1982. MCCLAVE, J. T.; BENSON, P. G.; SINCICH, T. Estatística para Administração e Economia . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. VIEIRA, S. Princípios de estatística . São Paulo: Pioneira, 2003. STEVENSON, W. J. Estatística aplicada à Administração . Harbra: São Paulo, 2001.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Teorias da Administração II	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Teorias da Administração I - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Teoria Estruturalista. Abordagem Comportamental. Abordagem Sistêmica. Teoria Contingencial. Evolução da Moderna Administração de Empresas. Perspectivas e tendências na Administração.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. Administração: novo cenário competitivo. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da Administração. 8. ed. São Paulo: Campus, 2011. MAXIMIANO, A. C. A. Teoria geral da Administração. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BATEMAN, T. S; SNELL, S. A. Administração: liderança e colaboração no mundo competitivo. São Paulo:			

McGraw-Hill, 2007.
 CARAVANTES, G. R. *et al.* **Administração: teorias e processos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
 CHIAVENATO, I. **Princípios da Administração: o essencial em teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
 FARIA, J. C. **Administração: introdução ao estudo**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.
 MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996
 STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração**. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	DCJ
Direito para Administração II	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Direito para Administração I – (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Fundamentos do Direito do Trabalho. Relação de Trabalho. Contrato Individual de Trabalho. Rescisão de Trabalho, Aviso Prévio. Direito Coletivo de Trabalho. Previdência Social: Generalidade. Assistência e Segurança na Previdência Social. Acidentes do Trabalho. Previdência Rural. Direito Comercial: noções gerais de empresa, contratos e sociedades. Títulos de Crédito: espécies.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BARROS, A. M. B. Curso de direito de trabalho . 5. ed. São Paulo: LTR, 2019.			
COELHO, F. U. Curso de direito comercial . Vol. 03. São Paulo: Saraiva, 2019.			
DELGADO, M. G. Curso de direito de trabalho . 13. ed. São Paulo: LTR, 2019.			
IBRAHIM, F. Z. Curso de direito previdenciário . 18. ed. Niterói: Impetus, 2019.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
AMADO, F. Reforma previdenciária . São Paulo: Jus Podium, 2020.			
CARRION, V. Comentários à consolidação das leis do trabalho . São Paulo: Saraiva, 2017.			
CASTRO, C. A. P.; LAZZARI, J. B. Manual de direito previdenciário . Rio de Janeiro: Forense, 2020.			
CHAGAS, E. E. Direito empresarial esquematizado . São Paulo: Saraiva, 2020.			
MARTINS, S. P. Direito do trabalho . São Paulo: Saraiva, 2019.			
NASCIMENTO, A. M. Iniciação ao direito do trabalho . São Paulo: LTr, 2019.			
_____. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho . São Paulo: Saraiva, 2019.			
NEGRÃO, R. Manual de direito empresarial . São Paulo: Saraiva, 2020.			
OLIVEIRA, A. Prática trabalhista e previdenciária . São Paulo: Atlas, 2017.			
_____. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho . São Paulo: Saraiva, 2019.			
RUSSOMANO, M. V. Curso de direito do trabalho . Curitiba: Juruá, 2016.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Organização, Sistemas e Métodos	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Teorias da Administração II - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Melhoria Contínua e Gerenciamento de Processos. Definição de processos, suas subdivisões. Conceitos básicos da gestão de processos. Estruturas e processos organizacionais. Etapas da gestão de processos. Instrumentos de análise e gestão de processos. Gráficos de processamento e organização. Formulários. Arranjo físico. Análise e distribuição do trabalho. Manuais de organização.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARAÚJO, L. C. G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional . 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.			
BALLESTERO-ALVAREZ, M. E. Manual de organização sistemas e métodos: abordagem teórica e prática da engenharia da informação. São Paulo: Atlas, 2011.			
CURY, A. Organização e métodos . São Paulo: Atlas, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ARAÚJO, L. C. G. Organização, sistemas e métodos . Vol. II. São Paulo: Atlas, 2006.			
CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração . 7. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.			
MOREIRA, D. A. Administração da produção e operações . São Paulo: Thomson Learning, 2002.			
OLIVEIRA, D. P. R. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2011.			
SEIFFERT, P. Q. C.; SILVA, J. A. Estruturação organizacional . São Paulo: Atlas, 2007.			
WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNEL, J. Administração estratégica: conceitos. 1. Ed. 12 reimp. São Paulo: Atlas, 2011.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Comunicação Organizacional	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Teorias da Administração II - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Comunicação. Evolução Histórica e Conceitual. Teorias da Comunicação. Comunicação e Cultura. Meios de Comunicação de Massa (MCM) e Indústria Cultural (IC). Comunicação Empresarial (CEMP). O Administrador e a Comunicação. Comunicação e Gestão do Conhecimento. Comunicação Estratégica. Técnicas de Comunicação. Comunicação interna. Comunicação Oral, Escrita e Não-verbal. Redação de documentos comerciais e oficiais. Entrevistas, Reuniões e Debates. Construção da Identidade, Imagem e Reputação Corporativa. Endomarketing. Clima Organizacional. Relações com Clientes, Mídia, Investidores e Governo. Propaganda corporativa. Comunicação da Crise. Plano Integrado de Comunicação Empresarial (PICE).			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BUENO, W. C. Comunicação empresarial: teoria e pesquisa. São Paulo: Manole, 2003.			
KUNSCH, M. M. K. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.			
PIMENTA, M. A. Comunicação empresarial: conceitos e técnicas para administradores. Campinas, SP: Editora			

Alínea, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARGENTI, P. A. **Comunicação empresarial:** a construção da identidade, imagem e reputação. Paul A. Argenti; tradução Adriana Rieche. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

CAHEN, R. **Comunicação empresarial.** 13. ed. São Paulo: Best Seller, 2009.

GRACIOSO, F. **Propaganda institucional:** nova arma estratégica da empresa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, J. S. **Redação publicitária:** teoria e prática. 7. Reimp. - São Paulo: Atlas, 2008.

MATOS, G. G. **Comunicação empresarial sem complicação:** como facilitar a comunicação na empresa, pela via da cultura e do diálogo. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

MELO, L. R. D. **Comunicação empresarial.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Pesquisa Aplicada à Administração	_____	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Estatística Aplicada à Administração – (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: O conhecimento científico e outros tipos de conhecimento. A pesquisa em administração e em organizações. Métodos Científicos. Formulação de problema, hipóteses e objetivos de pesquisa. Tipologia, métodos e técnicas de pesquisa. Procedimentos de coleta e análise de dados. Projeto de pesquisa. Comunicação da produção científica. Ética em Pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.			
DEMO, P. Metodologia para quem quer aprender. São Paulo: Atlas, 2008.			
GIL, A C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
HAIR Jr, J. F. Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração. Porto Alegre: Bookman, 2007.			
HESSEN, J. Teoria do conhecimento. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.			
VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Gestão de Pessoas I	-----	D	

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Teorias da Administração II - (SEM CÓDIGO)
EMENTA: Evolução histórica e conceitual da Gestão de Pessoas. Introdução à Moderna Gestão de Pessoas. Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas. Recrutamento. Seleção. Modelagem de Cargos. Avaliação do Desempenho Humano.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ARAÚJO, L. C. G. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. BOHLANDER, G.; SNELL, S.; SHERMAN, A. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2009. CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
DEMO, G. Políticas de gestão de pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008. DUTRA, J. S. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2007. GIL, A. C. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2011. LIMONGI-FRANÇA, A. C. Práticas de recursos humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2010.		

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	DEFI
Ética nas Organizações	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Sociologia Aplicada à Administração – DSC0215	
EMENTA: Elementos de História da Filosofia. O problema do conhecimento e a questão do método. A Ética filosófica e seus problemas fundamentais. A Ética e a questão dos valores. Ética, Cultura e Esfera Pública. A Ética nas organizações: liberdade e responsabilidade social das empresas e dilemas éticos na administração. O Código de Ética Profissional do Administrador.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARRUDA, M. C. C.; WHITAKER, M. C.; RAMOS, J. M. R. Fundamentos de ética empresarial e econômica. São Paulo: Atlas, 2009. ASHLEY, P. A. Ética e responsabilidade social. São Paulo: Saraiva, 2002 BAZERMAN, M. H.; TENBRUSEL, A. E. Antiético, eu? Descubra porque não somos tão éticos quanto pensamos e o que podemos fazer a respeito. Tradução Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
FERREL, O. C.; FRAEDRICH, J.; FERREL, L. Ética empresarial: dilemas, tocadas de decisões e casos. 4. Ed. Rio			

de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

GARCIA-MARZÁ, D. **Ética empresarial: do diálogo à confiança**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código de Boas Práticas**. 4. Ed, 2011.

SCHULLER, Maria. **A cultura organizacional como manifestação da multidimensionalidade humana**. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). **Comunicação organizacional: Linguagem, gestão e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 243-274.

SROUR. R. H. **Ética empresarial**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	DMA
Matemática Financeira	DMA0007	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Matemática Aplicada à Administração – DMA0038	
EMENTA: Conceitos gerais de Matemática Financeira. Utilização da HP-12C. Capitalização e juros, simples e compostos. A operação de desconto. Fluxos de caixa e equivalência de capitais em regime de juros simples e compostos. Inflação. Séries de valores constantes. Amortização de dívidas. Análise de investimentos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ASSAF NETO, A. Matemática financeira e suas aplicações . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
CAMARGOS, M. A. Matemática financeira aplicada a produtos financeiros e à análise de investimentos . São paulo: Saraiva, 2013.			
TEIXEIRA, J.; PIERRO NETO, S. D. Matemática financeira . São Paulo: Makron Books, 1998.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALBERTON, A.; DACOL, S. HP-12C Passo a passo . 3. ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.			
GONÇALVES, A. <i>et. al.</i> Engenharia econômica e finanças . Rio de Janeiro: Campus, 2009.			
HAZZAN, S.; POMPEO, J. N. Matemática financeira . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.			
SAMANEZ, C. P. Matemática financeira: aplicações à análise de investimentos . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.			
ZENTGRAF, W. Manual de operações da calculadora financeira HP-12C . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCCCON
Contabilidade Gerencial e de Custos	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Contabilidade Geral e Análise das Demonstrações Contábeis – (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Papel da Contabilidade Gerencial no processo de gestão (planejamento, decisão e controle). Tipos de Controle Organizacional. Diferentes Métodos de Custeio. Avaliação de Desempenho de Produtos /Serviços /Segmentos e Unidades de Negócio. Orçamento e Projeção de Demonstrações Contábeis. Orçamento Flexível e Custo Padrão.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**: análise da liquidez e do endividamento; análise do giro, rentabilidade de alavancagem financeira. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEONE, G. S. G. **Curso de contabilidade de custos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BACKER, M.; BACKER, J. **Contabilidade de custos**: um enfoque de administração de empresas. Rio de Janeiro: MacGraw-Hill do Brasil, 1978.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamentos contábeis**. Conselho Federal de Contabilidade.

LEONE, G. G. **Custos**: planejamento, implantação e controle. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MATARAZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RICARDINO, A. **Contabilidade gerencial e societária**: origens e desenvolvimento. São Paulo: Saraiva, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Administração de Marketing I	CCA0133	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Teorias da Administração II - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: O Marketing e seu papel na organização e sociedade. O que é marketing. Conceitos fundamentais de marketing. Orientação para o mercado. Satisfação do consumidor. Ambiente de marketing.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AAKER, D. A.; DAY, G. S; KUMAR, V. Pesquisa de marketing . 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. 745 p.			
CHURCHILL, G. A.; PETER, J. P. Marketing : criando valor para os clientes. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 636 p.			
KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing . 12. ed. São Paulo, SP: Prentice-Hall, 2010. 750 p.			
LAS CASAS, A. L. Administração de marketing : conceitos, planejamento e aplicações a realidade brasileira. São Paulo, SP: Atlas, 2006. 528 p.			
LOVELOCK, C.; WIRTZ, J. Marketing de serviços : pessoas, tecnologia e resultados. 5. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2010. 412 p.			
PINHO, J. B. Comunicação em marketing : princípios da comunicação mercadológica. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009. 287 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CZINKOTA, M. R. Marketing : as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2001.			
DIAS, S. R. (Coord). Gestão de marketing . São Paulo, SP: Saraiva, 2006. 539 p			
KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de Marketing . 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.			
LAS CASAS, A. L. Marketing : conceitos, exercícios, casos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.			
LAS CASAS, A. L. Marketing de varejo . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.			

LIMA, M. F.; SAPIRO, A.; VILHENA, J. B.; GANGANA, M. **Gestão de marketing**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012. 739 p.

PARENTE, J. **Varejo no Brasil**: gestão e estratégia. São Paulo: Atlas, 2000.

ROCHA, A. **Marketing**: teoria e prática no Brasil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Gestão de Pessoas II	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Gestão de Pessoas I – (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Remuneração. Programa de Incentivos. Benefícios e Serviços. Treinamento. Desenvolvimento. Higiene. Segurança e Qualidade de Vida.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARAÚJO, L. C. G.; GARCIA, A. A. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 436 p.			
CAMILO, J.; FORTIM, I.; CRUZ, M. T. S. (Org). Gestão de pessoas: práticas de recrutamento e seleção por competências. São Paulo, SP: SENAC São Paulo, 2018. 139 p.			
CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. 579 p.			
DUTRA, J. S. Administração de carreiras: uma proposta para repensar a gestão de pessoas. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 172 p.			
GIL, A. C. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo, SP: Atlas, 2007. 307 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BOOG, G. Manual de treinamento e desenvolvimento. São Paulo: Prentice Hall, 2006.			
CAMPOS, V. F, Gerenciamento de rotina de trabalho do dia-a-dia. São Paulo: Atlas, 2002.			
CHIAVENATO, I. Recursos humanos: o capital humano das organizações. São Paulo: Atlas, 2004.			
CHIAVENATO, I. Desenvolvimento nas empresas: como desenhar cargos e avaliar o desempenho. São Paulo: Atlas. 2006.			
CHIAVENATO, I. Remuneração, benefícios e relações de trabalho. São Paulo: Atlas, 2003.			
CHIAVENATO, I. Desempenho humano nas empresas: como desenhar cargos e avaliar o desempenho. São Paulo: Atlas, 2001.			
CRIVELARO, R. Dinâmica das relações interpessoais. São Paulo: Alínea, 2005.			
DECENZO, D. A. Administração e recursos humanos. Rio de Janeiro: Ltc, 2001.			
FIDELIS, G. J. Gestão de pessoas. São Paulo: Érica, 2006.			
MARRAS, J. P. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. São Paulo: Ed. Futura, 2003.			

MILKOVICH, G. T. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

REIS, A. M. V. **Desenvolvimento de equipes**. São Paulo: FGV, 2005.

SUCESSO, E. B. **Relações interpessoais e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: Qualitymark, 2002.

VERGARA, S. C. **Gestão de pessoas**. 3. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

ZAVAGLIA, T. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Átomo, 2006.

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Sistemas de Informações	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Teorias da Administração II - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Conceitos Básicos: tecnologia e sistemas de informação: Sistema Informação Gerencial - SIG; importância dos sistemas de informações; componentes, recursos e ciclo de vida dos sistemas de informações; fundamentos dos sistemas de informações nas empresas: fundamentos e tendências; os tipos de sistemas de informações: Sistema de Apoio a Decisão - SAD; Sistema de Informações Gerenciais - SIG; Sistema de Informação Executiva - SIE; Sistema de Automação de Escritório - SAE; Sistema de Trabalhadores do Conhecimento - STC; Sistema Processamento de Transações - SPT; Sistema Colaborativo - SC; Sistema Especialista - SE. Tratamento das informações versus atividades fins. Sistemas de apoio à decisão. Tópicos em gerenciamento dos sistemas: integração, segurança, controle. Uso estratégico da tecnologia da informação nas pequenas e médias organizações. Administração estratégica da informação. Aplicação da tecnologia da informação nas diversas áreas da empresa para obtenção de vantagens competitivas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CORTES, P. L. Administração de sistemas de informação . São Paulo, SP: Saraiva, 2008. 503 p.			
CRUZ, T. Sistemas de informações gerenciais: tecnologias da informação e a empresa do século XXI . 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 267 p.			
O'BRIEN, J. A; MARAKAS, G. M. Administração de sistemas de informação . 15. ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2013. 514 p.			
OLIVEIRA, D. P. R. Sistemas de informações gerenciais . 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2005. 282 p.			
REZENDE, D. A. Sistemas de informações organizacionais: guia pratico para projetos em cursos de administração, contabilidade e informática . 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ABREU, A. F.; RESENDE, D. A. Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais . 4. ed. Atlas, 2006.			
BATISTA, E. O. Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento . 1. ed. Saraiva, 2006.			
BIO, S. R. Sistemas de informação: um enfoque gerencial . 2. ed. Atlas, 2008.			
LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de informação gerenciais . 7. ed. Pearson, 2009.			
O'BRIEN, J. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet . 2. ed. Saraiva, 2009. 6. Tiragem			

STAIR, R. M.; REYNOLDS, G. W. **Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. 6. ed. Cengage Learning, 2008.

TURBAN, E.; RAINER JR, R. K.; POTTER, R. E. **Introdução a sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. 2. ed. Elsevier, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Organização, Sistemas e Métodos – (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Sistema organizacional. Planejamento dos recursos materiais e patrimoniais. Sistema de administração de recursos materiais e patrimoniais. Classificação de materiais. Sistema de aquisição e compras. Tipos de licitação. Sistemas de controle de estoque; sistemas de armazenamento. A Administração de Materiais e as relações do sistema de operações com outras funções da empresa.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2005.			
POZO, H. Administração de recursos materiais e patrimoniais. São Paulo: Atlas, 2002.			
VIANA, J. J. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo, Atlas, 2002.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CARRETONI, E. Administração de materiais: uma abordagem estrutural. Campinas: Alínea, 2000.			
CHING, H. Y. Gestão de estoques na cadeia de logística integrada - Supply Chain. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 238p.			
CHOPRA, M. P. Gerenciamento da cadeia de suprimento: estratégia, planejamento e operações. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.			
MARTINS, P. G.; ALT, P. R. C. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 441p.			
NOVAES, A. G. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2007. 400p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Administração de Serviços	CCA0078	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Teorias da Administração II - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Ambiente de serviços. Introdução à gestão de serviços. Gestão estratégica em serviços. Gestão de operações em serviços. Serviço e relacionamento com o cliente. Processo de melhoria da qualidade. Momentos da verdade e o ciclo de serviço.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FITSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 6. ed. Porto Alegre. RS: Bookman. 2010. 584 p.			

GIANESI, I. G. N.; CORREA, H. L. **Administração estratégica de serviços:** operações para a satisfação do cliente. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 233 p.

JOHNSTON, R.; CLARK, G. **Administração de operações de serviço.** São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CORREA, H. L.; CAON, M. **Gestão de serviços.** São Paulo: Altas, 2002.

FREIRE, A. **Arte de gerenciar serviços.** São Paulo: Artliber, 2009.

GIL, A. L. **Auditoria de qualidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRÖNROOS, C. **Serviços, gerenciamento e processos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

LOVELOCK, C. WIRTZ, J. HEMZO, M. **Marketing de serviços:** pessoas, tecnologia e estratégia. 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MENDES FILHO, G. A.; SANTOS, W.D.R. **Gestão de serviços públicos com qualidade e produtividade.** 2. ed. Niterói: Universitária, 1997.

PALADINI, E. P. **Gestão estratégica da qualidade:** princípios, métodos e processos. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Administração de Marketing II	CCA0136	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Administração de Marketing I – CCA0133	
EMENTA: Desenvolvimento do Mix de Marketing: Preço, Produto, Praça, Promoção. Propaganda. Merchandising. Relações Públicas. Promoção de Vendas. Administração dos Canais de Distribuição. Organização e Administração de uma Estrutura de Vendas. E-Commerce. Pesquisa de Marketing.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AAKER, D. A.; DAY, G. S; KUMAR, V. Pesquisa de marketing . 2. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. 745 p.			
CHURCHILL, G. A.; PETER, J. P. Marketing: criando valor para os clientes. 3. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 636 p.			
KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing . 12. Ed. São Paulo, SP: Prentice-Hall, 2010. 750 p.			
LAS CASAS, A. L. Administração de marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo, SP: Atlas, 2006. 528 p.			
LOVELOCK, C.; WIRTZ, J. Marketing de serviços: pessoas, tecnologia e resultados. 5. Ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2010. 412 p.			
PINHO, J. B. Comunicação em marketing: princípios da comunicação mercadológica. 10. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2009. 287 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CZINKOTA, M. R. Marketing: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2001.			
DIAS, S. R. (Coord). Gestão de marketing . São Paulo, SP: Saraiva, 2006. 539 p			
KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing . 12. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.			

LAS CASAS, A. L. **Marketing**: conceitos, exercícios, casos. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LAS CASAS, A. L. **Marketing de varejo**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, M. F.; SAPIRO, A.; VILHENA, J. B.; GANGANA, M. **Gestão de marketing**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. Ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012. 739 p.

PARENTE, J. **Varejo no Brasil**: gestão e estratégia. São Paulo: Atlas, 2000.

ROCHA, Â. **Marketing**: teoria e prática no Brasil. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Administração Financeira e Orçamentária I	CCA0040	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Contabilidade Geral e Análise das Demonstrações Contábeis (SEM CÓDIGO) / Matemática Financeira – DMA0007	
EMENTA: Fundamentos da Administração Financeira. Princípios Básicos em Administração Financeira. Ambiente Operacional da Administração Financeira e o Ambiente Financeiro Brasileiro. Ações. Política de Dividendos. Mercado de Capitais. Planejamento Financeiro. Orçamento. Decisões de Financiamento. Estrutura e Custo de Capital. Grau de Alavancagem Financeira. Análise de Risco.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. Curso de administração financeira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.			
DAMODARAN, A. Finanças corporativas - teoria e prática. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.			
GITMAN, L. J. Princípios de Administração Financeira . 12. ed. São Paulo: Harbra, 2010.			
MATIAS-PEREIRA, J. Finanças públicas : a política orçamentária no Brasil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
REZENDE, F. Finanças Públicas . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. Curso de administração financeira . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.			
BRAGA, R. Fundamentos e técnicas de administração financeira . São Paulo: Atlas, 1995.			
HOJI, M. Administração financeira : uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2003.			
MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços : abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.			
ROSS, S.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D. Administração financeira . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	UNIDADE RESPONSÁVEL:

Nome		Código (quando houver)	Tipo	CCA
Administração da Produção I		-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):		
3.1.0	60h	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais – (SEM CÓDIGO)		
EMENTA: Introdução e evolução da gestão de produção e operações. Função produtiva e estrutura produtiva. Sistema de Produção e Operações. Estratégia de produção/operações. Geração de valor na produção de bens e serviços. Projeto do produto/serviço e Seleção de processos. Medidas de Avaliação de Desempenho em Produção e Operações. Localização de unidades produtivas.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. Administração de produção e operações-manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.				
MOREIRA, D. A. Administração da produção e operações. 2. ed. Sao Paulo: Cengage Learning, 2012.				
SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da produção. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
CORREA, H. L.; CAON, M. (Colab.). Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes. São Paulo: Atlas, 2011.				
MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. Administração da produção. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.				
MOREIRA, J. C. T.; PEREZ, M. C.; GOBE, A. C. Gerencia de produtos. São Paulo: Saraiva, 2004.				
RITZMAN, P. L.; KRAJEWSKI, L. J. Administração da produção e operações. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.				
TUBINO, D. F. Manual de planejamento de controle da produção. 2. ed. São Paulo. Atlas, 2006.				

COMPONENTE CURRICULAR				UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome		Código (quando houver)	Tipo	CCA
Logística		-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):		
3.1.0	60h	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais – (SEM CÓDIGO)		
EMENTA: Conceituação, importância e evolução. Atividades logísticas. Subsistemas logísticos de suprimento e distribuição. Serviço logístico. Ciclo do pedido e tecnologia da informação na logística. Atividades de transporte. Estrutura de distribuição e roteamento. Gestão logística no setor de serviços. Gestão na cadeia de suprimentos (SCM): conceituação e caracterização. Integração de atividades intra e inter organizacional. Indicadores de desempenho logístico na cadeia de suprimentos. Gestão Organizacional Globalizada.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos: logística empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.				
BOWERSOX, D.; CLOSS, D. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 2010.				
FLEURY, P. F.; WANKE, P.; FIGUEIREDO, K.F. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. São Paulo: Atlas, 2003.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				

BERTAGLIA, P. R. **Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CORONADO, O. **Logística Integrada: modelo de gestão**. São Paulo: Atlas, 2011.

LEITE, P. R. **Logística reversa: meio ambiente e competitividade**. São Paulo: Atlas, 2011.

NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

WANKE, P. **Estratégia logística em empresas brasileiras: um enfoque em produtos acabados**. São Paulo: Atlas, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Administração Pública	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Teorias da Administração II - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Modelos de administração pública: patrimonial, burocrática e gerencial. Conceito, origem, características e evolução da burocracia. Crise do capitalismo e a redefinição dos papéis do Estado. A superação do Paradigma Burocrático na Administração Pública. Reforma do Estado e modernização do setor público. Administração Pública no Brasil: estrutura da administração direta e indireta. Noção de Serviço Público: caracterização, tipologia e significado. Tendências contemporâneas no Brasil e no mundo. <i>Compliance</i> nas organizações. Temas emergentes na Administração Pública.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CHIAVENATO, I. Administração geral e pública . 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2008. 514 p. (Série Provas e Concursos)			
GRANJEIRO, J. W. Administração pública . 12. ed. Brasília, DF: Vestcon, 2006. 465 p. (Coleção Direito para Concursos; 1)			
MATIAS-PEREIRA, J. Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais . 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 263 p.			
PEREIRA, L. C. B. Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle / Luiz Carlos Bresser Pereira - Brasília, DF: MARE, 1997.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
DI PIETRO, M. S. Z. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas . 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 449 p.			
FIGUEIREDO, L. V. Sá. Gestão em poder judiciário: administração pública e gestão de pessoas . Curitiba, PR: CRV, 2014. 179 p.			
FRANCA, P. G. O Controle da administração pública: tutela jurisdicional, regulação econômica e desenvolvimento . 2. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2010. 255 p.			
GIOVANINI, W. Compliance: a excelência na prática . 1. ed. São Paulo: 2014.			
LEAL, R. G. Estado, administração pública e sociedade: novos paradigmas . Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2006. 206 p.			
MATIAS-PEREIRA, J. Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais . 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 263 p.			
NEGRÃO, C. L.; PONTELO, J. F. Compliance, controles internos e riscos: a importância da área de gestão de			

peessoas. Brasília: Editora Senac DF, 2014.

PEREIRA, L. C. B.; SPINK, P. (Org). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006. 314 p.

SOBREIRA NETTO, F. **Modernização da administração pública brasileira com o uso da tecnologia da informação**: fatores críticos de sucesso. Franca, SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2007. 263 p.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Gestão Ambiental e Sustentabilidade	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Teorias da Administração II - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Ambiente e sustentabilidade. Meio Ambiente e Sociedade. Meio Ambiente e a Legislação Brasileira. Principais conferências relacionadas ao meio ambiente. Principais problemas ambientais globais e locais. Princípios do desenvolvimento sustentável.			
Responsabilidade social corporativa: conceitos, evolução e tendências. Consumidor consciente ou empresa responsável? Responsabilidade social e comunicação. O papel e importância do Estado, ONGs, OCIPs e empresas na efetivação do ciclo virtuoso da responsabilidade social. Marketing e responsabilidade social. Investimento socialmente responsável: principais índices internacionais e a recente experiência brasileira.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BARBOSA FILHO, A. N. Segurança do trabalho & gestão ambiental . 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. 378 p.			
CHRISTENSEN, C. M.; RAYNOR, M. E. O Crescimento pela inovação : como crescer de forma sustentada e reinventar o sucesso. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2013. 336 p.			
DUMKE, E.; ANAZCO, J. K.; PAUL, N. Central de negócios : um caminho para a sustentabilidade de seus negócios. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. 257 p.			
SCHENINI, P. C. Gestão empresarial sócio ambiental . Florianópolis, SC: Nacional, 2005. 183 p.			
SEIFFERT, M. E. B. Gestão ambiental : instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. 312 p.			
TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa : estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. 450 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ASHLEY, P. A. (Coord.). Ética e responsabilidade social nos negócios . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 300 p.			
BRUNSTEIN, J. Educação para sustentabilidade nas escolas de administração . São Carlos: Rima, 2014. 374 p.			
BUENOS AYRES, C. Responsabilidade social corporativa e terceiro setor . Teresina, PI: EDUFPI, 2010. 87 p.			
LEFF, E. Saber ambiental : sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 494 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Administração Financeira e Orçamentária II	CCA0106	D	

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Administração Financeira e Orçamentária I – CCA0040
EMENTA: Decisões de Investimentos. Fluxos de Caixa. Análise e Avaliação de Projetos de Investimentos. Avaliação do Desempenho Operacional da Empresa. Índices econômico-financeiros. Administração Financeira no Curto Prazo. Administração Financeira e Orçamentária no Setor Público.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.		
BREALEY, Richard A. <i>et al.</i> Fundamentos da administração financeira. 3. ed. Rio de Janeiro: McGrawHill, 2022.		
GITMAN, L. J. Princípios de Administração Financeira. 12. ed. São Paulo, Ed. Harbra, 2010.		
ROSS, Sthepen A. <i>et al.</i> Princípios de administração financeira. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. S. Administração de capital de giro. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
BREALEY, R.A.; MYERS, S.C., ALLEN, F. Princípios de finanças corporativas. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2008.		
BRIGHAM, E.; EHRHARDT, M. C. Administração financeira: teoria e prática. São Paulo, 2006.		
MAYO, H. B. Finanças básicas. São Paulo: CENGAGE Learning, 2009.		
MATIAS-PEREIRA, J. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Atas, 2010.		
SANVICENTE, A. Z. Administração Financeira. São Paulo, Ed. Atlas, 3. ed. 1995.		

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Administração da Produção II	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Administração da Produção I - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Projeto. Medida do Trabalho e Ergonomia. Arranjo físico de unidades produtivas. Planejamento de capacidade produtiva. Planejamento mestre de produção/operações agregado a demanda. MRP. Programação e Controle de Operações. Just-in-time. Manutenção da Estrutura Produtiva. Ética e Segurança em Produção e Operações.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. Administração de produção e operações-manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
MOREIRA, D. A. Administração da produção e operações. 2. ed. Sao Paulo: Cengage Learning, 2012.			
SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da produção. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CORREA, H. L.; CAON, M. (Colab.). Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes. São Paulo: Atlas, 2011			

MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. **Administração da produção**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MOREIRA, J. C. T.; PEREZ, M. C.; GOBE, A. C. **Gerencia de produtos**. São Paulo: Saraiva, 2004.

RITZMAN, P. L.; KRAJEWSKI, L. J. **Administração da produção e operações**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

TUBINO, D. F. **Manual de planejamento de controle da produção**. 2. ed. São Paulo. Atlas, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Optativa	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Teorias da Administração II – (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Conforme oferta			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
Conforme oferta.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
Conforme oferta.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Elaboração e Administração de Projetos	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais - (SEM CÓDIGO) / Gestão de Pessoas II - (SEM CÓDIGO) / Administração de Marketing II – CCA0136 / Administração Financeira e Orçamentária II – CCA0106	
EMENTA: O gerenciamento de projetos. O ambiente organizacional e a influência na gestão de projetos. Ambiente de Projetos. Concepção e Definição de Projetos. Fator Humano em Projetos. Gerenciamento de Projetos. Planejamento e Execução de Projetos. Acompanhamento e Controle de Projetos. Classificação de Projetos. Gestão de Conflitos no Projeto. Áreas do conhecimento de projetos - PMBOK. Metodologias de projetos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
KERZNER, H. Gestão de projetos: as melhores práticas. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.			
PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. PMBOK: um guia do conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos. 4. ed. Pensylvania: Project Management, 2018.			
VARGAS, R. V. Manual prático do plano de projeto: utilizando o PMBOK guide. 4. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
GIDO, J.; CLEMENTIS, J. P. Gestão de projetos. Cengage: São Paulo, 2007.			
MATHIAS, W. F.; WOILER, S. Projeto: planejamento, elaboração e análise. São Paulo: Atlas, 2008.			

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração de projetos**: como transformar ideias em resultados. São Paulo: Atlas, 2007.

MENEZES, L. C. M. **Gestão de projetos**. 3. ed. São Paulo: Atlas 2009.

VALERIANO, D. L. **Moderno gerenciamento de projetos**. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Projeto de Pesquisa em Administração	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Pesquisa Aplicada à Administração – (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: O processo de pesquisa. Etapas da pesquisa científica. O planejamento da pesquisa. A execução da pesquisa. Os trabalhos científicos. Elaboração do Projeto de Pesquisa. Trabalho de Conclusão de Curso. Artigo Científico. Normas da ABNT.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BERTERO, C. O. Ensino e pesquisa em Administração . São Paulo, SP: Thomson, 2006. 135 p. (Coleção debates em administração)			
COLLIS, J.; HUSSEY, R. Pesquisa em Administração : um guia pratico para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre , RS: Bookman, 2005. 349 p.			
HAIR, J. F. Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração . Porto Alegre, RS: Bookman, 2007. 471 p.			
ROESCH, S. M. A.; MELLO, M. I.; BECKER, G. V. Projetos de estágio e de pesquisa em Administração : guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 308 p.			
VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração . 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 94 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CERVO, A. L. Metodologia científica . 5. ed. São Paulo: Pearson Education, 2006.			
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico : procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.			
SKANDAR, J. I. Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos . 3. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2008.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.12	180h	Administração de Marketing II – CCA0136/ Administração Pública (SEM CÓDIGO)/ Administração da Produção I – (SEM CÓDIGO) / Administração Financeira e Orçamentária II – CCA0106	
EMENTA: Integração Aluno-Empresa-Mercado de trabalho. Desenvolvimento das habilidades e atitudes necessárias ao desenvolvimento da carreira profissional. Contato inicial com o cenário organizacional. Contribuições da relação			

entre a teoria e a prática profissional. Elaboração de Relatório de Estágio Supervisionado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

UFPI. **Coordenação Geral de Estágios**. Disponível em: <<http://leg.ufpi.br/cge/>>.

UFPI. **Manual de estágio do Curso de Administração**. Disponível em:
<https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR>.

UFPI. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração**. Disponível em:
<https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR>.

UFPI. **Regulamento da graduação**: resolução N° 177/2012. Disponível em: <<http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg>>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. Brasília. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>>.

BIANCHI, A. C.; BIANCHI, M. A.; BIANCHI, R. **Manual de orientação**: estágio supervisionado. 4. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

BRASIL. **LEI N° 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Disponível em: <<https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/arquivos/2020/legislacao.pdf>>. Acesso em: 12 Set. 2021.

PALLOFF, R. M.; PRAFT, K. **O instrutor online**: estratégias para a excelência profissional. São Paulo: Penso, 2013.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em Administração**: guia para estágios, trabalho de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

8º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Administração Estratégica	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Teorias da Administração II - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Histórico e evolução da Administração Estratégica. Imagens da Estratégia Empresarial. Conceitos organizacionais na formulação, implementação e avaliação de estratégias empresariais: decisão, liderança, mudança organizacional, estrutura, poder e conflito. Planejamento e Estratégia. Planejamento estratégico. Estratégia Corporativa. Modelos de Estratégias. Estabelecimento de Estratégias e a busca da Vantagem Competitiva. Matriz SWOT.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ANDRADE, R. O. B.; AMBONI, N. Estratégias de gestão: processos e funções do administrador. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. 253 p.			
BULGACOV, S. Administração estratégica: teoria e prática. São Paulo, SP: Atlas, 2007. 187 p.			
CAVALCANTI, M. (Org.) et al. Gestão estratégica de negócios: evolução, cenários, diagnóstico e ação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.			
CERTO, S. C.; PETER, J. P. Administração Estratégica: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Makron Books, 1993.			

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração estratégica: competitividade e globalização**. 2. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2011. 415 p.

KALLAS, D.; COUTINHO, A. R. **Gestão da estratégia: experiências e lições de empresas brasileiras**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005. 273 p.

MINTZBERG, H. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

PORTER, M. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. **Administração estratégica: conceitos**. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 433 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANSOFF, H. I. **A nova estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 1990.

BEAL, A. **Gestão estratégica da informação: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações**. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 137 p.

BETHELEM, A. **Estratégia empresarial: conceitos, processo e administração estratégica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

FISCHMANN, A. A.; ALMEIDA, M, I. R. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1990.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A estratégia em ação: balanced scorecard**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LUPETTI, M. **Gestão estratégica da comunicação mercadológica**. São Paulo, SP: Thomson, 2007. 209 p.

PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. **Competindo pelo futuro**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. São Paulo: Atlas, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Tópicos Especiais em Administração	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: A disciplina será composta por assuntos do momento vivido nas organizações que sejam importantes para a gestão de empresas e/ou estudos de casos nas principais áreas de estudo da gestão de empresas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AKTOUF, O. A administração entre a tradição e a renovação . São Paulo: Atlas, 2010.			
DRUCKER, P. F. Desafios gerenciais para o século XXI . São Paulo: Thomson, 2006.			
LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G. (Colab.). Administração: princípios e tendências . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BURBRIDGE, R. M.; et al (Et Al). Gestão de negociação: como conseguir o que se quer sem ceder o que não se deve . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.			

CLEGG, S.; KORNBERGER, M.; PITSIS, T. **Administração e organizações**. Porto Alegre: McGrawHill – Bookman, 2011.

HAMEL, G. **O futuro da Administração**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

MINTZBERG, H. **Management não é o que você pensa**. Bookman, 2011

TERRA, J. C. C. **Gestão do conhecimento e e-learning na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

WESTERMAN, G.; BONNET, D.; McAFFE, A. **Liderando na era digital**. São Paulo, M.Books, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Empreendedorismo	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Teorias da Administração II - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Empreendedorismo: conceitos e definições. O Perfil e as características do empreendedor. As habilidade e competências necessárias aos empreendedores. A Importância do Empreendedorismo para uma sociedade. A identificação das oportunidades de negócios. Conceitos e definições sobre crises e oportunidades. Técnicas de identificação de oportunidades. Os recursos da Tecnologia da Informação na criação de novos negócios. Ferramentas e Planilhas na elaboração do Plano de Negócios. Empreendedorismo na era do Comércio Eletrônico.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. Barueri: Manole, 2012.			
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo corporativo. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.			
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 5. ed. Rio de Janeiro: Empreende/LTC, 2014.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BERNARDI, L. A. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas. 2003.			
DOLABELA, F. A oficina do empreendedor. São Paulo: Cultura Editores, 2001.			
DOLABELA, F. O segredo de Luisa. São Paulo: Sextante, 2008.			
MALHEIROS, R. C. C.; FERDA, L. A.; CUNHA, C. J. C. Viagem ao mundo do empreendedorismo. 2. ed. Florianópolis: IEA, 2005.			
PESCE, B. A menina do vale: como o empreendedorismo pode mudar a sua vida. 1. ed. Portugal: Casa da palavra, 2012.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Projeto de Pesquisa – (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Artigo científico. Introdução. Referencial teórico. Metodologia. Resultados. Considerações Finais/Conclusão.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. HAIR Jr., J.F. et al. Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração. Porto Alegre: Bookman, 2006. VERGARA, S. C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
AQUINO, I. S. Como escrever artigos científicos: sem “arrodeio” e sem medo da ABNT. São Paulo: Saraiva, 2010. FLICK, U. Introdução à metodologia de pesquisa: uma guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2012. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. KLEIN, A. Z.; AZEVEDO, D.; MACHADO, L.; SILVA, L. V. Metodologia de pesquisa em Administração: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2015. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. MACÊDO, F. C. S. Guia prático para elaboração de trabalhos científicos. Teresina: Ipanema, 2011. MANZANO, M. I. N. G. TCC - Trabalho de Conclusão de Curso utilizando o Microsoft Word 2013. São Paulo: Érica, 2014. PINHEIRO, D; GULLO, J. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC: guia prático para elaboração de projetos de [...]. São Paulo: Atlas, 2009. MANZANO, A. L. N. G. VERGARA, S. C. Métodos de coleta de dados no campo. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.8	120h	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - I (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: EMENTA: Integração Aluno-Empresa-Mercado de trabalho. Desenvolvimento das habilidades e atitudes necessárias ao desenvolvimento da carreira profissional. Contato inicial com o cenário organizacional. Contribuições da relação entre a teoria e a prática profissional. Elaboração de Relatório de Estágio Supervisionado.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
UFPI. Coordenação Geral de Estágios . Disponível em: < http://leg.ufpi.br/cge/ >.			
UFPI. Manual de estágio do Curso de Administração . Disponível em: < https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR >.			
UFPI. Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração . Disponível em: < https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR >.			
UFPI. Regulamento da graduação : resolução Nº 177/2012. Disponível em: < http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg >.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. Brasília. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>>.

BIANCHI, A. C.; BIANCHI, M. A.; BIANCHI, R. **Manual de orientação**: estágio supervisionado. 4. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

BRASIL. **LEI Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Disponível em: <<https://www.gov.br/ibama/pt-br/acao-a-informacao/arquivos/2020/legislacao.pdf>>. Acesso em: 12 Set. 2021.

PALLOFF, R. M.; PRAFT, K. **O instrutor online**: estratégias para a excelência profissional. São Paulo: Penso, 2013.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em Administração**: guia para estágios, trabalho de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

6.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLL
LIBRAS	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	-----	
EMENTA: Noções e aprendizado básico de libras. Características fonológicas. Noções de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais. Prática de Libras: desenvolvimento da expressão visual-espacial e ampliação do conhecimento dos aspectos da cultura do mundo surdo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALVES, E. O. Língua Brasileira de Sinais LIBRAS: noções básicas sobre a sua estrutura e a sua relação com a comunidade surda. Teresina, PI: EDUFPI, 2011. 155 p.			
FALCÃO, L. A. B. Educação de surdos: comportamento, escolarização e o mercado de trabalho. 2. Ed. Recife: Ed. Do Autor, 2015. 526 p.			
QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008. 128 p. E-book. ISBN 9788573072655.			
SOARES, M. A. L. A educação do surdo no Brasil. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. 128 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BARROS, M. E. Elis: sistema brasileiro de escrita das línguas de sinais. Porto Alegre: Penso, 2015. E-book. ISBN 9788584290512.			
FARREL, M. Deficiências sensoriais e incapacidades físicas: guia do professor. Porto Alegre: Artmed, 2008. 112 p. E-book. ISBN 9788536314440.			
GONZÁLEZ, E. et al. Necessidades educacionais específicas: intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007. 436 p. ISBN 9788536308777.			
PACHECO, J.; EGGERTSDÓTTIR, R.; MARINÓSSON, G. L. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007. 232 p. E-book. ISBN 9788536307572.			
PERRENOUD, P. A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. 230 p. ISBN 9788573078398.			
QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011. 160 p. E-			

book. ISBN 9788536324784.

QUADROS, R. M.; KARNOP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 222 p. E-book. ISBN 9788536303086.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	DEFI
Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Ética nas Organizações – (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Educação e Diversidade Cultural. O racismo, o preconceito e a discriminação racial e suas manifestações na escola. As diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais. Diferenças e diversidade na sala de aula.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ABRAMOVAY, M.; GARCIA, M. C. (Coord.). Relações raciais na escola : reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília-DF: UNESCO, 2006.			
BERGER, P. L.; LUCKMANNI, T. A Construção social da realidade : tratado de sociologia do conhecimento. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.			
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Brasília-DF: Ministério da Educação e do Desporto (MEC), 1996.			
_____. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Ministério da Educação. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais . Brasília: SECAD, 2006.			
_____. Lei n.º 11.645/2008 de 10 de março de 2008 . Diário Oficial da União, Brasília, 11 mar. 2008.			
DIAS, R. Introdução à Sociologia . 2. Ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2010.			
PERRRENOUD, P. A Pedagogia na escola das diferenças : fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2. Ed. Trad.: Schilling, Cláudia. Porto Alegre: Artmed. 2001.			
ROCHA, R. M. C.; TRINDADE, A. L. (Orgs.). Ensino fundamental : orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.			
SANTOS, I. A. S. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial. In: CAVALLEIRO, E. (org.). Racismo e anti-racismo . Repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. Pp. 97-114.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BONJOUR, L.; BAKER, A. Filosofia : textos fundamentais comentados. 2. Ed. Porto Alegre: Penso, 2010. 776 p. E-book. ISBN 9788536321196.			
CAREL, H. et al. Filosofia contemporânea em ação : debates contemporâneos. Porto Alegre: Penso, 2008. 288 p. E-book. ISBN 9788536313696.			
CORSARO, W. Sociologia da infância . 2. Ed. Porto Alegre: Penso, 2011. 384 p. E-book..			
FERREIRA, D. Manual de sociologia : dos clássicos a sociedade da informação. 2. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 247 p.			
FERRY, L. Aprender a viver : filosofia para os novos tempos. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2007. 302 p.			
GIDDENS, A. Sociologia : revisado e atualizado. 6. Ed. Porto Alegre: Penso, 2011. 848 p. ISBN 9788563899262.			
KOTTAK, C. P. Um espelho para a humanidade : uma introdução à antropologia cultural. 8. Ed. Porto Alegre:			

AMGH, 2013.

NUNES, C. A. **Aprendendo filosofia**. 6. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. 112 p.

NUNES, J. H. **A Seu dispor!:** sociologia do trabalho em serviços. Goiânia, GO: PUC-GO, 2011. 244 p.

SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 240 p. ISBN 9788536323534.

WHIMSTER, S. **Weber**. Porto Alegre: Penso, 2009. 360 p. (Série Introdução). E-book. ISBN 9788536320335.

WITT, J. **Sociologia**. 3. Ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015. 480 p. (Série A). E-book. ISBN 9788580555318.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Administração de Micro e Pequenas Empresas	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Teorias da Administração II - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Contexto das MPES no Brasil e Piauí. Aplicação dos conceitos e técnicas da Administração no contexto das micros, pequenas e médias empresas. Apresentar a problemática do desenvolvimento das micros, pequenas e médias organizações. Trâmites legais para abertura de uma microempresa. Atividades voltadas para práticas na modalidade de pesquisa e extensão do perfil do micro e pequeno empresário. O microempreendedor individual.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
DINIZ, A. S. Como fazer uma empresa dar certo em um país incerto: conselhos e lições de 51 dos empreendedores mais bem-sucedidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005.			
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012. 260 p.			
DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor entrepreneurship: prática e princípios. 6. Ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2010. 378 p.			
FELIPPE JÚNIOR, B. Marketing para a pequena empresa: comunicação e vendas. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2007. 207 p			
FREITAS, M. S. L. Empreendedorismo. Itajubá, MG: Universidade Federal de Itajubá, 2009. 46 p. (Gestão de Pessoas e de Projetos Sociais, 2)			
HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. Empreendedorismo. 7. Ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009. 662 p.			
TJAN, A. K.; HARRINGTON, R. J.; HSIEH, T. Coração, inteligência, coragem e sorte: o que é preciso para ser um empreendedor e um grande construtor de negócios. São Paulo, SP: Mbooks, 2014. 272 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CAVALCANTI, G.; TOLOTTI, M. Empreendedorismo: decolando para o futuro. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011. 152 p.			
DEGEN, R. J.; MELLO, A. A. A. O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo, SP: Pearson Makron Books, 2005. 368 p.			
GUIMARAES, T. A.; SOUZA, E. C. L. Empreendedorismo além do plano de negócio. São Paulo, SP: Atlas, 2005. 259 p.			
KELLEY, T.; LITTMAN, J. As 10 Faces da Inovação. 1. Ed. Rio de janeiro: Campus/Elsevier, 2007.			

LOPES, R. M. A. **Educação empreendedora: conceitos, modelos e praticas**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. 230 p.

SANTOS, A. M.; COSTA, A. **Empreendedorismo: teoria e prática**. Caçador, SC: UNIARP, 2011. 178 p.

SANTOS, E. O. **Administração financeira da pequena e média empresa**. 2. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 264 p.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Desenvolvimento Gerencial	CCA0082	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Teorias da Administração II - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Desenvolvimento de atividades gerenciais. Atribuições da direção contemporânea. Eficácia gerencial. Características e estilos de liderança. Desenvolvimento gerencial e organizacional. Gestão de pessoas: empregabilidade e gestão de desempenho. Desenvolvimento de habilidades. Novos paradigmas. Coaching.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CHIAVENATO, I. Recursos humanos: o capital humano das organizações. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.			
FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. Cultura e poder nas organizações . 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. 170 p.			
KANAAANE, R.. Comportamento humano nas organizações: o homem rumo ao século XXI. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 131 p.			
SABBAG, P. Y. Espiraís do conhecimento: ativando indivíduos, grupos e organizações. São Paulo, SP: Saraiva, 2007. 350 p.			
SROUR, R. H. Poder, cultura e ética nas organizações: o desafio das formas de gestão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 399 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BOOG, G. G. Manual de treinamento e desenvolvimento . ABTD - 3. ed.- São Paulo: Makron Books, 1999.			
BOOG, G.; BOOG, M. Manual de gestão de pessoas e equipes - Volume 2. São Paulo: Gente, 2008;			
CONNELLAN, T. K. Nos bastidores da Disney: segredos do sucesso da mais poderosa empresa de diversões do mundo. São Paulo: Futura, 1998.			
DEJOURS, C. O fator humano . 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.			
FREITAS, M. E. Cultura organizacional: formação, tipologia e impactos. SP: Makron Books, 2006.			
KELLEY, T. As 10 faces da inovação: estratégias para turbinar a criatividade. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.			
RUAS, R. A problemática do desenvolvimento de competências e a contribuição da aprendizagem organizacional. In: Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2000.			
VASCONCELLOS, J.G., DAVEL, E. (Orgs.). Recursos humanos e subjetividade . Petrópolis: Editora Vozes, 1995.			
WOOD JUNIOR, T. Organizações espetaculares . Rio de Janeiro: Editora FGV. 2000.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA

Gestão de Franquias	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Teorias da Administração II - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Evolução histórica. Características das franquias. Tipos de franquias. Gestão e operacionalização: marketing, recursos humanos, financeiro, econômico e jurídico.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CHERTO, M. et al. Franchising: uma estratégia para a expansão de negócios. São Paulo: Premier, 2006.			
MAURO, P. C. Guia do franqueador: como desenvolver marcas mundiais. São Paulo: Nobel, 2005.			
SCHWATZ, P. C. Franquia de A a Z. São Paulo: Qualitymark, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
DAHAB, S. Entendendo franchising: uma alternativa eficaz para o pequeno e médio empreendedor. Salvador, Bahia: Casa da Qualidade, 2016.			
MAURO, P. C. Guia do franqueador: como fazer sua empresa crescer com o franchising. São Paulo: Nobel, 2009.			
PLÁ, D. Tudo sobre Franchising. Editora SENAC, 2011.			
RIZZO, M. Franchise: o negócio do século. São Paulo: Rizzo Franchise, 2015.			
SILVEIRA, C. V. Franchising: guia prático. 2. Ed. Paraná: Juruá, 2006.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Criatividade e Inovação	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Empreendedorismo – (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: O conceito de criatividade. Abordagens teóricas sobre criatividade. Ferramentas de geração de ideias e desenvolvimento da criatividade. Fundamentos e processo da inovação em organizações. Anatomia do processo criativo, individual e no ambiente das organizações. Conceitos de Inovação, a inovação como fator de competitividade e sobrevivência no mercado, Modelos de inovação utilizados pelas organizações, casos e experiências de inovação, Etapas do processo de gestão da inovação e legislação ligada a inovação. Exercícios e técnicas de Criatividade e Inovação.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
SILVA, F. P. et al. Gestão da inovação . Porto Alegre, SAGAH, 2018.			
TIDD, J.; BESSANT, J. Gestão da inovação . Porto Alegre: Bookman, 2015.			
TROTT, P. Gestão da inovação e desenvolvimento de novos produtos . 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BESSANT, J.; TIDD, J. Inovação e empreendedorismo . Porto Alegre: Bookman, 2009.			
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo : transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.			
DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor : entrepreneurship: prática e princípios. São Paulo: Pioneira, 2015.			
HISRICH, R. D. et al. Empreendedorismo . 9. ed. Porto Alegre, AMGH, 2014.			
MARIANO, S.; MAYER, V.F. Empreendedorismo : fundamentos e técnicas para criatividade. Rio de Janeiro: LTC, 2014.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Mercado de Capitais	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	CCA0106 - Administração Financeira e Orçamentária II	
EMENTA: Introdução aos Mercados de Capitais. Importância e estrutura dos mercados de capitais no Brasil. Introdução à precificação do risco. Governança corporativa. Introdução à análise fundamentalista e grafista. Derivativos, Opções e Futuros.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ELTON, E. GRUBER, M. J. Et al. Moderna teoria de carteiras e análise de investimentos . São Paulo: Atlas, 2004.			
FORTUNA, E. Mercado financeiro . 16. Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.			
HULL, J. Introdução aos mercados futuros e de opções . 2. Ed. São Paulo: Cultura,2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ASSAF NETO, A. Mercado Financeiro . 12. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.			
JORION, P. Value at Risk . 2. Ed. São Paulo: BM&F, 2003.			
MISHKIN, F. S.; EAKINS, S. G. Financial Markets & Institutions . 7. Ed. Boston: Prentice Hall, 2012.			
MOURAD, N. A.; PARASKEVOPOULOS, A. IFRS: normas internacional de contabilidade para bancos . São Paulo: Atlas, 2010.			
SAUNDERS, A. Administração de instituições financeiras . 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Comércio Exterior	CCA0035	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Teorias da Administração II - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Comércio exterior: Aspectos gerais, Evolução, Mercado, Consórcios e tributação. Seguros, Transportes, forma de controle, comércio exterior entre os países desenvolvidos. O regime aduaneiro. Os incentivos fiscais. As zonas francas e especiais. CONCEX, CACEX, BEFIEIX, SINX e sistemática de importação em regime de "DRAW-BACK".			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRASIL. Política Nacional de Cultura Exportadora . Brasília, 2015.			
COSTA, A. J. D. Internacionalização de empresas brasileiras : teoria e experiências. Curitiba: Juruá, 2011.			
FARO, F.; FARO, R. Curso de comércio exterior : visão e experiência brasileira. São Paulo: Atlas, 2010.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CASELLA, P. B. (Coord.). Mercosul : integração regional e globalização. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.			
KOBAYASHI, S. Renovação da logística : como definir as estratégias de distribuição física global. São Paulo: Atlas, 2000.			
KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. Economia internacional : teoria e política. São Paulo: Makron Books, 2001.			

LARRAÑAGA, F. A. **Introdução às relações internacionais**. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

LUDOVICO, N. **Logística internacional: um enfoque em comércio exterior**. São Paulo: Saraiva, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Comportamento do Consumidor	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	CCA0136 - Administração de Marketing II	
EMENTA: O comportamento do consumidor e o mercado. Grupos sociais e formação de status. O aprendizado no comportamento do consumidor. Influências culturais, individuais e de grupos. Processos psicológicos. Processos de decisão de compra. Estratégia de marketing e o comportamento do consumidor. Segmentação e o consumidor. Tendências de comportamento do consumidor brasileiro.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BLACKWELL, R.D.; MINIARD, P.W.; ENGEL, J.F. Comportamento do consumidor . São Paulo: Cengage Learning, 2011.			
KOTLER, P.; KELLER, K.L. Administração de marketing . 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012			
LAS CASAS, A. L. Administração de marketing: conceitos, planejamentos e aplicações à realidade brasileira . São Paulo: Editora Atlas, 2014.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CHURCHILL Jr, G. A.; Peter, J. P. P. 2000. Marketing: criando valor para os clientes . Ed. Saraiva. São Paulo: 2000.			
HAWKINS, D.I.; MONTHERSBAUGH, D.L.; BEST, R.J. Comportamento do consumidor . Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.			
KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Introdução ao marketing . Rio de Janeiro: LTC, 2000.			
NICKELS, W. G.; WOOD, M. B. Marketing: relacionamentos, qualidade, valor . Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	DEFI
Educação em Direitos Humanos	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Ética nas Organizações – SEM CÓDIGO	
EMENTA: Democracia, Cidadania e Direitos Humanos. Tratados supra Nacionais de Direitos Humanos e suas ressonâncias educacionais. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e o projeto de pessoa. Fundamentos mediadores para uma cultura dos direitos humanos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRASIL. Decreto nº 7.037/2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3 . 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm >.			
LAFER, C. A Internacionalização dos direitos humanos : constituição, racismo e relações internacionais. Barueri, SP: Manole, 2005.			
Declaração Universal de Direitos Humanos . Disponível em: < https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf >.			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
BOBBIO, N. A era dos direitos . Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2004.	
BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos . Brasília: SEDH-MECMJUNESCO, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192	
BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos . Conselho Nacional de Educação, maio 2012. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/12a-conferencia-nacional-de-direitoshumanos/educacao-em-direitos-humanos/caderno-de-educacao-em-direitos-humanosdiretrizes-nacionais	
CANDAU, V.; SACAVINO, S. Educar em direitos humanos construir democracia . DP&A. Rio de Janeiro, 2000.	
CHALUH, L. N. Autonomia, democracia e diversidade: práticas pedagógicas que favorecem valor. IN: Revista Olhar de Professor . Ponta Grossa: 9 (1): 97-112, 2006. Disponível em: < https://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1454/1099 >.	
Ordem dos Advogados do Brasil. A OAB e os direitos sociais: uma abordagem para o cidadão . Brasília, DF: Conselho Federal da OAB, 2000.	
STJ. A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil . Brasília, DF: STJ, 2000.	

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	DCJ
Legislação Trabalhista e Previdenciária	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Direito para Administração II – SEM CÓDIGO	
EMENTA: Noções de Direito do trabalho. Legislação do Trabalho. Direito Internacional do Trabalho. Contrato individual do trabalho e relação de emprego. Elementos do contrato de trabalho. Sujeitos do contrato individual do trabalho. Duração e jornada de trabalho. Salário e remuneração. Extinção do contrato de trabalho. Aviso prévio. Direito de greve. Custeio da seguridade social. Seguro desemprego.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALMEIDA, A. L. P. CLT e súmulas do TST comentadas . 20. ed. - São Paulo, SP: Rideel, 2018.			
IBRAHIM, F. Z. Curso de direito previdenciário . 22. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2016.			
MANUS, P. P. T. Direito do trabalho . 12. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALMEIDA, A. L. P. Direito do trabalho: material, processual e legislação especial, 11. ed. Rideel, 2011.			
DANTAS, P. R. F. A proteção contra as cláusulas abusivas no código civil . São Paulo: Atlas, 2007.			
EDUARDO, I. R. Curso de direito previdenciário . 12. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2016.			
MARTINS, S. P. Direito do trabalho . 18. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro . 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.			
NASCIMENTO, A. M. Curso de Direito do Trabalho . 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.			
PEREIRA, C. M. Silva. Instituições de direito civil . Rio de Janeiro: Forense. 2013.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Consultoria Organizacional	CCA0124	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Teorias da Administração II - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Conceito, evolução e tendências da consultoria. O perfil do consultor. Metodologia da consultoria. O cliente e a identificação de suas necessidades. Transferência de tecnologia e geração de resultados. Diagnósticos empresariais. Coaching e mentoring.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BLOCK, P. Consultoria infalível: um guia prático, inspirador e estratégico. São Paulo – M. Books do Brasil Editora Ltda. 2003.			
COBRA, M. Consultoria em marketing. Ed. Cobra, 2003.			
CROCCO, L.; GUTTMANN, E. Consultoria empresarial. 2. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 152 p.			
DEGEN, R. J. O empreendedor: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.			
MENDES, J. Manual do empreendedor: como construir um empreendimento de sucesso: São Paulo: Atlas, 2009.			
ORLICKAS, E. Consultoria de recursos humanos. Ed. Futura, 2002.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BERNAL, P. S. M. Gerenciamento de projetos na prática: implantação, metodologia e ferramentas. São Paulo: Érica, 2012. 272 p.			
BERTI, A. Consultoria e diagnóstico empresarial: teoria e prática. 2. Ed. Rev. E Atual. Curitiba: JURUA EDITORA, 2012.			
LEITE, L. A. M. Costa. Consultoria em gestão de pessoas. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012. 144 p.			
OLIVEIRA, D. P. R. Manual de consultoria empresarial: conceitos metodologia práticas. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 213 p.			
QUIROGA, G. M. M. Análise da prestação de serviço de consultoria sob o enfoque da transferência do conhecimento. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.			
SCHEIN, E. H.; SILVA, A. L. P. (Org.). Princípios da consultoria de processos: para construir relações que transformam. São Paulo: Peirópolis, Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social, 2008. 312 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCA
Jogos Empresariais	-----	D	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Teorias da Administração II - (SEM CÓDIGO)	
EMENTA: Inserir o aluno em uma série de situações encontradas no mundo executivo das organizações, permitindo-o resolver problemas e tomar decisões estratégicas em grupo, vivenciando a dinâmica do comportamento organizacional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FIANI, R. Teoria dos jogos : para cursos de Administração e Economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.			
GRAMIGNA, M. R. M. Jogos de empresa . São Paulo: Pearson, 2004.			
GOMES, L. F. A. M; GOMES, C. F. S.; ALMEIDA, A. T. de. Tomada de decisão gerencial . São Paulo: Atlas, 2006.			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CORREA, H. L.; CAON, M. **Gestão de serviços:** lucratividade por meio de operações e de satisfação. São Paulo: Atlas, 2002.

GAYOTTO, M. L.; DOMINGUES, I. **Liderança: aprenda a mudar em grupo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

GOLDSMITH, M.; HESSELBEIN, F.; SOMERVILLE, I. **Liderança para o século XXI.** São Paulo: Futura, 2000.

NEVES, J. G. **Clima organizacional, cultura organizacional e gestão de recursos humanos.** Lisboa: RH Editora, 2000.

TARAPANOFF, K. T. **Técnicas para tomada de decisão nos sistemas de informação.** Brasília: Thesaurus, 2002.

7 CORPO DOCENTE

7.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Administração foi constituído mediante portaria, contendo atualmente a seguinte composição:

- Profa. Dra. Maria de Lourdes de Melo Salmito Mendes - Presidente
- Prof. Dr. Maurício Mendes Boavista de Castro - Vice-presidente
- Prof. Dr. Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva - Membro
- Prof. Dr. Márcio Vinícius Brito Pessoa - Membro
- Prof. Dr. Alexandre Rabêlo Neto - Membro

Logo, a composição do NDE do Curso consiste na participação do Coordenador do Curso e de quatro docentes do Curso de Administração. Compete ao NDE atuar no acompanhamento, materialização e atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica daquilo que se fizer necessário, verificando constantemente as consequências da sistemática de avaliação de aprendizagem na formação dos discentes e sua adequação ao perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Administração, bem como as constantes demandas do mundo do trabalho.

Sobre o NDE do Curso de Bacharelado em Administração recaem as seguintes atribuições e responsabilidades:

- a) atualizar periodicamente o PPC do curso;
- b) determinar o perfil profissional do egresso frente às exigências do mundo do trabalho e em conformidade com as DCNs do curso;
- c) debater e propor mecanismos e ações para a interdisciplinaridade;
- d) acompanhar e sugerir meios para a integralização das atividades complementares e para as atividades curriculares de extensão;
- e) analisar e revisar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- f) supervisionar as metodologias de avaliação do aprendizado dos discentes, propondo melhorias necessárias ao processo de avaliação;
- g) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, quando necessário.

7.2 ATUAÇÃO E REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR

No CBA, o Coordenador do Curso possui uma relevante função integradora e organizadora na implantação e desenvolvimento da estrutura curricular, planejada de forma conjunta com o corpo docente, integrando, para isso, os diversos conhecimentos necessários. Para a implementação e execução do currículo vigente, o Coordenador do Curso trabalhará em conjunto com o NDE, o Colegiado do Curso e demais professores.

O Coordenador do Curso é a pessoa responsável por presidir o NDE na elaboração e cumprimento daquilo que é estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso, respeitando as exigências instituídas pelo Ministério da Educação - MEC, as normas institucionais e as demais legislações que regem o ensino superior.

O Coordenador do Curso coordena as atividades dos docentes, além de se envolver com o processo de ensino-aprendizagem, de modo que este seja satisfatório aos discentes, aos docentes e para a UFPI. Compete, ainda, atribuições como: atendimento aos alunos e professores; inserção do curso justificando sua relevância e contextualização; constante atualização e comprometimento com o PPC; outros.

O Coordenador precisa ter qualidades essenciais ao pleno desenvolvimento do curso, como: dialogicidade, transparência e liderança no exercício das funções; acessibilidade a informações; participação ativa nas reuniões dos órgãos colegiados superiores dos quais faz parte; estímulos à participação de discentes e docentes em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

7.3 PERFIL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente do CBA é formado por 15 (quinze) professores, dos quais 15 (quinze) são formados na área da Ciência da Administração e 1 em Ciências Econômicas e lotados na Coordenação do Curso de Administração. Do total de 15 docentes, tem-se que são 13 (doze) doutores, 1 (um) é mestre e 1 (um) é especialista, conforme apresentado no Quadro 8, na lista dos docentes com a respectiva área de formação.

Quadro 8 – Docentes e Área de Formação

* Cedida para a Universidade Federal do Ceará – UFC por decisão judicial.

	DOCENTE	CPF	FORMAÇÃO	RE	TITULAÇÃO
1	Alexandre Rabêlo Neto	299.794.553-49	Administração	DE	Doutor
2	Ana Cristina de Araújo Pachêco Barros*	462.769.393-15	Administração	20	Mestre
3	Antônio Vinícius Oliveira Ferreira	016.490.563-46	Administração	TI 40	Doutor
4	Denise Lustosa de Figueirêdo	306.688.593-34	Administração	DE	Mestre
5	Evandro Tajra Hidd	293.450.736-04	Administração	DE	Especialista
6	Evelyn Seligmann Feitosa	112.675773-04	Economia	DE	Doutora
7	Fabiana Rodrigues de Almeida Castro	286.295.823-91	Administração	DE	Doutora
8	Francisca Maria Cosme de Carvalho	565.144.413-00	Administração	DE	Doutora
9	Francisco Tavares de Miranda Filho	212.343.453-15	Administração	DE	Doutor
10	Isidro José B. M. Fortaleza do Nascimento	715.046.303-78	Administração	DE	Doutor
11	Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva	822.107.993-68	Administração	DE	Doutor
12	Leonardo Victor de Sá Pinheiro	014.527.803-40	Administração	DE	Doutor
13	Marcio Vinicius Brito Pessoa	411.701.303-30	Administração	TI 40	Doutor
14	Maria de Lourdes de M. Salmito Mendes	130.084.803-06	Administração	DE	Doutora
15	Mauricio Mendes Boavista de Castro	138.867.543-91	Administração	DE	Doutor
16	Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes	470 588 463 91	Administração	DE	Doutor

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

8 INFRAESTRURA FÍSICA

8.1 LOCAL DE FUNCIONAMENTO E INFRAESTRUTURA FÍSICA

O Curso de Bacharelado em Administração está situado no Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL, mais precisamente, no andar térreo do Centro Intergrado V, possuindo uma infraestrutura que lhe possibilita ofertar um curso superior de qualidade à comunidade piauiense.

Inclinados a cumprir com seus objetivos, o curso conta com 5 (cinco) salas de aula no padrão da UFPI, capazes de ofertar aulas para cerca de 50 (cinquenta) alunos cada, contendo carteiras confortáveis, quadro de acrílico, mesa e cadeira para o docente, projetor multimídia e aparelhos de ar-condicionado, além de portas e janelas que mantêm as salas arejadas e bem iluminadas. Além disso, as salas contam ainda com carteiras especiais para cadeirantes e alunos canhotos.

A infraestrutura física do CBA conta, ainda, com banheiro masculino e feminino para o público em geral e banheiros exclusivos para discentes cadeirantes (masculino e feminino). Todo o prédio possui, também, sistema de incêndio.

A Coordenação do Curso conta com espaço específico para a realização das atividades do coordenador, contendo na sala aparelho de ar-condicionado, mesa, armários com fechadura, computador e impressora, frigobar, janelas, assim como um espaço para que o coordenador possa conversar de modo reservado com os alunos.

Além da sala do coordenador, a coordenadoria tem ainda um balcão de atendimento prévio aos alunos por funcionários, assim como uma sala para reuniões e convívio dos professores do curso.

Os docentes de tempo efetivo do curso contam com salas de trabalho, no total de 09 (nove) salas, sendo uma sala para dois professores, as quais possuem ar-condicionado, mesa e cadeira para cada professor, além de uma estante para guarda de material.

O CBA conta, ainda, com uma estrutura de banheiros coletivos feminino e masculino, com acessibilidade em ambos, bebedouro para alunos e professores, assim como 02 (dois) auditórios para uso dos cursos do Centro de Ciências Humanas e Letras, sendo um com capacidade para cerca de 100 (cem) pessoas e o outro, com capacidade para cerca de 70 (setenta) pessoas.

Os alunos do CBA têm acesso a laboratórios de informática quando requisitado pelo professor das disciplinas específicas, os quais possuem equipamentos com configurações e quantidades satisfatórias para a condução das aulas. Alunos e professores possuem, ainda, espaços de convivência contendo lanchonetes, xerox e praças para socialização da comunidade acadêmica.

O Quadro 9 apresenta um detalhamento das instalações e equipamentos existentes no Curso de Administração.

Quadro 9 - Equipamentos e Instalações

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS		
ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
SALAS DE AULA		
01	Salas de aula	05
02	Carteiras	260
03	Mesas docentes	5
04	Cadeiras docentes	5
05	Projektor multimídia	5
06	Quadro de acrílico	5
SALA DA COORDENAÇÃO		
07	Mesas	02
08	Cadeiras	05
09	Computadores	02
10	Armário com tranca	02
11	Armário para uso geral	01
12	Arquivo com tranca	01
13	Frigobar	01
14	Smart Tv	01
15	Split	01
RECEPÇÃO DA COORDENAÇÃO		
16	Balcão de atendimento	01
17	Escaninho para professores	01
18	Mesa	01
19	Cadeira	02
20	Longarina (3 lugares)	01
21	Computador	02
22	Split	01
SALA DE PROFESSORES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO		

23	Gelágua	01
24	Quadro de acrílico	01
25	Impressora	01
26	Computador	01
27	Mesa	01
28	Mesa de reunião	01
29	Cadeiras	07
30	Split	01

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

8.2 BIBLIOTECA

A Biblioteca Central foi instalada em janeiro de 1973, resultado da fusão dos acervos existentes nas Bibliotecas das Escolas Isoladas de Medicina, Odontologia, Filosofia, Direito e Administração, quando da implantação da Fundação Universidade Federal do Piauí, instituída nos termos da Lei nº. 5.528, de 12/11/1968 (BRASIL, 2016)

Em agosto de 1995 foi inaugurada a Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco - BCCB, órgão subordinado à Reitoria e que, atualmente, coordena 09 (nove) Bibliotecas Setoriais do Sistema de Bibliotecas da UFPI - SIBi/UFPI, instituído pela Resolução do Conselho Universitário nº 26/93. Assim, tem-se:

1. Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco - BCCB
2. Biblioteca Setorial Prof. Zenon Rocha - CCS (Teresina)
3. Biblioteca Setorial Profa. Raimunda Melo - CCE (Teresina)
4. Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Agrárias - CCA (Teresina)
5. Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Natureza - CCN (Teresina)
6. Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL (Teresina)
7. Biblioteca Setorial do *Campus* Prof. Amílcar Ferreira Sobral (Floriano)
8. Biblioteca Setorial do *Campus* Senador Helvídio Nunes (Picos)
9. Biblioteca Setorial do *Campus* Profa. Cinobelina Elvas (Bom Jesus)

Em sua estrutura física a Biblioteca Jornalista Carlos Castello Branco conta com espaços como áreas de estudos, acervos de livros e periódicos, conforme descrito no Quadro 10.

Quadro 10 – Características da BCCB

Item	Descrição
1	Acervo 1.296,82 m ²
2	Leitura e Consulta 1.671,80 m ²
3	Atendimento 137,19 m ²
4	Serviço Técnico 266,10 m ²
5	Circulação 1.022,10 m ²
6	Área Total 4.194,81 m ²

Fonte: BRASIL, 2016.

Os espaços de estudo e de entretenimento disponíveis aos usuários na BCCB (discentes, docentes, técnicos administrativos e a comunidade) contam com salões de estudos com múltiplos ambientes, conforme mostrado no Quadro 11.

Quadro 11 – Ambientes de Estudo na BCCB

Item	Descrição	Quant.
1	Cabines individuais (106 com tomada para notebook)	316
2	Cabines exclusivas para NOTEBOOKS	28
3	Mesas com 06 lugares	62
4	Sala de Projeção com 80 Lugares	01
5	Sala de Xadrez com 05 Mesas	01
6	Salas de Grupo, sendo cada sala com 08 lugares	07
7	Laboratório de Acessibilidade e Inclusão (LACI)	01
8	Arquivo Deslizante para Material Acadêmico e Multimídia	01
9	Espaço Digital Santander com 15 computadores para pesquisa	01

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

A variedade do acervo da BCCB está mostrada no Quadro 12.

Quadro 12 – Variedade do Acervo da BCCB

Coleção	Item
Referência	Dicionários, enciclopédias, bibliografias, índices, resumos, catálogos, abstracts, dados estatísticos, referência legislativa, etc
Acervo geral	Livros técnico-científicos que abrangem todas as áreas do conhecimento; inclui, também, livros paradidáticos.
Acervo Piauí	Livros sobre o Estado do Piauí e de autores piauienses.
Multimeios	CDs e DVDs. Periódicos: jornais, revistas especializadas, boletins.
Trabalhos Acadêmicos	Monografias, dissertações, teses e artigos TCC.

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

No que diz respeito às quantidades do acervo geral em cada uma das bibliotecas que compõem o SIBi/UFPI, ver a Tabela 1.

Tabela 1 – Acervo Geral do SIBi/UFPI

UNIDADES	LIVROS		MULTIMEIOS	TESES DISSERTAÇÕES	E
	TÍTULOS	EXEMPLARES			
BCCB	44.399	110.270	369	3.070	
CCS	1.897	4.894	150	1.170	
CCN	3.378	8.724	107	474	
CCA	3.694	10.185	312	1.225	
CCE	4.369	10.376	236	1.817	
CCHL	2.709	3.996	3	994	
PICOS	7.586	26.600	307	49	
FLORIANO BOM JESUS	5.502	15.736	139	17	
	3.144	11.443	330	106	
TOTAL	85.178	234.224	2.500	9.141	

Fonte: BRASIL, 2016.

8.2.1 Biblioteca Virtual – Minha Biblioteca

A convergência entre o meio digital e físico tornou-se algo comum para as novas gerações. Afinal, os alunos atuais se comunicam, se informam e estudam no ambiente digital – uma prova é o crescimento da procura por cursos a distância.

Com isso, a educação passa por grandes transformações que devem ser acompanhadas de perto pelos profissionais da área. Nesse contexto, a UFPI conta com a Minha Biblioteca, a qual disponibiliza um ambiente virtual com uma relação de títulos disponíveis em tempo real.

Desenvolvida para ser o melhor provedor de conteúdo universitário do Brasil e a melhor solução digital de e-books para instituições de ensino superior, a Minha Biblioteca é uma plataforma digital de livros que possui um vasto acervo de títulos técnicos e científicos.

Melhor solução digital de e-books para instituições de ensino superior, com amplo acervo multidisciplinar, a Minha Biblioteca atende à bibliografia de mais de 250 cursos de graduação. É formada por 16 (dezesseis) grandes editoras acadêmicas e 42 selos editoriais. Por meio da Minha Biblioteca, estudantes, professores e profissionais têm acesso rápido, fácil e simultâneo a milhares de títulos.

Com um amplo acervo multidisciplinar, são milhares de títulos técnicos, acadêmicos e científicos, em português, divididos em 7 catálogos: Ciências Jurídicas, Ciências Sociais aplicadas, Ciências Exatas, Saúde, Medicina e Odontologia, Ciências Pedagógicas e Letras e Arte, que atendem à bibliografia de mais de 400 cursos de graduação.

Tudo isso, em uma plataforma prática, intuitiva e com diversas ferramentas inclusas, que pode ser acessada em qualquer dispositivo conectado à internet.

O Catálogo Ciências Exatas da Minha Biblioteca conta com mais de 3.500 títulos de referência. Abrange os principais e mais atualizados títulos fornecidos de todas as carreiras relacionadas às ciências exatas como: administração, economia, engenharia, agronomia, física, astronomia, ciência da computação, ciências atuariais, matemática, química e muito mais.

Os alunos do Curso de Administração têm acesso à Minha Biblioteca através do endereço eletrônico: <https://portal.dli.minhabiblioteca.com.br/Login.aspx?key=UFPICEAD>.

A Universidade Federal do Piauí, por meio do Sistema Integrado de Bibliotecas, disponibiliza a toda comunidade acadêmica a Plataforma de E-books EBSCO. Assim, a comunidade acadêmica conta com duas plataformas de livros digitais, além do acervo físico.

A coleção de e-books da EBSCO é multidisciplinar e cobre uma grande seleção de assuntos acadêmicos. Todos os e-books estão disponíveis com acesso ilimitado ao usuário. Para utilizar, deve-se fazer login no SIGAA, selecionar o Portal Discente, Módulo Biblioteca, EBSCO host eBooks e obter o título. Para professores e técnico-administrativos, o acesso também é via SIGAA, Módulo Biblioteca, Módulo do Servidor, opção EBSCO host eBooks.

As principais vantagens da plataforma de e-books EBSCO, são:

- Coleção multidisciplinar
- Acesso ilimitado
- Impressão gratuita
- Leitura offline
- Leitor de tela via Adobe Digital Edition
- Marcadores de texto
- Acesso via App EBSCO
- Conteúdo das principais editoras acadêmicas
- Conteúdo 100% em português

Esta coleção multidisciplinar inclui 97 e-books que cobrem uma grande seleção de assuntos acadêmicos. Todos os e-books estão disponíveis com acesso limitado ao usuário de forma remota de qualquer ambiente a qualquer hora do dia.

9 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

9.1 CLAÚSULA DE VIGÊNCIA

Os alunos ingressantes da UFPI, mais especificamente no Curso de Bacharelado em Administração, no segundo semestre letivo de 2025, iniciam a implantação do Currículo ora proposto (após aprovado em todas as instâncias competentes), graduando-se a 1ª turma no 1º semestre letivo do ano 2029, num total de 8 (oito) períodos (quatro anos letivos).

Os casos que não estejam contemplados pelos critérios apresentados nesse item serão analisados individualmente pelo Colegiado do Curso. Caberá a este planejar, organizar, coordenar e acompanhar as ações necessárias para a implementação do currículo, assim como sistematizar resultados alcançados e propor novos encaminhamentos que se mostrarem relevantes ao Curso.

9.1.1 Plano de Implementação do Currículo do Curso de Bacharelado em Administração

O novo currículo do Curso de Bacharelado em Administração (após aprovado em todas as instâncias competentes) será implantado automaticamente e prontamente para os alunos que ingressarem no 1º semestre de 2025, conforme apresentado no Quadro 13.

Quadro 13 – Plano de Implementação do Novo Currículo do CBA MATUTINO e NOTURNO

2025.2	2026.1	2026.2	2027.1	2027.2	2028.1	2028.2	2029.2
1º período (noite)	1º período (manhã)	1º período (noite)	1º período (manhã)	1º período (noite)	1º período (manhã)	1º período (noite)	1º período (manhã)
	2º período (noite)	2º período (manhã)	2º período (noite)	2º período (manhã)	2º período (noite)	2º período (manhã)	2º período (noite)
		3º período (noite)	3º período (manhã)	3º período (noite)	3º período (manhã)	3º período (noite)	3º período (manhã)
			4º período (noite)	4º período (manhã)	4º período (noite)	4º período (manhã)	4º período (noite)
				5º período (noite)	5º período (manhã)	5º período (noite)	5º período (manhã)
					6º período (noite)	6º período (manhã)	6º período (noite)
						7º período (noite)	7º período (manhã)
							8º período (noite)

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

Os discentes do CBA pertencentes a semestres anteriores a 2025.2, que estiverem cursando a matriz curricular do currículo anteriormente implantado em 2012.1 (ESTRUTURAS CURRICULARES 3 E 4) poderão manifestar interesse em migrar para o novo currículo (transposição opcional) em até 01 (um) ano após a implementação deste, ou seja, até o final do semestre letivo 2026.1, em consonância com a equivalência de disciplinas e havendo disponibilidade de vagas. A adaptação ao novo currículo do CBA seguirá, obrigatoriamente, o

quadro de equivalência constante neste Projeto Pedagógico e devidamente aprovado pelo Colegiado do Curso.

No caso do aluno que optar pelo novo currículo, as disciplinas pendentes de integralização pelo discente deverão ser cursadas e integralizadas, obrigatoriamente, no mesmo turno da oferta na qual o discente ingressou no Curso de Administração.

A migração para o novo currículo do Curso de Bacharelado em Administração, quando requerida formalmente pelo discente, deverá ser solicitada através de requerimento protocolado, seguindo, obrigatoriamente, o quadro de equivalências constante neste Projeto Pedagógico e devidamente referendado pelo NDE e aprovado pelo Colegiado do Curso.

Os ingressantes do primeiro período de 2025 (2025.1) terão migração compulsória, considerando a equivalência entre as disciplinas do primeiro período.

9.2 EQUIVALÊNCIA ENTRE OS PROJETOS PEDAGÓGICOS

Faz-se necessário e oportuno o estabelecimento de uma equivalência entre as disciplinas dos dois currículos a fim de permitir que os alunos dos Currículos 3 (2012.1), Matutino/Vespertino, e Currículo 4 (2012.1), Noturno, que optarem por migrar para este PPC (2025) possam cursar as disciplinas remanescentes sem prejuízo de tempo e de carga horária, quando houver equivalência entre os componentes curriculares. Em tese, de certa forma, isso alinha a carga de trabalho com o quantitativo docente, uma vez que lecionarão uma mesma disciplina para dois currículos. O Quadro 14 apresenta a equivalência entre os currículos.

Quadro 14 – Equivalência do Curso de Bacharelado em Administração - Turno
Matutino/Vespertino/Noturno

COMPONENTES CURRICULARES ESTRUTURAS 3 E 4		PRÉ-REQUISITO (nome e código)	RECIPROCIDADE	COMPONENTES CURRICULARES ESTRUTURA NOVA		PRÉ-REQUISITO (nome e código)	ABRANGÊNCIA (Global ou Específica – Resolução CEPEX 177/12)
CÓDIGO	NOME			CÓDIGO	NOME		
CCA0053	Teorias da Administração I	-----	→	-----	Teorias da Administração I	-----	Global
DAA0018	Elementos de Economia	-----	→	-----	Introdução à Economia	-----	Global
CCA0051	Teorias da	CCA0053	→	-----	Teorias da	Código	Global

	Administração II	Teorias da Administração I			Administração II	Teorias da Admin. I	
DFI0439	Ética - Administração	DFI0255 Int. à Filosofia	→	-----	Ética nas Organizações	DCS0215 – Sociologia Aplicada à Admin.	Global
CCA0073	Administração com Pessoas I	CCA0051 Teorias da Administração II DFE0216 Psicologia Aplicada à Administração CCA0072 Teorias da Administração II	→	-----	Gestão de Pessoas I	Código Teorias da Admin. II	Global
CCA0087	Administração com Pessoas II	CCA0073 Administração com Pessoas I CCA0092 Adm de Rec Humanos I	→	-----	Gestão de Pessoas II	Código - Gestão de Pessoas I	Global
CCA0043	Administração de Marketing I	CCA0051 Teorias da Administração II DFE0216 Psicologia Aplicada à Administração CCA0072 Teorias da Adm II	→	CCA0133	Administração de Marketing I	Código Teorias da Admin. II	Global
CCA0138	Adm. Financeira Orçamentária I	CCA0051 Teorias da Administração II	→	CCA0040	Administração Financeira e Orçamentária I	Código - Matemática Financeira/ Código - Contab. Geral e Análise das Demon. Contábeis	Global
CCA0108	Administração de Marketing II	CCA0133 Administração de Marketing I CCA0139 Adm Mercadológica I	→	CCA0136	Administração de Marketing II	CCA0133 - Adm.de Marketing I	Global
CCA0115	Administração de Rec. Materiais Patrim II	CCA0036 Adm. Rec. Mat Patrim I CCA0141 Adm Rec Mat e Pat. I	→	-----	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	Código - Organização, Sistemas e Métodos	Global

		CCA0080 Adm Rec Mat Patrim I					
CCA0049	Administração de Rec Materiais e Patrim II	CCA0141 Administração de Rec Mat. e Patrim. I CCA0036 Administração de Rec Mat. e Patrim. I	→	-----	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	Código - Organização, Sistemas e Métodos	Global
CCA0148	Adm. Financeira e Orçamentária II	CCA0138 Adm. Financeira Orçamentária I CCA0040 Adm. Financeira Orçamentária I	→	CCA0106	Administração Financeira e Orçamentária II	CCA0040 - Adm. Financeira e Orçamen. I	Global
CCA0048	Adm. de Serviços	CCA0051 Teorias da Administração II CCA0072 Teorias da Administração II	→	CCA0078	Administração de Serviços	Código- Teorias da Admin. II	Global
CCA0088	Adm. de Sistemas de Informação II	CCA0119 Adm. de Sistemas de Informação I CCA0058 Adm. de Sistemas de Informação I	→	-----	Sistemas de Informações	Código- Teorias da Admin. II	Global
CCA0151	Adm. de Sistemas de Informação II	CCA0058 Adm. de Sistemas de Informação I CCA0119 Adm. de Sistemas de Informação I	→	-----	Sistemas de Informações	Código - Teorias da Admin. II	Global
CCA0145	Adm. de Produção e Operações I	CCA0051 Teorias da Administ. II CCA0115 Adm de Rec Mat Patrim II CCA0049 Adm de Rec Mat Patrim II CCA0072 Teorias da Administ. II	→	-----	Administração da Produção I	Código - Adm. de Rec. Mater. e Patrimoniais	Global

		CCA0084 Adm de Rec Mat Patrim II					
CCA0101	Adm. da Produção e Operações I	CCA0051 Teorias da Administração II CCA0049 Adm de Rec Mat Patrim II	→	-----	Administração da Produção I	Código - Adm. de Rec. Mater. e Patrimoniais	Global
CCA0067	Adm. do Setor Público	DCJ0170 Inst Dir Pub Privado CCA0087 Adm com Pessoas II DCJ0169 Direito Administrativo CCA0115 Adm Rec Mat Patrim II CCA0084 Adm de Rec Mat Pat. II CCA0148 Adm Finan e Orç II CCA0049 Adm de Rec Mat Pat. II CCA0106 Adm Finan e Orç II CCA0073 Adm com Pessoas I CCA0116 Adm Finan e Orç II CCA0066 Adm de Rec Humanos II	→	-----	Administração Pública	Código Teorias da Admin. II	Global
CCA0097	Administração do Setor Público	CCA0148 Adm Finan e Orç II	→	-----	Administração Pública	Código - Teorias da Admin. II	Global
CCA0055	Administração da Produção de Operações II	CCA0145 Administração de Produção e Operações I CCA0101 Administração	→	-----	Administração da Produção II	Código - Adm. da Produção I	Global

		da Produção e Operações I CCA0111 Administração de Produção					
CCA0061	Administração da Produção e Operações II	CCA0101 Administração da Produção e Operações I CCA0145 Administração de Produção e Operações I	→	-----	Administração da Produção II	Código - Adm. da Produção I	Global
CCA0041	Organização e Métodos	CCA0051 Teorias da Administração II CCA0072 Teorias da Administração II	→	-----	Organização, Sistemas e Métodos	Código - Teorias da Admin. II	Global
CCA0104	Organização e Métodos	CCA0051 Teorias da Administração II	→	-----	Organização, Sistemas e Métodos	Código - Teorias da Admin. II	Global
CCA0123	Administração Estratégica	CCA0089 Elaboração de Projetos CCA0119 Adm Sist de Informação I	→	-----	Administração Estratégica	Código - Teorias da Admin. II	Global
CCA0122	Estágio Supervisionado I	DCJ0178 Dir Trab e Previdenciário CCA0119 Adm de Sist Inform I CCA0145 Adm da Prod e Oper I CCA0101 Adm da Prod e Oper I CCA0146 Elaboração de Projetos CCA0089 Elaboração de Projetos CCA0067 Adm do Setor Público	→	-----	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	CCA0136 – Adm. de Marketing II Código – Adm. Pública Código - Adm. da Produção I CCA0106 - Administração Financeira e Orçamentária II	Global

		CCA0048 Adm de Serviços CCA0097 Adm do Setor Público CCA0114 Adm de Projetos CCA0111 Adm da Produção I CCA0083 Adm do Set Público CCA0078 Adm de Serviços					
CCA0093	Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso	CCA0079 Sem TCC-I CCA0098 Seminário TCC II	→	-----	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	Código Projeto de Pesquisa em Administ.	Global
CCA0089	Elaboração de Projetos	CCA0108 Adm Marketing II CCA0049 Adm de Rec Mat Patrim II CCA0115 Adm de Rec Mat Patrim II	→	-----	Elaboração e Administração de Projetos	Código - Adm. de Rec. Materiais e Patrimon. Código - Gestão de Pessoas II CCA0136 – Adm. de Marketing II CCA0106 - Adm. Financ. e Orçament. II	Global
CCA0146	Elaboração de Projetos (optativa)	CCA0136 Adm Marketing II CCA0049 Adm de Rec Mat Patrim II CCA0108 Adm Marketing II	→	-----	Elaboração e Administração de Projetos	Código - Adm. de Rec. Materiais e Patrimon. Código - Gestão de Pessoas II CCA0136 – Adm. de Marketing II CCA0106 - Adm. Financ. e Orçament. II	Global
CCA0075	Logística Empresarial	CCA0055 Adm. da Prod de Oper II CCA0077 Adm. da Produção II CCA0061 Adm. da Produção e	→	-----	Logística	Código - Adm. de Rec. Mater. e Patrimoniais	Global

		Oper II					
CCA0135	Empreendedorismo - Administração	CCA0123 Adm. Estratégica CCA0138 Adm Financ Orç I CCA0131 Planej e Adm Estratégica CCA0040 Adm Financ Orç I CCA0054 Adm. Estratégica	→	-----	Empreendedorismo	Código - Teorias da Admin. II	Global
CCA0063	Estágio Supervisionado II	CCA0122 Estágio Supervisionado I CCA0129 Estágio Supervisionado I-Adm	→	-----	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	Código - Estágio Curricular Superv. Obrigatório I	Global
CCA0059	Estágio Obrigatório II	CCA0071 Estágio Obrigatório I	→	-----	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	Código Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	Global

Fonte: Elaborado pela Comissão (2024).

REFERÊNCIAS

BRASIL. UFPI. **Regulamento da graduação**: resolução N° 177/2012. Disponível em: <<http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg>>.

BRASIL. UFPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**. Disponível em: <https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PDI/PDI_2020_2024_UFPI_vf.pdf>.

BRASIL. UFPI. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração**. Disponível em: <https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR>.

BRASIL. UFPI. **Manual do calouro**. Disponível em: <<http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg>>.

BRASIL. UFPI. **Guia do aluno**. Disponível em: <<http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg>>.

BRASIL. UFPI. **Manual do aluno**. Disponível em: <<http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg>>.

BRASIL. UFPI. **Regulamento de monitoria**. Disponível em: <<http://ufpi.edu.br/manual-do-aluno-preg>>.

BRASIL. UFPI. **Biblioteca Central BCCB**. Disponível em: <<http://ufpi.br/biblioteca-bccb>>.

BRASIL. UFPI. **Manual de estágio do Curso de Administração**. Disponível em: <https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR>.

BRASIL. UFPI. **Manual de Trabalho de Conclusão do Curso de Administração**. Disponível em: <https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR>.

BRASIL. UFPI. **Normas das Atividades Complementares**. Disponível em: <https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR>.

BRASIL. UFPI. **Normas das Atividades Curriculares de Extensão**. Disponível em: <https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74200&lc=pt_BR>.

BRASIL. UFPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024**. Disponível em: <https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PDI/PDI_2020_2024_UFPI_vf2.p>. Acesso em: 18 jun. 2020.

_____. **Resolução nº 07/2018, do CNE/CES**. 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808>. Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. UFPI. **Estatuto da Universidade Federal do Piauí**. 1973. Disponível em: http://leg.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/estatuto_ufpi.pdf Acesso em: 22 set. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Regimento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é a única atividade do Curso de Bacharelado em Administração totalmente prática cuja regulamentação está disposta na Resolução nº 177/12-CEPEX. O Estágio do CBA deverá observar os seguintes princípios:

I - Articulação entre teoria e prática, tendo em vista a superação das dicotomias e das interpretações que ainda dificultam o entendimento da relação entre essas dimensões;

II - Parceria entre a universidade e as instituições conformadoras, assim como entre os profissionais que atuam nesses dois contextos e que são responsáveis pelo acompanhamento das atividades de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;

III - Concretização de experiências de práticas administrativas que contemplem o planejamento, a ação/reflexão/ação;

IV - Articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da administração.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório visa oferecer ao estudante a oportunidade de:

I - Observar situações reais de seu campo de trabalho, de modo a ampliar o conhecimento e a formação teórico-prática construídas no processo do curso;

II - Vivenciar situações de elaboração, execução e avaliação de atividades na área específica de seu estágio;

III - Analisar criticamente as condições observadas com base nos conhecimentos adquiridos, identificando problemas, refletindo sobre estes e propondo estratégias de intervenção nos contextos da administração.

Das condições de realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório somente pode ocorrer mediante assinatura de Termo de Compromisso de Estágio com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio - CGE, da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, em unidades que tenham condições de:

I - proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;

II - dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário.

O Termo de Compromisso de Estágio constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a Universidade e a parte concedente.

Da organização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

A organização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório terá a seguinte estrutura:

- I - Coordenação Geral de Estágio - CGE;
- II - Coordenação de Estágio no curso, quando for o caso;
- III - Orientador de Estágio;
- IV - Supervisor de Campo;
- V - Estudante Estagiário.

À CGE compete enquanto funções básicas

- a) Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório na UFPI;
- b) Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos Estágios Obrigatórios;
- c) Assessorar as Coordenações de Estágio dos cursos na elaboração e sistematização da programação relativa ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- d) Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- e) Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as Coordenações de Estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

São atribuições da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

- I - Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;
- II - Informar à CGE os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;

III - Elaborar a cada semestre, junto com os Professores-Orientadores, a programação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório que será enviada à CGE no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;

IV - Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;

V - Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;

VI - Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;

VII - Realizar seminário de integração dos estágios, juntamente com os docentes orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas;

VIII - Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso.

A Coordenação de Estágio nos cursos será formada por um docente efetivo escolhido entre os professores orientadores do estágio, cuja nomeação deverá ser efetivada por portaria emitida pelo Diretor da unidade acadêmica ao qual o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório está vinculado, com vigência de dois anos.

O orientador do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deve ser um professor efetivo do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- a) Orientar e supervisionar, no máximo, 10 (dez) estagiários, simultaneamente, por turma;
- b) Elaborar junto ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do curso a programação semestral de estágios;
- c) Orientar os alunos na elaboração dos seus Relatório de Estágio;
- d) Orientar a execução das atividades dos estagiários;
- e) Avaliar o desempenho dos estagiários, atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
- f) Enviar ao Coordenador de Estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos alunos sob a sua responsabilidade.

Do estudante estagiário

São atribuições do estudante estagiário:

- a) Cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular no qual estiver regularmente matriculado;
- b) Respeitar as normas regimentais e disciplinares da empresa (local de realização do estágio);
- c) Planejar, com o professor orientador e com o Supervisor de campo, as atividades do estágio;
- d) Apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pela empresa (local de realização do estágio);
- e) Comparecer aos encontros com o Professor Orientador;
- f) Apresentar um relatório ao final do estágio de acordo com as normas institucionais, relatando as experiências profissionais vivenciadas durante o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

Do Supervisor de Campo do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O Supervisor de Campo de estágio é um profissional lotado na empresa de realização do estágio, graduado, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades. Tem como atribuições:

- a) orientar e supervisionar os estagiários;
- b) avaliar periodicamente o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI.

Campo de estágio

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ocorrer no 7º e no 8º períodos do curso, com carga horária total de 300 horas, em empresas conveniadas, que atendam aos seguintes critérios:

- I - Garantia de experiências práticas na área de formação específica, e;
- II - Disponibilidade de um profissional graduado para assumir a supervisão do estágio.

A carga horária do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I e II serão cumpridas em dois semestres letivos distintos, no qual serão desenvolvidas atividades diretamente relacionadas com as áreas específicas da Administração.

Da avaliação

A Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do curso, junto com os professores Orientadores de Estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a vivência pelos discentes das práticas profissionais da Administração.

Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

I - A avaliação realizada pelo Supervisor de Campo do estagiário, com base no formulário específico encaminhado pelo Professor Orientador, obedecendo ao cronograma da Coordenação de Estágio do Curso de Bacharelado em Administração;

II - A avaliação do Professor Orientador com base no cumprimento do plano de trabalho e relatório final apresentado pelo discente ao final do período destinado ao estágio. A entrega do relatório final (obrigatória) será digital, em arquivo no formato pdf, a ser inserido no SIGAA, seguindo o cronograma estipulado pelo Coordenador do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, em conformidade ao Cronograma determinado pela CGE.

Será considerado aprovado no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, o aluno que obtiver média aritmética igual ou superior a 7,0 (nota do Supervisor de Campo mais a nota do Professor Orientador dividido por dois) e cumprir a carga horária mínima exigida, não sendo permitido para este componente curricular a realização de provas de 2º chamada e/ou prova final.

A atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ser realizada no período em que o aluno estiver regularmente matriculado. Em nenhuma hipótese o aluno será dispensado da realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, salvo as determinações legais que, por ventura, surjam.

Sobre o Relatório de Estágio, segue modelo a ser adotado pelo CBA:

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO**

NOME COMPLETO DO ALUNO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO: vivências e aprendizados discentes

**Teresina - PI
Ano**

NOME COMPLETO DO ALUNO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO: vivências e aprendizados discentes

Relatório Final apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção de nota na atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I (ou II).

Orientador de Estágio: Prof.

Teresina - PI
Ano

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO.....	
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO.....	
1.2 IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA.....	
2 INTRODUÇÃO.....	
2.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO/EMPRESA.....	
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	
4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	
4.1 PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS.....	
4.2 SUGESTÕES DE MELHORIA.....	
5 CONCLUSÃO.....	
REFERÊNCIAS.....	

1 IDENTIFICAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome:

Endereço:

Curso: Administração

Ano de Ingresso:

Ano de Conclusão:

1.2 IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Nome:

Endereço:

CNPJ:

Cidade/Estado:

Telefone:

Área na empresa onde foi realizado o estágio:

Data de início:

Data de término:

Carga Horária Semanal:

Carga Horária Total:

Supervisor de Estágio:

2 INTRODUÇÃO

Faça uma descrição da área escolhida para estagiar relacionando com as áreas da administração, mostrando as potencialidades locais, os motivos para a escolha da área de estágio e abordando o campo de estágio na sua região.

2.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO/EMPRESA

Descrever o ramo da empresa, produtos/serviços que comercializa, como iniciou, evolução e perspectivas futuras. Mostrar e explicar o organograma.

No caso de instituição pública, descrever o tipo, esfera, atividades que realiza. Mostrar e explicar o organograma.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Faça uma contextualização teórica sobre a área escolhida para estagiar, a partir dos autores da administração.

4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Descreva todas as atividades realizadas durante o estágio.

4.1 PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS

Apresente seu ponto de vista sobre as ações/decisões da empresa/instituição, mostrando o que considerou pontos fortes e pontos fracos.

4.2 SUGESTÕES DE MELHORIA E/OU OPORTUNIDADES

Apresente sugestões de melhoria e/ou oportunidades que poderiam ser aproveitadas pela empresa/instituição.

5 CONCLUSÃO

Nesta seção, faça sua conclusão sobre a atividade desenvolvida na instituição/empresa e a atividade de estágio como um todo e como contribuiu para aumentar a sua visão do campo da administração.

REFERÊNCIAS

Colocar todos os autores citados no relatório. Lembre-se que todo o documento deve ser escrito obedecendo às normas da ABNT.

APÊNDICE B

Regulamento das Atividades Complementares

O Curso de Bacharelado em Administração, na modalidade presencial, funciona em regime de créditos, com uma carga horária mínima de 3.000 horas-aula, incluindo as Atividades Complementares, com 120h. Portanto, as Atividades Complementares são obrigatórias para a integralização curricular do Curso de Bacharelado em Administração. As Atividades Complementares estão regulamentadas no âmbito da UFPI pela Resolução nº. 177/12 – CEPEX e têm os seguintes objetivos:

- a) Permitir, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação;
- b) Possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar;
- c) Possibilitar, em consonância com as políticas educacionais, a flexibilização curricular para viabilizar a mais efetiva interação dos sujeitos do processo ensino-aprendizagem na busca de formação profissional compatibilizada com suas aptidões;
- d) Dinamizar o curso, com ênfase no estímulo à capacidade criativa e na corresponsabilidade do discente no seu processo de formação.

No âmbito específico do Curso de Bacharelado em Administração, o objetivo das Atividades Complementares é, além de atender às normas determinadas pelo Conselho Nacional de Educação e CEPEX, propiciar ao aluno a aquisição de experiências diversificadas inerentes e indispensáveis ao seu futuro profissional, buscando aproximá-lo da realidade escola/mercado de trabalho. Assim, as Atividades Complementares oferecidas pelo curso, conforme legislação em vigor, incluem pesquisa, extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, monitoria, iniciação científica, entre outros.

A carga horária total das Atividades Complementares do Curso de Bacharelado em Administração, modalidade presencial, é de 120 horas e serão desenvolvidas, obrigatoriamente, em horários diferenciados das disciplinas e integralizadas entre o primeiro e o sétimo períodos do curso. As Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno poderão ser integralizadas ao currículo até o sétimo período, até o limite máximo de 8 (oito) créditos práticos (0.0.8), criando-se mecanismos de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante.

As Atividades Complementares estabelecem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que possibilitam uma relação entre teoria e prática e a complementação pelos discentes dos saberes e habilidades necessárias à sua formação profissional.

Nesse contexto, têm-se a seguinte normatização das Atividades Complementares do Curso de Bacharelado em Administração:

Art. 1º As Atividades Complementares integram a parte flexível do currículo do Bacharelado em Administração, sendo o seu absoluto cumprimento condição obrigatória para a obtenção do diploma de graduação.

Art. 2º As Atividades Complementares deverão ser desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no curso e devem ser compatíveis com o PPC do curso.

Art. 3º Compõem as Atividades Complementares as seguintes atividades, determinadas e organizadas em grupos, descritos abaixo:

QUADRO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES (por categoria)

CATEGORIA: Atividades de Ensino e de Pesquisa

Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX/UFPI 177/12): 120 h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 120h

Quadro 1 – Grupo 1

COMPONENTE			CH mínima aproveit ada	CH máxima aproveit ada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Ensino	Monitoria no curso por período letivo. Participação em projetos institucionais, PIBID, PET.	60	120	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade
	Iniciação Científica com bolsa	Um semestre de atividades de iniciação científica com bolsa, com dedicação semestral de 10 a 20h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório ou de trabalho apresentado em evento científico.	30	120	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade
	Iniciação Científica Voluntária	Um semestre de atividades de iniciação científica voluntária, com dedicação semestral de 10 a 20h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório ou de trabalho apresentado em evento científico.	30	120	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

CATEGORIA: Atividades de Participação e/ou Organização de Eventos
Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 60h
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60h

Quadro 2 – Grupo 2

COMPONENTE			CH mínima aproveit ada	CH máxima aproveit ada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Participação com trabalhos em eventos técnico-científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	20	60	Declaração, certificado ou carta de aceite do Evento do órgão/unidade
	Organização de eventos técnico-científicos.	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	20	60	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade
	Participação em eventos técnicos-científicos.	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, defesa de TCC, de dissertação de mestrado e tese de doutorado, fórum, semanas acadêmicas.	10	40	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade
	Participação em eventos nacionais/internacionais como autor e apresentador.	Participação em eventos nacionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Administração e áreas afins, com apresentação de trabalho e publicação nos anais do evento.	20	60	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade
	Participação em eventos nacionais/internacionais como organizador.	Participação na equipe de organização de eventos nacionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Administração e áreas afins.	20	60	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade
	Participação em eventos nacionais/internacionais como ouvinte.	Participação em eventos nacionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Administração e áreas afins, como ouvinte, devidamente comprovado.	05	60	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade
	Participação em eventos locais/regionais como autor e apresentador.	Participação em eventos locais/regionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Administração e áreas afins, com apresentação de trabalho e	10	60	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade

		publicação nos anais do evento.			
	Participação em eventos locais/regionais como organizador.	Participação na equipe de organização de eventos locais/regionais como organizador, diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Administração e afins devidamente comprovado.	10	60	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade
	Participação em eventos locais/regionais como ouvinte.	Participação em eventos locais/regionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Administração e áreas afins, como ouvinte, devidamente comprovado.	05	30	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

CATEGORIA: Experiências Profissionais e/ou Complementares
Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 120 h
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 120h

Quadro 3 – Grupo 3

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Experiências profissionais	Experiência profissional exercendo atividades correlatas à de Administrador em instituições públicas ou privadas com dedicação semanal de 30 h em, no mínimo, 3 meses.	60	120	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade
	Experiência docente	Experiência profissional como docente, com dedicação semanal de até 20 h, por um período mínimo de um semestre.	60	120	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

CATEGORIA: Outras Atividades de Extensão

Carga Horária Máxima da Categoria (Res0. CEPEX 177/12): 90h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90h

Quadro 4 – Grupo 4

COMPONENTE			CH mínima aproveit ada	CH máxima aproveit ada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Projeto de extensão	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 12 a 20h.	30	90	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado da Pró-Reitoria de Extensão - PREXC
	Recebimento de premiação e aprovação em concursos públicos.	Premiação recebida em eventos artísticos culturais, acadêmicos ou por órgãos afins e aprovação em concursos públicos na área de Administração e/ou áreas afins, devidamente comprovados.	20	60	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado da Pró-Reitoria de Extensão - PREXC
	Palestras, espetáculos teatrais, exposições e outros eventos artístico culturais.	Participação em palestras com conteúdo relacionado à área de Administração e áreas correlatas, na condição de ouvinte. Assistência a espetáculos teatrais, exposições e outros eventos artístico culturais com a devida comprovação.	1h por evento	30	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado da Pró-Reitoria de Extensão - PREXC
	Outras atividades de extensão	Quaisquer atividades não previstas neste quadro, mas contempladas na Resolução 177/12 e as realizadas em caráter contínuo, na área de Administração, às quais o aluno tenha cumprido o mínimo de 03 meses e com jornada mínima de 20 h semanais. Estas atividades devem ser reconhecidas pelo Colegiado do Curso, que avaliará sua relevância, mediante documento comprobatório.	10	60	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado da Pró-Reitoria de Extensão - PREXC

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

CATEGORIA: Trabalhos Publicados

Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 90h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90h

Quadro 5 – Grupo 5

COMPONENTE			CH mínima aproveit ada	CH máxima aproveit ada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Publicação de resumo em anais de eventos nacionais.	Publicação de resumo em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	20	60	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do evento ou periódico.
	Publicação de resumo em anais de eventos locais e/ ou regionais.	Publicação de resumo em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	20	60	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do evento ou periódico.
	Publicação em periódicos nacionais.	Publicação em periódicos especializados comprovados com apresentação de documento pertinente (declaração, cópia dos periódicos).	30	60	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do evento ou periódico.
	Publicação de trabalho completo em anais de eventos locais, regionais, nacionais ou internacionais.	Publicação de trabalho completo em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais, etc).	30	60	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do evento ou periódico.

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

CATEGORIA: Vivências de Gestão

Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 40h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 40h

Quadro 6 – Grupo 6

COMPONENTE			CH mínima aproveit ada	CH máxima aproveit ada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Representação estudantil.	Participação anual como membro de entidade de representação político – estudantil. Participação anual como membro de diretoria de entidade de	10	30	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

		representação político – estudantil			
	Participação em órgão colegiado classista como membro da diretoria, na condição de estudante.	Mandato mínimo de seis meses, devidamente comprovado, com apresentação de relatório, descrevendo a sua experiência na gestão.	10	30	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.
	Participação em órgão profissional (entidades de classe ligadas ao magistério) como membro da diretoria	Mandato mínimo de seis meses, devidamente comprovado, com apresentação de relatório, descrevendo a sua experiência na gestão.	10	30	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.
	Representação estudantil	Participação como representante estudantil no Colegiado do Curso, nas Plenárias Departamentais, Conselhos de Centro, Centro Acadêmico ou nos Colegiados Superiores com apresentação de documento comprobatório de participação na reunião.	1h por reunião	10	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

CATEGORIA: Atividades Artístico culturais, Esportivas e Produções Técnico-científicas

Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 90h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90h

Quadro 7 – Grupo 7

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Atividades Artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas	Participação em grupos de artes, tais como teatro, dança, coral, poesia, música e produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos.	20	80	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

CATEGORIA: Disciplina Eletiva Ofertada por Outro Curso desta IES ou por Outras IES
Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 60h
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60h

Quadro 8 – Grupo 8

COMPONENTE			CH mínima aproveit ada	CH máxima aproveit ada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Disciplina Eletiva Relacionada ao Curso	Ofertada por outro curso desta IES ou por outras Instituições de Educação Superior.	30	60	Histórico Escolar

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

CATEGORIA: Estágio Não Obrigatório
Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 90h
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90h

Quadro 9 – Grupo 9

COMPONENTE			CH mínima aproveit ada	CH máxima aproveit ada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Estágio Não Obrigatório	Programas de integração empresa-escola, com dedicação semanal de 5 a 10 horas para o aluno e com apresentação de relatórios.	30	90	Termo de Compromisso cadastrado na CGE/PREG; Relatório do aluno e supervisor do estágio; e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

CATEGORIA: Visitas Técnicas
Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 10h
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 10h

Quadro 10 – Grupo 10

COMPONENTE			CH mínima aproveit ada	CH máxima aproveit ada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			

	Visita técnica a Empresa	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovado por um professor responsável, consultado previamente.	05	10	Relatório do professor-orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

Fonte: Elaborado pela Comissão, 2024.

§ 1º O aluno deve cumprir, para integralização curricular, a carga horária total de cento e vinte (120) horas de Atividades Complementares.

§ 2º Cabe ao Coordenador do Curso orientar o aluno na frequência e certificação das Atividades Complementares.

§ 3º As atividades de pesquisa envolvem:

I - A realização de trabalho de pesquisa, sob orientação de docente do curso, que o aluno estiver matriculado ou docente de outro curso, desde que aprovado pela Coordenação do Curso;

II - Trabalhos publicados em periódicos ou resumo publicado em anais de conferências científicas, locais, regionais, nacionais ou internacionais;

III – Participação, como organizador, expositor ou debatedor, em evento científico;

IV - Os eventos técnico-científicos a que se referem o inciso III são considerados válidos quando:

a) promovidos pelo próprio curso ou por ele apoiados;

b) aprovados pelo Coordenador do Curso, no caso de serem promovidos por outras instituições.

§ 4º São consideradas atividades de extensão, que deverão buscar a integração com ensino e a pesquisa, todas aquelas desenvolvidas com a participação da comunidade não-universitária.

§ 5º A monitoria compreende o exercício de atividades junto ao docente responsável por disciplina, ou atividade do currículo do curso, e tem como objetivo fomentar vocações acadêmicas e estreitar a cooperação no ensino-aprendizagem entre professores e alunos.

I - Os projetos de monitoria serão divulgados amplamente e serão desenvolvidos na forma da legislação estabelecida pela UFPI.

§ 6º O Estágio Não Obrigatório deverá ser solicitado e autorizado a partir do 4º período letivo do curso (Resolução CEPEX nº 664/2024, art. 2º, I);

§ 7º O Estágio Não Obrigatório deverá ser cadastrado na Divisão de Estágio Não Obrigatório da Coordenadoria Geral de Estágios antes do início das atividades pelo aluno (Resolução CEPEX nº 664/2024, art. 2º, II);

§ 8º Para concessão do Estágio Não Obrigatório o discente deverá encaminhar para email da Coordenadoria Geral de Estágios, Termo de Compromisso de Estágio Não Obrigatório-TCENO, Ficha de Dados do Aluno e Histórico Escolar Atualizado.

Art. 4º As Atividades Complementares devem atender às seguintes normas gerais:

I - São consideradas disciplinas extracurriculares para validação como Atividades Complementares, as disciplinas oferecidas pela UFPI ou outras Instituições de Ensino Superior, fora do horário regular das aulas e cujo conteúdo não esteja integralmente contemplado por nenhuma disciplina do currículo;

II - As disciplinas de áreas afins assim definidas pelo Colegiado do Curso, pertencentes aos demais cursos da UFPI ou de outras IES, são consideradas disciplinas extracurriculares;

III - A validação de qualquer das Atividades Complementares, definidas no artigo anterior, depende de prévia aprovação do Coordenador do Curso através do sistema SIGAA;

IV – O aluno deverá realizar/integralizar as Atividades Complementares, no mínimo, em dois grupos de atividades diferentes constantes no Quadro de Atividades Complementares, no total de 120 horas.

Art. 5º Cabe ao aluno a responsabilidade de comprovar a sua participação nas atividades previstas no art. 3º.

Art. 6º O presente regulamento só pode ser alterado pelo voto da maioria absoluta dos membros do Colegiado do Curso.

Art. 7º Compete ao Colegiado do Curso dirimir dúvidas referentes à interpretação deste regulamento, assim como suprir as suas lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

APÊNDICE C

Regimento do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

NORMAS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Art. 1º O Trabalho de Conclusão do Curso - TCC do Bacharelado em Administração é uma atividade obrigatória, cadastrada no 8º período, com uma carga horária de 60 horas, regulamentada na seção V, da Resolução nº 177/12 CEPEX, da Universidade Federal do Piauí. Segundo o art. 89, “[...] o trabalho de conclusão de curso corresponde à produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação [...]” (BRASIL, 2012, p. 21).

Art. 2º No Curso de Bacharelado em Administração, o TCC deve ser realizado pelo discente após o cumprimento dos créditos das disciplinas até o 7º período do Curso, inclusive a disciplina de Projeto de TCC (60h).

Art. 3º O TCC deverá ter o formato de artigo científico, devendo ser realizado individualmente e apresentado perante uma Banca Examinadora formada por 3 (três) membros, sendo, obrigatoriamente, 2 (dois) professores do curso, podendo, opcionalmente, o outro membro ser um docente de área afim ao curso (da UFPI ou convidado de outra IES) que tenha relação com a temática desenvolvida pelo discente e em acordo com o professor-orientador.

§ 1 A Banca Examinadora será formada por docentes com titulação mínima de mestre.

Art. 4º A Banca Examinadora será, então, composta pelo professor orientador – Presidente, e mais dois professores, sendo um docente do curso de Administração (obrigatório) e o outro docente convidado (da UFPI ou convidado de outra IES) de área afim ao curso ou mesmo do próprio curso de Administração, que avaliarão o artigo científico apresentado pelo discente em sessão pública de defesa oral ou através da atividade de exposição coletiva dos TCC para toda a comunidade acadêmica.

Art. 5º A Coordenação do Curso de Administração poderá (facultativo) proceder a uma consulta junto aos docentes e discentes matriculados na atividade de TCC sobre a forma de apresentação desta, ratificando, posteriormente, a decisão em reunião do Colegiado do Curso.

§ 1º O Colegiado do Curso deverá elaborar um calendário específico para as atividades da disciplina de TCC.

§ 2º O Colegiado do Curso deverá se reunir em até 10 dias antes do início do período letivo para ratificar a forma de apresentação do TCC e elaborar o calendário das atividades.

Art. 6º Após a definição e aprovação pelo Colegiado do Curso da modalidade de apresentação do TCC e do calendário, o Coordenador do Curso deverá informar aos discentes matriculados na disciplina e aos docentes.

Art. 7º Em se tratando de sessão pública de defesa oral ou de atividade de exposição coletiva dos TCCs para toda a comunidade acadêmica, o discente deverá entregar na Coordenação do Curso de Administração e por opção desta, cópia impressa do texto do artigo a ser avaliado, em 3 vias (encadernadas com espiral) ou uma via digital por e-mail (formato pdf) que será distribuído entre os membros da Banca Examinadora com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência da realização da atividade.

Art. 8º A atividade de exposição coletiva dos TCCs, quando ocorrer, deverá ser realizada em espaço aberto para toda a comunidade acadêmica através da exposição de *banners* contendo os elementos descritos no Art. 16.

Art. 9º Caberá à Coordenação do Curso e/ou professores-orientadores reservarem o espaço físico no qual será realizada a apresentação dos TCCs, organizar as Bancas Examinadoras e divulgar, junto ao corpo docente e discente a atividade para conhecimento de toda a comunidade acadêmica.

§ 1º A defesa do TCC não deverá ocorrer em feriados ou finais de semana ou, ainda, durante as férias acadêmicas.

Art. 10 Em ambas as modalidades de apresentação, o discente terá entre 10 e 15 minutos para fazer a exposição do artigo para a Banca Examinadora que deverá avaliar com base nos seguintes critérios: 1) Relevância do estudo; 2) Contribuições para a comunidade acadêmica, sociedade e a ciência; 3) Formatação conforme as normas definidas neste manual e na ABNT; 4) Domínio do tema; 5) Desenvoltura na apresentação oral; 6) Objetividade; 7) Aspectos gramaticais e textuais; 8) Delimitação do problema de pesquisa; 9) Objetivos exequíveis; 10) Metodologia pertinente ao estudo.

Art. 11 Cada um dos membros da Banca Examinadora terá, no máximo, 10 (dez) minutos para fazer as suas considerações sobre o trabalho apresentado.

Art. 12 A Banca Examinadora avaliará o trabalho atribuindo nota de 0 (zero) a 10 (dez), sendo, a nota final a ser registrada no SIGAA, obtida através da média das notas individuais atribuídas pelos examinadores. A banca poderá sugerir ou exigir modificações, supressões ou acréscimos no texto final do TCC.

§ 1º Para aprovação no TCC, o discente terá que obter nota igual ou superior a 7 (sete).

Art. 13 O registro da nota do TCC no SIGAA, pelo docente, só ocorrerá após o cumprimento das exigências feitas pela Banca Examinadora (cabendo ao orientador atestar que elas foram atendidas

no texto final enviado à Coordenação do Curso) e entrega da versão final do artigo à Coordenação do Curso, no prazo estipulado em calendário específico da atividade.

Art. 14 A entrega da versão final do TCC à Coordenação do Curso deverá ocorrer através do e-mail institucional, em formato PDF.

Art. 15 O TCC (artigo) deverá ser elaborado em no mínimo 15 e no máximo 20 páginas, podendo ser resultado de pesquisa bibliográfica ou empírica, contendo os seguintes elementos: título, resumo, palavras-chave, abstract, keywords, introdução, referencial teórico, metodologia, discussão dos resultados, considerações finais (conclusão) e referências.

§ 1º O título poderá ser único ou formado de título e subtítulo. No primeiro caso, deve ser escrito todo em negrito, maiúsculo; no segundo, o título segue a regra citada e o subtítulo, todo em minúsculo, sem negrito (exceto as palavras que devem ser escritas com inicial maiúscula). Não deve ser colocado ponto no final.

Ex: **A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES SOBRE A COVID-19:** um estudo de caso na Universidade Federal do Piauí - UFPI

§ 2º O resumo deverá ter entre 150 e 250 palavras; ser redigido em um único parágrafo e sem recuo; em português; digitado em espaço simples; e conter os seguintes elementos: apresentação da pesquisa; objetivo geral; indicação teórica e metodológica; conclusão e contribuições do estudo. Fonte tamanho 12.

§ 3º As palavras-chave (negrito; minúsculo) descrevem os principais assuntos do artigo e são separadas por ponto. No mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco). Fonte tamanho 12.

Ex: **Palavras-chave:** Percepção. Discentes. Covid-19. Universidade Federal do Piauí.

§ 4º O abstract é o resumo escrito em língua estrangeira, inglês ou espanhol (a escolha da língua fica a critério do aluno). Fonte tamanho 12.

§ 5º As *keywords* (negrito; minúsculo) são as palavras-chave traduzidas na língua estrangeira escolhida, inglês ou espanhol. Fonte tamanho 12.

§ 6º A introdução deverá conter a contextualização da pesquisa, a justificativa para a sua realização, contextualização do campo de pesquisa, o problema de pesquisa, objetivos, indicação teórica e metodológica e fechamento (apresentação das partes do trabalho). Deverá ser escrita no tempo passado.

§ 7º O referencial teórico deverá abordar os aspectos teóricos da pesquisa, a partir dos autores que tratam sobre o tema. Consiste em um resumo de discussões já feitas por outros autores sobre determinado assunto, servindo como embasamento para o desenvolvimento de um tema específico.

§ 8º Na metodologia deverá ser apresentado o tipo da pesquisa, os procedimentos utilizados, a abordagem, o universo, a amostra, a forma de apresentação dos dados e a descrição do objeto de estudo. Deverá ser escrita no tempo passado.

§ 9º Na discussão dos resultados serão mostrados os dados pesquisados, a análise e opinião do autor (pesquisador/aluno) do trabalho referendado pelos autores da área pesquisada.

§ 10º As considerações finais ou conclusão, última parte do artigo, deverá trazer os principais achados da pesquisa e as indicações para pesquisas futuras.

Art. 16 A apresentação na forma de *banner* deverá obedecer aos seguintes aspectos:

- O autor deve ter em mente que o painel deve ser simples e autoexplicativo.
- Cada trabalho apresentado na forma de *banner* terá direito a uma área de painel de 0,90m de largura por 1,00m de altura (formato retrato) e, que possam ser pendurados nos painéis presentes no local da sessão.
- O *banner* deverá conter basicamente a seguinte sequência: Título; Autor; Introdução; Objetivos; Material e Métodos; Resultados; Considerações Finais ou Conclusão e Referências.
- O título e o autor do trabalho deverão ser os mesmos contidos no artigo enviado à Banca Examinadora.
- As exposições deverão ser sucintas, claras e objetivas, restringindo-se às informações essenciais em cada tópico.
- A impressão do *banner* deverá ser de boa qualidade de forma que o texto possa ser lido a uma distância mínima de 2 m. Para isso, solicita-se usar letras, com 15 a 20 mm de altura (72 a 85 pt), para os títulos e subtítulos e, de 5 a 6 mm de altura (30 a 40 pt), para o texto.
- Os resultados experimentais poderão ser ilustrados com figuras (fotos e gráficos) e/ou tabelas.
- O transporte, fixação e remoção do pôster, no horário definido, ficarão a cargo do aluno autor do artigo.
- O aluno deverá estar à disposição da Banca Examinadora e dos interessados em consultar seu trabalho, durante o período reservado na programação do evento.

Art. 16 O discente que por ventura resolva mudar de orientador após concluir a disciplina Projeto de Pesquisa em Administração, deverá apresentar uma declaração de liberação do orientador na citada disciplina.

Art. 17 A coordenação do Curso de Administração disponibilizará manual com orientações para o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, assim como repositório para os TCCs na página do Curso (https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?lc=pt_BR&id=74200).

ASPECTOS GERAIS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

1 ASPECTOS GRÁFICOS

Os textos dos ARTIGOS devem ser apresentados em:

- Papel branco, formato A4 (21,0 cm x 29,7 cm);
- Digitados na cor preta, no anverso da folha;
- Fonte Arial ou Times New Roman, justificados e com a indicação de parágrafos (reco de 1,25);
- Para a digitação: fonte 12 para o texto e para as notas de rodapé 10;
- Citações com mais de 3 linhas devem ter reco de 4 cm da margem esquerda e devem ser digitadas em fonte tamanho 10, em espaçamento simples;
- Título da seção: caixa alta e negrito; e, subtítulo da seção: caixa alta sem negrito e seção terciária: minúscula com negrito.

1.1 MARGENS E PAGINAÇÃO

- Margens superior e esquerda: 3,0 cm. Margens inferior e direita: 2,0 cm;
- A paginação deve aparecer no canto superior direito, em algarismos arábicos. Deve-se contar a partir dos elementos pré-textuais (exceto a capa), mas, a numeração deve figurar a partir da parte textual (ou seja, da Justificativa, no caso de projeto de pesquisa, e da Introdução, no caso de artigo científico).

1.2 ESPAÇAMENTO

- Todo o texto deve ser digitado, com 1,5 de entrelinhas;
- As citações longas (com mais de 3 linhas), as notas de rodapé e as referências com espaçamento entrelinhas simples;
- Os títulos e os subtítulos das seções devem ser separados do texto que os sucedem, por um espaço entrelinhas duplo.
- Resumo e Abstract: espaçamento simples e sem indicação de parágrafo;
- As referências, ao final do trabalho, devem estar com espaçamento simples entrelinhas na mesma referência e, separadas entre si, por um espaço simples em branco. Está alinhado à esquerda e em ordem alfabética.

1.3 INDICATIVOS DE SEÇÃO

- O indicativo numérico de uma seção precede seu título com alinhamento esquerdo, separado por um espaço de caractere;
- Não devem ser utilizados ponto, hífen, travessão ou qualquer sinal após o indicativo de seção ou de seu título.

1.4 ILUSTRAÇÕES

- Figuras (organogramas, esquemas, tabelas, desenhos, fotografias, gráficos, mapas, plantas e outros) que explicam ou complementam visualmente o texto devem ser inseridas o mais próximo possível do texto a que se referem;
- Sua identificação deverá aparecer na parte superior, centralizada, precedida da palavra designativa (figura, desenho, fotografia etc.), em negrito, minúscula, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, travessão e do respectivo título. Após a ilustração, na parte inferior, indicar fonte consultada, legenda e outras informações que se julgar necessárias.

Ex: **Quadro 1** – Municípios do Piauí afetados pela Covid-19 (fonte tam 11)

Fonte: IBGE, 2020.

1.5 CITAÇÕES

- As citações devem seguir a NBR 10520 (ou a norma vigente), da ABNT, utilizando o sistema de chamada autor-data e devem ser feitas segundo as circunstâncias, por exemplo:
 - Autoria única: Silva (2005) ou (SILVA, 2005);
 - Dois autores: Figueiredo e Silva (2006) ou (FIGUEIREDO; SILVA, 2006);
 - Mais de três autores: Oliveira *et al.* (2010) ou (OLIVEIRA *et al.*, 2010);
 - Mais de um trabalho citado sobre o mesmo assunto deve obedecer a uma ordem cronológica: (SMITH, 2015; ROBSON, 2016; FERGUSEN *et al.*, 2017);
 - Diferentes publicações de um mesmo autor publicado no mesmo ano devem ser diferenciados com a letra minúscula depois da data: Figueiredo (1999a); Figueiredo (1999b);
 - Evitar o uso de muitas citações diretas (tal qual escrito pelo autor), assim como o uso de citação da citação “*apud*”.

1.5.1 Citação de citação (apud)

A consulta ao documento original é necessária, entretanto, quando o acesso não for possível, é permitido reproduzir a informação já citada por outros autores. Neste caso, deve-se fazer uso da expressão latina *apud* (sem itálico), que significa “citado por”.

No texto, o sobrenome do autor e a data do documento citado (obra que não temos em mãos) devem ser indicados, seguido da expressão *apud*, seguida do sobrenome do autor e data do documento citante (obra que temos em mãos).

Ex.: O funcionalismo, segundo Darci Ribeiro (1971, p. 28 *apud* MELO, 1983, p. 25) “[...] converte o estudo dos problemas da dinâmica social em meros esforços de caracterização do modo pelo qual os conteúdos presentes de cada situação concreta contribuem para a perpetuação das formas de vida social”.

APÊNDICE D

Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão - ACE

As Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) da Coordenação do Curso de Bacharelado em Administração do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, obedecerão criteriosamente o que está exposto na Resolução N° 07, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e as Resoluções N° 053/2019 e N° 297/2022 - CEPEX/UFPI, que regulamentam a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição. Considerando as Resoluções citadas, as ACEs do CA/CCHL/UFPI seguirão o seguinte regramento:

Art. 1 – As Atividades Curriculares de Extensão - ACEs objetivam:

- I - Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;
- II - Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- III - Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para a cidadania e o seu papel social;
- IV- Proporcionar a busca de novos objetos de investigação, e de inovação, bem como desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedade;
- V- Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

Art. 2 - As atividades de extensão a serem aproveitadas para fins de integralização do currículo como ACE deverão:

- I - Envolver diretamente comunidades externas à universidade como público;
- II - Estar vinculadas à formação do estudante;
- III - Ser realizadas presencialmente;
- IV - Atender as especificidades de cada curso e abranger todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena.

Art. 3 - Os alunos do CA/CCHL/UFPI deverão integralizar, do 2º ao 7º semestre, **300** horas de ACEs - componentes curriculares obrigatórios, como condição de conclusão do curso e obtenção do título de Bacharel em Administração.

Art. 4 - As ACEs serão ofertadas no CA/CCHL/UFPI por meio de ofertas regulares semestrais de atividades extensionistas que serão ministradas pelos professores do curso e vinculadas à Coordenação de Extensão, a cada período, conforme a seguinte distribuição de carga horária e períodos:

Extensão I (50 h) - 2º período

Extensão II (50h) - 3º período

Extensão III (50h) - 4º período

Extensão IV (50h) - 5º período

Extensão V (50h) - 6º período

Extensão VI (50h) - 7º período

§1º No primeiro e oitavo períodos não serão ofertadas ACEs.

Art. 5 – O Coordenador de Extensão fará o acompanhamento das ACEs ofertadas pelos professores/discentes à comunidade, em cada período letivo, buscando alternativas para os problemas surgidos no processo. Os professores terão as seguintes atribuições:

I – Planejar a atividade de extensão em consonância com o que determina o Art. 2.

II – Envolver os discentes na organização e/ou execução da atividade de extensão.

III – Orientar e acompanhar os discentes no desenvolvimento da ACEs.

IV – Avaliar os discentes e atribuir nota aprovativa (7,0 a 10,0) ou reprovativa (0,0 a 6,9) conforme o desempenho de cada aluno na ACE, por meio da participação, frequência e entrega do relatório das atividades realizadas. A atividade não contempla exame final.

III – Efetuar e acompanhar o encaminhamento à PREXC do cadastro das propostas de ACEs e dos seus respectivos relatórios semestrais e finais relacionados a extensão, conforme calendário acadêmico e resoluções que regulamentam as atividades de extensão na UFPI;

IV - Acompanhar e orientar a inscrição dos discentes/comunidade nas ACEs;

V - Fazer levantamento semestralmente de demandas dos discentes na participação das ACEs e propor, junto com os docentes, alternativas de atendimento às referidas demandas.

Art. 6 – As ACEs, para serem integralizadas no currículo dos alunos deverão, ser realizadas presencialmente, voltadas para a comunidade acadêmica e o público externo à UFPI e os alunos serem executores (monitores, ministrantes, palestrantes) ou organizadores das respectivas atividades com o acompanhamento do Professor.

Art. 7 - As ACEs, para serem integralizadas no currículo dos alunos, deverão ser coordenadas por docentes ou técnico-administrativos de nível superior, desde que na equipe tenha docente, exceto nos cursos de extensão de “Iniciação” e em eventos de extensão, que poderão ser coordenados por entidades estudantis com representação comprovada, sem necessidade de docente na equipe;

Art. 8 - A integralização, como cumprimento das atividades de extensão previstas no artigo 4º, da Resolução Nº 53, de 2019-CEPEX/UFPI, compreende as seguintes modalidades:

- programas de extensão;
- projetos de extensão;
- cursos de extensão;
- eventos de extensão;
- Prestação de serviços à comunidade externa;
- Atividade prática em disciplina que envolve diretamente atendimento à comunidade externa, desde que esteja vinculado a um programa ou projeto de extensão cadastrado na PREXC e não contabilizado como carga horária da disciplina.

Art. 9 - O aluno poderá requerer, junto à Coordenação de Extensão do Curso, o aproveitamento das atividades extensionistas desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior ou em outro curso de graduação da UFPI para fins de dispensa da atividade de extensão, obedecendo a carga horária equivalente a cada atividade, desde que:

- a) a solicitação de aproveitamento seja feita via processo até um ano antes da previsão para conclusão do curso;
- b) o processo da solicitação esteja instruído com o relatório da atividade de extensão desenvolvida assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração da atividade executada como extensionista.
- c) para cada atividade de extensão de 60h, o aluno deverá apresentar comprovações, no

mínimo, de 45h de atividades de extensão realizadas e ter 85% do conteúdo programático equivalente ao conteúdo exigido pela atividade pleiteada, com atividades de extensão equivalentes às da atividade a ser dispensada.

Art. 10 - Nos casos de transferência interna de curso ou mudança de curso o aluno poderá solicitar, junto ao Professor Coordenador de Extensão, o aproveitamento das atividades curriculares de extensão já integralizadas no currículo do curso de origem, obedecendo aos critérios estabelecidos no item 9 em seus subitens (a); (b) e (c).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

ATA DE REUNIÃO Nº 8 / 2025 - CCA/CCHL (11.00.25.09)

Nº do Protocolo: 23111.038880/2025-22

Teresina-PI, 04 de Agosto de 2025

Ata da 64ª Assembleia do Colegiado do Curso de Administração da Universidade Federal do Piauí - UFPI

No dia 04 de agosto, do ano de dois mil e vinte cinco, a partir das 09h 34 min, de forma *online*, por meio do link meet.google.com/eye-cpxf-bbx, iniciou-se a 64ª Assembleia do Colegiado do Curso de Administração, com a presença dos professores Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva, Mauricio Mendes Boavista de Castro e a representante discente Janaisis Sousa Ripardo. Não compareceu mas apresentou justificativa o Professor Antônio Vinícius de Oliveira Ferreira (agenda externa). A reunião foi presidida pela Professora Maria de Lourdes de Melo Salmito Mendes, Coordenadora do Curso de Administração/CCHL. A Assembleia do Colegiado teve como pauta a discussão dos seguintes assuntos: **1.** Aprovação da Ata da 63ª Assembleia do Colegiado do Curso de Administração; **2.** Aprovação do Novo PPC do Curso de Administração, após ajustes; **3.** Empresa Júnior. Em relação ao primeiro assunto, a ata da 63ª Assembleia do Colegiado de Curso foi aprovada por unanimidade. Em relação ao segundo assunto, Processo nº 23.111.049808/2020-55, que trata do novo Projeto Político Pedagógico (PPC) do Curso de Administração/CCHL, o processo teve como relator o Prof. Kelsen Arcângelo. Na oportunidade, o docente informou que novos ajustes foram solicitados e providenciados pela Comissão. Nesse sentido, mencionou que foram realizados ajustes na página 9, quanto ao título acadêmico masculino/feminino, alterando de administrador(a) para bacharel(a) em administração. Outra alteração fora realizada no Quadro 3 (página 131) - no campo CH máxima aproveitada da atividade docente fora modificado de 1200h para 120h. E no Quadro 7 (página 134) - no campo CH máxima aproveitada das Atividades Artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas, a carga horária máxima foi alterada de 90h para 80h. Por fim, informou que o novo PPC com esses ajustes já foi aprovado pelo NDE. Após discussões, o novo Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração, com os novos ajustes, foi aprovado pelos membros do Colegiado. Na oportunidade a representante discente Janaisis perguntou quando este PPC iria entrar em vigor. A coordenadora informou que iriam tentar iniciá-lo em 2025.2. Lembrou que as principais mudanças eram que as disciplinas dos turnos manhã e noite serão iguais, e que agora haverá duas disciplinas de TCC para os dois turnos. Informou quem quiser pegar a nova grade deverá entrar com processo fazendo a solicitação. Em seguida tratou-se do assunto “Empresa Júnior”: A coordenadora mencionou que este é um assunto que está preocupando a todos, e que a etapa de ativação deve ser concluída. Lembrou que as alunas Janaisis e Laís estavam tentando negociar a dívida da Empresa Júnior com o antigo presidente, Douglas. A coordenadora mencionou, ainda, que é preciso pensar em um professor queira dar continuidade às atividades da Empresa Junior. Mencionou que, inicialmente, o Professor Antônio Vinícius estava engajado neste projeto, mas atualmente está com muitos compromissos externos. Lembrou que este professor devolveu o processo da Empresa Júnior em 03 junho de 2025 para Laís, que o repassou para a Janaisis, que entregou para a coordenação no mês de julho. O professor Kelsen Arcângelo sugeriu o nome do Professor Márcio Vinícius como um bom nome, ou do Professor Leonardo Victor. Destacou que a Empresa Júnior precisa de um professor se dedique e engaje as atividades. A aluna Janaisis mencionou que o professor Antônio Vinícius sugeriu trocar o nome fantasia da Empresa Júnior, permanecendo o mesmo CNPJ. No entanto, o problema com a dívida

permanece, informou que estavam cobrando o Douglas, mas sem sucesso. A Profa. Lourdes mencionou que a Extensão informou que é impossível abrir uma nova empresa, se não fechar logo as duas. A representante discente ponderou que os alunos estão desmotivados para a Empresa Junior porque só houve uma reunião em 8 março de 2025, para o repasse de algumas diretrizes, e depois teve a barreira da dívida. Mencionou que os ex-alunos que estão devendo não querem pagar. A coordenadora pediu o contato (e-mail e telenofe) deles para tentar um contato pela Coordenação do Curso. Mencinou que podem tentar um acordo com a Receita. Por fim, mencionou que vai falar com os professores Antônio Vinícius, Márcio Vinícius Brito e Leonardo Victor de Sá, para ver se algum deles tem interesse em seguir como professor responsável pela Empresa Júnior. Sem mais assuntos a discutir, às 09h50, a presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião da qual eu, Alline Vasconcelos de Moraes Mello Cavalcanti Negrinho, na qualidade de secretária, lavrei a presente Ata, a que submeto à assinatura da presidente, professora Maria de Lourdes de Melo Salmito Mendes e demais membros presentes.

Profa. Maria de Lourdes de Melo Salmito Mendes (Presidente)

Prof. Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva

Prof. Mauricio Mendes Boavista de Castro

Janaísis Sousa Ripardo

Representante Discente

(Assinado digitalmente em 04/08/2025 12:15)
**KELSEN ARCANGELO FERREIRA E
SILVA**
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1685849

(Assinado digitalmente em 05/08/2025 08:32)
**MARIA DE LOURDES DE MELO
SALMITO MENDES**
COORDENADOR DE CURSO
Matrícula: 2343843

(Assinado digitalmente em 04/08/2025 15:05)
**MAURICIO MENDES BOAVISTA DE
CASTRO**
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2025430

(Assinado digitalmente em 05/08/2025 10:29)
JANAISIS SOUSA RIPARDO
Matrícula: 20239049780

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/public/jsp/autenticidade/form.jsf> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **688b069b71**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

ATA DE REUNIÃO Nº 7 / 2025 - CCA/CCHL (11.00.25.09)

Nº do Protocolo: 23111.038813/2025-85

Teresina-PI, 04 de Agosto de 2025

Ata da 11ª Assembleia do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Administração da Universidade Federal do Piauí - UFPI

Às nove horas do dia quatro de agosto de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se na sala de reuniões da Coordenação do Curso de Administração, no Centro Integrado V do CCHL/UFPI, o Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Administração, da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella. A reunião foi presidida pela Profa. Dra. Maria de Lourdes de Melo Salmito Mendes (Coordenadora do Curso de Administração/CCHL). Estavam presentes o Professor Dr. Mauricio Mendes Boavista de Castro e o Prof. Dr. Kelsen Arcângelo Ferreira. Não compareceram e não apresentaram justificativas os Professores Alexandre Rabelo Neto e Márcio Vinicius Brito Pessoa. A reunião teve como assuntos de pauta: 1) aprovação das atas da 9ª Assembleia do NDE e da 10ª Assembleia do NDE do Curso de Administração/CCHL. 2) Processo nº 23.111.049808/2020-55, que trata do novo Projeto Político Pedagógico (PPC) do Curso de Administração/CCHL. Em relação ao primeiro assunto, as atas da 09ª Assembleia do NDE e da 10ª Assembleia do NDE do Curso de Administração/CCHL foram lidas e aprovadas por unanimidade. Em relação ao segundo assunto, Processo nº 23.111.049808/2020-55, que trata do novo Projeto Político Pedagógico (PPC) do Curso de Administração/CCHL, o processo teve como relator o Prof. Kelsen Arcângelo. Na oportunidade, o docente informou que novos ajustes foram solicitados e providenciados pela Comissão. Nesse sentido, mencionou que foram realizados ajustes na página 9, quanto ao título acadêmico masculino/feminino, alterando de administrador(a) para bacharel(a) em administração. Outra alteração fora realizada no Quadro 3 (página 131) - no campo CH máxima aproveitada da atividade docente fora modificado de 1200h para 120h. E no Quadro 7 (página 134) - no campo CH máxima aproveitada das Atividades Artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas, a carga horária máxima foi alterada de 90h para 80h. Após discussões, o novo Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração foi aprovado por unanimidade. Sem mais assuntos a discutir, às 09h18, a presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião da qual eu, Alline Vasconcelos de Moraes Mello Cavalcanti Negrinho, na qualidade de secretária, lavrei a presente Ata, a que submeto à assinatura da presidente, professora Maria de Lourdes de Melo Salmito Mendes, e dos demais membros presentes.

Profa. Dra. Maria de Lourdes de Melo Salmito Mendes - Presidente

Prof. Dr. Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva

Prof. Dr. Mauricio Mendes Boavista de Castro

(Assinado digitalmente em 04/08/2025 12:16)
KELSEN ARCANGELO FERREIRA E

(Assinado digitalmente em 05/08/2025 08:33)
MARIA DE LOURDES DE MELO

SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1685849

SALMITO MENDES
COORDENADOR DE CURSO
Matrícula: 2343843

(Assinado digitalmente em 04/08/2025 09:57)
MAURICIO MENDES BOAVISTA DE
CASTRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2025430

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/public/jsp/autenticidade/form.jsf>
informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **87412827e2**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 925, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza a Ratificação da Resolução CAMEN/UFPI nº 914/2025.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião do dia 03/09/2025, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo Nº 23111.029984/2025-42;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a ratificação da **RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 914**, de 13 de agosto de 2025, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 08 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br GARDENIA DE SOUSA PINHEIRO
Data: 08/09/2025 16:35:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 926, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza a Ratificação da Resolução CAMEN/UFPI nº 915/2025.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião do dia 03/09/2025, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo Nº 23111.023754/2025-54;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a ratificação da **RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 915/2025**, de 20 de agosto de 2025, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 08 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br GARDÊNIA DE SOUSA PINHEIRO
Data: 08/09/2025 16:35:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 927, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza Quebra de Pré-requisito de Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião do dia 03/09/2025, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo nº 23111.040552/2025-80;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a quebra de pré-requisito **CCCCON0155 - TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO I** para o componente curricular **CCCCON0161 - TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO II**.

Art. 2º Autorizar a matrícula da discente **MARIA VITORIA CHAVES ALVES**, matrícula nº **20209011970**, nos componentes curriculares mencionados no Artigo 1º, referente ao período **2025.2**, do Curso de **BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**, vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Letras – **CCHL**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella (**CMPP**), desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 08 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br GARDÊNIA DE SOUSA PINHEIRO
Data: 08/09/2025 13:39:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 928, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza Quebra de Pré-requisito de Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião do dia 03/09/2025, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo nº 23111.039705/2025-57;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a quebra de pré-requisito **CCCCON0156 - ESTAGIO II** para o componente curricular **CCCCON0160 - ESTAGIO III**.

Art. 2º Autorizar a matrícula da discente **CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LIMA**, matrícula nº **20219038046**, nos componentes curriculares mencionados no Artigo 1º, referente ao período **2025.2**, do Curso de **BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**, vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Letras – **CCHL**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella (**CMPP**), desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 08 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br GARDENIA DE SOUSA PINHEIRO
Data: 08/09/2025 13:39:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 929, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza Quebra de Pré-requisito de Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião do dia 03/09/2025, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo nº 23111.037107/2025-72;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a quebra de pré-requisito **DES0015 - ESTRUTURAS DE ACO E MADEIRA EC** para o componente curricular **DES0016 - PONTES EC**.

Art. 2º Autorizar a matrícula da discente **JOAO EDUARDO BRANDAO RODRIGUES**, matrícula nº **20209021036**, nos componentes curriculares mencionados no Artigo 1º, referente ao período **2025.2**, do Curso de **BACHARELADO EM ENGENHARIA CIVIL**, vinculado ao Centro de Tecnologia – **CT**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella (**CMPP**), desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 08 de setembro de 2025.



Documento assinado digitalmente

GARDENIA DE SOUSA PINHEIRO

Data: 08/09/2025 13:39:11-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 930, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza Quebra de Pré-requisito de Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião do dia 03/09/2025, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo nº 23111.037099/2025-94;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a quebra de pré-requisito **DES0015 - ESTRUTURAS DE ACO E MADEIRA EC** para o componente curricular **DES0016 - PONTES EC**.

Art. 2º Autorizar a matrícula da discente **LUCAS NAMOR CARVALHO BARROS**, matrícula nº **20199046142**, nos componentes curriculares mencionados no Artigo 1º, referente ao período **2025.2**, do Curso de **BACHARELADO EM ENGENHARIA CIVIL**, vinculado ao Centro de Tecnologia – **CT**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella (**CMPP**), desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 08 de setembro de 2025.



Documento assinado digitalmente
GARDÊNIA DE SOUSA PINHEIRO
Data: 08/09/2025 13:39:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 931, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza a Ratificação da Resolução CAMEN/UFPI nº 922/2025.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião do dia 03/09/2025, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo nº 23111.044801/2023-17;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a ratificação da **Resolução CAMEN/UFPI Nº 922/2025**, de 29 de agosto de 2025, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 08 de setembro de 2025

Documento assinado digitalmente
gov.br GARDENIA DE SOUSA PINHEIRO
Data: 08/09/2025 13:39:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 932, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza Prorrogação de Prazo para Conclusão de
Curso de Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião do dia 03/09/2025, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo Nº 23111.027796/2025-45;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a prorrogação de prazo para conclusão de curso, até o período letivo **2026.2**, do discente **AISLAN MOREIRA DOS SANTOS**, Matrícula nº **20199041880**, do Curso de **LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**, do Câmpus Amílcar Ferreira Sobral – **CAFS**, desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 12 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br GARDENIA DE SOUSA PINHEIRO
Data: 17/09/2025 10:57:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 933, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza Prorrogação de Prazo para Conclusão de
Curso de Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião do dia 03/09/2025, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo Nº 23111.023902/2025-35;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a prorrogação de prazo para conclusão de curso, até o período letivo **2026.1**, da discente **GÉSSICA KAUANE ALVES DE OLIVEIRA**, Matrícula nº **20199056677**, do Curso de **LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**, do Câmpus Amílcar Ferreira Sobral – **CAFS**, desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 12 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br GARDÊNIA DE SOUSA PINHEIRO
Data: 17/09/2025 10:57:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 934, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza Prorrogação de Prazo para Conclusão de
Curso de Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião do dia 03/09/2025, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo Nº 23111.029582/2025-32;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a prorrogação de prazo para conclusão de curso, até o período letivo **2026.2**, da discente **KARLA FRANCISCA MENDES SENA**, Matrícula nº **20189045357**, do Curso de **LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**, do Câmpus Amílcar Ferreira Sobral – **CAFS**, desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 12 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br GARDENIA DE SOUSA PINHEIRO
Data: 17/09/2025 10:57:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 935, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza Prorrogação de Prazo para Conclusão de
Curso de Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião do dia 03/09/2025, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo Nº 23111.028216/2025-54;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a prorrogação de prazo para conclusão de curso, até o período letivo **2026.1**, da discente **MARIA PHALOMA FREITAS REIS**, Matrícula nº **20189052173**, do Curso de **LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**, do Câmpus Amílcar Ferreira Sobral – **CAFS**, desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 12 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br GARDÊNIA DE SOUSA PINHEIRO
Data: 17/09/2025 10:57:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 936, DE 10 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza Dispensa Extraordinária de Componentes
Curriculares para Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião do dia 03/09/2025, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo Nº 23111.038865/2025-39;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a dispensa extraordinária dos componentes curriculares **PROGRAMAÇÃO FUNCIONAL (DC/CCN048)** e **VISÃO COMPUTACIONAL (DC/CCN081)**, do discente **DELPHINO LUCIANI DE PAULA ARAUJO FILHO**, matrícula nº **20219019597**, do curso de **BACHARELADO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO**, do Centro de Ciências da Natureza – **CCN**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella – **CMPP**, desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 10 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br GARDENIA DE SOUSA PINHEIRO
Data: 10/09/2025 17:48:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 937, DE 10 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza Trancamento de Componente Curricular
de Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião do dia 03/09/2025, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo Nº 23111.006214/2025-80;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o trancamento dos componentes curriculares **DMO0003 ANATOMIA MÉDICA II**, **DMO0002 ANATOMIA MÉDICA I**, **DMC048 INICIAÇÃO ÀS PRÁTICAS EM SAÚDE**, **DFIL482 INTRODUÇÃO À METODOLOGIA CIENTÍFICA**, **DCG028 FUNDAMENTOS DA PRÁTICA MÉDICA**, **DBFI036 BIOFÍSICA PARA MEDICINA**, **DBFA022 BIOQUÍMICA MÉDICA** e **DBFA021 INTRODUÇÃO À BIOLOGIA MOLECULAR**, referentes ao período 2022.1 e **DMO0002 ANATOMIA MÉDICA I**, **DMO0003 ANATOMIA MÉDICA II**, **DBFA021 INTRODUÇÃO À BIOLOGIA MOLECULAR**, **DFIL482 INTRODUÇÃO À METODOLOGIA CIENTÍFICA** e **DBFI036 BIOFÍSICA PARA MEDICINA**, referentes ao período 2022.2, para a discente **ANA CLARA DE LIMA OLIVEIRA**, Matrícula nº **20229024984**, do Curso de **MEDICINA**, do Centro de Ciências da Saúde – **CCS**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella – **CMPP**, desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 10 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **GARDENIA DE SOUSA PINHEIRO**
Data: 10/09/2025 17:48:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 938, DE 16 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza Quebra de Pré-requisito de Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, ***ad referendum***, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo Nº 23111.043755/2025-26;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a quebra de pré-requisito **DRHGA/CT006 - FENÔMENOS DE TRANSPORTE** para o componente curricular **COEM/CT021 - RESISTÊNCIA E REOLOGIA DOS MATERIAIS**.

Art. 2º Autorizar a matrícula da discente **EMERSON ALVES COSTA MOURA**, Matrícula nº **20209062075**, nos componentes curriculares mencionados no Artigo 1º, referente ao período **2025.2**, do Curso de **BACHARELADO EM ENGENHARIA DE MATERIAIS**, vinculado ao Centro de Tecnologia – **CT**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella (**CMPP**), desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 16 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br GARDÊNIA DE SOUSA PINHEIRO
Data: 16/09/2025 15:24:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 939, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza Alteração de Projeto Pedagógico de Curso.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, ***ad referendum***, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 331/22-CEPEX, de 08 de agosto de 2022;

- o Processo nº 23111.044801/2023-17;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a alteração no Projeto Pedagógico do Curso de **MEDICINA**, do Câmpus Amílcar Ferreira Sobral - **CAFS**, desta Universidade, conforme ANEXO e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.

Teresina, 12 de setembro de 2025.

GARDENIA DE SOUSA
PINHEIRO:0006925332
3

Assinado de forma digital por
GARDENIA DE SOUSA
PINHEIRO:00069253323
Dados: 2025.09.12 10:37:28 -03'00'

Profa. Gardênia de Sousa Pinheiro
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL



**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA
UFPI/CAFS – PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**

FLORIANO-PI - 2025



Documento assinado digitalmente

DJANIRA DO ESPIRITO SANTO LOPES CUNHA

Data: 11/09/2025 22:21:28-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL



REITORA

Prof.^a Dr.^a Nadir do Nascimento Nogueira

VICE-REITOR

Prof. Dr. Edmilson Miranda de Moura

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Marcos Antônio Tavares Lira

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Msc. Larissa Naiana Mendes de Sousa

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Gardênia de Sousa Pinheiro

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Rodrigo de Melo Souza Veras

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Profa. Dra. Waleska Ferreira de Albuquerque

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof. Dr. Emídio Marques de Matos Neto

DIRETORA DO CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL

Profa. Dra. Edmilsa Santana de Araújo

VICE-DIRETOR DO CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL

Prof. Dr. Alyson Luiz Santos de Almeida



COMISSÃO DE REFORMULAÇÃO DA PROPOSTA

Prof. Dr. Edmilson Miranda de Moura - Presidente
Profa. Dra. Gardênia de Sousa Pinheiro - Membro
Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro - Membro
Profa. Dra. Poliana Cristina de Almeida Fonseca - Membro
Profa. Dra. Edmilsa Santana de Araújo - Membro
Profa. Dra. Patrícia Maria Santos Batista - Membro
Prof. Dr. Renato Mendes dos Santos - Membro
Profa. Dra. Fátima Regina Nunes de Sousa - Membro
Prof. Dr. Lauro César de Moraes - Membro
Profa. Dra. Jardeliny Correa da Penha - Membro
Profa. Dra. Izabel Cristina Falcão Juvenal Barbosa - Membro

ATOS DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO

Ato da Reitoria Nº 404, de 14/03/2023
Ato da Reitoria Nº 730, de 25/05/2024
Ato da reitoria Nº 1.917, de 05/12/2024



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL



IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga,
s/n; CEP: 64049-550

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: reitoria@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br



IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Bacharelado em Medicina

TÍTULO ACADÊMICO: Bacharel(a) em Medicina

MODALIDADE: Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO: Mínimo: 6 anos

Máximo: 9 anos

Médio: 7,5 anos

Para alunos com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do Prazo máximo de permanência no Curso.

ACESSO AO CURSO:

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC ou de acordo com o Edital específico da UFPI.

REGIME LETIVO: Crédito

TURNOS DE OFERTA: Integral

LOCAL DE FUNCIONAMENTO: CAFS/UFPI (Floriano – Piauí)

VAGAS AUTORIZADAS: 30 vagas por ano

INÍCIO DO CURSO: 1º semestre de 2026

CARGA HORÁRIA: 7.650 Horas

SISTEMATIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Componentes Curriculares	Carga Horária	Créditos
Módulos Teórico-Práticos	3.390	226
Disciplinas Optativas	120	8
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60	4
Atividades Complementares (AC)	120	8
Estágio Obrigatório (internato)	3.195	213
Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	765	51
Total	7.650 h	510



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Justificativa	10
1.2 A Universidade Federal Piauí e a Formação Médica	12
1.2.1 Universidade Federal do Piauí: 55 anos de história no Estado do Piauí	12
1.2.2 <i>Campus</i> Amílcar Ferreira Sobral: 15 anos de história no município de Floriano-PI	17
1.2.3 Educação Médica no Estado do Piauí: contexto atual e perspectivas para avançar	20
1.3 Organização da Atenção à Saúde no Estado do Piauí	25
1.3.1 O Estado do Piauí e a Regionalização em Saúde	25
1.3.2 Macrorregião dos Cerrados: novo campo de atuação para o Ensino Médico	28
1.3.3 O Território do Vale dos Rios Piauí e Itaueira e a cidade de Floriano...	30
2 CONCEPÇÃO DO CURSO	38
2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso	38
2.2 Princípios norteadores do Curso.....	40
2.3 Objetivos do Curso	44
2.3.1 Objetivo Geral	44
2.3.2 Objetivos Específicos	45



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL



2.4	Perfil do Formando Egresso/Profissional	45
2.5	Competências e Habilidades	46
2.5.1	Competências e Habilidades Gerais	46
2.5.2	Competências e Habilidades Específicas.....	47
2.6	Perfil do Corpo Docente	49
2.6.1	Corpo docente para os dois primeiros anos do Curso.....	50
3	PROPOSTA CURRICULAR.....	53
3.1	Estrutura e Organização do Curso	53
3.1.1	Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES)	53
3.1.2	Abordagem curricular quanto às políticas educacionais transversais: meio ambiente, relações étnico-raciais, ensino de história, e cultura afro- brasileira, africana e indígena; relações de gênero	55
3.2	Matriz Curricular do Curso	55
3.2.1	Organização da Matriz Curricular do Curso por Período.....	56
3.3	Fluxograma Curricular	60
3.4	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	61
3.5	Atividades Curriculares de Extensão - ACE.....	64
3.6	Atividades Complementares	66
3.7	Trabalho de Conclusão do Curso	70
3.8	Metodologia do Curso	72
4	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	82
4.1	Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão	82
4.2	Apoio aos Discentes	86
4.3	Infraestrutura do CAFS para o Curso.....	89



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL



5	SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO.....	95
5.1	Avaliação da Aprendizagem.....	95
5.2	Avaliação do Curso	97
6	EMENTÁRIOS DAS DISCIPLINAS.....	99
	REFERÊNCIAS	190
	ANEXOS	195
	ANEXO I – REGULAMENTO DO INTERNATO	196
	ANEXO II – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TCC.....	210
	ANEXO III – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO – ACE.....	216

APRESENTAÇÃO

Este documento, intitulado Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em Medicina, é resultado da construção coletiva dos membros da Comissão de Elaboração do Projeto, constituída pelos Atos da Reitoria de números 404, de 14/03/2023; 730, de 25/05/2024; e 1.917, de 05/12/2024.

Sua estrutura aborda os aspectos organizacionais, estruturais e pedagógicos do curso empregados na formação dos graduandos. Tais aspectos estão articulados com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), contemplado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024), e às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação em Medicina (BRASIL, 2014), prezando pela inserção regional da instituição e de seus egressos.

Como Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), orientada pelas normas emanadas pelo Ministério da Educação (MEC), a Universidade Federal do Piauí (UFPI) adota um modelo de gestão baseado em decisões colegiadas e organiza seus cursos de graduação em regime de créditos. No entanto, em alguns casos, a organização ocorre no formato seriado semestral (ou em blocos), com atividades presenciais, semipresenciais e a distância (PDI-UFPI, 2020-2024). Atualmente, a UFPI oferta cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância, nos graus de bacharelado e licenciatura, totalizando 113 cursos. Apesar desse número expressivo, há demandas significativas para a oferta de novas graduações, considerando o contexto socioeconômico e as necessidades regionais.

Os cursos de graduação são sustentados por uma proposta que envolve a justificativa de sua implantação, o histórico e o relato institucional, bem como o perfil profissional que se pretende formar. Os currículos dos cursos são discutidos no âmbito dos Colegiados das Unidades Acadêmicas e dos Conselhos Superiores da Universidade, enfatizando tanto sua dimensão geral quanto sua especificidade profissionalizante.

A proposta de criação do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina para o *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMEDCAFS/UFPI), apresentada neste Projeto Pedagógico do Curso (PPC), fundamenta-se nos documentos supracitados (PDI, PPI e DCN), em algumas normativas internas da UFPI (Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012, nº 053/2019 e nº 297/2022), nas demandas da população piauiense, especialmente do município de Floriano-PI e de sua microrregião, e nas perspectivas de docentes, discentes

e gestores da instituição, especificamente do CAFS, bem como de profissionais atuantes no Sistema Único de Saúde (SUS).

Este documento sistematiza a organização didático-pedagógica, os processos de avaliação, a infraestrutura e os recursos humanos necessários à criação e implementação do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMEDCAFS/UFPI). Além disso, apresenta um panorama do sistema de saúde do município de Floriano-PI, evidenciando suas demandas, condições e potencialidades, que justificam a criação do curso e garantem sua implementação, especialmente no que se refere aos espaços de atuação e às práticas acadêmico-profissionais.

A presente proposta contempla uma matriz curricular integrada, estruturada para proporcionar uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, fundamentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na articulação entre teoria e prática ao longo de toda a formação e na vinculação ao Programa Mais Médicos, em conformidade com as normatizações do SUS e com o contexto de inserção do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral.

Cientes da dinâmica do cenário atual e da importância da reflexão crítica sobre as diretrizes do PPC de Medicina do CAFS/UFPI, considera-se fundamental um processo contínuo de revisão e aprimoramento do documento, de modo a atender às demandas emergentes decorrentes dessas reflexões e das necessidades práticas do curso.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa

A Universidade Federal do Piauí (UFPI), através da integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional. A instituição tem como visão a busca pela excelência no ensino básico, técnico e tecnológico, educação superior e pós-graduação, qualificando pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão (PDI/UFPI, 2020- 2024).

A UFPI tem o compromisso social de atender às demandas locais e regionais nas quais estão inseridos seus *campi*, oferecendo à comunidade cursos de educação profissional técnica de nível médio, extensão, superior e pós-graduação. O ensino de graduação visa à obtenção de qualificação universitária específica, sendo aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio, ou equivalente, e obtido classificação em processo seletivo, seja através de vagas universais ou de vagas reservadas a ações afirmativas.

Essa instituição de ensino superior foi estruturada em uma região que vivencia, ao longo dos anos, dificuldades socioeconômicas importantes e histórias de superação de tais dificuldades. Por isso, é fundamental que sejam resgatadas a sua história e a expansão de seus *campi*, *relacionando* os cursos ao próprio perfil regional e ao enfrentamento dos desafios locais, buscando a articulação entre os diversos atores públicos e privados no sentido de propor projetos de interesse mútuo.

Os municípios do Estado do Piauí, bem como dos Estados circunvizinhos, são marcados pelo empobrecimento social, com problemas como saneamento básico, moradia, transporte, acesso à saúde, à educação, ao emprego e com a geração de renda, o que torna necessário o aumento das oportunidades de ensino de graduação nas diversas áreas, principalmente de ciências da saúde, em específico de Medicina.

Além disso, o Curso de Graduação Bacharelado em Medicina para o *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, (CGBMEDCAFS/UFPI) se insere na iniciativa de expansão da quantidade

de vagas para formação de médicos no Brasil, que visa à formação de profissionais para enfrentar os desafios atuais do SUS no Brasil e permanecer em áreas carentes.

Diante do exposto, o Curso de Graduação Bacharelado em Medicina da UFPI, do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, justifica-se por razões nacionais e regionais. No que concerne às razões, em nível nacional, podemos elencar as seguintes:

- 1) A consolidação do SUS como um sistema universal de atenção à saúde, tornando o Brasil reconhecido mundialmente como o único país com mais de 214,3 milhões de habitantes que mantém uma estrutura de tal porte, embora ainda haja um conjunto de desafios a ser enfrentado para a sua real efetivação, destacando-se a formação dos profissionais para atuação no cuidado integral à população brasileira, capazes de trabalhar em equipe e nos espaços tradicionalmente desassistidos;
- 2) O Plano de Expansão da Educação em Saúde – Plano Nacional de Expansão dos Cursos de Medicina, instituído pela Portaria MEC n. 109/2012 (BRASIL, 2012c), que, entre outros objetivos, busca melhorar a relação médico/habitante no Brasil; e
- 3) O Plano Nacional de Expansão das Escolas Médicas em todas as regiões do interior do país, com vistas a atender em 100% a meta de vagas em IFES em regiões prioritárias para a expansão das referidas escolas.

No que tange às razões regionais para justificar a criação do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina da UFPI, do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, apresentamos as seguintes:

- 1) O município de Floriano-PI, e região circunvizinha, apresenta carência de profissionais médicos, com baixa fixação e alta rotatividade, o que faz com que grande parte da população procure assistência médica na região norte do Estado, onde a concentração destes profissionais é bem maior;
- 2) Há uma concentração de Cursos de Medicina na região norte do Estado, o que requer que indivíduos do sul do Estado, região em que se encontra o município de Floriano-PI, com desejo de se tornarem médicos, migrem para tais cidades ou ainda para Estados vizinhos;
- 3) Floriano é o município que tem maior população e de maior extensão territorial da Macrorregião dos Cerrados, uma das 4 macrorregiões de saúde do Estado, entretanto não foi contemplada com o ensino médico;

- 4) Embora o município de Floriano tenha 3 IES públicas, UFPI/CAFS, Instituto Federal do Piauí (IFPI) e Universidade Estadual do Piauí (UESPI); e 15 IES do setor privado, algumas dessas ofertando cursos de graduação na área da saúde, como Graduação em Enfermagem, nenhuma delas oferta Curso de Graduação Bacharelado em Medicina (CADASTRO DO E-MEC, 2023);
- 5) A UFPI, através do CAFS, quer (e precisa) contribuir com o fortalecimento do atendimento à saúde da população brasileira, especialmente em regiões carentes, buscando implementar a filosofia proposta pelas Políticas de Expansão da Educação em Saúde e Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas das IFES em todas as regiões do interior do país;
- 6) O fato de o município de Floriano-PI dispor de uma rede hospitalar com serviços e ações de alta complexidade ambulatorial e hospitalar, mas sobretudo, de assistência à atenção primária, com adesão ao “Programa Mais Médicos”, que constituem campos propícios de ensino da prática médica (internato).

Todas as razões expostas revelam a necessidade e as condições básicas para a oferta de um Curso de Medicina em Floriano-PI, com vistas à consolidação do CAFS/UFPI como centro formador de médicos em todo o Sul do Estado do Piauí e a cidade de Floriano como um polo de referência à assistência à saúde da Macrorregião dos Cerrados.

1.2 A Universidade Federal do Piauí e a Formação Médica

1.2.1 Universidade Federal do Piauí: 54 anos de história

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) é uma Instituição de Educação Superior Brasileira, situada no Estado do Piauí, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), instituída pela Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, assinada pelo então Presidente do Brasil, o excelentíssimo Sr. Costa e Silva, e instalada em 1º de março de 1971, que tem como finalidade ofertar Cursos de Graduação nas modalidades presencial e a distância (Bacharelados e Licenciaturas), Cursos de Pós-graduação *Lato sensu* (Especializações e Residências) e *Stricto sensu* (Mestrados e Doutorados), além dos Cursos de Ensino Básico,

Técnico e Tecnológico (EBTT), por meio de seus três (03) colégios técnicos a ela vinculados (PDI, 2020-2024).

No percurso da sua trajetória histórico-normativa tem-se os seguintes destaques:

I – Credenciamento das Faculdades isoladas existentes no Piauí (Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina, de Teresina; e Faculdade de Administração de Parnaíba), por meio do Decreto nº 17.551, de 9 de janeiro de 1945;

II – Credenciamento como Universidade, com a fusão das faculdades isoladas e, em 12 de novembro, por meio da Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968;

III – Aprovação do seu primeiro Estatuto pelo Decreto nº 72.140, de 26 de abril, e publicado no DOU, de 27 de abril de 1973;

IV – Alteração do seu Estatuto, por meio das Portarias MEC nº 453, de 30 de maio, e publicado no DOU, de 02 de junho e nº 180, de 05 de fevereiro de 1993, e publicado no DOU, de 08 de fevereiro;

V – Adaptação do Estatuto à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996), por meio da Resolução do Conselho Universitário (CONSUN) nº 15, de 25 de março de 1999 e pelo Parecer nº 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC nº 1.225, de 30 de julho de 1999, publicado no DOU nº 147-E, de 03 de agosto de 1999;

VI – Aprovação do atual Regimento Geral da UFPI, adaptado à LDB de 1996 (BRASIL, 1996), por meio da Resolução do CONSUN nº 45, de 16 de dezembro de 1999, e alterado posteriormente pela Resolução nº 21, de 21 de setembro de 2000;

VII – Recredenciamento, por meio da Portaria MEC nº 645, de 2012, pelo prazo de dez (10) anos;

VIII – Avaliação externa *in loco* para o Recredenciamento da UFPI, no período de 26 a 28 de junho de 2023, com Relatório publicado.

Nesta trajetória, a UFPI passou, também, por mudanças significativas, ampliando seu campo de atuação, a oferta de seus cursos, a sua missão e a sua importância para a região, que a legitimam como uma IES que promove uma educação de excelência.

A legitimação da UFPI como uma IES de promoção de uma Educação de Excelência tem-se evidenciado nos avanços que a instituição vem desenvolvendo no que tange aos Índices Geral de Cursos e, especialmente, na nota máxima atingida no último credenciamento institucional ocorrido neste ano, quando avançou da nota 3 (três) para a nota 5 (cinco), conforme Relatório emitido pelos avaliadores do MEC, após a avaliação externa *in loco*, realizada no período de 26 a 28 de junho de 2023. Tal avanço foi resultado dos processos formativos que a UFPI oferece, qualificando pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania, comprometidas com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional (PDI 2020-2024). Para tanto, afigura-se com princípios norteadores da sua trajetória institucional: a autonomia universitária; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a pluralidade e democracia; o respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais; a excelência; o compromisso social; e, por fim, a valorização de seus docentes, técnico-administrativos e discentes (PDI, 2020-2024).

Posto isto, tem seus valores destacados na direção do compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização; inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre outros, pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado; e, na sequência, respeito à pluralidade de pensamento e natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União (PDI, 2020-2024).

Alinhada à melhoria da qualificação do seu corpo docente e ampliação da sua infraestrutura, a UFPI vem, de forma gradativa, ampliando sua área de atuação, articulando a consolidação dos cursos e programas existentes, com a implantação de novos, tanto em nível de graduação, pós-graduação, quanto de EBTT, como também, por meio da definição de linhas de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, além da prestação de serviços à comunidade, sempre numa perspectiva de articular crescimento com desenvolvimento (PDI, 2020-2024).

De acordo com o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2022, a UFPI oferta 233 cursos, sendo 98 de ensino de graduação (81 presenciais e 17 a distância), 15 cursos de EBTT e 116 de Pós-Graduação.

Os cursos de graduação e programas de pós-graduação são ministrados no *Campus* sede, *Campus* Ministro Petrônio Portella (CMPP), no município de Teresina, com área total de 4.009.337,45 m² e área construída de 189.252,54 m², e em 3 (três) *campi* sediados no interior do Piauí: *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CAFS), na cidade de Floriano, a 247 km de distância de Teresina, com área total de 1.630.000,00 m² e área construída de 20.735,14 m²; *Campus* Professora Cinobelina Elvas (CPCE), em Bom Jesus, a 604 km de Teresina, com área total de 4.730.293,59 m² e área construída de 27.802,81 m²; e o *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), na cidade de Picos, a 314 km de Teresina, com área 123.938,59 m² e área construída de 16.938,30 m².

Os cursos de EBTT funcionam nos 3 (três) Colégios Técnicos, sendo 1 (um) localizado em Teresina e 2 (dois) no interior do Estado, nos municípios de Floriano e de Bom Jesus, cujas estruturas acadêmico-administrativas localizam-se respectivamente nas proximidades do CAFS e CPCE. Recentemente, o *Campus* Ministro Reis Velloso (CMRV), de Parnaíba, foi desvinculado da UFPI para se transformar na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), de acordo com a Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU nº 70, seção 1, de 12 de abril de 2018 (PDI, 2020).

No que comporta à estrutura organizacional e instâncias de decisão da UFPI, a administração da Universidade realiza-se nos planos de deliberação e execução, tanto em nível superior, quanto em nível de unidades de ensino. E, em conformidade com os documentos oficiais, os órgãos da administração superior têm jurisdição, no âmbito de sua competência, sobre toda a Universidade, sendo descentralizada a execução das atividades administrativas sem prejuízo da integração, que se opera através da supervisão, da coordenação e do controle exercido pelos órgãos da administração superior, em qualquer nível, e da articulação entre os órgãos do mesmo nível (PDI, 2020-2024).

No CMPP, funciona a Administração Superior da UFPI distribuída em prédios que ocupam uma área total de 36.150,80 m², nas quais ficam as instalações da Reitoria, 7 (sete) Pró-Reitoras: de Ensino de Graduação (PREG); de Ensino de Pós-Graduação (PRPG); de Pesquisa e Inovação (PROPESQI); de Extensão e Cultura (PREXC); de Administração (PRAD); de Planejamento e Orçamento (PROPLAN); e de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC); 4 (quatro) superintendências: Superintendência de Recursos Humanos (SRH), Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), Superintendência de Comunicação Social (SCS) e Superintendência de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (SEBTT), além dos Órgãos Assessores e Suplementares da Universidade (PDI, 2020-2024).

No âmbito acadêmico, o CMPP possui 7 (sete) Centros de Ensino, distribuídos conforme área de atuação dos cursos, ocupando uma área total de 147.995,60 m². O Centro de Tecnologia (CT) conta com 16.385,88 m² de área construída, o Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) com 15.575,44 m² de área construída, o Centro de Ciências da Educação (CCE) com 13.609,20 m² de área construída, o Centro de Ciências da Natureza (CCN) com 53.040,94 m² de área construída, o Centro de Ciências da Saúde (CCS) com 23.030,64 m² de área construída, o Centro de Ciências Agrárias (CCA) com 22.353,50 m² de área construída, e o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) com aproximadamente de 4.000 m² de área construída. O Colégio Técnico de Teresina (CTT) possui 8.106,14 m² de área construída, acomodando no mesmo espaço físico setores administrativos e áreas acadêmicas como salas de aulas e laboratórios. Nos demais *campi* (CAFS, CPCE e CSHNB) e Colégios Técnicos (CTF e CTBJ), os setores administrativos e acadêmicos compartilham o mesmo espaço físico (PDI, 2020-2024).

Assim sendo, frente ao cumprimento da sua missão institucional, a UFPI enseja em um trabalho pedagógico norteado por eixos de inserção regional, princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais e políticas acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão e inovação, síncronas ao seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), constante no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024), no sentido de vigorar aspectos da realidade institucional, na afirmativa de princípios, diretrizes e compromissos a serem desvelados na concretude e no avanço do trabalho desenvolvido pela Universidade.

Nesse percurso, assume o compromisso social de atender às demandas locais e regionais nas quais estão inseridos seus *campi*, oferecendo à comunidade cursos de educação profissional técnica de nível médio, extensão, superior e pós-graduação.

No que tange, especialmente, a seus cursos de graduação superior, como Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), orientada pela LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pelo Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (Parecer CNE/CES nº 67/2003), atua com base em decisões colegiadas e organiza seus cursos nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, em regime de créditos, buscando atender às necessidades da sociedade contemporânea, no que concerne ao desenvolvimento de competências e ao estímulo de processos cognitivos mais elaborados (análise, avaliação, criação), proporcionando, assim, aprendizagem significativa, duradoura e cidadã. Busca, também, a contínua articulação entre as áreas de conhecimento e os níveis

de ensino oferecidos, bem como sua indissociabilidade com a pesquisa e a extensão, garantindo a interdisciplinaridade. Nesse ponto, a integração se faz imprescindível para que a formação se mostre como base para os processos de desenvolvimento cultural, econômico, social e ambiental, evidenciando a necessidade de discussão sobre novas trajetórias de ensino, inovação curricular e práticas de aprendizagem.

Para além disto, tem promovido a internacionalização, por meio do fortalecimento de relações que extrapolam fronteiras, consolidando e ampliando cooperações com instituições internacionais, com programas de mobilidade acadêmica e programas internacionais, com a inclusão de cursos e disciplinas em línguas estrangeiras (PDI, 2020-2024).

Por fim, a UFPI no cumprimento da sua missão, vem enfatizando a excelência nos processos de ensino e de aprendizagem com compromisso no atendimento das necessidades pedagógicas emergentes, uma vez que se encontra voltada para formação integral, respeitando e valorizando as diferenças individuais e sociais, tendo como horizonte a excelência e qualidade na repercussão do exercício social e profissional dos futuros egressos da Universidade (PDI, 2020/2024).

1.2.2 *Campus* Amílcar Ferreira Sobral: 15 anos de história no município de Floriano-PI

O CAFS é o mais novo *Campus* fora de sede da Universidade Federal do Piauí e único a ter suas instalações iniciais financiadas completamente com recursos do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI-II), correspondente ao último ciclo da expansão da rede universitária no Brasil, ocorrida entre os anos 2007 e 2012. Em especial, sua implantação oportunizou a consolidação de uma política nacional de reestruturação e expansão do desenvolvimento socioeconômico do Estado do Piauí, sobretudo da região do Médio Parnaíba (PDU, 2020).

Esse *Campus* iniciou suas atividades no dia 10 de março de 2009, na BR 343, Km 3,5 s/n, Bairro Meladão, CEP: 64.808-605, no município de Floriano, no Estado do Piauí, com 4 (quatro) Cursos de Graduação presenciais (Licenciaturas em Ciências Biológicas e Pedagogia; Bacharelados em Administração e Enfermagem), com o código e-MEC1002561. Nesse período, as instalações do *Campus* ainda estavam em fase de construção, iniciando as suas atividades, acadêmicas e administrativas, nas instalações do Colégio Técnico de Floriano (CTF), também pertencente à UFPI (PDU, 2020).

Em 2012, houve a aprovação nacional das Licenciaturas em Educação do Campo (LEDOCs) e, no ano de 2013, foi regulamentada a criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, do CAFS, pela Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPI (CEPEX/UFPI), nº 215/2013, sendo implantado, somente, em 2014 (PDI 2015-2019, p. 51). Em 2017, foi aprovado o Curso de Especialização em Gestão de Pequenas e Médias Empresas, do Curso de Bacharelado em Administração, pela Resolução Nº 94/2017 CEPEX/UFPI (PDU, 2020).

Em 2020, aconteceu a aprovação do primeiro Curso em nível de Pós- Graduação *Stricto Sensu*, na área de Biodiversidade, o Programa de Pós-graduação em Biodiversidade e Conservação (PPGBC), do Curso de Ciências Biológicas, pela Resolução nº 108/2019 do CEPEX/UFPI e Portaria de nº 539-2020, do Ministério da Educação (MEC) (PDU, 2020).

O *Campus*, juntamente com o Colégio Técnico de Floriano (CTF), compreende uma área total de 1.630.000,00 m² e área construída de 20.735,14 m². A infraestrutura física do CAFS é composta da seguinte forma: 1 – infraestrutura administrativa, com uma área total de 5.239,01 m² (compreendendo os setores administrativos do Bloco 01/térreo e superior, Núcleo de Assistência Estudantil, Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Auditório, Restaurante Universitário, Garagem, Gabinete, Laboratório Multidisciplinar de Administração (LABOMA), composto pelo Laboratório de Produção e da Loja Conceito, e Parte Integrada; 1) 2 – infraestrutura acadêmica, com uma área total de 4.921,06 m² (compreendendo Salas de Aula, Laboratórios de Ensino, Laboratórios de Pesquisa e Miniauditório); 3 – Residência Universitária, com uma área total de 1.714,39 m², a qual atende a comunidade estudantil de beneficiárias (os) do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (PDU, 2020-2022).

Visando garantir a permanência dos estudantes na instituição, o CAFS oferece benefícios a seus discentes, distribuídos entre Residência Universitária, Benefício Assistencial Estudantil, Auxílio Creche, Isenção da Taxa de Alimentos, Apoio à Participação em Eventos Científicos, Bolsa de Inclusão Social (para o acompanhamento pedagógico de alunos com deficiência) e Bolsa de Incentivo às Atividades Multiculturais Acadêmicas. A seleção dos candidatos é realizada pelo Núcleo de Assistência Estudantil (NAE), a qual compete descentralizar os programas, projetos e ações que integram a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e desenvolver ações de assistência estudantil de acordo

com as normas vigentes para cada serviço, odontológico, social, pedagógico e psicológico (PDU, 2020-2022).

A implantação do CAFS corrobora para o desenvolvimento educacional, socioeconômico, cultural, tecnológico e sustentável do município de Floriano-PI e demais municípios adjacentes (tanto do Piauí quanto do Maranhão), por promover ações transformadoras para (e com) comunidade acadêmica, por meio da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão (PDU, 2020-2022).

Tem como missão promover o processo formativo e a capacitação ao exercício profissional de sujeitos, com conhecimentos humano-históricos e científicos, capazes de intervir na realidade social com liberdade, autonomia intelectual, ética e consciência política. E, como visão, ser referência na formação superior regional, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, por meio da excelência no ensino, pesquisa e extensão. Sendo os valores, base para concretude institucional como Universidade Federal, os seguintes: autonomia; respeito; transparência; ética; humanização; excelência; solidariedade; compromisso Social; universalidade; coletividade, e sustentabilidade (PDU, 2020-2022).

O cumprimento dessa missão e a visão do CAFS evidenciam a relevância do processo de democratização do acesso no contexto da interiorização do ensino superior federal do país. As novas Universidades e os novos *Campi* trazem a oportunidade de estudos universitários a discentes que vivem fora dos grandes centros urbanos e de outros estados, contribuindo para a melhoria da vida dos seus alunos.

Outrossim, tal fenômeno da expansão e interiorização traz, para além da possibilidade de acesso, contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas essas unidades acadêmicas, uma vez que, juntamente com o ensino, se desenvolvem a pesquisa, a extensão e a inovação. Desse modo, o REUNI constituiu-se em um programa que possibilita às IFES cumprir seu papel de apoio ao desenvolvimento dos Estados, das regiões e do país.

É válido ressaltar que a expansão das universidades federais é um processo contínuo e cumulativo, até que sejam atingidas as principais metas previstas para o ensino superior pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Plano Nacional de Educação (PNE), a saber:

- **Meta 12:** “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18

(dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurando a qualidade de oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público”.

- **Meta 13:** “Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de doutores”.

- **Meta 14:** “Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores”.

Enfim, o *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, da Universidade Federal do Piauí, tem demonstrado sua capacidade em responder aos anseios da sociedade e contribui não só para propiciar uma formação técnico-científica de qualidade, condizente com o mundo de trabalho contemporâneo e para o atingimento das metas previstas no PNE, mas, também, para a construção de uma sociedade mais democrática, mais equânime, mais inclusiva e solidária.

É importante ressaltar que a atuação do CAFS/UFPI contribui, ainda, com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, apenas 9,61% tinham curso superior completo. Sobre o assunto, vale destacar que, apesar de não termos esses percentuais referentes a 2022 ainda divulgados, acreditamos que o aumento da população de Floriano com ensino superior completo tenha sido significativo nestes últimos doze anos. Só em 2022, por exemplo, o CAFS conseguiu formar 1.960 alunos nos cursos de graduação que oferece, sem contar na formação oferecida pelas outras IES existentes na cidade. Defendemos, pois, que a criação do Curso de Graduação Bacharelado em medicina, no município de Floriano, contribuirá para ampliar, mais ainda, o percentual de pessoas residentes no município com curso superior, favorecendo uma melhor capacitação em educação e em saúde e interferindo, assim, satisfatoriamente no IDHM.

1.2.3 Educação Médica no Estado do Piauí: contexto atual e perspectivas para avançar

O ensino da Medicina no Piauí acontece desde outrora, tempos antigos, destacando-se o período colonial, em que crianças e jovens, filhos de brancos, nativos e escravos,

aprenderam a arte da cura com missionários, capelães, homens letrados, mulheres preadadas, preceptores particulares, tios, pais e mães, os quais eram denominados de mestres. Entre estes, cita-se a figura do negro forro, Antônio José, o qual era considerado, pelas autoridades dirigentes, um Mestre na arte da cura, sendo convocado pelo Governo da Capitania de São José do Piauí, para ensinar meninos e meninas, que habitavam aldeias indígenas, o curandeirismo, que naqueles tempos significava fazer sangria, usar corretamente ervas nativas e remédios produzidos na Metrópole (VIEIRA, 2013).

Nesse ínterim, só era possível tratar os males do corpo pela ação de homens práticos com poucos conhecimentos sobre doenças e curas, mezinheiras e parteiras que revestiam suas ações com elementos pertinentes ao imaginário supersticioso, fazendo uso de ervas, sementes, cascas e raízes de árvores, excrementos de gado e simpatias. Eram, pois, práticas nativas misturadas ao conhecimento importado da Europa (ALMEIDA, 2010).

Já no século XVIII, na cidade de Oeiras, sede da Capitania de São José do Piauí, a Medicina era desenvolvida por cirurgiões em um hospital militar, diferentemente daquela praticada no âmbito das aldeias, sítios e fazendas. Neste serviço, havia um soldado, que atuava como enfermeiro e dois índios, como serventes, além dos cirurgiões, os quais tratavam dos militares feridos nas guerras ou quando doentes de sezão, infecções e diarreias (NUNES, 2007).

No século XIX, os médicos também eram responsáveis pelo tratamento das enfermidades individuais, mas, em âmbito federal, houve ampliação para assegurar medidas que visavam à boa saúde e à longevidade populacional, em função da elevada incidência de epidemias que resultaram no aumento das taxas de mortalidade. Isto produziu iniciativas de saúde pública no Brasil, sob a chancela do governo central (CHALHOUN, 2006; MARINHO, 2021).

Essas discussões higienistas federais pareceram contribuir positivamente para uma alteração da condição da saúde pública no Piauí (MARINHO, 2021). Assim, em princípios do século XIX, destacam-se a figura de cirurgiões, como Francisco José Furtado, na cidade de Oeiras (ALMEIDA, 1944).

Em 1822, o deputado do Piauí nas Cortes Portuguesas, Padre Domingos da Conceição, apresentou em sessão da Assembleia o pleito de que fossem criados no Piauí dois empregos necessários para a conservação da saúde daqueles povos, prioritariamente dos militares enfermos, a saber: um Físico-Mor, que residirá na cidade de Oeiras, capital da

Província; outro de Cirurgião-Mor do Estado, que residirá na Vila da Parnaíba, a 120 léguas distantes. O Padre, na ocasião, elaborou um anteprojeto de lei abrangendo a criação dos cursos superiores de Medicina e Cirurgia Prática.

Em 1832, houve ampliação do serviço, pois foi criado o cargo de Cirurgião Público para a cidade de Oeiras, com respectiva nomeação do Cirurgião-Mor José Luís da Silva. Sua nomeação estava vinculada ao desempenho de funções não somente junto aos militares, como também no tratamento de todas as pessoas pobres que fossem recolhidas no hospital militar e no hospital de caridade a ser instalado na referida cidade. E na década de 1840, exerceu a Medicina na cidade de Oeiras, José Sérvio Ferreira, que assumiu o cargo de Médico do Hospital de Caridade e das Enfermarias Militares, além do cargo público de Médico da cidade (COSTA, 1909; 1974).

Nota-se que, até aqui, a atuação dos médicos se dava em atendimentos privados, nas enfermarias militares, onde se atendiam os presos e soldados, e no Hospital de Caridade. A formação deles vinculava-se, especialmente, às Faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, assim como em outros países, e seu retorno era bastante prestigiado pela sociedade (SANTANA, 2017).

Nesse contexto, há que se mencionar também outros dois médicos de grande destaque no cenário piauiense, foram eles: Simplício de Sousa Mendes, que atuou como professor no Liceu, depois, como diretor da Instrução Pública, e posteriormente, foi médico do Partido Público e também Deputado Geral pelo Piauí; e Areolino Antônio de Abreu, que foi Vice-Governador do Piauí e um dos principais articuladores na fundação de um espaço para recolher os doentes mentais em Teresina, ambos formados na Bahia (SANTANA, 2017).

Por conseguinte, ocorreu a transferência da capital do Piauí de Oeiras para Teresina, quando então o Hospital de Caridade foi reduzido a uma enfermaria, extinta posteriormente em 1861 (COSTA, 1909; COSTA, 1974), o que levou à ampliação dos serviços médicos nesse último município.

Anos mais tarde, por volta de 1920, a campanha pelo saneamento resultou na constituição de agências administrativas e de políticas em saúde pública no interior do país, com atuação médica (MARINHO, 2021; PIAUHY, 1925; SANTOS; 2004). Para Silva (2014), ocorre, então no Piauí, a construção de uma cultura sanitaria de forma mais organizada. Portanto, entre os séculos XIX e as primeiras décadas do século XX, ocorreu uma

medicalização da sociedade teresinense, mas de forma a atender momentos de calamidades.

A primeira iniciativa dessa cultura sanitarista foi a instalação do Posto de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas e, em seguida, o Serviço de Profilaxia da Tuberculose. Tais serviços localizavam-se na capital, mas prestavam atendimento às populações de outros municípios, inclusive Parnaíba. Posteriormente, houve o desejo de ampliar os serviços para o interior do Estado, porém, foi instalado em 1925, apenas mais um Posto de Saúde em Parnaíba (MARINHO, 2021; PIAUHY, 1925; SANTOS, 2004).

Ao passo que havia ampliação de serviços médicos no Estado, crescia também a demanda por novos profissionais, os quais continuavam a buscar outros locais para terem sua formação, pois, somente em 1966 foi instituído um Grupo de Trabalho com fins de planejar a criação e o funcionamento da Faculdade de Medicina do Piauí (BRITO, 1995).

Em 11 de agosto daquele ano, foi criada a Faculdade de Medicina no Piauí pelo Decreto Estadual nº 694, sediada na cidade de Teresina, e mantida através da Fundação Estadual de Ensino Superior do Piauí (FESPI), nos termos da Lei Estadual nº 2.745, de 10 de agosto de 1966 (PIAÚ, 1966a; 1966b). A referida Faculdade teve seu funcionamento autorizado, em 19 de novembro de 1966, pelo Conselho Estadual de Educação (CNE), através do parecer nº 1/66 (CNE, 1966), mas somente dois anos depois, em 1968, realizou-se o primeiro vestibular (BRITO, 1995). E na década seguinte, especificamente, em 26 de agosto de 1974, através do Decreto n.º 74.466 foi reconhecido oficialmente pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) o Curso de Medicina da UFPI.

Em 12 de novembro de 1968, foi criada a UFPI, pela Lei Federal nº 5.528/68, e, assim, extinguiu-se, automaticamente, a FESPI. Poucos anos depois, em 26 de agosto de 1974, através do Decreto nº 74.466, foi reconhecido oficialmente pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) o Curso de Medicina da FUFPI (PPC MEDICINA, 2015).

Nos anos 1990 e 2000, 3 (três) outros Cursos de Medicina foram iniciados, todos na capital do Piauí, a saber: o da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em 1999; o do Centro Universitário UNINOVAFAP, inicialmente denominada Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí, em 2004; e o do Centro Universitário Facid Wyden, em 2005 (BRASIL, s.d.).

Há que se destacar aqui o Programa “Mais Médicos”, institucionalizado pela Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e implementado pela Portaria Interministerial nº 1.369,

de 8 de julho de 2013. Este Programa tem a finalidade de formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde (SUS), sendo, portanto, um dos seus objetivos aprimorar a formação médica no País e proporcionar maior experiência no campo de prática médica durante o processo de formação (BRASIL, 2013a; 2013b).

Frente a isso, um dos eixos estratégicos do Programa Mais Médicos, o segundo, visa a ampliação de vagas e Cursos de Medicina, com reformas na Educação Médica, na graduação e na residência (SEPARAVICH; COUTO, 2021). Estes autores afirmam que existiram avanços, a partir do referido Programa, tanto na expansão dos Cursos de Medicina e na ampliação de vagas para a Residência de Medicina de Família e Comunidade (MFC) quanto na adoção de práticas pedagógicas que proporcionam o contato e a vivência do futuro médico com os segmentos sociais rural e periférico das grandes cidades (SEPARAVICH; COUTO, 2021).

Mourão Netto *et al.* (2018) verificaram que, de 2013 a 2016, em virtude da implementação do Programa Mais Médicos, foram criados 70 novos Cursos de Medicina, com oferta de 5.540 novas vagas, ou seja, houve crescimento da quantidade de vagas de Medicina de 0,83 por 10.000 habitantes em 2012 para 1,07 por 10.000 habitantes em 2015.

Muitas desses novos cursos e vagas foram ofertados nas regiões mais necessitadas de assistência médica, como a região Nordeste do Brasil. A implantação desses novos Cursos de Medicina, nesta região, foi muito exitosa, pois permitiu a interiorização das vagas e também inovações pedagógicas (ALENCAR; GUIMARÃES; MUCARI, 2017; MOURÃO NETTO *et al.*, 2018).

Como exemplo desse crescimento na região Nordeste, cita-se o Estado do Piauí, o qual, após a implementação do Programa Mais Médicos, teve os seguintes Cursos de Medicina iniciados: um na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR), localizado em Parnaíba, que iniciou em 2014; nesta mesma cidade há outro, na Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí, que começou em 2015; e um, em Picos, ofertado pelo *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros da UFPI, que iniciou em 2016 e teve sua primeira turma formada no período 2022/2, o qual foi concluído em maio de 2023, por conta da Pandemia de COVID-19. Em Teresina, conforme disponibilizado no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC), há um outro Curso na Faculdade de Tecnologia de Teresina (Faculdade CET), que ainda não foi iniciado (BRASIL, s.d).

Pelo exposto, observa-se que há uma concentração de Cursos de Medicina na região norte do Estado e há a existência de apenas um curso no centro-sul, o que requer que indivíduos do sul, com amplo desejo e sonho de se tornarem médicos, migrem para tais cidades ou ainda para Estados vizinhos. Há, também, uma concentração de profissionais médicos na região norte do Estado, em detrimento da falta destes nas cidades localizadas mais ao sul do Estado. Em face disso, espera-se que o Piauí tenha a oportunidade de ampliar, para outros locais, o ensino médico, contribuindo para o fortalecimento das Redes de Atenção em Saúde em todo o Estado, de modo a proporcionar melhor assistência a toda população das diferentes macrorregiões e dos seus territórios de desenvolvimento.

1.3 Organização da Atenção à Saúde no Estado do Piauí

1.3.1 O Estado do Piauí e a Regionalização em Saúde

O Estado do Piauí tem uma área de 251.577,738 Km², distribuídos em 224 municípios, com uma população estimada de 3.289.290 habitantes. Está localizado no noroeste da região nordeste e tem como limites o oceano Atlântico ao norte; Ceará e Pernambuco ao leste; Bahia ao sul e sudeste; Tocantins, a sudoeste; e o Maranhão, ao oeste e noroeste (IBGE, 2021).

Considerando as características ambientais, culturais, econômicas, dentre outras, desse Estado, o Governo do Estado do Piauí, seguindo o proposto no Pacto pela Saúde, que busca a regionalização em saúde solidária e cooperativa (BRASIL, 2006), instituiu, através da Lei Complementar nº 87/2007, a sua regionalização em 12 regiões denominadas de “Territórios de Desenvolvimento”, sendo eles: Carnaubais, Cocais, Chapada das Mangabeiras, Entre Rios, Planície Litorânea, Serra da Capivara, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Vale do Canindé, Vale do Rio Guaribas, Chapada Vale do Rio Itaim, Vale do Sambito, Vale dos Rios Piauí e Itaueira (ver Figura 1) (GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, 2007).

Os 12 Territórios de Desenvolvimento do Piauí se encontram distribuídos em 4 (quatro) macrorregiões de saúde: **Macro Litoral** (Cocais e Planície Litorânea), **Macro Meio Norte** (Carnaubais e Entre Rios), **Macro Semiárido** (Vale do Canindé, Vale do Rio Guaribas, Chapada Vale do Rio Itaim e Vale do Sambito), **Macro Cerrados** (Vale dos Rios Piauí e

Itaueira, Chapada das Mangabeiras, Serra da Capivara e Tabuleiros do Alto Parnaíba) (Figura 2).

Figura 1. Regiões de saúde, Piauí.



Fonte: Plano Estadual de Saúde do Piauí – 2020 a 2023.

Figura 2. Macrorregiões de saúde, Piauí.



Fonte: Plano Estadual de Saúde do Piauí – 2020 a 2023.

É importante destacar que essa regionalização transcende os limites político-administrativos do Estado do Piauí, de modo a abranger parte do leste do Estado do Maranhão e parte do noroeste do Estado do Ceará, reforçando a prevalência dos critérios físico-ambientais em sua instituição (NOBRE; CARVALHO, 2020). Assim, o Piauí atende ainda populações desses locais.

A regionalização na perspectiva de “Regiões de Saúde”, tem-se como objetivo funcional expresso na máxima oferta e disponibilidade de ações de saúde para a população

de um dado território, instrumentalizada por uma rede, articulada e integrada. É compreendida como uma estratégia eficaz na formação de sistemas de saúde eficientes e de relações intergovernamentais mais cooperativas. Prevista, constitucionalmente, no contexto das políticas de redemocratização que o País vem vivenciando desde a outorga da Constituição Federal de 1988, prevê maior autonomia aos três entes Federados, definindo suas competências. Assim, Estados e Municípios devem ser capazes de assumirem, efetivamente, os papéis que lhes cabem na definição e execução das ações referentes à saúde, em seus respectivos territórios.

Os Municípios que compõem cada uma das 12 Regiões de Saúde oferecem serviços e ações de média complexidade ambulatorial e hospitalar, historicamente já ofertados, além de atuarem, à luz da nova proposta de agregação regional do Plano Diretor de Regionalização (PDR/2015), como municípios de referência nas macrorregiões de saúde.

Tem-se, como municípios de referência Macrorregional para a Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, Teresina, Parnaíba, Picos e Floriano, municípios, os quais tem no elenco de responsabilidade a oferta de serviços e ações de Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar. Dessa forma, passaram a atuar como referência macrorregional, à medida que se efetivaram e efetivam os investimentos financeiros por parte do Estado, indispensáveis à estruturação das condições físicas, materiais e humanas para essa atuação.

Ao todo, segundo o Plano Estadual de Saúde do Piauí (2020 a 2023), para o atendimento à saúde da população, o Estado, contemplando todas os Territórios de Desenvolvimento, dispõe de uma rede assistencial e de atenção em saúde composta de 2.650 unidades/estabelecimentos/núcleos/equipes de saúde, dos quais: 60,8% são públicos, sendo 106 Hospitais Gerais, 22 Hospitais Especializados, 7 Maternidades, além de leitos obstétricos localizados em 49 Hospitais Gerais. No âmbito da Atenção Primária à Saúde, atualmente, possui: 152 Academias da Saúde habilitadas, 82 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Tipo I, 58 NASF Tipo II e 99 NASF Tipo III. Conta ainda com 03 NASF Intermunicipais, 943 Equipes de Saúde da Família habilitadas, 46 Equipes de Saúde da Família do Programa de Valorização dos Profissionais na Atenção Básica (PROVAB); 304 Equipes de Saúde da Família do Programa Mais Médicos, 1.010 Equipes de Saúde Bucal Modalidade I, 55 Equipes de Saúde Bucal Modalidade II, 7.166 agentes comunitários, 31 Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e 62 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Integra, ainda, a capacidade instalada de Serviços do Sistema Estadual de Saúde, o Complexo Regulador Estadual, instituído mediante Resolução Comissão Intergestora Bipartite (CIB) nº 37, de 2013, em observância ao disposto na Portaria nº 1.559, de 1º de agosto de 2008, do Ministério da Saúde, que estabeleceu a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde.

O Complexo Regulador Estadual tem por atribuições: fazer a gestão da ocupação de leitos e agendas das unidades de saúde; absorver ou atuar de forma integrada aos processos autorizativos; efetivar o controle dos limites físicos e financeiros; estabelecer e executar critérios de classificação de risco; e executar a regulação médica do processo assistencial (CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE, 2016). Colaborando, assim, para maior fiscalização e interligação das informações em saúde de todos os Territórios de Desenvolvimento.

1.3.2 Macrorregião dos Cerrados: novo campo de atuação para o Ensino Médico

Dentre as 4 (quatro) Macrorregiões de Saúde, a Macrorregião dos Cerrados (Figura 3), em que o município de Floriano faz parte com a maior população, ainda não foi contemplada com o Ensino Médico. Na defesa da aprovação deste Projeto Educacional, tem-se que a região é a maior em extensão territorial das Macrorregiões de Saúde do Estado do Piauí, compreendendo 4 (quatro) regiões de saúde: Vale dos Rios Piauí e Itaueira (28 municípios), Serra da Capivara (18 municípios), Chapada das Mangabeiras (23 municípios) e Tabuleiros do Alto Parnaíba (5 municípios), perfazendo assim, um total de 74 municípios (GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, 2019).

Figura 3. Macrorregião dos Cerrados, Piauí.



Fonte: Plano Estadual de Saúde do Piauí – 2020 a 2023.

A Macrorregião dos Cerrados tem uma população estimada de 590.124 habitantes (GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, 2019). É uma das macrorregiões que transcendem o limite territorial do Piauí, com 114,6 mil km² nesse Estado e 58,8 mil km² no Maranhão.

A rede assistencial e de atenção à saúde, no que tange aos serviços hospitalares, um dos campos de atuação para o ensino médico, por Território de Desenvolvimento, no caso, 'Vale do Rios Piauí e Itaueira' com 12 Unidades Mistas Municipais, 2 (dois) Hospitais Gerais Estaduais, 2 (dois) Hospitais Gerais Municipais, um Hospital Geral privado, 2 (dois) Hospitais Especializados privados e uma Clínica Especializada; na 'Chapada das Mangabeiras' com 11 Unidades Mistas, sendo 3 (três) Estaduais, e 3 (três) Hospitais Gerais Estaduais; na 'Serra da Capivara' com 4 (quatro) Unidades Mistas Municipais, 2 (dois) Hospitais Gerais Estaduais, 3 (três) Hospitais Gerais privados e um Hospital Especializado Municipal; e no 'Tabuleiros do Alto Parnaíba' com 2 (duas) Unidades Mistas Municipais e um Hospital Geral Estadual.

Os Territórios de Desenvolvimento acima citados contam ainda com a rede assistencial e de atenção à saúde no âmbito da Atenção Primária, outro campo de atuação do Ensino Médico, a qual necessita de ampliação no tocante à contratação de novos profissionais, bem como de adoção de outras estratégias que permitam esse crescimento e cobertura total da população de cada município. Nesse ínterim, ressalta-se que o Estado participará como pioneiro do projeto elaborado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), sobre a Planificação da Atenção Primária à Saúde, com ênfase na Segurança do Paciente (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, 2021).

Os municípios da Macrorregião dos Cerrados são os mais distantes da Capital do Estado, o que gera dificuldade da população no acesso aos serviços de saúde, educação, dentre outros. Do mais, é fundamental destacar que está em pleno desenvolvimento, não somente no setor saúde, mas também econômico, especialmente, pela expansão das plantações de grãos nos Territórios da Chapada das Mangabeiras e Tabuleiros do Alto Parnaíba, com tímida plantação no Território do Vale dos Rios Piauí e Itaueira, bem como pelas suas grandes riquezas naturais, como; o Parque Nacional da Serra da Capivara, nos municípios de São Raimundo Nonato e Coronel José Dias; o Parque Nacional da Serra das Confusões, em Caracol e Guaribas; e o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, localizado na divisa dos Estados do Piauí, do Maranhão, da Bahia e do Tocantins.

1.3.3 O Território do Vale dos Rios Piauí e Itaueira e o município de Floriano

O Território dos Vales dos Rios Piauí e Itaueira é composto de 19 municípios, são eles: Arraial, Brejo do Piauí, Canto do Buriti, Flores do Piauí, Floriano, Francisco Ayres, Itaueira, Nazaré do Piauí, Nova Santa Rita, Paes Landim, Pajeú do Piauí, Pavussu, Pedro Laurentino, Ribeira do Piauí, Rio Grande do Piauí, São José do Peixe, São Miguel do Fidalgo, Socorro do Piauí e Tamboril do Piauí. A população destes municípios está especificada no Quadro 1. Vale destacar que esse território serve de referência para outros municípios dos Estados do Maranhão e Ceará.

Nestes municípios, a rede de assistencial e de atenção à saúde contempla serviços de atenção primária, assim como de média e alta complexidade, nas quais se incluem os serviços hospitalares, em que, segundo o Plano de Saúde do Estado do Piauí (2020 a 2023), a região conta com unidades mistas, hospitais especializados e gerais, contabilizando ao todo, 411 leitos, sendo 391 leitos do Sistema Único de Saúde.

Os principais municípios dessa região de saúde são Canto do Buriti e Floriano. Esta última é a maior cidade dentre as 74 que compõem a Macrorregião dos Cerrados, a qual se destaca tanto na economia quanto na oferta de serviços na área da educação e de saúde, atraindo muitas pessoas de todo o Sul do Piauí.

O município de Floriano está situado na Região Fisiográfica do Médio Parnaíba, à margem direita desse mesmo rio, em frente à cidade de Barão de Grajaú, Maranhão. Fica a 234 km de Teresina. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Floriano é 0,700, em 2010, segundo dados do IBGE 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Intermediário (IDHM entre 0,700 e 0,799). Ademais, integra-se como cidade território de desenvolvimento (TD 9) entre os Vales dos Rios Piauí e Itaueira.

Os municípios limítrofes de Floriano são: ao norte Amarante e o Estado do Maranhão com o município de Barão de Grajaú; a Leste com Francisco Ayres, Nazaré do Piauí e São José do Peixe; a oeste com Jerumenha e o Estado do Maranhão e ao sul, com Itaueira e Flores do Piauí. A Figura 4 indica a localização de Floriano no Estado do Piauí e os municípios limítrofes.

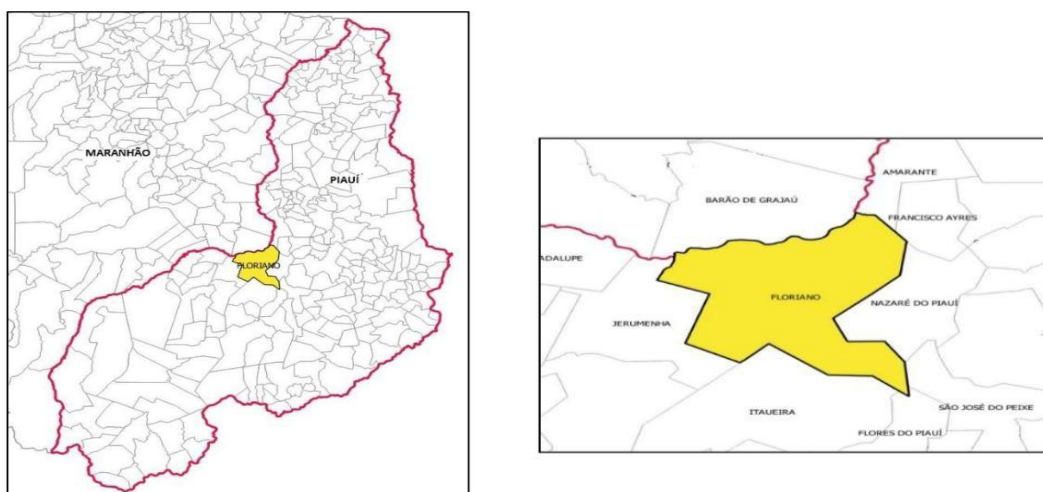
O município de Floriano-PI possui 45 (quarenta e cinco) bairros, incluindo os conjuntos habitacionais. É o segundo porto fluvial do Pi, ligando a Teresina pelas rodovias federais BR-230 e BR-343. O Quadro 2 apresenta os bairros que compõem o município de Floriano.

Quadro 1. População dos municípios do Vales dos Rios Piauí e Itaueira.

Estado/Município	População
Arraial	4.520
Brejo do Piauí	3.904
Canto do Buriti	19.365
Flores do Piauí	4.414
Floriano	62.036
Francisco Ayres	4.412
Itaueira	10.323
Nazaré do Piauí	6.665
Nova Santa Rita	4.076
Paes Landim	4.088
Pajeú do Piauí	3.000
Pavussu	3.628
Pedro Laurentino	2.458
Ribeira do Piauí	4.055
Rio Grande do Piauí	5.801
São José do Peixe	3.297
São Miguel do Fidalgo	2.829
Socorro do Piauí	4.141
Tamboril do Piauí	2.949
TOTAL	155.961

Fonte: IBGE, 2022.

Figura 4. Mapas com os municípios limítrofes geográficos de Floriano-PI.



Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico de Floriano/PI (2021).
(https://www.floriano.pi.gov.br/download/202201/SF18_4b448226ad.pdf)

Quadro 2. Bairros que compõem o município de Floriano-PI, 2023.

Alto da Cruz	Alto da Guia	Bom Lugar	Bosque Santa Teresinha
Caixa d'Água	Campo Velho	Cancela	Canoas
Catumbi	Centro	Conjunto Aparecida Procópio	Conjunto Filadelfo Freire de Castro
Conjunto Hermes Pacheco	Conjunto José Pereira da Silva	Conjunto Jacob Demes	Conjunto Paraíso
Conjunto Pedro Simplicio	Curador	Curtume	Ibiapaba
Irapuá I	Irapuá II	Juá	Manguinha
Matadouro	Meladão	Morro do Tiro	Nossa Senhora da Guia
Pau Ferrado	Planalto Sambaíba	Princesa do Sul	Rede Nova
Riacho Fundo	Sambaíba Nova	Sambaíba Velha	Santa Rita
São Borja	São Cristóvão	Taboca	Tamboril
Terra Preta	Tiberão	Via Azul	Vila Leão
Vila Parnaíba			

Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico de Floriano/PI (2021).

A população de Floriano era 59.064 pessoas em 2010, em 2022 a população passou para 62.036 pessoas. Houve um crescimento discreto da população nos últimos anos, indicando um controle no crescimento populacional, como aponta o Quadro 3 da série histórica da população, de acordo com o Censo do IBGE, 2022.

Quadro 3. Distribuição da Série Histórica da População Residente. Floriano-PI.

Ano da pesquisa	População (pessoas)	Crescimento Populacional	% de Crescimento da População
1970	35.850	-	-
1980	43.129	7.279	20%
1991	51.494	8.365	19%
2000	54.591	3.097	6%
2010	57.690	3.099	6%
2022	62.036	4.346	8%

Fonte: IBGE, 2022.

Atualmente, Floriano é um influente polo de desenvolvimento, considerado município emergente, e sua sede é ponto de convergência de vasta área do sul do Piauí e Maranhão. A rede de ensino do município atende não apenas os municípios do Sul do Estado do Piauí, como os do Estado do Maranhão, consolidado como grande polo educacional, atendendo desde o nível fundamental, médio normal e profissionalizante, bem como o ensino superior de qualidade, através de universidades públicas e particulares, contribuindo para que o município detenha um dos maiores índices de estudantes *per capita*.

Dentre as cidades do Estado do Maranhão para as quais o município de Floriano é referência, citam-se as da Macrorregião Leste, Região de Saúde São João dos Patos, conforme o Quadro 4.

Sobre os serviços de saúde, a cidade de Floriano possui 66 (sessenta e seis) estabelecimentos, sendo 28 (vinte e oito) públicos, 3 (três) de âmbito Estadual e o restante Municipal. Dos 38 (trinta e oito) estabelecimentos privados, apenas dois não têm fins lucrativos e 29 (vinte e nove) são amparados pelo Sistema Único de Saúde (CNES, 2023).

Quadro 4. Macrorregião Leste, Região de Saúde São João dos Patos.

MACRORREGIÃO LESTE - REGIÃO DE SAÚDE SÃO JOÃO DOS PATOS	População
Barão de Grajaú	19.310
Benedito Leite	5.472
Buriti Bravo	22.427
Colinas	40.322
Jatobá	8.239
Lagoa do Mato	10.583
Mirador	20.998
Nova Iorque	4.308
Paraibano	19.330
Passagem Franca	17.244
Pastos Bons	18.724
São Domingos do Azeitão	7.937
São João dos Patos	25.452
Sucupira do Norte	10.247
Sucupira do Riachão	4.966
TOTAL	235.559

Fonte: IBGE, 2022.

Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), a Rede de Atenção Municipal é composta de uma base avançada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), 24 Unidades Básicas de Saúde, 26 Equipes da Estratégia de Saúde da Família, 24 Equipes de Saúde Bucal, 1 Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAD), 1 Equipe Multiprofissional de Apoio (EMAP), 3 Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), 1 Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II), 1 CAPS Ad III, 1 Centro de Testagem e Aconselhamento para Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST/AIDS (CTA), 1 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 1 Centro de Controle de Zoonoses, 2 Academia Popular, 1 Academia de Saúde, 1 Central de Rede de

Frio, um Centro de Especialidades Odontológicas, 1 Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e 1 Policlínica Municipal.

Cabe destacar que estes dois últimos serviços foram inaugurados em 2022, a Unidade de Pronto Atendimento “Dr. Ademar Pereira da Silva” (UPA) que foi inaugurada em março de 2022, a estrutura conta com uma sala de estabilização com quatro leitos, sala amarela com nove leitos, uma observação pediátrica com seis leitos, laboratório, Raio X e uma equipe multidisciplinar, com suporte para garantir a nossa população de Floriano e região um atendimento de qualidade, agilidade e eficiência e a Policlínica Municipal de Floriano que atualmente atende 34 municípios (28 municípios do território Vales dos Rios Itaueira e Piauí e 6 municípios da região do Alto Parnaíba) (FLORIANO, 2022).

A cidade conta com 3 (três) Hospitais Gerais, sendo 1 (um) mantido pelo governo do Estado, com atenção de média e alta complexidade e 2 (dois) privados. O município possui também clínicas de atendimento especializado, como: nefrologia, oftalmologia, gastroenterologia, ortopedia, prevenção do câncer, que se inserem na natureza privada, conveniados ao SUS.

Entre os Hospitais Gerais, cita-se o Hospital Regional Tibério Nunes (HRTN), que concentra a maioria dos leitos de internação do Vale dos Rios Piauí e Itaueira, 208 leitos. Este hospital é, portanto, a maior instituição de saúde da Macrorregião dos Cerrados, servindo como um serviço de referência macro na rede hospitalar. Este serviço conta com um setor específico de Urgência e Emergência, UTI adulto e neonatal, Centro de Referência de Parto Normal, Casa da Gestante, cirurgias de várias especialidades, serviço de tomografia, laboratório próprio, dentre outros.

Além disso, ainda no setor saúde, a cidade ainda conta com muitos serviços de retaguarda, como o Centro de Hemoterapia do Piauí (Hemocentro), várias clínicas privadas, uma estruturada rede de laboratórios bioquímicos e clínicas especializadas em exames por imagem.

Dados do relatório de gestão de 2022, do município de Floriano, evidenciam que a Atenção Básica se destacou com 44.605 atendimentos médicos, 35.543 atendimentos de enfermagem, 30.286 procedimentos técnicos de enfermagem, 13.302 atendimentos odontológicos e com a realização de 59.342 procedimentos diversos. No que se refere aos serviços especializados, estes foram ampliados, na Policlínica que atualmente disponibiliza 17 especialidades (Vascular, Ginecologia, Ortopedia, Otorrino, Cardiologia, Endocrinologia

pediátrica, Oftalmologia, Neurologia, Pediatria, Obstetrícia, Neuropediatria, Dermatologia, Gastroenterologia, Cirurgia oncológica, Cirurgia geral, Urologia e Radiologia). Em 2022, foram realizados 13.974 atendimentos especializados e 23.722 exames especializados (FLORIANO, 2022).

Cabe ainda mencionar que houve a realização do Mutirão de Consultas e Exames Oftalmológicos, com mais de 700 pessoas atendidas e, também, sucesso nas campanhas de vacinação: contra a pólio que atingiu 85% de cobertura vacinal, a melhor taxa entre as maiores cidades do Piauí; os quatro mutirões de vacinação para a COVID-19 totalizando 4.900 vacinas aplicadas e a vacinação antirrábica na zona urbana que atinge 13 mil vacinas aplicadas em um só dia (FLORIANO, 2022).

Quanto à educação de nível superior, seja presencial ou à distância, Floriano, atualmente, conta com instituições de ensino, sendo: UFPI/CAFS; UESPI/*Campus* Dra. Josefina Demes; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI); Faculdade de Ensino Superior de Floriano (FAESF); Anhanguera; UniCesumar; Centro Universitário Internacional (UNINTER); Faculdade Três Marias; Centro Universitário Fael; Centro Universitário Leonardo da Vinci; Centro Universitário UNIBTA; Centro Universitário SENAC, Universidade de Taubaté; Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu; Centro Integrado de Ensino Superior de Floriano; Faculdade do Vale do Jaguaribe; Universidade Estácio de Sá e Claretiano – Centro Universitário. Algumas dessas instituições ofertam cursos de graduação na área da saúde, a exemplo do Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem pela UFPI/CAFS, mas nenhuma delas oferta Curso de Graduação Bacharelado em Medicina (CADASTRO DO E-MEC, 2023).

Esse cenário revela a necessidade da oferta de um curso de Medicina em Floriano, com vistas na consolidação da assistência à saúde no Território do Vale dos Rios Piauí e Itaueira, em toda a Macrorregião dos Cerrados, além de outros Estados, especialmente, o Sul do Estado do Maranhão, visando contribuir para a ampliação do polo do setor saúde e proporcionando a solidificação de Floriano enquanto centro formador de Profissionais de Saúde em todo o sul do Estado do Piauí.

Revela, ainda, que a rede hospitalar e os serviços de atendimento à saúde, do município de Floriano, propiciam condições favoráveis à criação do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina no *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMEDCAFS/UFPI), constituindo-se um bom cenário para a prática do estágio curricular supervisionado

obrigatório (internato), tão necessária no processo formativo dos profissionais da área Médica.

2. CONCEPÇÃO DO CURSO

Neste Capítulo, buscou-se fornecer subsídios que culminaram na elaboração da proposta inovadora e atualizada de formação médica, intitulado Curso de Graduação Bacharelado em Medicina (CGBMEDCAFS/UFPI). Para tanto, elencou-se a estrutura, os objetivos do curso, o perfil do egresso, as competências e habilidades e o perfil do corpo docente incorporados no programa de formação.

Como documentos legais norteadores desta proposta, estão a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), o Parecer Nº 1.133/2001 CNE/CES, nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição (BRASIL, 2001), os Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares (BRASIL, 2010), a Lei 12.871, que institui o Programa Mais Médicos (BRASIL, 2013), as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina (BRASIL, 2014), as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução Nº 7 de dezembro de 2018 do CNE/MEC), as Resoluções Nº 053/2019 e 297/2022 CEPEX/UFPI, que regulamentam a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos cursos de graduação da UFPI; e a Resolução Nº 177/12 CEPEX/UFPI que regulamenta o funcionamento dos cursos de graduação da UFPI.

2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso

Curso: Bacharelado em Medicina

Título Acadêmico: Bacharel(a) em Medicina

Modalidade: Ensino Presencial

Duração do Curso:

Tempo Mínimo de Integralização: 6 anos

Tempo Máximo de Integralização: 9 anos

Para alunos com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no Curso.

Acesso ao Curso:

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC ou de acordo com o Edital específico da UFPI.

Regime letivo: Crédito

Turnos de oferta: Integral

Vagas: 30 vagas por ano

Local de Funcionamento: CAFS/UFPI (Floriano-PI)

Início do Curso: 1º semestre de 2026

Carga Horária: 7.650 Horas

Quadro 5. Sistematização da Carga Horária.

Componentes Curriculares	Carga Horária	Créditos
Módulos Teórico-Práticos	3.390	226
Disciplinas Optativas	120	8
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60	4
Atividades Complementares (AC)	120	8
Estágio Obrigatório (Internato)	3.195	213
Atividades de Extensão (ACE)	765	51
Total	7.650	510

Fonte: Elaborado pela comissão.

Mantenedora: FUFPI

Razão Social: Universidade Federal do Piauí **Sigla:** UFPI

Natureza Jurídica: Pública **CNPJ:** 06.517.387/0001-34

Endereço: *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP: 64049-550

Cidade: Teresina

Telefone: (86) 3215-5511

E-mail: reitoria@ufpi.edu.br

Página eletrônica: www.ufpi.br

2.2 Princípios norteadores do Curso

O Curso de Bacharelado em Medicina para o *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI) foi delineado de acordo com as Normas estabelecidas pelo Grupo de Trabalho de Expansão da Educação Médica nas IFES (GTEM), mediante a adoção de um modelo caracterizado por quatro eixos: clínico, institucional, social e pessoal, que articulados entre si conduzem para uma formação ampla, englobando as dimensões epistêmica, tecnológica, subjetiva, humanística e política da prática médica.

Seu currículo é orientado pela racionalidade pedagógica prático-reflexiva na perspectiva crítica, que deverá tomar a reflexão-ação como elemento norteador da construção de competências profissionais, através da constituição de saberes específicos das necessidades de saúde dos indivíduos e das populações e de habilidades para intervenções efetivas sobre a situação individual ou coletiva.

Nesta perspectiva, no desenvolvimento curricular do Curso de Medicina devem ser considerados os seguintes princípios:

- **Integralidade do cuidado como reflexo da relação dialética entre teoria e prática e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**

A articulação entre a teoria e a prática retoma para a categoria **cuidado** como dispositivo integrador da produção do saber, da utilização de tecnologias necessárias e adequadas e do processo de trabalho médico por meio do qual se define a intervenção, deve ser centrada na investigação de evidências que denotem boas práticas de saúde. Como processo de formação este princípio reflete no desenvolvimento, desde o início do Curso, de atividades articuladas e integradas com a Rede de Atenção à Saúde, de modo que os alunos desenvolvam o espírito investigativo na realidade em que atuam, buscando o conhecimento e a compreensão dos problemas existentes nas unidades de saúde e das necessidades de sua população e elaborando ações de intervenção que possam minimizar tais problemas e necessidades.

Sob este princípio o território no qual se localizam as Regiões e as Redes de Atenção à Saúde é considerado espaço de articulação do ensino, da pesquisa e da extensão possibilitando o desenvolvimento de competências relativas ao cuidado das pessoas e dos grupos sociais, à responsabilidade social e à organização do trabalho em saúde em equipe e em cenários diversificados, à capacidade investigativa das necessidades de saúde, além do aprendizado na construção de projetos e protocolos terapêuticos, fortalecendo a capacidade de respostas da rede de saúde pública.

É relevante que esta articulação se constitua no sentido de concretizar os princípios de universalidade, equidade e integralidade explícitos no SUS, proporcionando a utilização tácita dos conhecimentos produzidos e compartilhados, na melhoria das condições de saúde da população, na organização dos serviços e na qualidade da prática profissional.

Este princípio é fortemente observado na utilização de abordagens problematizadoras que têm se apresentado como resposta inovadora e sido indicadas como importantes na reestruturação curricular, viabilizam a produção de conhecimento que fortalece a transformação das práticas educativas em saúde nos termos requeridos em tempos atuais e contribuem para a incorporação de outros modos de apropriação e construção de conhecimentos.

As abordagens problematizadoras guardam coerência com o princípio que considera o trabalho em saúde como uma prática social na qual os sujeitos se constituem e transformam a sociedade na qual vivem, valorizando o conhecimento prévio dos sujeitos, o favorecimento do pensamento crítico, reflexivo e contextualizado, o fortalecimento da participação, do diálogo e da contextualização do saber-fazer vividos por profissionais de saúde, professores, alunos e a população.

Além disso, guardam a potencialidade de serem capazes de redirecionar o olhar dos sujeitos permitindo sensibilizar aquele que olha, que passa a perceber ou captar de forma mais significativa as incoerências, as necessidades, as iniquidades e a fragmentação do cuidado, cujas explicações precisam ser reconhecidas, analisadas, desconstruídas ou compreendidas. Se um problema ou um fenômeno se expressa de determinada forma e assume tal proporção ou produz dada situação, é possível, a partir de sua problematização, descobri-lo.

- **Formação profissional para a cidadania: responsabilidade social**

A UFPI tem o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual para que o profissional, por meio do questionamento permanente dos fatos, possa contribuir para o atendimento das necessidades sociais. A cidadania é construída pela participação ativa nas atividades curriculares, uma vez que ser cidadão é ser sujeito responsável, ético, comprometido com a coletividade. Isso significa que o eixo de desenvolvimento curricular inclui dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania.

Este princípio é fortalecido no eixo orientador aluno-comunidade em que é promovida a constituição de vínculos com a comunidade, incluindo ações nos territórios e no entorno da Rede de Atenção à Saúde, seja como serviços de atendimento, seja no desenvolvimento de projetos e ações de extensão. A participação social no SUS, apreendida por meio do acompanhamento das ações dos conselhos locais, fóruns e conferências de saúde, reflete na compreensão desses espaços como *locus* onde se define o significado e a extensão objetiva do direito à saúde, vinculando o exercício da prática profissional aos valores imanentes às relações de cidadania.

O eixo que orienta as relações da formação com a dimensão institucional da prática médica favorece o compromisso com a cidadania na medida que a categoria *cuidada* pressupõe uma longitudinalidade que inclui, além das condições de vida da população, o acesso e a qualidade do atendimento nos serviços de saúde.

Isto implica que para o desenvolvimento do currículo torna-se fundamental o conhecimento da dimensão normativa legal do SUS e da prática médica que se objetivam nas ações da Rede de Atenção. Os aspectos éticos, legais, normativos e regulatórios ao serem vivenciados nos distintos cenários, com distintos graus de responsabilização, deixam de ser vistos como estranhos à prática e passam a ser instrumentos importantes para a efetividade das ações seguindo critérios de eficiência e eficácia.

Este princípio encontra-se presente na abertura de canais de interlocução e construção entre o Curso e a sociedade por meio do diálogo e da construção compartilhada de planos e projetos de intervenção, formação e avaliação.

- **Interdisciplinaridade**

Os problemas de saúde do mundo contemporâneo são complexos e não estruturados, exigindo para seu enfrentamento ações mais complexas e interdisciplinares. Coerente com este pensamento tal princípio demonstra que o diálogo entre os conteúdos e campos de

saberes possibilita apreensão mais totalizante dos objetos de estudo e dos problemas cotidianos sob diversos olhares, constituindo-se em reflexões permanentes que permitem a (re)criação do conhecimento. Implica que os conteúdos disciplinares são articulados em torno de problemas e questões reais de modo que a análise e a intervenção daí decorrentes resultam em ações integradas e interdisciplinares. Integralidade no sentido vertical de afirmar as dimensões física, psíquica, espiritual e afetiva do ser humano e no sentido horizontal das relações intersubjetivas dos seres humanos mediadas pela ética, pelo direito e pela política.

Este princípio significa o devir idealizado da formação e ação da Medicina do século XXI. Nesta proposta, em que a organização curricular se caracteriza como transição e adequação a um modelo menos disciplinar e mais integrado e integrador à interdisciplinaridade é um desafio, que vai se enfrentando com base na busca ativa do conhecimento e na compreensão de fundamentos técnicos e científicos nos quais as conexões entre os níveis de complexidade dos problemas de saúde sejam o espaço de atuação do profissional médico, humanista, generalista, crítico, comprometido com a ética e criativo.

Na reconstituição da complexidade dos problemas, na estratégia integralizadora do processo de formação é fundamental a atuação do professor tutor, pois a ele cabe a tarefa de articular os conhecimentos obtidos nos módulos com a objetividade dos problemas e necessidades de saúde inerentes aos diversos níveis de complexidade da atenção e cuidado em saúde.

- **Articulação entre ensino e serviço como cenário para a aprendizagem significativa, a construção de competências e habilidade e o desenvolvimento da prática profissional**

Este princípio encontra-se presente em todos os eixos orientadores do Curso. A vivência nos serviços, a aproximação com os problemas reais, a reflexão e discussão sobre as possíveis resoluções e sua avaliação são etapas que se expressam no ato de exercício da prática médica e acontecem privilegiadamente no ambiente dos serviços, em que os conhecimentos, habilidades e competências são transformadas em ações fundamentadas no conhecimento e na experiência, mas validadas pelo contexto.

A articulação com o Sistema Único de Saúde e a formação tem como referência a região de saúde na qual o Curso Médico encontra-se integrado, na qual existem mapas de

ofertas de serviços de saúde configurando uma rede de atenção que tem base territorial. É na dinâmica de organização e funcionamento desta Rede que o aluno tem oportunidade de conviver com o trabalho em equipe multiprofissional, operar o trabalho médico de maneira integral, de tomar decisões, de exercitar processos de liderança e desencadear ações comunicativas com seus pares, com os pacientes e com a comunidade.

A concepção da rede de atenção como cenário de aprendizagem contribui para a diminuição da distância existente entre a *episteme* que fundamenta a racionalidade da prática médica, a tecnologia necessária e a satisfação do envolvidos nesta prática: profissionais e usuários, representando acúmulos para a construção em cada um do seu próprio perfil profissional.

A região onde se encontra o Curso apresenta cenário real para a aprendizagem de habilidades e competências necessárias para a formação profissional dentro do perfil desejado (MEC/MS, 2009), compreendendo territórios para a ação comunitária, unidades básicas de saúde que compõem uma rede de atenção primária existente em todos os municípios, rede com pontos de pronto atendimento em alguns municípios referências na região, redes de média complexidade e suplementar no município sede da região, onde se localizam o atendimento às urgências e emergências.

A Educação Permanente em Saúde, vetor fundamental para a consolidação da relação entre formação e organização dos serviços de saúde, ressignifica esses serviços como espaços de aprendizagem, tomando como objeto de suas ações o processo de trabalho em saúde e, em particular, o trabalho médico. Dessa forma a aquisição de conhecimentos, as habilidades adquiridas e as competências necessárias são resultadas do diálogo entre as condições idealizadas e preconizadas nas reflexões teóricas e o contexto real no qual se incluem as condições estruturais, os processos e os profissionais.

2.3 Objetivos do Curso

2.3.1 Objetivo Geral

Formar profissionais médicos com elevado padrão de conhecimentos técnico-científicos, capazes de prestar atenção integral à saúde, atuar na promoção, prevenção e recuperação da saúde, pautado nos princípios da ética e bioética, na atualização tecnológica

e científica e na responsabilidade social, de acordo com as diretrizes nacionais preconizadas para os Cursos de Medicina.

2.3.2 Objetivos Específicos

1. Formar um profissional capacitado a prestar atenção integral à Saúde, com plena capacidade científica e técnica, atualização tecnológica, ética e responsabilidade social;
2. Formar profissionais capazes de compreender as múltiplas dimensões envolvidas no processo de saúde e de doenças dos indivíduos e suas famílias e atuar nos serviços de atenção primária, secundária e terciária;
3. Capacitar médicos para atuarem em situações emergenciais, garantindo um atendimento básico de qualidade em regiões de escassez de assistência à saúde, fortalecendo o Programa Mais Médicos e a atenção primária e contribuindo para a promoção da saúde e do bem-estar da população em condições de vulnerabilidades;
4. Possibilitar, no primeiro ciclo, uma formação geral em cultura humanística, artística e científica, articulada a saberes concernentes ao campo da saúde, com vistas ao desenvolvimento de uma consciência cidadã, numa perspectiva pedagógica de Autonomia, Participação, Cooperação e Responsabilidade; e
5. Oferecer, no segundo ciclo, uma formação específica para o profissional médico com foco na Atenção Primária à Saúde, capacitando-o a compreender a questão da Saúde numa perspectiva ampliada e a lidar com os fenômenos da Saúde-Enfermidade-Cuidado com competência técnica, política, ética e humanística.

2.4 Perfil do Formando Egresso/Profissional

O Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, da UFPI, (CGBMED/CAFS/UFPI) tem como perfil do formando egresso/profissional o Médico, com formação generalista, humanista, crítica, reflexiva, competente, capacitado a atuar, pautado nos princípios éticos, nos determinantes sociais do processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde, nos âmbitos individual e coletivo, na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano (DCN, 2014).

Nesse sentido, a formação do médico no *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI) se pautará na articulação de conhecimentos, habilidades e atitudes requeridos para o exercício profissional, objetivando desenvolver uma prática competente concernente aos princípios da **atenção à saúde** (do acesso universal e equidade em saúde, da integralidade e humanização do cuidado, da qualidade e segurança, da preservação da biodiversidade ambiental com sustentabilidade e melhoria de qualidade de vida, da ética profissional, da promoção da saúde e do cuidado centrado na pessoa sob cuidados), **com foco na atenção primária**; da **gestão em saúde** (gestão do cuidado, valorização da vida, tomada de decisões, comunicação); da **educação em saúde e educação continuada** (aprender a aprender, aprendizagem interprofissional, aprender com o erro, envolvimento na formação, mobilidade acadêmica e formação de redes).

Para construir a identidade profissional do Médico “[...] capaz de dialogar com a realidade social e com os problemas e as políticas de saúde do país” (DCN. 2014, p.12), torna-se necessário proporcionar aos discentes uma formação técnica voltada para área biológica e clínica articulada com uma formação geral, humanística e política, de tal forma que estes desenvolvam competências suficientes para o planejamento de intervenções políticas e sociais voltadas para a promoção da saúde e da qualidade de vida atinentes aos desafios da realidade política, econômica e social do Brasil contemporâneo.

2.5 Competências e Habilidades

2.5.1 Competências e Habilidades Gerais:

- **Atenção à saúde:** os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual quanto coletivo;
- **Tomada de decisões:** o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da

força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

- *Comunicação:* os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de novas tecnologias digitais da comunicação e informação;
- *Liderança:* no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;
- *Administração e gerenciamento:* os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativa, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a ser empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde;
- *Educação permanente:* os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

2.5.2 Competências e Habilidades Específicas:

- Promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos seus clientes/pacientes quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social;
- Atuar nos diferentes níveis de atendimento à saúde, com ênfase nos atendimentos primário e secundário;
- Comunicar-se adequadamente com os colegas de trabalho, os pacientes e seus familiares;

- Informar e educar seus pacientes, familiares e comunidade em relação à promoção da saúde, prevenção, tratamento e reabilitação das doenças, usando técnicas apropriadas de comunicação;
- Realizar com proficiência a anamnese e a consequente construção da história clínica, bem como dominar a arte e a técnica do exame físico;
- Dominar os conhecimentos científicos básicos da natureza biopsicosocio ambiental subjacentes à prática médica e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas da prática médica e na sua resolução;
- Diagnosticar e tratar corretamente as principais doenças do ser humano em todas as fases do ciclo biológico, tendo como critérios a prevalência e o potencial mórbido das doenças, bem como a eficácia da ação médica;
- Reconhecer suas limitações e encaminhar, adequadamente, pacientes portadores de problemas que fujam ao alcance da sua formação geral;
- Otimizar o uso dos recursos propedêuticos, valorizando o método clínico em todos seus aspectos;
- Exercer a Medicina utilizando procedimentos diagnósticos e terapêuticos com base em evidências científicas;
- Utilizar adequadamente recursos semiológicos e terapêuticos, validados cientificamente, contemporâneos, hierarquizados para atenção integral à saúde, no primeiro, segundo e terceiros níveis de atenção;
- Reconhecer a saúde como direito e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência entendida como conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- Atuar na proteção e na promoção da saúde e na prevenção de doenças, bem como no tratamento e reabilitação dos problemas de saúde e acompanhamento do processo de morte;
- Realizar procedimentos clínicos e cirúrgicos indispensáveis para o atendimento ambulatorial e para o atendimento inicial das urgências e emergências em todas as fases do ciclo biológico;

- Conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnicos-científicos e a participação na produção de conhecimentos;
- Lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de saúde;
- Atuar no sistema hierarquizado de saúde, obedecendo aos princípios técnicos e éticos de referência e contrarreferência;
- Cuidar da própria saúde física e mental e buscar seu bem-estar como cidadão e como Médico;
- Considerar a relação custo-benefício nas decisões médicas, levando em conta as reais necessidades da população;
- Ter visão do papel social do Médico e disposição para atuar em atividades de política e de planejamento em saúde;
- Atuar em equipe multiprofissional; e,
- Manter-se atualizado com a legislação pertinente à saúde.

Com base nestas competências, a formação do Médico deverá contemplar o sistema de saúde vigente no país, a atenção integral da saúde num sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contrarreferência e o trabalho em equipe.

2.6 Perfil do Corpo Docente

Considerando que são os docentes que, em última instância, tornam concreto o projeto educativo da instituição e também do Curso, o perfil docente almejado necessita ser explicitado de forma que os objetivos do Curso e o perfil do egresso possam ser concretizados por ações, concepções, posturas e escolhas de ordem técnica, pedagógica, política e ética.

O corpo docente, a Coordenação do Curso, a Direção do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral e as Pró-Reitorias de Ensino de Graduação, de Extensão e Cultura e de Pesquisa são igualmente responsáveis pela formação profissional dos egressos do Curso, na medida em que compartilham posturas, concepções e objetivos educativos, atuando em um processo único, no qual a formação profissional e cidadã constituem a ação

impulsionadora do processo. Daí decorre a definição de um perfil pedagógico desejável para o corpo docente do Curso de Medicina, que tenha:

- Comprometimento ético com a profissão e com a docência;
- Disponibilidade para desenvolver trabalhos em equipes, preferencialmente em equipes multidisciplinares, compreendendo as relações entre as áreas de saber do Curso e de áreas afins;
- Domínio teórico e técnico da área com a qual vai atuar no curso;
- Ampla e crítica compreensão dos métodos que produziram o conhecimento que é objeto de sua área de atuação, de modo a introduzir o estudante nos fundamentos e métodos que produziram e produzem a ciência;
- Preparação para trabalhar o conhecimento científico com os estudantes em formação e influenciá-los positivamente pela cultura, ética e cidadania, incentivando o trabalho em equipe nas experiências em projetos e atividades extraclases. Ser ético e sentir-se responsabilizado socialmente;
- Visão generalista da área que possibilite o diálogo com professores de outras áreas do curso;
- Formação acadêmica necessária para o exercício da docência no ensino superior, preferencialmente em nível de mestrado ou doutorado;
- Atuação no Curso não apenas no ensino, mas em programas e projetos de pesquisa e extensão, como um professor pesquisador da sua realidade e comprometido com os problemas da sociedade, seu atendimento e transformação social;
- Disponibilidade para o aprender contínuo, pela capacitação e atualização profissionais continuadas;
- Habilidades didático-pedagógicas relacionais comunicabilidade, liderança, tolerância e respeito às diversidades; e,
- Sensibilidade de escuta e de atendimento frente aos problemas vivenciados pela população e pelo seu alunado.

2.6.1 Corpo Docente do Curso de Medicina CAFS

O corpo docente necessário para o funcionamento do Curso no *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI) é aquele requerido pelas orientações da Câmara de

Acompanhamento e Monitoramento de Escolas Médicas (CAMEM/MEC) para a fase de autorização de Cursos de Graduação, conforme sumarizado no Quadro 6 que segue:

Quadro 6. Docentes do Curso.

Ano letivo	Docentes	Disciplinas
Primeiro ano (2025.2)	10*	Habilidades Médicas I Atenção Primária à Saúde I Bases dos Processos Biológicos I Abordagem em Cuidados Paliativos Seminário de Introdução do Curso
Segundo ano (2026)	10*	Habilidades Médicas II Atenção Primária à Saúde II Bases dos Processos Biológicos II Bases dos Processos Psicossociais I Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção I Habilidades Médicas III Atenção Primária à Saúde III Bases dos Processos Biológicos II Bases dos Processos Psicossociais II Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção II
Terceiro ano (2027)	10*	Habilidades Médicas IV Atenção Primária à Saúde IV Bases dos Processos Psicossociais III Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção III Bases da Prática Médica II Habilidades Médicas V Atenção Primária à Saúde V Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção IV Bases da Prática Médica III
Quarto ano (2028)	13*	Habilidades Médicas VI Atenção Primária à Saúde VI Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção V Bases da Prática Médica IV Técnicas de Imaginologia e Inteligência Artificial I Habilidades Médicas VII Atenção Primária à Saúde VII Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção VI Bases da Prática Médica V Técnicas de Imaginologia e Inteligência Artificial II

Ano letivo	Docentes	Disciplinas
Quinto ano (2029)	07	Habilidades Médicas VIII Atenção Primária à Saúde VIII Bases da Prática Médica VI Clínica Médica I Clínica Toco-Ginecológica I Atenção Primária à Saúde I
Sexto ano (2030)	00 (Internato)	Urgência e Emergência I Clínica Cirúrgica I Clínica Pediátrica I Clínica Médica II Urgência e Emergência II Clínica Cirúrgica II Clínica Pediátrica II Saúde Coletiva
Sétimo ano (2031.1)	00 (Internato)	Clínica Toco-Ginecológica II Atenção Primária à Saúde II Saúde Mental Optativo TCC I TCC II
Total Geral	50	

* Em regime de 40h ou Dedicação Exclusiva-DE

15 – Dedicação Exclusiva
10- em regime de 40h
25- em regime de 20h

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e Organização do Curso

A estrutura curricular do Curso de Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI) está organizada, conforme exibido no Quadro 7, em 5 (cinco) eixos temáticos: (1) Bases dos Processos Biológicos, (2) Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção, (3) Bases dos Processos Psicossociais, (4) Bases da Prática Médica e (5) Unidade Integradora (TCC). Esses eixos estão distribuídos em oito (08) períodos letivos que incluem os conteúdos fundamentais para o Curso de Medicina relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade e referenciados na realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em saúde.

Para além disso, os alunos serão inseridos no Seminário de Introdução ao Curso e no Estágio Obrigatório em regime de internato, a ser realizado nos quatro (04) últimos períodos do Curso, nas áreas a seguir: Atenção Primária à Saúde (APS), Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Ginecologia-Obstetrícia, Pediatria, Urgência e Emergência e Saúde Mental.

Os alunos deverão, ainda, desenvolver atividades de extensão, voltados para as diversas comunidades externas à UFPI, principalmente para as comunidades mais vulneráveis, como componentes curriculares obrigatórios, equivalente a 10% da carga horária total do Curso, ou seja, 765 horas. Tais atividades deverão obrigatoriamente ter os alunos como executores/organizadores e serem realizadas presencialmente, conforme preconiza a Resolução 07/2018 CNE/MEC. Deverão, também, estar relacionadas aos eixos temáticos que compõem a estrutura curricular do Curso e/ou às áreas que compõem o estágio obrigatório (internato).

3.1.1 - Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES)

Considerando a Portaria Interministerial Nº 1.127/MEC/MS, de 04 de agosto de 2015, que institui as diretrizes para celebração de contratos organizativos de ação pública de ensino-saúde (COAPES), para o fortalecimento da integração ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); o fortalecimento do Programa Mais Médicos, a UFPI procedeu com a celebração do COAPES envolvendo as Secretarias

Municipais de Saúde de Floriano - PI e Barão de Grajaú - MA, além do Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Saúde.

Quadro 7. Eixos Temáticos da Matriz Curricular do Curso.

EIXO	OBJETIVOS	COMPONENTE CURRICULAR
Bases dos Processos Biológicos	Compreender criticamente e intervir nos PROCESSOS BIOLÓGICOS responsáveis pelo crescimento, formação e desenvolvimento do ser humano.	Forma -> Anatomia
		Composição -> Histologia, Embriologia e Bioquímica
		Funcionamento -> Fisiologia, Biofísica e Bioquímica
Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção	Adquirir habilidades, atitudes e competências para compreender criticamente e intervir nos PROCESSOS DE AGRESSÃO, DEFESA E PROTEÇÃO.	Interações internas -> Biologia Molecular, Microbiologia e Imunologia
		Interações com o meio interno -> Genética
		Interação com o meio externo -> Farmacologia, Parasitologia, Patologia dos Processos Gerais e Doenças Infecciosas e Parasitárias
Bases dos Processos Psicossociais	Adquirir habilidades, atitudes e competências para analisar criticamente e intervir com BASES DOS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS.	Ler, apreender e produzir conhecimentos -> Metodologia Científica, Antropologia Social, e Saúde e Sociedade
Bases da Prática Médica	Adquirir habilidades, atitudes e competências para analisar criticamente e intervir formando as BASES DA PRÁTICA MÉDICA.	Articular conhecimento e tecnologia definidos para o exercício das especificidades médicas -> Dermatologia, Bases da Técnica Cirúrgica, Oftalmologia, Oncologia, Pediatria, Ginecologia, Obstetrícia, Geriatria, Otorrinolaringologia, Psiquiatria, Neurologia, Ortopedia, Medicina Ocupacional, Urgências e Emergências
Unidade Integradora (TCC)	Aplicar conhecimentos aprendidos em diferentes componentes curriculares ao longo do curso em um projeto único com duração pré-estabelecida.	Trabalho de Conclusão de Curso

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Medicina UFPI/CSHNB, 2021.

Durante a passagem pelos eixos, os conteúdos serão compartilhados entre alunos e professores, os quais atuam como orientadores tendo por base as questões de cada eixo reconstruídas em temas de natureza interdisciplinar, possibilitando ao aluno o protagonismo na construção do conhecimento por meio de consulta a diversas fontes de pesquisa (livros, periódicos, *internet*, e os conteúdos das outras áreas e campos de saber).

3.1.2 - Abordagem curricular quanto às políticas educacionais transversais: meio ambiente, relações étnico-raciais, ensino de história, e cultura afro- brasileira, africana e indígena; relações de gênero

A abordagem destes conteúdos será oferecida como disciplinas optativas, disciplinas obrigatórias, atividades curriculares de extensão e atividades complementares. Dentre os princípios do Curso está previsto o reconhecimento da importância da questão do combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação na agenda brasileira de redução das desigualdades. A aprovação da Lei 10639/03 (BRASIL, 2003) tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Básica. Em março de 2008, entrou em vigor a Lei 11.465/08 (BRASIL, 2008), que acrescentou a obrigatoriedade do estudo de História e Cultura Indígena, juntamente com o estudo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Esta legislação foi um passo importante e teve na sequência a aprovação das Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e Indígena (BRASIL, 2004) pelo Conselho Nacional de Educação, traduzindo os princípios da lei, de forma a colaborar para a sua implementação nas escolas. Partindo destas prerrogativas, são leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de a escola promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos. Os princípios humanistas que orientam o PPC do Curso de Medicina do CAFS baseiam na educação em direitos humanos cuja perspectiva se materializa na atenção básica à saúde.

3.2 Matriz Curricular do Curso

A matriz curricular do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina no *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI) está organizada na forma de períodos semestrais, onde estão relacionados os módulos educacionais, cargas horárias e pré-requisitos.

3.2.1 Organização da Matriz Curricular do Curso por Período

Quadro 8. Matriz Curricular do Curso.

Período	Módulos	CH Total	Créditos	Pré-requisito
I	Habilidades Médicas I	105	3.3.0.1	-
	Atenção Primária à Saúde I	90	2.2.0.2	-
	Bases dos Processos Biológicos I	240	10.4.0.2	-
	Abordagem em Cuidados Paliativos	60	2.1.0.1	-
	Seminário de Introdução do Curso	15	1.0.0.0	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		510h	18.10.0.6	-
II	Habilidades Médicas II	105	3.3.0.1	Habilidades Médicas I
	Atenção Primária à Saúde II	90	2.2.0.2	Atenção Primária à Saúde I
	Bases dos Processos Biológicos II	105	4.2.0.1	Bases dos Processos Biológicos I
	Bases dos Processos Psicossociais I	45	2.0.0.1	-
	Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção I	105	2.4.0.1	Habilidades Médicas I
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		450	13.11.0.6	-
III	Habilidades Médicas III	105	3.3.0.1	-
	Atenção Primária à Saúde III	90	2.2.0.2	-
	Bases dos Processos Biológicos III	105	4.2.0.1	-
	Bases dos Processos Psicossociais II	45	2.0.0.1	Bases dos Processos Psicossociais I
	Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção II	105	4.2.0.1	-
	Bases da Prática Médica I	60	2.1.0.1	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		510	17.10.0.7	-
IV	Habilidades Médicas IV	105	3.3.0.1	-
	Atenção Primária à Saúde IV	90	2.2.0.2	-
	Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção III	105	3.3.0.1	-
	Bases da Prática Médica II	105	3.3.0.1	-
	Bases dos Processos Psicossociais III	60	3.0.0.1	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		465	14.11.0.6	-

Período	Módulos	CH Total	Créditos	Pré-requisito
V	Habilidades Médicas V	120	3.3.0.2	-
	Atenção Primária à Saúde V	75	2.2.0.1	-
	Bases da Prática Médica III	180	5.5.0.2	-
	Bases dos Processos de Agressão, Defesa e Proteção IV	135	3.5.0.1	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		510	13.15.0.6	-
VI	Habilidades Médicas VI	120	3.3.0.2	-
	Atenção Primária à Saúde VI	75	2.2.0.1	-
	Bases dos Processos de Agressão Defesa e Proteção V	150	3.5.0.2	-
	Bases da Prática Médica IV	180	5.5.0.2	-
	Técnicas de Imaginologia e Inteligência Artificial I	60	3.1.0.0	-
	Trabalho de Conclusão de Curso I	30	1.1.0.0	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		615	17.17.0.7	-
VII	Habilidades Médicas VII	120	3.3.0.2	-
	Atenção Primária à Saúde VII	90	2.2.0.2	-
	Bases da Prática Médica V	300	9.9.0.2	-
	Técnicas de Imaginologia e Inteligência Artificial II	60	3.1.0.0	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		570	17.15.0.6	-
VIII	Habilidades Médicas VIII	90	2.2.0.2	-
	Atenção Primária à Saúde VIII	90	2.2.0.2	-
	Bases da Prática Médica VI	375	11.11.0.3	-
	Trabalho de Conclusão de Curso II	30	0.2.0.0	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		585	16.18.0.7	-
IX	Internato em Clínica Médica I	255	0.0.17.0	Todos os Módulos do 1º ao 8º Período
	Internato em Clínica Toco-Ginecológica I	255	0.0.17.0	
	Internato em Atenção Primária à Saúde (IAPS) I	270	0.0.18.0	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		780	0.0.52.0	-
X	Internato em Urgência e Emergência I	210	0.0.14.0	Todos os Módulos do 1º ao 8º Período
	Internato em Clínica Cirúrgica I	195	0.0.13.0	
	Internato em Clínica Pediátrica I	195	0.0.13.0	
	Internato em Clínica Médica II	180	0.0.12.0	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		780	0.0.52.0	-

Período	Módulos	CH Total	Créditos	Pré-requisito
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		780	0.0.52.0	-
XI	Internato em Urgência e Emergência II	210	0.0.14.0	Todos os Módulos do 1º ao 8º Período
	Internato em Clínica Cirúrgica II	210	0.0.14.0	
	Internato em Clínica Pediátrica II	210	0.0.14.0	
	Internato em Atenção Primária à Saúde (IAPS) II	165	0.0.11.0	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		795	0.0.53.0	-
XII	Internato em Clínica Toco-Ginecológica II	270	0.0.18.0	Todos os Módulos do 1º ao 8º Período
	Internato em Atenção Primária à Saúde (IAPS) III	270	0.0.18.0	
	Internato em Saúde Mental	180	0.0.12.0	
	Internato Optativo	120	0.0.8.0	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		840	0.0.56.0	-

Quadro 9. Resumo da Carga Horária Total do Curso.

1. Módulos Teórico-Práticos	3390h ou 226 créditos
2. Módulos Integradores	
2.1 Optativas	120h ou 8 créditos
2.2 Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)	60h ou 4 créditos
2.3 Estágio Obrigatório (Internato)	3.195h ou 213 créditos
2.4 Atividades Complementares (AC)	120h ou 8 créditos
2.5 Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	765 h ou 51 créditos
TOTAL GERAL	7.650 h ou 510 créditos

Quadro 10. Módulo Integrador Optativo.

Nomenclatura	Créditos	Carga Horária
Ciência, espiritualidade e saúde	3.1.0.0	60
Dependência Química	1.3.0.0	60
Empreendedorismo Médico	3.1.0.0	60
Gênero, Relações Étnico-raciais e Saúde	3.1.0.0	60
Inglês Médico-Instrumental	1.1.0.0	30
LIBRAS	2.2.0.0	60
Medicina do Sono	2.2.0.0	60
Medicina Desportiva	2.2.0.0	60
Práticas Integrativas e Complementares em Saúde	2.2.0.0	60
Prática Laboratorial	1.3.0.0	60
Política de Desenvolvimento Socioeconômico e Impactos na Saúde da População	2.2.0.0	60
Saúde Ambiental	1.1.0.0	30
Telemedicina	3.1.0.0	60

3.3 Fluxograma Curricular

I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
ABP 60h 2.1.0.1	BPP I 45h 2.0.0.1	BPP II 45h 2.0.0.1	BPP III 60h 3.0.0.1					INTERNATO*	INTERNATO*	INTERNATO*	INTERNATO*
APS I 90h 2.2.0.2	APS II 90h 2.2.0.2	APS III 90h 2.2.0.2	APS IV 90h 2.2.0.2	APS V 75h 2.2.0.1	APS VI 75h 2.2.0.1	APS VII 90h 2.2.0.2	APS VIII 90h 2.2.0.2				
HM I 105h 3.3.0.1	HM II 105h 3.3.0.1	HM III 105h 3.3.0.1	HM IV 105h 3.3.0.1	HM V 120h 3.3.0.2	HM VI 120h 3.3.0.2	HM VII 120h 3.3.0.2	HM VIII 90h 2.2.0.2				
					TIIA I 60h 3.1.0.0	TIIA II 60h 3.1.0.0					
SEM 15h 1.0.0.0		BPM I 60h 2.1.0.1	BPM II 105h 3.3.0.1	BPM III 180h 5.5.0.2	BPM IV 180h 5.5.0.2	BPM V 300 9.9.0.2	BPM VI 375h 11.11.0.3				
	BPADP I 105h 2.4.0.1	BPADP II 105h 4.2.0.1	BPADP III 105h 4.2.0.1	BPADP IV 135h 3.5.0.1	BPADP V 150h 3.5.0.2						
BPB I 240h 10.4.0.2	BPB II 105h 4.2.0.1	BPB III 105h 4.2.0.1			TCC I 30h 1.1.0.0		TCC II 30h 0.2.0.0				
	OPTATIVA I	OPTATIVA II	OPTATIVA II OU III	OPTATIVA II OU III	OPTATIVA II OU III		Obs.: *Os pré-requisitos são todos os Módulos do I ao VII períodos.				

3.4 Estágio Curricular Supervisionado (Internato)

O Estágio Curricular Supervisionado é uma atividade da graduação obrigatória na qual os alunos têm contato com a vivência da profissão. É uma oportunidade para os alunos desenvolverem na prática os conhecimentos vistos ao longo do curso. A atividade é realizada dentro de um ambiente de trabalho relacionado a alguma das áreas de atuação do Curso. Com a supervisão de um professor das atividades realizadas nesse espaço, o aluno cumpre algumas tarefas utilizando os conceitos teóricos aprendidos na graduação.

O Estágio Obrigatório do Curso de Medicina também é denominado de Internato e possuirá uma regulamentação específica, a qual deverá ser aprovada pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) e pelo CEPEX/UFPI. Deverá ocorrer no final do curso, a partir do nono semestre letivo, mediante supervisão direta dos preceptores do campo de atuação e professores orientadores do Curso de Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI). Estas atividades perfazem um total de **3.195 horas** (40 horas/semana).

O Estágio Supervisionado (Internato) será realizado essencialmente nas áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Ginecologia-Obstetrícia, Pediatria, Saúde Coletiva/Atenção Primária, Urgência e Emergência e Saúde Mental, nos períodos IX a XII do Curso, conforme apresentado no item 3.2.1 deste PPC, em regime de tempo integral, nas instituições de saúde conveniadas com a UFPI.

Os objetivos do Estágio Curricular Supervisionado são:

- Garantir a relação entre teoria e prática dos processos de ensino e aprendizagem;
- Vivenciar a prática profissional e as tendências do mercado de trabalho;
- Experienciar uma nova modalidade de aprendizagens interdisciplinares;
- Oportunizar o desenvolvimento de competências e habilidades de liderança (a saber: participativa, crítica, reflexiva, criativa, compartilhada, sinérgica e com segurança); e
- Promover a participação no gerenciamento da assistência à saúde prestada ao paciente, à família e comunidade (negociar, inovar, ousar, estudar, visão holística, visão crítica, desenvolver estratégias nas ações, ter consciência sócio-

político-cultural, interagir permanentemente com o cliente, família e comunidade).

De acordo com o Art. 24 da Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Medicina, o Curso deverá incluir, como etapa integrante da graduação, o Estágio Curricular obrigatório de formação em serviço, em regime de internato, sob supervisão, em serviços próprios, conveniados ou em regime de parcerias estabelecidas por meio de Contrato Organizativo da Ação Pública Ensino-Saúde com as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

Para tal, será necessário cumprir com todos os critérios abaixo:

§ 1º A preceptoria exercida por profissionais do serviço de saúde terá supervisão de docentes próprios da Instituição de Educação Superior (IES);

§ 2º A carga horária mínima do estágio curricular será de 35% (trinta e cinco por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Medicina;

§ 3º O mínimo de 30% (trinta por cento) da carga horária prevista para o internato médico da Graduação em Medicina será desenvolvido na Atenção Básica e em Serviço de Urgência e Emergência do SUS, respeitando-se o mínimo de dois anos deste internato;

§ 4º Nas atividades do regime de internato previsto no parágrafo anterior e dedicadas à Atenção Básica e em Serviços de Urgência e Emergência do SUS, deve predominar a carga horária dedicada aos serviços de Atenção Básica sobre o que é ofertado nos serviços de Urgência e Emergência;

§ 5º As atividades do regime de internato voltadas para a Atenção Básica devem ser coordenadas e voltadas para a área da Medicina Geral de Família e Comunidade;

§ 6º Os 70% (setenta por cento) da carga horária restante do internato incluirão, necessariamente, aspectos essenciais das áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Ginecologia-Obstetrícia, Pediatria, Saúde Coletiva e Saúde Mental, em atividades eminentemente práticas e com carga horária teórica que não seja superior a 20% (vinte por cento) do total por estágio, em cada uma destas áreas;

§ 7º O Colegiado do Curso de Graduação em Medicina poderá autorizar a realização de até 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total estabelecida para o estágio fora da Unidade da Federação em que se localiza a IES, preferencialmente nos serviços do Sistema Único de Saúde, bem como em instituição conveniada que mantenha programas de Residência, credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica, ou em outros programas de qualidade equivalente em nível internacional;

§ 8º O colegiado acadêmico de deliberação superior da IES poderá autorizar, em caráter excepcional, percentual superior ao previsto no parágrafo anterior, desde que devidamente motivado e justificado;

§ 9º O total de estudantes autorizados a realizar estágio fora da Unidade da Federação em que se localiza a IES não poderá ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) das vagas do internato da IES para estudantes da mesma série ou período;

§ 10. Para o estágio obrigatório em regime de internato do Curso de Graduação em Medicina, assim caracterizado no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), a jornada semanal de prática compreenderá períodos de plantão que poderão atingir até 12 (doze) horas diárias, observado o limite de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;

§ 11. Nos estágios obrigatórios na área da saúde, quando configurar como concedente do estágio órgão do Poder Público, poderão ser firmados termos de compromisso sucessivos, não ultrapassando a duração do curso, sendo os termos de compromisso e respectivos planos de estágio atualizados ao final de cada período de 2 (dois) anos, adequando-se à evolução acadêmica do estudante.

A regulamentação do Estágio Supervisionado Obrigatório para o Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI) foi estabelecido no Anexo I deste PPC.

Além do Estágio Supervisionado Obrigatório, o aluno do CGBMED/CAFS/UFPI poderá realizar Estágio Não Obrigatório, em empresas ou instituições de pesquisa. As horas realizadas no referido Estágio são

integralizadas como Atividades Complementares, conforme Quadro 11 do item 3.6 deste PPC.

3.5 Atividades Curriculares de Extensão – ACE

As Atividades de Extensão, enquanto componentes curriculares obrigatórios, são relevantes no processo de formação acadêmica por promoverem qualidade na formação integral dos estudantes universitários e possibilitar a formação de sujeitos críticos, interventivos e comprometidos com as demandas da sociedade.

A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, enfatiza, no seu Art 4º, que as atividades de extensão deverão compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da Matriz Curricular dos Cursos, devendo:

I - promover a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Na Universidade Federal do Piauí – UFPI, as Resoluções nº 053/2019 e 297/2022, do CEPEX/UFPI, regulamentam a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos Cursos de Graduação da instituição. De acordo com as mencionadas normativas, estas atividades objetivam:

- Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;

- Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para cidadania e o seu papel social;
- Proporcionar a busca de novos objetos de investigação e inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedades;
- Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina do *Campus* Amilcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI), com o intuito de atender ao que é imposto na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e nas Resoluções nº 053/2019 e 2972022 - CEPEX/UFPI, destina a carga horária de **765 horas** para a realização das Atividades de Extensão como componente curricular obrigatório (ACE). Tal carga horária compreende 10% da carga horária total do Curso de Medicina, conforme Matriz Curricular exposta neste PPC.

Vale ressaltar que as atividades de extensão, para serem integralizadas como componentes curriculares obrigatórios, deverão:

- 1) ter os estudantes como executores das ações;
- 2) ter público-alvo os segmentos sociais e as comunidades externas à UFPI;
- 3) ser realizadas presencialmente, diferindo assim das atividades de extensão a serem integralizadas como "atividade complementar" que poderá ter o aluno como público e ser realizada na modalidade à distância.

As Atividades de extensão obrigatórias deverão ser desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso de Graduação em Medicina do *Campus* Amilcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI) e durante todo o período da formação, contabilizando um total de 765 (setecentos e sessenta e cinco) horas, as quais serão necessárias para a integralização curricular.

A conclusão do Curso pelo aluno do CGBMED/CAFS/UFPI dependerá da integralização total da carga horária das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório, definidas neste PPC.

A integralização das **765 horas** poderá ser feita das seguintes formas:

- 1) Como cumprimento do componente denominado Atividade Curricular de Extensão (ACE), conforme define a Resolução nº 053/2019 CEPEX/UFPI, cabendo à Coordenação do Curso assegurar a oferta de, pelo menos, uma ACE a cada semestre; e,
- 2) Como cumprimento das atividades de extensão previstas no artigo 8º da Resolução CNE/MEC nº 7, de 18 de dezembro de 2018, cabendo ao Coordenador do Curso, ou a outro docente por ele delegado, efetuar o cadastro das horas de extensão para fins de integralização curricular no histórico do aluno.

A regulamentação das atividades de extensão como componentes curriculares obrigatórios para o Curso de Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CGBMED/CAFS/UFPI) será mais bem descrita no Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão, no anexo III.

3.6 Atividades Complementares

As Atividades Complementares nos Cursos de Graduação constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do aluno, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação. Frente a isso, percebe-se que essas atividades permitirão ao aluno o fortalecimento da interrelação teoria e prática por meio de atividades extracurriculares, sejam elas de ensino, pesquisa e extensão, entre outras, de modo a ampliar seu processo formativo, conforme suas afinidades e interesses.

As Atividades Complementares (AC) desenvolvidas pela IES possibilitam ao estudante fazer escolhas, conforme suas motivações e necessidades pessoais e profissionais no contexto das opções acadêmicas. Tais atividades ampliam o espaço de participação do aluno nos processos de ensino e de aprendizagem, o qual deve ser sujeito da relação pedagógica, consoante a tendência da legislação e das políticas educacionais no sentido de flexibilizar os Cursos, dando oportunidade ao aluno de buscar uma formação de acordo com suas escolhas profissionais. Assim, as atividades complementares constituem

prática relevante para o aprendizado e desenvolvimento permanente de conhecimentos, além de proporcionar autonomia e flexibilidade para o aluno integralizar o curso.

São previstas, para integralização curricular, as Atividades Complementares (AC) que são compostas por: atividades de iniciação à docência e à pesquisa, participação em eventos (com ou sem apresentação de trabalhos), trabalhos publicados, premiações científicas, bem como a residência pedagógica; mobilidade estudantil; e atividades artísticas e culturais que visem a apropriação das diferentes linguagens do processo formativo e que no seu conjunto agregam e, ao mesmo tempo, compõem as áreas de conhecimento do Curso, conforme os artigos 92-96 da Resolução CEPEX/UFPI Nº 177/2012.

As atividades complementares deverão ser desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, da UFPI, (CGBMED/CAFS/UFPI) e durante todo o período da sua formação, contabilizando um total de **120 (cento e vinte) horas** ou **8 créditos**, que serão necessárias para a integralização curricular.

Poderão ser desenvolvidas, como atividades complementares do CGBMED/CAFS/UFPI, as seguintes atividades descritas no quadro que segue:

Quadro 11. Pontuação de Atividades Complementares

DISCIPLINAS / ATIVIDADES	Pontuação da Atividade	Pontuação Máxima por Atividade
Atividade de iniciação à docência		60h
Monitoria no curso remunerada ou não (cada período de monitoria, com declaração do SIGAA e/ou relatório parcial e/ou final, equivale a 10 horas)	10h/semestre	20h
Disciplina Eletiva cursada em outro curso da UFPI ou por outra IES, com apresentação de documento oficial comprobatório	10h/disciplina	20h
Participação em projetos e eventos de ensino cadastrados na Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFPI	10h/ano	20 h

Participação em Programa de Iniciação à Docência – PIBID	20/ano	40h
Atividades de Pesquisa		60h
Iniciação Científica com bolsa ou voluntária (com relatório parcial/final homologado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação da UFPI (PROPESQI))	20h/ano	40h
Participação em grupo de estudo e pesquisa cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	20h/ano	20h/ano
Participação em Grupo/Núcleo de pesquisa cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQI), orientado por professor da UFPI (cada ano equivale a 20 horas)	20h/ano	20h
Atividades de Produção Intelectual/Cultural		90h
Trabalho publicado em cadernos ou capítulos de livros (cada publicação equivale a 20 horas)	20h/publicação	60
Trabalhos publicados em periódicos científicos indexados (cada publicação equivale a 20 horas)	20h/publicação	60
Resumos publicados em anais de eventos nacionais ou internacionais (cada publicação equivale a 10 horas)	10h/publicação	40
Resumos publicados em anais de eventos locais ou regionais (cada publicação equivale a 5 horas)	5h/publicação	20
Produção ou elaboração de vídeos, <i>softwares</i> , exposições, poesia, música, cordel e programas radiofônicos, entre outros produtos patenteados	10h/patente	20h
Produção ou elaboração de vídeos, <i>softwares</i> , exposições, poesia, música, cordel e programas radiofônicos, entre outros produtos que apresentam certificação por Professor Orientador da UFPI	5h/produção	10h
Apresentação de trabalhos (como autor ou coautor) em eventos nacionais ou internacionais (cada apresentação equivale a 10 horas)	10h/ trabalho	40h
Apresentação de trabalhos (como autor ou coautor) em eventos regionais ou locais (cada apresentação equivale a 10 horas)	10h/ trabalho	20h

Atividades de Extensão e Cultura		90
Participação em programa ou projeto de extensão, cadastrado na PREXC, com ou sem bolsa (cada ano do programa equivale a 20 horas)	20h/ano	60h
Participação em evento de extensão como organizador, ministrante, instrutor ou monitor, cadastrado na PREXC (cada evento ou curso equivale a 5 horas)	20h	40h
Participação em curso de extensão como ministrante na área de formação (cada curso equivale a 10 horas)	20h/curso	40h
Participação em Ligas Acadêmicas cadastradas na PREXC (cada ano da liga equivale a 20 horas)	30h/ano	60h
Participação no Programa de Educação Tutorial (PET)-(cada ano do programa equivale a 20 horas)	30h/ano	60h
Participação em Empresas Juniores cadastradas na PREXC (cada ano equivale a 10 horas)	10h/ano	40h
Participação em grupo/núcleo de extensão cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC), orientado por Professor da UFPI (cada ano equivale a 20 horas)	20h/ano	20h
Participação, como público, em evento ou curso de extensão na área ou áreas afins local, regional, nacional ou internacional	10/evento	20h
Organização de atividades artístico-culturais e esportivas (cada evento equivale a 10 horas)	10h/evento	20h
Apresentação de atividades artístico-culturais e esportivas (cada evento equivale a 10 horas)	10h/evento	20h
Experiências Profissionais e/ou Complementares		40
Realização de estágio não obrigatório, cadastrado na PREG (cada 120 horas equivale a 30 horas)	30h/120 horas	60
Atividades de Gestão		40
Representação em Conselhos Universitários (cada período de um ano equivale a 20 horas)	20h/ano	40
Desempenho de cargo de representação	10h/ano	40

estudantil (cada período de um ano equivale a 10 horas)		
Participação em comissões institucionais da UFPI de curta duração (cada participação equivale a 5 horas)	5h/participação	10
Realização de avaliação institucional (cada 1 avaliação equivale a 1 hora)	1h/avaliação	5
Outras Atividades		40
Participação em Atléticas	10h/ano	20h
Participação em eventos nacionais ou internacionais (cada evento equivale a 5 horas)	10h/evento	20h
Participação em eventos regionais ou locais (cada evento equivale a 5 horas)	5/evento	10h

As atividades de extensão não poderão ser integralizadas em duplicidade. Assim, as atividades de extensão realizadas presencialmente e que envolvem o aluno como executor (e não como público), seja ministrando oficinas, minicursos, palestras, seja organizando eventos, quando integralizadas como atividade curricular obrigatória não poderão ser integralizadas como atividade complementar ou vice-versa.

Ressalta-se ainda que em cada calendário acadêmico será estipulado, a cada período letivo, um prazo para registro de Atividades Complementares (AC) de graduação pelo aluno no sistema eletrônico de cadastro. Além disso, o mesmo calendário definirá o período de avaliação e homologação das referidas atividades pela Coordenação do Curso.

3.7 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) envolve o desenvolvimento de um produto acadêmico que expresse as competências e habilidades dos alunos e os conhecimentos por eles adquiridos durante o Curso de Graduação, o que se respalda nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina, as quais exigem que, para promoção do pensamento científico e crítico

e apoio à produção de novos conhecimentos, o Graduando em Medicina deve (BRASIL, 2014):

- I- estimular e aplicar o raciocínio científico, formulando perguntas e hipóteses e buscando dados e informações;
- II- analisar criticamente as fontes, os métodos e os resultados, no sentido de avaliar evidências e práticas no cuidado, na gestão do trabalho e na educação de profissionais de saúde, pessoa sob seus cuidados, famílias e responsáveis;
- III- identificar a necessidade de produção de novos conhecimentos em saúde, a partir do diálogo entre a própria prática, a produção científica e o desenvolvimento tecnológico disponíveis; e,
- IV- favorecer o desenvolvimento científico e tecnológico voltado para a atenção das necessidades de saúde individuais e coletivas, por meio da disseminação das melhores práticas e do apoio à realização de pesquisas de interesse da sociedade.

Neste íterim, o TCC proporcionará, ao aluno do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, da UFPI, (CGBMED/CAFS/UFPI), o contato com a iniciação científica, por meio da elaboração de um produto acadêmico ou trabalho científico, que obedecerá às normas técnico-científicas e beneficiará o pensamento crítico e reflexivo e o fortalecimento da prática baseada em evidências.

É importante destacar que o TCC do CGBMED/CAFS/UFPI será desenvolvido em duas disciplinas: Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), cada uma com carga horária de 30h. É indispensável a aprovação nas duas disciplinas para a realização da colação de grau de qualquer aluno matriculado no referido curso.

O TCC será desenvolvido individualmente e orientado por um Professor vinculado ao Curso de Graduação em Medicina. Obrigatoriamente, na disciplina de TCC II, **deverá haver a defesa pública do trabalho científico perante banca examinadora.**

A Regulamentação específica sobre TCC do CGBMED/CAFS/UFPI se apresenta no Anexo II deste PPC.

3.8 Metodologia do Curso

A metodologia do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, da UFPI, (CGBMED/CAFS/UFPI) foi delineada a partir de um modelo pedagógico inovador, caracterizado por 4 eixos:

1) **Eixo clínico** – refere-se às dimensões epistêmica, tecnológica e subjetiva da prática médica. Volta-se para a dinâmica e as especificidades que se definem na relação entre Médico, Paciente/Usuário e Equipe de Saúde mediadas pelo mundo do trabalho médico e sua interação com a sociedade e suas organizações. Neste eixo são constituídas ações e espaços estruturantes/instituintes das novas relações entre Profissionais e Usuários sob a égide do direito, da dignidade, do respeito, da diversidade e do diálogo, com base em 3 vetores: o **vetor 1** no qual a educação, com base em comunidade, é desenvolvida por meio de conceitos, experiências e vivências que permitem compreender a diversidade dos modos de adoecer e morrer, as multiplicidades de saberes e as especificidades da prática médica; o **vetor 2** articula a academia com a rede de serviços, a qual proporciona espaço real para este diálogo, possibilitando a convivência do aluno com práticas de saúde interdisciplinares, interculturais desenvolvidas nos serviços e na sociedade. É o vetor que oferece visibilidade da articulação entre o ensino, o serviço e o usuário, transformando o espaço do serviço em espaço de aprendizagem e de produção de conhecimentos; e o vetor 3 volta-se para a excelência da prática médica por meio da articulação com Programas de Residência Médica desenvolvida com a Rede de Atenção, fortalecendo a qualidade e resolutividade dos serviços de saúde mais especializados existentes e organizando os serviços a partir da Rede de Atenção Básica.

2) **Eixo institucional** – orienta o aluno para o mundo institucional das relações que ocorrem no campo da saúde e onde se desenvolvem competências, habilidades e atitudes que refletem imediatamente no mundo objetivo. Dessa forma, o **vetor 1** é a integração ensino e serviço como cenário de práticas docentes, de gestão, de educação permanente; o **vetor 2** é a integração entre teoria e prática, que também decorre da compreensão que o espaço de serviço é espaço de ensino, no qual a dimensão subjetiva da prática

médica é posta em questionamento em ato; e o **vetor 3** que fortalece a imagem por meio da articulação em rede utilizando as Novas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (NTIC's), aprimorando e testando novas linguagens comunicacionais e pedagógicas.

3) Eixo social – representa a oportunidade de preparação e interação do aluno com o mundo da vida no qual o Curso encontra-se inserido, em que as práticas médicas significam intervenções técnicas e sociais com reflexos na vida individual, organizacional e coletiva. O **vetor 1** trata da pesquisa como forma de produção de conhecimentos para o enfrentamento dos determinantes da saúde e doença que se objetivam em cada contexto; o **vetor 2** representa a extensão das ações da universidade proporcionando uma formação em intervenções voltadas para a organização dos serviços e suporte para as boas práticas de saúde; e o **vetor 3** diz respeito à missão de incluir por meio de suas ações de cooperação indivíduos, grupos e organizações excluídas do sistema de saúde.

4) Eixo pessoal – volta-se para o desenvolvimento do profissional com capacidade de utilizar os conhecimentos, competências e habilidades orientados pela lógica científica mediada pelas oportunidades e contextos nos quais o conhecimento e a tecnologia se aplicam. É o eixo que prepara para o diálogo entre as dimensões da epistema, da tecnologia e da práxis médica. O **vetor 1** é o mundo institucional das regras, normas e códigos institucionais; o **vetor 2**, da afetividade e sensibilidade, é a base para as atitudes do profissional de saúde que traz a criatividade, a inventividade e a solidariedade como valores que devem reger as relações institucionais e profissionais; e o **vetor 3** diz respeito ao mundo profissional em que a prática médica dialoga com o mercado de trabalho, com o aprimoramento técnico e científico e com as oportunidades de trocas e experiências.

A articulação desses eixos orientadores do Projeto Pedagógico do Curso se fará em dois sentidos de integralidade: horizontal, em que os conteúdos necessários para o desenvolvimento de competências requeridas vão se acumulando e aprofundando à medida que estas se tornam mais complexas no decorrer de toda a formação; e integralidade vertical, em que os conteúdos debatidos e habilidades adquiridas permeiam a viabilidade da competência

esperada diante de problemas que fazem sentido para os envolvidos no processo – alunos, orientadores, tutores, preceptores e comunidades.

A integralidade horizontal ocorre nos Módulos Sequenciais em que os conteúdos se articulam e evidenciam suas interfaces em temas relacionados ao processo de desenvolvimento integral do ser humano, à saúde como elemento inerente a este desenvolvimento e à prática médica como ação técnica e social voltada para a promoção da qualidade de vida de indivíduos, grupos e comunidades. A articulação dos conteúdos que tradicionalmente compõem o *corpus* de conhecimentos reconhecidos e necessários à formação médica ocorreu por meio de perguntas que geraram a formatação de cada Módulo em termos de conteúdo, práticas pedagógicas, cenários de práticas.

Os conteúdos dos Módulos sequenciais, por sua vez, são integrados entre si de maneira dinâmica e articulados com o contexto no qual se encontram envolvidos alunos e professores nos **Estudos Tutoriais**. Os estudos tutoriais representam **unidades integradoras**, configurando um Módulo, espaços presentes do primeiro ao oitavo período, desenvolvidos com o propósito de provocar, acordar, vincular, sensibilizar e instigar os alunos na busca de respostas às questões problematizadoras suscitadas no início de cada período do Curso.

Seu conteúdo é construído de forma compartilhada entre alunos e professores que atuam como tutores, tendo por base as questões de cada Módulo reconstruídas em temas de natureza interdisciplinar, possibilitando ao aluno o protagonismo na construção do conhecimento por meio de consulta a diversas fontes de pesquisa (livros, periódicos, *internet*, e os conteúdos das outras áreas e campos de saber).

Outra atividade integradora é o Seminário de Introdução do Curso que ocorre no primeiro período com o objetivo de acolher, informar e discutir o processo de formação, proporcionando um diálogo entre o aluno, a estrutura e os processos da universidade.

Outra atividade integradora é a elaboração do TCC, que tem o objetivo de integrar as interfaces entre conteúdos disciplinares, teoria e prática e construir a síntese do conhecimento de cada aluno. Seu processo se inicia desde a

introdução do aluno no Curso, cujos acúmulos se expressam na Matriz Curricular com carga horária específica no último período do Curso.

Em síntese, no Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, da UFPI, (CGBMED/CAFS/UFPI), a exemplo do Curso de Medicina de Picos-PI, existem como atividades que compõe as unidades integradoras:

a) Estudos Tutoriais que, além do propósito de articular os diferentes conteúdos discutidos nos módulos, objetiva integrar a teoria e a prática, pondo em relação distintas áreas do conhecimento, espaços e sujeitos como a universidade, serviços de saúde, trabalhadores e gestores, num processo de formação flexível e interdisciplinar, levando em conta os saberes, as necessidades individuais de aprendizagem e os problemas da realidade;

b) Seminário de Introdução ao Curso – que integra o aluno ao mundo institucional e com o mundo das relações humanas;

c) TCC – que integra conhecimento, saberes, vivências e possibilitando a construção de novas sínteses e questões; e,

d) Atividades Curriculares de Extensão (obrigatórias) – que promovem o diálogo, a troca de conhecimentos com os diversos segmentos sociais e impactos acadêmicos e sociais.

A partir do primeiro ano do Curso, sob supervisão, os alunos são inseridos em atividades práticas, tanto de laboratórios quanto em serviços de saúde e na comunidade, mantendo contato com pacientes e grupos, comunidade. São oferecidas oportunidades de aprimoramento por meio de laboratórios de habilidades, estudos de problemas reais ou construídos nos grupos tutoriais e inserção na rede de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS), desde a atenção primária à atenção hospitalar.

Esta metodologia proporciona ao aluno lidar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes como agente prestador de cuidados e atenção em diferentes cenários de ensino e de aprendizagem, permitindo conhecimentos compatíveis com seu grau de autonomia, que se consolida na graduação com o internato.

A partir do oitavo período os alunos do CGBMED/CAFS/UFPI são dedicados integralmente a atividades de aprimoramento da prática profissional – Internato. O Internato ou Estágio Supervisionado, representa o momento de radicalização e de aprofundamento das práticas profissionais vivenciadas desde o início do Curso, agora com grau maior de autonomia e capacidade de articulação dos diferentes arranjos tecnológicos do trabalho do médico, em diferentes contextos.

Estas atividades integram o conhecimento, habilidades e competências e expressam em ato a trajetória percorrida, desenvolvidas nos serviços de saúde que integram as Redes de Atenção à Saúde e a Rede de Urgência e Emergência do SUS. O Internato representa a unidade integradora dos Módulos transversais integrando os conteúdos acumulados nos Módulos de Atenção Primária à Saúde e Habilidades Médicas.

Outras atividades que se caracterizam como unidades integradoras da experiência vivenciada no Curso e se caracterizam como transversais, são **as atividades optativas**, com o objetivo de proporcionar cultura geral ou ampliar conhecimentos específicos. Correspondendo a **8 (oito) créditos**, o que equivale a **120 horas** de atividades optativas no Curso e as atividades complementares que correspondem a 120 horas, elas incidem diretamente sobre a realidade subjetiva de cada aluno e na objetividade do contexto, são os momentos em que o aluno exercita sua autonomia de traçar seu próprio percurso de aprendizagem, “áreas verdes”, que representam as horas semanais, reservadas para tempo de estudos da escolha dos estudantes. Estas atividades integram o MÓDULO COMPLEMENTAR.

Entende-se que a forma como se organiza o processo de ensino é tão educativo quanto os próprios conteúdos que veicula. E a organização metodológica constitui tarefa complexa, em específico quando se assume como ponto central da ação emancipatória dos sujeitos envolvidos no processo formativo. Desse modo, a produção do conhecimento científico a ser possibilitada pelo CGBMED/CAFS/UFPI tomará como base o processo de ensino-aprendizagem enquanto processo dialético, considerando as dimensões

subjetiva e relacional. Em outras palavras, significa compreender a aula como um encontro, uma dialética entre estudantes, conhecimentos e professores.

Nessa perspectiva, pressupõe-se, na aula, autonomia para problematizar, questionar, experimentar, decidir, organizar tempo e espaços que potencializam os processos de ensino e de aprendizagem, no ambiente universitário em diálogo permanente com as redes de saúde, permitindo aos estudantes e professores, no plano epistemológico, avançar na construção do seu conhecimento e, no plano político, fazer este conhecimento atender às demandas da população, no que tange à saúde, e modificar a realidade concreta, gerando alternativas que favoreçam melhores condições de vida.

Ao longo do Curso, a relação dialética entre teoria e prática estará presente em todos os componentes curriculares, assim como penetrando no cotidiano das unidades de saúde, na prática reflexiva, propondo a vivência de situações reais inserindo o estudante no mundo do trabalho de modo a fomentar a formação de vínculo e corresponsabilidade com a realidade médica e de atendimento à saúde, na direção da formação ética, humana, política, social e estética.

O trabalho interdisciplinar, por meio de atividades complementares e de extensão, pesquisa, aula de campo, entre outros, possibilitará: a construção coletiva de conhecimentos interdisciplinares e mediado pela reflexão crítica, na intenção de romper com a cultura do isolamento ainda marcante nas instituições; assegurar a diversificação de metodologias, a inovação dos processos pedagógicos e a interação com as tecnologias ativas da informação que auxiliem na construção do projeto formativo coletivo, crítico e emancipador, respaldadas nas seguintes ações: elaboração de projetos, estudos de caso, aulas de campo, estágio curricular supervisionado em diferentes espaços da rede de saúde, leitura seguida de debate, exposição oral, entre outras.

A diversificação dos procedimentos de ensino para atender diferenças cognitivas, culturais, sociais, entre outras, se configura como escolha político-pedagógica necessária para recriar novos processos que possibilitem gerar ensino e aprendizagem que ultrapasse a razão pedagógica conservadora

instituída. Isso nos coloca diante da exigência de rompimento do trabalho isolado e, conseqüentemente, a referência de planejamento e ação compartilhada.

Diante do exposto, é função do aluno no processo de construção de conhecimento, assumir uma postura de curiosidade epistemológica, marcada pelo interessar-se por novas aprendizagens e desenvolver a capacidade de trabalhar coletivamente, atitudes de ética e de humanização, responsabilidade e espírito crítico-reflexivo. Por sua vez, o papel do professor está condicionado a uma inteligibilidade ou a um saber-fazer que fomenta saberes, além de saberes éticos, morais e técnico-científicos, estéticos, lúdicos, artísticos e biossociais, saberes afetivos, interpessoais, pessoais, comunicacionais e dialógicos, inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo para que a relação estabelecida entre alunos e professores possa favorecer os processos de ensino e aprendizagem.

O Curso inclui métodos e práticas de ensino e aprendizagem que incorporem o uso integrado das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação - NTDIC para a realização dos objetivos pedagógicos, material didático específico para a mediação de docentes e profissionais da saúde com formação e qualificação em nível compatível com o previsto no PPC e no plano de ensino dos componentes curriculares.

Assim, neste PPC, tais saberes assumem relevância social e política, posto que os professores, agindo como mediadores do conhecimento, podem desempenhar a função de orientadores, seja dos processos de ensino e de aprendizagem, situados na ecologia de sala de aula, no ambiente acadêmico ou nas instituições onde é realizado o Estágio Supervisionado, seja no acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Portanto, é função do professor criar as condições para produção do conhecimento por meio da reflexão crítica, valorizando o ensino, a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao desenvolvimento do profissional Médico e da prática médica.

3.8.1 - Metodologias de ensino-aprendizagem

O processo de avaliação de ensino-aprendizagem conforme o disposto na Resolução nº 177/12 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Piauí, a qual estabelece que o aproveitamento acadêmico é avaliado através do acompanhamento contínuo de desempenho do aluno e do resultado obtido nas verificações parciais e no exame final, expressos por nota, obedecendo a uma escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). A assiduidade é aferida através de frequência às atividades didáticas programadas para o período letivo (PPC, p 88).

Quanto à metodologia de ensino-aprendizagem, o PPC do Curso de Medicina da UFPI, assim como de grande parte das universidades brasileiras utilizará o método PBL (*Problem-Based Learning*), que é uma abordagem de ensino utilizada em diversas áreas. O PBL é caracterizado por ser centrado no estudante, promovendo a aprendizagem ativa e o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas. No contexto da medicina, o PBL é frequentemente utilizado em cursos de graduação e pós-graduação para preparar os estudantes para a prática médica. Neste método, os estudantes são apresentados a casos clínicos reais ou simulados, nos quais eles são desafiados a identificar problemas, formular hipóteses diagnósticas, buscar informações relevantes e propor soluções. Uma das principais vantagens do PBL é que ele estimula o raciocínio clínico, a tomada de decisão e a colaboração entre os estudantes.

Além disso, o método PBL também incentiva a pesquisa independente, a autoavaliação e a reflexão crítica. o método PBL na medicina é uma abordagem de ensino que coloca os estudantes no centro do processo de aprendizagem, incentivando a resolução de problemas, a colaboração e o desenvolvimento de habilidades clínicas essenciais.

3.8.2 - Instrumentos avaliativos para o processo ensino-aprendizagem

A modalidade, o número e a periodicidade das verificações parciais são explicitados no Plano de Ensino, de acordo com a especificidade de cada módulo. Esse plano contendo, no mínimo, a ementa, os objetivos, conteúdo programático,

procedimento de ensino, sistemática de avaliação e bibliografia, é entregue aos alunos no início de cada período letivo. O número de verificações parciais é proporcional à carga horária do módulo, sendo no mínimo de: duas, quando a carga horária é igual ou inferior a 45 horas; três, nos módulos com carga horária entre 60 e 75 horas; quatro, quando a carga horária do módulo é superior a 75 horas.

A aprovação nos módulos ocorre quando o aluno obtém frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do módulo e uma média igual ou superior a 7,0 (sete) nas verificações parciais. Caso o aluno não consiga essa média nas verificações parciais, mas possua a frequência já citada, ele é submetido a exame final, desde que tenha uma média mínima de 4,0 (quatro). Neste caso, será aprovado se a média resultante da nota do exame final com a média das verificações parciais for igual ou superior a 6,0 (seis).

Na avaliação do estudante, cujo currículo é orientado por competência profissional, deve ser verificado o desempenho esperado para cada módulo educacional. O docente deve avaliar como o estudante mobiliza articuladamente os recursos cognitivos, psicomotores e afetivos desenvolvidos nas atividades de ensino aprendizagem, em situações reais ou simuladas do mundo do trabalho. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) exigem que dentro de seu âmbito profissional os graduandos de medicina devem desenvolver competências relativas à: Atenção à saúde (individual e coletiva); tomada de decisões; Comunicação, Administração e Gerenciamento; e Educação Permanente.

Para formalizar o sistema de avaliação do curso de medicina da UFPI/Floriano, serão utilizados instrumentos que servirão para coletar dados e registrar informações do processo ensino-aprendizagem do estudante nos módulos educacionais. Estes instrumentos serão construídos para cada processo de aprendizagem realizada nos domínios cognitivos, psicomotores e afetivos (subjetivo) com o Núcleo Docente Estruturante do Curso, tendo como referência a avaliação das competências requeridas inferidas por meio do desenvolvimento das habilidades necessárias ao cumprimento das tarefas no âmbito individual, coletivo e dos serviços de saúde, considerando seu desempenho, avaliando-as na dimensão individual e no trabalho em equipe/grupo. (PPC, p. 90)

Além desses instrumentos de avaliação da aprendizagem a IES se insere dentro do Contexto de avaliação do ensino superior através de instrumentos como: Autoavaliação Institucional – organizada e aplicada pela CPA – Comissão Própria de

Autoavaliação Institucional, Avaliação de Cursos através do IGC e CPPC e o Exame Nacional de Avaliação dos Estudantes – Enade.

4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão

A UFPI atua nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. O ensino é ministrado nos seguintes níveis:

I – Graduação: destinado à formação acadêmica e profissional, aberto à matrícula de candidatos que tenham concluído o Ensino Médio regular ou equivalente e que tenham obtido classificação em processo seletivo;

II – Básico, Técnico e Tecnológico: busca capacitar o aluno com conhecimentos teóricos e práticos em diversas atividades do setor produtivo para que ingressem, rapidamente, no mercado de trabalho. Na UFPI tem-se três modalidades de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

- Concomitante: voltado para quem já concluiu a primeira série do Ensino Médio, pode ser feito paralelamente ao restante do ensino médio (segunda e terceira série). O aluno realiza dois cursos ao mesmo tempo, cumprindo jornada dupla de aulas. Ao concluir cada um dos cursos, o aluno recebe o diploma correspondente (diploma do ensino médio e diploma de técnico). Tem duração de três anos.
- Subsequente: voltado para quem já tem o certificado de conclusão do Ensino Médio e deseja se preparar para o mercado de trabalho. Tem duração de dois anos e ao terminar o curso, o estudante recebe um diploma de técnico de nível médio;
- Formação Inicial e Continuada – FIC.

III – De Extensão: destinado à ampliação da ação da IES na comunidade, diante de programações científicas, culturais ou técnicas, que satisfaçam os requisitos estabelecidos em cada caso, segundo as normativas da FIES.

IV – De Pós-Graduação:

- *Stricto Sensu*: compreende Programas de Mestrado e Doutorado abertos a candidatos diplomados em Cursos Superiores de Graduação;
- *Lato Sensu*: destinado à formação de especialidade profissional e ao aprofundamento de conhecimentos e técnicas em áreas determinadas do saber,

aberto à matrícula de candidatos diplomados em Cursos de Graduação, que atendam às exigências de cada programa.

As atividades de pesquisa devem envolver docentes, técnico-administrativos, acadêmicos de graduação e de pós-graduação em associação com estratégias didáticas e metodológicas sérias e éticas para que haja uma produção de conhecimento consistente.

Deve ser estimulada a formação de grupos de pesquisa intra e interdisciplinar e associação a outros órgãos nacionais e internacionais e fortalecer os grupos já existentes. Há um estímulo para que os Projetos Pedagógicos dos Cursos incluam, mesmo quando não obrigatório pelas Diretrizes Curriculares, o Trabalho de Conclusão de Curso como exigência para conclusão da graduação em forma de pesquisa, demandando dos acadêmicos competências e habilidades inerentes à pesquisa em diferentes áreas, abordagens diversas e objetivos preocupados com a relevância social dos projetos desenvolvidos.

Dessa forma, garante-se que o aluno vivencie os aspectos relacionados aos projetos de pesquisa, o que poderá influenciar na sua vida profissional. Além disso, a pesquisa muitas vezes possibilita, também, experimentar as etapas da elaboração de projetos, especialmente nos casos em que a distribuição é feita pelos órgãos de fomento, o que exige planejamento e busca por estes recursos.

A gestão universitária precisa considerar as necessidades institucionais para elaborar estratégias que favoreçam a aproximação dos pesquisadores aos órgãos de fomento. Sendo assim, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQI) incumbe-se do objetivo de apoiar, formular, coordenar e executar as ações relacionadas à pesquisa, infraestrutura, propriedade intelectual, desenvolvimento tecnológico, inovação, incubação de negócios e empreendedorismo relacionados à política de pesquisa e inovação, e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A política de inovação e empreendedorismo busca o fortalecimento de uma cultura empreendedora no ambiente interno da instituição. Nesse aspecto, pode ser vista como uma estratégia para o desenvolvimento de pesquisas com caráter inovador, com geração de patentes, com o intuito de aumentar a inserção da UFPI na solução de problemas postos pela sociedade, contribuindo para o

desenvolvimento regional. No que se refere à inovação, a UFPI, como instituição de educação científica e tecnológica, tem a missão de promover e fortalecer a interação entre a sua capacidade científica e tecnológica com as atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação em prol das necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável do país.

Quanto à Política de Extensão, é importante destacar que a UFPI considera a extensão como um de seus alicerces, sendo a presença em todas as esferas do contexto social uma de suas marcas institucionais. Por isso, a política de extensão busca ampliar a integração com todos os níveis e ambientes acadêmicos e todos os segmentos da sociedade, principalmente com as comunidades portadoras de vulnerabilidade social, tendo linhas prioritárias para o desenvolvimento de programas, projetos e outras ações de extensão indissociáveis com o ensino e a pesquisa e voltadas para o atendimento às necessidades dos diversos segmentos sociais.

É importante o estímulo a programas e projetos que impliquem relações multidisciplinares ou interdisciplinares com setores da universidade e da sociedade, além do incentivo a novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, ampliando o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social. Além disto, existe a possibilidade de implementação de ações conjuntas que incentivem o empreendedorismo entre os alunos, docentes e técnico-administrativos, como forma de estimular o uso de tecnologias sociais especialmente em locais de vulnerabilidade social e econômica.

A execução da política universitária de extensão pela PREXC é fundamentada na Resolução nº 35/2014-CEPEX/UFPI, que aprova as Diretrizes da Política de Extensão Universitária na UFPI; na Resolução nº 7, de dezembro de 2018, CNE/MEC; na Resolução Nº 053/2019 CEPEX/UFPI que inclui as atividades de extensão como componente curricular obrigatório e no Plano Nacional de Extensão Universitária, em consonância com o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, que explicita: "[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial

e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988).

A extensão universitária é a atividade que se integra à matriz curricular dos Cursos de Graduação das IES brasileiras, como componente obrigatório, constituindo-se em um "[...] processo educativo, cultural, científico, tecnológico e político que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade" (PNEX, 2000-2001).

As diretrizes da extensão universitária definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), as quais estão pautadas em princípios gerais norteadores elaborados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), estão sistematizadas em quatro eixos:

- I. Interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos e saberes, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II. Formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III. Impacto e transformação social, marcada e constituída pela produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais voltadas para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Frente à complexidade e à diversidade da realidade essa diretriz consolida a orientação para cada ação da extensão universitária. Assim, se faz necessário eleger as questões prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social; e,
- IV. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, de geração e socialização de conhecimento, tecnologia, protagonismo estudantil e compromisso social.

4.2 Apoio ao Discente

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) é responsável pela gestão da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Piauí. Essa política constitui um conjunto de princípios e diretrizes, positivados por meio do Decreto nº 7.234/2010, que norteiam a implementação de ações para garantir a permanência e a conclusão de Curso de Graduação pelos estudantes universitários, agindo preventivamente nas situações de repetência e evasão decorrentes das condições de vulnerabilidade socioeconômica do estudante. A PRAEC tem, em sua organização, a Coordenadoria de Assistência Comunitária (CACOM), Coordenadoria de Nutrição e Dietética (CND) e Núcleo de Acessibilidade (NAU).

A Coordenadoria de Assistência Comunitária (CACOM), vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), é responsável pela execução das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no âmbito da UFPI. Para desenvolver as ações, a CACOM se constitui de diversos setores, que são:

- a) Setor Pedagógico (SEPE), responsável pelo atendimento, acompanhamento e orientação educacional a todos os estudantes da UFPI, prioritariamente aqueles vinculados aos benefícios que a PRAEC oferece. Sua finalidade é auxiliar os estudantes para concluir seus Cursos com êxito, em tempo hábil, minimizando as retenções e eliminando possibilidades de evasão;
- b) Setor de Serviço Social (SES), responsável pelo planejamento, coordenação e execução dos programas sociais, desenvolvidos para os estudantes com dificuldades socioeconômicas, garantindo assim sua permanência na instituição e sucesso na conclusão dos Cursos;
- c) Setor Psicológico (SAPSI), que presta atendimento à comunidade universitária por meio de ações psicopedagógicas, com a finalidade de contribuir para a superação de dificuldades dessa natureza, surgidas durante o processo de formação acadêmica;
- d) O Setor Odontológico (SEOD), que presta atendimento gratuito à comunidade universitária, incluindo alunos, professores, servidores e seus dependentes nos seus *Campi*, entre eles o *Campus* Amílcar Ferreira

Sobral, em Floriano- PI. O SEOD também é responsável pelos editais do benefício “Kit Odontológico”, que visa fornecer, em regime de comodato, um kit contendo os principais instrumentais necessários às disciplinas clínicas do Curso de Odontologia;

- e) Setor de Amamentação da UFPI (SAMA), realiza atendimento às mães discentes e servidoras que estão amamentando, disponibiliza informações, acompanhamento e espaço adequado para coleta e estocagem de leite materno; e,
- f) Divisão de Gestão e Avaliação (DGA), tem como objetivos planejar, acompanhar e avaliar sistematicamente, ações da política de assistência estudantil, no âmbito da UFPI, para adequar os recursos financeiros do PNAES destinados às bolsas de apoio aos estudantes comprovadamente em situação de vulnerabilidade social.

A Assistência Estudantil da UFPI tem como perspectiva a inclusão social, promoção da igualdade, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente nas situações de retenção e evasão.

Essa política destina-se prioritariamente aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Tem como premissa contribuir para a inclusão social pela educação, democratizando as condições de acesso e permanência dos estudantes. Isso inclui a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação média, técnica e tecnológica, de graduação e de pós-graduação, contribuindo para melhorar os índices de retenção e evasão da Universidade.

Além das ações voltadas para permanência, equidade e democratização do ensino, as ações de Assistência Estudantil devem ter, também, um caráter de integrar os estudantes à vida universitária, promovendo a formação integral dos alunos e articulando atividades e projetos de ensino, pesquisa e extensão. Assim, como devem ser levadas em consideração, o desenvolvimento de parcerias com a representação estudantil, com a sociedade civil e com o poder público, junto a ações de atenção à qualidade de vida do estudante e projetos de inclusão, cidadania e sustentabilidade.

Destaca-se, ainda, o Núcleo de Acessibilidade da UFPI (NAU), vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) que tem como finalidade garantir o acesso, a permanência, o desenvolvimento pessoal e a aprendizagem de estudantes público-alvo da educação especial (deficiências, transtorno do espectro autista – TEA e altas habilidades/superdotação). O NAU é constituído por equipe multidisciplinar – composta por assistentes sociais, pedagoga e psicóloga – que realizam o acompanhamento individualizado dos processos de ensino e de aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial.

Importante destacar que o *Campus* Amílcar Ferreira Sobral possui o Núcleo de Acessibilidade (NAU) e o Núcleo de Assistência Estudantil (NAE), ambos vinculados à PRAEC, que têm como objetivo descentralizar os Programas, Projetos e Ações que integram a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como forma de garantir o apoio e o atendimento necessários aos alunos beneficiários dos Programas, Projetos e Ações de Assistência, entre os quais destacam-se os serviços de benefícios aos estudantes, serviço psicossocial, serviço médico e odontológico, serviço de apoio a pessoas com deficiência, serviço de Restaurante Universitário, entre outros.

Além destes apoios aos discentes, o CAFS/UFPI conta com programas especiais ofertados como: Programa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Iniciação Científica (PIBIC), PIBEX (Programa Institucional de Bolsas de Extensão), Programa de Bolsas de Monitoria, dentre outros.

Em relação às atividades referentes ao nivelamento dos alunos, conforme necessidades diagnosticadas pela Coordenação de Cursos, dentro das possibilidades, têm sido criadas ações para atendê-los, com o apoio da Direção do *Campus*, assim como de outros programas vinculados à UFPI.

A UFPI conta, ainda, com o Programa de Acompanhamento de Egressos, que busca analisar o perfil e a atuação efetiva dos profissionais formados por ela. Por meio da política de acompanhamento de egressos, a UFPI pode avaliar o impacto das ações de ensino, pesquisa e extensão na formação dos profissionais, identificando se os egressos estão inseridos no mercado de trabalho. Com isto poderá traçar políticas internas e ações estratégicas de

formação inicial e continuada, alinhadas às demandas da sociedade e o mundo do trabalho.

4.3 Infraestrutura do CAFS para o Curso

O *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, juntamente com o Colégio Técnico de Florianópolis (CTF), compreende uma área total de 1.630.000,00 m² e área construída de 20.735,14 m². A infraestrutura física do CAFS é composta da seguinte forma:

1 – infraestrutura administrativa, com uma área total de 5.239,01 m² (compreendendo os setores administrativos do Bloco 01/térreo e superior, Núcleo de Assistência Estudantil, secretaria acadêmica, biblioteca, auditório, biotério, Restaurante Universitário, garagem, gabinete, loja conceito, laboratório de produção);

2 – infraestrutura acadêmica, com uma área total de 4.921,06 m² (compreendendo salas de aula, laboratórios de ensino, laboratórios de pesquisa e miniauditório);

3 – Residência Universitária, com uma área total de 1.714,39 m². Na sequência, a ilustração na disposição dos quadros (PDU, 2020-2022).

A infraestrutura acadêmica está voltada principalmente ao público docente e discente, na vivência dos processos de ensino e de aprendizagem, com salas de aula, laboratórios de ensino, laboratórios de pesquisa e miniauditório. Acrescenta-se a esse conjunto estrutural a Residência Universitária, a qual atende a comunidade estudantil de beneficiárias (os) do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

INFRAESTRUTURA ACADÊMICA					
LOCALIZAÇÃO	CENTRO/CAMPUS	DESCRIÇÃO DO AMBIENTE	TIPO	QUANTIDADE	AREAS (M2)
BLOCO 01 - SUPERIOR	CAFS	SALAS DE AULA	SALA DE AULA	6	468.27
BLOCO 02 - TÉRREO	CAFS	SALAS DE AULA	SALA DE AULA	8	1088.43
	CAFS	LABORATÓRIO DE SIMULAÇÃO BÁSICA EM ENFERMAGEM I	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE SIMULAÇÃO BÁSICA EM ENFERMAGEM II	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE SIMULAÇÃO BÁSICA EM ENFERMAGEM III	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE SIMULAÇÃO AVANÇADA EM ENFERMAGEM - LABENF	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	DEPÓSITO	DEPÓSITO	1	
	CAFS	BANHEIROS	BANHEIROS	2	
BLOCO 02 - SUPERIOR	CAFS	SALAS DE AULA	SALA DE AULA	12	1088.43
	CAFS	BANHEIROS	BANHEIRO	2	

Fonte: Plano de Desenvolvimento da Unidade- PDU, 2020-2022.

INFRAESTRUTURA ACADÊMICA					
LOCALIZAÇÃO	CENTRO/CAMPUS	DESCRIÇÃO DO AMBIENTE	TIPO	QUANTIDADE	AREAS (M2)
BLOCO 03 - TÉRREO	CAFS	LABORATÓRIO DE BOTÂNICA	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	1088.43
	CAFS	LABORATÓRIO DE MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE ESTEREOMICROSCOPIA	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE ZOOLOGIA	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE MICROSCOPIA	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE ANATOMIA	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE QUÍMICA E BIOQUÍMICA	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR	LABORATÓRIO DE PESQUISA	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE BIOECOLOGIA E SISTEMÁTICA ASTRÓPODES	LABORATÓRIO DE PESQUISA	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE BIOQUÍMICA	LABORATÓRIO DE PESQUISA	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE ESTERILIZAÇÃO	LABORATÓRIO DE PESQUISA	1	
	CAFS	DEPÓSITO	DEPÓSITO	1	
	CAFS	BANHEIROS	BANHEIRO	1	

Fonte: Plano de Desenvolvimento da Unidade- PDU, 2020-2022.

INFRAESTRUTURA ACADÊMICA					
LOCALIZAÇÃO	CENTRO/CAMPUS	DESCRIÇÃO DO AMBIENTE	TIPO	QUANTIDADE	ÁREAS (M2)
BLOCO 03 - SUPERIOR	CAFS	BRINQUEDOTECA	SALA	1	1088.43
	CAFS	RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA	SALA	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE ARTES	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	1	
	CAFS	MINIAUDITÓRIO	AUDITÓRIO	1	
	CAFS	COLEÇÃO DE HISTÓRIA NATURAL DA UFPI (CHNUFPI) - EXPOSIÇÃO	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	COLEÇÃO DE HISTÓRIA NATURAL DA UFPI (CHNUFPI) - ACERVO CIENTÍFICO	LABORATÓRIO DE ENSINO	1	
	CAFS	LABORATÓRIO DE HERPETOLOGIA	LABORATÓRIO DE PESQUISA	1	
	CAFS	SALA MULTIUSO	SALA	1	
	CAFS	BANHEIROS	BANHEIRO	2	
BIOTÉRIO	CAFS	LABORATÓRIO DE PALEONTOLOGIA	LABORATÓRIO DE PESQUISA	1	99.07
ÁREA TOTAL					4921.06

Fonte: Plano de Desenvolvimento da Unidade- PDU, 2020-2022.

INFRAESTRUTURA DA RESIDÊNCIA				
LOCALIZAÇÃO	CENTRO/CAMPUS	DESCRIÇÃO DO AMBIENTE	QUANTIDADE	AREA (M2)
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA - TÉRREO	CAFS	QUARTOS	24	923.44
		SALA DE ESTUDOS	2	
		COPA	1	
		LAVANDERIAS	2	
		CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	1	
		HALL DE ENTRADA	1	
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA - SUPERIOR	CAFS	QUARTOS	24	790.95
		SALA DE ESTUDOS	2	
		COPA	1	
			AREA TOTAL	1714.39

Fonte: Plano de Desenvolvimento da Unidade- PDU, 2020-2022.

Salas de aula

O *Campus* Amílcar Ferreira Sobral – CAFS/UFPI disponibiliza 29 (vinte e nove) salas de aula, que são utilizadas pela comunidade acadêmica dos cursos de Graduação e ficam localizadas no piso superior do Bloco e I e no térreo e piso

superior do Bloco II. Cada sala de aula possui capacidade média de 50 (cinquenta) alunos. Todas são climatizadas e equipadas com projetor de multimídia, quadros de acrílico, ponto de rede de internet a cabo ou Wi-Fi, portas de madeira com visualizador em vidro, 50 carteiras para os discentes, mesa de apoio, cadeira do docente, caixa para guardar controle do projetor de multimídia, ar condicionado com trancas e lixeira. Atendem aos requisitos de iluminação, limpeza, conservação, acústica e acessibilidade.

Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O CAFS/UFPI dispõe de um laboratório de informática, contendo 27 computadores disponíveis para uso da comunidade universitária e com acesso à internet.

Infraestrutura de Laboratórios especializados da saúde

A infraestrutura laboratorial encontra-se em pleno funcionamento e atende aos requisitos de iluminação, limpeza, conservação e acústica, sendo utilizados periodicamente pelos Cursos de Graduação do *Campus* (Administração, Ciências Biológicas, Enfermagem e Educação no Campo). Ademais, as estruturas supracitadas, também são adequadas para a realização de atividades pesquisas e de extensão. Os laboratórios que, atualmente, estão sendo utilizados nas atividades dos Cursos, são:

1. Laboratórios de Simulação em Enfermagem I com 80 m².
2. Laboratório de Simulação em Enfermagem II com 80 m².
3. Laboratório de Simulação em Enfermagem III com 80 m².
4. Laboratório de Simulação Realística de Alta Fidelidade.
5. Laboratório de Anatomia Humana.
6. Laboratório de Parasitologia.
7. Laboratório de Microbiologia e Imunologia.
8. Laboratório de Bioquímica
9. Laboratório de Biofísica.
10. Laboratório de Citologia e Embriologia.

Conforme mencionado, ao todo, são dez (10) laboratórios que integram a infraestrutura do *Campus* e que subsidiam as atividades práticas dos Cursos de Graduação no CAFS. Cabe destacar, que cada Laboratório possui normas de funcionamento, devidamente regulamentada e aprovadas pelos Colegiados dos Cursos e pelo Conselho Diretor do *Campus*, que garantem a sua utilização com segurança, e atendem, de maneira suficiente, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: quantidade de equipamentos adequada aos espaços físicos e a dimensão da comunidade acadêmica.

Com o objetivo de solucionar a questão dos espaços físicos, formalizamos a solicitação (Ofício n.º 033/2025/GR/UFPI) para a cessão do prédio da Unidade Escolar Paulo Ferraz, na cidade de Floriano-PI (que no momento encontra-se fechada e sem funcionamento) localizado ao lado do Hospital Estadual Tibério Nunes. Esse espaço será utilizado como apoio para docentes e discentes que atuarão junto ao hospital ao longo dos cursos de graduação.

A solicitação já conta com o compromisso da Secretaria Estadual de Educação, que prevê a cessão do colégio para a UFPI a partir do segundo período de 2025. No local, funcionarão duas salas de aula e quatro salas destinadas aos preceptores.

Auditório

O *Campus* Amílcar Ferreira Sobral – CAFS dispõe de um auditório com capacidade para 230 pessoas. É munido de tela de projeção, multimídia, mesa de plenário e computador, onde são realizados eventos e, quando necessário, adaptado para reuniões internas e externas, dependendo do quantitativo de participantes.

Gabinete de docentes

No que tange aos gabinetes de trabalho para os professores, o *Campus* disponibiliza 30 (trinta) salas para 60 docentes em Regime de Tempo Integral (TI/40h).

Biblioteca

A Biblioteca Setorial do CAFS está instalada no prédio principal do *Campus* e tem, entre outras, a função de atuar na promoção de acesso à informação e dar suporte às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão no âmbito do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, contribuindo para o desenvolvimento cultural, econômico e social do Microrregião.

Funciona de segunda a sexta, das 08:00h às 22:00h, disponibilizando aos alunos os acervos bibliográficos que irão contribuir para o engrandecimento de seus conhecimentos.

A biblioteca disponibiliza um grande acervo bibliográfico em diferentes áreas, incluindo a área de saúde, que servirá de suporte para o ensino, à pesquisa e à extensão a serem desenvolvidos no Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral.

Os discentes do CGBMED/CAFS/UFPI contarão, também, com a infraestrutura da Biblioteca Central da UFPI, *Campus* Ministro Petrônio Portella, que tem um acervo bastante significativo na área de Medicina.

5. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é uma atividade permanente e constituinte do processo de ensino aprendizagem. Permite o acompanhamento desse processo, tornando visíveis avanços e dificuldades para promover ações no sentido de redimensionar o ato educativo. Assim, deve ser entendida como um meio para verificação dos níveis de assimilação da aprendizagem, da formação de atitudes e do desenvolvimento de habilidades que se expressam por meio da aquisição de competências. Nesse sentido, assume um caráter diagnosticador, formativo e somativo. Essas três formas de avaliação estão intimamente vinculadas para garantir a eficiência do sistema de avaliação e a eficácia do processo ensino-aprendizagem, eliminando assim o caráter excludente do processo avaliativo.

A avaliação da aprendizagem, conforme o disposto na Resolução nº 177/12 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Universidade Federal do Piauí, a qual estabelece que o aproveitamento acadêmico é avaliado através do acompanhamento contínuo de desempenho do aluno e do resultado obtido nas verificações parciais e no exame final, expressos por nota, obedecendo a uma escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). A assiduidade é aferida através de frequência às atividades didáticas programadas para o período letivo.

A modalidade, a quantidade e a periodicidade das verificações parciais são explicitadas no Plano de Ensino, de acordo com a especificidade de cada Módulo. Esse plano contendo, no mínimo, a ementa, os objetivos, conteúdo programático, procedimento de ensino, sistemática de avaliação e bibliografia, é entregue aos alunos no início de cada período letivo.

A quantidade de verificações parciais é proporcional à carga horária do Módulo, sendo, no mínimo, duas, quando a carga horária é igual ou inferior a 45 horas; três, nos módulos com carga horária entre 60 e 75 horas; quatro, quando a carga horária do Módulo é superior a 75 horas.

A aprovação nos Módulos ocorre quando o aluno obtém frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do Módulo e uma média igual ou superior a 7,0 (sete) nas verificações parciais. Caso o aluno não

consiga essa média nas verificações parciais, mas possua a frequência já citada, ele é submetido a exame final, desde que tenha uma média mínima de 4,0 (quatro). Neste caso, será aprovado se a média resultante da nota do exame final com a média das verificações parciais for igual ou superior a 6,0 (seis).

Na avaliação do estudante, cujo currículo é orientado por competência profissional, deve ser verificado o desempenho esperado para cada Módulo educacional. O docente deve avaliar como o estudante mobiliza articuladamente os recursos cognitivos, psicomotores e afetivos desenvolvidos nas atividades de ensino e aprendizagem, em situações reais ou simuladas do mundo do trabalho. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) exigem que dentro de seu âmbito profissional os graduandos de Medicina devem desenvolver competências relativas à: Atenção à saúde (individual e coletiva); Tomada de Decisões; Comunicação, Administração e Gerenciamento; e Educação Permanente.

A avaliação do estudante deve se constituir como um meio adequado para compatibilizar a responsabilidade institucional de certificar a qualificação de seus graduados com a necessária liberdade que deve ser assegurada aos estudantes, na Avaliação Baseada em Problemas (ABP), para selecionar os aspectos ou tópicos relacionados ao problema que ele se propõe a estudar. Nesta perspectiva, a proposta é que a avaliação seja formativa.

Compreendida como fonte de regulação dos processos de ensino e de aprendizagem, a avaliação formativa permite a intervenção do professor e o redirecionamento da aprendizagem em curso. Ela deve informar ao professor e ao estudante sobre o desenvolvimento da aprendizagem no decorrer das atividades acadêmicas, permitindo a localização das fragilidades e possibilitando sua correção e recuperação. Desta maneira, a avaliação formativa influi na progressão do estudante para etapas subsequentes, pois permite que o mesmo receba a prescrição do professor e recupere o conhecimento necessário ao desenvolvimento de suas competências.

A competência é inferida por meio da observação do desempenho em cada uma das tarefas propostas, organizadas e desenvolvidas em um grau crescente de domínio e autonomia ao longo do Curso. Os dois eixos transversais do Curso - Atenção Primária à Saúde e Habilidades Médicas –

sintetizam as competências, habilidades e atitudes construídas de modo integrado nos Módulos sequenciais e servirão como parâmetro avaliador de desempenho.

Com vistas à sistematização e formalização do processo de avaliação do estudante, esta deve ser realizada por meio de uma composição de documentos institucionais (instrumentos e registros) que possibilitam a observação e a análise do desempenho deste nas atividades de ensino e de aprendizagem.

Para formalizar o sistema de avaliação do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, serão utilizados instrumentos que servirão para coletar dados e registrar informações dos processos de ensino e de aprendizagem do estudante nos Módulos educacionais. Estes instrumentos serão construídos para cada processo de aprendizagem realizado nos domínios cognitivos, psicomotores e afetivos (subjetivo) com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso, tendo como referência a avaliação das competências requeridas inferidas por meio do desenvolvimento das habilidades necessárias ao cumprimento das tarefas no âmbito individual, coletivo e dos serviços de saúde, considerando seu desempenho, avaliando-as na dimensão individual e no trabalho em equipe/grupo.

Dentre estes instrumentos encontram-se exercício de Avaliação Cognitiva (AC), da Avaliação da Prática Profissional (APP), da Avaliação Baseada em Problemas (ABP), Avaliação do Desenvolvimento da Problematização (ADP); Avaliação da Atuação em Equipe e (AAE) e Portfólio Reflexivo. As informações coletadas nesses documentos contribuem para a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem, revelando as fortalezas e as áreas que necessitam de atenção e melhoria.

5.2 Avaliação do Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral tem a finalidade de indicar alternativas de ação com vistas à melhoria qualitativa do currículo e deve se

constituir em um trabalho rotineiro de análise crítica de todo o processo de desenvolvimento do Curso, observando a relação entre os princípios norteadores do Projeto Pedagógico, objetivos, perfil do egresso, competências, conteúdos, estrutura curricular etc. Nesse sentido, algumas estratégias devem ser desenvolvidas, tais como:

- Realização de fóruns abertos de avaliação planejados, desde o processo de construção do PPC até a sua implementação, envolvendo a comunidade acadêmica;
- Avaliação do desempenho acadêmico, semestral por meios de questionários de avaliação e autoavaliação para professores e alunos, os dados obtidos serão analisados e discutidos em seminários, sendo utilizados para corrigir as falhas detectadas;
- Realização de reuniões pedagógicas com objetivos de discutir problemas pertinentes ao currículo do Curso e somar esforços para enfrentamento dos desafios do ensino superior, na área de saúde; e,
- Avaliação do PPC após a conclusão de duas turmas (sétimo e oitavo ano após implementação), em períodos consecutivos, objetivando detectar o grau de satisfação dos egressos e do mercado de trabalho com relação à otimização do currículo.

Caberá ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) planejar, organizar e coordenar ações para a implantação, desenvolvimento e avaliação desse currículo, assim como, sistematizar resultados e propor novos encaminhamentos.

Além desta avaliação do Curso e do PPC, serão realizadas a autoavaliação institucional pela UFPI e a avaliação de Cursos e o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) pelo MEC, que trarão indicadores importantes sobre a situação do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, da UFPI, e subsídios para a sua melhoria.

6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

O ementário e as bibliografias que seguem são relativos aos módulos oferecidas pelo curso de Medicina. Entretanto, no decorrer do curso em decorrência do processo avaliativo, algumas ementas, bibliografias poderão ser modificadas para adequar o currículo à realidade, assim como também alguns dos campos de atuação acadêmico do módulo optativo poderão ser ou não oferecidos e acrescentados outros. Esta decisão irá depender da avaliação do currículo feita pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e colegiado do curso.

PERÍODO I

DISCIPLINA		
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
1.0.0.0	15h	Não tem
EMENTA		
Projeto Pedagógico do Curso de Medicina. Redes locais de saúde como cenários de prática. Possibilidades de inserção do aluno em projetos de pesquisa e extensão. Mercado de trabalho.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
UFPI. Projeto Pedagógico do Curso de Medicina, 2023. UFPI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024 . Disponível em: https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PDI/PDI_2020_2024_UFPI_vf3.pdf . 2020. Acesso em 04/08/2023. UFPI. Resolução CEPEX nº 177/12. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí , de 05 de novembro de 2013. Disponível em: https://www.ufpi.br/images/arquivos_download/ct/Normas_Gradua%C3%A7%C3%A3o.pdf >. Acesso em: 14 de janeiro de 2025. UFPI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Guia do Calouro . 2018. Disponível em: https://ufpi.br/guia-do-calouro . Acesso em: 14 de janeiro		

de 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

UFPI. **Relatório de Autoavaliação da UFPI**, 2022. Disponível

Em:https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/2024/Relatorio_Autoavalia%C3%A7%C3%A3o_CPA_2023_FINAL.pdf Acesso em: 14 de janeiro de 2025.

UFPI. **Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão**. Resolução Nº 053/2019.

Regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Disponível em: https://prexc.ufpi.br/images/conteudo/PREXC/Legisla%C3%A7%C3%A3o/2022/Resolu%C3%A7%C3%A3o_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_obrigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ACulo_s_dos_cursos_de_graduac%C3%A3o_da_UFPI_-_07-2022.pdf. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.

UFPI. **Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão**. Resolução nº 170/2018.

Regulamenta o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX da Universidade Federal do Piauí. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/CPPEC/RESOLU%C3%87%C3%83O/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_170-2018_-_com_altera%C3%A7%C3%B5es_07-2023.pdf. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.

UFPI. **Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão**. Resolução nº 76/2015.

Regulamenta o Programa Institucional de Monitoria da Universidade Federal do Piauí. Disponível em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/caap/arquivos/files/RESOLUCAO%2076_2015.pdf. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.

UFPI. **Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão**. Resolução nº 345/2022.

Regulamenta as normas sobre a concessão de bolsas no âmbito da Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação da UFPI. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PROPESQ/Res_345_-_2022_-_Ad_Referendum_Regulamenta_as_normas_sobre_a_concess%C3%A3o_de_bolsas_no_%C3%A2mbito_da_PROPESQI.pdf. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.

DISCIPLINA		
HABILIDADES MÉDICAS I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.3.0.1	105h	Não tem
EMENTA		
Habilidades de comunicação interpessoal e grupal. Princípios básicos da relação médico-paciente. As qualidades do médico e seu compromisso com a vida. O prontuário médico. Os direitos do paciente. Noções preliminares sobre ética. O bem; a norma; a obrigação moral; a consciência moral; a responsabilidade moral (Ética). Princípios de conduta estudantil e ética médica. O estudante de medicina e as entidades médicas (Conselho Regional e Federal de Medicina, Sindicato dos médicos, Associação Médica Brasileira e suas representações regionais). A responsabilidade médica e o sigilo profissional. Introdução à consulta médica e suas fases: Anamnese (Coleta e interpretação da anamnese básica, identificação, queixa principal e duração história da doença atual, antecedentes mórbidos pessoais e familiares e a revisão dos sistemas, exame físico e hipóteses diagnósticas). Abordagem do paciente. Conhecimento dos sinais e sintomas mais comuns na prática clínica. Habilidades técnicas da higienização básica das mãos. Aferição dos sinais vitais. Verificação de índices antropométricos. Aferição capilar da glicemia. Habilidades técnicas de acesso venoso periférico. Conhecimento de conceitos básicos e as suas principais características semiológicas de modo a possibilitar a sua adequada investigação ao longo da anamnese: dor, febre, edema, perda e ganho de peso, astenias, fraqueza, tontura, vertigem, síncope, dispneia, palpitações, anemia, tosse, expectoração, cianose, icterícia, disfagia, anorexia, náuseas, vômitos, regurgitação, pirose, dispepsia, diarreia, constipação, sangramentos respiratórios, digestivos e ginecológicos, alterações urinárias e menstruais, hábitos de vida. Introdução aos principais exames bioquímicos de interesse na clínica médica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

ALMEIDA, Eros Antonio; WNADERLY, Jamiro da Silva. Semiologia Médica e as Síndromes Clínicas. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2023.

BETÔNICO, GUSTAVO NAVARRO; BETÔNICO, CAROLINA DE CASTRO ROCHA. Semiologia médica e raciocínio clínico. São Paulo: Editora dos editores, 2023.

LEITE, A.J.M. (Org.); CAPRARA, A. (Org.); COELHO FILHO, J.M(Org.). **Habilidades de comunicação com pacientes e famílias.** São Paulo: Sarvier, 2007.

PORTO, C.C. (Ed.); PORTO, A. L. (Ed.). **Semiologia Médica:** habilidades para o exame clínico. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Higienização das mãos em serviços de saúde.** Brasília:[s.n.].

HELMAN, C. G. **Cultura, saúde e doença.** Tradução de Claudia Buchweitz; Pedro M Garcez. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

MARZZOCO, A., TORRES, B. B. **Bioquímica Básica.** 3.ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 2007.

MELLO FILHO, J.; BURD, M. **Psicossomática hoje.** 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

SGRECCIA, E. **Manual de Bioética.** Tradução de Orlando Soares Moreira. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009. v.1. ISBN:978-85-15-01285-5.

SMITH, Collen. **Bioquímica Médica Básica de Marks:** uma abordagem clínica. 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2007.

STEWART, M. et al. **Medicina centrada na pessoa:** transformando o método clínico. Tradução de Anelise Teixeira Burmeister. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

SWARTZ, MARK H. **Tratado de semiologia médica: história e exame clínico.** 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS BIOLÓGICOS I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
10.4.0.2	240h	Não tem
EMENTA		
Locomoção: Embriogênese dos ossos e cartilagens. Características gerais microscópicas (histologia) do Tecido Ósseo, Articular e Muscular. Introdução ao Estudo da Anatomia. Terminologia Anatômica. Posição anatômica. Planos e eixos anatômicos. Anatomia do Sistema Esquelético. Elementos descritivos de todos os ossos do esqueleto axial e apendicular. Anatomia do Sistema Articular. Tipos e características das Juntas. Principais movimentos corporais. Anatomia do Sistema Muscular. Tipos de Músculos. Classificação Morfológica e Funcional dos Músculos. Descrição dos grupos musculares da cabeça, pescoço, tórax, abdome, dorso, membro superior e inferior. Origem e inserção muscular. Anatomia funcional dos músculos. Fisiologia: Bioeletrogênese e Estrutura de Membrana Transporte, Potenciais eletroquímicos na célula, Potencial de ação, Transmissão Sináptica e Contração Muscular. Imagens do aparelho locomotor. Concepção e formação do ser humano: Estrutura e função dos componentes celulares. Morfofisiologia do sistema reprodutor (masculino e feminino). Concepções culturais de anatomia e fisiologia relacionadas ao ciclo reprodutivo e sexual. Divisão celular (mitose e meiose). Gametogênese. Eixo hipotálamo-hipófise-gônada. Ciclo ovariano e menstrual. Desenvolvimento inicial do ser humano: fertilização, clivagem, implantação, formação e destinos das camadas germinativas embrionárias, dobramento do embrião, morfogênese e organogênese inicial até a oitava semana do desenvolvimento embrionário, períodos embrionário e fetal. Anexos embrionários. Gravidez gemelar: tipos de gêmeos. Teratógenos. Metabolismo: Anatomia, histologia e fisiologia do sistema digestório e glândulas anexas. Fisiologia da digestão (degradação e absorção de carboidratos, lipídeos e proteínas). Estrutura e características dos carboidratos, lipídeos e compostos nitrogenados. Biossíntese dos ácidos graxos (cofatores necessários, enzimas responsáveis, fonte de NADPH, lipogênese – ação da insulina e glucagon, dislipidemias); cetogênese (importância		

clínica, oxidação do ácido graxo, enzimas responsáveis para a beta oxidação, corpos cetônicos, produção de ATP, reações de beta oxidação); glicólise (aeróbica e anaeróbica, enzimas reguladoras, produto final do metabolismo na aerobiose e anaerobiose, quantidade de ATP produzidos na glicólise e pelo NAD). Integração do metabolismo aos aspectos clínicos da bioquímica. Ciclo do ácido cítrico. Cadeia transportadora de elétrons. Ciclo de Cori. Glicemia normal e alterada, dosagem de glicose pelo método de leitura rápida. Perfil lipídico normal e alterado, coleta de sangue e dosagem de colesterol e triglicerídeos. Diabetes mellitus (conceito, tipos, fatores desencadeantes, resistência à insulina, sintomas, diagnóstico e tratamento). Programa Hiperdia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DALLEY, Arthur F.; AGUR, Anne M. R. **Moore Anatomia orientada para a clínica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.

GARCIA, Ana Lúcia Rampazzo et al. **Bioquímica Clínica**. 3 ed. Atheneu, 2022.

GUYTON, A. C.; HALL, J.E. **Tratado de Fisiologia Médica**. Elsevier. 14. ed. 2021.

NETTER, Frank H. N. **Atlas de Anatomia Humana: Abordagem Topográfica Clássica**. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2024.

ROSS, M. H.; PAWLINA, W. **Histologia: texto e atlas: em correlação com biologia celular e molecular**. 8. ed. Guanabara Koogan, 2021.

SADLER, T.W. **Langman Embriologia médica**. 14. ed. Guanabara Koogan, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAMS, Peter H. **Atlas clínico de anatomia humana**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BAYNES, J. DOMINICZAK, M. H. **Bioquímica Médica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BURTIS, C. A., ASHWOOD, E. R. & BRUNS, D. Tietz. **Fundamentos de Química Clínica**. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DANGELO, José Geraldo. **Anatomia humana sistêmica e segmentar**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.

GARDNER, E. G.; DONALD J. O.; RAHILLY, R. **Anatomia Estudo Regional do**

Corpo Humano: Métodos de Dissecção. 23. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

GUYTON, A.C.; HALL, J.E. **Perguntas e Respostas em Fisiologia**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2009.

MARZZOCO, A., TORRES, B. B. **Bioquímica Básica**. 3.ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 2007.

MOORE, K. L.; DALLEY, A. F.; AGUR, A. M. R. **Anatomia Orientada para a Clínica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.

NELSON, D.L., COX, M.M. Lehninger. **Princípios de Bioquímica**. 5.ed. São Paulo ARTMED, 2011. 1.273p.

SMITH, Collen. **Bioquímica Médica Básica de Marks:** uma abordagem clínica.2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2007.

TORTORA, G. J.; DERRICKSON, B. **Corpo Humano:** fundamentos de anatomia e fisiologia. 8.ed. São Paulo, Editora Artmed, 2012.

VOET, D.;VOET, J.G.; PRATT, C.W. **Fundamentos de Bioquímica**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed,2014.

DISCIPLINA		
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.2	90h	Não tem
EMENTA		
Determinação social da saúde. A emergência da prática médica: aspectos teóricos e históricos. Sujeitos e as Práticas de Saúde. A complexidade da atenção e saúde comunitária. Elemento de Pesquisa em atenção básica. A situação de saúde. modelo assistencial, regionalização e municipalização de saúde, níveis de assistência. Sistemas de Saúde.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIA DE SAÚDE . Atenção Primária e Promoção da Saúde, Brasília: CONASS, 2011(coleção para entender a gestão do SUS 2011).		

CAMPOS, G. W.S. **Tratado de saúde coletiva**. 2. ed. revista e aumentada. São Paulo: Hucitec, 2017.

DUNCAN, Bruce B. (coord.) *et al.* **Medicina ambulatorial 1 & 2**: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

Nilton Pereira Júnior & Gastão Wagner de Sousa Campos. **Políticas públicas e gestão hospitalar**: evidências e experiências do SUS. São Paulo: Hucitec, 2022.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. **História da saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACOSTA AR, VITAL E FMA, (Org). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 5. ed. Cortez: São Paulo, 2010.

BERTOLLI FILHO, C. **História da saúde pública no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2011.

BRASIL. **CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIA DE SAÚDE**. Vigilância em Saúde, Brasília: CONASS, 2011(coleção para entender a gestão do SUS 2011).

CORTES S.V (org.). **Participação e saúde no Brasil**. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2009.

MERHY, E.E. **A saúde pública como política**: um estudo de formuladores de políticas. São Paulo: Hucitec, 1992.

MARTINS CM, STAUFFER AB. **Educação em saúde**. FIOCRUZ/Escola Politécnica Joaquim Venâncio. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2007.

DISCIPLINA		
ABORDAGEM EM CUIDADOS PALIATIVOS		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.1.0.1	605h	Não tem
EMENTA		
Origem, evolução histórica e filosófica dos cuidados paliativos. Processo de trabalho, trabalho interdisciplinar e atendimento humanizado em cuidados paliativos. Avaliação do paciente em cuidados paliativos. Abordagem aos cuidados paliativos na perspectiva da clínica ampliada. Controle farmacológico e não farmacológico dos sintomas em cuidados paliativos. Tecnologias em saúde e o seu		

uso em cuidados paliativos. Atitudes diante do processo da morte e do morrer sob diferentes perspectivas: científica, cultural, filosófica, religiosa e espiritual. Morte, morrer, luto e família.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPONERO, R.; BIFULCO, V. A. **Cuidados paliativos: conversas sobre a vida e a morte na saúde**. São Paulo: Manole, 2015.

CARVALHO, R.; PARSONS, H. **Manual de Cuidados Paliativos**. 2. ed. São Paulo: Academia Nacional de Cuidados Paliativos, 2012.

FERREIRA, G.; MENDONÇA, G. **Cuidados Paliativos - Guia de Bolso**. 1. ed. São Paulo: Academia Nacional de Cuidados Paliativos, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **A avaliação do paciente em cuidados paliativos**. Rio de Janeiro: INCA, 2022.

D'ALESSANDRO, M.P.S. *et al.* **Manual de Cuidados Paliativos**. São Paulo: Hospital Sírio-libanês, Ministério da Saúde, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, M.F.; SOARES, J.C. Livre como uma borboleta: simbologia e cuidado paliativo. **Rev. bras. geriatr. Gerontol.**, v. 18, n. 3, p. 631-641, 2015.

KUBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CHACON NETO, O.H. **Dor e Cuidados Paliativos**. São Paulo: Manole, 2024.

SANTOS, F.S. **Cuidados paliativos: diretrizes, humanização e alívio dos sintomas**. São Paulo: Atheneu, 2011.

PERÍODO II

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS BIOLÓGICOS II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)

4.2.0.1	105h	BASES DOS PROCESSOS BIOLÓGICOS I
EMENTA		
Módulo Funções Biológicas: Anatomia, histologia e fisiologia dos sistemas cardiovascular, respiratório e renal. Canais iônicos; bioeletrogênese; Membrana plasmática; permeabilidade celular; pressão osmótica; músculo estriado cardíaco: miofilamentos, miofibrilas e junções celulares. Regulação nervosa dos sistemas circulatório, respiratório e renal; contração muscular; músculo esquelético, músculo liso e músculo cardíaco; sistema cardiovascular; hemodinâmica da circulação; bioeletrogênese cardíaca; ciclo cardíaco; curva pressão/volume; pressões no sistema cardiovascular; regulação da pressão arterial; débito cardíaco, retorno venoso e trabalho cardíaco; microcirculação e trocas entre os tecidos; sistema respiratório; mecânica respiratória; transporte de gases; regulação da respiração; sistema renal; características morfofuncionais dos rins; filtração glomerular e <i>clearance</i>; reabsorção e secreção tubular; papel dos rins no controle da pressão arterial; regulação da osmolaridade da urina; mecanismo de contracorrente; sistema renina-angiotensina; micção e diurese; mecânica respiratória; transporte de gases; regulação da respiração: acidose e alcalose respiratória. Princípios gerais da ação dos fármacos: farmacocinética e farmacodinâmica; fármacos que interferem no funcionamento dos sistemas cardiovascular, respiratório e renal.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
AMARAL Deborah; TRISTÃO, Adriana Rodrigues. Citologia, Histologia e Embriologia facilitadas em forma de exercícios. São Paulo, Rona Editora, 2022. DALLEY, Arthur F.; AGUR, Anne M. R. Anatomia orientada para a clínica. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024. JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. Histologia Básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023. MOORE, Keith; PERSAUD, T.V.N. ; TORCHIA, Mark. Embriologia Clínica. 11 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. Princípios de Anatomia e Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Friedrich Paulsen; Jens Waschke. Sobotta Atlas de Anatomia Humana. 25 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023. YOUNG, B; LOWE, J. S. ; STEVENS, A; HEATH, J. W.W. Histologia Funcional: Texto e Atlas em Cores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. ZORZETTO, N. L. Curso de Anatomia Humana. 9. ed. Presidente Prudente: Cientbook, 2014.

DISCIPLINA		
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.2	90h	ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE I
EMENTA		
Atenção Primária à Saúde: aspectos históricos e conceituais. A organização dos sistemas de saúde e os níveis de atenção. Princípios e organização da APS. A APS no Brasil: os serviços de saúde e níveis de promoção da saúde.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
AVIGO, Deoclecio; OLIVEIRA, Aline de Souza; VALLADÃO JÚNIOR, José Benedito Ramos. Manual de Condutas em Atenção Primária à Saúde. São Paulo: Atheneu, 2022. BRASIL. CONASS. Atenção Primária e Promoção de Saúde (Coleção para entender a gestão do SUS, Brasília: MS, 2011. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de atenção básica. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. MANDIA, Tatiana Milla Mandia; VALLADÃO JÚNIOR, José Benedito Ramos; WALCH, Renato. Urgências e emergências na atenção primária - atendimento pré-hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2021.		

STARFIELD. B. **Atenção Primária em Saúde**: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologias. UNESCO/MINISTÉRIO DA SAÚDE, Brasília 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO, Angélica de Oliveira; EIZERIK, Débora Chedid; DETTMER, Débora. **Contextos e Condutas em Atenção Primária à Saúde**. São Paulo: EdIPURCS, 2019.

GIOVANELLA, Lígia; MENDONÇA, Maria Helena Magalhães; GONDIM, Roberta; MATTA, Gustavo Corrêa. **Atenção primária à saúde no Brasil conceitos, práticas e pesquisa**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2018.

MENDES, E.V. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

VASCONCELOS E.M.; PRADO, E.V. **A Saúde nas palavras e nos gestos**: reflexões da rede de educação popular e saúde. HUCITEC: São Paulo, 2017.

CAMPOS, G.W.S; GUERRERO, A.V.P. (Org.). **Manual de Práticas de atenção básica**: saúde ampliada e compartilhada. São Paulo: Hucitec, 2013.

DISCIPLINA

BASES DOS PROCESSOS DE AGRESSÃO, DEFESA E PROTEÇÃO I

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.4.0.1	105h	HABILIDADES MÉDICAS I
EMENTA		

Anatomia e Histologia do Sistema Imune; Células Sanguíneas do Sistema Imune; Complexo Principal de Histocompatibilidade; Citocinas; Sistema Complemento; Anticorpos; Vacinação; Soroterapia; Estrutura geral das bactérias, tipos morfológicos e mecanismos de virulência; Antibióticos; Mecanismos de resistência aos antibióticos; *Mycobacterium tuberculosis* e tuberculose; *Mycobacterium leprae* e hanseníase; *Neisseria gonorrhoea* e gonorreia; *Treponema pallidum* e sífilis; Estrutura e replicação viral; HIV e AIDS; HPV e condiloma acuminado; Viroses transmitidas por *Aedes aegypti* (Dengue, Zika e Chikungunya); Estrutura e reprodução dos fungos; Métodos para o diagnóstico de micoses; Antimicóticos; *Candida albicans* e candidíase; Estrutura e biologia dos Protozoários; *Giardia lamblia* e giardíase; *Entamoeba* sp. e amebíase; *Trichomonas vaginalis* e tricomoníase; *Leishmania* sp. e leishmanioses; *Trypanosoma cruzi* e Doença de

Chagas; *Plasmodium* sp. e Malária; *Toxoplasma gondii* e Toxoplasmose; Características gerais dos helmintos (Filo Nematoda, Classe Cestoda, Classe Trematoda); *Schistosoma mansoni* e esquistossomose; *Taenia* sp. e teníase/cisticercose; Nematódeos de importância médica (*Ascaris lumbricoides*, ancilostomídeos, *Trichuris trichiura*, *Strongyloides stercoralis* e *Wuchereria bancrofti*); Métodos de diagnóstico de infecções helmínticas; Antihelmínticos; Entomologia médica (moscas e míases; triatomíneos; culicídeos; flebotomíneos; pulgas e piolhos; ácaros e carrapatos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARCHANJO, Anderson Barros; BORÇOI, Aline Ribeiro; MENDES, Suzanny Oliveira. Avanços metodológicos em biologia molecular e biotecnologia. São Paulo; Editora Athena, 2021.

CARNEIRO, J.; JUNQUEIRA, L. C. **Biologia Celular e Molecular**. 10. ed. Guanabara Koogan, 2023.

DI ROBERTIS, E. **Bases da biologia Celular e Molecular**. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.

GARCIA, Eduardo A.C. **Biofísica**. 2 ed. São Paulo: Editora Sarvier, 2015.

SOUZA, Rogerio Fernandes. Práticas de genética, biologia molecular, biotecnologia e evolução. Paraná: Editora Eduei, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DURAN, J.H.R. **Biofísica**: conceitos e aplicações. 2 ed. Pearson, 2011.

EÇA, LP. et al. **Biologia Molecular**. Guia prático e didático. Rio de Janeiro, Revinter, 2004.

FARAH, SB. **DNA - Segredos e Mistérios**. 2 ed. São Paulo, Editora Sarvier, 2007.

GARTNER, Leslie P. **Tratado de Histologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

HENEINE, I. F. Biofísica Básica. São Paulo: Atheneu

YOUNG, B; LOWE, J. S.; STEVENS, A; HEALTH, J. W. Wheater. **Histologia Funcional**: Texto e Atlas em Cores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

KAMOUN. **Bioquímica e Biologia Molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,

2006.

LIMA, J.J.P.; BOTELHO, M.F. **Biofísica Médica**: Exercícios Práticos. Imprensa, Universitária, 2010.

MALECINSKI, GM. **Fundamentos de Biologia Molecular**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DISCIPLINA		
HABILIDADES MÉDICAS II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.3.0.1	105h	Habilidades Médicas I
EMENTA		
Aperfeiçoamento da relação médico-paciente e fundamentos de ética A técnica da anamnese abrangente. Exame físico: abordagem e visão geral. Método para um exame Físico minucioso. Equipamentos para exame físico. Exame físico específico com a propedêutica específica de cada órgão e sistema. Método de raciocínio clínico. Exames bioquímicos de interesse na clínica médica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

HANS, Jons. **Técnica, Medicina e Ética: Sobre a Prática do Princípio Responsabilidade**. São Paulo: Paulus Editora, 2013.

LÓPEZ, M, LAURENTYS-MEDEIROS, J. **Semiologia Médica: As bases do diagnóstico clínico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

PORTO, C.C. (Ed.); PORTO, A.L.(Ed.). **Semiologia médica: habilidades para o exame clínico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

ROCCO, José Rodolfo. **Semiologia médica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

THALER, Malcolm S. **Diagnóstico diferencial no eletrocardiograma**. São Paulo: Artmed, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURTIS, CARL A; ASHWOOD, EDWARD R; BRUNS, DAVID E. TIETZ. **Fundamentos de química clínica**. Tradutor et al: Alexandre Vianna Aldighieri Soares et al. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA. **Resolução Conselho Federal de Medicina nº**

1246/88.

FRIEDMANN, A.A.; GRINDLER, J.; OLIVEIRA, C.A.R. **Diagnóstico diferencial no eletrocardiograma**. São Paulo: Manole, 2007.

LEITE, A.J.M; CAPRARA, A.; COELHO FILHO, J.M. (Org.). **Habilidades de Comunicação com pacientes e famílias**. São Paulo: Sarvier, 2007.

HARTMANN, H.R. **Lições de estética filosófica: uma pedagogia da sensibilidade e expressão**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

RUBIN, EMANUEL (Ed.). **Rubin patologia: bases clínico patológicas da medicina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

SGRECCIA, E. **Manual de bioética: aspectos médico-sociais**. São Paulo: Loyola, 2009.

SWARTZ, MARK H. **Tratado de semiologia médica: história e exame clínico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.0.0.1	45 h	Não tem

EMENTA
História da ciência, ciência e sociedade, métodos científicos, caracterização e instrumentalização: leitura, documentação, trabalho científico. Pesquisa em saúde. Metodologia da pesquisa científica: elaboração de projetos de pesquisa e artigos científicos. Testes e Medidas em pesquisa em saúde: medidas de tendência central e de dispersão; noções de probabilidade; distribuição normal; binominal; qui-quadrado; associações; intervalo de confiança. Levantamento de dados; formas de apresentação de dados Habilidades de utilização e navegação de ambientes virtuais: bases de dados científicos nacionais e internacionais. Aspectos éticos e legislação em pesquisa com seres humanos. Plataforma lattes e a Plataforma Brasil.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
GARCIA, Márcia C. Estatística, bioestatística e sistemas de informação em saúde . São Paulo: Editora SENAC, 2024.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 7.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2022.
MARTINEZ, Edson Zangiacomi. Bioestatística para os cursos de graduação da área da saúde . São Paulo: Editora Blucher, 2021.
SEVERINO, A.J. Metodologia do Trabalho Científico . 24. ed. Cortez, 2018.
VIEIRA, S. Bioestatística: tópicos avançados . 5.ed. Elsevier, 2023.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
APOLINÁRIO, F. Metodologia da Ciência . Filosofia e Prática da Pesquisa. Penso, 2011.
CHAUÍ, M. Convite à Filosofia . 10. ed. São Paulo: Ática, 1999.
DALY, Leslie. Interpretação e Aplicações da Estatística em Medicina . Rio de Janeiro: Instituto Piaget, 2007.
LEÃO, Lourdes Meireles. Metodologia do estudo e pesquisa : Facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019
MARCONI, MA; LAKATOS, E.M. Metodologia Científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
MINAYO, M. C. De Souza & Outro (org.). Antropologia, saúde e envelhecimento . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.
PAULA, Marlúbia Corrêa de; RAMOS, Maurivan Güntzel; LIMA, Valderez Marina do Rosário. Métodos de Análise em Pesquisa Qualitativa . Porto Alegre: Editora da PUCRS,

2022.

PERÍODO III

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS BIOLÓGICOS III		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
4.2.0.1	105h	Não tem
EMENTA		
Módulo Nascimento, crescimento e desenvolvimento: ciclo gestatório: modificações no organismo materno, idade gestacional e data da provável do parto, estática fetal.		
Mecanismo do parto: contratilidade uterina, parto, indução do parto, analgesia e anestesia, puerpério e lactação. Tipos de gravidez. Anatomia do parto. Fármacos utilizados no parto. Marcos de desenvolvimento neuropsicomotor de 0 a 2 anos. Módulo Percepção, consciência e emoção: Anatomia, histologia e fisiologia do sistema nervoso central e periférico; Sinapses elétricas e químicas; Bases funcionais da propriocepção e sentidos especiais. Conceitos básicos da neurociência. Ciclo sono-vigília. Neurobiologia da emoção e cognição. Teorias fisiológicas das emoções. Influência das drogas nos estados de percepção e consciência. Mecanismos básicos da dependência química. Adicção e etilismo. Relação entre patologias e anormalidades sensoriais. Métodos de avaliação das funções cerebrais (eletroencefalograma, polissonografia e imagenologia).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H.; PILLAI, Shivi. Imunologia Celular e Molecular. Rio Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.

BERNE, M.R. ; LEVY, M.N. **Fundamentos de Fisiologia**. 4. ed. Rio Janeiro: Elsevier, 2008.

KOPPEN, BRUCE M.; STANTON, BRUCE A. **Fisiologia**. 7 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2018.

TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. **Princípios de Anatomia e Fisiologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.

VOLTARELLI, J.C.; DONADI, E.A. **Imunologia Clínica na Prática Médica**. ATHENEU, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONSTANZO, L.S. **Fisiologia**. Rio Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

DE ROBERTIS, E.D.P. **Bases da Biologia Celular e Molecular**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DOAN, T.; MELVOLD, R.; VISELLI, S.; WALTENBAUGH, C. **Imunologia Ilustrada**. Porto Alegre :Artmed, 2008.

GUYTON, A.C.; HALL, J.E. **Perguntas e Respostas em Fisiologia**. 3.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2017.

JANEWAY, C. A.; TRAVERS, P.; WALPORT, M.; CAPRA, J.D.: **Imunobiologia: O sistema imunológico na saúde e na doença**. 7. ed. Porto Alegre, Artmed, 2010.

PANTHON, H. D. **Textbook of Fisiology**. 21. ed. Philadelphia: Sauders, 2000.

PARSLOW, T.G.; STITES, D.; TERR, A.I.; IMBODEN, J.B. **Imunologia Médica**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS DE AGRESSÃO DEFESA E PROTEÇÃO II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
4.2.0.1	105h	Não tem
EMENTA		

Hereditariedade, Carcinogênese. Mutações. Oncogenes. Genes supressores de tumor. Ciclo celular. Regulação celular. Morte celular. Angiogênese. Metástases. Estadiamento, prevenção, *screening* e princípios de tratamento oncológico. Complicações do tratamento oncológico. Neoplasias prevalentes: mama, próstata, colo de útero, cólon e pulmão. Imunologia tumoral. Técnicas de biologia molecular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALTERTHUM, F. **Microbiologia**. 7. ed. São Paulo: Atheneu, 2024.
 LACAZ, C. S.; MARTINS, J. E. **Micologia Médica**. 8. ed. São Paulo: Sarvier, 2022.
 MURRAY, P. R. ROSENTHAL, K. S. **Microbiologia Médica**. 9.ed. Guanabara Koogan, 2023.
 NEVES, D. P.; MELO, Alan Lane de.; LINARDI, Pedro Marcos. **Parasitologia Humana**. 14. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2022.
 TORTORA, G.J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. **Microbiologia**. 14. ed. São Paulo: Artmed, 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASE, C.L.; FUNKE, B.R.; TORTORA, G.J. **Microbiologia**. 12. ed. São Paulo: Artmed, 2017.
 FERREIRA, Marcelo Urbano. **Parasitologia Contemporânea**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
 MURRAY, Patrick R. **Microbiologia Médica Básica**. 3 ed. Editora Atheneu, 2018.
 NEVES, David Pereira; BITTENCOURT NETO, João Batista. **Atlas didático de parasitologia**. 3 ed. Editora Atheneu, 2019.
 REY, Luis. **Bases da Parasitologia Médica**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
 SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo; GOMES, Andréia Patrícia; SANTOS, Sávio; SANTANA, Luiz Alberto. **Parasitologia: Fundamentos e Prática Clínica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.
 VERONESI, R. **Tratado de Infectologia**. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.

DISCIPLINA

HABILIDADES MÉDICAS III

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)

3.3.0.1	105h	Não tem
EMENTA		
Aspectos gerais da fisiopatologia dos sistemas muscular esquelético, tegumentar cardiovascular, respiratório, digestório, endócrino, genito-urinário, sistema nervoso autônomo e somático, hematopoético, imunológico, locomotor, nervoso e o exame psiquiátrico correlacionando seus sinais e sintomas (exame clínico). Coleta e interpretação da anamnese básica, identificação, queixa principal, história da doença atual, antecedentes e revisão dos sistemas. Realização sistematizada do exame físico geral e dos sistemas. Técnicas da relação médico-paciente. Conhecimento dos sinais e sintomas mais comuns na prática clínica. Noções de exame complementares, através da realização e interpretação do eletrocardiograma, hemograma, sumário de urina, oximetria de pulso e gasometria. Procedimentos básicos: sondagem transuretral, injeções e suturas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CORREA, Aida Lopes Sirotheau; THOLLIUS, Beatriz Siems; MONTEIRO, Bruna Nogueira et al. Clínica médica: manual do estudante de medicina - Exame físico. São Paulo: Editora Atheneu, 2023. DUNCAN, Bruce B. (coord.) <i>et al.</i> Medicina ambulatorial 1 & 2: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. LAURENTYS-MEDEIROS, J.; LÓPEZ, M. Semiologia Médica - As bases do diagnóstico clínico. 5.ed. São Paulo: Revinter, 2015. LOPEZ, Mario; MEDEIROS, J. Laurentys. Semiologia Médica: As Bases do Diagnóstico Clínico. 5 ed. Thieme Revinter, 2015. PORTO, C.S; Semiologia Médica. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

BATES, B. **Propedêutica Médica**. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

CAMPERO, Walter E. Hinojosa. **Fisiopatologia Clínica**. 5. ed. São Paulo: Grupo Guia, 2004.

BRANCO, R.F.G. **A Relação com o paciente**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

MARTINS, Milton de Arruda; QUINTINO, Carla Romagnolli. **Semiologia clínica**. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2021.

NORRIS, Tommie. **Porth – Fisiopatologia**. 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

ROCCO, José Rodolfo. **Semiologia médica**. 2 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2022.

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.0.0.1	45h	Bases dos Processos Psicosociais I
EMENTA		
Ciência e sociedade. O humano entre unidade biológica e diversidade cultural e as relações étnico-raciais. Princípios gerais de antropologia da saúde: a construção social do corpo, da enfermidade e das estratégias terapêuticas. Técnicas e modalidades de registro de leituras e produção de trabalhos científicos. A universidade e a produção de conhecimentos na pesquisa em saúde.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BALINT, M. O médico, seu paciente e a doença . Rio de Janeiro: Atheneu, 2001. BOLTANSKI, L. As classes sociais e o corpo . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. CANGUILHEM, G. O normal e o patológico . 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2024.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

CANGUILHEM, G. **Escritos sobre a medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 14 ed. São Paulo: Ática, 2019.

FLAUZINO, Candido Jeronimo. **O médico e a morte**: contribuições da psicologia fenomenológica. São Paulo: Editora APPRIS, 2020.

STAKE, R.E. **Pesquisa Qualitativa**: Estudando como as Coisas Funcionam. Penso, 2016.

DISCIPLINA		
BASES DA PRÁTICA MÉDICA I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.1.0.1	60h	Não tem
EMENTA		
Introdução ao estudo da Farmacologia. Vias de introdução de fármacos. Farmacocinética. Farmacodinâmica. Relação dose-resposta. Farmacologia do sistema nervoso autonômico, periférico e central. Fundamentos da técnica cirúrgica, da anestesiologia, da metabologia e dos processos patológicos gerais em pacientes cirúrgicos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
AULER Jr, COSTA José Otávio e MIYOSHI, Érika. Manual teórico de anestesiologia para o aluno de graduação. Livraria: Atheneu. 2001. FERRAZ, Álvaro Antonio Bandeira, FERRAZ, Edmundo Machado. Bases da Técnica Cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005 BARASH, P.G., et al. Manual de Anestesiologia Clínica: São Paulo: McGraw-Hill Interamericana, 2014. GOLFF, F.S. Técnica Cirúrgica: Bases Anatômicas, Fisiopatológicas e Técnica Cirúrgica. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2007. HARDMAN, J.G.; LIMBIRD, L.E. (Ed.). Goodman & Gilman. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 13. ed., Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2018. TOWNSEND, Courtney M.; BEAUCHAMP, R. Daniel; EVERS, B. Mark et al. Tratado de Cirurgia: A Base Biológica da Prática Cirúrgica Moderna. 21 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

BARRETO, Priscila. **Nutrição enteral e parenteral na prática clínica**. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2023.

FINKEL, R.; CUBEDDU, L.X.; CLARK, M.A. **Farmacologia Ilustrada**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

FUNCHS, F.D.; WANNMACHER, I. **Farmacologia Clínica**. Fundamentos de Terapêutica Racional. 5. ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2017.

GOLAN, David E.; TASHJIAN, Armen H.; ARMSTRONG Ehrin J.; ARMSTRONG, April W. **Princípios de Farmacologia**. A Base Fisiopatológica da Farmacoterapia. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

KNOBEL, E. **Condutas no paciente grave**. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2016.

PITREZ, F.A.B.; PIONER, S.R. **Pré e Pós-operatório em cirurgia especializada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

TAVARES, W. **Manual de Antibióticos e Quimioterápicos Anti-infecciosos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2009.

TOWNSEND, C.M.; BEAUCHAMP, M.P.; et al. **Tratado de Cirurgia: A Base Biológica da Prática Cirúrgica Moderna**. 20. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

SILVA, P. **Farmacologia**. 8 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2010.

DISCIPLINA		
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE III		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.2	90h	Não tem
EMENTA		
Noções de planejamento em saúde. Avaliação e monitoramento da gestão do SUS. Gestão Participativa em Saúde. Importância do controle social - Conselhos de Saúde. Fenômenos ambientais que afetam a saúde dos seres humanos: determinantes físico-químicos, biológicas e sociais. Vigilância em saúde ambiental no nível local do território.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

BARBOSA, Aline dos Santos; ROMANI-DIAS, Marcello; ALBUQUERQUE, Nina. Gestão Estratégica de Serviços. São Paulo: Freitas Bastos, 2023.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico.** 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2023.

CRUZ, Tadeu. Manual de Planejamento Estratégico: Ferramentas Para Desenvolver, Executar e Aplicar. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

TEIXEIRA, Sonia Fleury .Reforma sanitária: em busca de uma teoria. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

VECINA NETO, Gonzalo; **MALIK, Ana Maria. Gestão em Saúde.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AVILA-PIRES, FERNANDO DIAS DE. **Princípios de ecologia médica.** 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC. 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Atenção Básica em Saúde.** Brasília, 2006.

CORTES, S. M. V (ORG). **Participação em saúde no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

DAMAZIO, L. **Desafios da gestão estratégica em serviços de saúde: caminhos e perspectivas.** Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2012.

MINAYO, M..C. S. ; MIRANDA, A.C. **Saúde e ambiente sustentável: estreitando-nos.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

PEDROSA, J. I. S., PEREIRA, E. D. S. Atenção básica e o controle social em saúde: um diálogo possível e necessário. **Revista Brasileira de Saúde da Família** (Brasília), v. VIII, p.7- 22, 2007.

PAIM, J.S. **Reforma sanitária brasileira:** contribuição para sua compreensão e crítica. EDUFBA/FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2008.

PHILIPPI JR., **Saneamento, Saúde e Meio Ambiente:** Fundamentos para um desenvolvimento sustentável. São Paulo. Ed. Manole, 2005.

PERIODO IV

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS DE AGRESSÃO DEFESA E PROTEÇÃO III		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.3.0.1	105h	Não tem
EMENTA		
Fisiopatologia, epidemiologia e diagnóstico de: Infecções de vias aéreas superiores; <i>Estafilococcias</i> e <i>Streptococcias</i>; Infecção do Trato Urinário; Pneumonia Adquirida na Comunidade (PAC); Meningite e Meningoencefalite aguda; Febre Amarela; Leptospirose; Endocardite bacteriana; Febre reumática; Mononucleose infecciosa e síndrome <i>monolike</i>; Tétano; Febre tifoide; Doenças exantemáticas: Sarampo; Rubéola; Herpes; Varicela; Citomegalovírus. Particularidades anatômicas do recém-nascido. Crescimento intrauterino. Fisiologia da amamentação. Fisiologia do crescimento. Fisiologia da gravidez e hormônios placentários. Fisiologia do parto. Fisiologia fetal. Metabolismo das bilirrubinas. Imunização e vacinação da criança. Crescimento e desenvolvimento até 2 anos de idade. Infecções congênitas. Assistência na sala de parto.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
GRIFFITHS, Anthony J. F.; DOEBLEY, John; PEICHEL, Catherine et al. Introdução à Genética. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. KATZUNG, Bertram G.; VANDERAH, Todd W. Farmacologia Básica e Clínica. 15. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2022. KUMAR, V. Robbins; ABBAS, A.K.; ASTER, Jon C. Patologia: Bases Patológicas das doenças. 10. ed. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2023. SCHAEFER, G. Bradley; THOMPSON JÚNIOR, James; VARGAS, Andréia Escosteguy; GIUGLIANI, Roberto. Genética Médica: Uma Abordagem Integrada. São Paulo: AMGH, 2015. THOMPSON, M. W. Genética Médica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

HAMMER, Gary D. Hammer; MCPHEE, Stephen J.; SELIGMAN, Renato et al.; **Fisiopatologia da Doença: Uma Introdução à Medicina Clínica**. 7 ed. São Paulo: AMGH, 2015.

COTTRAN, R.S.; KUMARVINAY, R.S. Robbins. **Patologia Estrutural e Funcional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

FARIA, J.L. **Patologia geral fundamentos das doenças com aplicações clínicas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

GELEHRTER, THOMAS D; COLLINS, FRANCIS S. **Fundamentos da Genética Médica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

KUMAR, V.; COTRAN, R.S. & KUMAR, V. **Patologia básica**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

NUSSBAUM, R. MCINNES, R.R. WILLARD, H.F. Thompson & Thompson: **Genética médica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

ROBBINS, S. L. **Fundamentos de Robbins: patologia estrutural e funcional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

RUBIN, Emanuel (Ed.). **Robbins patologia: bases clínico-patológicas da medicina**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

DISCIPLINA		
BASES DA PRÁTICA MÉDICA II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.3.0.1	105h	Não tem
EMENTA		
Fundamentos da técnica cirúrgica, da anestesiologia, da metabologia e dos processos patológicos gerais em pacientes cirúrgicos, assim como da fisiologia patológica do trauma operatório e dos cuidados pré e pós-operatórios. Generalidades sobre tumores. Farmacologia dos sistemas cardiovascular, respiratório, gênito-urinário, digestório. Farmacologia dermatológica. Farmacologia da inflamação e da dor. Quimioterápicos antibacterianos, antifúngicos e antivirais. Fisiologia patológica do trauma operatório e dos cuidados pré e pós-operatórios. Generalidades sobre tumores.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BARASH, P.G., et al. Manual de Anestesiologia Clínica. 7. ed. São Paulo: Artmed, 2014. CULLEN, Bruce F.; STOCK, M. Christine. Anestesia clínica. Espanha: Lippincott Williams & Wilkins, 2018. GOLFF, F.S. Técnica Cirúrgica: Bases Anatômicas, Fisiopatológicas e Técnica Cirúrgica. 4.ed. São Paulo: Atheneu, 2004. HARDMAN, J.G.; LIMBIRD, L.E. (Ed.). Goodman & Gilman. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 13 ed. Rio de Janeiro: AMGH, 2018. TOWNSEND, C.M.; BEAUCHAMP, M.P.; et al. (SABISTON). Tratado de Cirurgia: A Base Biológica da Prática Cirúrgica Moderna. 20. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Ltda, 2019.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
DEF. DICIONÁRIOS DE ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS. 39. ed. Rio de Janeiro: Publicações Médicas Ltda, 2015/2016. FINKEL, R.; CUBEDDU, L.X.; CLARK, M.A. Farmacologia Ilustrada. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. FUNCS, F.D.; WANNMACHER, I. Farmacologia Clínica. Fundamentos de Terapêutica Racional. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. GOLAN D, TASHJIAN A, ARMSTRONG E, ARMSTRONG A. Princípios de Farmacologia: A Base Fisiopatológica da Farmacoterapia. 5. ed. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2017. KNOBEL, E. Condutas no paciente grave. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2016. PITREZ, F.A.B.; PIONER, S.R. Pré e Pós-operatório em cirurgia especializada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. TAVARES W. Manual de Antibióticos e Quimioterápicos Anti-infecciosos. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2014. WAITZBERG, D.I. Nutrição enteral e parenteral na prática clínica. 5. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

DISCIPLINA

BASES DOS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS III		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.0.0.1	60h	Não tem
EMENTA		
Princípios gerais de antropologia da saúde: a construção social do corpo, da enfermidade e das estratégias terapêuticas. Processos psicossociais: as interações individuais e coletivas. As dimensões da ciência psicológica e prática médica através das determinações sociais do processo saúde-doença. O normal e o patológico.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BOTEGA, N.J. Prática Psiquiátrica no Hospital Geral: intercorrências e emergências. 3 ed. São Paulo: Artmed, 2011. CAIXETA, M. Psicologia Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2024. PEREIRA, Ana Telma; MACEDO, António Ferreira de; MADEIRA, Nuno. Psicologia na medicina. São Paulo: Lidel, 2018.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BALINT, M. O médico, seu paciente e a doença. Rio de Janeiro: Atheneu, 2001. BLUMENFIELD, Michael. Medicina psicossomática. 2.ed. São Paulo: Arned, 2009. BOLTANSKI, L. As classes sociais e o corpo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. MILLAN, L. et al. O universo psicológico do futuro médico. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.		

DISCIPLINA		
ATENÇÃO PRIMARIA À SAÚDE IV		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.2	90h	Não tem
EMENTA		

Vivência nos Serviços de Saúde do Município, principalmente nas Unidades de Saúde da Família, estabelecendo correlações entre o aprendizado teórico do curso, a situação real dos serviços de saúde e a comunidade, através de visitas domiciliares, ações de educação em saúde para indivíduos e grupos, promoção da saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEHRY, E.E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PELICIONI, M.C.F.; MIALHE, F.L. (org). **Educação e Promoção da Saúde: teoria e prática**. São Paulo: Santos, 2012.

SILVA, André Ribeiro da; MOURA, Bernard Pereira Barros; DIEGUEZ, Letícia Ferreira Guimarães. **Estratégias de Saúde da Família: modelos de planos de ações no Sistema Único de Saúde**. São Paulo: Editora Atena, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMA-ATA. **Cuidados primários de saúde: Relatório da Conferência Internacional sobre cuidados primários de Saúde**. Alma-Ata, URSS, 6-12 de setembro de 1978. Brasília: UNICEF, 1979.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica em Saúde**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cartas de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

CAMPOS, G.W.S.; GUERRERO, A.V.P. **Manual de práticas de atenção básica**. Saúde ampliada e compartilhada. São Paulo: Hucitec, 2013.

COSTA, E. M. A. e CARBONE, M. H. **Saúde da Família**. Rio de Janeiro: Rúbio, 2004.

DESLANDES, S.F. **Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

LUNA, R.L.; SABRA, R. **Medicina de família: saúde do adulto e do idoso**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

STARFIELD, B. **Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, p. 726, 2002.

DISCIPLINA		
HABILIDADES MÉDICAS IV		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.3.0.1	1050h	Não tem
EMENTA		
Testes imunológicos utilizados para diagnóstico de doenças infecciosas e parasitárias, vacinas. Programa Nacional de Imunização, Vacinação Básica. Fisiopatologia e características das síndromes clínicas, correlacionando seus sinais e sintomas. Procedimentos básicos em sedação e anestesiologia, manejo no cuidado pré e pós-operatório, incisões e suturas. A Entrevista Médica. Dinâmica da relação médico-paciente. Entrevistas psicológicas. Formação de grupos Balint. Interconsultas. A questão da sexualidade. A relação médico-paciente em cirurgia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CAIXETA, M. Psicologia Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. GOLFF, F.S. Técnica Cirúrgica: Bases Anatômicas, Fisiopatológicas e Técnica Cirúrgica. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2007. VOLTARELLI, J.C.; DONADI, E.A. et al. Imunologia Clínica na Prática Médica. Porto Alegre: Atheneu, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BARASH, P.G., et al. Manual de Anestesiologia Clínica: São Paulo: McGraw-Hill Interamericana, 2014. BOLTANSKI, L. As classes sociais e o corpo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. JANEWAY, C. A.; TRAVERS, P.; WALPORT, M.; CAPRA, J.D.: Imunobiologia: O sistema imunológico na saúde e na doença. 8. ed. Porto Alegre, Artmed, 2014. PARSLOW, T.G.; STITES, D.; TERR, A.I.; IMBODEN, JB. Imunologia Médica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. RIOS, Izabel Cristina; SCHRAIBER, Lilia Blima. Humanização e humanidades em medicina: A formação médica na cultura contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2012.		

PERÍODO V

DISCIPLINA		
BASES DA PRÁTICA MÉDICA III		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
5. 5.0.2	180h	Não tem
EMENTA		
Semiologia cutânea. Dermatoses infectocontagiosas. Hanseníase. Dermatoses alérgicas e doenças parasitárias. Anatomia, histologia, embriologia, fisiologia, propedêutica do bulbo ocular e anexos. Vícios de refração, lente de contato. Urgências. Catarata, leucocoria, glaucoma, neuroftalmologia e visão subnormal, doenças da retina e úvea, tumor do bulbo ocular e anexos. Doenças oftalmológicas da criança, noções de profilaxia, higiene, prevenção das moléstias do bulbo ocular, anexos e cegueira. Câncer como problema de saúde pública. Tumores: diagnóstico e tratamento. História clínica do portador de neoplasia. Princípios de biologia tumoral. Propedêutica do paciente oncológico. Clubes de revista e discussão de casos clínicos. Representações Sociais da Loucura e Institucionalização da Loucura. História da psiquiatria, psicopatologia, etiologia, diagnóstico, prognóstico terapêutica e profilaxia dos transtornos mentais. Transtornos neuróticos, psicóticos e de personalidade. Transtornos psicóticos e depressivos. Disfunções sexuais. Psiquiatria da infância e adolescência. Experiências de Desinstitucionalização da Loucura.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BARROSO-SOUSA, Romualdo; FERNANDES, Gustavo. Oncologia: princípios e prática clínica. São Paulo, Manole, 2022. DE BELDA JUNIOR, Walter; DI CHIACCHIO, Nilton; CRIADO, Paulo Ricardo. Tratado De Dermatologia. 4.ED. São Paulo, Editora Atheneu, 2023. FITZPATRICK, T.B. Tratado de Dermatologia.8.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2019. HOFF, Paulo Marcelo Gehm; CHAMMAS, Roger; BONADIOS, Renata Rodrigues da Cunha Colombo. Tratado de oncologia. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2022. KAPLAN, H.; SADOCK, B. Manual de Psiquiatria Clínica. 5.ed. Rio de Janeiro: Medsi 2023. NARDI, Antonio Egidio; SILVA, Antônio Geraldo; QUEVEDO, João. Tratado de		

psiquiatria. São Paulo: Artmed, 2021.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ANELLI, A. Manual prático de condutas em oncologia clínica. São Paulo: Lemar, 2000. BEREK, J.S.; HACKER, N.F. Oncologia Clínica. 5. Ed. Rio de Janeiro: Lippincott Williams & Wilkins, 2009. BOYER, K.L.; et al. Oncologia na clínica geral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. CONSELHO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA. Série Oftalmologia Brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2008. DESVIAT, M. A reforma psiquiátrica. São Paulo: Hucitec, 2015. DIOGENES, M.J.M.; GUILHON, R.M.P.; GONÇALVES, H.S.; NEVES, R.G. 2.ed. Atlas de dermatopatologia tropical. Fortaleza: INOVA; 2001. FITZPATRICK, J.E.; AELING, J.L. Segredos em Dermatologia. 4.ed. São Paulo: Artmed, 2012. KANSKI, J.J. Oftalmologia Clínica: uma abordagem sistemática. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. SPENCE, LAWRENCE, C.M.; COX, N.H. Diagnóstico Clínico em Dermatologia: Atlas colorido e texto. São Paulo: Artes Médicas, 2023. ROCHA, Eduardo Melani Rocha; RODRIGUES, Maria de Lourdes Veronese. Atlas de Oftalmologia Clínica. Rio de Janeiro: Medbook, 2015. VAUGHAN, D.; ASBURY, T.; RIORDAN-EVA, P. Oftalmologia Geral. 17. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. SADOCK, B.J.; SAADOCK, V.A. Compêndio de Psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS DE AGRESSÃO, DEFESA E PROTEÇÃO IV		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.5.0.1	135h	Não tem

EMENTA
Fisiopatologia de doenças mais prevalentes e aspectos relevantes relacionados às desordens nutricionais e metabólicas, diarreia, vômitos, icterícia, distúrbios sensoriais, motores e de consciência. Com foco em etiopatogenia, quadro clínico, métodos diagnósticos, condutas terapêuticas, medidas preventivas e o impacto psicossocial desses agravos. O objetivo é a compreensão dos sinais e sintomas observados nessas entidades e ser capaz de trazer o plano diagnóstico e terapêutico para o manejo clínico adequado.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ABBAS, A.K.; LICHTMAN, A.; PILLAI, H. Imunologia Celular e Molecular. 10. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2023. KUMAR, V. Robbins; ABBAS, A.K.; ASTER, Jon C. Patologia: Bases Patológicas das doenças. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023. RUBIN, Emanuel (Ed.). Robbins patologia: bases clinicopatológicas da medicina. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. VOLTARELLI, J.C.; DONADI, E.A. Imunologia Clínica na Prática Médica. Porto Alegre: Atheneu, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ABBAS, A.K.; KUMAR, V. FAUSTO, N. Patologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. BENJAMINI, E.; COICO, R.; SUNSHINE, G. Imunologia. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. BEVILACQUA, F.; BEMSONSSAN, E & JANSEN, J. M. Fisiopatologia clínica. 5. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1998. COTTRAN, R.S.; KUMARVINAY, R.S. Robbins. Patologia Estrutural e Funcional. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. SILVA, W. D.; MOTA, I.. Bier, O. Imunologia Básica e Aplicada. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. DOAN, T.; MELVOLD, R.; VISELLI, S.; WALTENBAUGH, C. Imunologia Ilustrada. Artmed, 2008. FARIA, J.L. Patologia geral fundamentos das doenças com aplicações

clínicas. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

JANEWAY, C. A.; TRAVERS, P.; WALPORT, M.; CAPRA, J.D.: **Imunobiologia: O sistema imunológico na saúde e na doença**. 7. ed. Porto Alegre, Artmed, 2010.

FORTE, W.N. **Imunologia do básico ao aplicado**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

ROBBINS, S. L. **Fundamentos de Robbins: patologia estrutural e funcional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

PARSLOW, T.G.; STITES, D.; TERR, A.I.; IMBODEN, JB. **Imunologia Médica**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

DISCIPLINA		
HABILIDADES MÉDICAS V		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.3..0.2	120h	Não tem
EMENTA		
História natural da doença, epidemiologia, etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico diferencial, laboratorial, tratamento e complicações das doenças de maior prevalência, do aparelho tegumentar, aparelho digestório e endócrino-metabólicas. Métodos complementares de diagnóstico e propedêutica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BICKLEY, Lynn. S.; SZILAGYI, Peter G.; HOFFMAN, Richard M. Bases da Propedêutica Médica . 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. MASSON, Antonio Augusto; MUXFELDT, Elizabeth; SUBILHAGA, Janice. Semiologia Essencial na Prática Médica: O Que Todo Clínico Deve Saber . Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2021. PORTO, C.C. (Ed.); PORTO, A.L.(Ed.). Semiologia médica: habilidades para o exame clínico . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. PORTO, C.C. (Ed.); PORTO, A.L.(Ed.). Semiologia médica: habilidades para o exame clínico . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. VILLINS, Margarete; ZOMBINI, Edson Vanderlei; CORREA NETO, Isaac José Felipe. As Interfaces da Semiologia e Propedêutica Médica . São Paulo: Editora dos Editores, 2022.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ARGENTE, Horacio; ÁLVAREZ, Marcelo E. Semiologia Médica. 12 ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2021. BEVILACQUA, F. Manual do Exame Clínico. 13. ed. Cultura Médica. 2003. EPSTEIN, O.; PERKIN, G.D.; COOKSON, J.; DE BONO, D.P. Exame clínico. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. LOPEZ, M.; LAURENTNTYS, M.J. Semiologia Médica: As Bases do Diagnóstico Clínico. 5. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2015.

DISCIPLINA		
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE V		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.1	75h	Não tem
EMENTA		
Política de Saúde Mental no Brasil, Atenção Psicossocial e Psiquiatria comunitária. Noções em psiquiatria forense e legislação mental. Alcoolismo e dependência de outras drogas. Dermatoses infectocontagiosas Hanseníase. Dermatoses alérgicas e doenças parasitárias. Vivência nos Serviços de Saúde do Município, principalmente nos Núcleos de Apoio à da Família, Centros de Atenção Psicossocial, Centro de Testagem e Aconselhamento HIV/AIDS, e demais Programas de Saúde, estabelecendo correlações entre o aprendizado teórico do curso, a situação real dos serviços de saúde e a comunidade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRASIL. CONASS. Atenção Primária e Promoção de Saúde (Coleção para entender a gestão do SUS), Brasília: MS, 2011. CAMPOS, G. S.; GUERRERO, A. V. P. (Org.). Manual de práticas de atenção básica: saúde ampliada e compartilhada. Hucitec, 2013. PINHEIRO, R. (Org.). Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CARVALHO, Sergio Resende; FERIGATO, Sabrina; BARROS, Maria Elisabeth.		

Conexões: saúde coletiva e políticas de subjetividade. São Paulo: HUCITEC, 2009.

FITZPATRICK, T.B. **Tratado de Dermatologia**.8.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2019.

PESSINI, L.; BERTACHINI L. (Org.). **Humanização e cuidados paliativos**. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

SADOCK, B.J.; SAADOCK, V.A. **Compêndio de Psiquiatria**: ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

SILVA, J.A.A.; DALMASO, A.S.W. **Agente Comunitário de Saúde**: o ser, o saber, o fazer. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

PERÍODO VI

DISCIPLINA		
TÉCNICAS DE IMAGINOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.1.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Histórico e introdução ao diagnóstico por imagem; bases físicas, aplicabilidade, indicações clínicas, riscos e benefícios dos exames de imagem (radiologia convencional; ultrassonografia). Diagnóstico por imagem em radiologia convencional. Diagnóstico por imagem da caixa torácica (pulmões; pleura; mediastino); diagnóstico por imagem do abdômen e retroperitônio (pâncreas; fígado e vias biliares; baço; rins e vias e do tubo gastro-entérico); diagnóstico por imagem do sistema musculo esquelético.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
HERRING, William. Radiologia Básica : Aspectos Fundamentais. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.		
LEE, Peter; GOLDBERG, Carey; KOHANE, Isaac; ISLABÃO, André Garcia. A Revolução da Inteligência Artificial na Medicina : GPT-4 e Além. São Paulo: Artmed, 2023.		

MELO JÚNIOR, CARLOS M. **Radiologia Básica**. 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2016. MELO, R. **Radiologia caso a caso**. Ed. DMP, 2021.

TOPOL, Eric; ISLABÃO, André Garcia. **Medicina Profunda - Deep Medicine: Como a Inteligência Artificial Pode Reumanizar os Cuidados de Saúde**. São Paulo: Artmed, 2024.

ZATAR, L. & et al. **Radiologia diagnóstica prática: Manual da residência do Hospital Sírio Libanês**. 2.ed. São Paulo: Manole, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANT, William E.; HELMS, Clyde A. Fundamentos de Radiologia. 4 ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015.

CERRI, Giovanni G.; LEITE, Claudia da C.; ROCHA, Manoel de S. Tratado de Radiologia, Volume 1: Neurorradiologia, Cabeça e Pescoço. Barueri: Editora Manole, 2017.

CHEN, Michael Y M.; POPE, Thomas L.; OTT, David J. LANGE: Radiologia Básica. Porto Alegre: Grupo A, 2010.

CERRI, Giovanni G.; LEITE, Claudia da C.; ROCHA, Manoel de S. Tratado de Radiologia, Volume 2: Pulmões, Coração e Vasos, Gastrointestinal, Uroginecologia. Barueri: Editora Manole, 2017.

CERRI, Giovanni G.; LEITE, Claudia da C.; ROCHA, Manoel de S. Tratado de Radiologia, Volume 3: Obstetrícia, Mama, Musculoesquelético. Barueri: Editora Manole, 2017.

CERRI, G. G. & et al. **Tratado de radiologia**. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2017.

CHEW, FELIX S. & et al. **Imaginologia musculoesquelética: Estudo de casos**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2016. GOODMAN, L. R. Felson's. **Princípios de Radiologia Torácica**. Um Texto Programado. Editora Di Livros. 2016.

KOCH, Hilton. A. **Radiologia e Diagnóstico por Imagem na Formação do Médico Geral**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2011.

MARCHIORI, Edson. **Introdução à Radiologia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

PRANDO, A. A. CBR - Fundamentos de Radiologia e Diagnóstico por Imagem. 2 ed. São Paulo: GUANABARA KOOGAN, 2014.

DISCIPLINA		
BASES DA PRÁTICA MÉDICA IV		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
5.5.0.2	180h	Não tem
EMENTA		
Etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico, tratamento e prognóstico das doenças do aparelho digestório, da cavidade peritoneal e da parede abdominal. Técnicas cirúrgicas e complicações pós-operatórias. Semiologia obstétrica pré-natal; clínica de puerpério e lactação; patologias obstétricas; doenças intercorrentes no ciclo gravídico-puerperal. Anatomia, fisiologia e propedêutica ginecológica. Aspectos clínicos e fisiopatológicos, diagnósticos e terapêuticos das doenças benignas e malignas que atingem a mulher. Mama, os órgãos genitais femininos e seus anexos. Urgências.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
REZENDE FILHO, J. Obstetrícia. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. NOVAK. B. Tratado de Ginecologia . 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2021. SILVA FILHO, Agnaldo Lopes; TRIGINELLI, Sérgio Augusto Triginelli; TRAIMAN, Paulo Traiman. Manual de cirurgia ginecológica . São Paulo: Medbook, 2023. TOWNSEND, C.M.; BEAUCHAMP, D.; EVERS, B. M.; MATTOX K. SABISTON tratado de Cirurgia: A Base Biológica da Prática Cirúrgica Moderna . 20.ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2019.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BASTOS, Á.C. Ginecologia . 10. ed. São Paulo: Atheneu, 1998. BEREK, J.S. Tratado de Ginecologia . 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. CANGIANI, L.C.; et al. Tratado de anestesiologia . 9.ed. São Paulo: Atheneu,		

2021.

CHAVES, C.P.; MANSO, J.E. F.;EULALIO J. M.R. **Clínica cirúrgica**: fundamentos teóricos e práticos. São Paulo: Atheneu, 2002.

DOHERTY, G.M. **Cirurgia**: diagnóstico e tratamento. 13.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

FREITAS, Fernando; PASSOS, Eduardo Pandolfi; RAMOS, Jose Geraldo Lopes; MARTINS-COSTA, Sergio H.; MAGALHAES, Jose Antonio. **Rotinas em Obstetrícia**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

JORGE FILHO, Isaac. **Cirurgia geral**: pré e pós-operatório. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2011.

FRASSON, Antônio; NOVITA, Guilherme; MILLEN, Eduardo; ZERWES, Felipe. **Doenças da Mama**: Guia de Bolso Baseado em Evidências. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2022.

GOFFI, F. **Técnica Cirúrgica**: bases anatômicas e fisiopatológicas e técnicas de cirurgia. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2004.

KULAY JÚNIOR, Antonio Lapa Luiz; KULAY, Maria. **Drogas na Gravidez e na lactação**: guia prático. Febrasgo. São Paulo: Ponto, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e AIDS. **Guia de tratamento**: Recomendações para profilaxia e transmissão materno-infantil do HIV e Terapia antirretroviral em gestantes. 2001.

NEME, B. **Obstetrícia básica**. 3.ed. São Paulo: Sarvier, 2006.

NEVES, Joaquim. **Ginecologia fundamental**. Rio de Janeiro:Ledel,2019.

OKUMURA, M.; ZUGAIB, M. **Ultrassonografia em obstetrícia**. São Paulo: Sarvier, 2000.

PASTORE, A.R.; CERRI, G. **Ultrassonografia Obstétrica- Ginecológica**. 2.ed. São Paulo: Sarvier, 2015.

REZENDE, J.; Montenegro, C.A.B.;REZENDE. **Obstetrícia Fundamental**. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

ZERBINI, Eurycles de Jesus. **Clínica Cirúrgica**. Alípio Correia Neto. 4. ed. São Paulo: Sarvier, 1994.

ZUGAIB, M.; RUOCCO, R. **Pré-natal**: clínica obstétrica da faculdade de medicina da USP. 3.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005.

WILLIAMS, C. **Obstetrícia**. 25. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

DISCIPLINA		
BASES DOS PROCESSOS DE AGRESSÃO, DEFESA E PROTEÇÃO V		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.5.0.2	150h	Não tem
EMENTA		
Introdução à Medicina Legal, perícias médicas, documentos médico-legais, psicologia e psiquiatria forense, ética médica, impeditivos médico-legais do matrimônio, investigação de paternidade, sexologia anômala. Conceitos; ambiente de trabalho e saúde; acidentes de trabalho; anamnese ocupacional; Toxicologia ambiental e ocupacional; monitoramento clínico e epidemiológico das substâncias químicas; e noções de Biossegurança.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CROCE, D. Manual de medicina legal . 8.ed. São Paulo: Saraiva. 2012. MARANO, V.P. Doenças Ocupacionais . 2. ed. Editora LTR, 2007. MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAG, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais . 11ed. São Paulo: Saraiva, 2023. PEREIRA, Gerson; CAMPOS JÚNIOR, Marcos Roberto. Medicina Legal e perícias médicas . São Paulo: Sarvier, 2020.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ALCANTARA, H.R. Perícia Médica Judicial . 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Kogan, 2006. ALCANTARA, H.R. Deontologia e Diceologia . S. Paulo: ANDREI, 1979. BENSOUSSAN, E. Manual de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho . 2.ed. São Paulo: Atheneu, 1997. BITTAR, N. Medicina legal descomplicada . 2.ed. São Paulo: Rideel, 2011. COSTA, M A F. Qualidade em Biossegurança . Rio de Janeiro, Qualitymark:, 2000. FRANÇA, DOUGLAS, W.; GRECO, R.; CALHAU, L.B.; KRYMCHANTOWSKI, A.;		

ANCILLOTTI, R. **Medicina legal**. 15.ed. Niteroi: Impetus, 2022.

HOEPPNER, M G. **Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho**. 4.ed. São Paulo: Editora Ícone, 2010.

HERCULES, Hygino de C. **Medicina Legal: Texto e Atlas**. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2014.

SAWAYA, M.C.T.; ROLIM, M.R.S. **Manual prático de medicina legal no laboratório**. 2.ed.Curitiba: Juruá, 2009.

DISCIPLINA		
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE VI		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.1.	75h	Não tem
EMENTA		
Vivência nos Serviços de Saúde do Município, principalmente nas atividades planejamento, administração e gestão da saúde. Saúde da Mulher. Incidência e prevalência de câncer feminino. Programas de Prevenção. Vivências nos Serviços de Saúde do Município, principalmente voltado política de promoção da equidade, acolhimento as populações socialmente vulneráveis(negros, índios, população de rua, população do campo e da floresta, população LGBTQIAPN+), estratégias de inclusão social pelo acesso e atenção integral.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
KESTELMAN, H. N. et al. Planejamento e gestão estratégica em organizações de saúde . 2.ed.Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.		
PINHEIRO, Roseni; LOPES, Tatiana; MÜLLER NETO, Júlio S. Construção Social da demanda por cuidado: revisitando o direito à saúde, o trabalho em equipe, os espaços públicos e a participação . Rio de Janeiro: Abrasco, 2013.		
REZENDE FILHO, J. Obstetrícia. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra . 2 ed. Brasília, 2013.		

BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília, 2012.

BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília, 2013.

BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.

MELAMED, C.; PIOLA, S. F. (Org). **Políticas públicas e financiamento federal do Sistema Único de Saúde**. Brasília: IPEA, 2011.

RIVERA, F.J.U. **Análise estratégica em saúde e a gestão pela escuta**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

DISCIPLINA		
HABILIDADES MÉDICAS VI		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.3.0.2	120h	Não tem
EMENTA		
História natural, etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico clínico e laboratorial, métodos complementares de diagnóstico, tratamento e complicações das doenças de maior prevalência do sistema respiratório, cardiovascular e renal. Propedêutica cardiovascular, renal e respiratória.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
GODMAN, Cecil. Tratado de Medicina Interna . 25. ed., Guanabara: 2016. RIELLA, M.C. Princípios de Nefrologia e Distúrbios hidroeletrólitos . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 2024. TANAGHO, E.M.; MCANINCH, J.W. Urologia geral de Smith . 18.ed. porto Alegre: Artmed, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BALLINGER, A.; PATCHETT, S. Manual de Fundamentos de Clínica Médica . 3 ed. São Paulo: Livraria Santos Editora, 2003. HACHUL, M.; ORTIZ, W. Sistema urinário: bases da medicina integrada . Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.		

LAWRY, L. **Exame músculo esquelético sistemático**. Rio de Janeiro: Mcgraw-Hill, 2012.

TARANTINO, A.B. **Doenças Pulmonares**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

TOY, E.C.; PATLAN JUNIOR, J.T. **Lange**: casos clínicos em medicina interna. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

DISCIPLINA		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
1.1.0.0	30h	Não tem
EMENTA		
Ciência e conhecimento científico em medicina. Delineamentos e métodos de pesquisas em medicina. Estrutura de um projeto de pesquisa. Normalização de trabalhos científicos. Ética em pesquisa com seres humanos. Plataforma Brasil e submissão de projeto de pesquisa em comitê de ética em pesquisa com seres humanos. Elaboração de projeto de pesquisa.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6023 : informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.		
BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e normas reguladoras de pesquisa envolvendo seres humanos , Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Brasília: Diário Oficial da União nº 112, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis12.html Acesso em: 15 fev. 2021.		
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Manual de usuário : pesquisador. Plataforma Brasil, versão 3.2. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos Acesso em: 15 fev. 2021.		
GUERRIERO, I.C.Z. Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016 que trata das especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras		

que utilizam metodologias próprias dessas áreas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2619-2629, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/csc/v21n8/1413-8123-csc-21-08-2619.pdf> Acesso em: 15 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). Sistema Integrado de Bibliotecas. **Manual de normalização de monografia, dissertação e tese**. Teresina: UFPI, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRENNER E.M.; JESUS, D.M.N. **Manual de Planejamento e Apresentação de Trabalho Acadêmico**: Projeto Pesquisa, Monografia e Artigos. Atlas, 2007.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

TOASSI, R.F.C; PETRY, P.C. **Metodologia científica aplicada à área da Saúde**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

PERÍODO VII

DISCIPLINA		
TÉCNICAS DE IMAGINOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.1.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Histórico e introdução ao diagnóstico por imagem; bases físicas, aplicabilidade, indicações clínicas, riscos e benefícios dos exames de imagem tomografia computadorizada; cintilografia, ressonância magnética). Diagnóstico por imagem com ênfase em tomografia computadorizada, ressonância magnética e cintilografia. Diagnóstico por imagem da caixa torácica (pulmões; pleura; mediastino); diagnóstico por imagem do abdômen e retroperitônio (pâncreas; fígado e vias biliares; baço; rins e vias e do tubo gastro-entérico); diagnóstico por imagem do sistema musculo esquelético. Diagnóstico por imagem em ginecologia e obstetrícia.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
JÚNIOR, CARLOS M. Radiologia Básica. 2.ed. São Paulo: Thieme Revinter, 2016. KOCH, H. A. Radiologia e Diagnóstico por Imagem na Formação do Médico Geral. São Paulo: Ed Revinter, 2012. LEE, Peter; GOLDBERG, Carey; KOHANE, Isaac; ISLABÃO, André Garcia. A Revolução da Inteligência Artificial na Medicina: GPT-4 e Além. São Paulo:

Artmed, 2023. MELO, R. Radiologia caso a caso. São Paulo: Ed. DMP, 2017. RUSSELL, Stuart J. ; NORVIG, Peter. Inteligência Artificial: Uma Abordagem Moderna. 4.ed. São Paulo: GEN LCT, 2022. TOPOL, Eric; ISLABÃO, André Garcia. Medicina Profunda - Deep Medicine: Como a Inteligência Artificial Pode Reumanizar os Cuidados de Saúde. São Paulo: Artmed, 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CHEW, FELIX S. et al. Imaginologia musculoesquelética: Estudo de casos. 3.ed. São Paulo: Editora Manole, 2016. GOODMAN, L. R. Felson's Princípios de Radiologia Torácica. Um Texto Programado. São Paulo: Di Livros, 2016. PRANDO, A. A. C.B.R. Fundamentos de Radiologia e Diagnóstico por Imagem. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. ZATAR, L. & et al. Radiologia diagnóstica prática: Manual da residência do Hospital Sírio Libanês. 2.ed. São Paulo: Manole, 2022. CERRI, G. G. & et al. Tratado de radiologia. São Paulo: Editora Manole, 2017.

DISCIPLINA		
BASES DA PRÁTICA MÉDICA V		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
9.9.0.2	300h	Não tem
EMENTA		

Semiologia do sistema endócrino. Etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico, tratamento e prognóstico das doenças do sistema endócrino. Semiologia do sistema musculoesquelético. Lesões traumáticas: diagnóstico, cuidados iniciais, indicações terapêuticas e complicações. Etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento das lesões orgânicas em traumatizados. Patologias osteoarticulares mais comuns na prática ambulatorial. Etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico, tratamento e prognóstico das doenças mais prevalentes em crianças, adolescentes e homens. Assistência integral à saúde da criança e do adolescente. Higiene e prevenção de acidentes na infância. Assistência integral à saúde do homem e semiologia do sistema reprodutor masculino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACIEL, R.M.B.; MENDONÇA, B.B.; SAAD, M.J.A. **Endocrinologia – Princípios e Práticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

BUNIK, M.; LEVIN, M. J.; HAY JR, W.W.; ABZUG, M.J. CURRENT Pediatria: Diagnóstico e Tratamento. 26.ed. São Paulo: Artmed, 2024.

MAGEE, D.J.; MANSKE, R.C. **Avaliação musculoesquelética**. São Paulo: Manole, 2023.

OLIVEIRA, R.A.; MOURA, F.; FIGUEIREDO FILHO, R.T.; ALVARENGA, C. **Manual Prático de Saúde do Homem: Indo Além da Testosterona**. Rio de Janeiro: RUBIO, 2023.

VITALE, M.S.S. *et al.* **Medicina do Adolescente: Fundamentos e Prática**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Atenção à saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: Plano de Ação Nacional 2009-2011**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação**. Brasília, 2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica**. 2. ed. Brasília: MS, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. Caderno de

Atenção Básica, nº 33. Brasília: MS, 2012.

LAWRY. L. **Exame músculo esquelético sistemático**. Rio de Janeiro: Mcgraw-Hill, 2012.

HEBERT, S.; LECH, O. **Ortopedia e Traumatologia: Princípios e Prática**. 6. ed. São Paulo: Dilivros, 2025.

DISCIPLINA		
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE VII		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.2	90h	Não tem
EMENTA		
Saúde da criança no território, assistência integral à saúde da criança e do adolescente. Higiene e prevenção de acidentes na infância. Crescimento e desenvolvimento infantil. Exames Laboratoriais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

LANDIN, F.L.P.; CATRIB, A.M.F.; COLLARES, P.M.C. **Promoção da Saúde na diversidade humana e na pluralidade de itinerários terapêuticos**. Saberes Ed. Campinas, 2013.

MARCONDES, Eduardo. **Pediatria Básica**. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2005.

SMITH, C., MARKS, A. D., LIEBERMAN, M. **Bioquímica Médica Básica de Marks 6**. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

NICOLL, Diana Nicoll; MARK LU, Chuanyi; MCPHEE, Stephen J. **Manual de Exames Diagnósticos**. 7.ed. São Paulo: AMGH, 2019.

SOUZA, Aspásia Basile Gesteira. **Acidentes na Infância: Melhor Prevenir do que Remediar**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola**. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009.

BURTIS C.A., ASHWOOD E.R. e BRUINS D. **TIETZ, Fundamentos de Química**

Clínica. 6. ed. São Paulo: Elsevier, 2008.

MOREIRA, E.; WATANABE, T.(Org). **Ambiente, Trabalho e Saúde**. João Pessoa: Universitária UFPB, 2006.

NOVACZYK, A.B; GAÍVA, M. A.M. As tecnologias inter-relacionais na assistência à criança na atenção básica: análise de documentos oficiais. **Cienc. Cuid. Saúde**, 2010 Jul/Set; 9(3):560- 568.

DISCIPLINA

HABILIDADES MÉDICAS VII

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.3.0.2	120h	Não tem

EMENTA

Propedêutica, etiologia, mecanismos fisiopatológicos, quadro clínico, diagnóstico e tratamento das doenças hematológicas, reumatológicas e das urgências médicas. Exames complementares em reumatologia, hematologia, e urgências médicas. Urgências Clínicas. Habilidades em manobras avançadas de ressuscitação cardio-respiratória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LANE, J.C. **Manual de Reanimação Cadiorrespiratória**. F. E. Byk, 1987.

LORENZI, T. **Manual de Hematologia – propedêutica e clínica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2006.

RAPAPORT, S.I. **Introdução à Hematologia**. 2. ed. São Paulo: Roca, 1990.

RODGERS, Griffin P. **Manual Bethesda de Hematologia Clínica**. 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRITO, F.C.; GIACAGLIA, M.P.N. **Tratado de medicina e urgência do idoso**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

HOFFBRAND, A.V.; MOSS, P.A.H. **Fundamentos em hematologia**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

JANNINI, P.; JANNINI FILHO, P. **Interpretação Clínica do Hemograma**: São Paulo: Sarvier, 2008.

JEVON, P.; EWENS, B. **Monitoramento do paciente crítico**. 2. ed. Porto Alegre:

Artmed, 2009.

ZAGGO. **Fundamentos de Hematologia**. 19. ed., Atheneu: 2001.

DISCIPLINA		
BASES DA PRÁTICA MÉDICA V		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
9.9.0.2	300h	Não tem
EMENTA		

Epidemiologia, etiologia, fisiopatologia, diagnóstico, tratamento e profilaxia das doenças infecciosas e parasitárias prevalentes no Brasil. Métodos complementares de diagnóstico. Geriatria, Gerontologia, Epidemiologia do envelhecimento, envelhecimento do SNC, Demências, Depressão, Parkinson, Síndromes geriátricas, prevenção de acidentes, vacinação do idoso, estatuto do idoso. Propedêutica, patologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento das doenças neurológicas de maior prevalência. Etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento das lesões orgânicas em traumatizados. Anatomia, fisiologia, do aparelho urinário e reprodutor e a fisiopatologia, patologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento das doenças urológicas. Urgências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADAMS, R.D.; VICTOR, M.; ROPPER, A.H. **Princípios de neurologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Dilivros, 2021.

FOCACCIA, R.; VERONESI, R. **Veronesi: tratado de Infectologia**. 6. ed. São Paulo: Atheneu, 2020.

FREITAS, E.V.; PI, L. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

NITRINI, R.; BACHESCHI, A. **A Neurologia que todo Médico Deve Saber**. 4.ed. São Paulo: Atheneu, 2024.

PAGLIOLI NETO, Eliseu, CENDES, Fernandes. **Tratamento das Doenças Neurológicas**. 3.ed. São Paulo, 2013.

RIELLA, Miguel Carlos. **Princípios de Nefrologia e Distúrbios Hidroeletrolíticos**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, M.H.M. **Validação do C.I.C.Ac.** Instrumento para Classificação de Idosos quanto à Capacidade para o AUTOCUIDADO. São Paulo; 2003. [Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

BEAUVOIR, S. **A velhice**. 2.ed. São Paulo: Difel, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19).

BRITO, F.C.; GIACAGLIA, M.P.N. **Tratado de medicina e urgência do idoso**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

COURA J.R. **Síntese das Doenças Infecciosas e Parasitárias**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

FALOPPA, F. (coord). **Guia de ortopedia e traumatologia**. São Paulo: Mande, 2008.

FONSECA, L. F.; CUNHA FILHO, J.M.; PIANETTI, G.; VAL FILHO, J.A.C. **Manual de Neurologia Infantil**. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2006.

FONSECA, F.; XAVIER, C.C.; PIANETTI, G. **Compêndio de Neurologia infantil**. 2. ed. São Paulo: Editora MedBook, 2011.

GOLDMAN, L.; AUSIELLO, D.C, **Tratado de medicina interna**. 22. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2005.

HEBERT, Sizínio; LECH, Osvandré. **Ortopedia e Traumatologia: Princípios e Prática**. 6. ed. São Paulo: Dilivros, 2025.

HINRICHSEN, S.L. DIP - **Doenças Infecciosas e Parasitaria**. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2005.

HOPPENFELD, S; BOER,P; BUCKLEY, R. **Surgical exposures in orthopaedic: theanatomic approach**. 4.ed. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2016.

LAWRY. L. **Exame músculo esquelético sistemático**. Rio de Janeiro: Mcgraw-Hill, 2012.

RACHID, M., SCHECHTER, M. **Manual de HIV/AIDS**. 8. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

RHODEN, E.L.; et al. **Urologia**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

NEVES, J. **Diagnósticos e Tratamento das Doenças Infecciosas e Parasitárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

NETTER, F.H.; GREENE, W. **Netter Ortopedia**. Elsevier, 2008.

SLAVE, E.M.; STONE, S.C.; LOPEZ, F.A. **Doenças infecciosas: diagnóstico e tratamento nos setores de emergência**. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

TAVARES, W. **Antibióticos e Quimioterápicos para o Clínico**. 3.ed. São Paulo: Atheneu, 2014.

PERÍODO VIII

DISCIPLINA		
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE VIII		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.2	90h	Não tem
EMENTA		
Saúde do Idoso: programas de prevenção e promoção da saúde na AB. Prevenção de acidentes, vacinação do idoso, estatuto do idoso. Saúde do Homem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE/SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem . Brasília, 2008.		
FREITAS, E.V.; PI, L. Tratado de geriatria e gerontologia . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.		
TANAGHO, E.M.; MCANINCH, J.W. Urologia geral de Smith . 18.ed. porto Alegre: Artmed, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ALMEIDA, M.H.M. Validação do C.I.C.Ac . Instrumento para Classificação de Idosos quanto à Capacidade para o AUTOCUIDADO. São Paulo; 2003. [Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].		
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa .		

Ministério da Saúde, 2006.

FERRÍGNO, J.C. **Coeducação entre gerações**. São Paulo: SESC, 2003.

HACHUL, M.; ORTIZ, W. **Sistema urinário**: bases da medicina integrada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SCHIER J. **Tecnologia de educação em saúde**: O Grupo Aqui e Agora. Porto Alegre: Sulina, 2004.

DISCIPLINA		
HABILIDADES MÉDICAS VIII		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.2	90h	Não tem
EMENTA		
Fisiopatologia, patologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento das doenças genito-urológicas prevalentes na região e na rede de serviços. Urgências ambulatoriais. Etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento das lesões musculares e ósseas. Propedêutica, patologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento das doenças neurológicas de maior prevalência..		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
HEBERT, Sizínio; LECH, Osvandré. Ortopedia e Traumatologia : Princípios e Prática. 6. ed. São Paulo: Dilivros, 2025. NITRINI, R.; BACHESCHI, A. A Neurologia que todo Médico Deve Saber . 4.ed. São Paulo: Atheneu, 2024. REZENDE, S.E. (Org.). Tratamento das Desordens Neurológicas . 2.ed. São Paulo, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
DEBERT, G.G. Envelhecimento e representação da velhice. Ciência Hoje . 8(44): 61-68. São Paulo, 1988. ESHERICK, J.S.; CLARK, D. S; SLATER, E.D .CURRENT: Diretrizes Clínicas em Atenção Primária à Saúde (Lange). 10. ed.. Editora: McGraw-Hill, 2013. FONSECA, F.; XAVIER, C.C.; PIANETTI, G. Compêndio de Neurologia infantil , 2. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2011. HACHUL, M.; ORTIZ, W. Sistema urinário : bases da medicina integrada. Rio de		

Janeiro: Elsevier, 2009.

DISCIPLINA		
BASES DA PRÁTICA MÉDICA VI		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
11.11.0.3	375h	Não tem
EMENTA		
Semiologia do sistema urinário. Etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico, tratamento e prognóstico das doenças do sistema urinário. Geriatria, gerontologia, epidemiologia do envelhecimento e envelhecimento do sistema nervoso central. Etiologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico, tratamento e prognóstico das demências, depressão, Parkinson, síndromes geriátricas. Prevenção de acidentes e vacinação do idoso. Semiologia do sistema neurológico. Propedêutica, patologia, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento das doenças neurológicas de maior prevalência.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ADAMS, R.D.; VICTOR, M.; ROPPER, A.H. Princípios de neurologia. 6. ed. Rio de Janeiro: Dilivros, 2021. FREITAS, E.V.; PI, L. Tratado de geriatria e gerontologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. NITRINI, R.; BACHESCHI, A. A Neurologia que todo Médico Deve Saber. 4.ed. São Paulo: Atheneu, 2024. RIELLA, <u>M.C.</u> Princípios de Nefrologia e Distúrbios Hidroeletrolíticos. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024. FREITAS, E.V.; PI, L. Tratado de geriatria e gerontologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BEAUVOIR, S. A velhice. 2.ed. São Paulo: Difel, 2018. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília:		

Ministério da Saúde, 2006. (Série Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19).

BRITO, F.C.; GIACAGLIA, M.P.N. **Tratado de medicina e urgência do idoso**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

FONSECA, L. F.; CUNHA FILHO, J.M.; PIANETTI, G.; VAL FILHO, J.A.C.

Manual de Neurologia Infantil. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2006.

FONSECA, F.; XAVIER, C.C.; PIANETTI, G. **Compêndio de Neurologia infantil**. 2. ed. São Paulo: Editora MedBook, 2011.

MCANINCH, J.W.; LUE, T.F. **Urologia geral de Smith e Tanagho**. 18. ed. Porto Alegre: AMGH Ed., 2024.

DISCIPLINA		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.2.0.0	30h	Não tem
EMENTA		
Execução da pesquisa: coleta e análise dos dados, construção dos resultados e elaboração do relatório final, com entrega do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC (monografia ou artigo científico), obedecendo às normas e regulamentos metodológicos. Defesa do respectivo trabalho perante banca avaliadora.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6023 : informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.		
BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e normas reguladoras de pesquisa envolvendo seres humanos , Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Brasília: Diário Oficial da União nº 112, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis12.html Acesso em: 15 fev. 2021.		
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Manual de usuário : pesquisador. Plataforma Brasil, versão 3.2. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos Acesso em: 15 fev. 2021.		

GUERRIERO, I.C.Z. Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016 que trata das especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras que utilizam metodologias próprias dessas áreas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2619-2629, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/csc/v21n8/1413-8123-csc-21-08-2619.pdf> Acesso em: 15 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). Sistema Integrado de Bibliotecas. **Manual de normalização de monografia, dissertação e tese**. Teresina: UFPI, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRENNER E.M.; JESUS, D.M.N. **Manual de Planejamento e Apresentação de Trabalho Acadêmico**: Projeto Pesquisa, Monografia e Artigos. Atlas, 2007.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

TOASSI, R.F.C; PETRY, P.C. **Metodologia científica aplicada à área da Saúde**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

PERÍODO IX

DISCIPLINA		
INTERNATO EM CLÍNICA MÉDICA I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.17.0	255h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		

Cardiologia - Insuficiência cardíaca (IC). Edema agudo de pulmão (EAP). Hipertensão arterial sistêmica (HAS). Aterosclerose. Cardiopatia isquêmica. Valvulopatias. Arritmias cardíacas. Pneumologia - Revisão de semiologia respiratória e função pulmonar. Imagenologia normal de tórax. Asma. Doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC). Pneumonias infecciosas adquiridas na comunidade (PAC). Tuberculose (TB). Câncer de pulmão. Doenças pulmonares intersticiais (DPI). Tromboembolia pulmonar (TEP). Micoses sistêmicas. Derrames pleurais. Bases para escolha adequada dos dispositivos inalatórios. Nefrologia - Equilíbrio ácido-base. Equilíbrio hidroeletrólítico. Exames complementares em nefrologia. Síndrome Nefrítica e Síndrome Nefrótica. Infecção urinária. Injúria renal aguda (IRA). Doença renal crônica (DRC). Glomerulopatias primárias e secundárias. Litíase renal. Drogas e Rim. Hematologia – Hematopoese. Anemias. Policitemia. Leucocitose e leucopenias. Trombocitopenias e transtornos trombóticos. Transfusões sanguíneas. Oncologia clínica - Impacto do câncer em saúde pública. Oncogênese e Fisiopatologia do câncer. Estadiamento e avaliação de status do paciente oncológico. Principais neoplasias malignas do adulto. Princípios de oncologia cirúrgica. Princípios de radioterapia. Princípios da oncologia Clínica (conceitos, quimioterapia, imunoterapia e terapia alvo). Urgências oncológicas. Conceitos de cuidados paliativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LONG, Dan L. et al. **Medicina Interna de Harrison**. 21.ed. Porto Alegre: AMGH, 2023.

McPHEE, Stephen J.; PAPADAKIS, Maxine A. **CURRENT Diagnosis & Treatment: Medical**. 62.ed. Lange Current Series/ McGraw-Hill, 2023.

PORTO, Celmo Celeno. **Semiologia Médica**. 8. ed. Guanabara Koogan, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRUNTON, L.L. Goodman & Gilman. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. 13. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2018.

CECIL, Goldman. **Textbook of medicine**. 25. ed. Elsevier, 2015.

DISCIPLINA		
INTERNATO CLÍNICA TOCO-GINECOLÓGICA I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.17.0	255h	Todos os Módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		
<u>Ginecologia</u>: embriologia e malformações genitais; consulta em ginecologia e semiologia ginecológica; aspectos éticos; ciclo menstrual e alterações; corrimento vaginal e doença inflamatória pélvica; distopias genitais; planejamento familiar/reprodutivo e anticoncepção; climatério; abordagem do casal infértil; neoplasia maligna e benigna do útero, ovários, vulva e mamas; sangramento uterino anormal; incontinência urinária; abordagem sindrômica e infecções sexualmente transmissíveis; alterações na sexualidade e disfunções sexuais femininas. <u>Obstetrícia</u>: anatomia e fisiologia da gestante e puérpera; embriologia e desenvolvimento morfológico fetal; consulta de pré-natal e puerpério; patologias e complicações no ciclo gravídico-puerperal; aconselhamento genético; mecanismo de parto e assistência ao parto normal; anormalidade no trabalho de parto e avaliação do bem-estar fetal ante e intraparto; cirurgia cesariana; infecções sexualmente transmissíveis e gestação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BEREK, J.S. Tratado de Ginecologia. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. DE FREITAS, G.B.L.; ALMEIDA, C.C. Doenças infecciosas e parasitárias. São Paulo: Pasteur, 2024. FERNANDES, César Eduardo; SÁ, Marcos Felipe Silva de (editores). Tratado de Ginecologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020. BRASIL. Manual de gestação de alto risco [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA ALBERT EINSTEIN. Nota Técnica Para Organização Da Rede De Atenção À Saúde Com Foco Na Atenção Primária À Saúde E Na Atenção Ambulatorial Especializada – Saúde		

Da Mulher Na Gestação, Parto E Puerpério. São Paulo: Hospital Israelita Albert Einstein, Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARACAT, E.C. **Condutas em Ginecologia Baseadas em Evidências:**

Protocolos Assistenciais Clínica Ginecológica do Hospital das Clínicas. FMUSP. São Paulo: Atheneu, 2016.

BRUNTON, L.L. **Goodman & Gilman. As Bases Farmacológicas da Terapêutica.** 13. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2018.

CUNNINGHAM, F.G. *et al.* **Obstetrícia de Williams.** 24 ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

PASSOS, E.P. *et al.* **Rotinas em ginecologia.** 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

REZENDE FILHO, J. **Obstetrícia.** 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

ZUGAIB M. Zugaib. **Obstetrícia.** 4. ed. São Paulo: Manole, 2019.

DISCIPLINA

INTERNATO EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE I

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.18.0	270h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período

EMENTA

Práticas de Saúde da Família. Organização, Administração, Gerenciamento e Financiamento. Temas da Atenção Primária em Saúde envolvendo os principais grupos de cuidado (crianças e adolescentes, mulheres, adultos e idosos), além dos emergentes: NASF, Saúde Mental na Atenção Primária, Violência e Saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CECÍLIO, L.C.O (org) *et al.* **Inventando a Mudança na Saúde.** São Paulo:

HUCITEC, 1994.

DUNCAN, Bruce B. (coord.) *et al.* **Medicina ambulatorial 1 & 2**: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

GORDIS, Leon. **Epidemiologia**. FERREIRA, Cid Vaz; AZAMBUJA, Juliana de; SAMPAIO, Paulo Marcos Ribeiro et al (tradutor). 5 ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2017.

KLOETZEL, Kurt. **Medicina ambulatorial**: princípios básicos 2.ed.Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.

WHINNEY, Ian R; FREEMAN, Thomas. **Manual de Medicina de Família e Comunidade**. BURMEISTER, Anelise Teixeira (tradutor). 4.ed. Porto Alegre: ARTMED,2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACOSTA AR, Vital E FMA (Org). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 6. ed. Cortez: São Paulo, 2015.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIA DE SAÚDE. Vigilância em Saúde. Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadernos de Atenção Básica em Saúde**. 2018.Disponível em: <www.saude.gov.br/dab>. Acesso em: 20. mar. 2023.

BORGES, Luciana (org). **Saúde da Família e comunidade**. Manole, 2017.

CORTES S.V (org). **Participação e saúde no Brasil**. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2009.

DOMINGUEZ, B.N.R.. **Programa de Saúde da Família**: como fazer. São Paulo: Parma,1998.

MARTINS CM, STAUFFER AB. **Educação em saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

MENDES, E.V. (org.) et al. **Distrito Sanitário**: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. São Paulo: Hucitec, 1995.

MERHY, E.E. **A saúde pública como política**: um estudo de formuladores de políticas. São Paulo: Hucitec, 1992.

MERHY, E.E.; ONOCKO, R. (orgs.). **Agir em Saúde**: um desafio para o público. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MERHY, E.E.; MAGALHÃES JR, H.M.; RIMOLO, J. FRANCO, T.B. **O trabalho em saúde**: olhando e experienciando o SUS no cotidiano. 4. ed. São Paulo:

HUCITEC, 2007.

SILVA JR., A.G. **Modelos Tecnoassistenciais em Saúde**: o debate no campo da saúde coletiva. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

SOUTH-PAUL, Jeannette E; MATHENY, Samuel C; LEWIS, Evelyn L. **Current. Diagnóstico e Tratamento**: Medicina de Família e Comunidade. VASCONCELOS, Márcio Moacyr de (tradutor). 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

TURATO, E.R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde humana.6.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

PERÍODO X

DISCIPLINA		
INTERNATO EM CLÍNICA CIRÚRGICA I		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.13.0	195h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		
Identificação e avaliação do risco cirúrgico. Preparo do paciente cirúrgico. Indicações e prescrição de dietas (oral e enteral). Indicações e prescrição de reposição volêmica e correção de distúrbios eletrolíticos e acidobásicos. Sedação superficial/moderada e analgesia. Antibioticoprofilaxia/terapia. Cuidados com estomas. Identificação de complicações pós- operatórias imediatas e tardias. Identificação precoce de choque circulatório, as diversas etiologias e tratamento inicial. Identificação de risco, profilaxia e diagnóstico de tromboembolia venosa. Indicações e procedimentos iniciais de suporte ventilatório não invasivo e invasivo. Atendimento inicial aos pacientes traumatizados nos ambientes pré e intra-hospitalar. Identificação e conduta inicial em situações suspeitas de maus-tratos. Atendimento inicial dos pacientes queimados. Princípios de triagem do paciente traumatizado. Controle do fluxo de pacientes, gerenciamento dos leitos e vaga zero. Princípios de medicina de catástrofe. Princípios de segurança do paciente cirúrgico.		

Critérios de agendamento cirúrgico. Termo de consentimento informado para a realização dos procedimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MIRANDA, Marcelo Eller; OLIVEIRA, Reynaldo Gomes de. **Blackbook: Cirurgia/AndyPetroianu**. Belo Horizonte: Blackbook Editora, 2008.

SABISTON, JR., D. C. **Atlas de Cirurgia Geral**. 20.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

TOWSEND JR, C. M.; BEAUCHAMP, R. D.; EVERS, B. M.; MATTOX, K. L. **Sabiston Tratado de Cirurgia: A Base Biológica Prática da Cirurgia Moderna**. 20 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPBELL, Toy Liu. **Casos clínicos em cirurgia**. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

NASCIMENTO AGUILAR, José Eduardo; CAPOROSSI, Cervantes; BICUDO, Alberto (organizadores). **Acerto: acelerando a recuperação total pós-operatória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2016.

UTIYAMA, Edivaldo M.; RASSLAM, Samir; BIROLINI, Dario. **Atualização em cirurgia geral, emergência e trauma**. Rio de Janeiro: Manole, 2022.

HIGA, Elisa Mieko Suemitsu; ATALLAH, Ávaro Nagib. **Guia de medicina de urgência**. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

UTIYAMA, Edivaldo M; RASSLAN, Samir; BIROLINI, Dario. **Atualização em cirurgia geral, emergência e trauma**. Barueri, SP: Manole, 2022.

UTIYAMA, Edivaldo M; RASSLAN, Samir; BIROLINI, Dario. **Procedimentos básicos em cirurgia**. 2. ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2012.

DISCIPLINA

INTERNATO EM CLÍNICA PEDIÁTRICA I

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.13.0	195h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		

Aleitamento materno; Exame físico em neonatologia; Infecções congênitas; Assistência ao recém-nascido, Hiperbilirrubinemia neonatal, Hiperglicemia e hipoglicemia neonatal, Triagem neonatal; Alimentação complementar; Imunizações; Crescimento e desenvolvimento infantil; Infecções de vias aéreas superiores e inferiores; Diarreia aguda; Desnutrição; Parasitoses, Anemias, Doenças do trato genito-urinário, Patologias dermatológicas, consulta do adolescente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURNS, Dennis Alexander Rabelo; CAMPOS JÚNIOR, Dioclécio; SILVA, Luciana Rodrigues et. al. **Tratado de Pediatria**: Sociedade Brasileira de Pediatria. 4. ed. São Paulo: Manole, 2017.

CARNEIRO- SAMPAIO, Magda; SUMITA, Nairo Massakazu; SLHESSARENKO, Natasha Sumita; GOMES, Filumena Maria da Silva; DUARTE, Alberto José da Silva. **Medicina Laboratorial em Pediatria**. São Paulo: Manole, 2022.

SEGRE, Conceição, A. M.; COSTA, Helenice de Paula Fiod; LIPPI, Umberto Gazi. **Perinatologia**: Fundamentos e Prática. 3.ed. São Paulo: Sarvier, 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Tratado de Pediatria**. 5.ed. São Paulo: Manole, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AKRE, James. **Alimentação Infantil-Bases Fisiológicas**. Organização da Saúde, Genebra, 1997.

ENNIO, C.J.E.; VIANA M.B.Mota; JOAQUIM, A.C. **Pediatria Ambulatorial**, 3.ed. BeloHorizonte: Coopmed, 2013.

FIGUEIRA, Fernando. **Pediatria**. 4. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2011.

MARCONDES, E.; VAZ, Flávio Adolfo Costa; RAMOS, José Lauro Araujo; OKAY, Yassuhiko. **Pediatria Básica**. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2002.

RODRIGUES, Pedro Paulo Bastos; RODRIGUES, Yvon Toledo. **Semiologia Pediátrica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

DISCIPLINA

INTERNATO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA I

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)

0.0.14.0	210h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		
FCCS, ATLS, síndromes hemorrágicas agudas, desidratação moderada a grave (distúrbio hidroeletrólítico), insuficiência renal aguda ou insuficiência renal crônica agudizada, retenção urinária aguda, nefrolitíase, cetoacidose diabética / coma hiperosmolar, hipoglicemia, hipertensão intracraniana, meningite, compressão raquimedular, acidente vascular cerebral, crise convulsiva, alteração do nível de consciência, lipotímia/síncope, dor precordial (tamponamento cardíaco/pericardite aguda/angina/IAM), insuficiência cardíaca, edema agudo de pulmão, crise hipertensiva, arritmias cardíacas, parada cardiorrespiratória, embolia pulmonar, oclusão arterial aguda, trombose venosa profunda, insuficiência respiratória aguda, asma, pneumonias, abscessos pulmonares, pneumotórax, abdômen agudo e obstrução intestinal, neutropenia febril, síndrome infecciosa grave, estados consumptivos (caquexia quando puser o paciente em risco iminente), choque, encefalopatia hepática, emergências psiquiátricas, fraturas, luxações, manuseio do paciente queimado, diarreia, hepatites, curativos e suturas: técnica e princípios básicos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BURIHAN, E; RAMOS, R.R. Condutas em Cirurgia. São Paulo: Atheneu, 2001. COUTO RC; BOTONI FA; SERUFO JC et al. Emergências médicas e terapia intensiva. São Paulo: Medsi, 2008. CHADDAD NETO, Feres; DA COSTA, Marcos Devanir Silva. Microneuroanatomia e Cirurgia. São Paulo: Di Livros, 2024. FREIRE, E. Trauma: Cirurgia do Século. São Paulo: Atheneu, 2003. GELDER Michael; MAYOU, Richard e COWEN, Philip. Tratado de Psiquiatria. 4.ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2006. GOLDMAN, Cecil. Tratado de Medicina Interna. 26. ed., Rio de Janeiro: Elsevier. 2021. HIGA, Elisa Mieko Suemitsu; ATALLAH, Ávaro Nagib. Guia de medicina de urgência. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2008. LONG, Dan L. et al. Medicina Interna de Harrison. 21.ed. Porto Alegre-RS: AMGH, 2023.		

MARTINS, M. A. Clínica Médica . Barueri: Manole, 2016.
VILAR, Lúcio. Endocrinologia Clínica . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2016.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ATLS. 10. ed. Chicago: American College of Surgeons, 2018.

DISCIPLINA		
INTERNATO EM CLÍNICA MÉDICA II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.12.0	180h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		
Cardiologia - Insuficiência cardíaca (IC). Edema agudo de pulmão (EAP). Hipertensão arterial sistêmica (HAS). Aterosclerose. Cardiopatia isquêmica. Valvulopatias. Arritmias cardíacas. Pneumologia - Revisão de semiologia respiratória e função pulmonar. Imagenologia normal de tórax. Asma. Doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC). Pneumonias infecciosas adquiridas na comunidade (PAC). Tuberculose (TB). Câncer de pulmão. Doenças pulmonares intersticiais (DPI). Tromboembolia pulmonar (TEP). Micose sistêmicas. Derrames pleurais. Bases para escolha adequada dos dispositivos inalatórios. Nefrologia - Equilíbrio ácido-base. Equilíbrio hidroeletrólítico. Exames complementares em nefrologia. Síndrome Nefrítica e Síndrome Nefrótica. Infecção urinária. Injúria renal aguda (IRA). Doença renal crônica (DRC). Glomerulopatias primárias e secundárias. Litíase renal. Drogas e Rim. Hematologia – Hematopoese. Anemias. Policitemia. Leucocitose e leucopenias. Trombocitopenias e transtornos trombóticos. Transfusões sanguíneas. Oncologia clínica - Impacto do câncer em saúde pública. Oncogênese e Fisiopatologia do câncer. Estadiamento e avaliação de status do paciente oncológico. Principais neoplasias malignas do adulto. Princípios de oncologia cirúrgica. Princípios de radioterapia. Princípios da oncologia Clínica (conceitos, quimioterapia, imunoterapia e terapia alvo). Urgências oncológicas. Conceitos de cuidados paliativos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

LONG, Dan L. et al. **Medicina Interna de Harrison**. 21.ed. Porto Alegre-RS: AMGH, 2023.

McPHEE, Stephen J.; PAPADAKIS, Maxine A. **CURRENT Diagnosis &**

Treatment: Medical. 53.ed. Lange Current Series/ McGraw-Hill, 2014.

PORTO, C.C. (Ed.); PORTO, A.L.(Ed.). **Semiologia médica**: habilidades para o exame clínico. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRUNTON, L.L. Goodman & Gilman. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. 12. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.

CECIL, Goldman. **Textbook of medicine**. 25. ed. Elsevier, 2015.

PERÍODO XI

DISCIPLINA		
INTERNATO EM CLÍNICA CIRÚRGICA II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.14.0	210h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		
Identificação e avaliação do risco cirúrgico. Preparo do paciente cirúrgico. Indicações e prescrição de dietas (oral e enteral). Indicações e prescrição de reposição volêmica e correção de distúrbios eletrolíticos e acidobásicos. Sedação superficial/moderada e analgesia. Antibiótico/profilaxia/terapia. Cuidados com estomas. Identificação de complicações pós-operatória imediata e tardia. Identificação precoce de choque circulatório, as diversas etiologias e tratamento inicial. Identificação de risco, profilaxia e diagnóstico de tromboembolia venosa. Indicações e procedimentos iniciais de suporte ventilatório não invasivo e invasivo. Atendimento inicial aos pacientes traumatizados nos ambientes pré e intra-hospitalar. Identificação e conduta inicial em situações suspeitas de maus-tratos. Atendimento inicial dos pacientes queimados. Princípios de triagem do paciente		

traumatizado. Controle do fluxo de pacientes, gerenciamento dos leitos e vaga zero. Princípios de medicina de catástrofe. Princípios de segurança do paciente cirúrgico. Critérios de agendamento cirúrgico. Termo de consentimento informado para a realização dos procedimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MIRANDA, Marcelo Eller; OLIVEIRA, Reynaldo Gomes de. **Blackbook:** Cirurgia/AndyPetroianu. Belo Horizonte: Blackbook Editora, 2008.

TOWNSEND JR, C. M.; BEAUCHAMP, R. D.; EVERS, B. M.; MATTOX, K. L. **Sabiston Tratado de Cirurgia:** A Base Biológica Prática da Cirurgia Moderna. 20 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

SABISTON, JR., D. C. **Atlas de Cirurgia Geral.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995. SABISTON, JR., D. C. **Atlas de Cirurgia Geral.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPBELL, Toy Liu. **Casos clínicos em cirurgia.** 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

NASCIMENTO, José Eduardo de Aguiar; CAPOROSI, Cervantes; BICUDO, Alberto(organizadores). **Acerto: acelerando a recuperação total pós-operatória.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011.

SAMIR, R.; BIROLINI, Dario. **Atualização em cirurgia geral, emergência e trauma.** Manole, ano 6, 2012. VitalBook file.

HIGA, Elisa Mieko Suemitsu; ATALLAH, Ávaro Nagib. **Guia de medicina de urgência.** 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

UTIYAMA, Edivaldo M; RASSLAN, Samir; BIROLINI, Dario. **Atualização em cirurgia geral, emergência e trauma.** Barueri, SP: Manole, 2018.

UTIYAMA, Edivaldo M; RASSLAN, Samir; BIROLINI, Dario. **Procedimentos básicos em cirurgia.** 2. ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2012.

DISCIPLINA

INTERNATO EM CLÍNICA PEDIÁTRICA II

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)

0.0.14.0	210h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		
Avaliação clínica na emergência; Terapia de reidratação oral e venosa; Sequência rápida de intubação; Estado mal epilético na infância; Hipertensão arterial; Queimaduras; Afogamento; Intoxicação; Acidentes com animais peçonhentos, Doenças infectocontagiosas; Febre reumática; Kawasaki; Cardiopatias congênitas e adquiridas; Diabetes <i>melitus</i> ; Parada cardiorrespiratória na criança; Anafilaxia; Abuso sexual; Traumatismo craniano.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BURNS, Dennis Alexander Rabelo; CAMPOS JÚNIOR, Dioclécio; SILVA, Luciana Rodrigues et. al. Tratado de Pediatria : Sociedade Brasileira de Pediatria, 4. ed., Barueri, SP: Manole, 2017.		
WERTHER, B.C; Souza, R.L; Souza, N. Emergência e Terapia intensiva pediátrica . 3. ed. ,Atheneu, 2017.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
SCHVARTSMAN C, Reis A.G; FARHAT C. L. Pronto-Socorro . 3. ed., São Paulo: Manole,2018.		
MARCONDES E. et al. Pediatria básica : pediatria clínica especializada - Tomo III. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2004.		
NELSON, Richard E.; BEHRMAN, Hal B.; JENSON, Robert Kliegman. Tratado de Pediatria . 19. ed. Elsevier, 2013.		

DISCIPLINA		
INTERNATO EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.11.0	165h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		

Práticas de Saúde Coletiva. Organização, Administração, Gerenciamento e Financiamento. Perfil Epidemiológico, Ambiental e Sanitário da população.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUNCAN, Bruce B. (coord.) *et al.* **Medicina ambulatorial 1 & 2**: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

KLOETZEL, Kurt; JATENE, Adib Domingos. **Medicina ambulatorial: princípios básicos**. EPU (ISBN: 8512408200).

GORDIS, Leon. **Epidemiologia**. FERREIRA, Cid Vaz; AZAMBUJA, Juliana de; SAMPAIO, Paulo Marcos Ribeiro et al (tradutor). 5 ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2017.

Current medical diagnosis and treatment. McGraw-Hill/Lange Medical Books, 2010 (ISBN:9780071624442).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACOSTA AR, VITAL E FMA, (Org). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 5. ed. Cortez: São Paulo, 2010.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIA DE SAÚDE. **Vigilância em Saúde**. Brasília: CONASS, 2011.

BORGES, Luciana (org). **Saúde da Família e comunidade**. Manole, 2017.

CORTES S.V (org). **Participação e saúde no Brasil**. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2009.

MARTINS CM, STAUFFER AB. **Educação em saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

MERHY, E.E.; MAGALHÃES JR, H.M.; RIMOLO, J. FRANCO, T.B.; **O trabalho em saúde**: olhando e experienciando o SUS no cotidiano. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

DISCIPLINA		
INTERNATO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.14.0	210h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		

FCCS, ATLS, síndromes hemorrágicas agudas, desidratação moderada a grave (distúrbio hidroeletrólítico), insuficiência renal aguda ou insuficiência renal crônica agudizada, retenção urinária aguda, nefrolitíase, cetoacidose diabética / coma hiperosmolar, hipoglicemia, hipertensão intracraniana, meningite, compressão raquimedular, acidente vascular cerebral, crise convulsiva, alteração do nível de consciência, lipotímia / síncope, dor precordial (tamponamento cardíaco/pericardite aguda/angina/IAM), insuficiência cardíaca, edema agudo de pulmão, crise hipertensiva, arritmias cardíacas, parada cardiorrespiratória, embolia pulmonar, oclusão arterial aguda, trombose venosa profunda, insuficiência respiratória aguda, asma, pneumonias, abscessos pulmonares, pneumotórax, abdômen agudo e obstrução intestinal, neutropenia febril, síndrome infecciosa grave, estados consumptivos (caquexia quando puser o paciente em risco iminente), choque, encefalopatia hepática, emergências psiquiátricas, fraturas, luxações, manuseio do paciente queimado, diarreia, hepatites, curativos e suturas: técnica e princípios básicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURIHAN, E; RAMOS, R.R. **Condutas em Cirurgia**. São Paulo: Atheneu, 2001.

COUTO RC; BOTONI FA; SERUFO JC et al. **Ratton**: Emergências médicas e terapia intensiva. Medsi, 2008.

GOLDMAN, Cecil. **Tratado de Medicina Interna**. 26. ed., Rio de Janeiro: Elsevier. 2021.

LONG, Dan L. et al. **Medicina Interna de Harrison**. 21.ed. Porto Alegre-RS: AMGH, 2023.

MARTINS, M. A. **Clínica médica doenças cardiovasculares, doenças respiratórias, emergências e terapias intensivas**. Barueri: Manole, 2009.

VILAR, Lúcio. **Endocrinologia Clínica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2024

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GELDER Michael; MAYOU, Richard e COWEN, Philip. **Tratado de Psiquiatria**. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2006.

HIGA, Elisa Mieko Suemitsu; ATALLAH, Ávaro Nagib. **Guia de medicina de urgência**. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

MARTINS, Herlon Saraiva; BRANDÃO NETO, Rodrigo Antonio; SCALABRINI NETO, Augusto; VELASCO, Irineu Tadeu. **Emergências Clínicas**. São Paulo: Manole, 2013.

PERÍODO XII

DISCIPLINA		
INTERNATO EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE III		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.18.0	270h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		
Práticas de Saúde da Família. Organização, Administração, Gerenciamento e Financiamento. Temas da Atenção Primária em Saúde envolvendo os principais grupos de cuidado (crianças e adolescentes, mulheres, adultos e idosos), além dos emergentes: NASF, Saúde Mental na Atenção Primária, Violência e Saúde.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CECÍLIO, L.C.O (org) et al. Inventando a Mudança na Saúde . São Paulo: HUCITEC, 1994. DUNCAN, Bruce B. (coord.) et al. Medicina ambulatorial 1 & 2 : condutas de atenção primária baseadas em evidências. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. GORDIS, Leon. Epidemiologia . FERREIRA, Cid Vaz; AZAMBUJA, Juliana de; SAMPAIO, Paulo Marcos Ribeiro et al (tradutor). 5 ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2017. KLOETZEL, Kurt. Medicina ambulatorial : princípios básicos. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024. MCWHINNEY, Ian R; FREEMAN, Thomas. Manual de Medicina de Família e Comunidade . Tradução de Análise Teixeira Burmeister. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. SILVA JÚNIOR, A.G. Modelos Tecnoassistenciais em Saúde : o debate no		

campo da saúde coletiva. São Paulo: Hucitec, 2008.

SOUTH-PAUL, Jeannette E; MATHENY, Samuel C; LEWIS, Evelyn L. **Current.**

Diagnóstico e Tratamento: Medicina de Família e Comunidade. VASCONCELOS, Márcio Moacyr de (tradutor). 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACOSTA AR, Vital E FMA (Org). **Família:** redes, laços e políticas públicas. 7. ed. Cortez: São Paulo, 2018.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIA DE SAÚDE. **Vigilância em Saúde.** Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadernos de Atenção Básica em Saúde.** 2018. Disponível em: <www.saude.gov.br/dab>. Acesso em: 20. mar. 2023.

BORGES, Luciana (org). **Saúde da Família e comunidade.** Rio de Janeiro: Manole, 2017.

CORTES S.V (org). **Participação e saúde no Brasil.** FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2009.

DOMINGUEZ, B.N.R. **Programa de Saúde da Família:** como fazer. São Paulo: Parma, 1998.

MARTINS C.M.; STAUFFER AB. **Educação em saúde.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

MENDES, E.V. (org.) et al. **Distrito Sanitário:** o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. São Paulo: Hucitec, 1995.

MERHY, E.E. **A saúde pública como política:** um estudo de formuladores de políticas. São Paulo: Hucitec, 1992.

MERHY, E.E.; ONOCKO, R. (Orgs.). **Agir em Saúde:** um desafio para o público. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MERHY, E.E.; MAGALHÃES JR, H.M.; RIMOLO, J. FRANCO, T.B. **O trabalho em saúde:** olhando e experienciando o SUS no cotidiano. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

TURATO, E.R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde humana.** Petrópolis: Vozes, 2003.

DISCIPLINA		
INTERNATO CLÍNICA TOCO-GINECOLÓGICA II		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.18.0	270h	Todos os Módulos do 1º ao 8º Período
EMENTA		
<u>Ginecologia</u>: embriologia e malformações genitais; consulta em ginecologia e semiologia ginecológica; aspectos éticos; ciclo menstrual e alterações; corrimento vaginal e doença inflamatória pélvica; distopias genitais; planejamento familiar/reprodutivo e anticoncepção; climatério; abordagem do casal infértil; neoplasia maligna e benigna do útero, ovários, vulva e mamas; sangramento uterino anormal; incontinência urinária; abordagem sindrômica e infecções sexualmente transmissíveis; alterações na sexualidade e disfunções sexuais femininas. <u>Obstetrícia</u>: anatomia e fisiologia da gestante e puérpera; embriologia e desenvolvimento morfológico fetal; consulta de pré-natal e puerpério; patologias e complicações no ciclo gravídico-puerperal; aconselhamento genético; mecanismo de parto e assistência ao parto normal; anormalidade no trabalho de parto e avaliação do bem-estar fetal ante e intraparto; cirurgia cesariana; infecções sexualmente transmissíveis e gestação		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BEREK, J.S. Tratado de Ginecologia. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. DE FREITAS, G.B.L.; ALMEIDA, C.C. Doenças infecciosas e parasitárias. São Paulo: Pasteur, 2024. FERNANDES, César Eduardo; SÁ, Marcos Felipe Silva de (editores). Tratado de Ginecologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020. BRASIL. Manual de gestação de alto risco [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA ALBERT EINSTEIN. Nota Técnica Para Organização Da Rede De Atenção À Saúde Com Foco Na Atenção Primária À Saúde E Na Atenção Ambulatorial Especializada – Saúde		

Da Mulher Na Gestação, Parto E Puerpério. São Paulo: Hospital Israelita Albert Einstein, Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde.

Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).

Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARACAT, E.C. **Condutas em Ginecologia Baseadas em Evidências:**

Protocolos Assistenciais Clínica Ginecológica do Hospital das Clínicas. FMUSP. São Paulo: Atheneu, 2016.

BRUNTON, L.L. **Goodman & Gilman. As Bases Farmacológicas da Terapêutica.** 13. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2018.

CUNNINGHAM, F.G. *et al.* **Obstetrícia de Williams.** 24 ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

PASSOS, E.P. *et al.* **Rotinas em ginecologia.** 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

REZENDE FILHO, J. **Obstetrícia.** 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

ZUGAIB M. Zugaib. **Obstetrícia.** 4. ed. São Paulo: Manole, 2019.

DISCIPLINA

INTERNATO EM SAÚDE MENTAL

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
0.0.12.0	180h	Todos os módulos do 1º ao 8º Período

EMENTA

Saúde mental: Estudo dos principais sintomas, síndromes e transtornos psiquiátricos. Sua classificação, epidemiologia, fatores etiológicos e patogênicos. Fundamentos do diagnóstico psiquiátrico e bases da terapêutica psiquiátrica. Rede de Atenção Psicossocial. Legislação em saúde mental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5-TR: Texto Revisado. 5.ed.Rio de Janeiro: Artmed, 2023. CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DO COMPORTAMENTO DA CID-10. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. FIGUEIRA, Maria Luisa; AFONSO, Pena; TEIXEIRA, João Marques. Manual de Psicofarmacologia na prática Clínica. Rio de Janeiro: Lidel, 2019. KAPLAN, H.; SADOCK, B. Manual de Psiquiatria Clínica. 5.ed. Rio de Janeiro: Medsi 2023. QUEVEDO, João. Emergências Psiquiátricas. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. SADOCK, B.J.;SAADOCK, V.A. Compêndio de Psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 11.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders -DSM-5. 5th.ed. Washington: American Psychiatric Association, 2013. CHENIAX E. Manual de Psicopatologia. 6. ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2020. CORDIOLI, A.V; cols. Psicofármacos: Consulta Rápida. Rio de Janeiro: Artmed, 2015. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2018. LKIS & LOUZÃ (orgs.). Psiquiatria Básica. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. FOUCAULT, M. História da Loucura na Idade Clássica. 9. ed.; São Paulo: Perspectiva,2010. KOLB, L.C. Psiquiatria Clínica. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. MIGUEL EC; GENTIL V; GATTAZ WF. Clínica Psiquiátrica. São Paulo: Manole, 2011. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Prevenção do suicídio: Manual dirigido aos profissionais de saúde Mental. Brasil, 2006. Disponível em<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_editoracao.pdf>. Acesso em: 30. mar. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). Sistema Integrado de Bibliotecas. Manual de normalização de monografia, dissertação e tese . Teresina: UFPI, 2020.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRENNER E.M.; JESUS, D.M.N. Manual de Planejamento e Apresentação de Trabalho Acadêmico : Projeto Pesquisa, Monografia e Artigos. Atlas, 2007.
LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. Metodologia Científica . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. Metodologia do Trabalho Científico : Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
TOASSI, R.F.C; PETRY, P.C. Metodologia científica aplicada à área da Saúde . 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

MÓDULO INTEGRADOR OPTATIVO

DISCIPLINA		
CIÊNCIA, ESPIRITUALIDADE E SAÚDE		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.1.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Definição de ciência, espiritualidade e saúde. Abordagem na história clínica e respeito à espiritualidade do paciente. Relação entre espiritualidade e os processos de saúde e doença: impacto da espiritualidade na fisiologia humana e nos processos fisiopatológicos, bem como na adesão aos tratamentos e desfecho clínico, e espiritualidade na promoção da saúde e na prevenção de doenças. Tanatologia e espiritualidade. Instrumentos aplicados em pesquisas para mensuração da espiritualidade em sua expressão cognitiva, comportamental e afetiva.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

BLOISE, P. Saúde integral. **A medicina do corpo, da mente e o papel da espiritualidade**. São Paulo: Ed SENAC, 2011.

KOENIG, H.G. **Espiritualidade no cuidado com o paciente**. São Paulo: FE Editora Jornalística Ltda, 2013.

KOENIG, H.G. **Medicina, religião e saúde**: o encontro da ciência e da espiritualidade. São Paulo: Templeton Press, 2012.

PEREIRA, F.M.T.; BRAGHETTA, C.C.; ANDRADE, P.A.S.; BRANCO, T.P.

Tratado de Espiritualidade e Saúde - Teoria e Prática do Cuidado em Espiritualidade na Área Da Saúde. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2021.

SANTOS, A.L.F.; SERAFIM, A.; CARDOSO, C.A. **Medicina e espiritualidade baseada em evidências**. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KABAT-ZINN, J. **Viver a catástrofe total**. São Paulo: Ed Palas Athena, 2017.

JUNG, C.G. **Espiritualidade e transcendência**. São Paulo: Ed Vozes, 2015.

GONÇALVES, J.P.B.; LUCCHETTI, G.; MENEZES, P.R.; VALLADA, H. Religious and spiritual interventions in mental health care: a systematic review and meta-analysis of randomized controlled clinical trials. **Psychological Medicine**, v. 45, p. 2937–2949, 2015.

FENWICK, P. As experiências de quase morte (EQM) podem contribuir para o debate sobre a consciência?. **Rev. psiquiatr. clín.**, v. 40, n. 5, p. 203-207, 2013.

MOREIRA-ALMEIDA, A. Explorando a relação mente-cérebro: reflexões e diretrizes. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 40, n. 3, p. 105-109, 2013.

MOREIRA-ALMEIDA, A.; KOENIG, H.G.; LUCCHETTI, G. Clinical implications of spirituality to mental health: review of evidence and practical guidelines. **Rev Bras Psiquiatr.**, v. 36, n. 2, p. 176-82, 2014.

KATHLEEN, I.; JENNIFER, H.; LUBETKIN, E. Incorporating Spirituality in Primary Care. **Relig Health.**, v. 55, n. 3, p. 1065–1077, 2016.

MONOD, S.; BRENNAN M.; ROCHAT, E. Instruments Measuring Spirituality in Clinical Research: A Systematic Review. **J Gen Intern Med.**, v. 26, n. 11, p. 1345-1357, 2011.

DISCIPLINA

DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
1.3.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Política de Drogas no Brasil. Paradigma da Abstinência e Paradigma da Redução de Danos. Questão da droga no Brasil. Abordagem de portadores de dependência química. Epidemiologia. Drogas: benzodiazepínicos, tabaco, álcool, maconha, cocaína, anfetaminas, crack e drogas emergentes. Diagnóstico, Instrumentos de Avaliação e Busca Ativa. Terapêutica farmacológica, psicoterapia individual e de grupo estratégias de prevenção. Manejo da Fissura. Reabilitação e Reinserção Psicossocial.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BOSSO, Rogério Adriano; SANTOS, Juliano Pereira dos. O tratamento da dependência química: um guia de boas práticas. São Paulo: Appris editora, 2020. DIEL, Alessandra; CORDEIRO, Daniel Cruz; LARANJEIRA, Ronaldo. Dependência Química: Prevenção, Tratamento e Políticas Públicas . 2.ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2018. KALINA, E., & Kovadloff, S. Drogadição . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. SEVERIANO, C. J. S., BARCELOS, I. I., MORAIS, J.G., FOLLY, N.S.G., MORAIS, U.R.P. Dependência Química: As Comunidades Terapêuticas de Reabilitação . Projeto de Pesquisa. Faculdade Pitágoras, 2007. TANCREDI, F.B. As Toxicomanias do ponto de vista da Medicina e da Saúde Pública. In Drogas e Drogados: o indivíduo, a família e a sociedade . São Paulo: EPU, 1984. ZANELATTO, Neide A.; LARANJEIRA, Ronaldo Laranjeira. O Tratamento da Dependência Química e as Terapias Cognitivo-Comportamentais: Um Guia para Terapeutas . 2.ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2018.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
FERIGOLO, M; RHODEN, C; GOMEZ, R; TRAPP, MA; BARROS, HMT. Centros de Atendimento da Dependência Química . Porto Alegre: Gráfica e Editora Brasil, 2001. LABATE, Beatriz Caiuby; RODRIGUES, Thiago. Políticas de Drogas no Brasil:		

Conflitos e Alternativas. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2018.

RIBEIRO, M.; LARANJEIRA, R. (Org.). **O tratamento do usuário de crack**. 2.ed.

Porto Alegre: Artmed, 2011.

DISCIPLINA		
EMPREENDEDORISMO MÉDICO		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.1.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Gestão de custos em saúde voltados para procedimentos técnicos. Gestão de pessoas em saúde. Inovação e desenvolvimento de produtos em saúde e sua aplicabilidade. Planejamento e gestão estratégica em saúde. Gestão financeira básica para médicos. Empreendimento acadêmico e técnicas de consultoria na área de saúde para uma empresa. Processos de desenvolvimento e estudo de viabilidade de negócios. Comportamento empreendedor; <i>Startups</i> , negócios digitais e negócios tradicionais; Modelos de negócios – <i>business Model Canvas</i> ; Planejamento Estratégico; Gestão de estabelecimentos Médicos; Projeto de negócios.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
JUNIOR CARLO, WILSON CARLO. Manual do médico empreendedor . São Paulo: Editora Satiús, 2006. BLANK, Steve. Startup : Manual do Empreendedor o guia passo a passo para construir uma grande companhia. Steve Blank e Bob Dorf. – Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2014. EJCHEL, FÁBIO K. O Que Todo Médico Deve Saber Sobre Impostos, Taxas e Contribuições . 3 .ed. São Paulo: Blucher, 2014. TAJRA,SANMYA FEITOSA . Gestão Estratégica na Saúde - Reflexões e Práticas para uma Administração Voltada para a Excelência . Rio de Janeiro: Editora Érica, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
Banco Central do Brasil. Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças		

Pessoais (Conteúdo Básico). Brasília. BCB. 2013. Disponível em:

www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf Acesso: 20 de fev.2025.

Guia do Empreendedor Criativo. 2015. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. Disponível em:

[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e1bb929711a641ae93eb6dbb5853db3d/\\$File/5442.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e1bb929711a641ae93eb6dbb5853db3d/$File/5442.pdf) Acesso: 20 de fev.2025.

DISCIPLINA		
GÊNERO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E SAÚDE		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.1.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Saúde, relações étnico-raciais, gêneros e diversidade cultural. História e cultura africana e afro-brasileira. História e cultura indígena no Brasil. Movimentos sociais e gêneros. Necessidades de saúde, vulnerabilidades e desigualdades étnico-raciais e de gêneros. Violências e exclusão social. Consequências do preconceito e discriminação na prática médica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRAVO, M.I.S.; MENEZES, J.S.B. Saúde, serviço social, movimentos sociais e conselhos : desafios atuais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. CIASCA, S.V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JUNIOR, A. Saúde LGBTQIA+Práticas de cuidado transdisciplinar . 1. ed. São Paulo: Manole: 2021. HEUFEMANN, N.E.C.; FERLA, A.A.; LIMA, K.M.S.; MARTINS, F.M.; LEMOS, S.M. Saúde Indígena : educação, gestão e trabalho. Porto Alegre: Editora Rede UNIDA, 2020. PAIM, J.S. Saúde coletiva : teoria e prática. Rio de Janeiro: Medbook, 2014. RODRIGUES, R. Nós do Brasil : estudo das relações étnico-raciais: São Paulo: Moderna, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.		

Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política para o SUS. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. 1. ed., 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, 2002.

DANIEL, F. *et al.* **A questão indígena**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

GAEDE NETO, R. **Diaconia no contexto afro-brasileiro**: um estudo baseado nas comunhões de mesa de Jesus. Rio Grande do Sul: Sinodal, 2014.

DISCIPLINA		
INGLÊS MÉDICO-INSTRUMENTAL		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
1.1.0.0	30h	Não tem
EMENTA		
Considerações gerais sobre Inglês Instrumental. Elementos linguísticos constitutivos da estrutura básica da Língua inglesa, com ênfase nos mecanismos de estruturação textual, no vocabulário técnico e nas expressões idiomáticas. Uso de dicionário. Gramática básica. Vocabulário médico básico: doenças, profissões, medicamentos. Leitura, interpretação, análise e tradução de textos básicos de medicina em inglês.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
TORRES, F.R. Dicionário de Termos Médicos Inglês – português . São Paulo: Roca, 2011.		
PERROTTI-GARCIA, A.J. Curso de Inglês Médico . Rio de Janeiro: Contexto médico, 2014.		
BRITTO, M.M.J. Michaelis Inglês : Gramática prática. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2016.		

LOPES, C. **Inglês instrumental**: leitura e compreensão de textos. Fortaleza: IFCE, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TORRES, N. **Gramática prática da língua inglesa**: o inglês descomplicado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

TORRES, N. **Michaelis**: dicionário prático inglês, inglês-português, português-inglês. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

GUANDALINI, E.O. **Técnicas de leitura em inglês**: Estágio 1. 1. ed. São Paulo: Texto Novo, 2004.

DISCIPLINA

LIBRAS

Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0	60h	Não tem

EMENTA

Aspectos teóricos-históricos, clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. Perspectiva cultural e linguística dos surdos. Língua de sinais enquanto língua dos surdos. Aspectos da organização educacional e cultural dos surdos. Aspectos gramaticais da língua de sinais (morfologia, fonologia, sintaxe e semântica). Literatura Surda. Atividades práticas para a aprendizagem da Libras para uso no cotidiano ou relacionado ao ambiente de trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ÃO, Flávia. Dicionário Ilustrado de Libras: Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Global Editora, 2022.

GESSER, Audrei. **Libras?**: que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda: São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HOUGH, Izildinha; SIPANS, Priscila. **O Grande Livro de Libras- Língua brasileira de sinais**: Suplementos e Guias de estudo. São Paulo: Camelot Editora, 2021.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SKLIAR, C. (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 6.ed. Porto Alegre:

Editora Mediação, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AHLGREEN, I. & HYLTENSTAM, K. (eds). **Bilingualism in deaf education.**

Hamburg:signum-verl., 1994.

BRASIL. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, (1944: Salamanca). **Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** 2. ed. Brasília: CORDE., 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a **Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002.**

BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na educação dos surdos.** Minas Gerais: Editora Autêntica, 1999.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira:** o mundo dos surdos em Libras. São Paulo: Vitae: Fapesp: Capes: EDUSP, 2005.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. **LIBRAS em contexto.** Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

FERREIRA-BRITO, L. **Por uma gramática de línguas de sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão. In: LACERDA, C.B.F. de; GÓES, M. C. R. de (Org.). **Surdez:** Processo Educativos e Subjetividade. São Paulo: Editora Lovise, 2000. p. 51-8.

PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. **Curso de LIBRAS 1 – Iniciante.** 3 ed. rev. e atualizada. Porto Alegre: Editora Pallotti, 2008.

QUADROS, R.M. **Aquisição de L1 e L2:** o contexto da pessoa surda. Anais do Seminário desafios e Possibilidades na Educação Bilíngue para Surdos. Rio de Janeiro: INES, 1997.

SACKS, O.W. **Vendo Vozes:** uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DISCIPLINA

MEDICINA DO SONO		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Estudo da importância e fisiologia do sono, avaliação, distúrbios e intervenções fisioterapêutica e multiprofissional para promoção da saúde do sono. Identificar os principais distúrbios do sono e suas implicações clínicas. Estudo das habilidades para avaliação e intervenções fisioterapêuticas em pacientes com distúrbios do sono. Educação em saúde para a prevenção.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
AMERICAN ACADEMY OF SLEEP MEDICINE. International Classification of Sleep Disorders. Third Edition, 2014. DUARTE, R.L.M. et al. Consenso em distúrbios respiratórios do sono da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. J. Bras. Pneumol. n.48, v. 4, 2022. KRYGER, M.; ROTH, T.; DEMENT, W. C. Principles and Practice of Sleep Medicine. Elsevier. 2011. NERBASS, F. B., PICCIN, V.S., et. al. Atuação da Fisioterapia no tratamento dos distúrbios respiratórios do sono. ASSOBRAFIR Ciência, vol.6., n.2, p.13-30, 2019. PINTO-JÚNIOR, L. R. Sono atualização terapêutica. Série Sono. Associação Brasileira do Sono. Atheneu, 2023. TAVARES, A., ZANCANELLA, E., GENTA, P.R., POYARES, D. Medicina do sono. Diagnóstico e manejo. Associação Brasileira de Psiquiatria. Editora Artmed, 2023. TUFIK, S., ANDERSEN, M.L. Sono da neurobiologia à prática médica. Di Livros, 2022.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
FRANGE, C., FRANCO, A. M., BARSIL, E. Recomendações práticas para a o papel da Fisioterapia no manejo dos distúrbios de sono. Diretrizes da Associação Brasileira do Sono, 2022. HADDAD, F.L.M., GREGÓRIO, L.C. Manual do Residente Medicina do Sono. 2. ed. Manole, 2022. TOGEIRO, S. M. G. P., GENTA, P.R., LORENZI-FILHO, G. Sono. v. 12. Série atualização e reciclagem em pneumologia – SPPT. Editora Atheneu, 2017.		

DISCIPLINA		
MEDICINA DESPORTIVA		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Conceitos e divisões da medicina desportiva: preventiva, terapêutica e educativa. Princípios gerais e tipos de acidentes de acidentes na prática desportiva: gerais e tipos de acidentes na prática desportiva: neurológico, oftalmológico, otorrinolaringológico, dermatológico, torácico, abdominal, urológico, vascular, osteoarticular. Atendimentos especializados e prevenções. Prevenção de lesões desportivas, atendimento, tratamento, evolução, avaliação. Aparelho Locomotor x Esporte Competitivo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
AMATUZZI, MM. Carazzato J.C. Medicina do Esporte. São PAULO: Roca, 2004. CARAZZATO, J.C. Idade ideal para o início da prática esportiva. Rev. Hosp. Clin. Fac. Med. São Paulo, 46:311-314, 1991. CARAZZATO, J.C. Medicina Esportiva: noções básicas para o ortopedista. Rev. Bras. Ortp., 28:697-706, 1993.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ENOKA, Roger. Bases Neuromecânicas da Cinesiologia. São Paulo: Ed. Manole, 2000. PRETICE, W. Manoile. Técnicas de Reabilitação em Medicina Desportiva. 2002. WITHITING; ZERNICKE. Biomecânica da Lesão Musculoesquelética. Rio de Janeiro: Guanabara, Koogan 2001. TUBINO, Manoel. Metodologia Científica do Treinamento Desportivo. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, s/d.		

DISCIPLINA		
PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)

2.2.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Princípios filosóficos da Medicina Tradicional Chinesa e introdução as Práticas Integrativas e Complementares na Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde. Aspectos Éticos e legais no uso dos métodos terapêuticos. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: acupuntura, antroposofia, apiterapia, aromaterapia, arteterapia, Ayurveda, biodança, bioenergética, constelação familiar, cromoterapia, dança circular, fitoterapia, geoterapia, hipnoterapia, homeopatia, imposição de mãos, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, ozonioterapia, quiropraxia, reflexologia, Reiki, shantala, terapia comunitária integrativa, terapia de florais, termalismo e yoga		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. MELO, A.R.C. Práticas Integrativas E Complementares em Saúde. Rio de Janeiro: Manole, 2022. POSSO, M.B.S. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no Tratamento da Dor. São Paulo: Atheneu, 2023. RODHE, C.B.S.; MARIANI, M.M.C.; GHELMAN, R.G. Medicina integrativa na prática clínica. Rio de Janeiro, Manole, 2021.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
SILVA, G. K. F. Da et al. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafios em 30 anos do SUS. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 30, n. 1, p. e300110, 2020. UFRN. Cartilha Ser-Mente: Inserindo práticas integrativas no seu dia a dia.		

Mossoró. RN: EDUERN, 2020.

TELESI JUNIOR, E. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. **Estud. av. [online]**., v. 30, n. 86, p. 99-112, 2016.

CONTATORE, O.A.; MALFITANO, A.P.S.; BARROS, N.F. Por uma sociologia do cuidado: reflexões para além do campo da saúde. **Trab. Educ. Saúde.**, 2019

DISCIPLINA		
PRÁTICA LABORATORIAL		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
1.3.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Prática de laboratório: organização e padronização laboratorial, coleta de materiais biológicos; determinações bioquímicas, microbiológica, hematológicas, imunológica, colorações, reações, precipitação, aglutinação, análises e interpretação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BALLINGER, A. Manual de Fundamentos de Clínica Médica .3.ed. São Paulo: Santos, 2003.		
MILLER, O. Laboratório para o Clínico . 8.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1999.		
NICOLL, Diana Nicoll; MARK LU, Chuanyi; MCPHEE, Stephen J. Manual de Exames Diagnósticos .7.ed. São Paulo: AMGH, 2019.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
FERRAZ, F. C. Técnicas de segurança em laboratórios : regras e práticas. São Paulo: Editora Hemus, 2004.		
GALIZZI, J.; CANÇADO, J.R. Métodos de Laboratório aplicados à clínica : técnica e interpretação. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.		
HOCHSTEIN, E. Manual de Exame do Paciente . Rio de Janeiro: Atheneu, 1985.		
MILLER, O.; GONÇALVES, R.R. Laboratório para o clínico . São Paulo: Atheneu, 2005.		
MOURA, R. A. Técnica de Laboratório . 3.ed. São Paulo: Atheneu, 2001.		

RAVEL, R. **Laboratório Clínico**. Aplicações Clínicas de Dados Laboratoriais. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

ZUBRICK, J. W. **Manual de Sobrevivência no Laboratório de Química Orgânica**. 9. e d . São Paulo: Editora LTC, 2016.

DISCIPLINA		
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E IMPACTOS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
2.2.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Análise das políticas de desenvolvimento econômico e social implementadas no Brasil e no Mundo na atualidade e seus impactos na saúde da população.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FURTADO, Celso. Brasil: a construção interrompida . 2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.		
FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A (Org.). Polarização mundial e crescimento . Petrópolis: Vozes, 2001.		
HENRIQUES, R. Desigualdade e pobreza no Brasil . IPEA, Rio de Janeiro, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
FUJITA, M. Krugman. Economia Espacial: Urbanização, prosperidade econômica desenvolvimento humano . São Paulo: Editora Futura, 2002.		
FURTADO, C. Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.		
NERO, Carlos Del. (2002). "O que é Economia da saúde". In: PIOLA, SÉRGIO F. e VIANNA, Solon M. Economia da Saúde Conceito e contribuições para a Gestão de Saúde . IPEA, Brasília – 2002.		
PIOLA, Sérgio F.; VIANNA, Solon M. (org.). Economia da saúde: conceitos e contribuição para a gestão da saúde . 3. ed. Brasília: IPEA, 2002.		
VANNA, A. Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil .		

Estratégias de Bem-Estar e Políticas Públicas. Revan, Ucam, Iuperj, Rio de Janeiro, 1998.

DISCIPLINA		
SAÚDE AMBIENTAL		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
1.1.0.0	30h	Não tem
EMENTA		
Aspectos históricos e conceituais da saúde ambiental. Conceitos básicos de higiene, saneamento básico, saúde humana e ecologia. Desenvolvimento sustentável e meio ambiente. Degradação ambiental e impactos na saúde da população. Saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos). Gerenciamento de resíduos sólidos em serviços de saúde.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CARVALHO, I.C.M. Educação ambiental : a formação do sujeito ecológico. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2016. PHILLIPPI JÚNIOR, R. Saneamento, saúde e ambiente : fundamentos para um desenvolvimento sustentável. 2 ed. São Paulo: Manole, 2017. SETUBAL, M.A.; RESEK, J. Educação e sustentabilidade : Princípios e valores para a formação de educadores. São Paulo: Peiropólis, 2015. SCHNEIDER, V.E.; STEDILE, N.L.R. Resíduos de serviços de saúde : um olhar interdisciplinar sobre o fenômeno. 3. ed. Caxias do Sul: Educs, 2015.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CAVINATTO, V.M. Saneamento Básico . 2.ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2012. BRASIL, Ministério da Saúde. REFORSUS. Saúde Ambiental e Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde . Brasília: Ministério da Saúde, 2002. DIAS, G.F. Educação ambiental : princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2010. SCHNEIDER, V.E. Manual de gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde . 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.		

MINAYO, M.C.S. **Saúde e Ambiente sustentável**: estreitando-nos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

SISINNO, C.L.S. **Resíduos sólidos, ambiente e saúde**: uma visão multidisciplinar. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

DISCIPLINA		
TELEMEDICINA		
Créditos	Carga Horária	Pré-requisito(s)
3.1.0.0	60h	Não tem
EMENTA		
Conhecimento dos recursos tecnológicos para prover serviços mediados por tecnologia, desenvolvimento e a aplicação da telemedicina e telessaúde como recurso de educação, assistência e pesquisa multicêntrica à distância. Habilidades relacionadas a promover o conhecimento do projeto de Telessaúde Brasil do Ministério da Saúde (Telemedicina e Telemática aplicada à Atenção Primária). Comunicação Educacional baseada no modelo de teleeducação interativa baseada na Internet, usando o Tutor Eletrônico. Aprendizado baseado em problema usando o sistema de ambulatório virtual e/ou web conferência para fins de segunda opinião formativa baseada na Internet. Conhecer estratégias e recursos que propiciem o desenvolvimento de protocolos multicêntricos através da Internet.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
RASHID L.;BASHSHUR, JAY H.; SANDERS,GARY W. SHANNON. Telemedicine: Theory and practice. / Editores:. Editora: Charles C Thomas Publisher Ltda. Springfield – Illinois – USA. KAVAMOTO, C.A; CHAO L.W; BATTISTELLA, L.R; BÖHM,G.M. A Brazilian model of distance education in physical medicine and rehabilitation based on videoconferencing and internet learning. Journal of Telemedicine and Telecare, 2005; 11:S1:80-82. TALEB, A.C; BÖHM,G.M; AVILA, M; CHAO, L.W. The efficacy of telemedicine for ophthalmology triage by a general practitioner. Journal of Telemedicine and Telecare, 2005; 11:S1:83-85.		

CHAO, L.W. **Telemedicina na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Telessaúde – um instrumento de Suporte Assistencial e Educação Permanente.** Editora UFMG, 247-256, novembro 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TIDD, JOE; BESSANT, JOHN; PAVITT, KEITH. **Gestão da Inovação**, 3. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, Porto Alegre, 2018.

MENDES, ISABEL AMÉLIA COSTA; CARVALHO, EMILIA CAMPOS. **Comunicação como meio de promover saúde.** 7º SIBRACEN (Simpósio Brasileiro de Comunicação em Enfermagem). Ribeirão Preto: FIERP, 2000,.

CHAO LUNG WEN. **Modelo de ambulatório virtual (cyber ambulatório) e tutor eletrônico (cyber tutor) para aplicação na interconsulta médica, e educação à distância mediada por tecnologia.** [tese] apresentada à Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, I. (Org.). **Escola Reflexiva e Nova Racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ALARCÃO, I. (Org.). **Professores Reflexivos em uma escola reflexiva**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ALMEIDA, C. B. S. **Medicina mestiça**. Saberes e práticas curativas nas minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 2010. p. 23.
- ALMEIDA, Tito Franco de. **O conselheiro Francisco José Furtado**: biografia e estudo de história política contemporânea. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, 138 p.
- AZEVEDO, O. **O papel da Medicina e das terapias alternativa**. Disponível em:
<http://curaquanticaestelar.blog.com/O%20papel%20da%20Medicina%20e%20das%20Terapias%20Alternativas>. Acessado em 16 de janeiro de 2009.
- BAFFA, A. M. **Internato médico**: desafios da avaliação da aprendizagem em serviço. Dissertação de Mestrado. PUC-Campinas, 1998.
- BATISTA, S.H. Aprendizagem, ensino e formação em saúde: das experiências às teorias em construção. In: BATISTA, N.A.;BATISTA,S.H. (ORG). **Docência em Saúde: temas e experiências**. São Paulo; Ed SENAC, 2004.
- BLASCO, P.G. **A Medicina de Família: um caminho para humanizar a medicina..** Disponível em <<http://www.hottopos.com/notand9/pablo.htm>>Acesso em 15.11.2012.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. *Diário Oficial República Federativa do Brasil*, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996.
- BRASIL . Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica**. Disponível em <http://dab.saude.gov.br/sistemas/Pmaq/>Acesso em 23.11.2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Graduação em Medicina** (Resolução CNE/CES Nº. 04, de 7 de novembro de 2001).

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 72, seção 1, p. 3-4, 15 jan. 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA Educação. Secretaria de Ensino Superior. Ministério da Saúde. Secretaria da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. **Matriz de correspondência curricular para fins de revalidação de diplomas de médico obtidos no exterior**. Brasília: MEC, MS, 2009, 69 p.

BRASIL. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 5. ed. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009, 328 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. **Proposta de Expansão de vagas no ensino Médico nas Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: SESU, 2012, 51 p.

BRASIL. **Resolução nº 03 de 20 de junho de 2014** que aprova as DCNs para os cursos de Medicina. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 07 de 18 de dezembro de 2018** que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 DA Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação -PNE 2014-2024 e dá outras providências.

CADERNO DO CURSO DE MEDICINA. **Centro de Ciências Biológicas-Coordenação da Graduação em Medicina**. São Carlos: UFSCAR, 2007.

CARVALHO, A.D. As racionalidades pedagógicas da formação docente: **Tese de Doutorado**. UFC, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Demografia médica no Brasil**. V. 1, CFM, 2011 < http://www.cremesp.org.br/pdfs/demografia_2_dezembro.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº. 04, de 7 de novembro de 2001**. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 de novembro de 2001. Seção 1, p. 38.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA. Brasília: Ministério da Educação; 2014.

FERNANDEZ J.C.A.; MENDES R. (Org.) **Promoção da saúde e gestão local**. São Paulo: Hucitec-Cepedoc, 2007.

FEURY S, LOBATO, L,V,C, (org), **Participação, democracia e saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2009.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FUNDAÇÃO CEPRO. Piauí em números. 8. ed, 2011. Disponível em <CEPRO%20%28Teresina%29.%22&qFacets=autoria:%22 20%28Teresina %29.%22&sort=&paginaAtual=1>. Acesso em 16.11. 2012.

GOHN, M.G. (Organizadora). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais** – 2003/2008 disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/visualiza.hp?id_noticia=1717 &id_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/visualiza.hp?id_noticia=1717&id_pagina=1)>. Acesso em 20.11.2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo_2010/default.shtm> Acesso em 08.08.2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da População 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>. Acesso em 12.10.2012.

LAMPERT J. B.; COSTA , N.M.S.C; PERIM, G.L.; ABDALLA, I.G.; AGUILAR-DA-SILVA, R.H. ; STELLA , R.C.R.Tendências de Mudanças em um Grupo de Escolas Médicas Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Médica**. v. 33, Suplem. 1, p. 19-34, 2009.

LIFSHITZ, A. "The human, humanistic, humanist and humanitarian in medicine" **GacMedMex** v. 133, n. 3, p 237-243, 1999.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Informação em Saúde**. Caderno de Informação em Saúde. Disponível em http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/cadernos_map.htm>. Acesso em 22.11.2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Organização do SUS: Regiões de Saúde, Planejamento Regional e Mapa da Saúde. 2012. Brasília, MS, 31 p. disponível em http://portal.saude.gov.br/portalArquivos/dr/organizacao_doSUSRegioesdesaudeDAISGEP.pdf. Acesso em 30.11. 2012.



OLIVEIRA, T. T. P; NASCIMENTO, M. S. B; NOBREGA, M. C. O. P, NASCIMENTO, T.T. **Mental**. v.9, n. 17, 2011, p. 523-536. Disponível em: <http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=42023679002>, Redalyc. Acesso em 29.11.2012.

PERRENOUD, P. **Formar professores em contextos sociais em mudança prática reflexiva e participação crítica**. Tradução Catanil, Denise Bárbara. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Genebra, 1999. (Mimeo).

PIAUÍ. Carta ao tenente João Rodrigues Bezerra da Missão dos Gueguês, manuscrita em 23 de novembro de 1771 pelo governador da capitania [Gonçalo Lourenço Botelho de Castro] ordenando a remoção do mestre da escola do gentio Gueguês e contratando para seu lugar o preto forro chamado Antônio José. In: **Livro de correspondência da Capitania do Piauí (1769-1773)**. Piauí: Arquivo Público do Estado do Piauí, [1774].

PIMENTA, S. G. formação de professores: identidade, saberes e docência. In: PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2002.

PREARO, A.Y.; MONTI, F.M.F; BARRAGAN, E.É possível desenvolver a autorreflexão no estudante de primeiro ano que atua na comunidade? um estudo preliminar. Rev. Bras. Educ. Med. v.36 n.1, Rio de Janeiro, 2012.

PROJETO PEDAGÓGICO do Curso de Medicina. Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. **Coordenação do Curso de Medicina**: UFPI, 2021.

RESTES, Nadja, M. H. **Educação e racionalidade**: conexões e possibilidades de uma razão comunicativa na escola. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

RIBEIRO, Lourival. **Medicina no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: GB, 1971; SANTOS FILHO, Lycurgo. **Pequena história da medicina brasileira**. São Paulo: DESA/Edusp, 1966.; __. História geral da medicina brasileira. São Paulo: Edusp/HUCITEC, 1991.; __. História da medicina no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1947.; __. Medicina Colonial. in HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira (tomo I, vol. 2) - Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1960.

SCHÖN, D.. A. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Tradução Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Artes Médicas, 2000.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. **Pesquisa**. SOARES. Ana Carolina Pinto. **A universidade e a promoção da cultura de humanização em saúde na formação médica**. Teresina: UFPI, 2013. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em Ciências da Saúde.



STARFIELD, B. **Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia.** Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Coletânea: Estatuto da UFPI. Regimento Geral da UFPI. Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Regimento do Conselho de Administração da UFPI. Regimento do Conselho Universitário da UFPI. Estatuto da FUFPI. Regimento do Conselho Diretor da FUFPI.** Teresina: Gráfica da UFPI, 12 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional –PDI- 2020-2025.** Teresina: UFPI, 2020, 232 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório de Gestão 2022** Teresina: UFPI, 2022, 165 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução do CEPEX nº 177/2012** que trata das normas de funcionamento dos cursos de graduação da UFPI. Teresina: UFPI, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução do CEPEX nº 053/2019**, de 12 de abril de 2019, que inclui a extensão como componente curricular obrigatório nos cursos de graduação da UFPI. Teresina: UFPI, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução do CEPEX nº 297/2022** que altera a Resolução CEPEX/UFPI nº 22/18 de 16 de fevereiro de 2018, Resolução CEPEX/UFPI nº 021/18 de 16 de fevereiro de 2018, Resolução CEPEX/UFPI nº 053/19, de 12 de abril de 2019 e dá outras providências.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ/UFPI. **Plano Diretor de Unidade do Campus Amilcar Ferreira Sobral 2020-2022.** Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Zm_QeKnErtCql3qxoVbmQcJMqV8gk1Ky/view
Acesso: 23 de ago. 2023.



ANEXOS



ANEXO I

REGULAMENTO DO INTERNATO

CAPÍTULO I

Das Definições

Art. 1º O Internato é o último ciclo do curso de graduação em Medicina, correspondendo ao quinto e sexto ano, livre de disciplinas acadêmicas, durante o qual o discente deve receber treinamento intensivo, contínuo, sob supervisão em instituição de saúde.

Art. 2º O internato, segundo artigo 24 das DCN do curso de graduação de medicina 2014, é o estágio obrigatório em serviços de saúde conveniados à Universidade Federal do Piauí (UFPI) *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) com prioridade aos serviços públicos, destinado a complementar e aprimorar as habilidades, atitudes e conhecimentos apreendidos nos períodos anteriores do curso de graduação.

Parágrafo único – O Internato será desenvolvido preferencialmente na Rede Pública de Saúde de Floriano-PI e outros municípios do Médio Parnaíba ou em instituição privada que estejam conveniadas com a universidade ou em fase de tramitação e disponha de atendimento direto aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). O convênio deve ser firmado após apreciação e autorização da Comissão do Internato, dando-se preferência àquelas da mesma região geográfica da Instituição de Ensino.

Art. 3º Constituem Rede Pública de Saúde: as unidades hospitalares, os serviços especializados, as unidades básicas de saúde e os serviços de gestão, federal, estadual ou municipal do SUS.



Art. 4º Atividades cumulativas são todas aquelas não contempladas no internato e que se sobreponham às atividades pré-definidas, tais como plantões extracurriculares, estágios não curriculares e outras atividades.

Art. 5º Coordenador de área é o profissional responsável por manter contato com os possíveis preceptores de estágio da área.

Art. 6º Estágio externo opcional é aquele realizado em instituições externas, fora do âmbito dos municípios do Médio Parnaíba.

CAPÍTULO II

Da Natureza e dos Objetivos

Art. 7º A formação dos discentes do Curso de Medicina do CAFS/UFPI incluirá, como etapa integrante da graduação, estágio curricular obrigatório de treinamento em serviço, em regime de internato, em serviços conveniados, e supervisão direta dos docentes e preceptores não docentes, profissionais qualificados, a serem designados pelos coordenadores. Os coordenadores de área deverão apresentar a relação nominal de todos os professores e preceptores não docentes, atualizada semestralmente, à Coordenação do Curso de Medicina e ao Coordenador do Internato.

Art. 8º Compreende-se por atividades teóricas as reuniões clínicas, seminários, clubes de revista, tutorias, discussões de casos clínicos, etc., que proporcionem o desenvolvimento de competências cognitivas (conhecimento) e que sirvam de suporte às atividades desenvolvidas na área do estágio.

I - Representar a última etapa da formação acadêmica do médico geral, dando-lhe capacidade de resolver, ou bem encaminhar, os problemas de saúde da população a que vai servir;

II - Oferecer oportunidades para ampliar, integrar e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de graduação;

III - Desenvolver as técnicas e habilidades indispensáveis ao exercício da medicina;

IV - Promover o aperfeiçoamento, ou aquisição, de atitudes adequadas à assistência aos pacientes;



- V - Possibilitar a prática de assistência integrada, pelo estímulo à interação dos diversos profissionais da equipe de saúde;
- VI - Proporcionar uma experiência acadêmico-profissional através da vivência no mercado de trabalho hospitalar e demais setores da área da saúde;
- VII - Estimular o interesse pela promoção e preservação de saúde e pela prevenção das doenças;
- VIII - Desenvolver a consciência das limitações, responsabilidades e deveres éticos do médico, perante o paciente, a instituição e a comunidade;
- IX - Aprimorar hábitos e atitudes éticas e humanas;
- X - Fortalecer a ideia da necessidade de aperfeiçoamento profissional continuado.

CAPÍTULO III

Da Duração e Da Frequência

Art. 9º O Internato será realizado pelo prazo mínimo de vinte e dois meses ininterruptos (excluídas as férias), com a carga horária mínima de 35% (trinta e cinco por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Medicina. Ele terá a duração total de 21 meses, sendo dividido em Internato 1, no quinto ano, com duração de 11 meses mais 1 mês de férias, e Internato 2, no sexto ano com duração de 10 meses mais 1 mês de férias, perfazendo um total de 3.195 horas.

§ 1º Este Regulamento observará o disposto na Lei nº 11.788/08, art. 10, § 1º, respeitando como carga horária semanal máxima as quarenta horas entre as atividades práticas e teóricas. As atividades teóricas devem ocupar 20% da carga horária semanal, sob supervisão docente e de preceptores.

§ 2º A carga horária estabelecida legalmente no estágio é de 8 horas diárias, de segunda a sexta-feira. As atividades que envolvem o acompanhamento e/ou evolução de pacientes internados poderão, excepcionalmente, mediante mútuo acordo entre aluno e preceptor, serem desenvolvidas aos sábados, domingos e feriados, desde que não ultrapassem a carga horária semanal determinada neste Regulamento.



§ 3º - Cada área do internato será dividida entre as 6 grandes áreas (Clínica Médica, Cirurgia, Pediatria, Tocoginecologia, Saúde mental e Saúde Coletiva e Atenção Primária em Saúde), a serem cumpridas no 5º e 6º ano do Curso.

§ 4º - O internato iniciar-se-á impreterivelmente, no primeiro dia útil do calendário semestral elaborado pela comissão do internato.

§ 5º - Cada área de estágio terá número equivalente de alunos para que não haja sobrecarga nem oscilação na proporção alunos-pacientes-docentes em cada setor.

§ 6º - As atividades no decorrer do Internato deverão oferecer um caráter de aquisição de habilidades progressivas.

Art. 10 Só poderá matricular-se no Internato o estudante que tenha cumprido todas as atividades acadêmicas do 1º ao 8º período.

Art. 11 O cumprimento integral da carga horária (40 horas/semanais) é obrigatório, devendo o total de horas acumuladas de estágio curricular de cada discente corresponder a carga horária global do programa do internato geral e em cada área específica, portanto todas as faltas, independentemente do motivo, deverão ser repostas para completar a carga horária.

Art. 12 O programa do Internato será realizado, obrigatoriamente, em quarenta (40) horas semanais, uniformemente, em todos os rodízios, no primeiro e no segundo ano. O cronograma a ser seguido será estabelecido pelo próprio serviço, evitando assim transtornos operacionais na dinâmica da unidade.

Art. 13 Durante o internato, não será permitido acumular quaisquer outras atividades em horário que coincidam com as atividades do internato.

Art. 14 O cumprimento da carga horária do programa é obrigatório, não podendo colar grau o estudante em débito até que as horas devidas sejam repostas.

§ 1º – A reposição de até 1/4 da carga horária de cada área poderá ser feita mediante programação especial, elaborada pelo supervisor da área, desde que essas faltas sejam justificadas.

§ 2º – O estudante que tiver faltado a mais de 1/4 da carga horária proposta para a área, ficará obrigado a repeti-la, sem o que não poderá colar grau.

§ 3º – A participação do estudante em Congressos ou outras atividades só será feita com a concordância do Supervisor da área.



§ 4º – As solicitações de afastamento deverão ser feitas em requerimento padrão, com antecedência mínima de 30 dias e dirigidas ao Supervisor da área e com ciência do Coordenador do Internato.

§ 5º - O período de afastamento será, obrigatoriamente, repostado para manter a carga horária prevista e a execução da programação proposta.

§ 6º - Ausências ocasionadas por outras motivações deverão ser analisadas pelo coordenador da área e encaminhadas para a Comissão de Internato para parecer final.

§ 7º No caso de faltas ao estágio que não tenham ultrapassado os 25% da carga horária total da área, a reposição pode ser realizada mediante planejamento a ser elaborado pelo coordenador da área, em conjunto com o serviço onde o interno esteja realizando o seu estágio, na sequência do mesmo módulo ou nos subsequentes.

§ 8º O discente que ultrapassar 25% de faltas no módulo será reprovado, não podendo tal quantitativo de faltas ser repostado em outro momento. Nesta situação, o discente terá de repetir completamente o estágio referente a sua reprovação, sem o qual não poderá colar grau.

Art. 15 Somente será permitido que o discente falte nas seguintes situações:

- I – Incapacidade física e/ou mental comprovada (CID 10);
- II – Luto por falecimento de cônjuge, filho, pais e irmãos;
- III – Convocação pelo Poder Judiciário, Militar ou pelos órgãos colegiados da UFPI;
- IV – Casamento do discente.

CAPÍTULO IV

Das áreas

Art. 16 Durante o Internato o discente realizará estágios rotatórios contínuos nas áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Pediatria, Tocoginecologia, Saúde mental e Saúde Coletiva e Atenção Primária em Saúde, para tanto, as seguintes disposições a seguir relacionadas:

- I - O mínimo de 30% (trinta por cento) da carga horária prevista para o internato médico da Graduação em Medicina será desenvolvido na Atenção Básica e em



Serviço de Urgência e Emergência do SUS, respeitando-se o mínimo de dois anos deste internato, devendo predominar a carga horária dedicada aos serviços de Atenção Básica;

II - As atividades do regime de internato voltadas para a Atenção Básica devem ser coordenadas e voltadas para a área da Medicina de Família e Comunidade;

III - Os 70% (setenta por cento) da carga horária restante do internato incluirão, necessariamente, aspectos essenciais das áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Pediatria, Tocoginecologia, Saúde mental e Saúde Coletiva, em atividades eminentemente práticas e com carga horária teórica que não seja superior a 20% (vinte por cento) do total por estágio, em cada uma destas áreas;

IV - A ordem dos estágios rotatórios será definida pela Comissão de Internato ou por indivíduos delegados por ela;

V - Além dos estágios citados no caput deste artigo, os discentes poderão realizar um estágio de três meses em área de sua opção, Estágios Optativos, observando-se a concordância da Comissão de Internato para locais externos às Instituições conveniadas usuais.

CAPÍTULO V

Do estágio externo opcional

Artigo 17 O estágio pode ser realizado em instituições nacionais e internacionais.

§ 1º – Para que o estágio seja aceito é necessário que a Instituição seja credenciada pelo Ministério da Educação, no caso de nacionais, ou que seja conveniada com a Universidade Federal do Piauí.

§ 2º Os estudantes poderão, após análise do cumprimento integral dos pré-requisitos conforme os artigos 19 e 20, estagiar em até 25% da carga horária prevista para o internato.

§3º O estudante só poderá realizar estágio externo em uma determinada grande área no período correspondente a mesma no internato.

§4º O estágio externo, nas grandes áreas citadas no inciso 2º, será exclusivamente cumprido no internato, respeitando o princípio de aquisição de habilidades progressivas.



Art. 18 O estágio em Instituições nacionais deverá ser solicitado com um mínimo de quarenta e cinco (45) dias de antecedência, mediante requerimento dirigido à Coordenação do Internato, julgado pela Supervisão da Área em foco e se regerá pelas disposições abaixo:

- I. Declaração de aceite emitido pela instituição recebedora;
- II. Local credenciado pelo Ministério da Educação e que disponha de Internato Médico e Residência Médica na área pretendida pelo candidato;
- III. Descrição das atividades programáticas emitidas pela instituição recebedora;
- IV. Avaliação e frequência.

Art. 19 O estágio em Instituições estrangeiras deverá ser solicitado com 90 dias de antecedência, mediante requerimento à Coordenação do Internato, julgado pela Supervisão da área em foco e se regerá pelas disposições abaixo:

- I. Declaração de aceite emitido pela instituição recebedora;
- II. Que a instituição seja conveniada com a Universidade Federal do Piauí;
- III. Descrição das atividades programáticas emitidas pela instituição recebedora;
- IV. Avaliação e frequência.

Art. 20 Os custos financeiros com passagens, hospedagem e contatos com a instituição recebedora correrão às custas do estudante.

CAPÍTULO VI

Da organização

Art. 21 Durante o 8º semestre os discentes receberão orientações da Coordenação do Curso de Medicina sobre os Estágios Curriculares quanto ao seu funcionamento e tomarão ciência dos termos deste Regulamento. A turma deverá ser dividida de forma equânime em grupos para o Internato 1 e para o Internato 2.

Art. 22 A definição da ordem dos estágios será realizada com a participação dos discentes e em caso de impasse ocorrerá um sorteio público organizado pela Coordenação do Curso.

Art. 23 Qualquer solicitação de troca do módulo deve ocorrer no mínimo 45 dias antes do início do estágio obrigatório.



Art. 24 A solicitação de estágio opcional em instituição do âmbito da UFPI ou que tenha convênio com a UFPI deve ser realizada até 30 dias antes do início previsto.

Parágrafo único. A solicitação de estágio optativo em instituição que não se enquadra no Art. 24 deverá ocorrer no mínimo 4 meses antes da data prevista para o início, tendo em vista a necessidade de trâmites internos na UFPI e da aprovação da Comissão de Internato.

Art. 25 As avaliações e a comprovação das presenças nos estágios deverão ser entregues pelo discente via SIGAA, em até 30 dias após o término das atividades práticas do estágio. Somente após esta entrega será considerado que o estágio foi encerrado, caso o discente tenha sido aprovado.

CAPÍTULO VII DA AVALIAÇÃO

Art. 26 A avaliação é parte integrante do processo pedagógico, devendo ser efetivada sob dois enfoques:

- I - Avaliação do Internato;
- II - Avaliação dos discentes.

Art. 27 A avaliação do Internato será realizada através de instrumento aplicado por Comissões Institucionais específicas, visando subsidiar o Curso de Graduação em Medicina de informações e dados que possam contribuir para a melhoria do processo de formação e qualificação profissional.

Parágrafo único. É estimulado que ao final de cada grupo de módulo de estágio o Coordenador da área faça uma avaliação do estágio com os discentes e preceptores do mesmo para apontar pontos de melhoria.

Art. 28 A avaliação dos discentes será feita ao final de cada estágio, o processo avaliativo deverá contemplar as habilidades, atitudes e conhecimentos necessários para cada área, que será elaborada pelo docente e ou preceptor responsável por cada estágio.

Parágrafo Único - Os estudantes que fizerem estágio complementar em outra instituição terão que apresentar uma avaliação em documento padronizado pela



UFPI que terá seu valor correspondendo a 40% da nota. Os estudantes, obrigatoriamente, devem apresentar um Diário de Campo, com valor de 10% da nota. Os estudantes que fizeram esse estágio terão que realizar obrigatoriamente avaliação de suficiência do estágio realizado externamente, que será elaborado pelo supervisor de cada área do internato.

Art. 29 A aprovação em cada área do Internato está condicionada a obtenção de nota mínima 7 (sete) correspondente à média ponderada das avaliações expressas no parágrafo I, alíneas a e b do artigo 30. Desconsidera-se, porém, a aprovação com média 5 (cinco), já que a avaliação se dá sob regime de estágio, não havendo, portanto, avaliação final.

§ 1º – O estudante que não obtiver média mínima 7 (sete) no rodízio será reprovado e repetirá esta área ao final do internato, não podendo utilizar o período de férias para tal.

§ 2º – O Internato é parte integrante da graduação do Curso de Medicina. Sendo assim, em caso de reprovação e tendo em vista que esta fase do curso segue uma programação contínua e anual, a reprovação em uma área inevitavelmente implica impossibilidade de colação de Grau pelo estudante conjuntamente com sua turma dentro do prazo previsto.

§ 3º – Obrigam-se os Supervisores de área a fornecerem o resultado da avaliação dos Internos até no máximo de oito (08) dias úteis após a conclusão do estágio, desde que não haja prejuízo na colação de grau do estudante.

CAPÍTULO VIII

Da Comissão de Internato

Art. 30 O Internato será coordenado pelo Coordenador do Curso de Medicina e por uma Comissão de Internato, assim constituída:

I - Coordenador do Curso de Medicina;

II - Vice-Coordenador do Curso de Medicina;

III - Docentes representantes de cada área do Internato, indicados pelo respectivo Departamento;

IV - Discentes representantes do primeiro e segundo anos do Internato, em número total de 2 (dois), indicados pelos seus respectivos pares.



§ 1º Para cada membro titular indicado pelo Curso ou pelos discentes deverá ser indicado um suplente.

§ 2º Os representantes docentes terão mandato de 2 (dois) anos e para os representantes discentes será de 1 (um) ano, permitida a recondução em ambos os casos, por igual período.

§ 3º A Comissão de Internato será designada pela Reitoria através de ato formal próprio.

Art. 31 A Comissão de Internato reunir-se-á, ordinariamente, segundo calendário estabelecido pelo Coordenador ou, extraordinariamente, por convocação do Coordenador ou por solicitação de 1/3 (um terço) de seus membros, devendo-se, em ambos os casos, ser divulgado o temário.

I - A Comissão deliberará por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros;

II - O não comparecimento a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 5 (cinco) intercaladas, por parte de qualquer integrante, sem motivo justificado, acarretará perda de mandato, declarada de ofício, por seu Coordenador;

III - Nas faltas ou impedimentos do Coordenador do Curso de Medicina, a coordenação dos trabalhos será exercida pelo Vice-Coordenador.

Art. 32 Compete à Comissão de Internato exercer as seguintes atribuições:

I - Aprovar as atividades das diversas áreas do Internato;

II - Supervisionar, acompanhar e avaliar a execução das atividades do Internato;

III - Identificar e solucionar os problemas existentes no Internato;

IV - Apoiar os preceptores no exercício de suas atribuições;

V - Propor medidas com a finalidade de aperfeiçoar o processo pedagógico do Internato;

VI - Zelar pelo cumprimento da legislação relativa ao Internato, do Regimento da UFPI, deste Regulamento e das normas de organização e funcionamento das instituições onde ocorre o Internato.

CAPÍTULO IX

DA COORDENAÇÃO DO INTERNATO



Art. 33 O Coordenador do Internato será o Coordenador do Curso de Medicina e desempenha as seguintes atribuições:

- I - Convocar e presidir as reuniões da Comissão de Internato;
- II - Manter um sistema de informações relativas ao acompanhamento e desenvolvimento do Internato;
- III - Articular-se com os Departamentos Acadêmicos que atuam no Programa de Internato, visando aperfeiçoar o processo de formação e qualificação profissional;
- IV - Articular-se com o Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PREG, visando dirimir dúvidas no cumprimento da legislação relativa ao Internato;
- V - Adotar as providências cabíveis quando houver transgressões disciplinares dos discentes;
- VI - Elaborar relatório anual das atividades da Comissão de Internato, para efeito de encaminhamento;
- VII - Colaborar, em estreita articulação com os órgãos competentes da UFPI, os processos de avaliação do Programa de Internato.

CAPÍTULO X

DO DISCENTE DO INTERNATO

Art. 34 Sendo o estudante do Internato regido por esse instrumento, cabe ao mesmo:

- I. Cumprir fielmente suas atribuições no que concerne aos horários e participação na programação;
- II. Manter-se atento ao não cumprimento por parte da instituição do programa acordado;
- III. Respeitar as normas dos locais onde estiver desenvolvendo as atividades;
- IV. Dar conhecimento à Supervisão do Internato de possíveis desvios de ação e função;
- V. Avaliar fielmente as áreas de estágio e seus respectivos preceptores;



- VI. Portar-se com urbanidade, respeito e consideração;
- VII. Trajar vestimenta adequada;
- VIII. Cumprimento dos horários estabelecidos, bem como dos plantões que lhes forem destinados;
- IX. Cumprimento do calendário da UFPI;
- X. Dedicação aos estudos e às atividades programadas;
- XI. Frequência obrigatória aos cursos, reuniões e outros eventos incluídos no Programa de Internato;
- XII. Relacionamento ético e cortês para com os pacientes, docentes, servidores, colegas e demais discentes da Universidade;
- XIII. Cumprimento das disposições contidas neste Regulamento, no Regimento da UFPI e nas normas de organização e funcionamento das instituições onde ocorre o Internato.

Art. 35 Serão assegurados aos discentes os seguintes direitos:

- I - Seguro de acidentes pessoais coletivo nos ambientes de prática;
- II - Férias de 4 semanas em cada ano do Internato;
- III - Atividades práticas e teóricas que não ultrapassem 40 horas semanais;
- IV - Em caso de acidente de trabalho no ambiente de estágio, está assegurado a assistência no mesmo fluxo que um profissional do serviço;
- V - Encaminhamento de qualquer recurso por direitos violados à Comissão de Internato, em primeira instância e, em segunda instância, à Reitoria.

CAPÍTULO XI DOS CONVÊNIOS

Art. 36 O CAFS/UFPI poderá realizar convênio com Instituições de Saúde, desde que obedecidas às normas do Conselho Nacional de Educação e as especificidades definidas pela Comissão de Internato, conforme descrito abaixo:

- I. Atividades nas seis áreas básicas constando de: Pediatria, Clínica Médica, Cirurgia, Tocoginecologia, Saúde Mental e Saúde Coletiva, Atenção Primária em Saúde,



- II. Existência de pessoal médico para exercer a função de orientador a juízo da Comissão do Internato;
- III. Relação Orientador / Interno, no máximo 1:10 unidades/ enfermaria;
- IV. Relação aluno / Paciente no mínimo 02 e no máximo 05 em unidades de Enfermaria;
- V. Existência de Comissão de Internato para fazer e avaliar o Programa do Internato;
- VI. Manter Convênios com Escolas Médicas de Universidades Federais ou credenciadas pela Comissão Nacional de Residência Médica, obedecendo, porém, o critério de existência das áreas básicas;
- VII. Apresentar programação especificada, onde se definam objetivos, modelo didático e formas de avaliação, para as diversas áreas de estágio, juntamente com os preceptores responsáveis e respectivos currículos;
- VIII. Existência de ambulatório geral onde as atividades do Internato possam ser desenvolvidas;
- IX. Arquivos médicos organizados;
- X. Encaminhamento da avaliação de aproveitamento do Interno, em formulário próprio a ser fornecido pela Instituição de Ensino, ao término de cada área de estágio;
- XI. Em casos especiais, analisados pela Comissão de Internato, o credenciamento de uma Instituição de Saúde poderá ser feito em uma ou mais áreas de estágio.
- XII. Situações outras que porventura não tenham sido contempladas neste Regimento serão julgadas pela Comissão do Internato à luz dos seus méritos.

CAPÍTULO XII

Das Disposições Gerais

Art. 37 Observadas as disposições contidas na legislação pertinente, no Regimento da UFPI e neste Regulamento, compete à Comissão de Internato



estabelecer normas, de caráter complementar e procedimental, objetivando a plena e efetiva consecução dos objetivos do Internato do Curso de Graduação em Medicina.

Art. 38 Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Comissão de Internato.



ANEXO II

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Este documento tem por objetivo normatizar a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina (CGBMED/CAFS/UFPI). É fundamento na Norma Técnica Brasileira (NBR) 14724/2011, a qual “especifica os princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros), visando sua apresentação à instituição (banca, comissão examinadora de professores, especialistas designados e/ou outros)” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, 2011).

Este regulamento se fundamenta ainda no “Manual de normalização de monografia, dissertação e tese” (UFPI, 2020) e nos seguintes referenciais: NBR 10520 (ABNT, 2023), que trata da elaboração das citações; NBR 6023 (ABNT, 2018), que orienta acerca da organização das referências; NBR 6027 (ABNT, 2012b), da criação de sumários; NBR 6024 (ABNT, 2012a), que discorre sobre numeração progressiva das seções de um documento; e a NBR 6028 (ABNT, 2003), acerca da elaboração dos resumos.

CAPÍTULO 1 – Das Disposições Preliminares

Art. 1º O presente regulamento disciplina o processo de elaboração, apresentação e avaliação de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Graduação Bacharelado em Medicina do CAFS/UFPI.

Parágrafo único. O TCC é uma atividade acadêmica curricular obrigatória, portanto, a aprovação nas disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II é indispensável para a integralização curricular.



Art. 2º O TCC é individual podendo abordar tema teórico ou teórico-prático, com orientação dos docentes do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina e elaborado e apresentado sob a forma de uma MONOGRAFIA ou ARTIGO CIENTÍFICO.

§ 1º No caso de monografia, o acadêmico deverá seguir as normas atualizadas da ABNT.

§ 2º E no caso de artigo científico, deverão ser utilizadas no TCC as normas técnicas recomendadas pela revista para a qual o manuscrito será submetido.

CAPÍTULO 2 – Dos Alunos e Professores Orientadores

Art. 3º Os acadêmicos de Graduação Bacharelado em Medicina do CAFS/UFPI serão submetidos ao processo de orientação de TCC quando matriculados nas disciplinas de TCC I e II, mediante escolha do tema e do professor orientador.

Art. 4º O aluno, dentre outros, tem os seguintes deveres específicos:

- I. Cumprir o calendário divulgado pela coordenação do curso e plano de disciplina apresentado pelo orientador, para realização das atividades propostas nas disciplinas de TCC I e II;
- II. Manter contatos/encontros semanais com o professor orientador para discussão do trabalho acadêmico em desenvolvimento;
- III. Elaborar o projeto de pesquisa, na disciplina de TCC I, e a versão final da monografia ou artigo científico, na disciplina de TCC II, obedecendo às normas e instruções deste regulamento e outras, aprovadas pela coordenação do curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- IV. Comparecer em dia, hora e local determinados pelo professor orientador para apresentar e defender o projeto de pesquisa (qualificação), bem como a versão final de sua monografia ou artigo científico, perante banca examinadora;
- V. Entregar uma cópia em CD-ROM/DVD-ROM da versão final aprovada pelo orientador na biblioteca do *campus*, com capa no modelo padronizado pela



instituição (ANEXO A).

Art 6º Todos os professores do curso de Graduação - Bacharelado em Medicina do CAFS/UFPI são orientadores, desde que possuam **no mínimo curso de especialização**.

§ 1º A orientação far-se-á adequando o interesse do orientador, sua área de atuação e disponibilidade.

§ 2º Poderá haver substituição do orientador mediante concordância deste, do orientador substituto escolhido pelo acadêmico e do coordenador do curso, salientando que a troca de orientador não pode interferir nos prazos estabelecidos para a entrega TCC. Esta troca ficará documentada por escrito.

Art. 7º Cabe ao professor orientador:

- I. Orientar os alunos na escolha do tema e na elaboração e execução do TCC I, na forma de projeto de pesquisa, e TCC II, de monografia ou artigo científico;
- II. Acompanhar o desenvolvimento dos TCC por meio de reuniões semanais de orientação em dia e hora combinados com o acadêmico;
- III. Participar de reuniões, convocadas pelo coordenador do curso para análise do processo de TCC, assim como da avaliação dos acadêmicos;
- IV. Providenciar agendamento das apresentações e defesas do TCC I e II, assim como toda documentação necessária, como a ata de defesa (APÊNDICE A);
- V. Solicitar ao coordenador do curso a inclusão da banca examinadora do TCC II no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) por do envio das seguintes informações: título do trabalho, resumo, quantidade de páginas, nomes dos membros da banca examinadora, local, data e horário da apresentação e defesa;
- VI. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.



CAPÍTULO 3 – Do Projeto de Pesquisa

Art. 8º O aluno deve elaborar seu projeto de pesquisa de acordo com este regulamento e as recomendações do seu professor orientador.

Parágrafo único. A estrutura formal do projeto de pesquisa deve seguir os critérios técnicos estabelecidos pelas normas em vigor da ABNT.

Art. 9º A estrutura do projeto de Monografia compõe-se de:

- I. Capa (obrigatório);
- II. Folha de rosto (obrigatório);
- III. Sumário (obrigatório);
- IV. Introdução, contendo descrição do objeto de estudo, justificativa, questão de pesquisa e relevância (obrigatório);
- V. Objetivos geral e, se necessários, específicos (obrigatório);
- VI. Revisão de literatura ou Estudo da Arte (obrigatório);
- VII. Referencial Teórico (quando se fizer necessário);
- VIII. Metodologia ou Material e Métodos (obrigatório);
- IX. Cronograma de atividades (obrigatório);
- X. Orçamento;
- XI. Referências (obrigatório);
- XII. Apêndices e Anexos (quando se fizer necessário).

Art. 10 O projeto de pesquisa deve possuir a seguinte formatação:

- I. Espaçamento de 1,5cm;
- II. Papel de tamanho A4;
- III. Fonte Times New Roman ou Arial, na cor preta, 12 pontos;
- IV. E margens superior e esquerda de 3cm e margens inferior e direita de 2cm.

CAPÍTULO 4 – Da Monografia ou Artigo Científico

Art. 11 A monografia deve ser elaborada considerando-se a estrutura formal e os critérios técnicos estabelecidos pela ABNT em vigor e os postos neste regulamento.

Art. 12 O TCC no formato de artigo científico deverá ser redigido seguindo as normas da revista científica para a qual será submetido.

CAPÍTULO 5 – Da Defesa e Entrega Final do TCC

Art. 13 O projeto de pesquisa deverá ser apresentado para uma banca examinadora composta por 03 (três) membros, sendo um deles o professor orientador.



§ 1º A entrega do projeto de pesquisa será feita à banca examinadora com antecedência de no mínimo 10 (dias) dias úteis da apresentação de TCC, em 03 (três) vias encadernadas em espiral simples, respeitando as normas exigidas neste regulamento, ou em formato digital, conforme concordância dos membros da banca.

§ 2º Compete aos membros da banca examinadora, a entrega de um parecer e preenchimento de dois formulários de avaliação (APÊNDICES B e C) ao professor orientador e acadêmico.

§ 3º As notas atribuídas pelos membros da banca deverão ser registradas pelo professor orientador no SIGAA, assim como as frequências do acadêmico.

§ 4º A partir das duas notas atribuídas por cada membro da banca examinadora será calculada uma média. A média de cada membro equivalerá a uma avaliação parcial a ser registrada no SIGAA.

Art. 14 A monografia ou o artigo científico deverá ser apresentado para uma banca examinadora composta por 03 (três) membros, sendo um deles o professor orientador.

§ 1º A entrega da monografia ou do artigo científico será feita à banca examinadora com antecedência de no mínimo 10 (dias) dias úteis da apresentação de TCC, em 03 (três) vias encadernadas em espiral simples, respeitando as normas exigidas neste regulamento, ou em formato digital, conforme concordância dos membros da banca.

§ 2º Compete aos membros da banca examinadora, a entrega de um parecer e preenchimento de dois formulários de avaliação (APÊNDICES B e E) ao professor orientador e acadêmico.

§ 3º As notas atribuídas pelos membros da banca deverão ser registradas pelo professor orientador no SIGAA, assim como as frequências do acadêmico.

§ 4º A partir das duas notas atribuídas por cada membro da banca examinadora será calculada uma média. A média de cada membro equivalerá a uma avaliação parcial a ser registrada no SIGAA.

Art. 15 Após a defesa e aprovação da monografia ou do artigo científico o aluno terá um prazo máximo 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da defesa, para os devidos ajustes e, em seguida, entregar a versão definitiva na biblioteca do campus.

Parágrafo único. Junto à cópia da versão final em CD-ROM/DVD-ROM, o acadêmico deverá entregar cópia da ata de defesa e Termo de Autorização para Publicação no Repositório Institucional da UFPI devidamente preenchidos (ANEXO B).



Art. 16 O professor orientador possui plena autonomia e poder para impedir que um TCC entre em processo de avaliação ou mesmo para reprovar o aluno a qualquer tempo, desde que com substância para tal decisão justificada, encaminhada e discutida na coordenação de curso.

CAPÍTULO 6 – Das disposições Gerais

Art. 17 É de inteira responsabilidade do acadêmico a verificação dos prazos e obrigações junto à secretaria acadêmica, coordenação do curso e professor orientador.

Art. 18 Todas as suspeitas de fraude acadêmica, seja a utilização de trabalhos já realizados, nesta ou em outras instituições, seja o recorte de partes de outros trabalhos, serão rigorosamente verificadas.

Parágrafo único. Em caso de confirmação das suspeitas será nomeada uma comissão de ética, com a presença do coordenador do curso e do professor orientador do TCC, que irá analisar a extensão e a gravidade do plágio acadêmico, ficando o acadêmico passível de aplicação das normas disciplinares da UFPI, que vão desde suspensão por um semestre das atividades até o cancelamento de matrícula.

CAPÍTULO 7 – Das disposições Finais

Art. 19 Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pela coordenação do curso, com auxílio do Colegiado, cabendo recurso, em instância final, para o conselho diretor do *campus*.



ANEXO III

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE

As Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) do Curso de Graduação Bacharelado em Medicina do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral da Universidade Federal do Piauí (CGBMEDCAFS/UFPI) obedecerão criteriosamente o que está exposto na Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e as Resoluções Nº 053/2019 e Nº 297/2022 - CEPEX/UFPI, que regulamentam a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição.

Considerando as Resoluções citadas, as Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) do CGBMEDCAFS/UFPI seguirão as seguintes normas:

1. As Atividades Curriculares de Extensão deverão promover a interação dialógica da comunidade acadêmica com os diferentes segmentos sociais, troca de conhecimentos, vivências interprofissionais e interdisciplinares e conhecimento e comprometimento com as demandas sociais e da saúde pública, em especial da atenção primária à saúde, através de ações interventivas.

2. Os alunos do CGBMEDCAFS/UFPI deverão integralizar, até o 8º semestre, **765** horas de atividades curriculares de extensão - componentes curriculares obrigatórios, como condição de conclusão do curso e obtenção do título de Bacharel em Medicina.

3. As atividades de extensão para serem integralizadas no currículo dos alunos deverão ser realizadas **presencialmente**, voltadas para o **público externo** à UFPI e os alunos serem **executores** (monitores, ministrantes, palestrantes) ou organizadores das respectivas atividades.

4. As atividades de extensão para serem integralizadas no currículo dos alunos deverão ser coordenadas por docentes ou por técnico-administrativos, desde que na equipe tenha docente, exceto nos cursos de extensão de “Iniciação” e em eventos de extensão, que poderão ser coordenados por



entidades estudantis com representação comprovada, sem necessidade de docente na equipe;

5. A integralização das 750 horas poderá ser feita como cumprimento do componente denominado ACE, conforme define a Resolução Nº 055/2019 CEPEX/UFPI e/ou como cumprimento das atividades de extensão previstas no artigo 8º da Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, conforme define a Resolução Nº 297/2022 - CEPEX/UFPI;

6. A integralização das horas a partir do componente denominado ACE obedecerá às seguintes condições:

a) A atividade de extensão deverá ser cadastrada como ACE na PREXC, no módulo SIGAA de Extensão, referente a uma das seguintes modalidades:

- programa de extensão
- projeto de extensão
- curso de extensão
- evento de extensão
- prestação de serviços à comunidade externa e/ou atividade prática em disciplina que envolve diretamente atendimento à comunidade externa, desde que esteja vinculado a um programa ou projeto de extensão cadastrado na PREXC e não contabilizado como carga horária da disciplina;

b) Deverá ser criado no CGBMEDCAFS/UFPI um **Coordenador de Extensão de curso** que fará o acompanhamento na oferta, execução e integralização das ACEs, buscando alternativas para

os problemas surgidos no processo, conforme as atribuições definidas na Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI (§ 3, art. 2);

c) A oferta de ACE no SIGAA será semestral, obedecendo ao calendário da UFPI e aos regramentos da PREXC para este fim;



d) A Coordenação do CGBMEDCAFS/UFPI **oferecerá obrigatoriamente, a cada semestre, uma ACE**, no mínimo, conforme resolução vigente;

e) As ACEs a serem ofertadas pela Coordenação do Curso contemplarão o perfil do profissional que o curso objetiva formar, garantindo a interdisciplinaridade e interprofissionalidade e deverão se voltar para os seguintes Eixos Temáticos:

- Saúde, Ética e Cidadania;
- Inovação tecnológica em Saúde;
- Políticas públicas em saúde;
- Práticas médicas;
- Saúde e inclusão social;
- Saúde coletiva;
- Atenção primária à saúde;
- Saúde e comunidades sociais vulneráveis;
- Promoção e proteção à saúde;
- Diagnóstico, tratamento e manutenção da saúde;
- Humanização em saúde.

f) Os alunos não serão obrigados a participarem das ACEs ofertadas pela Coordenação do Curso, podendo participar de outras ofertadas pela UFPI, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados pelo coordenador da ACE. A integralização das horas será feita desde que estas ACEs estejam relacionadas a um dos eixos temáticos definidos neste Regulamento.

g) Os alunos envolvidos nas ACEs poderão concorrer a bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), devendo para isto seguir os regramentos do referido Programa e o do seu respectivo Edital;

7. A integralização como cumprimento das atividades de extensão previstas no artigo 8º da Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 compreende as seguintes modalidades:

- programas de extensão



- projetos de extensão
- cursos e oficinas
- eventos
- prestação de serviços

8. Na integralização como cumprimento das atividades de extensão previstas no artigo 8º da Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, caberá ao **Coordenador do CGBMEDCAFS/UFPI**, ou a quem este delegar, efetuar o cadastro das horas de extensão para serem integralizada no currículo dos alunos.

9. Os alunos poderão requerer, junto ao **Coordenador de Extensão de Curso**, o aproveitamento das atividades de extensão desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior, desde que:

- a) a solicitação de aproveitamento seja feita via processo até um ano antes da previsão para conclusão do curso;
- b) o processo da solicitação esteja instruído com o relatório da atividade de extensão desenvolvida assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração da atividade executada.

10. Nos casos de transferência interna de curso ou mudança de curso, o aluno poderá solicitar, junto ao **Coordenador de Extensão de Curso**, o aproveitamento das atividades curriculares de extensão já integralizadas, ou não, no currículo do curso de origem.